



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1720

Quinta-feira - 09 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Itá	237	Sombrio.....	536
Alto Bela Vista.....	3	Itaiópolis	238	Timbé do Sul	537
Antônio Carlos	5	Itapiranga.....	239	Timbó	538
Balneário Rincão	7	Itapoá	247	Treze Tílias	589
Barra Velha.....	7	Ituporanga	252	Tunápolis.....	592
Benedito Novo	9	Jacinto Machado	256	Turvo	592
Biguaçu	10	Joaçaba.....	272	Urussanga	595
Blumenau	12	José Boiteux	314	Vargeão.....	595
Braço do Trombudo.....	29	Lages	314	Vidal Ramos.....	596
Brunópolis	30	Lauro Muller	316	Videira.....	597
Brusque.....	32	Lebon Regis	316	Xaxim.....	600
Caçador.....	35	Leoberto Leal	322		
Camboriú.....	39	Lindóia do Sul	332	Associações	
Campo Alegre	43	Macieira.....	333	AMMVI	603
Campo Erê.....	59	Mafra	357		
Campos Novos	60	Maracajá	360	Consórcios	
Canoinhas.....	68	Maravilha.....	363	ARIS	605
Capinzal	84	Massaranduba.....	364	CIS/AMURES.....	605
Caxambu do Sul.....	85	Meleiro	365		
Celso Ramos.....	90	Modelo	367		
Chapadão do Lageado	92	Navegantes.....	372		
Cocal do Sul.....	93	Nova Trento	373		
Concórdia	100	Novo Horizonte	384		
Cordilheira Alta	113	Orleans	384		
Coronel Freitas.....	160	Ouro Verde.....	385		
Coronel Martins.....	160	Palhoça	387		
Correia Pinto.....	161	Papanduva.....	397		
Corupá	174	Passo de Torres.....	399		
Curitibanos	175	Passos Maia	402		
Dionísio Cerqueira	188	Penha.....	402		
Forquilha.....	190	Pinheiro Preto	428		
Fraiburgo.....	196	Pomerode	428		
Frei Rogério	199	Ponte Serrada	429		
Galvão.....	200	Porto Belo.....	451		
Garopaba.....	200	Pouso Redondo	451		
Garuva	203	Rio do Sul.....	453		
Gaspar	204	Salto Veloso	457		
Governador Celso Ramos	205	Santa Rosa do Sul	459		
Guaraciaba	207	Santiago do Sul.....	460		
Guaramirim.....	208	São Bento do Sul.....	461		
Guarujá do Sul	209	São Carlos	465		
Herval d'Oeste	219	São Domingos.....	467		
Ibiam	225	São José.....	468		
Ilhota	225	São José do Cedro.....	485		
Imarui	226	São Lourenço do Oeste.....	486		
Imbituba	227	São Pedro de Alcântara.....	494		
Indaial.....	231	Schroeder	497		
Ipumirim	235	Serra Alta	528		
Irineópolis	236	Siderópolis.....	528		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Alan Adalberto Toigo, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Assistente Administrativo para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter temporário.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 08 de abril de 2015

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alan Adalberto Toigo

Recebido em ____/____/____.

CONVOCAÇÃO CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Izabela Ansiliero, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Nutricionista para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 08 de abril de 2015

Novelli Sganzerla
Prefeito

Izabela Ansiliero

Recebido em ____/____/____.

EXTRATO DE ALTERAÇÃO DO PROCESSO Nº. 13/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL 10/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados que o PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 10/2015, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de pneus para veículos da Prefeitura de Água Doce, teve sua abertura alterada para 23 de abril de 2015 às 15h30.

Errata com alterações do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 08 de abril de 2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ALTERAÇÃO DO PROCESSO Nº. 5/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 5/2015

PREGÃO PRESENCIAL 4/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, que o PROCESSO LICITATÓRIO nº 5/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 4/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de pneus novos, teve sua abertura alterada para 23 de abril de 2015 às 13h30.

Errata com alterações do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 08 de março de 2015

ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2013, DE 07 DE ABRIL DE 2015

REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS CONFORME ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 7 A 9 DA LEI COMPLEMENTAR 69/2014 DE 19/12/2014.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. O Servidor Público Municipal que a serviço, afastar-se do Município em caráter eventual ou transitório, para qualquer ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens ou meio de transporte e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada e alimentação, no valor de R\$ 170,00 (cento e setenta reais), desde que respeitadas as seguintes condições:

§ 1º. As diárias serão concedidas para cada período de 24 (vinte e quatro) horas, as eventuais despesas que excederem a este período serão ressarcidas pelo regime de adiantamento.

§ 2º. Não haverá pagamento de diárias para os deslocamentos que se derem nos limites da associação microrregional (Amauc), ou nas associações adjacentes;

§ 3º. Para a concessão de diária prevista neste decreto deverá haver autorização expressa do titular da unidade competente;

§ 4º. As despesas de manutenção do veículo ou locomoção inclusive taxi não estão incluídas nos valores das diárias.

Art. 2º. Para a prestação de contas dos valores recebidos através de diárias deverão ser preenchidos os formulários, identificados para pedido e comprovação da viagem:

I - Ficha de Concessão de Diárias - Anexo I;

II - Relatório de Viagem - Anexo II.

§ 1º. O preenchimento do Anexo I ocorrerá por ocasião do pedido de diárias, enquanto o Anexo II, por ocasião do retorno da viagem;

§ 2º. Os Anexos I e II serão vistados pelo titular da unidade competente ou servidor cuja atribuição tenha sido delegada.

§ 3º. Juntamente com o relatório previsto no presente artigo, obrigatoriamente deverá constar em anexo, no mínimo, uma nota fiscal ou recibo, por diária, em nome do seu beneficiário, constando o respectivo número do Cadastro de Pessoa Física - CPF, além de comprovação de atendimento do objetivo da viagem, podendo ser (lista de presença no curso ou evento, certificado, declaração de visita ao gabinete da autoridade, comprovante de exame ou consulta do paciente transportado) ou qualquer outro documento que comprove não somente a viagem, mas o atendimento do objetivo da viagem.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 07 de Abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

ANEXO I

FICHA DE PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

SERVIDOR:

CARGO OU FUNÇÃO:

Outras Informações

CPF	Matrícula	Banco	Agência	Conta

Objetivo da Viagem

Período Afastamento

Data e Horas da Saída	Data e Horas de Chegada	Total de Dias

Cálculo das Diárias

Quantidade	Localidade	Classe	Vr. Unitário	Vr. Total

Despacho

Submeta-se a Proposta de Concessão de Diárias ao Senhor Ordenador de Despesa, para apreciação e respectiva autorização.

Alto Bela Vista/SC, / /

Gerente

Autorização de Pagamento

Autorizo a Unidade Financeira o pagamento das diárias, constantes na Proposta de Concessão de Diárias PCD.

Alto Bela Vista/SC, / /

Encaminhe-se para fins de registro e correspondente pagamento, a Contadoria Geral do Município ☐ CGM.

Prefeito

ANEXO II

FICHA DE RELATÓRIO DE DIÁRIAS

SERVIDOR:	
CARGO OU FUNÇÃO:	
AUTORIZAÇÃO DA VIAGEM:	
OBJETIVO DA VIAGEM:	
DATA E HORA DA PARTIDA: ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS	
DATA E HORA DE CHEGADA: ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS	
MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO:	
VEÍCULO PLACA:	
RESUMO DA VIAGEM:	
____ DIÁRIA(S) INTEIRA(S) A R\$	R\$
TOTAL DA(S) DIÁRIA(S)	R\$

ALTO BELA VISTA, SC, ____ de ____ de ____.

NOME

PORTARIA Nº 039, DE 06 DE ABRIL DE 2015
PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal ELMAR HOFFMANN ocupante do cargo de OPERADOR DE Balsa no período de mais trinta dias (30), a contar da presente data, conforme comunicado da previdência social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 06 de abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 040, DE 06 DE ABRIL DE 2015
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, EDSON GONÇALVES, ocupante do cargo de OPERADOR DE Balsa no período de quinze (15) dias, a contar da presente data até 20 de abril de 2015, conforme atestado médico expedido em 06 de abril de 2015 pelo Dr. João Batista Martins Neto CRMESC 3401.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 06 de abril de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos**PREFEITURA****45º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014**

45º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 09/04/2015 a 09/05/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 08 de abril de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA (ARTES) - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
02º	DANIELA LIGIA ANDERSON FARIA	1599

Cargo: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
09º	ADRIANA PETRI	1367

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 031/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 031/2015; Modalidade: Pregão Presencial (Registro de Preço) nº. 021/2015; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: - A presente licitação tem por objeto aquisição parcelada de material de consumo, material de limpeza, material de higiene, gás e água, para uso da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município, de Antônio Carlos /SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 30 de abril às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email licitacao@antonio-carlos.sc.gov.br ou administracao@antonio-carlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 08 de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO ERRATA PROCESSO SELETIVO 001/2015
EXTRATO DE ERRATA

No Edital de Publicação de convocação de Aprovado no Processo seletivo 001/2015, publicado no DOM de 08 de abril de 2015, pág.05, Edição nº. 1719 onde se lê: "para apresentação no período de 08/04/2015 a 12/05/2015".

Leia-sê: "para apresentação no período de 08/04/2015 a 15/04/2015".

Antônio Carlos, 08 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o EXTRATO DE ERRATA do Edital de Convocação de Assistente Social.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

LEI 1.472/2015**LEI 1.472/2015**

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a repassar subvenção social à entidade que especifica, e dá outras providências.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à Associação Coral Poesis, inscrita no CNPJ n.º 11.172.174/0001-58, cujo caráter é exclusivamente educacional, cultural, social e assistencial de gestão comunitária.

Art. 2º A subsídio que será despendido por este órgão público para a entidade acima descrita, será de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), sendo este valor repassado em 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 31 de março de 2015.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT
Presidente da Câmara

VERA LÚCIA CONRAT SILVEIRA
1ª Secretária

ANICI JOSIANI WIESE DA SILVEIRA
2ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL**LEI LEGISLATIVA 193/2015**

LEI LEGISLATIVA NO 193/2015

Denomina Ruas no Loteamento "JARDIM CAMINHO DAS ÁGUAS" e dá outras providências.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica por esta Lei denominada AVENIDA RIO NEGRO, a via pública com início na Avenida João Frederico Martendal, no Loteamento Jardim Caminho das Águas, no Centro do Município de Antônio Carlos, com 323,10 metros de extensão, sendo os primeiros 69,40 metros com duas (2) pistas paralelas de 6 metros de largura cada, separadas por canteiro central de área verde com um (1) metro de largura mais dois (2) passeios com largura de dois (2) metros cada e os 253,70 metros restantes com duas (2) pistas paralelas de seis (6) metros de largura cada, separadas por canteiro central de área verde com 8,70 metros de largura, mais dois (2) passeios com largura de dois (2) metros cada.

Art. 2º Fica por esta lei denominada RUA CARAGUATÁ, a via pública com início no lado ímpar da Avenida Rio Negro, no Loteamento Jardim Caminho das Águas, tendo largura de 8 (oito) metros, mais 2 (dois) metros de passeio em cada lado e 64,30 metros de extensão.

Art. 3º Fica por esta lei denominada RUA AMAZONAS, a via pública com início no lado ímpar da Avenida Rio Negro, no Loteamento Jardim Caminho das Águas, tendo largura de 8 (oito) metros, mais 2 (dois) metros de passeio em cada lado e 64,30 metros de extensão.

Art. 4º Fica por esta lei denominada RUA DAS BROMÉLIAS, a via pública com início no lado ímpar da Avenida Rio Negro, no Loteamento Jardim Caminho das Águas, tendo largura de 8 (oito) metros, mais 2 (dois) metros de passeio em cada lado e 64,30 metros de extensão.

Art. 5º Fica por esta lei denominada RUA DO PANTANAL, a via pública com início no lado par da Avenida Rio Negro, no Loteamento Jardim Caminho das Águas, tendo largura de 8 (oito) metros, mais 2 (dois) metros de passeio em cada lado e 100,35 metros de extensão.

Art. 6º Fica por esta lei denominada RUA IGUAÇU, a via pública com início no lado par da Avenida Rio Negro, no Loteamento Jardim Caminho das Águas, tendo largura de 8 (oito) metros, mais 2 (dois) metros de passeio em cada lado e 102,25 metros de extensão.

Art. 7º Fica por esta lei denominada RUA JARDIM BOTÂNICO, a via pública com início no lado ímpar da Rua Iguaçu, no Loteamento Jardim Caminho das Águas, tendo largura de 8 (oito) metros, mais 2 (dois) metros de passeio em cada lado e 130,40 metros de extensão até a Rua Serra do Mar

Art. 8º Fica por esta lei denominada RUA SERRA DO MAR, a via pública com início no lado par da Avenida Rio Negro, no Loteamento Jardim Caminho das Águas, tendo largura de 8 (oito) metros, mais 2 (dois) metros de passeio em cada lado e 105,80 metros de extensão até a Rua Jardim Botânico.

Art. 9º Todas as vias denominadas acima são referente ao

Loteamento Jardim Caminho das Águas, aprovado por esta Municipalidade em 05 de agosto de 2013.

Art. 10º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 31 de março de 2015.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT

Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios em 1º de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 025/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 025/PMBR/2015

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso II, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação de profissional habilitado na área de Biologia, para ministrar oficina com a temática "Promoção à Saúde", em cumprimento do Projeto Técnico Social (PTTS), do Convênio Nº. 152/2014, firmado entre o município de Balneário Rincão e Caixa Econômica Federal.

CONTRATADO: MARIA FERNANDA ARAUJO.

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso II, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 07/04/2015, por Aníbal Valdomiro Patrício - Secretário de Administração e Finanças Interino.

RATIFICAÇÃO: em 07/04/2015, por Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal.

Balneário Rincão, 07 de Abril de 2015.

RENATO DA SILVA VITCHE

Presidente Substituto da Comissão de Licitações

Barra Velha

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 001/2015 PMBV

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 001/2015.

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 83.102.830/0001-57, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Sr. CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO, comunica aos interessados que fará realizar CREDENCIAMENTO de acordo com as disposições deste Edital e nos Termos da Lei Municipal nº 1415 de 10 de dezembro de 2014, entre os dias 08 de abril de 2015 a 08 de junho de 2015, estará aberto credenciamento de empresas interessadas em participar do Programa de Pavimentação Comunitária para execução de serviços de pavimentação e obras complementares de infra-estrutura urbana.

1. DO CREDENCIAMENTO

1.1 O recebimento dos envelopes dar-se-á entre os dias 08 de abril de 2015 a 08 de junho de 2015, na sede da Prefeitura de Barra Velha, localizada na Av. Governador Celso Ramos nº 200, CEP 88.390-000, Centro, Barra Velha, em seu horário regular de funcionamento (08:00h as 12:00h e das 13:30 as 17h30).

1.2 O interessado que dentro do período, tiver seus documentos rejeitados somente terá seu pedido reavaliado com a apresentação de novo requerimento e novos documentos já livres dos vícios anteriormente identificados e que foram impeditivos do credenciamento anteriormente pretendido.

2. DAS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO

2. 1 Poderão credenciar-se empresas legalmente constituídas, com sede ou não no Município de Barra Velha.

2.2 Não poderão credenciar-se:

2.2.1 Pessoas jurídicas: que se encontrem em processo de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, ou cujos sócios, funcionários ou colaboradores contratados sejam servidores ou ocupantes de cargo, emprego ou função de direção, chefia, assessoramento ou quaisquer outra função de confiança no Município de Barra Velha.

3. DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Os documentos necessários ao credenciamento serão disponibilizados em um envelope, e entregues à Prefeitura Municipal de Bombinhas da seguinte forma:

PREFEITURA DE BARRA VELHA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ/ENDEREÇO/TELEFONE

DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO PARA O PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA

4. DO ENVELOPE

4.1 Toda a documentação exigida poderá ser apresentada no original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada em cartório ou publicada em órgão de imprensa oficial, ou ainda, autenticada por servidor público quando apresentada juntamente com o original.

4.1.1 Serão aceitas apenas cópias legíveis.

4.1.2 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

4.1.3 A Secretaria de Administração reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

4.1.4 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital, a Secretaria de Administração considerará a empresa não credenciada.

4.2 O envelope deverá conter os seguintes documentos:

4.2.1 Declaração de que não tem em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

4.2.2 Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados; (Todas as cópias devem ser autenticadas por cartório ou por servidor da Prefeitura Municipal de Barra Velha).

4.2.3 Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (cartão de CNPJ);

4.2.4 Certidão Negativa de Débitos:

4.2.4.1 Certidão Conjunta relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1 de 19/05/2006);

4.2.4.2 Estadual;

4.2.4.3 Municipal da sede da empresa interessada;

4.2.4.4 Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

4.2.4.5 Prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, através da apresentação da CND - Certidão Negativa de débito;

4.2.4.6 Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, para comprovação de que a empresa não possui débitos trabalhistas;

4.2.4.7 Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, de acordo com a Lei 11.101/2005

4.2.5 Alvará de funcionamento expedido pelo Município, onde a empresa estiver estabelecida. 4.2.6 Indicação de um representante legal perante a Administração Pública.

5. DO CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO

5.1 A empresa credenciada receberá CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO, no qual deverá constar prazo de validade de 12 (doze) meses.

5.2 Para ser credenciado, além dos documentos exigidos neste edital, o interessado deverá preencher todas as demais condições nele estabelecidas.

6. DA PUBLICAÇÃO DAS EMPRESAS CREDENCIADAS

6.1 A publicação do credenciamento ocorrerá em até 48 (quarenta e oito horas) após sua homologação.

7. DOS CASOS DE DESCREDENCIAMENTO

7.1 Da Prefeitura Municipal, sem prévio aviso, quando:

a) o credenciado deixar de cumprir qualquer cláusula e condições estabelecidas no contrato a ser firmado com os interessados;

b) o credenciado praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;

c) ficar evidenciada a incapacidade do credenciado de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;

d) No caso de decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os sócios;

7.2 Pelo credenciado:

a) mediante solicitação escrita e devidamente justificada à Prefeitura, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 Este edital será publicado no Diário Oficial do Estado, e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Barra Velha (SC), 07 de abril de 2015.

ANA CAROLINA LUCENA CRAVO

Secretária de Administração

DL 001/2015 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 019/2015 - Dispensa de Licitação nº 001/2015 FUMTEC

Contratada: ERIVELTO IMOVEIS LTDA

Objeto: Locação de terreno urbano, situado na Avenida Beira Mar com área total de 934,02m², edificado com uma construção em alvenaria, para depósito de materiais de trabalho e banheiro químico utilizado pela FUMTEC.

Valor do Contrato: R\$ 12.800,00

Vigência: 04 meses

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 08 de abril de 2015

ERIVELTO IMOVEIS LTDA

Contratado

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

PP 0025/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 032/2015 - Pregão Presencial nº 025/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de placas, adesivos, suportes, cones tintas e tachões para uso no sistema viário do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 22/04/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 22/04/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 08 de abril de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 026/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 033/2015 - Pregão Presencial nº 026/2015

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, para aquisição/fornecimento parcelado de combustível (gasolina comum) para uso nos veículos da frota Municipal, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 22/04/2015 às 10:00 horas. Data da Sessão Pública: 22/04/2015 às 10:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200,

Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 08 de abril de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 027/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 034/2015 - Pregão Presencial nº 027/2015

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Prestação de Serviços técnicos profissionais especializados de consultoria e assessoria na área de administração, visando a elaboração de diagnósticos socioeconômico do Município e a identificação de projetos estratégicos que convergirão na elaboração das propostas e assessoramento no acompanhamento dos seus trâmites de financiamento para o PMAT - Programa de modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Básicos do Município - BNDES do Município (via CEF-Caixa Econômica Federal), conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 30/04/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 30/04/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 08 de abril de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

DECRETO Nº 021/2015 REVOGA PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
Decreto nº 021/2015, de 08 de abril de 2015.
Revoga o Processo Licitatório Pregão Presencial nº 30/2015, e dá outras providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e;
Considerando-se o que dispõe as Súmulas 346/STF ("A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos") e 473/STF ("A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial");
Considerando-se que a Assessoria Jurídica do Município, tendo analisado o processo, manifesta-se, em Parecer Jurídico fundamentado, opina por dar provimento à impugnação impetrada ao referido edital do processo licitatório;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o processo licitatório Pregão Presencial nº 030/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Benedito Novo, aos 08 de abril de 2015.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 021/2015 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 08 de abril de 2015.

Marília Panoch
Agente Administrativo

RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2/2015 - DISPENSA Nº 21/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO nº 2/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2015

O Município de Benedito Novo - SC leva a conhecimento público o resultado final da CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, conforme Lei nº 11.947/09 e Resolução FNDE nº 26/2013.

Fornecedor	Item - Produto	Qtd/Und	Preço Unitário	Preço Total
Edu Schmidt	12 - Mel de abelha [...]	60 Kg	13,50	810,00
	TOTAL DA DAP			810,00
Arnaldo Hinsching	01 - Aipim in natura, descascado [...]	1.000 Kg	4,00	4.000,00
	02 - Aipim in natura [...]	250 Kg	1,94	485,00
	04 - Batata doce in natura [...]	1.000 Kg	2,64	2.640,00
	05 - Batatinha in natura [...]	1.100 Kg	2,85	3.135,00
	15 - Milho verde [...]	200 Kg	4,00	800,00
	18 - Taia in natura [...]	300 Kg	3,20	960,00
	TOTAL DA DAP			12.020,00
Coomapeixe - Coop. Mista Agrícola de Psiscultores	09 - Filé de tilápia [...]	1600 Kg	23,97	38.352,00
	TOTAL			38.352,00
Ingo Zimmer	03 - Banana in natura [...]	1.000 Kg	2,29	2.290,00
	TOTAL DA DAP			2.290,00
Oslin Ebert	07 - Cenoura in natura [...]	800 Kg	2,40	1.920,00
	14 - Melancia in natura [...]	600 Kg	1,79	1.074,00
	19 - Tomate in natura [...]	1.000 Kg	4,38	4.380,00
	TOTAL DA DAP			7.374,00
Adeson Kreidlow	08 - Doce de frutas [...]	80 Kg	5,07	405,60
	13 - Melado de cana [...]	60 Kg	6,35	381,00
	TOTAL DA DAP			786,60
Reinwald Lickfeld	16 - Queijo tipo colonial [...]	600 Kg	19,16	11.496,00
	17 - Ricota, tipo queijinho [...]	150 Kg	10,29	1.543,50
	TOTAL DA DAP			13.039,50
	TOTAL GERAL			74.672,10

Os produtos acima deverão ser entregues no depósito da Prefeitura Municipal e nos Centros de Educação Infantil. Maiores informações poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 08 de abril de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

Biguaçu**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2015 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE GALÕES DE LAVIRICIDA BIOLÓGICO PARA O CONTROLE AOS BORRACHUDOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 14/04/2015, às 13h59min do dia 28/04/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 28/04/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (28/04/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (28/04/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 14/04/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 08 de abril de 2015.
 RAMON WOLLINGER
 PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
 Secretário de Saúde

DECRETO Nº 051/2015

DECRETO Nº 051/2015 DE 08 DE ABRIL DE 2015.
 Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária Anual para 2015 para ajuste de fonte de recursos.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentária,

Considerando, que o Orçamento da Receita constante da Lei Orçamentária para 2015 prevê a arrecadação de R\$ 76.000,00 na Fonte Recursos: 0.1.38.000175 - Co-Financiamento Proteção Especial de Média Complexidade - Custeio - FMAS;

Considerando, que no Orçamento da Despesa essa fonte de recursos, por equívoco, está financiando despesas da ação de governo 2057 - Proteção Especial de Alta Complexidade, quando deveria estar financiando a ação de governo: 2056 - Proteção Especial de Média Complexidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

1100 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	ANULAÇÃO	
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	76.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	16.000,00
4.4.00.00	Investimentos	30.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.38.000175	Co-Financiamento Proteção Especial de Média Complexidade - Custeio - FMAS	76.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	76.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	46.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	46.000,00
4.4.00.00	Investimentos	30.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.38.000175	Co-Financiamento Proteção Especial de Média Complexidade - Custeio - FMAS	76.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de abril de 2015.
 Ramon Wollinger
 Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
 Escriturária

EXTRATO CONTRATO Nº 10.013/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 01/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE BIGUAÇU
 SECRETARIA DE SAÚDE
 SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
 Extrato Contrato nº 10.013/2015
 Processo: Pregão Presencial - PP Nº 01/2015 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA POLICLÍNICA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, CEO E SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELLI EPP

Valor: R\$14.509,30 (quatorze mil quinhentos e nove reais e trinta centavos).

Vigência: 31/03/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
 Secretário de Saúde

RETIFICAÇÃO PP 58/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
 RETIFICAÇÃO DO PP 58/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 58/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) REFRIGERADORES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO", que foi alterado o ANEXO 01, passando a ter a seguinte informação:

Onde lê-se:

Anexo 01

Item	Quantidade	Unid.	Valor Referência	Especificação
1	4,00	UN	1.630,00	REFRIGERADOR- COR BRANCA - VERTICAL, DUAS PORTAS, TIPO GELEIRA DUPLEX. DE FROST. DEGELO AUTOMÁTICO. DRENO DE DEGELO. CONCEITO "A" DE ECONOMIA DE ENERGIA. 220 VOLTS. CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 430 LITROS.

Leia-se:

Anexo 01

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	4,00	UN	1.793,00	REFRIGERADOR- COR BRANCA - VERTICAL, DUAS PORTAS, TIPO GELEIRA DUPLEX. DE FROST. DEGELO AUTOMÁTICO. DRENO DE DEGELO. CONCEITO "A" DE ECONOMIA DE ENERGIA. 220 VOLTS. CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 430 LITROS.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 17:45 horas, do dia 24/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 18:00 horas, do dia 24/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 08 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Extrato de Dispensa de Licitação n. 016/2015

Objeto: 50h (cinquenta horas) de serviço de mão de obra para manutenção da central telefônica, ramais e servidor do prédio da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu

Contratado: Silvio Wollinger ME

CNPJ: 72.368.376/0001-64

Valor total: R\$: 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), referente aos serviços prestados até o dia 31/12/2015.

Fundamento legal: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Vigência: 31/03/2015 a 31/12/2015.

Biguaçu/SC, 09 de abril de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.087/2015

LEI Nº 8.087, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A. E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 2.745.043,41 (dois milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e quarenta e três reais e quarenta e um centavos), observado o disposto no artigo 9º-N da Resolução CMN nº 2.827, de 30/03/2001, com as alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.109, de 05/07/2012, ambas do Conselho Monetário Nacional, e as eventuais alterações posteriores, bem como as demais disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito.

Parágrafo Único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão obrigatoriamente aplicados na realização de despesas de capital, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes ou dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente, em consonância com o §1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como na amortização de dívidas quanto se tratar de operação contratada nos termos do §2º do artigo 9º-N, da Resolução CMN nº 2.827/2001, com exceção das dívidas contraídas com base no caput e no §1º do mesmo artigo da Resolução.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente de titularidade do Município de Blumenau (SC), mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município de Blumenau (SC), os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§1º No caso de os recursos do Município de Blumenau (SC) não se encontrarem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

§2º Fica dispensada a emissão da nota de empenho para o pagamento do principal, encargos financeiros e as despesas a que se refere o caput deste artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Para o caso de haver garantia da União para a operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as receitas oriundas cotas da repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou

em créditos adicionais.

Art. 5º O orçamento do Município de Blumenau (SC) consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das contrapartidas de responsabilidade do Município, bem como os montantes destinados à amortização ou pagamento de principal, juros, demais encargos financeiros e despesas decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei nº 8.073, de 24 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal

LEI Nº 8.088/2015

LEI Nº 8.088, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA OS ANEXOS DAS LEIS Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA) E LEI Nº 7.993 DE 04 DE JULHO DE 2014 (LDO).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faça saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta até o valor de R\$ 3.376.600,00 (três milhões, trezentos e setenta e seis mil e seiscentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO

0201 - Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 - Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Modalidade 3.3.90 (633) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Modalidade 4.4.90 (634) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0401 - Gabinete do Procurador

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 - Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.3.91 (24) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0505 - Diretoria de Serv. de Ouvidoria e Atendimento ao Público

Atividade 05.05.04.122.0002.2269 - Manut. Ativ. Serv. Ouv. Atend. Público

Modalidade 3.3.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 - Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 - Manut. Ativ. Receita

Modalidade 3.3.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0709 - Diretoria de Infraestrutura Tecnológica

Atividade 07.09.04.126.0002.2315 - Manut. Ativ. Infraest. Tecnológica

Modalidade 3.3.90 (115) Aplicações Diretas R\$ 322.600,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 - Administrativo do Gabinete

Atividade 08.01.04.131.0002.2029 - Manut. Ativ. Administrativas Secom

Modalidade 3.3.90 (119) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0802 - Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2030 - Manut. Ativ. Publicidade

Modalidade 3.3.90 (122) Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0803 - Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.03.04.131.0002.2270 - Manut. Ativ. Jornalismo

Modalidade 3.3.90 (126) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1002 - Diretoria de Defesa Civil

Atividade 10.02.06.182.0012.2257 - Manut. Ativ. Defesa Civil

Modalidade 4.4.90 (218) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 10.02.06.182.0012.2301 - Manut. Diques de Contenção de Cheias

Modalidade 4.4.90 (220) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1008 - Exec. Pav. Drenagem Ruas do Badesc

Modalidade 4.4.90 (262) Aplicações Diretas R\$ 480.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1009 - Via Expressa - Acesso BR-470

Modalidade 4.4.90 (264) Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1013 - Const. Rotulas, Trevos, Ilhas e Cic.

Modalidade 4.4.90 (276) Aplicações Diretas R\$ 165.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 - Man. Ativ. Desenv. Econômico

Modalidade 3.3.90 (540) Aplicações Diretas R\$ 365.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1602 - Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 - Manut. Ativ. Planej. Promoção

Modalidade 3.3.90 (614) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 - Administrativo da Secretaria

Atividade 05.01.04.122.0002.2017 - Manut. Ativ. Administrativas Sedead

Modalidade 3.3.90 (52) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 - Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.123.0002.2024 - Manut. Ativ. Contabilidade/Financeiro

Modalidade 3.3.90 (74) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0802 - Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2031 - Manut. Ativ.Div. Ações do Governo

Modalidade 3.3.90 (124) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0902 - Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Atividade 09.02.12.364.0011.2040 - Furb - Fundação Univ.Reg. Blumenau

Modalidade 3.3.90 (148) Aplicações Diretas R\$ 412.600,00

Fonte de Recursos 0100.00000

10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1004 - Diretoria de Projetos

Projeto 10.04.15.127.0012.1119 - Prevenção e Erradicação de Riscos Ambientais e Sociais

Modalidade 4.4.90 (228) Aplicações Diretas R\$ 450.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1005 - Diretoria do Sistema de Alerta - Alerta Blu

Projeto 10.05.15.127.0012.1117 - Imp. Inst. Prev. Ações Enf.Min. Des.Nat

Modalidade 4.4.90 (235) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1071 - Prol. R. Humb. de Camp. - Prog. Mob.Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (292) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1086 - Limp.e Des.Rib. Fortaleza/Pac Dren

Modalidade 4.4.90 (300) Aplicações Diretas R\$ 930.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1098-Sup. Fisc.Obras Bac. Rib.Fort-Pac Dren

Modalidade 4.4.90 (323) Aplicações Diretas R\$ 315.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1204 - Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0013.2296 - Exec.Ações Dec.Emerg. Cal. Pub.

Modalidade 4.4.90 (419) Aplicações Diretas R\$167.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2083 - Apoio Financeiro a Blusoft

Modalidade 3.3.50 (545) Transf.Inst.Prov. s/ Fins Luc. R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 15.02.11.334.0003.2084 - Apoio Financeiro ao Instituto Gene

Modalidade 3.3.50 (546) Transf. Inst.Priv. s/Fins Luc. R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1504 - Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

Atividade 15.04.11.334.0003.2088 - Apoio a Form. de Empreendimentos

Modalidade 3.3.90 (571) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta até o valor de R\$ 1.257.000,00(um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2167 - Manut. Ativ. Assistência e Gestão

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 1.157.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

33 - SERV. AUT. MUN. TRANSITO E TRANSPORTE DE BNU - SETERB

3303 - Diretoria de Transito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 - Manut. Ativ. Trânsito

Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3304 - Diretoria de Transportes

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 - Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.3.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto 31.01.10.301.0009.1052 - Obras Prog.Inv.Red. de Serv. Saúde

Modalidade 4.4.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 1.157.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

33 - SERV. AUT. MUN. TRANSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

3302 - Diretoria Administrativo-Financeira

Atividade 33.02.04.122.0002.2213 - Manut. Ativ. Adm. Seterb

Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 5º Ficam aumentadas no Anexo I - Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017, as seguintes ações:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 - Diretoria de Expediente e Comunicação

Código: 02.01.04.122.

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2002 - Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 167.000,00

Órgão: 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Unidade: 01 - Gabinete do Procurador Geral

Código: 04.01.03.091

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2009 - Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 90.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 05 - Diretoria de Serviços de Ouvidoria e Atendimento

ao Público
 Código: 05.05.04.122.
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2269 - Manut. Ativ. Serviço de Ouvidoria e Atendimento ao Público
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2015): R\$ 15.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
 Unidade: 02 - Diretoria de Receita
 Código: 06.02.04.129
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2023 - Manutenção das Atividades de Receita
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2015): R\$ 150.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL GESTÃO GOVERNAMENTAL
 Unidade: 09 - Diretoria de Infraestrutura Tecnológica
 Código: 07.09.04.126
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2315 - Manut. Ativ. Infraestrutura Tecnológica
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2015): R\$ 322.600,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete
 Código: 08.01.04.131

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2029 - Manutenção das Atividades Administrativas da Se-com
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2015): R\$ 6.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Publicidade
 Código: 08.02.04.131
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2030 - Manutenção das Atividades de Publicidade
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2015): R\$ 21.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Jornalismo
 Código: 08.03.04.131
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2270 - Manutenção das Atividades de Jornalismo
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2015): R\$ 45.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO
 Unidade: 02 - Diretoria de Defesa Civil
 Código: 10.02.182.
 Programa: 0012 - Prevenção e Preparação para Emergências e desastres
 Ação: 2257 - Manut. Ativ. Defesa Civil
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2015): R\$ 100.000,00

Ação: 2301 - Manut. Diques de Contenção de Cheias
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2015): R\$ 350.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
 Unidade: 02 - Diretoria de Obras Conveniadas
 Código: 11.02.15.451
 Programa: 0006 - Blumenau 2050
 Ação: 1008 - Execução de Pavimentação e Drenagem Ruas do Badesc
 Produto: Pavimentação, Drenagem de Vias
 Unidade: km
 Valor Próprio (2015): R\$ 480.000,00

Ação: 1009 - Via Expressa - Acesso BR-470
 Produto: Acesso a BR-470
 Unidade: km
 Valor Próprio (2015): R\$ 800.000,00

Ação: 1013 - Construção de Rotulas, Trevos, Ilhas e Ciclovias
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidades
 Valor Próprio (2015): R\$ 165.000,00

Órgão: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
 Unidade: 02 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico
 Código: 15.02.11.334
 Programa: 0003 - Blumenau Sustentável
 Ação: 2080 - Manut. Ativ. de Des. Econômico
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2015): R\$ 365.000,00

Órgão: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
 Unidade: 02 - Diretoria de Planejamento e Promoção
 Código: 16.02.23.695
 Programa: 0008 - Fortalecer o Turismo
 Ação: 2280 - Manut. Ativ. Planejamento e Promoção
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Vinculado (2015): R\$ 300.000,00

Órgão: 31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Código: 31.01.10.301
 Programa: 0009 - Vida Saudável
 Ação: 2167 - Manut. Ativ. Assistência e Gestão
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2015): R\$ 1.157.000,00

Órgão: 33 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - SETERB
 Unidade: 03 - Diretoria de Transito
 Código: 33.03.06.125.
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 2217 - Manutenção Atividades de Trânsito
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2015): R\$ 40.000,00

Unidade: 04 - Diretoria de Transportes
 Código: 33.04.26.453.
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 2167 - Manut. Ativ. Transportes
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 60.000,00

Art. 6º Para atender o disposto no artigo 5º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I - Metas e Prioridades, da Lei no 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete

Código: 0501.04.122.

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2017 - Manutenção das Atividades Administrativas da Sede

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 15.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 02 - Diretoria de Receita

Código: 06.02.04.123

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2024 - Manut. Ativ. Contabilidade/Financeiro

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 150.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Unidade: 02 - Diretoria de Publicidade

Código: 08.02.04.131

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2031 - Manut. Ativ. Divulgação das Ações do Governo

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 72.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Código: 09.02.12.364

Programa: 0011 - Desenvolvimento do ensino Médio e Superior

Ação: 2040 - Furb - Fundação Universidade Regional de Blumenau

Produto: Crédito Educativo

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 412.600,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

Unidade: 04 - Diretoria de Projetos

Código: 10.04.15.127

Programa: 0012 - Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Ação: 1119 - Prevenção e Erradicação de Riscos Ambientais e Sociais

Produto: Obra/Serviços Executados

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 450.000,00

Unidade: 05 - Diretoria do Sistema de Alerta - Alerta Blu

Código: 10.05.15.127

Programa: 0012 - Prevenção e Preparação p/Emergências e Desastres

Ação: 1117 - Imp/Inst/Prev./Ações Enf.Miniz.Desas.Nat

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 300.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 02 - Diretoria de Obras Conveniadas

Código: 11.02.15.451

Programa: 0006 - Blumenau 2050

Ação: 1071 - Prol.Rua Humberto de Campos - Progr. Mob. Sust. Bnau

Produto: Obra Executada

Unidade: km

Valor Próprio (2015): R\$ 200.000,00

Ação: 1086 - Limpeza e Desassoreamento do Rib. Fortaleza/Pac Drenagem

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 930.000,00

Ação: 1098 - Supervisão/Fiscalização Obras da Bacia Rib. Fortaleza/Pac Dren

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 315.000,00

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 04 - Diretoria de Proteção Básica

Código: 12.04.08.244

Programa: 0013 - Programa SOS Blumenau

Ação: 2296 - Exec.Ações Dec.Emerg. Cal.Pública

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 167.000,00

Órgão: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 02 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Código: 15.02.11.334

Programa: 0003 - Blumenau Sustentável

Ação: 2083 - Apoio Financeiro a Blusoft

Produto: Empresas Incubadas

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 15.000,00

Ação: 2084 - Apoio Financeiro ao Instituto Gene

Produto: Empresas Incubadas

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 300.000,00

Unidade: 04 - Diretoria Micro e Pequenas Empresas

Código: 15.04.11.334

Programa: 0003 - Blumenau Sustentável

Ação: 2088 - Apoio Formalização de Empreendimentos

Produto: Empreendedor Capacitado

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 50.000,00

Órgão: 31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Código: 31.01.10.301

Programa: 0009 - Vida Saudável

Ação: 1052 - Obras do Prog. Invest. da Rede de Serviços de Saúde

Produto: Obra Executada

Unidade: m2

Valor Próprio (2015): R\$ 1.157.000,00

Órgão: 33 - SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

Unidade: 02 - Diretoria Administrativo - Financeira

Código: 33.02.04.122

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativo do Governo

Ação: 2213 - Manut. Ativ. Administrativas e Financeira do Seterb

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 100.000,00

Art. 7º Fica diminuída no Anexo II da Lei Municipal nº 7.993, de 04 de julho de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2015, a seguinte ação:

Órgão: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 02 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Código: 15.02.11.334

Programa: 0003 - Blumenau Sustentável

Ação: 2084 - Apoio Financeiro ao Instituto Gene

Und. Medida: unidade

Qde: 30,00

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.089/2015

LEI 8.089, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de programas de desenvolvimento social e econômico, especialmente os relacionados à mobilidade urbana, de acordo com a Política de Desenvolvimento do Município.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no art. 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Parágrafo único. O financiamento terá prazo total de 48 (quarenta

e oito) meses, sendo 12 (doze) meses de carência e 36 (trinta e seis) meses de amortização.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, §1º, art. 32, da Lei Complementar nº101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 980/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 980, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 3º-A E REVOGA DISPOSITIVOS, DA LEI COMPLEMENTAR

Nº 889, DE 21 DE MAIO DE 2013 E ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 393, DE 25 DE MARÇO DE 2003.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ao artigo 3º-A, da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013, que "Fixa o vencimento dos cargos de provimento efetivo, de provimento em comissão e o valor das gratificações de funções de confiança da Câmara Municipal", são acrescentados os incisos XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV e XXV, com as seguintes redações:

"Art. 3º-A [...]

[...]

XIII - Motorista Oficial da Mesa Diretora - 35% (trinta e cinco por cento);

XIV - Motorista Oficial da Mesa Diretora - 35% (trinta e cinco por cento);

XV - Coordenação de Serviços de Informática - 35% (trinta e cinco por cento);

XVI - Coordenação de Eventos Culturais - 35% (trinta e cinco por cento);

XVII - Coordenação de Comissões Legislativas - 50% (cinquenta por cento);

XVIII - Coordenação de Sessão Legislativa - 50% (cinquenta por cento);

XIX - Coordenação de Trâmite de Proposições - 50% (cinquenta por cento);

XX - Coordenação de Apoio Técnico Contábil - 50% (cinquenta por cento);

XXI - Coordenação Pedagógica do Programa Vereador Mirim - 50% (cinquenta por cento);

XXII - Coordenação de Apoio do Programa Vereador Mirim - 50% (cinquenta por cento);

XXIII - Coordenação de Elaboração Legislativa - 50% (cinquenta por cento);

XXIV - Coordenação de Estudos e Pesquisas Legislativas e Jurídicas - 50% (cinquenta por cento);

XXV - Coordenação de Imprensa - 50% (cinquenta por cento).

Art. 2º O caput do artigo 1º, da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003, que "Institui gratificação de função na Estrutura Administrativa da Câmara Municipal", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Sem prejuízo das gratificações previstas na Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ficam instituídas gratificações de função, de até 100% (cem por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta), do Quadro de Referências de Vencimento previsto na Lei nº 5.655, de 29 de junho de 2001, destinada a remunerar servidor de carreira da Câmara Municipal e do Município quando cedido, designado para desempenhar função ou outros encargos de especial responsabilidade e maior complexidade técnica ou administrativa que não justifiquem a criação de cargos, a ser concedida e livremente destituível por ato do Presidente."

Art. 3º Ficam revogados o artigo 3º e seus incisos IV, V e VII, da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.609/2015

PORTARIA Nº 18.609, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA EBM OSCAR UNBEHAUN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, combinado com os artigos 209 e 210 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e de acordo com a solicitação efetuada através do Memorando n. 139/2015 - Gabinete SEMED, de 25/03/2015, resolve:

DETERMINAR

a abertura de Sindicância Administrativa a ser conduzida pela Terceira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias n. 15.146, 31/10/2011, n. 15.578, de 02/04/2012 e n. 18.495, de 02/03/2015, para apurar supostas irregularidades ocorridas na EBM Oscar Unbehaun, de acordo com os documentos acostados ao Memorando n. 139/2015 - Gabinete SEMED, de 25/03/2015, subscrito pela Secretária Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.613/2015

PORTARIA Nº 18.613, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA JAIR DALL'ACQUA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

JAIR DALL'ACQUA, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Licitações, Contratos e Convênios, símbolo CC-2, na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, nomeado pela Portaria nº 16.613, de 31/01/2013, a contar de 02 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.614/2015

PORTARIA Nº 18.614, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA ROBSON BELLI CAVALLI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

ROBSON BELLI CAVALLI, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Licitações, Contratos e Convênios, símbolo CC-2, na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, a contar de 06 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.615/2015

PORTARIA Nº 18.615, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA JAIR DALL'ACQUA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do

Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal JAIR DALL'ACQUA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, junto à Procuradoria-Geral do Município, para o exercício, a contar desta data, da Função Gratificada de Confiança de Coordenador do Serviço de Análise de Editais e de Aditivos de Contratos, símbolo FGC 60%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 45/2015 - SETERB

PORTARIA N. 45/2015

DESATIVA SEMÁFORO NA RUA XV DE NOVEMBRO, PRÓXIMO A LOJA HAVAN.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

A desativação do semáforo na rua XV de novembro, próximo a loja HAVAN.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data 22 de abril de 2014.

Blumenau, 05 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 46/2015 - SETERB

PORTARIA N. 46/2015

DESIGNA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NESTA AUTARQUIA.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR

a pessoa abaixo indicada, para, substituir Volnei do Nascimento nomeado pela Portaria 188/2014, na composição da Comissão para Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores Públicos lotados nesta autarquia:

Fabiano Correia ocupante do cargo em provimento efetivo de Fiscal de Serviços Públicos.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 09 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente
Seterb

PORTARIA Nº 47/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 47/2015

DECLARA ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, e memorando interno nº 74/2015 proveniente da Comissão de Avaliação de Servidores e de Estágio Probatório - CASEP resolve:

DECLARAR

Estável no serviço público autárquico municipal o servidor efetivo dos quadros permanentes de pessoal da autarquia:

NOME	MATRICULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Wilson Machado Bonfim	707	Guarda de Trânsito	Departamento de Trânsito	16/03/2015

Blumenau, 16 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 48/2015 - SETERB

PORTARIA N.º 48/2015

DETERMINA O USO OBRIGATÓRIO DO COLETE DE IDENTIFICAÇÃO AOS FISCAIS DE SERVIÇOS PUBLICOS DESTA AUTARQUIA.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

O uso do obrigatório do colete de identificação aos Fiscais de Serviços Públicos desta Autarquia.

O descumprimento dessa regulamentação importará na aplicação do artigo 176, incisos VII c/c artigo 187 da Lei Complementar Municipal nº 660/2007.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 13 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 49/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 49/2015

DELEGA COMPETÊNCIA A LUIZ PERON PARA EXERCER A DIREÇÃO DE TRANSPORTES DA AUTARQUIA.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB - no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei Complementar nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º - Fica delegada ao Sr. LUIZ PERON, Fiscal de Serviços Públicos do SETERB, a competência para exercer a direção do

Departamento de Transportes da Autarquia, na forma prevista no artigo 17, da Lei Complementar nº 703, de 29 de janeiro de 2009.

Art. 2º - A delegação de que trata esta portaria restringir-se-á ao período compreendido entre os dias 16 de março a 05 de abril de 2015, podendo o Diretor Presidente, a qualquer momento, avocar a competência delegada.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 16 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 50/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 50/2015
DECLARA ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, e memorando interno nº 74/2015 proveniente da Comissão de Avaliação de Servidores e de Estágio Probatório - CASEP resolve:

DECLARAR

Estável no serviço público autárquico municipal o servidor efetivo dos quadros permanentes de pessoal da autarquia:

NOME	MATRICULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Paulo Fernando Machado Ferraz	700	Guarda de Trânsito	Departamento de Trânsito	13/03/2015

Blumenau, 19 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 51/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 51/2015
DECLARA ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, e memorando interno nº 74/2015 proveniente da Comissão de Avaliação de Servidores e de Estágio Probatório - CASEP resolve:

DECLARAR

Estável no serviço público autárquico municipal o servidor efetivo dos quadros permanentes de pessoal da autarquia:

NOME	MATRICULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Donizete Oliveira de Carvalho	704	Guarda de Trânsito	Departamento de Trânsito	19/03/2015

Blumenau, 24 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 52/105 - SETERB

PORTARIA Nº 52/2015
DECLARA ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, e memorando interno nº 74/2015 proveniente da Comissão de Avaliação de Servidores e de Estágio Probatório - CASEP resolve:

DECLARAR

Estável no serviço público autárquico municipal o servidor efetivo dos quadros permanentes de pessoal da autarquia:

NOME	MATRICULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Gilberto Antonio Maria	703	Guarda de Trânsito	Departamento de Trânsito	24/03/2015

Blumenau, 24 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 53/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 53/2015
CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE A SERVIDORA PÚBLICA AUTÁRQUICA MUNICIPAL TUANY MARIA PEREIRA PUHLMANN.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO NATALIDADE

De acordo com o artigo 266, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Tuany Maria Pereira Puhlmann	45/2015	03/03/2015

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 03 de março de 2015.

Blumenau, 24 de março de 2015
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 54/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 54/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL.

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor público municipal:

Nome	Decênio	Nº Processo
Luiz da Rosa Antonio	2004/2014	31/2015

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data 06 de abril de 2015.

Blumenau, 24 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 55/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 55/2015

CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL RUDINEI JOÃO SCHETZ.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO NATALIDADE

De acordo com o artigo 266, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Rudinei João Schetz	65/2015	23/03/2015

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 23 de março de 2015.

Blumenau, 26 de março de 2015
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 56/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 56/2015

CONCEDE PRÊMIO ESPECIAL POR COMPLETAR 25 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER PRÊMIO ESPECIAL POR TEMPO DE SERVIÇO - 25 ANOS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

de acordo com o artigo 130, parágrafo único, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público municipal:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Célia Cristina Hammes	58/2015	23/03/2015

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 24 de março de 2015.

Blumenau, 26 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 57/2015 - SETERB

PORTARIA N. 57/2015

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL ALLAN LEONARDO VIEIRA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DA GUARDA DE TRANSITO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO,
de acordo com o artigo 46, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público autárquico municipal ALLAN LEONARDO VIEIRA do cargo de provimento em comissão de Gerente da Guarda de Transito.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 26 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 58/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 58/2015

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL
aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos respectivos Grupos Funcionais:

Mat. nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
509	Carlos Roberto Pereira	Fiscal de Serviços Públicos	I	GF	02/03/2015
285	Claudia Regina dos Santos	Monitor de Área Azul	F	GF	16/03/2015
174	Denílson Alípio de Britto	Agente de Zeladoria	C	GO	02/03/2015
704	Donizete Oliveira de Carvalho	Guarda de Trânsito	B	GF	19/03/2015
470	Elenice Schreiber	Agente Administrativo	D	GF	02/03/2015
664	Fernando de Oliveira	Guarda de Trânsito	C	GF	17/03/2015
665	Gerson Melo	Guarda de Trânsito	C	GF	23/03/2015
703	Gilberto Antonio Maria	Guarda de Trânsito	B	GF	24/03/2015
667	Gilberto da Silveira	Guarda de Trânsito	C	GF	23/03/2015
668	Jaison Andre de Souza	Guarda de Trânsito	C	GF	23/03/2015
480	Jerônimo Cidral	Guarda de Trânsito	D	GF	02/03/2015
505	José Bento de Oliveira	Agente Administrativo	D	GF	04/03/2015
333	José Luiz Pineiro	Guarda de Trânsito	F	GF	02/03/2015
166	Luiz da Rosa Antônio	Motorista	D	GF	02/03/2015
536	Mari Solange de Oliveira	Servente de Serviços Gerais	D	GO	02/03/2015
481	Marco Aurélio Noll	Guarda de Trânsito	D	GF	11/03/2015
700	Paulo Fernando Machado Ferraz	Guarda de Trânsito	B	GF	13/03/2015
670	Renato Soares Ribeiro	Guarda de Trânsito	C	GF	23/03/2015
661	Sérgio Luiz Bagattoli	Guarda de Trânsito	C	GF	16/03/2015
279	Silvia Regina da Silva	Monitor de Área Azul	G	GF	16/03/2015
264	Vilmar Machado	Pedreiro de M.M.Oficial	H	GO	16/03/2015
707	Wilson Machado Bonfim	Guarda de Trânsito	B	GF	16/03/2015

Blumenau, 26 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 59/2015 - SETERB

PORTARIA N. 59/2015

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DO SERVIDOR GILBERTO ANTONIO MARIA.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança do servidor GILBERTO ANTONIO MARIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Confiança de Assessor de Equipe de Blitz, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 26 de março de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 60/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 60/2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA AO SERVIDOR LEONARDO LOURENCINI.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDE

Função Gratificada de Confiança ao servidor LEONARDO LOURENCINI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Confiança de Assessor de Equipe de Blitz, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 27 de março de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 62/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 62/2015

CONCEDE AUXÍLIO ESCOLAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER:

Auxílio Escolar aos servidores públicos efetivos desta Autarquia, não detentores de curso superior, relativos ao 1º semestre do ano de 2015:

Nome	Cargo	Curso	Instituição	%
Gilberto Antônio Maria	Guarda de Trânsito	Logística	UNIASSELVI	28

As despesas decorrentes da presente portaria correrão por conta da classificação 33.03.06.125.0005.2217 Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, elemento 3.3.90.18.99.01 - Outros auxílios financeiros a estudantes do orçamento da Autarquia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de março de 2015.

Blumenau, 30 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 63/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 63/2015
REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DO SERVIDOR DARLEI SCOTTINI.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR
Função Gratificada de Confiança do servidor DARLEI SCOTTINI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Confiança de Coordenador de Equipes de Ostensivo Diurno 3, correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 31 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 64/2015 - SETERB

PORTARIA N. 64/2015
NOMEIA DARLEI SCOTTINI PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DA GUARDA DE TRANSITO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR,
de acordo com o art. 9º, II, da Lei Complementar Municipal n. 660, de 27 de novembro de 2007, e art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

DARLEI SCOTTINI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente da Guarda de Transito, símbolo CC-3, a contar desta data, delegando-lhe as competências previstas no art.8, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 01º de abril de 2015.

Blumenau, 31 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 65/2015 - SETERB

PORTARIA N. 65/2015
CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL AURÉLIO MIGUEL BOWENS DA SILVA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURIDICO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO,
de acordo com o artigo 46, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público autárquico municipal Aurélio Miguel Bowens da Silva do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 31 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 66/2015 - SETERB

PORTARIA N. 66/2015
NOMEIA CAIO MARCELO SILVEIRA PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURIDICO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR,
de acordo com o art. 9º, II, da Lei Complementar Municipal n. 660, de 27 de novembro de 2007, e art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

CAIO MARCELO SILVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, símbolo CC-2, a contar desta data, delegando-lhe as competências previstas no art.8, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 1º de abril de 2015.

Blumenau, 31 de março de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 67/2015 - SETERB

PORTARIA N.º 67/2015

DETERMINA O COMPARECIMENTO OBRIGATÓRIO DOS GUARDAS DE TRÂNSITO DESTA AUTARQUIA EM AUDIÊNCIAS JUDICIAIS QUE SÃO ARROLADOS COMO TESTEMUNHAS.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONSIDERANDO que a convocação, por parte do Poder Judiciário, para ser testemunha não representa um favor cujo cumprimento é facultativo, mas sim uma ORDEM JUDICIAL, a qual todos estão obrigados a cumprir;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 319 do Código de Processo Civil, segundo o qual "ninguém se exime do dever de colaborar com a Poder Judiciário para o descobrimento da verdade";

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do artigo 419 do Código de Processo Civil, segundo o qual "o depoimento prestado em juízo é considerado serviço público";

CONSIDERANDO o disposto no artigo 412, segunda parte, do Código de Processo Civil, segundo o qual "se a testemunha deixar de comparecer, sem motivo justificado, será conduzida, respondendo pelas despesas do adiamento";

CONSIDERANDO o disposto no artigo 219 do Código de Processo Penal, segundo o qual "o juiz poderá aplicar à testemunha faltosa a multa prevista no art. 453, sem prejuízo do processo penal por crime de desobediência, e condená-la ao pagamento das custas da diligência";

CONSIDERANDO o disposto no artigo 458 do Código de Processo Penal, segundo o qual "se a testemunha, sem justa causa, deixar de comparecer, o juiz presidente, sem prejuízo da ação penal pela desobediência, aplicar-lhe-á a multa prevista no § 2º do art. 436 deste Código";

CONSIDERANDO o disposto no § 2º do artigo 436 do Código de Processo Penal, segundo o qual "a recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado";

DETERMINAR

O comparecimento obrigatório dos Guardas de Trânsito desta Autarquia a todas as audiências em que forem arrolados como testemunhas.

O descumprimento dessa obrigação importará na aplicação do artigo 176, incisos VII c/c artigo 187 da Lei Complementar Municipal nº 660/2007.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 31 de março de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 68/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 68/2015

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor público municipal:

Nome	Decênio	Nº Processo
Dauro de Almeida	2004/2014	57/2015

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 06 de abril de 2015.

Blumenau, 02 de abril de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 69/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 69/2015

CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL MAICON ALEXANDRE BUSS.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO NATALIDADE

De acordo com o artigo 266, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Maicon Alexandre Buss	69/2015	02/04/2015

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 31 de março de 2015.

Blumenau, 02 de abril de 2015

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente

RECEBIMENTO RECURSOS FEDERAIS MARÇO/2015 - SEMUSMês / Ano **MARÇO 2015**Entidade: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Bloco	Componente	Ação/Serviço/Estratégia	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Líquido
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA (PARCELAS)	001	000957	0000184012	R\$ 132.869,88
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA (PARCELAS)	001	000957	0000184012	R\$ 132.869,88
ATENÇÃO BÁSICA	PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	001	000957	0000184071	R\$ 206.856,00
ATENÇÃO BÁSICA	PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	ATENÇÃO DOMICILIAR (EMAD) RAU-ADOM	001	000957	0000184071	R\$ 150.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	EMAP - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE APOIO (RAU-ADOM)	001	000957	0000184071	R\$ 6.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	PISO DA ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO	PAB FIXO	001	000957	0000184071	R\$ 605.933,08
ATENÇÃO BÁSICA	PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	SAÚDE BUCAL - SB	001	000957	0000184071	R\$ 55.100,00
ATENÇÃO BÁSICA	PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	001	000957	0000184071	R\$ 414.240,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - MUNICIPAL	104	004111	0066240082	R\$ 23.100,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC AIH - CIRURGIA DO APARELHO CIRCULATORIO	104	004111	0066240082	R\$ 113.096,73
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC AIH - CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO, ORGÃOS ANEXOS E PAREDE ABDO	104	004111	0066240082	R\$ 64.943,97
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC AIH - CIRURGIA OROFACIAL	104	004111	0066240082	R\$ 750,60
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC AIH - TRANSPLANTES DE ORGÃOS, TECIDOS E CÉLULAS	104	004111	0066240082	R\$ 2.020.594,09

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC AIH - TRATAMENTO DE DOENÇAS DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL E PERIFÉRI	104	004111	0066240082	R\$ 2.280,10
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC SIA - ATENDIMENTO/ACOMP DE DOENÇAS ENDOC/METABOL E NUTRICIONAIS	104	004111	0066240082	R\$ 640,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC SIA - ATENÇÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	104	004111	0066240082	R\$ 6.600,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC SIA - CONSULTAS MÉDICAS/OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	104	004111	0066240082	R\$ 1.501,24
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC SIA - EXAME CITOPATOLÓGICO DO COLO DE ÚTERO	104	004111	0066240082	R\$ 3.642,70
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC SIA - EXAMES DO LEITE MATERNO	104	004111	0066240082	R\$ 4.643,06
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC SIA - NEFROLOGIA	104	004111	0066240082	R\$ 338.648,32
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC SIA - NEFROLOGIA	104	004111	0066240082	R\$ 319.501,86
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC SIA - TRANSPLANTES DE ORGÃOS, TECIDOS E CÉLULAS	104	004111	0066240082	R\$ 101.487,49
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC SIA - TRATAMENTO DE DOENÇAS DO APARELHO DA VISÃO	104	004111	0066240082	R\$ 4.295,98

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	REDE VIVER SEM LIMITES - REDEF - CEO MUNICIPAL	104	004111	0066240082	R\$ 2.200,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS SAMU 192 (RAU-SAMU)- MUNICIPAL	104	004111	0066240082	R\$ 49.475,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS - SAMU 192 (MAC)- MUNICIPAL	104	004111	0066240082	R\$ 37.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	104	004111	0066240082	R\$ 7.250.014,19
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA (RCE-RCEG)	104	004111	0066240082	R\$ 247.864,69
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	TETO MUNICIPAL REDE DE URGÊNCIA (RAU-HOSP)	104	004111	0066240082	R\$ 830.915,79
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	TETO MUNICIPAL REDE PREV DIAG TRAT CANCER COLO DE MAMA (RCA-RCAN)	104	004111	0066240082	R\$ 14.023,39
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	TETO MUNICIPAL REDE PSICOSSOCIAL (RSM-CRAC)	104	004111	0066240082	R\$ 56.101,10

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	TETO MUNICIPAL REDE SAUDE MENTAL (RSME)	104	004111	0066240082	R\$ 106.169,28
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILANCIA EM SAUDE	INC.AS AÇÕES DE VIG.PREV E CONT DAS DST/AIDS E HEPATITE VIRAIS (PVVS)	104	004111	0066240090	R\$ 16.583,33
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILANCIA EM SAUDE	INC.AS AÇÕES DE VIG.PREV E CONT DAS DST/AIDS E HEPATITE VIRAIS (PVVS)	104	004111	0066240090	R\$ 16.583,33
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILANCIA EM SAUDE	INC.PARA IMPLANT.E MANUT.AÇÕES SERV.PUBLIC.STRAT.DE VIG.(PVVS)	104	004111	0066240090	R\$ 5.000,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILANCIA EM SAUDE	INC.PARA IMPLANT.E MANUT.AÇÕES SERV.PUBLIC.STRAT.DE VIG.(PVVS)	104	004111	0066240090	R\$ 5.000,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILANCIA EM SAUDE	PISO FIXO DE VIGILANCIA EM SAUDE (PFVS)	104	004111	0066240090	R\$ 83.915,91
Total Geral						R\$ 13.430.940,99

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 02/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 02/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial TIPO: Menor preço por item.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática, conforme anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 23/04/2015 HORÁRIO: 10:00 horas.

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.52 - Equipamentos e materiais permanentes.

O Edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 09 de abril de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Braço do Trombudo**PREFEITURA****EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 13 2015 - SRP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 19/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 13/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 24.04.2015, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de peças para manutenção da motoniveladora RG 140 B ano 2012 da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 08 de abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO 02_2015

EDITAL 002/2015 DE CHAMAMENTO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2014

NILSO STEDILE, Prefeito em Exercício de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 020 /2006,

REALIZA CHAMAMENTO

de candidato classificado no Concurso Público para Ingresso em cargo efetivo na Administração do Município de Brunópolis - SC, conforme Edital nº 02/2015, Concurso Público nº 001/2014, conforme abaixo:

MOTORISTA I

Classificação	Nome
3º	Sherlon A. Rauen

Fica estabelecido o prazo de 15(quinze) dias para a apresentação no Departamento de Pessoal, da documentação necessária conforme estabelece o Edital 01/2014.

A não apresentação dos documentos acima no prazo estipulado implicará na exclusão do candidato e perda da vaga.

Caso o candidato não possa assumir a função quando chamado, poderá solicitar a sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

Brunópolis - SC em 06 de abril de 2015.

NILSO STEDILE

Prefeito Municipal em Exercício

RELAÇÃO DE CONTRATOS MÊS 03 - 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

Relação dos Contratos

Página: 1/1

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
295	026/2015	02/03/2015	31/12/2015	10/2015	Não	22.000,00		Prestador de Serviços	PARMA & CIA LTDA - ME
	Objeto: Aquisição de mão-de-obra mecânica e elétrica para manutenção da frota municipal								
296	027/2015	02/03/2015	31/12/2015	10/2015	Não	11.200,00		Prestador de Serviços	Jacy Pedro Picolli - ME
	Objeto: Aquisição de mão-de-obra mecânica e elétrica para manutenção da frota municipal								
297	028/2015	02/03/2015	31/12/2015	10/2015	Não	14.800,00		Prestador de Serviços	SASSO E ORTIZ LTDA
	Objeto: Aquisição de mão-de-obra mecânica e elétrica para manutenção da frota municipal								
298	029/2015	05/03/2015	31/12/2015		Não	18.000,00		Prestador de Serviços	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTEI
	Objeto: Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, de Conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes as licitações públicas.								
299	030/2015	13/03/2015	31/12/2015	14/2015	Não	59.700,00		Prestador de Serviços	JK MATZ COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
	Objeto: Contratação de serviços de apoio administrativo								
300	031/2015	18/03/2015	31/12/2015	16/2015	Não	28.960,00		Prestador de Serviços	F. VACHULESKI & CIA LTDA
	Objeto: Serviços de recauchutagem, conserto, vulcanização e dublagem de pneus.								
301	032/2015	18/03/2015	31/12/2015	16/2015	Não	22.730,00		Prestador de Serviços	F M PNEUS LTDA
	Objeto: Serviços de recauchutagem, conserto, vulcanização e dublagem de pneus.								
302	033/2015	18/03/2015	31/12/2015	16/2015	Não	12.590,00		Prestador de Serviços	GRANDO PNEUS LTDA - ME
	Objeto: Serviços de recauchutagem, conserto, vulcanização e dublagem de pneus.								
303	034/2015	18/03/2015	31/12/2015	16/2015	Não	21.230,00		Prestador de Serviços	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA - EPP
	Objeto: Serviços de recauchutagem, conserto, vulcanização e dublagem de pneus.								
304	035/2015	23/03/2015	31/12/2015	17/2015	Não	40.500,00		Prestador de Serviços	LITOCENTER SERVICOS MEDICOS LTDA - ME
	Objeto: Contratação de serviços médicos.								
305	036/2015	23/03/2015	31/12/2015	17/2015	Não	42.300,00		Prestador de Serviços	Drª Andrea Nancy Pontes Gomes
	Objeto: Contratação de serviços médicos.								
306	037/2015	27/03/2015	31/12/2015	15/2015	Não	17.099,00		Prestador de Serviços	LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓ
	Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de informática.								

Total: 12

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015-IBPLAM

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 001/2015- IBPLAM

TOMADA DE PREÇO nº 001/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO DEMOGRÁFICO DE PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO BRUSQUENSE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Terceira (habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista; qualificação técnica e qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela habilitação das empresas BK2 EMPREENDIMENTOS LTDA e ECHOA ENGENHARIA S/S LTDA em razão do pleno cumprimento das exigências contidas em edital, nos termos da Ata de Licitação.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

08/04/2015

JOSEANA PAES LOPES

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 030/2014

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 030/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 030/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Centro de Tecnologia Armazém Datacenter Ltda, em 13/03/2015. Objeto: prorrogação. Valor: R\$ 160.570,44. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, c/c art. 55, III, ambos da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 092/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Diego Fagundes e Adalberto da Silva.

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2012 - FEZB

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2012 - FEZB

Espécie: 6º Termo Aditivo, Contrato nº 002/2012 - FEZB, entre o Município de Brusque e a empresa Montállica Montagens e Estruturas Metálicas Ltda, em 23/03/2015. Objeto: prorrogação e acréscimo qualitativo. Valor: R\$ 32.537,72. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inc. II e art. 58, inc. I da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 001/2012 - FEZB. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Paulo Roberto Mellão Filho e Mauricio Ludim.

PORTARIA N. 089/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 089/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia ao servidor ANDERSON MANRICH, ocupante do cargo de Agente de obras, referente aos exercícios de 01.03.2010 a 28.02.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.04.2015.

Brusque, 08 de abril de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA N. 090/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 090/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia ao servidora CLAUDETE MARQUES BAUNGARTNER, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, referente aos exercícios de 26.06.2009 a 25.06.2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.04.2015.

Brusque, 08 de abril de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA N. 091/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 091/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia ao servidor FLORI RAMOS DE MORAES, ocupante do cargo de Agente de leitura e Inspeção, referente aos exercícios de 03.07.2009 a 02.07.2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.04.2015.

Brusque, 08 de abril de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA N. 092/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 092/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, referente a um mês, ao servidor OSMAR PACHECO, ocupante do cargo de Agente Hidráulico, referente aos exercícios de 12.06.2009 a 11.06.2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos

ao dia 01.04.2015.

Brusque, 08 de abril de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA N. 093/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 093/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor REINALDO MELÃO, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção, referente aos exercícios de 03.07.2009 a 02.07.2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.04.2015.

Brusque, 08 de abril de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA N. 094/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 094/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidora ROSÂNGELA DE MELO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, referente aos exercícios de 26.06.2009 a 25.06.2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.04.2015.

Brusque, 08 de abril de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA N. 095/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 095/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidora SILVIA ELIANE ROSO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, referente aos exercícios de 08.03.2009 a 07.03.2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01.04.2015.

Brusque, 08 de abril de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 9.770, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.770, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marcos Bernhardt para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-III, como Diretor-Geral, lotado na Secretaria da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 3, DE 07 DE ABRIL DE 2015 LEGISLATIVO

Resolução Administrativa Nº 3, de 07 de abril de 2015

Altera dispositivos da Resolução Administrativa nº 02 de 01 de abril de 2015 e seu anexo e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 2º da Resolução passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

Parágrafo único. Os candidatos eleitos tomarão posse no Plenário da Câmara Municipal, em sessão solene, às 10:00 horas do dia 1º de maio de 2015."

Art. 2º Fica alterado o artigo 8º da Resolução, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade aplicadas aos candidatos a eleição indireta para os cargos de prefeito e vice-prefeito, são as definidas nesta Resolução, observando-se as disposições da Constituição Federal e legislação eleitoral naquilo que for aplicável.

Art. 3º O artigo 9º da Resolução passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º

§ 1º O requerimento, em duas vias, deverá ser instruído com:

a) declaração da direção regional do partido ou da instância partidária que a substituir a respeito da escolha do candidato, com

a cópia da ata assinada e acompanhada da lista de presença dos convencionais, com as respectivas assinaturas.

.....

d) Cópia do título eleitoral;

.....

§ 2º Havendo coligações para composição das chapas, deverão ser apresentadas as atas de todos os partidos integrantes que comprovem a deliberação sobre a coligação.

§ 3º O candidato indicado que se enquadrar em alguma das hipóteses de incompatibilidade previstas na Lei Complementar 64/90, deverá apresentar documento que comprove a sua desincompatibilização, no ato do registro da candidatura.

§ 4º Quando as certidões criminais a que se refere a alínea 'f' do parágrafo 1º deste artigo forem positivas, o Requerimento de Registro de Candidatura também deverá ser instruído com as respectivas certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados.

§ 5º Os Vereadores, no exercício da função, não precisarão se afastar para concorrer aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito. O Vereador que se encontrar no exercício da Presidência deverá se afastar desta condição se quiser concorrer ao pleito, mantendo-se o direito ao voto nas mesmas condições dos demais Vereadores.

§ 6º O Presidente da Câmara que exerce interinamente o cargo de Prefeito não precisa se desincompatibilizar para se candidatar a este cargo."

Art. 4º O parágrafo único do art. 13, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13.

Parágrafo único. O sítio eletrônico da Câmara Municipal de Brusque será o veículo oficial de divulgação dos atos relativos ao pleito eleitoral, inclusive decisões da Mesa Diretora sobre impugnações de candidatura, devendo o interessado se responsabilizar pelo acesso contínuo das informações e decisões divulgadas."

Art. 5º Fica alterada a denominação do anexo da Resolução 02/2015, passando a denominar-se "anexo único".

Art. 6º Fica alterado o art. 1º do anexo único da Resolução nº 02/2015 - Edital 01/2015, conforme segue:

"Art. 1º

I -

II - 10/04/2015 - data para publicação das chapas inscritas e disponibilização aos interessados da documentação comprobatória das condições de elegibilidade;

III - 13/04/2015 - prazo final para impugnação de chapa ou candidatura;

IV - 15/04/2015 - prazo final para contestação da impugnação de chapa ou candidatura;

V - 17/04/2015 - prazo final para a Mesa Diretora deliberar sobre os pedidos de inscrição de chapa e impugnação de chapa ou candidatura;

VI - 17/04/2015 - data de publicação das decisões da Mesa Diretora sobre as inscrições de chapas ou que acatar impugnação de chapa ou candidatura;

VII - 20/04/2015 - prazo final para substituição dos candidatos;

VIII - 20/04/2015 - data para publicação da substituição de candidato e disponibilização aos interessados da documentação comprobatória das condições de elegibilidade;

IX - 22/04/2015 - prazo final para impugnação do candidato substituto;

X - 24/04/2015 - prazo final para contestação da impugnação do candidato substituto;

XI - 28/04/2015 - prazo final para a Mesa Diretora deliberar sobre a inscrição do candidato substituto e sobre eventual impugnação;

XII - 28/04/2015 - data de publicação das decisões da Mesa Diretora sobre a inscrição do candidato substituto ou acatar impugnação da candidatura;

XIII - 30/04/2015, às 14 horas - data e horário da realização das eleições indiretas.

.....

§ 4º O horário para recebimento de registro de candidatura,

impugnações e contestações será das 12:00 às 18:00 horas, conforme o calendário eleitoral. Excepcionalmente, nos finais de semana e feriados, os pedidos de registro de candidatura, impugnações e contestações serão feitos no regime de plantão, por meio dos telefones (47) 9912-2600 Jefferson Silveira, (47) 8469-2889 Rogério Gamba e (47) 9993-5519 Fabiana Dalcastagné, nos mesmos horários acima descritos.

§ 5º Revogado."

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, 07 de Abril de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

André Rezini	Moacir Giraldi
1º Secretário	2º Secretário

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. - 29/2015 PR 15-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29-2015 - PR - 15-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

OBJETO; REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CENTRAL PRIVADA DE COMUTAÇÃO TELEFÔNICA - CPCT PARA PREFEITURA DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/04/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 23/04/2015 as 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 08 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL SME Nº 01/2015 - PROGRESSÃO HORIZONTAL

EDITAL DE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ESTÁVEIS NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAÇADOR

EDITAL SME Nº 01/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05 de Abril de 1990, e do art. 48 e art. 50 da Lei Complementar nº 286 de 16/12/2014, resolve:

Abrir inscrições e baixar normas para progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação dos profissionais efetivos e estáveis do Magistério Público Municipal;

Tornar público, para o conhecimento dos interessados que ficam abertas as inscrições para progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, dentro do mesmo cargo, aberto aos servidores públicos municipais estáveis (que já concluíram o estágio probatório) que integram o Magistério Público Municipal.

1. Das inscrições

1.1 Período e Horário

As inscrições estarão abertas aos servidores públicos municipais estáveis que integram o quadro dos Profissionais da Educação do Município de Caçador - SC, nos dias 10/04/2015 e 13/04/2015, no horário das Unidades escolares, com os secretários escolares.

1.2 Locais de Inscrição

Os interessados deverão se inscrever nas secretarias da Unidade Escolar, onde o profissional está atuando e para os profissionais que estiverem atuando fora de uma unidade escolar, poderão se inscrever na Secretaria Municipal de Educação, nesses mesmos dias, das 13h30min às 18h30min.

2. Dos Requisitos

- Ser servidor público municipal integrante do quadro de pessoal

dos profissionais da Educação;

- Ser estável, ou seja, já ter cumprido integralmente o período de estágio probatório;

- Apresentar curso de no mínimo de 80 (oitenta) horas/aula na área de atuação ou formação profissional, relacionados com a disciplina e aqueles que servem de subsídios para atuação no cargo que o servidor estiver desempenhando, cuja carga horária mínima deverá ser de 10 (dez) horas/aulas.

- Serão validados os cursos frequentados de 2013 até a data da inscrição.

- Somente serão computados e válidos os cursos reconhecidos ou viabilizados pela Secretaria Municipal de Educação e/ou entidades credenciadas junto à Secretaria Municipal da Educação, analisados os certificados por comissão constituída para este fim.

- Somente será considerado como de exercício para efeito da progressão horizontal, durante o interstício, as licenças previstas no artigo 98 incisos I, III, VII, e IX do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, excluindo-se todas as demais licenças ou afastamentos previstos:

"Art. 98 - Conceder-se-á ao servidor, licença:

I - para tratamento de saúde;

III - para a gestante, à adotante e a paternidade;

VII - como prêmio à assiduidade;

IX - para desempenho de mandato classista;"

- No que tange ao afastamento para servir a outro órgão ou entidade, com remuneração para o Poder Executivo, o referido tempo de afastamento será considerado como tempo de efetivo exercício para efeito da progressão horizontal.

3. Documentos

No ato de realização da inscrição, o interessado que se enquadrar nos requisitos previstos no item 2, deverá entregar os seguintes documentos, sendo que não poderão ser juntados outros documentos após a inscrição:

a) Ficha de inscrição preenchida e assinada;

b) Fotocópia dos certificados de curso, juntamente com os originais;

c) Declaração em formulário próprio, assinada pelo servidor interessado, que já concluiu o estágio probatório, e com referência em que cargo atua.

4. Disposições Gerais

4.1 Cada inscrito fará jus a uma progressão de forma horizontal de uma Referência para outra imediatamente superior, num percentual de 3% (três por cento) sobre o vencimento, atendendo ao disposto no Anexo III, da Lei complementar nº 286 de 16/12/2014, sendo que a primeira concessão só poderá ser efetuada após a conclusão do Estágio Probatório juntamente com a designação da estabilidade do servidor.

4.2 A carga horária excedente de uma progressão não poderá ser utilizada para novas progressões.

4.3 O novo enquadramento alcançado pelo servidor da educação, através da presente progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, será feito no mês da sua realização.

4.4 A divulgação dos resultados da presente progressão funcional será publicada em 15/04 a partir das 10h, no site da prefeitura municipal de Caçador (www.cacador.sc.gov.br) e no mural da Secretaria Municipal de Educação.

4.5 O servidor terá um dia útil para impetrar recurso, o qual deverá ser feito com identificação total do recorrente (nome completo, estado civil, endereço residencial, telefone, cargo de concurso junto ao município, descrever as razões do recurso, assinar), e protocolar junto à Secretaria Municipal de Educação, na Casa da Cultura, cito a Rua Curitibaanos, 600, Centro, em Caçador. Não serão aceitos recursos intempestivos (fora do prazo) e nem recursos coletivos.

4.6 A inscrição que trata o presente Edital poderá ser realizada por terceiro, devidamente habilitado por PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO, que deverá ser feita em Cartório, e para tanto o candidato deverá levar este edital ao Cartório, para que o cartório tome ciência do tipo de procuração exigida. Não será aceita procuração simples, ou apenas com reconhecimento de firma. O terceiro que realizar a inscrição por procuração é inteiramente responsável pela mesma, bem como da ciência do presente Edital e suas regras;

4.7 A divulgação final será no dia 17/04/2015 a partir das 17h, no site da prefeitura municipal de Caçador (www.cacador.sc.gov.br) e no mural da Secretaria Municipal de Educação.

4.8 Cabe total responsabilidade ao interessado a leitura, interpretação e ciência deste edital e suas regras para a progressão funcional.

4.9 Os casos omissos serão analisados pela comissão, com assessoramento jurídico se necessário for.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de Abril de 2015
Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Gonçalves
Secretário Municipal de Educação

PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ESTÁVEIS NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAÇADOR
EDITAL SME Nº 01/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E ÁREA DE ATUAÇÃO

Declaro para os devidos fins que sou servidor(a) público municipal efetivo(a) estável já tendo concluído estágio probatório.

Nome: _____

Cargo: _____

Data da posse: _____

Sendo a mais pura expressão da verdade, sob as penas da lei.

Caçador, ____ de abril de 2015

Assinatura

PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ESTÁVEIS NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAÇADOR
EDITAL SME Nº 01/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015
FICHA DE INSCRIÇÃO

1. Dados do servidor

Nome completo: _____

Unidade de Lotação: _____

Local de atuação: _____

2. Cursos Apresentados:

2.1 Título Curso: _____

Carga Horária: _____

Data: _____

Instituição que promoveu: _____

2.2 Título Curso: _____

Carga Horária: _____

Data: _____

Instituição que promoveu: _____

2.3 Título Curso: _____

Carga Horária: _____

Data: _____

Instituição que promoveu: _____

2.4 Título Curso: _____

Carga Horária: _____

Data: _____

Instituição que promoveu: _____

Caçador, ____ de abril de 2015

Assinatura do servidor _____

Responsável pela inscrição _____

PORTARIA Nº 25.209

PORTARIA nº 25.209, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias do Servidor Público Municipal, lotado junto a Municipal de Infraestrutura, a seguir relacionado, especificando: código, nome, cargo, e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
3174	Julio Cesar Pe-trykowski	Motorista Caminhão	15/05/2011 a 14/05/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.224

PORTARIA nº 25.224, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias do Servidor Público Municipal, lotado junto a Fundação Municipal de Esportes, a seguir relacionado, especificando: código, nome, cargo, e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
15	Juliano Graciano Vaz	Diretor Técnico	01/02/2014 a 31/01/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.233

PORTARIA nº 25.233, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome e nível ascendido no mês de Fevereiro de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
10940	Carla Andressa Vierzbicki	Nível 0 – Nível I

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.237

PORTARIA nº 25.237, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome e nível ascendido no mês de Fevereiro de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
11058	Valquiria Granemann Souza Perazzoli	Nível 0 – Nível I

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.242

PORTARIA nº 25.242, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias do Servidor Público Municipal, lotado junto a Fundação Municipal de Esportes, a seguir relacionado, especificando: código, nome, cargo, e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
838	Fabio Denis Casagrande	Auxiliar de Contabilidade	01/01/2014 a 31/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.245

PORTARIA nº 25.245, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias da Servidora Pública Municipal, lotada junto a Fundação Municipal de Esportes, a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo, e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
25	Carine Marla Bosetti	Diretora Esportiva Educacional	03/02/2014 a 02/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.265

PORTARIA nº 25.265, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias da Servidora Pública Municipal, lotada junto a Fundação Municipal de Esportes, a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo, e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
11164	Salete Agusti	Auxiliar de Serviços Gerais	20/07/2014 a 19/07/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.276

PORTARIA nº 25.276, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias da Servidora Pública Municipal, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo, e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
10895	Sandra Mara Amadori Nunes	Assistente Administrativo	13/04/2015 a 12/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.295

PORTARIA nº 25.295, de 13 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias da Servidora Pública Municipal, lotada junto a Fundação Municipal de Esportes, a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo, e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
1236	Lucianita Furlanetto	Professora	20/06/2011 a 19/06/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.368

PORTARIA Nº 25.368, de 04 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde, especificando: código, nome da servidora, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
707	Lucia Spegiorin	Professora de 1º ao 5º ano	30	02/03/2015 a 31/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.011/2015

DECRETO N.º 2.011/2015

Institui a Comissão Municipal de Eventos para o XXXIII Encontro Internacional de Missões, estabelece normas para expedição de alvarás para funcionamento de Ponto de Comércio Temporário e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a realização do XXXIII Encontro Internacional de Missões, promovido pela entidade Gideões Missionários da Última Hora, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, no período de 25 de abril a 04 de maio de 2015;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Municipal em organizar sua estrutura e serviços para recepcionar o elevado número de pessoas presente nesse evento;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Eventos, para atuar por ocasião do XXXIII Encontro Internacional de Missões - Gideões Missionários da Última Hora, sendo composta pelos seguintes membros e respectivas atribuições:

I - Coordenadores:

- a) Município de Camboriú - John Lenon Teodoro e Márcio da Rosa;
- b) Gideões Missionários da Última Hora - Heron Macelai e Hueslen Ricardo dos Santos.

II - Comissão Organizadora:

- a) Márcio da Rosa;
- b) Sérgio Luiz Venâncio;
- c) Henrique Bertoldi;
- d) Márcia Regina Oliveira Freitag;
- e) Fátima Nair Bambinetti Gervásio;
- f) John Lenon Teodoro;
- g) Rodrigo Meirinho Morimoto;
- h) Janir Francisco de Miranda;
- i) Jackson Genésio Rosa;
- j) Altamir Montibeller;
- k) Carla Rosana Krug;
- l) Milton Antonio da Silva;
- m) Cícero Leon Zucco de Miranda Pytlovanci;
- n) Edson de Jesus Silva.

III - Vigilância Sanitária, Epidemiologia e doença infecto-contagiosa:

- a) Fabíola Rigo da Cruz.

IV - Fiscalização Tributária:

- a) Sérgio Luiz Venâncio.

V - Limpeza Pública:

- a) Janir Francisco de Miranda;
- b) Arnoldo Bastos Júnior.

VI - Saúde Pública:

- a) Márcia Regina Oliveira Freitag.

VII - Fiscalização Ambiental e Sonora:

- a) Carla Rosana Krug.

VIII - Controle de Trânsito:

- a) Márcio da Rosa;
- b) Jair Grings;
- c) Capitão da Polícia Militar Pablo Neri Pereira;
- d) Rodrigo Meirinho Morimoto.

IX - Equipe de Imprensa e Publicidade:

- a) Peeter Lee Grando.

X - Recepção:

- a) Fátima Nair Bambinetti Gervásio.

XI - Segurança Pública:

- a) Capitão da Polícia Militar Pablo Neri Pereira;
- b) Delegado de Polícia Civil Rodolfo Farah Valente Filho.

Art. 2º Os alvarás para funcionamento de ponto de comércio temporário serão expedidos quando atendidos, no que couber, todas as exigências de vigilância sanitária, normativas do Corpo de Bombeiros Militar e demais exigências previstas na legislação municipal.

§ 1º A Municipalidade reserva-se o direito de a qualquer tempo verificar, além de cumpridas as exigências do caput, ser conveniente a instalação do ponto cujo alvará está sendo solicitado, diante da natureza do evento, podendo vetar de plano a sua expedição.

§ 2º Os alvarás para funcionamento de ponto de comércio temporário poderão ser cassados, quando verificado pela fiscalização municipal a ocorrência de apresentação ao vivo de cantores, nas proximidades do Ginásio de Esportes Irineu Bornhausen, local oficial da realização dos cultos do XXXIII Encontro Internacional de Missões.

§ 3º Fica proibida a utilização de qualquer aparelho sonoro para divulgação e propaganda do produto, exceto a utilização de fone de ouvido e televisor, apenas com imagem, na Rua Maria da Glória Pereira e esquina com as Ruas Gustavo Richardt, Hercílio Zuchi e Sérgio Moraes.

§ 4º Nas demais ruas do Município fica permitida a utilização de som ao vivo e mecânico até o limite de 70 (setenta) decibéis.

§ 5º Observada qualquer infringência as normas estabelecidas neste Decreto, a fiscalização municipal notificará o estabelecimento ou ambulante para que se abstenha de continuar a prática, sendo que, persistindo a infração, serão apreendidas as mercadorias postas à comercialização ou lacrado o estabelecimento.

Art. 3º O valor para liberação do alvará de licença para funcionamento de Ponto de Comércio Temporário corresponderá a R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) para estabelecimento com até 20 m² (vinte metros quadrados). Acima disto, a cada metro quadrado, será acrescido o valor de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais).

Art. 4º O valor para liberação do alvará de licença temporário para ambulantes corresponderá a R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).

Art. 5º O valor para liberação do alvará de licença temporária para áreas de estacionamento, devidamente credenciadas, será de:

- I - R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) para as áreas de até 1.000 m² (um mil metros quadrados);
- II - R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) para as áreas acima de 1.000 m² (um mil metros quadrados).

Art. 6º O valor para liberação do alvará de transporte utilitário, devidamente credenciados, será de:

I - R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais) para veículos com capacidade de até 16 (dezesseis) pessoas;
 II - R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) para veículos com capacidade acima de 16 (dezesseis) pessoas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 06 de março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
 Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
 Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
 Secretário M. de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO N.003/2015 DO CONCURSO PÚBLICO 025/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 003/2015

(Edital de Concurso Público nº. 025/2013)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013 e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012, na Lei Complementar nº. 40 de 02 de Janeiro de 2012;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013, conforme os Cargos constantes do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getúlio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 13:00h as 18:00h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

CÓPIAS AUTENTICADAS

- 1.Comprovante de residência no nome (água, luz ou telefone fixo) se em nome de terceiro apresentar declaração do proprietário do imóvel reconhecido em cartório, com o respectivo comprovante de residência
- 2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
- 3.CPF
- 4.Comprovante de inscrição no conselho de classe e certidão negativa de débito, respectivo (quando couber)
5. Carteira de Saúde para nos cargos de Merendeira
- 6.Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital do concurso)
- 7.Certidão de casamento
- 8.PIS/PASEP
- 9.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
- 10.Título de eleitor
- 11.Certificado de reservista (se masculino)

- 12.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
- 13.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
- 14.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos) para os filhos maiores de 14 anos com CPF

DOCUMENTOS ORIGINAIS

- Foto 3x4 atualizada
- Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.
- Atestado médico admissional saúde física solicitar encaminhamento no Setor de Gestão de Pessoas
- Atestado médico saúde mental (somente psiquiatra) de sua preferência
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo
- Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo
- Declaração de IR (se houver)
- Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo
- Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos (WWW.tre-sc.jus.br)
- Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (WWW.tj.sc.gov.br)
- Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal (WWW.trf4.gov.br)

§1º - O Atestado médico admssional será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Art 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 09 de Abril de 2015.
 PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS PREFEITA MUNICIPAL	MARCIO DA ROSA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
---	---

Publicado no Mural Público Municipal e
 Registrado no Livro de Publicações
 Na data supra

Marcio da Rosa
 Secretário de Administração

ANEXO I

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS

86. CLASSIFICADO	ELISANGELA APARECIDA DA SILVA PROENÇA
87. CLASSIFICADO	LUCIMARA LAURINDO DE MOURA
88. CLASSIFICADO	ELAINE CRISTINA MACANEIRO
89. CLASSIFICADO	ANA CAROLINE GAZANIGA
90. CLASSIFICADO	JULIANA RODRIGUES DE LIMA
91. CLASSIFICADO	TARCISIO DA SILVA
92. CLASSIFICADO	ELIAS CARLOS NUNES
93. CLASSIFICADO	MARTA ONOFRE PROENÇA
94. CLASSIFICADO	NEIVA DIAS
95. CLASSIFICADO	SALETE IZOTTON DOS SANTOS LOPES
96. CLASSIFICADO	ARTUR TERRES CORDEIRO
97. CLASSIFICADO	HILANE MOREIRA
98. CLASSIFICADO	MARIA DA GLORIA SOARES

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

06. CLASSIFICADO	BRUNA BUHATEM
------------------	---------------

CARGO: MERENDEIRA

111. CLASSIFICADO	MARLETE BORGES
112. CLASSIFICADO	ROSELI MACHADO NESTOR
113. CLASSIFICADO	MARCIANA DA SILVA LIMA
114. CLASSIFICADO	SIMONE DE BORBA
115. CLASSIFICADO	OLINDINA MARTINS DOS SANTOS
116. CLASSIFICADO	ROSELI ASSI SILVA
117. CLASSIFICADO	CLOMARI TEREZINHA TRANCOSO GOMES
118. CLASSIFICADO	SONIA MARIA DO VALES

CARGO: MONITOR DE INCLUSÃO - 20 HORAS

8. CLASSIFICADO	CLAIR DE FATIMA FAUSTINO
9. CLASSIFICADO	GESSICA PEREIRA DO PRADO
10. CLASSIFICADO	LUCIANA APARECIDA IAVOSKI
11. CLASSIFICADO	IZOLETE NASCIMENTO PINTO

CARGO: MONITOR DE INCLUSÃO - 40 HORAS

13. CLASSIFICADO	SIMONE DA SILVA VIEIRA
14. CLASSIFICADO	HELLEN SAMARA FACCONI FAVARO
15. CLASSIFICADO	DANIELLE CRISTINA FRONZA DA ROCHA
16. CLASSIFICADO	MAURICIO SILVA
17. CLASSIFICADO	SIMARA APARECIDA FERREIRA
18. CLASSIFICADO	LUCIANA APARECIDA DE ALMEIDA MERENCIANO
19. CLASSIFICADO	LIZIANE NUNES DA ROSA
20. CLASSIFICADO	ALESSANDRA CRISTINA DA SILVA FRANCISCA
21. CLASSIFICADO	TANIA MARA DEGRACIA
22. CLASSIFICADO	TATIANE DOS SANTOS RAO PROENÇA
23. CLASSIFICADO	CLAUDINEIA APARECIDA DE OLIVEIRA
24. CLASSIFICADO	JESSICA ZAGOTO BESSA
25. CLASSIFICADO	ISABEL CRISTINA BRANCO
26. CLASSIFICADO	ZILMARA RAIMUNDO DOS ANJOS
27. CLASSIFICADO	WILMA LAURENTINO DA SILVA OLIVEIRA

CARGO: PROFESSOR DE CIENCIAS

7. CLASSIFICADO	FRANCIELE DA SILVA BOEIRA
8. CLASSIFICADO	TATHIANA CRISTINE PEREIRA

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

39. CLASSIFICADO	KATIANI HABITZREUTER
40. CLASSIFICADO	GABRIELA CRISTINA PALMEIRA

CARGO: PROFESSOR DE HISTORIA

4. CLASSIFICADO	JAMES BLANDI MOURA
5. CLASSIFICADO	ALEXANDRE CORA

CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

9. CLASSIFICADO	NIEGE D PALMA CAVALHEIRO
10. CLASSIFICADO	NAIARA ALINE CHAVES ZAT

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

10. CLASSIFICADO	JESSICA POKRYWIECKI DA COSTA
11. CLASSIFICADO	JULLIANA FIGUEIREDO WILLRICH

CARGO: SERVENTE

140. CLASSIFICADO	FABIANA BARCELLOS
141. CLASSIFICADO	SOLANGE APARECIDA REGIANI DA SILVA
142. CLASSIFICADO	THAISI ROSANA DE SOUZA
143. CLASSIFICADO	MARIA MAGARIDA RIBEIRO
144. CLASSIFICADO	JOVITA TAVARES PEDREIRA
145. CLASSIFICADO	EVANILDA APARECIDA UMBELINO
146. CLASSIFICADO	CARLA CRISTINA SANTOS
147. CLASSIFICADO	BERENICE PINHEIRO CARDOSO DA SILVA
148. CLASSIFICADO	EDNA GONCALVES REIS
149. CLASSIFICADO	RAQUEL TATIANE LISKOSKI
150. CLASSIFICADO	KARINA SILVA
151. CLASSIFICADO	MARIA LUIZA VICENTE
152. CLASSIFICADO	SONIA BITTENCOURT
153. CLASSIFICADO	RISOLENE MARIA DA SILVA
154. CLASSIFICADO	JUCILENE ROSA

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,, CPF nº., possui os seguintes bens:

1.
2.
3.
4.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS. _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC,/ /.....

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que eu, ..
....., CPF nº., não
posso bens a declarar.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS. _____

Camboriú - SC,/ /.....

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Declaro para os devidos fins que eu,
....., CPF nº., estou
isento de declarar imposto de renda, relativo ao ano/calendário
nº

Por ser verdade, firmo o presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARANTE

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu,
....., CPF nº.
, exerço o Cargo de lotado na
..... com carga horária de
..... na cidade de estando
desta forma amparada pela alínea c, do inciso XVI, do artigo 37,
da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade, firmo a presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu
....., CPF nº. não
acumulo Cargo Público ou de Condições de Acumulação Amparada
pela constituição.

Por ser verdade, firmo o presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARANTE

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu ...
....., CPF nº.
, não soufrir no exercício de função pública as penalidades previstas
no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90.
Lei 8.112/90 = Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em
comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por

infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
 - II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
 - III - recusar fé a documentos públicos;
 - IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
 - V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
 - VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
 - VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiare-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
 - VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
 - IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
 - X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)
 - XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
 - XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
 - XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
 - XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;
 - XV - proceder de forma desidiosa;
 - XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
 - XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
 - XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
 - XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos: (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)
- I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)
 - II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses. (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)
- Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:
- I - crime contra a administração pública;
 - II - abandono de cargo;
 - III - inassiduidade habitual;
 - IV - improbidade administrativa;
 - V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
 - VI - insubordinação grave em serviço;
 - VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
 - VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;
 - IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
 - X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
 - XI - corrupção;
 - XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
 - XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.
Camboriú - SC,/ /.....

AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO EM CONTA

Declaro para os devidos fins que eu
....., CPF nº.
..., autorizo o depósito referente à minha remuneração salarial no Banco Itaú na Agência conta da cidade de

Assinatura do servidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
Camboriú -/ /.....

PR 027/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ASFALTO USINADO, PARA SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS PARA APLICAÇÃO A FRIO EM OPERAÇÃO TAPA BURACOS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 23 (Vinte e Três) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 08 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 14/15 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2015-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, PARA SER UTILIZADO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, BEM COMO NO CAPS, CEDIT, CERFIS, SAMU, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, POLICLÍNICA E PRONTO ATENDIMENTO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:30 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 08 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre**PREFEITURA****CONVÊNIO Nº 32/2015**

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Nº 32

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, doravante denominado simplesmente, IFC, situado na Rua das Missões, nº 100, Edifício das Missões, Bairro Ponta Aguda, Blumenau/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.635.424/0001-86, neste ato representado pelo seu Reitor Prof. FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL, CPF/MF nº 705.363.769-72-91, e de outro lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., doravante simplesmente denominado "Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC., com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal RUBENS BLASZKOWSKI, CPF/MF nº 379.515.489-87 resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se, no que couber, às Leis Federais nº 8.666/93, 8.883/94, à Lei 9.648/98 e ao Decreto Federal nº 93.872/86, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Protocolo tem por objetivo a Cooperação Técnico- Pedagógica, Científica e Cultural, entre o IFC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE e o Município de Campo Alegre/SC., com vistas ao desenvolvimento de projetos e atividades voltadas para o ensino, à pesquisa e a extensão.

CLÁUSULA SEGUNDA - As atividades ora mencionadas serão desenvolvidas de comum acordo entre os convenientes. Às partes, caberá a indicação dos profissionais cujas qualificações atendam aos requisitos das atividades a serem desenvolvidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - Para a implementação do objetivo do presente Protocolo deverão ser celebrados Termos Aditivos específicos com o IFC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, nos quais constarão o planejamento específico das atividades a serem realizadas e as responsabilidades das partes, obedecendo a legislação em vigor e as normas internas das instituições signatárias.

CLÁUSULA QUARTA - As partes deverão manter arquivos de toda a documentação administrativa e técnica referente ao presente Convênio e a cada Termo Aditivo específico, devendo esses arquivos ficar à disposição das partes.

CLÁUSULA QUINTA - As linhas básicas de ação, descritas na Cláusula Primeira do presente instrumento, serão definidas e detalhadas mediante Termos Aditivos a serem firmados entre os participantes, onde serão estabelecidas as responsabilidades técnicas e financeiras, quando for o caso, e a forma de prestação de contas em consonância com as propostas e demandas apresentadas, contendo, Plano de Trabalho em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, devendo constar as seguintes informações:

- a) identificação da ação ou do objeto a ser executado;
- b) obrigações dos participantes;
- c) identificação das metas a serem atingidas;
- d) identificação e estimativas da clientela a ser beneficiada;

- e) identificação das etapas ou fases de execução, com respectivo cronograma;
- f) definição do plano de aplicação de aporte financeiro;
- g) previsão de início e término de cada etapa e fases programadas;
- h) coordenador e ordenador de despesa designado pela unidade executora no âmbito do IFC e O Município de Campo Alegre/SC.

CLÁUSULA SEXTA - Os partícipes se obrigam a submeter previamente, por escrito, a aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste Protocolo a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e outros.

CLÁUSULA SÉTIMA - Será nula de pleno direito toda e qualquer medida ou decisão, correlata com o presente Convênio, que vá de encontro ao que estiver disposto nos estatutos, regimento, normas e/ou decisões das partes convenientes.

PARAGRAFO ÚNICO - Todas as comunicações entre as partes que representam decisões ou gerem modificações das condições prescritas neste Convênio, deverão ser feitas por escrito.

CLÁUSULA OITAVA - Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, podendo ser firmados, se necessário, Termo Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - Este instrumento poderá ser alterado, em qualquer cláusula, mediante anuência de ambas as partes, por Termo Aditivo, bem como poderá ser rescindido sem prévia notificação nas hipóteses de inadimplemento às obrigações assinadas ou por conveniência das partes, desde que nesta última ocorra notificação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Blumenau/SC, Subseção Judiciária de Blumenau, Seção Judiciária de Santa Catarina, com exclusão de qualquer.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Protocolo terá vigência de 05 (zero cinco) anos, contados a partir de sua assinatura.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente Protocolo em 02 (zero duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas signatárias, para que se produzam os necessários efeitos jurídicos e legais.

Blumenau/ SC, 08 de Abril de 2015.
Prof.FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL
Reitor - IFC

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal de Campo Alegre

Testemunhas: 1
Nome: LIDIANE SILVA BRAGA
CPF/MF nº 001.357.430-28

2
Nome: JONAS CUNHA ESPINDOLA
CPF/MF: 902.854.099-72

DECRETO Nº 8.952 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.952 DE 08 DE ABRIL DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.287 de 08 de Abril de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cincoenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.125 -	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água.	
400000.00.766 -	Despesas de Capital	
440000.00.766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449051.00.766 -	Obras e Instalações	R\$ 50.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.953 DE 08 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 8.953 DE 08 DE ABRIL DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: Art.1º) Abre crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e suplementa-o no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar			
400000.00.896 -	Despesas de Capital			
440000.00.896 -	Investimentos			
449000.00.896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 23.000,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 23.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.954 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.954 DE 08 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.897, em seu Artigo 3º; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros titulares e respectivos suplentes para comporem o Conselho Municipal de Educação - CMECA deste Município.

I) DOIS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Maira Joceli Pereira de Miranda;
Suplente: Taciana Amorim Cunha.

b) Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Francieli Nataly Munhoz;
Suplente: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack.

II) TRÊS REPRESENTANTES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL:

a) Educação Infantil:
Titular: Lucemar Schmansky Pasda;
Suplente: Taíse Cubas Munhoz Dreveck.

b) Ensino Fundamental (anos iniciais):
Titular: Jeane Iensen Clemente;
Suplente: Erotides Urbanek.

c) Ensino Fundamental (anos finais):
Titular: Brigitte Sueli Van Den Akker Steuernagel;
Suplente: Luis Rogério de Vargas Valério.

III) UM REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL:

Titular: Lílian Aparecida Peters;
Suplente: Ernani dos Santos.

IV) UM REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Luiz Tadeu Valério Munhoz;
Suplente: Paula Rosiliane Cordeiro da Cruz Waldmann.

V) UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

GABINETE DO PREFEITO
Titular: Marco Aurélio Beckhauser;
Suplente: Mário César Deonízio.

VI) UM REPRESENTANTE DO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Titular: Cristiane do Rocio Odia;
Suplente: Wanderléia Furtado Barabach.

VII) DOIS REPRESENTANTES DE PAIS OU RESPONSÁVEIS DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

a) Centros Municipais de Educação Infantil:
Titular: Carla Cristina Olescowitz da Conceição;
Suplente: Sonia Kruger Schiessl.

b) Escolas Municipais de Ensino Fundamental:

Titular: Luciane do Carmo Simões;
Suplente: Rosenilda Fuckner.

VIII) UM REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA ASSESSORIA TÉCNICA:

Titular: José Carlos Neneve Cordeiro;
Suplente: Elaine Martins.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Educação será composta pelos seguintes membros:

Presidente: BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL.
Vice-Presidente: LUIZ TADEU VALÉRIO MUNHOZ.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 8.931 de 27 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.955 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.955 DE 08 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.290 DE 08 de Abril de 2015, em seu Artigo 3º; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros titulares e respectivos suplentes para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB deste Município.

I) DOIS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DOS QUAIS PELO MENOS UM INDICADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE:

a) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Taciana Amorim Cunha;
Suplente: Lais Marion Steffen.

b) Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Luana Talita Rocha;
Suplente: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack.

II) UM REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titular: Bernadete Terezinha Schuta Odia;
Suplente: Jeane Iensen Clemente.

III) UM REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Janete Dranka;
Suplente: Marilda Schadeck.

IV) UM REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: José Carlos Neneve Cordeiro;
Suplente: Elaine Martins.

V) DOIS REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Rosilene Rocha de Lima Rebelo;
Suplente: Carla Cristina Olescowitz da Conceição;

GABINETE DO PREFEITO

Titular: Maricléia S. de A. Moreira;
Suplente: Márcia Giseli B. Dalcampi.

VI) DOIS REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, SENDO UM INDICADO PELA ENTIDADE DOS ESTUDANTES SECUNDÁRISTA:

Titular: Sabrina Pasda;
Suplente: Alexsandro Behling;
Titular: Juliana Lemos;
Suplente: Emerson Milcevsky.

VII) UM REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Luiz Tadeu Valério Munhoz;
Suplente: Paula Roseliane Cordeiro da Cruz Waldmann.

VIII) UM REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Luciana de Fátima Alves Ferreira Rodrigues;
Suplente: Rosilene Idalêncio.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Educação será composta dos seguintes membros:

Presidente: LUIZ TADEU VALÉRIO MUNHOZ.
Vice-Presidente: BERNADETE TEREZINHA SCHUTA ODA.
Secretária: JANETE DRANKA.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.932 de 27 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretário Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos

endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.956 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.956 DE 08 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE DO TRANSPORTE ESCOLAR, MERENDA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY, Matrícula Funcional nº 000082, Registro no Sistema sob o nº 295130, do Cargo de Chefe do Serviço de Controle do Transporte Escolar, Merenda e Manutenção das Unidades Escolares, Função Gratificada FG-1, a partir de 01 de Abril de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.957 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.957 DE 08 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso V da Lei Orgânica do Município, em especial ao Artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012 e suas alterações; Decreta:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY, Matrícula Funcional nº 000082, Registro no Sistema sob nº 295130, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o cargo de Coordenadora Pedagógica da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo Gratificação FG-5A, no valor de R\$ 674,44 (seiscentos e setenta e quatro reais, quarenta e quatro centavos) mensais, enquanto permanecer na função, a partir de 01 de Abril de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos à 01 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.958 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.958 DE 08 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE DO TRANSPORTE ESCOLAR, MERENDA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, em especial as Leis Complementares Municipais nº 006/02 e 088/12 e suas respectivas alterações; Decreta:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal ELAINE MARTINS, Matrícula Funcional nº 000711, Registro no Sistema sob nº 955181, na Função Gratificada de Chefe do Serviço de Controle do Transporte Escolar, Merenda e Manutenção das Unidades Escolares, para exercer as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.348,88 (um mil, trezentos quarenta e oito reais, oitenta e oito centavos) mensais, na Função Gratificada - FG-1, constante do Anexo III.I da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, lotada na Secretaria Municipal de Educação, à partir de 01 de Abril de 2015.

Art.2º) O pagamento desta Função Gratificada não incorporará na remuneração da Servidora Pública Municipal e, tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para com o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da referida Função Gratificada.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.959 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.959 DE 08 DE ABRIL DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a fim de suplementar Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência			
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
300000.00.102 -	Despesas Correntes			
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.102 -	Aplicações Diretas			
339039.00.102 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 100,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência			
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
300000.00.102 -	Despesas Correntes			
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.102 -	Aplicações Diretas			
339030.00.102 -	Material de Consumo	R\$ 100,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 08 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.960 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.960 DE 09 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear GISELE DA SILVEIRA GOMES DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000796, Registro no Sistema sob nº 955459, ao Cargo Público e exercer a função de Agente Administrativo II, Categoria Funcional Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.198,72 (um mil cento e noventa e oito reais, setenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. GISELE DA SILVEIRA GOMES DE SOUZA, aprovada em 31º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 de 16 de Maio de 2012, prorrogado pelo do Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 040/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 040/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 040/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 01 de Abril de 2015, no valor de R\$ 3.052,86 (três mil cincoenta e dois reais, oitenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC, 01 de Abril de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 041/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 041/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 041/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 08 de Abril de 2015, no valor de R\$ 5.344,41 (cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais, quarenta e um centavos).

Campo Alegre/SC, 08 de Abril de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 042/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 042/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 042/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS - Programa Farmácia Básica Federal, em data de 02 de Abril de 2015, no valor de R\$ 4.996,73 (quatro mil, novecentos e noventa e seis reais, setenta e três centavos).

Campo Alegre/SC, 02 de Abril de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 043/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 043/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 043/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS - PAC - Programa Agente Comunitário de Saúde, em data

de 02 de Abril de 2015, no valor de R\$ 16.224,00 (dezesesseis mil, duzentos e vinte e quatro reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Abril de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 044/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 044/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 044/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS - PSB - Programa Saúde Bucal, em data de 02 de Abril de 2015, no valor de R\$ 2.230,00 (dois mil, duzentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Abril de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 045/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 045/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 045/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO ESF - Estratégia Saúde na Família, em data de 02 de Abril de 2015, no valor de R\$8.000,00 (oito mil reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Abril de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 046/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 046/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 046/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO ESF - Estratégia Saúde na Família, em data de 08 de Abril de 2015, no valor de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais).

Campo Alegre/SC, 08 de Abril de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

LEI Nº 4.282 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.282 DE 08 DE ABRIL DE 2015

REVOGA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica revogada a Concessão de Direito Real de Uso à "ASSOCIAÇÃO PÉ NA AGARRA", referente a área anexa ao Ginásio de Esportes Helmuth Erico Herbst, fazendo frente para a Rua Paulo Schroeder, neste Município totalizando 836,18m² (oitocentos e trinta e seis metros e dezoito decímetros quadrados), anteriormente autorizada pela Lei Municipal nº 3.438 de 16 de Dezembro de 2008.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 3.438.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

08 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.283 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.283 DE 08 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE ÁREA QUE ESPECIFICA À "ASSOCIAÇÃO DE TRILHEIROS OVELHAMA TRAIL CLUBE" E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedido à "ASSOCIAÇÃO DE TRILHEIROS OVELHAMA TRAIL CLUBE", pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.330.706/0001-09, o direito de uso gratuito de uma área pública anexa ao "Ginásio de Esportes Helmuth Erico Herbst", fazendo frente para a Rua Paulo Schroeder, neste Município, com 836,18m² (oitocentos e trinta e seis metros e dezoito decímetros quadrados).

Parágrafo único - O prazo da concessão de que trata o caput deste artigo será de 05 (zero cinco) anos, contados a partir da publicação desta Lei e será firmado através de termo próprio de Concessão, onde a concessionária assumirá suas obrigações com o uso da área.

Art.2º) A Associação concessionária fica autorizada à utilizar a área concedida, providenciando às suas expensas as obras e benfeitorias que se fizerem necessárias para a consecução de seus objetivos sociais.

§1º - A cada 02 (dois) anos contados da vigência da presente Lei, a concessionária deverá apresentar ao Poder Executivo Municipal um relatório das atividades, onde deverá restar comprovado o atendimento dos objetivos sociais da referida Associação, especialmente o trabalho social e gratuito realizado com crianças e jovens de nosso Município.

§2º - Ao final do prazo de concessão de 05 (zero cinco) anos, os relatórios serão analisados pelo Poder Executivo, que poderá encaminhar à Câmara Municipal o competente Projeto de Lei para prorrogação da Concessão de que trata esta Lei.

§3º - Na hipótese de término do prazo da presente concessão, de cessação das atividades por mais de 03 (três) meses, ou ainda da concessionária não cumprir seus objetivos sociais, a concessão poderá ser revogada unilateralmente, ficando incorporadas ao imóvel, as obras e benfeitorias que não puderem ser retiradas, sem qualquer direito de retenção ou indenização à Associação concessionária.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

08 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.284 DE 08 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 4.284 DE 08 DE ABRIL DE 2015

"HOMOLOGA TERMO DE DOAÇÃO DE 1 (UM) REFRIGERADOR ELUX RE31 220V BR COM ENCARGOS - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica homologado o TERMO DE DOAÇÃO DE 1 (UM) REFRIGERADOR COM ENCARGOS - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, o referido TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS nº 1544 é parte integrante da presente Lei.

§1º) O equipamento de que trata o caput deste Artigo deverá integrar o Patrimônio Público Municipal do Poder Executivo e, possui a seguinte especificação:

"UM REFRIGERADOR DOMÉSTICO, MARCA ELUX, MODELO RE31, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CONGELADOR INTERNO, PRATELEIRAS REMOVÍVEIS, COR BRANCA, 1 PORTA E COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO TOTAL ENTRE 230 E 300 LITROS", NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO R-1777".

§2º) O equipamento descrito no parágrafo anterior foi recebido pelo valor de R\$ 1.105,00 (um mil, cento e cinco reais), conforme DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica Nº 000.004.477, Série, 1 Folha 1/1 emitida pela Empresa: Solução Inox Comércio Manutenção e Locação de Equipamentos Industriais Ltda, Rua Aguas da Prata nº 529, Rochdale - Osasco - SP, CEP: 06223-200, anexa à presente Lei.

§3º) A doação efetuada pela União, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.478.625/0001-87, com sede no Setor Comercial Sul B, Quadra 9, lote C, Ed. Parque Cidade Corporate Torre A, 10º andar, Brasília, DF, CEP: 70108-200, doravante denominada doadora, neste ato representada pela Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, IDELI SALVATTI, no uso da competência outorgada pelo Decreto nº 99.658 de 30 de Outubro de 1990, com redação dada pelo Decreto nº 6.807 de 20 de Abril de 2007, acordado o presente TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS, visando o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas ao fortalecimento dos Conselhos Tutelares.

Art.2º) Fica o Município de Campo Alegre/SC., autorizado a efetuar despesas com manutenção e consertos do equipamento descrito no §1º do Artigo 1º desta Lei.

Art.3º) As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação do Orçamento vigente e futuros.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.285 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.285 DE 08 DE ABRIL DE 2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 20.180,00 (vinte mil, cento e oitenta reais) à APP - Associação de Pais e Professores da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.498.979/0001-32, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

§1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 09 (zero nove) parcelas, a 1ª (primeira) parcela no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil, oitocentos reais), no mês de abril de 2015, e as demais parcelas no valor de R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais) repassadas nos meses de Maio a Dezembro de 2015.

§2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo deverão ser aplicados conforme previsto no Plano de Aplicação apresentado pela APP - Associação de Pais e Professores da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, do Projeto "DANÇA NA ESCOLA".

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, de cada parcela junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece o CAPÍTULO XI DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - EDITAL Nº 001/2014-CMDCA.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

§1º) Os cheques nominais de que trata o caput este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§2º) Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§3º) Os Recursos concedidos de que trata o caput do Artigo 1º desta Lei, poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

GABINETE DO PREFEITO

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de

contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da APP - Associação de Pais e Professores da EMEB - "Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes".

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., no prazo previsto nesta Lei, instruída dos seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos, se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da APP - Associação de Pais e Professores da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes".

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados as despesas efetuadas com despesas correntes à partir da publicação desta Lei.

GABINETE DO PREFEITO

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do orçamento vigente: 93.01.8.243.0067.2.122 - Manutenção e Coordenação das Atividades, 335041.00 - Contribuições, do FIA - Fundo da Infância e Adolescência.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.286 DE 08 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 4.286 DE 08 DE ABRIL DE 2015

INSTITUI O PROGRAMA "FAMÍLIA ACOLHEDORA" NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, VISANDO O ACOLHIMENTO FAMILIAR PROVISÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica instituído o Programa "Família Acolhedora", visando o acolhimento provisório de crianças e adolescentes, como parte inerente da política de atendimento à criança e ao adolescente no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º. O Programa será desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, através da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, e tem os seguintes objetivos:

I - garantir às crianças e aos adolescentes que necessitem de proteção, o acolhimento provisório, através de família acolhedora, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário;

II - oferecer apoio às famílias de origem na forma de atendimento multidisciplinar (psicológico e social), visando o retorno de seus filhos, sempre que possível;

III - contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta;

Parágrafo Único. A colocação em família substituta, prevista no inciso III deste artigo, se dará através das modalidades de tutela, guarda ou adoção, mediante procedimento próprio junto ao Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de São Bento do Sul/SC, com a cooperação dos profissionais do Programa.

Art.3º. O Programa "Família Acolhedora" atenderá crianças e adolescentes da Cidade de Campo Alegre que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, decorrentes de violência sexual, física, psicológica ou negligências e situações de abandono ou orfandade, sempre com determinação judicial.

Parágrafo Único. O atendimento à adolescentes dependerá da disponibilidade de acolhimento pelas famílias cadastradas ao programa.

Art.4º. São parceiros do Programa:

I - o Juizado da Infância e Juventude da Comarca de São Bento do Sul/SC;

II - o Conselho Tutelar de Campo Alegre/SC;

III - o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre/SC;

IV - a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social; e

V - a Secretaria Municipal de Educação.

Art.5º. A criança ou adolescente cadastrado no Programa, receberá:

I - com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas públicas existentes;

II - acompanhamento psicossocial pelo Programa "Família Acolhedora";

III - prioridade do acolhimento provisório entre os processos que tramitam no Juizado da Infância e Juventude;

IV - estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;

V - permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora, sempre que possível.

Art.6º. A inscrição das famílias interessadas em participar do Programa "Família Acolhedora" será gratuita, e realizada através do preenchimento de cadastro próprio, junto a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, apresentando juntamente os seguintes documentos:

I - Carteira de Identidade;

II - Certidão de nascimento ou casamento;

III - Comprovante de residência;

IV - Certidão negativa de antecedentes criminais.

Art.7º. As famílias acolhedoras prestarão serviço de caráter voluntário e os requisitos para sua participação no Programa são:

I - ser maior de 21 (vinte e um) anos, sem restrição de sexo ou estado civil;

II - declarar não ter interesse na adoção;

III - obter a concordância de todos os membros da família;

IV - ser residente em Campo Alegre/SC;

V - possuir disponibilidade de tempo e interesse, a fim de oferecer proteção e afeto às crianças e adolescentes inscritas no Programa. Parágrafo Único. A aceitação e seleção das famílias cadastradas dependerá de parecer psicossocial favorável, emitido pela equipe técnica do Programa "Família Acolhedora".

I - O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais e observação das relações familiares e comunitárias;

II - Após a emissão do parecer, sendo este favorável, a família assinará Termo de Adesão ao Programa "Família Acolhedora".

III - A Família interessada no desligamento do Programa, deverá efetuar a solicitação por escrito;

Art.8º. As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientadas sobre os objetivos do programa, sobre a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, manutenção e desligamento das crianças.

Parágrafo Único. A preparação de que trata o este artigo se dará através de:

I - orientação direta das famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II - reuniões de formação para as novas famílias acolhedoras antes da ocorrência de um acolhimento.

Art.9º. Compete a autoridade judiciária determinar o acolhimento familiar, encaminhando a criança ou adolescente para a inclusão no Programa "Família Acolhedora".

§1º. Os profissionais do Programa "Família Acolhedora" efetuarão o contato com as famílias cadastradas, observando as características e necessidades da criança ou adolescente, bem como as preferências da família no ato de inscrição.

§2º. A duração do acolhimento poderá variar conforme a situação apresentada, podendo durar de horas à meses, não podendo exceder à 06 (seis) meses, exceto nos casos determinados judicialmente, desde que criteriosamente avaliado.

§3º. As famílias atenderão somente uma criança ou adolescente por vez, exceto no casos de grupo de irmãos;

§4º. O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante a assinatura do respectivo Termo de Guarda e Responsabilidade" concedido à família acolhedora, determinada em processo judicial.

§5º. O Conselho Tutelar poderá utilizar-se deste cadastro, desde que comunique a autoridade judiciária até o 2º dia útil imediato, identificando a criança ou o adolescente encaminhado.

§6º. A família acolhedora será previamente informada com relação a previsão de tempo do acolhimento da criança ou adolescente

para a qual foi chamada a acolher.

Art.10. As famílias acolhedoras têm a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos, responsabilizando-se pelo que segue:

I - todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, obrigando-se à prestação de assistência material, moral, e educacional à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;

III - prestar informações sobre a situação do acolhido aos profissionais que estão acompanhando o mesmo;

IV - contribuir na preparação da criança para futura colocação em família substituta ou retorno à família biológica, sempre sob a orientação técnica dos profissionais do Programa "Família Acolhedora";

§1º. Nos casos de inadaptação, a família acolhedora procederá a desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados do acolhido até novo encaminhamento, o qual será determinado pela autoridade judiciária, devendo a transferência para outra família ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

§2º. A obrigação de assistência material pela família acolhedora se dará com base no subsídio financeiro oferecido pelo Programa.

Art.11. A coordenação do Programa "Família Acolhedora" estará a cargo de um profissional da Equipe Técnica que contará com irrestrito apoio da Chefe do Serviço de Desenvolvimento Social.

Art.12. A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, ao acolhido e à família de origem, contando com o apoio dos parceiros, o que se dará da através de:

I - visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família conversam informalmente sobre a situação do acolhido, sua evolução e o cotidiano na família, bem como as dificuldades no processo e outras questões pertinentes;

II - orientações psicológicas e encaminhamento para o atendimento respectivo, desde que avaliada a necessidade deste, junto a rede de serviços municipais;

§1º. O acompanhamento à família de origem e o processo de reintegração familiar da criança será realizado pelos profissionais do Programa "Família Acolhedora";

§2º. A família de origem, quando necessário, será encaminhada para os programas existentes na rede municipal;

§3º. Os profissionais acompanharão as visitas entre menor, família de origem e família acolhedora, a serem realizadas em espaço físico neutro;

§4º. A participação da família acolhedora nas visitas será decidido em conjunto com a família de origem;

§5º. A Equipe Técnica prestará informações à autoridade judiciária sobre a situação da criança acolhida bem como quanto a possibilidade ou não de reintegração familiar, encaminhando laudo psicossocial com apontamentos das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais;

§6º. Quando entender necessário, visando a agilidade do processo e a proteção do menor, a Equipe Técnica prestará informações ao Juizado sobre a situação do mesmo e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

Art.13. O término do acolhimento familiar da criança ou adolescente se dará por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

I - acompanhamento após a reintegração familiar, visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento do menor;

II - acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento do menor;

III - orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família que recebeu o menor;
IV - envio de ofício ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca de São Bento do Sul/SC, comunicando quanto ao desligamento da família de origem do Programa.

§1º. Nos casos em que o acolhido for encaminhado em adoção, deverá ser respeitado o Cadastro de Pretendentes à Adoção existente na Comarca e/ou Estado.

§2º. O acompanhamento do processo de adaptação da criança na família substituta será realizado pelos profissionais do Judiciário.

Art.14. O Programa "Família Acolhedora" será subsidiado através de recursos financeiros do Município de Campo Alegre/SC, previstos em dotação orçamentária própria, através da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e de convênios junto ao Estado de Santa Catarina e do Governo Federal.

Art.15. As famílias acolhedoras cadastradas no Programa, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento do subsídio financeiro, sendo este por criança acolhida, nos seguintes termos:

I - 01 (uma) cesta básica; e

II - 50% (cinquenta por cento) do valor do salário mínimo nacional vigente, para despesas com outros gêneros alimentícios não constantes na cesta básica, higiene pessoal e material de consumo.

§1º. O subsídio financeiro será repassado através de depósito bancário, em conta corrente ou poupança de titularidade de um dos integrantes da família acolhedora.

§2º. Os menores e as famílias serão encaminhadas para os serviços e recursos sociais da comunidade, tais como creche, escola, unidades de saúde, atividades recreativas de lazer e cultura, entidades sociais, dentre outras, mesmo após a reintegração, se assim fizer necessário.

§3º. A necessidade da concessão e o período de fornecimento do benefício serão avaliados pelos profissionais da Equipe Técnica do Programa.

Art.16. A Equipe Técnica do Programa "Família Acolhedora" será composta de 01 (um) assistente social, 01 (um) psicólogo e 01 (um) motorista, disponibilizados conforme a necessidade do Programa e terão por finalidade:

I - avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II - acompanhar as famílias acolhedoras, as famílias de origem e os menores durante o período de acolhimento;

III - dar suporte à família acolhedora após a saída do acolhido;

IV - acompanhar os acolhidos e as famílias de origem, nos casos de reintegração.

Art.17. O Programa "Família Acolhedora" contará com os seguintes recursos materiais:

I - subsídio financeiro para as famílias acolhedoras e assistência material para as famílias de origem, nos termos do art. 15 e seguintes desta Lei;

II - espaço físico para a elaboração de relatórios, atendimentos e reuniões, bem como mobiliário e equipamentos suficientes para o desenvolvimento das atividades;

III - veículo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, conforme a necessidade do Programa.

Art.18. O processo de avaliação do Programa será realizado pela Equipe Técnica, onde constará o alcance dos objetivos propostos, o envolvimento e participação da comunidade e a metodologia utilizada.

Parágrafo Único. Compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento e a verificação da execução do Programa, encaminhando ao Juizado da Infância e Juventude, relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades no seu funcionamento.

Art.19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.287 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.287 DE 08 DE ABRIL DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cincoenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.125 -	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água.	
400000.00.766 -	Despesas de Capital	
440000.00.766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449051.00.766 -	Obras e Instalações	R\$ 50.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.288 DE 08 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 4.288 DE 08 DE ABRIL DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e suplementa-o no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar			
400000.00.896 -	Despesas de Capital			
440000.00.896 -	Investimentos			
449000.00.896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 23.000,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 23.000,00		

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.289 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.289 DE 08 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial as Leis Federais nº 8.666/93, 8.883/94, 9.648/98 e ao Decreto Federal nº 93.872/86, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnico Pedagógica, Científica e Cultural, com o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.635.424/0001-86.

Art.2º) O objetivo do presente Convênio é a Cooperação Técnico Pedagógica, Científica e Cultural, entre o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE e o Município de Campo Alegre/SC., com vistas ao desenvolvimento de projetos e atividades voltadas para o ensino, à pesquisa e a extensão.

Art.3º) O Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO	Nº 32
-------------------------	-------

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, doravante denominado simplesmente, IFC, situado na Rua das Missões, nº 100, Edifício das Missões, Bairro Ponta Aguda, Blumenau/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.635.424/0001-86, neste ato representado pelo seu Reitor Prof. FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL, CPF/MF nº 705.363.769-72-91, e de outro lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., doravante simplesmente denominado "Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC., com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal RUBENS BLASZKOWSKI, CPF/MF nº 379.515.489-87 resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se, no que couber, às Leis Federais

nº 8.666/93, 8.883/94, à Lei 9.648/98 e ao Decreto Federal nº 93.872/86, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Protocolo tem por objetivo a Cooperação Técnico- Pedagógica, Científica e Cultural, entre o IFC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE e o Município de Campo Alegre/SC., com vistas ao desenvolvimento de projetos e atividades voltadas para o ensino, à pesquisa e a extensão.

CLÁUSULA SEGUNDA - As atividades ora mencionadas serão desenvolvidas de comum acordo entre os convenientes. Às partes, caberá a indicação dos profissionais cujas qualificações atendam aos requisitos das atividades a serem desenvolvidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - Para a implementação do objetivo do presente Protocolo deverão ser celebrados Termos Aditivos específicos com o IFC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, nos quais constarão o planejamento específico das atividades a serem realizadas e as responsabilidades das partes, obedecendo a legislação em vigor e as normas internas das instituições signatárias.

CLÁUSULA QUARTA - As partes deverão manter arquivos de toda a documentação administrativa e técnica referente ao presente Convênio e a cada Termo Aditivo específico, devendo esses arquivos ficar à disposição das partes.

CLÁUSULA QUINTA - As linhas básicas de ação, descritas na Cláusula Primeira do presente instrumento, serão definidas e detalhadas mediante Termos Aditivos a serem firmados entre os partícipes, onde serão estabelecidas as responsabilidades técnicas e financeiras, quando for o caso, e a forma de prestação de contas em consonância com as propostas e demandas apresentadas, contendo, Plano de Trabalho em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, devendo constar as seguintes informações:

- a) identificação da ação ou do objeto a ser executado;
- b) obrigações dos partícipes;
- c) identificação das metas a serem atingidas;
- d) identificação e estimativas da clientela a ser beneficiada;
- e) identificação das etapas ou fases de execução, com respectivo cronograma;
- f) definição do plano de aplicação de aporte financeiro;
- g) previsão de início e término de cada etapa e fases programadas;
- h) coordenador e ordenador de despesa designado pela unidade executora no âmbito do IFC e O Município de Campo Alegre/SC.

CLÁUSULA SEXTA - Os partícipes se obrigam a submeter previamente, por escrito, a aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste Protocolo a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conlaves, propagandas, concursos e outros.

CLÁUSULA SÉTIMA - Será nula de pleno direito toda e qualquer medida ou decisão, correlata com o presente Convênio, que vá de encontro ao que estiver disposto nos estatutos, regimento, normas e/ou decisões das partes convenientes.

PARAGRAFO ÚNICO - Todas as comunicações entre as partes que representam decisões ou gerem modificações das condições prescritas neste Convênio, deverão ser feitas por escrito.

CLÁUSULA OITAVA - Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, podendo ser firmados, se necessário, Termo Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - Este instrumento poderá ser alterado, em qualquer cláusula, mediante anuência de ambas as partes, por Termo

Aditivo, bem como poderá ser rescindido sem prévia notificação nas hipóteses de inadimplemento às obrigações assinadas ou por conveniência das partes, desde que nesta última ocorra notificação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Blumenau/SC, Subseção Judiciária de Blumenau, Seção Judiciária de Santa Catarina, com exclusão de qualquer.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Protocolo terá vigência de 05 (zero cinco) anos, contados a partir de sua assinatura.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente Protocolo em 02 (zero duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas signatárias, para que se produzam os necessários efeitos jurídicos e legais.

Blumenau/ SC, 08 de Abril de 2015.

Prof.FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL Reitor - IFC

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal de Campo Alegre

Testemunhas: 1

Nome: LIDIANE SILVA BRAGA

CPF/MF nº 001.357.430-28

2

Nome: JONAS CUNHA ESPINDOLA

CPF/MF: 902.854.099-72

LEI Nº 4.290 DE 08 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.290 DE 08 DE ABRIL DE 2015

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL

Nº 3.898 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica alterado o Caput do Art. 3º da Lei Municipal nº 3.898 de 21 de Novembro de 2012, o qual passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art.3º) O Conselho do FUNDEB, será constituído de 11 (onze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

I - Dois representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) indicado pela Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente;

II - Um representante dos professores da educação básica pública;

III - Um representante dos diretores das escolas básicas públicas;

IV - Um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

V - Dois representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

VI - Dois representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo 1 (um) indicado pela entidade dos estudantes secundaristas;

VII - Um representante do Conselho Municipal de Educação e,

VIII - Um representante do Conselho Tutelar".

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.854 DE 06 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.854 DE 06 DE ABRIL DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CECÍLIA MARLENE SCHWARZ, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 0158, Registro no Sistema sob nº 185600, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Março de 2013 a 28 de Fevereiro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 06 de Abril de 2015 à 25 de Abril de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.855 DE 06 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.855 DE 06 DE ABRIL DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ANGELA SOFIA PIEKARSKI DE FRANÇA, ocupante do Cargo Público Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnico em Enfermagem, Matrícula Funcional nº 000450, Registro no Sistema sob nº 954447, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 10 de Maio de 2013 a 09 de Maio de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 06 de Abril de 2015 à 10 de Abril de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.858 DE 07 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.858 DE 07 DE ABRIL DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARIA OLÍVIA PADILHA PEYRL, ocupante do Cargo Público Técnico e exercendo a Função de Auxiliar de Odontologia, Matrícula Funcional nº 000552, Registro no Sistema sob nº 954660, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 20 de Maio de 2012 a 09 de Maio de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 06 de Abril de 2015 à 15 de Abril de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.859 DE 07 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.859 DE 07 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público, OS-MARIO VERÍSSIMO MICHALSKY, Matrícula Funcional nº 000258, Registro no Sistema sob nº 313720, ocupante do cargo público e exercendo a função Agente Operacional III, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 06 de Abril de 2015 á 25 de Abril de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

07 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.860 DE 07 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.860 DE 07 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública, KARINA MAGALHÃES CASTRO SAMPAIO, Matrícula Funcional nº 000764, Registro no Sistema sob nº 955371, ocupante do cargo público e exercendo a função Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 17 de Abril de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 06 de Abril de 2015 á 15 de Abril de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de Abril de 2015.

Campo Erê

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA 01/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 396/2015
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2015
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC, representado por se prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, na Modalidade de Concorrência, para CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL (LATICÍNIO), COM O ESTABELECIMENTO DE ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO, a título de incentivo para o desenvolvimento econômico local e que estará recebendo os invólucros de habilitação e propostas até às 08:00 horas, do dia 01 de Junho de 2015, na Sala de Licitações e Compras, junto ao Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, Centro, nesta cidade, regendo-se o processo licitatório pela Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar Municipal n. 008/2001 e na Lei Municipal n. 1.765/2014. Informações fone: (49) 3655 3035, e-mail: licitação@campoere.sc.gov.br -

Campo Erê/SC, em 12 de Março de 2015.
Rudimar Borcioni
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 07/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 465/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC, representado por se prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 22 de Abril de 2015, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Edital acima, cujo objeto é a Contratação de serviços de técnicos profissionais de arquitetura e urbanismo, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Decreto nº 5.504 de 05/08/2005 e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere-SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30min às 11h30min, e das 13h15min. às 17h15min., telefone 3655-3035, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br

Campo Erê, SC 20 de Março de 2015
RUDIMAR BORCIONI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 08/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 491/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08hs do dia 24 de Abril de 2015, o Departamento de Licitações, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto deste Edital para serviços técnicos especializados de suporte ao setor jornalístico da Administração Municipal, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, esclarecimentos ou cópias deste Edital, serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30h às 11:30h e das 13:15hs as 17:15hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br

Campo Erê - SC, 24 de Março de 2015.
RUDIMAR BORCIONI
Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO Nº17/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 22 de Abril de 2015 às 15:00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER USADO E ENTREGUE NO TERMINAL RODOVIÁRIO PEDRO IVO CAMPOS, E NA CASA DO ARTESANATO.CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h00 e das 13h30min às 17h00 horas, diariamente.

Campos Novos, 08 de Abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal..

DECRETO Nº. 7.271/15 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.271/15 DE 27/03/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.055 - Manutenção do Programa CRAS
-Centro de referência da Assistência Social
Elementos de despesa: 13- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0035-Aplicações Diretas R\$ 97,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.055 - Manutenção do Programa CRAS
-Centro de referência da Assistência Social
Elementos de despesa: 25- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035-Aplicações Diretas R\$ 97,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 27 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 03/2015 - F.H.J.A

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 1/7
 Processo Nº.: 3/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2015

No dia 6 do mês de Abril do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETOR ADMINISTRATIVO, o Sr(a). IRACEMA TRUCOLO WILPERT, inscrito no CPF sob o nº. 346.779.849-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2015, Processo Licitatório nº. 3/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FILMES PARA RAIOS - X E MAMOGRAFIA E QUÍMICOS REVELADORES E FIXADORES. PARA USO NO SETOR DE IMAGENS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7467	FUJIFILM DO BRASIL LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
6849	IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.	
7466	ODONTOMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA ME	
6633	SUL IMAGEM PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas: ☐

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FUJIFILM DO BRASIL LTDA	60.397.874/0001-56	JONAS BOING	024.846.049-80
IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.	33.255.787/0007-87	DIRCEU AMAURI KOB	554.441.999-04
ODONTOMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTD	06.194.440/0001-03	LUIS CARLOS GUIMARAES	225.171.209-78
SUL IMAGEM PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS LTDA	03.135.637/0001-83	RENATO DA SILVA FARIAS	564.858.759-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: ☐ REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FILMES PARA RAIOS - X E MAMOGRAFIA E QUÍMICOS REVELADORES E FIXADORES. PARA USO NO SETOR DE IMAGENS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
☐ Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. ☐

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições. ☐

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue: ☐

Fornecedor: 7467 - FUJIFILM DO BRASIL LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FILME PARA MAMOGRAFIA 18 X 24 - CX C/ 100 FOLHAS	CX		100,000	112,3200	11.232,00
2	FILMES PARA MAMOGRAFIA TAMANHO 24 X 30 - CAIXA COM 100 FOLHAS	CX		5,000	187,2000	936,00
3	FILME PARA RAO X - 18 X24 - CX COM 100 FOLHAS	CX		75,000	60,4800	4.536,00
4	FILME PARA RAO X - 24 X 30 - CX C/ 100 FOLHAS	CX		110,000	100,8000	11.088,00
5	FILME PARA RX TAMANHO 35 X 35 - CAIXA COM 100 FOLHAS	CX		40,000	171,5000	6.860,00
6	FILME PARA RAO X - 30 X 40 - CX C/ 100 FOLHAS	CX		80,000	168,0000	13.440,00
7	FILME PARA RAO X - 35 X 43 - CX C/ 100 FOLHAS	CX		75,000	210,7000	15.802,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIOPágina: 2/7
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

Fornecedor: 7467 - FUJIFILM DO BRASIL LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	REVELADOR AUTOMATICO RX - CONJ. P/ PREPARAR 38 LITROS	CJ		77,000	189,7500	14.610,75
9	FIXADOR AUTOMATICO RX - CONJ. P/ PREPARAR 38 LITROS	CJ		47,000	109,2500	5.134,75

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 3/7
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 4/7
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 5/7
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 6/7
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 7/7
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 6 de Abril de 2015.

IRACEMA TRUCOLO WILPERT
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Empresas Participantes:

FUJIFILM DO BRASIL LTDA	CNPJ: 60.397.874/0001-56	_____	□□□
IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.	CNPJ: 33.255.787/0007-87	_____	□□□
ODONTOMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 06.194.440/0001-03	_____	□□□
SUL IMAGEM PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS LTDA	CNPJ: 03.135.637/0001-83	_____	□□□

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 054/2015

DECRETO Nº. 054/2015

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADES, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.519 de 18/03/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2015, a título de subvenção social a entidade abaixo relacionada:

I - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANOINHAS - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.166.793/0001-40, até o valor de R\$ 36.991,12 (cento e trinta e seis mil, novecentos e noventa e um reais e doze centavos) recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, destinado para despesas conforme plano de trabalho da instituição.

II - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANOINHAS - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.166.793/0001-40, até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) através de recursos ordinários, destinado à realização de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade visando dar o aporte necessário ao atendimento sócio-educativo a crianças especiais, destinados para despesas conforme plano de trabalho da instituição.

Art. 2º. Os valores a serem objetos de repasse a entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, será suspenso o repasse do recurso incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses, sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas do recurso recebido deverá, obrigatoriamente, seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a

apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso do recurso em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. As despesas constantes na presente Lei serão custeadas através das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 6º - Fica alterado o art. 1º da Lei 5.510 de 10/03/2015, sendo que os valores destinados às entidades previstas em seus incisos serão oriundos de recursos ordinários do orçamento da prefeitura, retificando os incisos I e II no tocante a origem do recurso, que será do Fundo Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal da Assistência Social, respectivamente.

Art. 7º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 7º da Lei 5.519 de 18/03/2015, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Função 27: Desporto e Lazer

Subfunção 812: Desporto Comunitário

Programa 16: Esporte como qualidade de vida

Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.50.00.00.00.00 - Transf. a Inst. Priv. s/ fins lucrativos
..... 130.000,00

Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 8º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Função 27: Desporto e Lazer

Subfunção 812: Desporto Comunitário

Programa 16: Esporte como qualidade de vida

Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 130.000,00

Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 9º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 18 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 022/2015

EDITAL Nº. 022/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 8 de novembro de 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua

automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 022/2015

Anexo I**CANDIDATOS CONVOCADOS****CARGO: MONITOR SOCIAL**

TANIA ELISETE GONCHOROWSKI

MARIA ALICE MACHADO

GISELE QUIRINO D'ALMEIDA

CARGO: ORIENTADOR SOCIAL

ZENILDA DUTKA

KATIA LUIZ CORREA

SAMUEL DE AGUIAR SIMOES

CRISTIANE CORREA

CARGO: EDUCADOR SOCIAL FEMININO

MARILIA DRANKA

BEATRIZ DE FATIMA PONTES

PATRICIA BARBOSA DA SILVA

CARGO: EDUCADOR SOCIAL MASCULINO

ROBERTO CARLOS FERREIRA DE MORAES

LUIZ FERNANDO PADILHA

CARGO: INSTRUTOR DE CANTO

ALINE MARCELA LOURENÇO

CARGO: INSTRUTOR DE VIOLINO/ VIOLONCELO

LORAIN DUBENA

CARGO: INSTRUTOR DE TECLADO
JOSIELI ALVES PEREIRA

CARGO: INSTRUTOR DE TEATRO
JAQUELINE BONETES CARVALHO DO PRADO

CARGO: INSTRUTOR DE VIOLÃO
WILLIAM RODRIGUES DE CARVALHO
TIAGO SCHERMAK

CARGO: INSTRUTOR DE PINTURA EM TELA, TECIDO E DESENHO
KELIN DE PAULA FARIAS

PORTARIA Nº 290/2015

PORTARIA Nº. 290/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional NOECI CECÍLIA DAMAS GRANEMANN aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/04/2015, conforme comunicação interna nº 165/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional SANDI MAIARA DE LIMA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/04/2015, conforme comunicação interna nº 166/SME/2015.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, 25% de regência, período matutino e vespertino, designada ao CEI Landi Ama Neppel, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional KARIN SANTOS STANGE aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 015/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/04/2015, conforme comunicação interna nº 163/SME/2015.

Art. 4º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao GEM Xeila Elizabete Cornelsen e EBM José Groskopf, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ROSILDA WENDT GOMES DE CAMARGO aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/04/2015, conforme comunicação interna nº 166/SME/2015.

Art. 5º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional JULIANE CRISTINA BORGES aprovada em hábil e competente concurso público previsto

no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/SME/2015.

Art. 6º - Fica nomeado para exercer o cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional JOSÉ ARISTIDES DELLER aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2013 e Edital de Convocação nº 009/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/04/2015, conforme comunicação interna nº 157/SME/2015.

Art. 7º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada o GEM Xeila Elizabete Cornelsen, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional CLEUNICE KOSAK aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/04/2015, conforme comunicação interna nº 162/SME/2015.

Art. 8º - Fica nomeado para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional MARCELO DE LIMA CARVALHO FRANCO aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 08/04/2015, conforme comunicação interna nº 161/SME/2015.

Art. 9º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ELIANE CRISTINA BARBOSA DA SILVA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 08/04/2015, conforme comunicação interna nº 167/SME/2015.

Art. 10 - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 291/2015

PORTARIA Nº. 291/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 4.490/2010 resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Psicólogo, 20 horas semanais, à disposição dos Serviços de Alta Complexidade (Abrigo Institucional Casa Santa Clara e Casa Lar do Idoso Stellita Pacheco Costa), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional BIANCA WZOREK, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1054, e convocada conforme Edital nº 006 de 24 de fevereiro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/04/2015, conforme comunicação interna nº 080/SEMAS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 292/2015

PORTARIA Nº. 292/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Andréia Correia da Silva Fontana Kauva, Roseli Dobroshinskei e Franciele Novak, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos da denúncia descrita na Comunicação Interna nº 113/2015 proveniente da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta)

dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 293/2015

PORTARIA Nº. 293/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a IVETE DE FATIMA BILESKEI, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais no CEI Emília Ferrero, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 15/04/2015 a 14/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ADRIANA DE FATIMA TORQUATO, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Landi Ama Neppel, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 15/04/2015 a 14/05/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 294/2015

PORTARIA Nº. 294/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a JOSÉ MARCOS CARVALHO, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 06/04/2015 a 15/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a RODRIGO GUDAS, concursado no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 08/04/2015 a 17/04/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 295/2015

PORTARIA Nº. 295/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 7º da Portaria nº. 201/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 7º. Fica autorizada a conversão de 44 (quarenta e quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor HAMILTON CHAMBERG, efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2006/2011, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 296/2015

PORTARIA Nº. 296/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ANDERSON CARVALHO CARNEIRO, efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 06/04/2015 a 05/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 297/2015

PORTARIA Nº. 297/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de História, 20 horas semanais, 15% de regência, período matutino, designada a EBM Alberto Wardenski, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARIA DIONETE CAETANO aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 015/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 08/04/2015, conforme comunicação interna nº 169/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor Anos Iniciais, 40 horas semanais, 30% de regência, período matutino e vespertino, designada a EBM Evaldo Dranka, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARE ELIZA KURUTZ DROS-DECK aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 015/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 08/04/2015, conforme comunicação interna nº 168/SME/2015.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 298/2015

PORTARIA Nº. 298/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, 15% de regência, período matutino e vespertino, designada a EBM Achilles Pazda e para o CEI Nathan Zugmann, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional JUCELIA DO CARMO NEVES aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 015/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 08/04/2015, conforme comunicação interna nº 172/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para o GEM Reinaldo Krüger e para a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional LILIAN KUROLI aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 08/04/2015, conforme comunicação interna nº 171/SME/2015.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 39/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 62/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 39/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/04/2015, às 10h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM SEGURANÇA HUMANA DESARMADA NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 23/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

RESOLUÇÃO 05/CMDCA/2015

RESOLUÇÃO 05/CMDCA/2015

Homologação final das Inscrições para Eleição dos membros suplentes do Conselho Tutelar.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, através de sua presidente, Sra. Vera Lúcia Piotrowski Cubas, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/205 e:

Considerando a reunião ordinária do dia 07 de Abril de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Realizar a homologação final e deferir as inscrições dos candidatos a membros suplentes do Conselho Tutelar abaixo relacionados:

Nome
Angélica Krailing Sampaio
Daiane Karine Wendt
Ana Maria Chimangosewski Rincon

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 07 de Abril de 2015.

Vera Lucia Piotrowski Cubas

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO 06/CMDCA/2015

RESOLUÇÃO 06/CMDCA/2015

Retifica o paragrafo primeiro do Artigo 15 da Resolução 02/2015 que regulamenta o processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes no âmbito do Município de Canoinhas e dá outras providências:

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, através de sua presidente, Sra. Vera Lúcia Piotrowski Cubas, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/205 retifica o parágrafo primeiro do Artigo 15 da Resolução 02/2015:

Art.15 - A escolha dos conselheiros será feita por votação secreta,

pelos integrantes do Colégio Eleitoral, em cédula a ser definida e aprovada pela Comissão Eleitoral, processo coordenado pelo Presidente da mesa receptora e apuradora, fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 1º Cada delegado deverá votar em 01 (um) candidato inscrito e presente no ato da eleição.

Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Canoinhas 08 de Abril de 2015.

Vera Lúcia Piotrowski Cubas

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLUÇÃO 07/CMDCA/2015

RESOLUÇÃO 07/CMDCA/2015

Formar Comissão responsável pela organização da Conferência Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente no âmbito do Município de Canoinhas- Santa Catarina.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, através de sua presidente, Sra. Vera Lúcia Piotrowski Cubas, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/205

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em 07 de Abril de 2015;

RESOLVE

Art.1º - Formar Comissão responsável pela organização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito do Município de Canoinhas - Santa Catarina.

Nome	Representação
Mozara Carvalho Schadeck	Governamental
Juceres Maria Wiese Roeder	Governamental
Rosemare Steilein Conte	Governamental
Karina Vieira Carvalho	Governamental
Rosélis Aparecida Tokarski	Governamental
Marilin Munhoz da Silva Werka	Governamental
Katia Simone Bueno da Silva	Não Governamental

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 08 de Abril de 2015.

Vera Lúcia Piotrowski Cubas

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/9

Processo / Ano: 9/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 32.341,00				
Licitação.....: 2/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 44546 - REQUISICÃO EXAMES LABORATORIAL, SULFITE 56 GR. - Unidade: BL								
15887	GRGRAF	GRGRAF	2.000,000	0,0000	0,6800	1.360,00	Venceu	1 *****
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICALTDA EPP	NORTE	2.000,000	0,0000	0,7600	1.520,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	2.000,000	0,0000	0,8700	1.740,00	Perdeu	3
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		2.000,000	0,0000	0,7900	1.580,00	Desclassif.	0
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		2.000,000	0,0000	0,9100	1.820,00	Desclassif.	0
Item.....: 2 - 34233 - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO SULFITE 56 GR - Unidade: BL								
15887	GRGRAF	GRGRAF	500,000	0,0000	0,6400	320,00	Venceu	1 *****
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICALTDA EPP	NORTE	500,000	0,0000	0,7000	350,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	500,000	0,0000	0,6900	345,00	Perdeu	3
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		500,000	0,0000	0,5200	260,00	Desclassif.	0
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		500,000	0,0000	0,7400	370,00	Desclassif.	0
Item.....: 3 - 29758 - BLOCOS DE RECEITUÁRIO SIMPLES, SULFITE 56 GR. - Unidade: BL								
15887	GRGRAF	GRGRAF	20.000,000	0,0000	0,5000	10.000,00	Venceu	1 *****
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICALTDA EPP	NORTE	20.000,000	0,0000	0,5000	10.000,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	20.000,000	0,0000	0,5600	11.200,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		20.000,000	0,0000	0,6000	12.000,00	Desclassif.	0
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		20.000,000	0,0000	0,6000	12.000,00	Desclassif.	0
Item.....: 4 - 44257 - RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 2 VIAS - Unidade: UN								
15887	GRGRAF	GRGRAF	1.200,000	0,0000	1,5100	1.812,00	Venceu	1 *****
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICALTDA EPP	NORTE	1.200,000	0,0000	1,4000	1.680,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/9

Processo / Ano: 9/2015 Processo Administrativo: 32.341,00

Licitação.....: 2/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4 - 44257 - RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 2 VIAS - Unidade: UN

15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	1.200.000	0,0000	1,5500	1.860,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		1.200.000	0,0000	1,7300	2.076,00	Desclassif.	0
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		1.200.000	0,0000	1,7500	2.100,00	Desclassif.	0

Item.....: 5 - 44545 - REQUISICÃO EXAME CITOPATÓLOGICO SULFITE - Unidade: UN

15887	GRGRAF	GRGRAF	10.000.000	0,0000	0,0400	400,00	Venceu	1 ****
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	10.000.000	0,0000	0,0400	400,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	10.000.000	0,0000	0,0400	400,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		10.000.000	0,0000	0,0400	400,00	Desclassif.	0
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		10.000.000	0,0000	0,0400	400,00	Desclassif.	0

Item.....: 6 - 28952 - ATESTADO MÉDICO, SULFITE 56 GR, TAMANHO 11X19 CM C/ 50 UN CD - Unidade: BL

15887	GRGRAF	GRGRAF	500.000	0,0000	0,6400	320,00	Venceu	1 ****
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	500.000	0,0000	0,8500	425,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	500.000	0,0000	0,7000	350,00	Perdeu	3
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		500.000	0,0000	0,6200	310,00	Desclassif.	0
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		500.000	0,0000	0,7900	395,00	Desclassif.	0

Item.....: 7 - 44542 - REQUISICÃO DE EXAME HIV 15X21 COM 50 UND - Unidade: BL

15887	GRGRAF	GRGRAF	100.000	0,0000	1,3300	133,00	Venceu	1 ****
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	100.000	0,0000	1,3500	135,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	100.000	0,0000	1,3500	135,00	Perdeu	3
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		100.000	0,0000	1,0000	100,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/9

32.341,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 9/2015

Licitação.....: 2/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 7 - 44542 - REQUISICÃO DE EXAME HIV 15X21 COM 50 UND - Unidade: BL

11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		100,000	0,0000	1,5000	150,00	Desclassif.	0
-------	----------------------------	--	---------	--------	--------	--------	-------------	---

Item.....: 8 - 44628 - RESULTADO DE EXAME LABORATORIAL 56 GR. TAMANHO 15*16 50 UND - Unidade: BL

15887	GRGRAF	GRGRAF	200,000	0,0000	0,8300	166,00	Venceu	1 ****
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	200,000	0,0000	0,9000	180,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	200,000	0,0000	0,8000	160,00	Perdeu	3
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		200,000	0,0000	0,8000	160,00	Desclassif.	0
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		200,000	0,0000	1,0000	200,00	Desclassif.	0

Item.....: 9 - 31961 - CARTÃO AGENDAMENTO SUS CARTOLINA 180 GR - Unidade: UN

15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		3,000,000	0,0000	0,0706	211,75	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	3,000,000	0,0000	0,0600	180,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	3,000,000	0,0000	0,0800	240,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		3,000,000	0,0000	0,0900	270,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	3,000,000	0,0000	0,0900	270,00	Desclassif.	0

Item.....: 10 - 31965 - CARTÃO DA GESTANTE, CARTOLINA 180 GR., COM 21 CM DE ALTURA. - Unidade: UN

15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		5,000,000	0,0000	0,0866	433,00	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	5,000,000	0,0000	0,1000	500,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	5,000,000	0,0000	0,1200	600,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		5,000,000	0,0000	0,1300	650,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	5,000,000	0,0000	0,1500	750,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/9

Processo / Ano: 9/2015 32.341,00
Licitação.....: 2/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11	-	32008	-	CARTEIRINHAS PREVENTIVO GINECOLÓGICO. TAMANHO 7.3 X 10.7 - Unidade: UN				
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		18.000.000	0,0000	0,0315	567,00	Venceu	1 *****
15887	GRGRAF	GRGRAF	18.000.000	0,0000	0,0240	432,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Desclassif.	0
Item.....: 12	-	31968	-	CARTÃO DE AGENDAMENTO SAÚDE BUCAL-ATENÇÃO BÁSICA. CARTOLINA - Unidade: UN				
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		20.000.000	0,0000	0,0708	1.416,00	Venceu	1 *****
15887	GRGRAF	GRGRAF	20.000.000	0,0000	0,0700	1.400,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	20.000.000	0,0000	0,0800	1.600,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		20.000.000	0,0000	0,0800	1.600,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	20.000.000	0,0000	0,0900	1.800,00	Desclassif.	0
Item.....: 13	-	32009	-	CARTEIRINHAS PROGRAMA DE ATENÇÃO AO CARDIOPATA - Unidade: UN				
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		4.000.000	0,0000	0,0787	314,80	Venceu	1 *****
15887	GRGRAF	GRGRAF	4.000.000	0,0000	0,0900	360,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	4.000.000	0,0000	0,1400	560,00	Perdeu	3
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP		4.000.000	0,0000	0,1300	520,00	Desclassif.	0
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME	NORTE	4.000.000	0,0000	0,1400	560,00	Desclassif.	0
Item.....: 14	-	32010	-	CARTEIRINHAS PROGRAMA DE ATENÇÃO AO DIABÉTICO E HIPERTENSO - Unidade: UN				
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		10.000.000	0,0000	0,0787	787,00	Venceu	1 *****
15887	GRGRAF	GRGRAF	10.000.000	0,0000	0,0900	900,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/9

Processo / Ano: 9/2015 Processo Administrativo: 32.341,00

Licitação.....: 2/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 14	-	32010	- CARTEIRINHAS PROGRAMA DE ATENÇÃO AO DIABÉTICO E HIPERTENSO - Unidade: UN					
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	10.000.000	0,0000	0,1100	1.100,00	Perdeu	3
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	10.000.000	0,0000	0,1000	1.000,00	Desclassif.	0
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		10.000.000	0,0000	0,1200	1.200,00	Desclassif.	0
Item.....: 15	-	31992	- CARTEIRA DE SAÚDE, CARTOLINA 180 GR - Unidade: UN					
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		500.000	0,0000	0,2203	110,15	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	500.000	0,0000	0,2300	115,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	500.000	0,0000	0,2500	125,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		500.000	0,0000	0,1500	75,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	500.000	0,0000	0,4000	200,00	Desclassif.	0
Item.....: 16	-	44258	- RECEITUARIOS OFTALMOLOGICO CARTOLINA 180 GR - Unidade: UN					
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		1.000.000	0,0000	0,2203	220,30	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	1.000.000	0,0000	0,1800	180,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	1.000.000	0,0000	0,2000	200,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		1.000.000	0,0000	0,1300	130,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	1.000.000	0,0000	0,4000	400,00	Desclassif.	0
Item.....: 17	-	35949	- FICHA VERDE OU BAU SULFITE 56 GR - Unidade: UN					
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		10.000.000	0,0000	0,0591	591,18	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	10.000.000	0,0000	0,0500	500,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	10.000.000	0,0000	0,0500	500,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		10.000.000	0,0000	0,0700	700,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/9

Processo / Ano: 9/2015 Processo Administrativo: 32.341.00

Licitação.....: 2/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 17 - 35949 - FICHA VERDE OU BAU SULFITE 56 GR - Unidade: UN								
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	10.000.000	0,0000	0,0700	700,00	Desclassif.	0
Item.....: 18 - 43954 - PRONTUARIO FICHA BRANCA, CARTOLINA 180 GR. - Unidade: UN								
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		30.000.000	0,0000	0,0506	1.518,00	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	30.000.000	0,0000	0,0500	1.500,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	30.000.000	0,0000	0,0550	1.650,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		30.000.000	0,0000	0,0600	1.800,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	30.000.000	0,0000	0,0700	2.100,00	Desclassif.	0
Item.....: 19 - 34491 - DIÁRIO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - Unidade: UN								
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		10.000.000	0,0000	0,0338	338,00	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	10.000.000	0,0000	0,0400	400,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	10.000.000	0,0000	0,0400	400,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		10.000.000	0,0000	0,0500	500,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	10.000.000	0,0000	0,0500	500,00	Desclassif.	0
Item.....: 20 - 34492 - DIÁRIO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO BRASIL SORRIDENTE, IMPRES - Unidade: UN								
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		10.000.000	0,0000	0,0338	338,00	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	10.000.000	0,0000	0,0400	400,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	10.000.000	0,0000	0,0400	400,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		10.000.000	0,0000	0,0500	500,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	10.000.000	0,0000	0,0600	600,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/9

32.341,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 9/2015

Licitação.....: 2/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 21 - 43955 - PRONTUARIO HIPERTENSO E DIABETICO - Unidade: UN

15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		3.000.000	0,0000	0,2448	734,40	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	3.000.000	0,0000	0,2200	660,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	3.000.000	0,0000	0,2800	840,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		3.000.000	0,0000	0,2700	810,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	3.000.000	0,0000	0,3500	1.050,00	Desclassif.	0

Item.....: 22 - 44398 - REGISTRO DIÁRIO ANTIVETORIAL - Unidade: UN

15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		600.000	0,0000	0,2532	151,92	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	600.000	0,0000	0,2000	120,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	600.000	0,0000	0,2000	120,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		600.000	0,0000	0,2000	120,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	600.000	0,0000	0,4200	252,00	Desclassif.	0

Item.....: 23 - 43957 - PRONTUARIO SAUDE BUCAL ATENÇÃO BÁSICA CARTOLINA 180 GR DUPLA - Unidade: UN

15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		5.000.000	0,0000	0,1857	928,50	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	5.000.000	0,0000	0,2200	1.100,00	Perdeu	2
15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	5.000.000	0,0000	0,1800	900,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		5.000.000	0,0000	0,2400	1.200,00	Desclassif.	0
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	5.000.000	0,0000	0,2500	1.250,00	Desclassif.	0

Item.....: 24 - 35011 - ENVELOPE BRANCO OFÍCIO TIMBRADO - Unidade: UN

15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	2.000.000	0,0000	0,1100	220,00	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	2.000.000	0,0000	0,0800	160,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/9

Processo / Ano:		9/2015		Processo Administrativo:		32.341,00													
Licitação.....:		2/2015 - PR																	
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL																	
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.																	
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação			
Item.....: 24		-		35011		-		ENVELOPE BRANCO OFÍCIO TIMBRADO - Unidade: UN											
16508				NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP		NORTE		2.000.000		0,0000		0,1300		260,00		Perdeu		3	
11413				GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME				2.000.000		0,0000		0,1200		240,00		Desclassif.		0	
15888				LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME				2.000.000		0,0000		0,1300		260,00		Desclassif.		0	
Item.....: 25		-		35014		-		ENVELOPE DE PRONTUÁRIO SUS OURO 25 X 18 CM - Unidade: UN											
15891				GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA		ALTA DEFINIÇÃO		30.000.000		0,0000		0,1400		4.200,00		Venceu		1 ****	
15887				GRGRAF		GRGRAF		30.000.000		0,0000		0,1600		4.800,00		Perdeu		2	
16508				NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP		NORTE		30.000.000		0,0000		0,1600		4.800,00		Perdeu		3	
11413				GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME				30.000.000		0,0000		0,1700		5.100,00		Desclassif.		0	
15888				LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME				30.000.000		0,0000		0,1700		5.100,00		Desclassif.		0	
Item.....: 26		-		35019		-		ENVELOPE GRANDE TAM. 26 X 36 CM COM TIMBRE DA PREFEITURA - Unidade: UN											
15891				GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA		ALTA DEFINIÇÃO		10.000.000		0,0000		0,2500		2.500,00		Venceu		1 ****	
15887				GRGRAF		GRGRAF		10.000.000		0,0000		0,3000		3.000,00		Perdeu		2	
16508				NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP		NORTE		10.000.000		0,0000		0,3000		3.000,00		Perdeu		3	
15888				LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME				10.000.000		0,0000		0,3000		3.000,00		Desclassif.		0	
11413				GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME				10.000.000		0,0000		0,3100		3.100,00		Desclassif.		0	
Item.....: 27		-		35021		-		ENVELOPE MÉDIO AMARELO, TAMANHO 25X26CM, TIMBRADO - Unidade: UN											
15891				GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA		ALTA DEFINIÇÃO		5.000.000		0,0000		0,2500		1.250,00		Venceu		1 ****	
15887				GRGRAF		GRGRAF		5.000.000		0,0000		0,2700		1.350,00		Perdeu		2	
16508				NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP		NORTE		5.000.000		0,0000		0,2600		1.300,00		Perdeu		3	
11413				GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME				5.000.000		0,0000		0,2300		1.150,00		Desclassif.		0	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/9

32.341,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 9/2015

Licitação.....: 2/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 27 - 35021 - ENVELOPE MÉDIO AMARELO, TAMANHO 25X26CM, TIMBRADO - Unidade: UN

15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		5.000,000	0,0000	0,2700	1.350,00	Desclassif.	0
-------	----------------------------------	--	-----------	--------	--------	----------	-------------	---

Item.....: 28 - 42557 - PASTAS AZUIS EM CARTOLINA 240 GR TIMBRADA SECRETARIA DA SAUD - Unidade: UN

15891	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	ALTA DEFINIÇÃO	2.000,000	0,0000	0,5000	1.000,00	Venceu	1 ****
15887	GRGRAF	GRGRAF	2.000,000	0,0000	0,4500	900,00	Perdeu	2
16508	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	NORTE	2.000,000	0,0000	0,5000	1.000,00	Perdeu	3
11413	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME		2.000,000	0,0000	0,3900	780,00	Desclassif.	0
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME		2.000,000	0,0000	0,4900	980,00	Desclassif.	0

Canoinhas, Em

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA - - SUPLENTE
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK - - EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC
JOSE CARLOS HERBST - - CRC/SC 031639/O-0

CÂMARA MUNICIPAL**LEI 5.532/15**

LEI Nº 5.532, DE 30/03/2015

AUTORIZA ALVARÁ PROVISÓRIO DE TAXI

O Vereador Gil Baiano, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica transferido o alvará de funcionamento provisório de Ponto de Táxi de Claudinei Antonio Rocha Lino, pessoa física, portador do CPF nº 623.324.149-91, da vaga de nº 21 do Ponto nº 02, situado na Praça Lauro Muller, na esquina formada pelas ruas Vidal Ramos com a Eugênio de Souza, para Claudinei Antonio Rocha Lino 62332414991, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ com o nº 21.623.831/0001-90.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 4.587, de 30/08/2010.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.

Vereador Gil Baiano

Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 30/03/2015.

José Luiz Lacowicz
Secretário Legislativo

Capinzal**PREFEITURA****ERRATA TERMO ADITIVO 001/2015 C69****ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Na Edição de número 1717, página 121, do dia 06/04/2015, no extrato do termo aditivo nº 001/2015 C69, referente ao Pregão Presencial nº 0027/2011;

Onde se lê:

Objeto : Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aditamento do valor de R\$ 124,15 (cento e vinte e quatro reais e quinze centavos), pela inclusão na obra, em conformidade com a solicitação, justificativas e parecer jurídico em anexo, e, ainda, a autorização legal prevista no Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93.

Leia-se:

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é o reajuste anual, nos termos da lei 8.666/93, no índice de 9,05% (nove vírgula zero cinco pontos percentuais) relativo a variação do INPC acumulado do ano, conforme solicitação, justificativa e parecer jurídico em anexo, alterando o valor do contrato para 1.494,15.

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0085/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0053/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0085/2015

Pregão Presencial Nº 0053/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerais de limpeza e roçada manual e/ou mecanizada em lotes do perímetro urbano, de acordo com a Lei Municipal nº 2.974, de 14 de julho de 2011 e Decreto Municipal nº 016, de 19 de fevereiro de 2015.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 24/04/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 9 de abril de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0086/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0054/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0086/2015

Pregão Presencial Nº 0054/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos para compor o mobiliário do Centro de Reabilitação e Estratégia Saúde da Família - ESF da Cidade Alta. Com recursos oriundos da multa imposta à BRF Brasil Foods S/A perante a Justiça do Trabalho, Ação Civil Pública nº 001327-2009-012-12-00-0, movida pelo Ministério Público do Trabalho - MPT.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 24/04/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 9 de abril de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Caxambu do Sul**PREFEITURA****DECRETO 33/2015**

DECRETO Nº 000033/15 de 8 de Abril de 2015
Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001334/14 de 3 de Novembro de 2014.
DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08.244.0009.2.018-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08.244.0009.2.018-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Abril de 2015

DECRETO Nº 000033/15 de 8 de Abril de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001334/14 de 3 de Novembro de 2014.
DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08.244.0009.2.018-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08.244.0009.2.018-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Abril de 2015

DECRETO Nº 000033/15 de 8 de Abril de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001334/14 de 3 de Novembro de 2014.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08.244.0009.2.018-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08.244.0009.2.018-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Abril de 2015

EXTRATO ATA RP 14/2015

Estado de Santa Catarina								
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL								
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS								
Ata Nº.:		14/2015						
Detentora:		EUNICE LESSA CHIARELLO ME						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER O PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - (SCFV).						
Fornecedor: 166 - EUNICE LESSA CHIARELLO ME.								
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total		
1	BANANA CATURA	kg	CATURRA	300,000	1,7500	525,00		
2	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª	kg	BOVINA	130,000	13,9500	1.813,50		
3	CEBOLA	kg	NACIONAL	50,000	3,9900	199,50		
4	MAÇÃ NACIONAL	kg	NACIONAL	200,000	3,3500	670,00		
5	MAMÃO	kg	COMUM	100,000	4,2000	420,00		
6	OVO DE GALINHA	dz	VERMELHO	40,000	5,9000	236,00		
7	QUEIJO COLONIAL	kg	MOCELINI	80,000	17,5000	1.400,00		
9	ABACAXI	un	NACIONAL	100,000	5,9000	590,00		
13	CENOURA	kg	NACIONAL	80,000	3,3900	271,20		
18	LARANJA	kg	NACIONAL	200,000	1,9900	398,00		
20	APRESUNTADO SUINO	kg	AURORA	70,000	22,9500	1.606,50		
27	MARGARINA VEGETAL 500G	un	PRIME	20,000	1,8200	36,40		

33	CHOCOLATE GRANULADO 80 G	pt	INCAS	30,000	1,6900	50,70		
----	--------------------------	----	-------	--------	--------	-------	--	--

Vigência : Início : 08/04/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 09/2015.

CAXAMBU DO SUL, 08 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA RP 15/2015

Estado de Santa Catarina								
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL								
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS								
Ata Nº.:		15/2015						
Detentora:		AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER O PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - (SCFV).						
Fornecedor: 1341 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA								
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total		
8	SUCO DE FRUTAS CONCENTRADO EMBAL. DE 500 ML.	un	SEREGY	40,000	7,1000	284,00		
16	EXTRATO DE TOMATE EMBAL. 850 G	un	1078 DAJUDA	50,000	5,8800	294,00		
21	BISCOITO DOCE MARIA 700GR	un	2131 PRODA	150,000	6,4500	967,50		
22	BISCOITO SORTIDO 335G	un	2184 PRODA	150,000	3,4400	516,00		
29	OLÉO DE SOJA EM EMBAL. DE 900 ML.	un	COAMO	40,000	3,4500	138,00		
34	CHA ERVA DOCE EM PCTE C/ 10 SAQ.	pt	1000 BARAO	50,000	2,5000	125,00		
35	SUCRILHOS EMB. DE 200 GR	pt	4075 ALCA F	200,000	3,8000	760,00		

Vigência : Início : 08/04/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 09/2015.

CAXAMBU DO SUL, 08 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA RP 16/2015

Estado de Santa Catarina								
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL								
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS								
Ata Nº.:		16/2015						
Detentora:		ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME.						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER O PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - (SCFV).						
Fornecedor: 2334 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME								
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total		
10	ACHOCOLATADO EM PÓ 400G	pt	apti	45,000	2,7500	123,75		
11	AÇÚCAR CRISTAL EM EMBAL. DE 05 KG.	pt	alto alegre	30,000	9,6000	288,00		
12	BEBIDA LACTEA 900 ML	un	carlitos	500,000	2,3500	1.175,00		
14	COCO RALADO EMBAL. 100G	pt	daju	30,000	2,7400	82,20		

15	ERVILHA EMBAL 200G	lt	stella	100,000	1,4400	144,00		
17	FERMENTO EM PÓ 250G	un	monopol	20,000	5,9300	118,60		
19	LEITE INTEGRAL TIPO C 01 LITRO	un	sabor colonial	900,000	2,9500	2.655,00		
23	CREME DE LEITE EMBAL. DE 200 GR	un	terra viva	70,000	1,6200	113,40		
24	FARINHA DE MILHO EMB. 05KG	pt	daju	15,000	7,6500	114,75		
25	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMB. 05KG	pt	marx	15,000	8,3400	125,10		
26	LEITE CONDENSADO EMBAL. 395 G	lt	terra viva	80,000	2,9200	233,60		
28	MILHO VERDE EMBAL. DE 200G	un	stella	150,000	1,4200	213,00		
30	AMIDO DE MILHO 500G	pt	daju	30,000	2,3900	71,70		
31	SAL REFINADO IODADO EMBAL. DE 01 KG	pt	amazonas	35,000	1,4500	50,75		
32	COLORAU 500G	pt	daju	35,000	2,8000	98,00		
36	CAFÉ SOLUVEL EM PÓ 200 GR.	lt	iguaçu	40,000	9,5000	380,00		

Vigência : Início : 08/04/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 09/2015.

CAXAMBU DO SUL, 08 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 15/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	15/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	ANGELO GHELLER.
Objeto.....:	LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL (ARMAZEM) EM ALVENARIA, LOCALIZADA NA QUADRA 0036, CADASTRO 275, RUA DO COMÉRCIO, 334, CENTRO NA CIDADE DE CAXAMBU DO SUL/SC, PARA DEPÓSITO DE SEMENTE DE AVEIA.
Valor.....:	R\$ 400,00 (quatrocentos reais).
Vigência.....:	Início : 31/03/2015 Término : 29/04/2015.
CAXAMBU DO SUL, 31 de Março de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATO 16/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	16/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO POR PRAZO DETERMINADO DE SOFTWARE DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, IMPLANTAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES/USUÁRIOS PARA USO DO SOFTWARE, HOSPEDAGEM DO SISTEMA ACIMA DESCRITO EM SERVIDOR VIRTUAL (DATACENTER) E SUPORTE TÉCNICO.
Valor.....:	R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).
Vigência.....:	Início : 02/04/2015 Término : 31/12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 02 de Abril de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATO 17/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	17/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI – ME.
Objeto.....:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TREINAMENTO E ASSESSORIA CONTÁBIL DE ORIENTAÇÃO AOS TÉCNICOS DO MUNICÍPIO QUE ATUAM NAS ÁREAS ORÇAMENTÁRIAS, TRIBUTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL NA ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA O E-SFINGE, SIOPS, SIOPE, PRESTAÇÃO DE CONTAS E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO. TRABALHO E ORIENTAÇÕES IN LOCO E A DISTÂNCIA VIA E-MAIL, TELEFONE, FAX E OUTROS MEIOS ELETRÔNICOS, CONFORME CONSTA NA MINUTA DE CONTRATO EM ANEXO PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E SERVIÇO DE ATUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO.
Valor.....:	R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais).
Vigência.....:	Início : 08/04/2015 Término : 31/12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 08 de Abril de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

LEI 1.343/2015

LEI N. 1.343/2015

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E NO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal votou, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual de 5,86% sobre o vencimento básico de todos os servidores públicos municipal dos poderes executivo e legislativo, e sobre o subsídio dos agentes políticos, a ser implementado a partir do mês de abril de 2015, para reposição da inflação acumulada do período de maio de 2014 a fevereiro de 2015, calculada pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão da inflação que se verificar nos meses de março e abril de 2015, calculada pelo índice de variação do IPCA/IBGE, mediante a edição de decreto específico no mês de maio de 2015.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 07 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 002/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2015

“CRIA CARGOS E VAGAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

INÉDIO ANTELMO TOMASI, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores, de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Art. 57, §7º da lei Orgânica, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criados e acrescentados ao Grupo IV - TÉCNICO PROFISSIONAL e ao Grupo V - Técnico Científico do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes de Servidores do Município de Caxambu do Sul - SC, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, de 06 de dezembro de 2001, os cargos abaixo especificados:

I - CARGOS, CARGA HORÁRIA, NÍVEL E NÚMERO DE VAGAS:

CARGO	CARGA HORÁRIA	NÍVEL	Nº DE VAGAS
Nutricionista	40 horas semanais	51	1
Médico Ginecologista e Obstetra	20 horas semanais	55	1

II - HABILITAÇÃO PROFISSIONAL EXIGIDA:

a) Nutricionista: Curso Superior na área de atuação e Registro do Diploma no órgão fiscalizador da profissão;

b) Médico Ginecologista e Obstetra: Curso Superior de Medicina com especialização em ginecologia e obstetrícia, com Registro de Qualificação de Especialidade - RQE, no Conselho Regional de Medicina.

III - REGIME JURÍDICO: Estatutário.

IV - CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas e Títulos.

V - ATRIBUIÇÕES:

a) NUTRICIONISTA: Compete ao nutricionista, no exercício de atividades profissionais no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), programar, elaborar e avaliar os cardápios, observando o disposto nos incisos I a VIII, do artigo 3º da Resolução nº 358/2005, do Conselho Federal de Nutricionistas, mais as atividades complementares e demais atribuições de que tratam os artigos 4º e 5º, da mesma Resolução.

b) MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA: ao médico ginecologista compete: Realizar atendimentos na área de ginecologia e obstetrícia; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutica e acompanhamentos dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área.

Art. 2º. A Administração Municipal poderá abrir vagas para os cargos ora criados, com carga horária inferior à fixada na presente Lei Complementar e redução proporcional do vencimento.

Art. 3º. Fica Alterado o número vagas do cargo abaixo especificado do quadro permanentes de servidores municipais instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, de 06 de dezembro de 2001, de acordo com o quadro abaixo:

CARGO	VAGAS ATUAIS	NOVAS VAGAS	TOTAL
Assistente Social	2	1	3

Art. 4º. Os anexos I, III e IX, da Lei Complementar nº 002/2001, de 06 de dezembro de 2001, serão complementado com o novo cargo e elevação do número de vaga de que trata a presente Lei.

Art. 5º. O vencimento do cargo de Engenheiro Agrônomo com carga horária de 40 horas semanais será igual ao salário mínimo profissional estabelecido pela Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, e de 50% do salário mínimo profissional da categoria para carga horária de 20 horas semanais.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 02 de Abril de 2015.

INÉDIO ANTELMO TOMASI

Vice-Presidente da Câmara de Vereadores

Celso Ramos

PREFEITURA

CHAMAMENTO DE CADASTROS PARA VENDA DE PEÇAS 03/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO - N.º 03/2015

O Município de Celso Ramos torna público que a partir da data de 30/03/2015, estará recebendo em sua sede, situada na Rua Dom Daniel Hostin, nº 930, centro, a respectiva DOCUMENTAÇÃO das empresas interessadas em efetuar o fornecimento de peças para a Prefeitura Municipal, conforme especificado no Edital do Processo de Licitação nº 36/2015, Pregão Presencial n. 23/2015 e de acordo com as condições adiante estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETIVO:

O objetivo do presente Edital é a contratação de EMPRESAS fornecedoras de peças interessadas em efetuar venda dos respectivos produtos à Prefeitura Municipal de Celso Ramos, conforme disposto na Constituição Federal, Leis 8.666/93 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, mediante a celebração de CREDENCIAMENTO PARA EFETUAR A VENDA DE PEÇAS, mediante compatibilização das necessidades e demanda da frota de veículos e a disponibilidade de recursos financeiros da Prefeitura Municipal.

2 - CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Os interessados poderão inscrever-se para o Credenciamento e respectivo fornecimento de peças a partir da primeira publicação do presente instrumento.

2.2. Serão consideradas credenciadas as empresas que apresentarem os Documentos enumerados no item 3.1 deste instrumento.

2.3. Os interessados poderão ter acesso ao Edital através da retirada de cópia no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, e ou no site www.celsoramos.sc.gov.br.

2.4. Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 3.1 Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, situada na Rua Dom Daniel Hostin, n. 930, Centro, no horário das 12:30h às 18:30h de segunda a sexta-feira.

3 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

3.1. Para credenciamento as empresas deverão apresentar os seguintes documentos:

Documentos de habilitação

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do estado onde se situa a sede da licitante ou ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores - SINTEGRA;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Documentos para comprovação da qualificação técnica:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b. Prova de inscrição no cadastro estadual de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de:
 - Certidão negativa de débitos referentes a tributos e contribuições federais expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e
 - Certidão negativa quanto à dívida ativa da União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- d. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com a prestação licitada;
- e. Certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social - CND/INSS;
- f. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- g. Certidão Municipal
- h. Declaração de que não emprega de menor - Declaração da proponente que atende ao inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".
- i. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade quando expresso na própria certidão.
- j. Certidão de Negativa de Débitos trabalhistas

4 - CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO DAS PEÇAS

- 4.1. O Departamento de Compras efetuará a solicitação de orçamento referente às peças que necessita adquirir através de email que será enviado às empresas credenciadas. O prazo para o envio do respectivo orçamento pelas empresas será de 24 horas após a emissão do pedido pelo Departamento de Compras.
- 4.2. Somente depois de o orçamento ser aprovado pelo Departamento de Compras, a Administração irá efetivar a aquisição das peças e materiais, sendo emitida a respectiva nota fiscal eletrônica em nome da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, que se responsabilizará pelo pagamento.
- 4.3. Não se admitirá de forma alguma orçamentos repetitivos e nem via fax, sendo aceito por e-mail ou a via original.
- 4.4. Os orçamentos deverão ser em papel timbrado da empresa contendo no mínimo: descrição completa do material cotado, carimbo do CNPJ, identificação do responsável pela assinatura, prazo de validade do orçamento e data.
- 4.5. Serão considerados nulos os orçamentos, quando existirem circunstâncias caracterizadoras de ajustes para burlar preços junto a administração, especialmente mediante apresentação recíprocas ou de orçamentos idênticos por parte das empresas credenciadas.
- 4.6. O Departamento de Compras e licitações efetuará a análise dos orçamentos enviados pelas empresas credenciadas e fará a aquisição das peças junto ao estabelecimento que ofertar o menor preço.

5 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1 - O pagamento das peças adquiridas será efetuado em favor da empresa credenciada que ofertar o menor preço, mediante

crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, em até 30 dias após o envio da respectiva Nota Fiscal/Fatura ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Celso Ramos.

- 5.2. As despesas decorrentes do fornecimento de peças objeto do presente Edital correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015 e 2016.

6 - INFORMAÇÕES

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos pelo telefone (49) 3547 1211.

Celso Ramos, 30 de março de 2015.
Ines Terezinha Pegoraro Schons
Prefeita Municipal

EDITAL 44/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 28/2015
PROCESSO: 44/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 28/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: AQUISIÇÃO DE UM TRATOR ARICOLA NOVO DE PNEUS COM TRAÇÃO NAS 4 RODAS, E SEMEADORA ADUBADORA NOVA DE PLANTIO DIRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL, CONFORME CONVÊNIO COM A CAIXA, SOB NÚMERO: 1.019.623-85/2014, APOIANDO O PROGRAMA: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 27/04/2015, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 09 de abril de 2015.
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 24 de abril de 2015, às 10:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE MÓVEIS SOB MEDIDA E MÓVEIS DIVERSOS, para atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II e Projeto/Prospecto - Anexo IX. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 09 de abril de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 27 de abril de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Processo Seletivo no Município de Chapadão do Lageado/SC, para a contratação de pessoal em caráter temporário, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 09 de abril de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria nº 191/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 191/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico de (15) quinze dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA, Professora nível III -20 horas, licença pelo período de 15 (quinze) dias, de 07.04.15 a 21.04.2015, para tratamento de saúde, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07.04.2015.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC, 08 de abril de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria nº192/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 192/2015

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do servidor, MARCELO DE SOUZA ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas no Gabinete do Prefeito, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 09.04.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 08 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF N. 243.15

DECRETO SAF/Nº. 243/15, de 06 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

ANDREZA DASILVA MARCOS, portadora do CPF nº. 032.342.099/01, Servente de Limpeza ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 381/13, de 05 de junho de 2013, a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 235.15

DECRETO SAF/N. 235/15, de 01 de abril de 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE BOLSA ATLETA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, na competência das atribuições que são conferidas através da Lei nº 1.224, de 02 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento Municipal de Esportes de Cocal do Sul, autorizada a conceder Bolsa Atleta Municipal, que consiste em apoio financeiro, técnico e material para atletas não profissionais, segundo as condições definidas neste Decreto.

Art. 2º Caberá a Comissão de Análise do Programa Bolsa Atleta Municipal a decisão pela concessão, renovação ou extinção da Bolsa Atleta Municipal para cada um dos beneficiários do Programa.

Art. 3º Para pleitear a concessão da Bolsa Atleta Municipal, o interessado deverá preencher formulário próprio, bem como estar inserido cumulativamente nos seguintes requisitos:

I - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva ou entidade de administração desportiva da respectiva modalidade;

II - ter participado de competições esportivas oficiais em âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquela em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa Atleta;

III - não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas físicas ou jurídicas sem prévia anuência do Departamento Municipal de Esportes de Cocal do Sul;

IV - apresentar plano anual de participação em, no mínimo uma competição oficial da modalidade e categoria, e de preparação ou treinamento para competições de âmbito estadual, nacional ou internacional;

V - apresentar autorização do pai ou responsável e comprovante de matrícula em instituição de ensino público ou privada, no caso de atleta com menos de 18 (dezoito) anos de idade.

§ 1º Com o deferimento da concessão da Bolsa Atleta Municipal, o requerente compromete-se a representar o Município ou entidades municipais, em competições promovidas ou consideradas

de interesse do Departamento Municipal de Esportes de Cocal do Sul ou de interesse desportivo estadual, nacional e internacional. § 2º O atleta beneficiado com a Bolsa Atleta oferecerá como contrapartida, autorização para uso de imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município de Cocal do Sul, bem como usará a marca oficial do Município de Cocal do Sul em seus uniformes e nas demais matérias de divulgação e marketing.

§ 3º Poderá a qualquer tempo ser dispensado o requisito de inciso II em caso da ocorrência de situação excepcional, como a de atleta com desempenho excepcional, fixação de domicílio neste Município em razão de emprego ou estudo ou outra questão extraordinária, ficando neste caso facultada a apresentação de plano de participação de que trata o inciso IV com periodicidade inferior a 1 (um) ano.

§ 4º A concessão da Bolsa Atleta Municipal fica limitada a uma por atleta não profissional, e nos casos de atuação em mais de uma categoria de competição o atleta fará jus a percepção da Bolsa contemplada pela competição de maior nível.

§ 5º Para a concessão das Bolsas do exercício de 2015, serão consideradas em caráter excepcional os resultados do atleta na modalidade pleiteada consignados nos últimos 03 (três) anos em representação pelo Município.

Art. 4º A Bolsa Atleta Municipal será concedida por um prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser renovada por igual e sucessivos períodos, condicionado em cada caso ao cumprimento das condições previstas no art. 3º deste Decreto.

Art. 5º A Bolsa Atleta Municipal será concedida para atletas:

I - Categoria Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC:

a) Atletas valor correspondente até 200 (duzentos) UFRM

II - Categoria Joguinhos Abertos de Santa Catarina:

a) Atletas valor correspondente até 150 (cento e cinquenta) UFRM

III - Categoria Olimpíada Estudantil de Santa Catarina:

a) Atletas valor correspondente até 100 (cem) UFRM

§ 1º Os valores individuais a serem repassados aos Atletas serão definidos pela Comissão de Análise do Programa Bolsa Atleta, nos limites estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 5º deste Decreto, considerando histórico do atleta, modalidade, conquistas históricas, competições, medalhas, troféus, categoria na qual se encontra inscrito e a importância do atleta e da modalidade na programação do Departamento Municipal de Esportes de Cocal do Sul.

§ 2º Em caso de conquista Individual o atleta terá direito ao benefício integral do Bolsa Atleta e nos casos de resultados obtidos por equipe ou em modalidades coletivas o benefício ficará limitado a 50% (cinquenta por cento).

§ 3º A comissão de Análise do Programa Bolsa Atleta poderá conceder, em regime excepcionalidade, bônus adicional, mensal, em valor correspondente a até 20% (vinte por cento) da Bolsa, para o atleta que tiver destaque em competições e eventos a nível estadual, nacional e internacional.

Art. 6º A concessão de Bolsa Atleta Municipal para Atletas não profissionais, não gera vínculo laboral ou de qualquer natureza com a administração Pública Municipal, nem com o Departamento Municipal de Esportes de Cocal do Sul.

Art. 7º Será automaticamente desligado do Programa Bolsa Atleta Municipal o Atleta que:

I - não apresentar a documentação comprobatória de participação nas competições previstas no calendário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul;

II - quando convocado, deixar de participar das competições sem motivo previamente justificado;

III - deixar de atender ao disposto dos §§ 1º e 2º, do artigo 3º e artigo 8º, deste Decreto;

IV - for transferido para representação de outro Município, Estado ou País sem anuência do Departamento Municipal de Esportes de Cocal do Sul;

V - sofrer punição disciplinar aplicada por qualquer órgão de Justiça Desportiva da respectiva modalidade, por período superior a

180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. A concessão da Bolsa Atleta é individual, eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiário atender as condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

Art. 8º Os atletas beneficiados prestarão contas relativas ao Plano de Trabalho através de relatório das atividades desenvolvidas na forma e no prazos fixados em regulamento.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 236.15

DECRETO SAF/N. 236/15, de 01 de abril de 2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei n. 1.246, de 01 de abril de 2015, RESOLVE

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viária, Edif., San., Ref., Transp e Serv. Públicos

1.031 - Infraestrutura de Águas e Saneamento

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 330.000,00
---	----------------

TOTAL	R\$ 330.000,00
-------------	----------------

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, é reduzido no mesmo orçamento a seguinte dotação:

Órgão: 10 - Secretaria de Desev., Econ., Meio Ambiente, Turismo e Comunic.

2.050 - Incentivo ao Desenv., Turismo e Geração de Renda

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 330.000,00
---	----------------

TOTAL	R\$ 330.000,00
-------------	----------------

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 238.15

DECRETO SAF/Nº. 238/15, de 06 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

CEDER:

SAULO DA BOIT GOULART, portador do CPF nº. 010.112.319-13, Médico Veterinário, efetivo, à CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina-Cocal do Sul, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 09 de março de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 239.15

DECRETO SAF/Nº. 239/15, de 06 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

CEDER:

LUANA OLIVEIRA DE SOUZA VENSON, portadora do CPF nº. 050.741.519-10, Médico Veterinário, efetivo, à CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina-Cocal do Sul, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 240.15

DECRETO SAF/Nº. 240/15, de 06 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

MARIA REGINA MARQUES BIF portadora do CPF nº. 035.437.009-01, Servente de Limpeza ACT, para atuar no PETI, Secretaria de Ação Social, a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 241.15

DECRETO SAF/Nº. 241/15, 06 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado, TAINA DE CARVALHO PATRICIO, portadora do CPF nº 071.260.309-32, Atendente de Consultório Dentário, nomeada pelo Decreto SAF/N. 349/14, de 12 de agosto de 2014, a partir de 07 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 242.15

DECRETO SAF/Nº. 242/15, de 06 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por término de Contrato de Trabalho LIZIANE MARCOS DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 066.624.469-39, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 41/14, de 22 de janeiro de 2014, a partir de 07 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 244.15

DECRETO SAF/Nº. 244/15, de 06 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

O cargo de MARCIANA DALMOLIN BIALESCKI SCARPATTO, portadora do CPF nº. 870.813.269-00, de Diretor Adjunto de Unidade Escolar, para ASSESSOR EXECUTIVO, a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 245.15

DECRETO SAF/Nº. 245/15, de 06 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

PRORROGAR

Licença sem vencimentos a RUTE DO PRADO DE SOUZA, Servente de Limpeza, concedida pelo Decreto SAF/N. 244/14, de 01 de abril de 2014, por mais 01(um) ano, a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 246.15

DECRETO SAF/Nº. 246/15, de 06 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE

PRORROGAR

Licença sem Vencimento de RONALDO CÉLIO DE SOUZA, Pedreiro I, concedida pelo decreto SAF/N. 165/14, de 20 de fevereiro de 2014, por mais 01(um) ano, a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 247.15

DECRETO SAF/Nº. 247/15, de 07 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

ELISABETE SAZANA portadora do CPF nº. 776.769.049-00, Servente de Limpeza ACT, para atuar na Creche Morada da Alegria, em substituição a titular em licença tratamento de saúde, a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI COMPLEMENTAR N. 59

LEI COMPLEMENTAR Nº. 59, de 01 de abril de 2015.
ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO INCISO II DO ARTIGO 112 DA LEI MUNICIPAL Nº 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação da alínea "a" do inciso II do artigo 112 da Lei Municipal nº 303, de 23 de Dezembro de 1997, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 112

[...]

II

a) Multas de 2%(dois por cento), quando o pagamento for efetuado até 30(trinta) dias após o vencimento;

[...]

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.246

LEI N. 1.246, de 01 de abril de 2015
AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viária, Edif., San., Ref., Transp e Serv. Públicos
1.031 - Infraestrutura de Águas e Saneamento

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 330.000,00
---	----------------

TOTAL	R\$ 330.000,00
-------------	----------------

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, é reduzido no mesmo orçamento a seguinte dotação:

Órgão: 10 - Secretaria de Desev., Econ., Meio Ambiente, Turismo e Comunic.
2.050 - Incentivo ao Desenv., Turismo e Geração de Renda

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 330.000,00
---	----------------

TOTAL	R\$ 330.000,00
-------------	----------------

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.247

LEI N. 1.247, de 01 de abril de 2015.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER O USO DE ÁREAS DE TERRAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à concessão de direito real de uso de áreas de terras as empresas abaixo relacionadas:

I - GLEDIS MORAIS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.695.735/0001-17, uma área de terra de 3.000,00m² (três mil metros quadrados), correspondente ao Lote 05 da quadra "D", da Área Industrial II - Zeferino Zanatta, neste Município, matriculado sob o n. 23.616, e registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC;

II - JJA MÓVEIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.252.807/0001-38, uma área de terra de 3.000,00m² (três mil metros quadrados), correspondente ao Lote 12 da quadra "D", da Área Industrial II - Zeferino Zanatta, neste Município, matriculado sob o nº. 23.623, e registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC;

III - KAZA M MÓVEIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.477.822/0001-23, uma área de terra de 3.000,00m² (três mil metros quadrados), correspondente ao Lote 13 da quadra "D", da Área Industrial II - Zeferino Zanatta, neste Município, matriculado sob o nº. 23.624, e registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC e

IV - MCC INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS EIRELE - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 19.822.614/0001-87, uma área de terra de 3.893,40m² (três mil oitocentos e noventa e três metros e quarenta centímetros quadrados), correspondente ao Lote 02 da quadra "C", da Área Industrial I - Loteamento Longarone, neste Município, matriculado sob o nº. 20.643, e registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC.

§ 1º A outorga da concessão de direito real de uso, está de acordo com a Lei nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014, precedida do Processo Administrativo n. 126/2014, de 17 de dezembro de 2014, Concorrência Pública nº. 3/2014.

§ 2º As áreas acima descritas serão utilizadas para implantação de empresas no ramo de atividade descrito no projeto de habilitação apresentados pelas donatárias e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

Art. 2º A empresa beneficiada com a concessão perderá os direitos decorrentes desta Lei, caso, sem motivo justificado:

- I - paralisar por mais de 06 (seis) meses suas atividades;
- II - alterar o ramo da atividade sem autorização prévia;
- III - alienar ou locar, no todo ou em parte, sem a expressa autorização do CMDE e do Poder Executivo;
- IV - atrasar injustificadamente a implantação do projeto;
- V - descumprir as cláusulas, projetos ou prazos;
- VI - for decretada a falência ou instalação de insolvência civil.

§ 1º A entidade beneficiada, com a concessão, que não cumprir com a finalidade da presente Lei ou rescindir o contrato, terá os valores restabelecidos por lançamentos de ofício e cobrados com os respectivos acréscimos legais, retroagindo a data da concessão do benefício.

§ 2º Perde os benefícios concedidos pela presente Lei quando a empresa beneficiada deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no projeto, bem como comprovada má fé na utilização dos benefícios previstos ou que venha a praticar qualquer espécie de ilícito, fraude ou sonegação, responsabilizando-se pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos através desta lei, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais.

§ 3º Cessados os benefícios concedidos por consequência das ações identificadas neste artigo, a empresa será responsabilizada pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos através desta Lei, acrescidos de juros legais e atualizados pelos índices de correção monetária vigente à época, pagos em tantas parcelas mensais e sucessivas quantos foram os meses de benefícios concedidos.

Art. 3º A empresa beneficiada por esta Lei, no caso de sucessão e incorporação não poderá:

I - transferir os privilégios concedidos pelo Poder Público Municipal sem a prévia autorização deste, mesmo que assegurada a continuidade dos propósitos;

II - dar destinação diversa do projeto original, antes de decorridos 05 (cinco) anos do início ou ampliação das atividades e sem a prévia autorização do Poder Público Municipal, mesmo que os novos fins atendam à continuidade dos propósitos iniciais.

§ 1º Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE através de parecer, julgar sobre pedidos justificados de alteração de atividades dos empreendimentos beneficiados, bem como processo de transação de sucessão para terceiros, da empresa beneficiada pela presente lei, antes de decorrido o prazo previsto no inciso II deste Artigo.

§ 2º A transação converter-se-á desde que o sucessor comprometa-se a cumprir as obrigações assumidas pelo antecessor.

Art. 4º A presente concessão é feita pelo prazo de 10(dez) anos, podendo, após este período, ser transmitida a propriedade do imóvel ao cessionário, na forma disposta na Lei nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014.

Art. 5º Reverterão ao Poder Público Municipal através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, após comprovação e parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE as áreas concedidas ou doadas a título de incentivos econômicos bem como as benfeitorias nelas realizadas que não estão sendo utilizadas conforme as finalidades desta Lei.

§ 1º É facultado ao Poder Público Municipal, o direito de desistir do direito deste Artigo, desde que comprove a inconveniência técnica e julgada onerosa a transação ao erário Municipal.

§ 2º Quando houver interessado em um terreno revertido ao município, com construções e benfeitorias realizadas, poderá ele

adquiri-las mediante prévia negociação com o proprietário da empresa, cujo imóvel lhe fora revertido, no entanto, o requerimento deverá ter a aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 6º A Empresa beneficiada por esta lei fica obrigada a iniciar a obra num prazo de seis (06) meses e a concluí-la dentro do prazo de dezoito (18) meses, ambos a partir do deferimento do pedido, prorrogáveis a critério do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. Expirado o prazo estipulado no "caput" deste artigo sem que tais providências tenham sido tomadas, o imóvel retornará ao patrimônio municipal, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º Incumbe aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, bem como o Poder Legislativo Municipal, a fiscalização da atividade da exploração sobre o cumprimento desta lei, devendo a Empresa informar, no prazo máximo de trinta (30) dias e por escrito, todas as informações solicitadas pelos órgãos interessados.

§ 1º. A empresa beneficiada por esta lei fica obrigada de:

I - manter em boa ordem e guarda o livro de registro de notas fiscais de saídas, bem como escrituras por meio eletrônico, mensalmente as notas fiscais ou faturas e os recibos comprobatórios dos serviços tomados, nos termos do art. 4º da Lei Municipal 1.160, de 14 de agosto de 2013;

II - manter em boa ordem e guarda as 2ªs. Vias das notas fiscais de saídas;

III - fornecer trimestralmente ao setor competente da Prefeitura Municipal, até o 15º dia do mês subsequente, relatório mensal de receitas auferidas;

IV- apresentar e comprovar, anualmente, 30(trinta) dias após o final do exercício, relatórios que comprovem o número de empregados devidamente registrados.

§ 2º. Ao não cumprimento das disposições previstas nos itens I, II, III e IV deste artigo aplicar-se-á a pena de suspensão de alvará de funcionamento, até o dia em que prestar as informações cumuladas com multa de cem (100) Unidades Fiscal de Referência Municipal - UFRM.

Art. 8º Constarão do respectivo documento de concessão, cláusulas que citem expressamente as condições e termos desta lei.

Art. 9º Aos casos omissos aplicam-se as disposições da Lei Municipal n. 1.219, de 18 de setembro de 2014.

10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planje., Fazenda e Finanças Públicas

RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS PR 09/PMCS/2015**Relatório de Análise das Amostras
Governo Municipal de Cocal do Sul****AO EDITAL DE PREGÃO Nº 09/PMCS/2015****REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: Registro de preços de **Fraldas Geriátricas e Infantis**, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCAS PRÉ APROVADAS	APROVADAS	REPROVADAS	MOTIVO
1	Fralda geriátrica tamanho P – Cintura até 70 cm, peso até 40 kg. Possuir indicador de umidade, proporcionando maior segurança e sinalizando a hora certa da troca; Ter formato anatômico para ser mais discreto e ser impermeável impedindo a passagem dos líquidos; Possuir barreiras laterais antivazamento, elástico ao redor das pernas e quatro fitas reposicionáveis para máximo ajuste e proteção; Possuir transfer-layer e gel protetor que proporcionam segurança na absorção, retenção e distribuição de líquido; Ter cobertura ultra suave hipoalergênica que permite a passagem rápida de líquidos, mantendo a umidade longe da pele. Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote lacrado com no máximo 16 unidades. Apresentar amostra conforme edital.	Un	Natural Master, Biofral e Bigfral	Seven	All Master	Não atende as especificações
2	Fralda geriátrica tamanho M – Cintura de 80 cm até 115 cm, peso de 40 kg até 70 kg. Possuir indicador de umidade, proporcionando maior segurança e sinalizando a hora certa da troca; Ter formato anatômico para ser mais discreto e ser impermeável impedindo a passagem dos líquidos; Possuir barreiras laterais antivazamento, elástico ao redor das pernas e quatro fitas reposicionáveis para máximo ajuste e proteção; Possuir transfer-layer e gel protetor que proporcionam segurança na absorção, retenção e distribuição de líquido; Ter cobertura ultra suave hipoalergênica que permite a passagem rápida de líquidos, mantendo a umidade longe da pele. Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote lacrado com no máximo 14 unidades. Apresentar amostra conforme edital.	Un	Natural Master, Biofral e Bigfral	Descarpac; Seven		
3	Fralda geriátrica tamanho G – Cintura de 115 cm até 150 cm, peso de 70 kg até 90 kg. Possuir indicador de umidade, proporcionando maior segurança e sinalizando a hora certa da troca; Ter formato anatômico para ser mais discreto e ser impermeável impedindo a passagem dos líquidos; Possuir barreiras laterais antivazamento, elástico ao	Un	Natural Master, Biofral e Bigfral	Descarpac; Seven		

	redor das pernas e quatro fitas reposicionáveis para máximo ajuste e proteção; Possuir transfer-layer e gel protetor que proporcionam segurança na absorção, retenção e distribuição de líquido; Ter cobertura ultra suave hipoalergênica que permite a passagem rápida de líquidos, mantendo a umidade longe da pele. Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote lacrado com no máximo 12 unidades. Apresentar amostra conforme edital.					
4	Fralda geriátrica tamanho EXG – Cintura acima de 150 cm, peso acima de 90 kg. Possuir indicador de umidade, proporcionando maior segurança e sinalizando a hora certa da troca; Ter formato anatômico para ser mais discreto e ser impermeável impedindo a passagem dos líquidos; Possuir barreiras laterais antivazamento, elástico ao redor das pernas e quatro fitas reposicionáveis para máximo ajuste e proteção; Possuir transfer-layer e gel protetor que proporcionam segurança na absorção, retenção e distribuição de líquido; Ter cobertura ultra suave hipoalergênica que permite a passagem rápida de líquidos, mantendo a umidade longe da pele. Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote lacrado com no máximo 10 unidades. Apresentar amostra conforme edital.	Un	Natural Master, Biofral e Bigfral	Descarpac; Seven		
5	Fralda infantil tamanho P - Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote lacrado com no máximo 38 unidades.	Un	-			
6	Fralda infantil tamanho M - Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote lacrado com no máximo 36 unidades.	Un	-			
7	Fralda infantil tamanho G - Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote lacrado com no máximo 32 unidades.	Un	-			
8	Fralda infantil tamanho EXG - Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote lacrado com no máximo 26 unidades.	Un	-			
9	Fralda infantil tamanho XXG - Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote lacrado com no máximo 22 unidades.	Un	-			

Concórdia

PREFEITURA

DECRETO Nº 302/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 302/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Concede gratificação, a título de locomoção, à servidora IZABEL CRISTINA PAVÃO DALCIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 17 de março de 2015, à servidora IZABEL CRISTINA PAVÃO DALCIN, ocupante do cargo de Médico, matrícula 89915-06, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, a título de locomoção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 17 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 303/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 303/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio ao servidor VALMOR LUIZ BERNART.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de abril e maio de 2015, ao servidor VALMOR LUIZ BERNART, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 82317-00, licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014, na forma abaixo:

I - 2 (dois) meses para gozo, nos meses de abril e maio de 2015;

II - 1 (um) mês, convertido em pecúnia, no mês de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de
Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 304/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 304/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Acresce alínea "g" ao inciso III do art. 2º do Decreto nº 233/2013, de 13 de fevereiro de 2013 e alterações, que constituem e designam Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescida alínea "g" ao inciso III do art. 2º do Decreto nº 233/2013, de 13 de fevereiro de 2013 e alterações, que constituem e designam Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios, com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

g) CLADISNEI CLARICE GRUHLKE." (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida, a partir de 1º de abril de 2015, à servidora CLADISNEI CLARICE GRUHLKE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91723-00, do quadro pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos enquanto perdurarem os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 305/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 305/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia à servidora NEUSA PRESOTTO COLOMBO; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de abril de 2015, à servidora NEUSA PRESOTTO COLOMBO, ocupante do cargo de Assistente Social, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício da função de chefia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Diva Aurora Tagliari Crippa, com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados, a partir de 1º de abril de 2015, os Decretos nºs. 1.009/2013, de 18 de dezembro de 2013 e 45/2014, de 14 de janeiro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 306/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 306/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, à servidora DARINE GRACIELE POTTRATZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora DARINE GRACIELE POTTRATZ, ocupante do cargo de Assistente Social, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de Chefia do Serviço Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, com dedicação exclusiva, a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado, a partir de 1º de abril de 2015, o Decreto nº 44/2014, de 14 de janeiro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 307/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 307/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Prorroga prazo da licença remunerada para cursar mestrado, concedida à servidora CLEUSA TODESCATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de dezembro de 2015, o prazo da licença remunerada para cursar mestrado concedida à servidora CLEUSA TODESCATTO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 99104-04 e 99104-01, pelo Decreto nº 354/2013, de 22 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 308/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 308/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor NERI JOÃO RITTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 4.622 dias, ou seja: 12 (doze) anos, 8 (oito) meses e 2 (dois) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor NERI JOÃO RITTA, ocupante do cargo de Agente de Manutenção de Serviços Gerais, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 14 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 309/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 309/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora GINA CATARINA PONTES PORTO VILAS BOAS SOUZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora GINA CATARINA PONTES PORTO VILAS BOAS SOUZA, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Divulgação, a partir de 31 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 310/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 310/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora JULIANA RITTER DE ABREU.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora JULIANA RITTER DE ABREU, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Pequeno Príncipe, com dedicação exclusiva, no período de 20 a 31 de março de 2015, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 311/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 311/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Interrompe licença para tratar de interesses particulares, concedida ao servidor CELSO ROBERTO MONTEIRO LANGONE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 123, § 3º, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a partir de 1º de abril de 2015, a licença para tratar de interesses particulares, concedida pelo Decreto nº 304/2014, de 9 de abril de 2014, prorrogada pelo Decreto nº 304/2014, de 9 de abril de 2014, ao servidor CELSO ROBERTO MONTEIRO LANGONE, ocupante do cargo de Médico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 23 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 312/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 312/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Concede gratificação, a título de locomoção a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes dos cargos de Médico, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, a título de locomoção:

I - ALAN ROBERTO MENEGAT, matrícula 1094343-01, com efeitos pecuniários retroativos a 9 de março de 2015;

II - CELSO ROBERTO MONTEIRO LANGONE, matrícula 76317-03, a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 313/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 313/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 3/2013.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 3/2013, de 14 de agosto de 2013;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "8" (oito) o número de vagas para o cargo de Secretário Escolar, disponibilizadas no Edital nº 3/2013.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 314/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 314/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora SOLANGE FATIMA KOWATSKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora SOLANGE FATIMA KOWATSKI, do cargo de provimento efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 315/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 315/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora MARLI FATIMA SANTHIER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARLI FATIMA SANTHIER, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12,

matrícula 34258-01, a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 316/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 316/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora NEIVA DALLA ROSA SULENTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora NEIVA DALLA ROSA SULENTA, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Compras, a partir de 6 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 317/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 317/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia à servidora FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI, ocupante do cargo de Pedagogo, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Delfina Frigo Saretta, com dedicação exclusiva, a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 318/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 318/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor VALDENIR NESPOLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, ao servidor VALDENIR NESPOLO, ocupante do cargo de Motorista, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de janeiro de 2010 a 3 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 319/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 319/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora GLADIS KIRSTEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, à servidora GLADIS KIRSTEN, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 8 de março de 2010 a 7 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 320/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 320/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARISSA INES MUNARETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, à servidora MARISSA INES MUNARETTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 32000-03, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2010 a 1º de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 321/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 321/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora VANI TEREZINHA LOCATELLI MAJESKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, à servidora VANI TEREZINHA LOCATELLI MAJESKI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92541-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 14 de fevereiro de 2010 a 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 5964

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.964, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.722, de 18 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2014, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura,

Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
 Projeto/Atividade 20.606.0030.2026 Ações da Extensão Rural - SEMADRA
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 03.340000 Transferência de Convênios - União - Superávit do Exercício Anterior R\$ 6.918,21

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 6.918,21.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS – OBRAS Nº 11/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA 01 DO EDITAL DE LICITAÇÃO
 TOMADA DE PREÇOS – OBRAS Nº 11/2015-PMC

O Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, torna pública a correção do edital de licitação Tomada de Preços nº 11/2015 PMC, cujo objeto é contratação de empresa do ramo de instalação elétrica, em regime de empreitada por preço unitário (mão de obra e material), para execução das instalações elétricas e do sistema preventivo de incêndio dos Galpões de Exposição, da Feira Agropecuária da Expo Agro 2015, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Onde lê-se: "INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 24/04/2015".
 Leia-se: "INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 27/04/2015". Onde lê-se: "INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 27/04/2015" Leia-se: "INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 29/04/2015"

Onde lê-se: "Abertura: dia 28/04/2015, às 08:30" Leia-se: "Abertura: dia 30/04/2015, às 08:30". Informações complementares: o Edital e alterações em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 08 de abril de 2015.

RUI MAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

ERRATA DO EXTRATO DO RESULTADO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA DO EXTRATO DO RESULTADO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015

Na publicação do Extrato do Resultado de Habilitação e Classificação TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 1714, pág. 250, na data de 31 de março de 2015, onde lê-se: ".R\$256.625,85(duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos) ; leia-se: R\$256.625,87(duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos).

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da CPL

EXTRATO 13º TA CONTRATO Nº 2/2013 -FMC

Contrato Nº : 2/2013

Aditivo Nº : 13 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2012

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de reforma e ampliação do antigo prédio do fórum da Comarca de Concórdia, visando à instalação do Centro Cultural de Concórdia, neste Município.

Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 05/05/2015

Assinatura : 31/03/2015

Valor R\$: 4.918,33 (Quatro Mil, Novecentos e Dezoito Reais e Trinta e Três Centavos)

Dotação : 284 - 16.001.1401.344905198000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 4/2014 -FMEC

Contrato Nº : 4/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : ASSOCIACAO DOS MOTORISTAS DE CONCORDIA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 2/2014

Objeto : Locação de imóvel, localizado na Rua Orestes Farina, 210, Centro, neste Município, para o desenvolvimento de atividades da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, com treinamento das equipes de competição das modalidades de bolão e bocha.

Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 30/03/2015

Valor R\$: 19.941,20 (Dezenove Mil, Novecentos e Quarenta e Um Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 302 - 17.001.2452.333903910000000.01000001

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 225/2014 -PMC

Contrato Nº : 225/2014

Aditivo Nº : 6 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), pavimentação asfáltica de diversas ruas deste município.

Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 29/04/2015

Assinatura : 27/03/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 6/2011 -PMC

Contrato Nº : 6/2011/2011

Aditivo Nº : 6TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : CHARLINE CAMILE LENZI STEINER

Licitação : Pregão Presencial 20/2010

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO FISIOTERAPICO, PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE EQUOTERAPIA PARA CRIANCAS, ADOLESCENTES E ADULTOS, EM ATENDIMENTO A DETERMINACOES JUDICIAIS

Vigência : Início: 02/04/2015 Término: 01/06/2015

Assinatura : 30/03/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 255 - 15.001.2202.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2015 -FMAS

Contrato Nº : 7/2015

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : DETECTOR MONITORAMENTO LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de monitoramento eletrônico, no CRAS I, CRAS II, CREAS, Centros de Convivência dos Bairros Itaiúba, Vista Alegre, Estados e Frei Lency, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e seu Almoxarifado, com recursos oriundos dos repasses Fundo a Fundo (Governo Federal), FNAS, PAIF, IGD/SUAS, IGD/PBF (Governo do Estado), FEAS/CREAS (Custeio) e próprios.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 30/03/2015

Valor R\$: 22.455,60 (Vinte e Dois Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 243 - 15.001.2201.333903977000000.01000001

Dotação : 244 - 15.001.2201.333903977000000.01350005

Dotação : 245 - 15.001.2201.333903977000000.01350009

Dotação : 255 - 15.001.2202.333903977000000.01000001

Dotação : 256 - 15.001.2202.333903977000000.01350004

Dotação : 265 - 15.001.2203.333903977000000.01000001

Dotação : 268 - 15.001.2203.333903977000000.01610003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2015 -FMC

Contrato Nº : 7/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : IRMAOS BOHRER ELETRO ELETRONICOS LTDA-ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2015

Objeto : aquisição de equipamentos de som e iluminação cênica e placas e equipamentos de Comunicação Visual, para o Centro Cultural Concórdia, com recursos provenientes do convênio com o Ministério da Cultura (MINC), Incentivo Fiscal PRONAC nº 145.465.

Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 29/06/2015

Assinatura : 31/03/2015

Valor R\$: 8.990,00 (Oito Mil e Novecentos e Noventa Reais)

Dotação : 327 - 16.001.2403.333903044000000.01340000

Dotação : 357 - 16.001.2403.344905233000000.01340000

Dotação : 357 - 16.001.2403.344905299000000.01340000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2015 -FMAS

Contrato Nº : 8/2015

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : INVIOSAT SERVIÇOS LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de monitoramento eletrônico, no CRAS I, CRAS II, CREAS, Centros de Convivência dos Bairros Itaiúba, Vista Alegre, Estados e Frei Lency, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e seu Almoxarifado, com recursos oriundos dos repasses Fundo a Fundo (Governo Federal), FNAS, PAIF, IGD/SUAS, IGD/PBF (Governo do Estado), FEAS/CREAS (Custeio) e próprios.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 30/03/2015

Valor R\$: 23.124,00 (Vinte e Três Mil e Cento e Vinte e Quatro Reais)

Dotação : 243 - 15.001.2201.333903977000000.01000001

Dotação : 244 - 15.001.2201.333903977000000.01350005

Dotação : 245 - 15.001.2201.333903977000000.01350009

Dotação : 255 - 15.001.2202.333903977000000.01000001

Dotação : 256 - 15.001.2202.333903977000000.01350004

Dotação : 265 - 15.001.2203.333903977000000.01000001

Dotação : 268 - 15.001.2203.333903977000000.01610003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2015 -FMC

Contrato Nº : 8/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : MUNDIAL SERIGRAF - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2015

Objeto : aquisição de equipamentos de som e iluminação cênica e placas e equipamentos de Comunicação Visual, para o Centro Cultural Concórdia, com recursos provenientes do convênio com o Ministério da Cultura (MINC), Incentivo Fiscal PRONAC nº 145.465.

Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 30/04/2015

Assinatura : 31/03/2015

Valor R\$: 16.499,90 (Dezesseis Mil, Quatrocentos e Noventa e Nove Reais e Noventa Centavos)

Dotação : 327 - 16.001.2403.333903044000000.01340000

Dotação : 357 - 16.001.2403.344905233000000.01340000

Dotação : 357 - 16.001.2403.344905299000000.01340000

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE PERMANÊNCIA Nº 1/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE PERMANÊNCIA Nº 1/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Permanência no Serviço Público Municipal, consoante previsão contida no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012, firmado com a servidora MARITANIA FERRAZZO MINUSCOLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104558-00, 20 (vinte) horas semanais.

OBJETO: A servidora, requerendo a concessão de licença remunerada para cursar mestrado, assume os compromissos constantes no referido Termo.

PERÍODO: 1 (um) ano, a partir de 1º de junho de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 10 de março de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 6/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 6/2015

ESPÉCIE: Termo de Permissão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, e a entidade a SOCIEDADE CASA DE APOIO MÃO SOLIDÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 12.505.298/0001-70, com sede na Rua João Mosele, 94, Centro, Concórdia, SC, neste ato representada pela sua Presidenta, senhora LENIR TERESINHA KOBBS.

OBJETO: O objeto do presente Termo é a a permissão de uso gratuito, a título precário, dos equipamentos abaixo relacionados, que serão utilizados para o desenvolvimento das atividades da PERMISSONÁRIA:

- 1 (um) microcomputador, com processador core 2 duo, série PTH74-YRPJG, código patrimonial 58.211;
- 1 (um) monitor LCD, 15,6", Acer Wide, X163W, código patrimonial 58.2225;
- 1 (uma) impressora Deskjet, HP 6940, série MY7AMBS2B9, código patrimonial 58.213;
- 1 (um) nobreak, NHS 1.2, KVA, série 024512, código patrimonial 58.219.

PRAZO: Até 31.12.2016.

DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2015.

LEI ORDINARIA Nº 4730

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.730, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de tapumes, biombos ou estruturas similares nos guichês de caixas de atendimento pessoal pelas agências bancárias e instituições financeiras no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Ficam as agências bancárias e instituições financeiras obrigadas a instalar tapumes, biombos ou estruturas similares nos guichês de caixas de atendimento pessoal, no Município de Concórdia.

Parágrafo único. Tal medida visa isolar os clientes durante a realização de operações financeiras, preservando a intimidade e proporcionando maior segurança.

Art. 2º A instalação dos tapumes, biombos ou estruturas similares, deverá ser efetivada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da entrada em vigor desta Lei, sob pena de multa de 200 (duzentas) UFIRs por agência bancária ou posto de atendimento.

Parágrafo único. Após 30 (trinta) dias sem o cumprimento do disposto no caput deste artigo será aplicada multa em dobro e assim sucessivamente até o seu cumprimento.

Art. 3º O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4731

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.731, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Institui a Campanha Educativa de Conscientização sobre a Síndrome Alcoólica Fetal - SAF no âmbito do Município de Concórdia e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a Campanha Educativa de Conscientização sobre a Síndrome Alcoólica Fetal - SAF no âmbito do Município de Concórdia e dá outras providências.

§ 1º A campanha terá como objetivo fundamental conscientizar

a população, especialmente as gestantes, que bebidas alcoólicas ingeridas durante a gestação podem causar sérios problemas à saúde do feto.

§ 2º A Campanha terá caráter permanente, tornando-a dinâmica e de fácil entendimento ao público.

Art. 2º O Executivo Municipal poderá afixar, em estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas, cartazes aludindo ao risco de Síndrome Alcoólica Fetal - SAF.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	ALESSANDRO VERNIZE Secretário Municipal de Saúde
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de março de 2015.

MRCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4732

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.732, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Denomina via pública do Loteamento Jardim Sul, do Bairro Nova Brasília.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua A localizada no Loteamento Jardim Sul, no Bairro Nova Brasília, passa a denominar-se RUA IRMA DAL PUPPO MORETTO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeita Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

LEI ORDINARIA Nº 4733

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.733, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza a doação de bens, pertencentes ao patrimônio do Município, às Polícias Militar e Civil de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado efetuar as seguintes doações de bens, pertencentes ao patrimônio do Município:

I - à Polícia Militar de Concórdia, dos bens constantes no Anexo I;

II - à Polícia Civil de Concórdia, dos bens constantes no Anexo II.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ANEXO I

RELAÇÃO DE BENS DOADOS À POLÍCIA MILITAR DE CONCÓRDIA

Nº de Ordem	Código Patrimonial	Quantidade	Descrição
1	57.976	1	Climatizador, marca Komeco, modelo KOS 24 QC, capacidade de 24.000 BTUs/H.
2	58.803 a 58.807	5	Climatizador, marca York, modelo 12QCA, capacidade de 12.000 BTUs, versão frio/quente, desumidificador, swing vertical e horizontal
3	57.883	1	Estofado couch Firenze, tecido chenille
4	58.109 a 58.118	10	Microcomputador CORE I5-3570, marca Duex, com monitor LED 18,5" widescreen, marca AOC
5	57.966 a 57.975	10	Nobreak, marca Ragtech, modelo SV 600, com uma bateria selada, 600 VA de capacidade de operação, entrada 200-240V, saída 4 tomadas 110V
6	53.929	1	Kit interfone – placa residencial F8 HDL
7	53.928	1	Máquina deslizante com corrente – 5MT 1/3 ventilado
8	53.801	1	Prensa grill, modelo PR 220E, 30x20cm, 220 volts

ANEXO II

RELAÇÃO DE BENS DOADOS À POLÍCIA CIVIL DE CONCÓRDIA

Nº de Ordem	Código Patrimonial	Quantidade	Descrição
1	58.672 a 58.674	3	Autotransformador, marca ADF Tronik, modelo D-1500, 15000va 200 P/110V
2	58.669 a 58.671	3	Impressora matricial, marca Epson, modelo FX 2190, de impacto, 9 agulhas
3	57.903	1	HD, 1 TB Toshiba Sata 3
4	57.902	1	DVR Intelbras 16 CH 240 Fps
5	57.900 e 57.901	2	Estabilizador de tensão, marca TS Shara/Enermax, 500VA, 220/110V
6	57.847	1	Estabilizador de tensão 300VA, para computador
7	57.845	1	Impressora multifuncional HP, Laserjet M1132
8	57.721 e 57.722	2	Cadeira tipo secretária giratória, com assento compensado multilaminado, 13mm de espessura média
9	57.719	1	Escada de alumínio estilo comercial com 8 degraus, marca MOR, com aproximadamente 8kg e 2,10m de altura
10	57.624	1	Poltrona giratória presidente, marca Cavaletti, modelo 6001
11	57.623	1	Poltrona giratória secretária, marca Cavaletti, modelo 8101
12	57.561	1	Estabilizador de voltagem, 300 VA, 220/110 volts, marca MAG-NR/RCG
13	57.506	1	Estabilizador de tensão, 300 VA
14	57.398 a 57.400	3	Estabilizador de tensão, 300 VA, Active II BR, marca NHS, cor preta
15	57.395	1	Switch 24 portas, 10/100, marca Tenda, modelo TEH2400M, série E0127401014700813, cor azul
16	56.585	1	Estabilizador 300VA, marca MAG Gnetics, modelo PER 100, série 0012080, cor preta
17	54.698	1	Cadeira giratória modelo presidente, marca Cavaletti, modelo 1600/BG, cor preta, regulagem no assento e no encosto, com braços
18	54.687 e 54.688	2	Câmera Infravermelho 420 linhas, 1/3 polegadas, Super Had 42 Leds, infravermelho IR 30m
19	54.686	1	HD sata II 2 TB 7200 RPM
20	53.912	1	Placa de captura de vídeo 120FPS placa de captura de vídeo, entradas de vídeo 4, 8, 12 e 16, 4 canais para entrada de áudio
21	53.415	1	Microfone profissional para CFTV e sistema

LEI ORDINARIA Nº 4734

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.734, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza a doação de bens do Município, pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia - Bombeiros Voluntários.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, autorizado a efetuar doação à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, dos bens abaixo descritos:

Nº de Ordem	Código Patrimonial	Quantidade	Descrição
1	57.965	1	Conjunto desencarcerador, marca Holmatro, contendo moto bomba hidráulica, mangueiras, ferramentas separador/expansor e de corte, cilindro telescópio hidráulico – RAM e mini cortador
2	59.660	1	Ambulância, marca Renault, modelo Master Extra L3H2, 2.3, diesel, 5 portas, cor vermelha, placa OKH 0599, chassi 93YMAF4LEFJ652924, motor M9TC678C016158, RENAVAL 1037802672, porta lateral direita, direção hidráulica, airbag duplo dianteiro, trio elétrico, CD player com função MP3, desembaçador do para-brisa e vidros laterais dianteiros, ar condicionado, sistema fixo de oxigênio e ar comprimido, capacidade para dois pacientes imobilizados ou um imobilizado e três sentados, maca retrátil, cadeira de rodas, conjunto de armários para material de emergência

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 23/2015, 06 ABRIL DE 2015-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 23/2015, 06 ABRIL DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor RAFAEL DE ALMEIDA RONCHETTI, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, em gozo de férias, para exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 7 a 15 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 24/2015, 06 ABRIL DE 2015-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 24/2015, 06 ABRIL DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor CLODIMAR ANTÔNIO THOMÉ, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, em gozo de férias, para exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 9 a 12 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 59/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 59/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMED 600, protocolizada em 16 de março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora MARIELLE CONCEIÇÃO CAMPOS BRITTES, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 18 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 60/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 60/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 11, 13, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 26/2015, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- o Adendo nº 04/2015, ao LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

- o Adendo nº 174/2015, ao LTCAT da Secretaria Municipal de Educação;

- as CIs DRH 214/2015 e 216/2015, de 18 de março de 2015, emitidas pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I - ANDERSON ROBERTO CORREIA, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem do SAMU, com efeitos pecuniários retroativos a 4 de fevereiro de 2015;

II - CLAUDIO ROBERTO ALMEIDA PERALTA, ocupante dos cargos de Médico, matrículas 513288-09 e 513288-10, com efeitos pecuniários retroativos a 16 de março de 2015;

III - DEBORA BORTOLI, ocupante do cargo de Médico Comunitário, com efeitos pecuniários retroativos a 16 de março de 2015;

IV - ELISIANE RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com efeitos pecuniários retroativos a 9 de março de 2015;

V - FERNANDA APARECIDA HOLOVATY, ocupante do cargo de Técnico em Higiene Bucal, com efeitos pecuniários retroativos a 2 de março de 2015;

VI - GILBERTO DE OLIVEIRA NETTO, ocupante dos cargos de Médico, matrículas 1122029-01 e 1122029-02, com efeitos pecuniários retroativos a 16 de março de 2015;

VII - GILSEMARA VALOR, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos pecuniários retroativos a 9 de março de 2015;

VIII - IZABEL CRISTINA PAVÃO DALCIN, ocupante dos cargos de Médico, matrículas 89915-05 e 89915-06, com efeitos pecuniários retroativos a 16 de março de 2015;

IX - PAULO FERREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem do SAMU, com efeitos pecuniários retroativos a 4 de fevereiro de 2015;

X - SANDRA LUNARDI, ocupante do cargo de Enfermeiro, com efeitos pecuniários retroativos a 9 de março de 2015;

XI - VALDIR VARELA, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos pecuniários retroativos a 9 de março de 2015;

XII - VANIA TEREZINHA COMANDULLI, ocupante do cargo de Médico, matrícula 173576-02, com efeitos pecuniários retroativos a 13 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 61/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 61/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 28/2015, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DRH 225/2015, de 19 de março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor FABRICIO DOIN PAZ DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Médico, matrícula 1146408-00, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 16 de março de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 62/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 62/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 982/2015, em 16 de janeiro de 2015, do qual se extrai que o servidor MARIO CICERO KESSLER, ocupante do cargo/função de Médico Comunitário - Clínico Geral, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em tese, teria acumulado faltas injustificadas ao trabalho;

- o Parecer nº 253/2015 da Assessoria Jurídica do Município, de 4 de março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial, com a incumbência de efetuar a oitiva da testemunha inquirida na averiguação prévia, arrolada pela defesa e outras, que julgar necessário.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para procederem à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas:

I - presidente: CRISTINA VALCARENGHI, ocupante do cargo de Engenheiro, Grupo Operacional Especialista - GE;

II - membros:

a) ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno;

b) MARGARETE MÜLLER, ocupante do cargo de Assistente Social.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 63/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 63/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 23 de março de 2015:

I - GILSON ANTONIO MINUSCULI, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Gabinete;

II - SANDRO MARTINI, ocupante do cargo de Encarregado da Seção de Orçamento, Programa e Estatística.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 64/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 64/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - FERNANDA POZZA ZANOTTI, ocupante do cargo de Arquiteto, a partir de 30 de março de 2015;

II - MIRNA GAUGER, ocupante do cargo de Agente Administrativo,

no período de 1º a 15 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 65/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 65/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora CLAUDINEIA SAIBEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como Secretária das Comissões abaixo descritas:

I - do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 230/2014, de 22 de dezembro de 2014, a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor Jocemir da Silva Moraes;

II - da Sindicância instaurada pela Portaria nº 162/2014, de 8 de setembro de 2014 e alteração, a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor Eliandro Luis Kopsel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 161/2015

DECRETO Nº 161/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 93.787,17 (noventa e três mil, setecentos e oitenta e sete reais e dezessete centavo), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência social - CRAS.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 148

Fonte de Recursos: 1.3.52 - Vinculados - R\$ 16.219,22

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência social - CRAS.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 152

Fonte de Recursos: 4.3.52 - Vinculados - R\$ 2.031,97

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência social - CRAS.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 156

Fonte de Recursos: 0.3.52 - Vinculados - R\$ 36.024,69

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência social - CRAS.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 160

Fonte de Recursos: 0.3.53 - Vinculados - R\$ 17.295,88

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência social - CRAS.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 161

Fonte de Recursos: 0.3.53 - Vinculados - R\$ 3.497,36

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.034 - Apoio no Programa Bolsa Família e IGDB

Modalidade de Aplicação: 339000 - 151

Fonte de Recursos: 2.3.53 - Vinculados - R\$ 10.100,89

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.070 - Manutenção do IGD SUAS - FNAS

Modalidade de Aplicação: 339000 - 149

Fonte de Recursos: 3.3.53 - Vinculados - R\$ 8.617,16

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31/03/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 01 de abril de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO ADM. 019/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 019/2015

Processo Administrativo n. 37/2015

Pregão Presencial n. 19/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC

CONTRATADA: MECÂNICA TRESSOLDI E BREANSINI LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO NA RETRO ESCAVADEIRA RANDON/406 ANO 2012, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, LOTE 01, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR: R\$16.620,00 (dezesesseis mil seiscentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, iniciando-se na data da assinatura do presente termo.

RECURSOS: projeto/atividade n. 2.011 - Elemento n. 339000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Eduardo Breansini

Cordilheira Alta, SC, em 31/03/2015

EXTRATO DE LICITAÇÃO P.P 018/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 32/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 18/2015.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de rechauchutagem, recapagem, vulcanização e consertos rac em pneus dos veículos, máquinas e equipamentos da secretaria de agricultura e infraestrutura.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 23/04/2015.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 23/04/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 08 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

TF 01/2015

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 12/01/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		284.529,28
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	153.837,73
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	76.918,87
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	54.128,10
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3,78
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,89
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,33
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	3.656,87
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	6.000,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00	Transf. de recursos do FNAS - SCFV	924,44
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	12.762,05
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.762,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.239,96
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	21.583,08
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-56.976,92
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1,40

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 26/01/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		200.613,84
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	53.789,98
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	26.894,99
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	18.926,10
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	19,85
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	9,93
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6,98
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	3.246,16
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilancia em Saúde - TFVS	1.839,52
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transf do FNS BLMAC	4.521,62
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	13.169,97
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	98.118,30
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-19.922,21
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-7,35

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 27/01/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		59.473,17
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	8.382,83
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	7.098,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	8.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Ações Estruturantes em Vigilância Sanitária	1.224,80
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	2.554,88
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	4.460,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	6.600,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Transferência de recursos do SUS NASF	16.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.152,66

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 28/01/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.305,48
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.305,48

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 29/01/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		8.541,92
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.250,40
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.291,52

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 30/01/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		217.746,10
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	116.013,55
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	58.006,77
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	40.819,58
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	7.098,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	8.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	4.460,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Transferencia de recursos do SUS NASF	8.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	6.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD SUAS	500,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	11.816,17
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-42.967,97

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

TF 02/2015**Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**Betha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 02/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		956,97
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	956,97

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 03/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.203,45
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.203,45

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 04/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.743,68
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.743,68

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 05/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.071,84
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.071,84

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 06/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.018,55
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	1.277,44
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	741,11

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 09/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		768,25
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	768,25

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 10/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		361.309,38
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	225.152,39
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	112.576,20
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	79.220,29
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3,34
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,67
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,17
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	1.492,65
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transf do FNS BLMAC	3.473,89
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	22.778,77
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-83.389,76
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1,23

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 11/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.284,44
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.284,44

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 12/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		21.327,20
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	21.327,20

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 13/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		41.222,94
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	8.382,83
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	32.840,11

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 18/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.148,45
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.148,45

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 19/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.141,47
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.141,47

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 20/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		36.194,75
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	20.727,15
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	10.363,57
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	7.292,88
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	30,30
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	15,15
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10,66
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.442,98
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-7.676,72
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-11,22

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 23/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		32.854,95
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	24.950,06
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.904,89

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 24/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.059,56
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.059,56

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 25/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		8.475,84
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.475,84

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 26/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.938,14
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.658,65
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.591,99

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 27/02/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		134.666,56
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	84.495,49
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	42.247,75
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	29.729,89
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.488,04
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-31.294,61

Cordilheira Alta, 06/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

TF 03/2015**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 02/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.815,89
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3,37
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,68
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,18
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.810,90
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1,24

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 03/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.201,03
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.201,03

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 04/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.823,21
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	1.623,08
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	1.277,44
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.922,69

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 05/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.207,13
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.207,13

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 06/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		34.934,36
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	7.098,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	8.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	4.460,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	6.600,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Transferencia de recursos do SUS NASF	8.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	776,36

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 09/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.894,83
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	1.055,67
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	839,16

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 10/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		207.811,00
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	120.736,20
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	60.368,10
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	42.481,26
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	8.382,83
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transf do FNS BLMAC	3.473,89
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.942,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	13.143,82
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-44.717,10

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 11/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.311,01
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.311,01

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 12/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		20.990,69
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.990,69

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 13/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		31.137,31
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	31.137,31

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 16/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.133,65
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.133,65

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 17/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		949,73
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	949,73

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 18/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.099,46
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	659,68
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	439,78

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 19/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.335,26
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	801,16
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	534,10

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 20/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		60.746,53
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	27.203,37
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	13.601,69
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	9.571,56
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	14.592,46
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.511,66
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.341,10
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-10.075,31

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 23/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.955,16
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.173,10
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.782,06

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 24/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.833,38
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.700,03
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.133,35

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 25/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.385,98
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.168,67
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.930,39
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.286,92

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 26/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.493,04
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.895,82
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.597,22

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2015
Data do Recebimento: 27/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.754,06
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.052,44
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	701,62

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 31/03/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		150.115,07
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	92.690,11
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	46.345,05
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	32.613,18
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	22,78
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	11,39
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	8,02
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.657,58
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.105,05
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-34.329,66
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-8,43

Cordilheira Alta, 08/04/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL_____
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Coronel Freitas**PREFEITURA****ATA DE CANCELAMENTO DE ITEM DO PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

ATA DE CANCELAMENTO DE ITEM DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos oito dias do mês de abril de Dois Mil e Quinze, as 13h30min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar o cancelamento do item 01 do referido processo licitatório, tendo em vista Que o primeiro colocado não assinou o contrato, ato continuo foi feito a convocação ao segundo colocado e o mesmo não compareceu, o item foi considerado deserto. Esta ata será publicada no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar foi lavrado-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 08 de Abril de 2015
FLAVIA ROLIM DE MOURA CASIANE F. CARVALHO
PREGOEIRA MEMBRO

PAULO C. STRADA JUCILAINE BORTOLOSSO
MEMBRO MEMBRO

LUIS CARLOS OSS
MEMBRO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 03/2015

Objeto: CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO DO GINÁSIO DE ESPORTES AQUILLO GOLO DO BAIRRO FLORESTA II

Tipo: Melhor oferta

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 14/05/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 14/05/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 08 de abril de 2015
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Coronel Martins**PREFEITURA****PORTARIA Nº. 051, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº. 051, DE 06 DE ABRIL DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando que a servidora abaixo relacionada cumpriu com os requisitos previstos nos artigos 113 e 114 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014 para a concessão de licença prêmio;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade à Servidora abaixo relacionada, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, com gozo a partir do dia 20 de abril a 17 de agosto de 2015.

Nome	Cargo	Referências
Carmelinda Biazin Gaio	PCE Assistente	03/2000 a 03/2003 03/2003 a 03/2006 03/2006 a 03/2009 03/2009 a 03/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 06 de Abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 02/2015 FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 02/2015 - FHMCP

Objeto: FORNECIMENTO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS NA IMPLANTAÇÃO DE REDES DE GASES MEDICINAIS E CENTRAL DE OXIGÊNIO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 23/04/2015 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 09 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

TOMADA DE PREÇOS - SEGUNDA CHAMADA - PROCESSO 13/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 13/2015 - PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS - SEGUNDA CHAMADA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA, REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DE TREVO DE ACESSO NA RODOVIA BR 116, KM 237,00, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. Menor Preço global. Abertura dos envelopes: 24.04.2015 às 14:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 09 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 10/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 10/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2015

No dia 24 do mês de Março do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2015, Processo Licitatório nº. 10/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11269	DIORDENIS DA SILVA ALVES	2
10656	FAE E CIA LTDA ME	
6619	ZAS GAS LTDA ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DIORDENIS DA SILVA ALVES	13.824.845/0001-43	DIORDENIS DA SILVA ALVES	062.990.959-89
FAE E CIA LTDA ME	13.354.686/0001-60	EDELUCIO VICENTE FAE	690.881.609-53
ZAS GAS LTDA ME	79.494.456/0001-05	LUCIANO JOSE DE ANDRADE	003.659.669-83

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6619 - ZAS GAS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CARGA DE GAS P13	UN	SUPERGASBI	950,000	35,0000	33.250,00

Fornecedor: 11269 - DIORDENIS DA SILVA ALVES						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	CARGA DE GAS P 45	UN	COPAGAZ	70,000	162,0000	11.340,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº.: 10/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronea".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 10/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 10/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 10/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 10/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 24 de Março de 2015.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

DIORDENIS DA SILVA ALVES

CNPJ: 13.824.845/0001-43 _____

FAE E CIA LTDA ME

CNPJ: 13.354.686/0001-60 _____

ZAS GAS LTDA ME

CNPJ: 79.494.456/0001-05 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 15/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6
Processo Nº.: 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2015

No dia 8 do mês de Abril do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 15/2015, Processo Licitatório nº. 15/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS E MEIOS-FIOS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10685	EUGE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	
11205	LEAO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
EUGE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	13.342.336/0001-84	FERNANDO ANTUNES PEREIRA	027.269.609-95
LEAO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA	07.302.396/0001-70	CESAR ABRAAO DE OLIVEIRA	026.606.459-06

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS E MEIOS-FIOS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11205 - LEAO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TUBO 20	UN	LEÃO	1.000,000	15,7500	15.750,00
2	TUBO 30	UN	LEÃO	5.000,000	20,0000	100.000,00
3	TUBO 40	UN	LEÃO	4.000,000	27,0000	108.000,00
4	TUBO 60	UN	LEÃO	3.000,000	52,0000	156.000,00
5	TUBO 1.00	UN	LEÃO	400,000	223,0000	89.200,00
6	TUBO 1.20	UN	LEÃO	400,000	343,0000	137.200,00
7	MEIO FIO - 1 M x 0,30 x 0,15 x 0,12	UN	LEÃO	2.000,000	17,5000	35.000,00
8	TUBO 60 COM ARMAÇÃO DE FERRO	UN	LEÃO	1.500,000	84,0000	126.000,00
9	TUBO 80 PA 1	UN	LEÃO	600,000	147,0000	88.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº.: 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronea".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2015

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 8 de Abril de 2015.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

EUGE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

CNPJ: 13.342.336/0001-84 _____

LEAO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 07.302.396/0001-70 _____

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 009/2015 - REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 009/15

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de ÓLEO DIESEL PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 09/04/2015 às 09 horas do dia 22/04/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 22/04/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 09 de Abril de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 008/2015 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

RESOLUÇÃO 008/2015

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ELEITORALDO

PROCESSO UNIFICADO PARA CONSELHEIROS TUTELARES

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da Segunda Reunião Extraordinária a ser realizada no dia 30 de março de 2015.

RESOLVE

Art. 1º - Indicar os seguintes conselheiros de direito para comporem na condição de membros, à Comissão Eleitoral, responsável pela eleição dos Conselheiros Tutelares do Município de Corupá do Processo Unificado com as funções previstas em Lei:

- Felipe FelipeRafaeli Rodrigues;

-Janinha Staroski;

- Juliana Twardowski;

- Aparecida Inês Correia;

- LauroBerner;

- KamilleRainiak;

- Gilberto Kaszubowski ;

-João Carlos Kuhl.

Art. 2º- Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 30 de Março de 2015.

FELIPE RAFAELI RODRIGUES

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 004/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

CORUPÁ

RESOLUÇÃO Nº 004/2015

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Assistência Social o Plano de Ação 2015.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 07/04/2015.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Curitibanos

PREFEITURA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 1/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 1/2015

Contrato Nº.: 1/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA
Valor : 45.569,60 (quarenta e cinco mil quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 280/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 1.008.4.4.90.00.00.00.00.00 (9),
1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (24), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GAS P13 E P45, CASCO DE P45, PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, AEROPORTO, SECRETARIA DE TRANSPORTE EM OBRAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 10/2015

Contrato Nº.: 10/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA ME
Valor : 103.533,19 (cento e três mil quinhentos e trinta e três reais e dezenove centavos)
Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 07/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2014
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40),
2.047.3.3.90.00.00.00.00.00 (49)

Objeto : AQUISIÇÃO DE KITS CONTENDO MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 11/2015

Contrato Nº.: 11/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME
Valor : 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (50),
2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 13/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 13/2015

Contrato Nº.: 13/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SUELI TERESINHA PETRIS ME
Valor : 67.116,00 (sessenta e sete mil cento e dezesseis reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (50),
2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
14/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 14/2015

Contrato Nº.: 14/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBA-
NOS
Contratada...: ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME
Valor : 171.402,00 (cento e setenta e um mil quatrocentos e dois reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00
(50), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
15/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 15/2015

Contrato Nº.: 15/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI
Valor : 38.850,00 (trinta e oito mil oitocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00
(50), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
16/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 16/2015

Contrato Nº.: 16/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME
Valor : 145.719,00 (cento e quarenta e cinco mil setecentos e dezenove reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00
(50), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
17/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 17/2015

Contrato Nº.: 17/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA
Valor : 1,00 (um real)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 18/2015

Contrato Nº.: 18/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA
Valor : 158.239,20 (cento e cinquenta e oito mil duzentos e trinta e nove reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (50),
2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 19/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 19/2015

Contrato Nº.: 19/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: SONIA DE FATIMA VIEIRA ME
Valor : 73.164,00 (setenta e três mil cento e sessenta e quatro reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (50),
2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 2/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 2/2015

Aditivo Nº : 2/2015 - Contrato Nº: 111/2010
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 584,56 (quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/01/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2010
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 1.350.000,00

Objeto : LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES E EDUCAÇÃO, CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NOS ANEXOS I E II, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, REGIDA PELA LEI FEDERAL 10.520/002, PELA LEI 8.666/93, ENTRE OUTROS DISPOSITIVOS LEGAIS APLICADOS A ESPÉCIE.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 20/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 20/2015

Contrato Nº.: 20/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: ALCEU DE MELO ME
Valor : 57.225,00 (cinquenta e sete mil duzentos e vinte e cinco reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (50),
2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 21/2015

Contrato Nº.: 21/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBA-
NOS
Contratada...: JOSÉ RONALDO ORTIZ
Valor : 38.808,00 (trinta e oito mil oitocentos e oito reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00
(50), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ES-
COLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO
DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL,
FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO
I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEM-
BRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 22/2015

Contrato Nº.: 22/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBA-
NOS
Contratada...: ANTONIO CARLOS GUETTEN
Valor : 19.152,00 (dezenove mil cento e cinquenta e dois
reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00
(50), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ES-
COLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO
DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL,
FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO
I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEM-
BRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 23/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 23/2015

Contrato Nº.: 23/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBA-
NOS
Contratada...: NELCI SCOLARO GUETTEN
Valor : 19.488,00 (dezenove mil quatrocentos e oitenta
e oito reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00
(50), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ES-
COLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO
DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL,
FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO
I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEM-
BRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 24/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 24/2015

Contrato Nº.: 24/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBA-
NOS
Contratada...: ANTONIO CARLOS RIBEIRO
Valor : 32.634,00 (trinta e dois mil seiscentos e trinta e
quatro reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ES-
COLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO
DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL,
FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO
I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEM-
BRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 25/2015

Contrato Nº.: 25/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: NERI DE JESUS
Valor : 61.908,00 (sessenta e um mil novecentos e oito reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (50),
2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 26/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 26/2015

Contrato Nº.: 26/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA
Valor : 23.940,00 (vinte e três mil novecentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31),
2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (50),
2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (51),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (60)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 27/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 27/2015

Contrato Nº.: 27/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA
Valor : 71.064,00 (setenta e um mil e sessenta e quatro reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 28/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 28/2015

Contrato Nº.: 28/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: MARCELO FOGAÇA DA ROCHA
Valor : 26.208,00 (vinte e seis mil duzentos e oito reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 29/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 29/2015

Contrato Nº.: 29/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE

CURITIBANOS

Contratada...: TRANSELBA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME
Valor : 94.843,00 (noventa e quatro mil oitocentos e quarenta e três reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 3/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 3/2015

Contrato Nº.: 3/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.
Valor : 24.790,00 (vinte e quatro mil setecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 05/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 1.481.085,00

Objeto : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 30/2015

Contrato Nº.: 30/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO VIACAO CURITIBANOS LTDA
Valor : 25.116,00 (vinte e cinco mil cento e dezesseis reais)
Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE

ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 4/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 4/2015

Contrato Nº.: 4/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: STANG & STANG LTDA
Valor : 20.720,00 (vinte mil setecentos e vinte reais)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 05/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 1.481.085,00

Objeto : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 5/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 5/2015

Contrato Nº.: 5/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: STANG & STANG LTDA
Valor : 18.400,00 (dezoito mil quatrocentos reais)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 05/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 1.481.085,00

Objeto : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 6/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 6/2015

Contrato Nº.: 6/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: I. TRAPP CIA LTDA
Valor : 45.569,60 (quarenta e cinco mil quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 05/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 280/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 1.008.4.4.90.00.00.00.00.00 (9), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (24), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GAS P13 E P45, CASCO DE P45, PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, AEROPORTO, SECRETARIA DE TRANSPORTE EM OBRAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 625/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 625/2014

Contratado:EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA
CNPJ:85.583.954/000164
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 64/2014 Numero do Processo: 64/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 625/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DES. RURAL SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, DEPARTAMENTO DE CONSELHO TUTAL, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 30/09/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:47,00
Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 7/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 7/2015

Contrato Nº.: 7/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: BABINSKI BOLSAS EIRELI - EPP
Valor : 112.377,00 (cento e doze mil trezentos e setenta e sete reais)
Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 07/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2014
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.047.3.3.90.00.00.00.00.00 (49)

Objeto : AQUISIÇÃO DE KITS CONTENDO MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 739/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 739/2014

Contrato Nº.: 739/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: RBS-ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A.
Valor : 2.000,00 (dois mil reais)
Vigência : Início: 01/12/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)

Objeto : PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, NA IMPRENSA ESCRITA COM VEICULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DO EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 740/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 740/2014

Contrato Nº.: 740/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇOES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 18.429,98 (dezoito mil quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos)

Vigência : Início: 02/12/2014 Término: 02/02/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 273/2014

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (82)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA SALA DE MONITORAMENTO NO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 741/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 741/2014

Contrato Nº.: 741/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO MECANICA LTDA
Valor : 3.224,00 (três mil duzentos e vinte e quatro reais)
Vigência : Início: 02/12/2014 Término: 02/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 281/2014
Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (40)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DA VIATURAS NISSAN/ FRONTIER JIG-0591 E RENAULT/ DUSTER MLO-9445, DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 742/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 742/2014

Contrato Nº.: 742/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.
Valor : 1.395,00 (um mil trezentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 02/12/2014 Término: 02/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 281/2014
Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (40)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DA VIATURAS NISSAN/ FRONTIER JIG-0591 E RENAULT/ DUSTER MLO-9445, DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 743/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 743/2014

Contrato Nº.: 743/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.
Valor : 6.177,50 (seis mil cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 05/12/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2014
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (64), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (82), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (87), 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (113)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 745/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 745/2014

Contrato Nº.: 745/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SC CÓPIAS LTDA
Valor : 400,00 (quatrocentos reais)
Vigência : Início: 05/12/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2014
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (28), 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (32), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (89)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCOPIA TIPO A-4 E ENCADERNAÇÃO GRANDE ATÉ 100 FOLHAS TIPO A-4, COM MOLA ESPIRAL COMPATÍVEL, CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA, PARA USO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DES. RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 746/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 746/2014

Contrato Nº.: 746/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: GERHARDT & PELEGRINI LTDA.
 Valor : 9.196,00 (nove mil cento e noventa e seis reais)
 Vigência : Início: 05/12/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 297/2013
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (41),
 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64),
 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (82), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),
 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (106),
 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (113)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 747/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 747/2014

Contrato Nº.: 747/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: GRANITOS MONDINI LTDA-ME.
 Valor : 50.114,15 (cinquenta mil cento e quatorze reais e quinze centavos)
 Vigência : Início: 05/12/2014 Término: 05/02/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 264/2014
 Recursos : Dotação: 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (56)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E ESERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DO GAVETÁRIO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 748/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 748/2014

Contrato Nº.: 748/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELÉTRICA LTDA
 Valor : 400,00 (quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 05/12/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 315/2013
 Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28),
 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (34),
 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (35),
 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (106),
 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (113),
 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (121)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 749/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 749/2014

Aditivo Nº : 749/2014 - Contrato Nº.: 246/2011
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 211,81 (duzentos e onze reais e oitenta e um centavos)
 Vigência : Início: 11/12/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 69/2011
 Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 211,81 REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS TÉCNICAS TENDO EM VISTA O EQUIVOCO NO VALOR UNITÁRIO DO EMPENHO 2944, AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 2574/2014., CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 750/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 750/2014

Aditivo Nº : 750/2014 - Contrato Nº.: 291/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 11/12/2014 Término: 11/01/2015

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Pavimentação de Vias Públicas, compreendido de pavimentação asfáltica e concreto betuminoso a quente (CBUQ) da Rua Arthur Lenser, Rua Waldelirio C. Sampaio, Rua Frei Gaspar, Rua Frei Justino Girardi, Rua Capitão Antônio José Pereira, Rua Carlos Goetten e Servidão nº 16, Rua Salomão Carneiro de Almeida, Rua Paulo de Assis Mendes, e Pavimentação em Paralelepípedo da Rua Leopoldo Arruda, conforme descrição detalhada nos memoriais descritivos e demais condições previstas neste edital e em seus anexo

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 751/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 751/2014

Contrato Nº.: 751/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: ALÔ BRASIL PESQUISA CONSULTORIA E MARKETING LTDA

Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 12/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 301/2014

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (28)

Objeto : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PALESTRA TÉCNICA MOTIVACIONAL PARA GESTORES MUNICIPAIS QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 13/12/2014, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO, ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 752/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 752/2014

Aditivo Nº : 752/2014 - Contrato Nº: 386/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 12/12/2014 Término: 29/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 132/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO GETULIO VARGAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 753/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 753/2014

Aditivo Nº : 753/2014 - Contrato Nº: 290/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 12/12/2014 Término: 09/02/2015

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aditivo de Prazo para a Pavimentação de Vias Públicas, compreendido de pavimentação asfáltica e concreto betuminoso a quente (CBUQ) da Rua Arthur Lenser, Rua Waldelirio C. Sampaio, Rua Frei Gaspar, Rua Frei Justino Girardi, Rua Capitão Antônio José Pereira, Rua Carlos Goetten e Servidão nº 16, Rua Salomão Carneiro de Almeida, Rua Paulo de Assis Mendes, e Pavimentação em Paralelepípedo da Rua Leopoldo Arruda, conforme descrição detalhada nos memoriais descritivos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 754/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 754/2014

Aditivo Nº : 754/2014 - Contrato Nº: 706/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 15/12/2014 Término: 15/01/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 257/2014

Recursos : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (46)

Objeto : ADITIVO DE PRAZO, PELO PERÍODO DE 12/12/2014, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS E REATORES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SUBSTITUIÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS BAIRROS CENTRO, ÁGUA SANTA, BOSQUE, NOSSA SENHORA APARECIDA, GETÚLIO VARGAS E COHAB I, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 755/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 755/2014

Contrato Nº.: 755/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
Valor : 226.000,00 (duzentos e vinte e seis mil reais)
Vigência : Início: 15/12/2014 Término: 15/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 285/2014
Recursos : Dotação: 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (53),
1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (107)

Objeto : AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E CAÇAMBA BASCULANTE, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 808976/2014/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA PROCESSO N. 2622.1020278-89/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 756/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 756/2014

Contrato Nº.: 756/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ME
Valor : 30.000,00 (trinta mil reais)
Vigência : Início: 15/12/2014 Término: 15/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 285/2014
Recursos : Dotação: 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (53),
1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (107)

Objeto : AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E CAÇAMBA BASCULANTE, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 808976/2014/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA PROCESSO N. 2622.1020278-89/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 757/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 757/2014

Contrato Nº.: 757/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Valor : 106.315,68 (cento e seis mil trezentos e quinze reais e sessenta e oito centavos)
Vigência : Início: 15/12/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 162/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (82),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (118)
Objeto : AQUISIÇÃO DE BRITA E PLACA DE OBRAS PARA RECUPERAÇÃO DE RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO

MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 758/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 758/2014

Contrato Nº.: 758/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA
Valor : 1.120,00 (um mil cento e vinte reais)
Vigência : Início: 15/12/2014 Término: 15/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (82),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (106)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 759/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 759/2014

Contrato Nº.: 759/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA
Valor : 15.587,00 (quinze mil quinhentos e oitenta e sete reais)
Vigência : Início: 16/12/2014 Término: 16/04/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 152/2014
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 760/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 760/2014

Contrato Nº.: 760/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Valor : 94.560,00 (noventa e quatro mil quinhentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 16/12/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (82), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (118)
Objeto : AQUISIÇÃO DE BRITA CORRIDA PARA CONSERVAÇÃO DA MALHA URBANA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 761/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 761/2014

Contrato Nº.: 761/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA
Valor : 47.475,84 (quarenta e sete mil quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (82)
Objeto : AQUISIÇÃO DE 8.200M³ DE BICA CORRIDA PARA SEREM COLOCADAS EM RUAS DA CIDADE, INDICADAS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 762/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 762/2014

Contrato Nº.: 762/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO MECANICA LTDA
Valor : 11.562,00 (onze mil quinhentos e sessenta e dois reais)
Vigência : Início: 17/12/2014 Término: 27/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 297/2014
Recursos : Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (87)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DO VEÍCULO FORD F-4000 PLACA MCS 6577, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 763/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 763/2014

Aditivo Nº : 763/2014 - Contrato Nº.: 458/2012
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 18/12/2014 Término: 18/01/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 158/2012
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE TIPO RECAPEAMENTO DA RUA GAL. ILYDIO RÔMULO COLÔNIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE TIPO PAVIMENTAÇÃO DA AV. FIORAVANTE ORTIGARI, E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE TIPO PAVIMENTAÇÃO DA RUA OLIVEIRA PIRES, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 762974/2011 FIRMADO ENTRE A MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 764/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 764/2014

Contrato Nº.: 764/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: EUCLOVIS LUIZ DRESCH
Valor : 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais)
Vigência : Início: 18/12/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (82), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (106)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DIGITAL DE BANNERS, PORTA BANNERS, ADESIVO, PLACAS, FAIXA EM LONA E FAIXA DE IMPRESSÃO DIGITAL, PARA USO NAS ATIVIDADES DA: SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA USO NO ANO DE 2014.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 765/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 765/2014

Contrato Nº.: 765/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: CONSTRUTORA MACIEL LTDA.
 Valor : 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais)
 Vigência : Início: 18/12/2014 Término: 18/03/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 292/2014
 Recursos : Dotação: 2.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (33), 2.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (114)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE GARAGEM PARA AS VIATURAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR/CURITIBANOS, CONFORME PLANILHA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 766/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 766/2014

Aditivo Nº : 766/2014 - Contrato Nº: 386/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 31/01/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 132/2014
 Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO GETULIO VARGAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 767/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 767/2014

Aditivo Nº : 767/2014 - Contrato Nº: 3/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: INFOEL SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
 Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 23/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 222/2012
 Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : ADITIVO DE PRAZO A ´TE DIA 31/12/2015 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO PROFIN - MÓDULO JURÍDICO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PRODOC.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 768/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 768/2014

Aditivo Nº : 768/2014 - Contrato Nº: 246/2011
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 23/12/2014 Término: 31/01/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 69/2011
 Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA COMPREENDENDO, SISTEMAS DE CONTABILIDADE, TESOUREARIA, PLANEJAMENTO (PPA, LDO E LOA), COMPRAS E LICITAÇÕES, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO, FROTAS, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, PONTO ELETRÔNICO, PROTOCOLO, TRIBUTAÇÃO COM MÓDULO WEB PARA CONTRIBUINTE E PARA ESCRITURAÇÃO FISCAL DO ISS BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO NOS REFERIDOS SISTEMAS, CFE ANEXOS

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 794/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 794/2014

Contrato Nº.: 794/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: GERHARDT & PELEGRINI LTDA.
 Valor : 18.880,00 (dezoito mil oitocentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 05/12/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 297/2013
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (82), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (87), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (106), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (113)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 8/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 8/2015

Contrato Nº.: 8/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA ME
Valor : 153.258,22 (cento e cinquenta e três mil duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos)
Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 07/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2014
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.047.3.3.90.00.00.00.00.00 (49)

Objeto : AQUISIÇÃO DE KITS CONTENDO MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 9/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 9/2015

Contrato Nº.: 9/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA EPP
Valor : 46.769,50 (quarenta e seis mil setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 07/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2014
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.047.3.3.90.00.00.00.00.00 (49)

Objeto : AQUISIÇÃO DE KITS CONTENDO MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITALMUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 035/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: : Ativa Instalações Comerciais Ltda. EPP.
Objeto Contratação de empresa para, aquisição de central de vácuo, e aquisição de caldeira de aquecimento de água a GLP para o Hospital Municipal.... Valor R\$ 227.000,00 Origem: Processo 009/2015 Modalidade: Concorrência nº 009/2015. Vigência: 07/04/2015 à 31/12/2015. Dionísio Cerqueira 07/04/2015
Deliziane L. dos Santos. -Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITALMUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 036/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: : Mario Scharan JR Imbituva EPP
Objeto Contratação de empresa para fornecimento de estrutura e realização de cobertura em policarbonato nas edificações do Hospital Municipal., Valor R\$ R\$ 95.997,28 Origem: Processo 009/2015 Modalidade: Concorrência nº 009/2015. Vigência: 07/04/2015 à 31/12/2015. Dionísio Cerqueira 07/04/2015
Deliziane L. dos Santos. -Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITALMUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 037/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: : Concordia Informática Ltda. -ME
Objeto Aquisição de computadores para o Hospital Municipal., Valor R\$ R\$ 55.890,00 - Origem: Processo 015/2015 Modalidade: Pregão nº 0015/2015. Vigência: 07/04/2015 à 07/10/2015.
Dionísio Cerqueira 07/04/2015
Deliziane L. dos Santos. -Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 006/2014.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira
Contratado: : Reunidas Turismo S/A
Objeto Aquisição de passagens de ônibus destinado a pacientes com tratamento de saúde especializado fora do domicílio., Origem: Processo 008/2014 Modalidade: Pregão nº 008/2014. Vigência: 08/04/2015 à 31/12/2015. ☐ (Retificação de valores).
Dionísio Cerqueira 08/04/2015
Fundo Municipal de Saúde

DECRETO 5360_DESMEMBRAMENTO

DECRETO Nº5360 /2015
DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 02 DA QUADRA "B", DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL, COM A ÁREA DE 2.868,91M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 02, da Quadra "B", do Loteamento Industrial, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 11.875, de propriedade de Leonides Dallanora e Sueli Nitsche Dallanora.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 02 da Quadra "B", do Loteamento Industrial, nesta cidade, com área de 2.868,91m² (dois mil oitocentos e sessenta e oito metros e noventa e um centímetro quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 02 da Quadra "B", com a área de 2.207,83m² (dois mil duzentos e sete metros e oitenta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : Com parte do Lote 01-B, com os Lotes n.os. 01-C, 01-D, 01-E, 01-F, com parte do Lote nº. 04, medindo 50,00m e com o Lote nº.02-B, medindo 31,48 metros;

LESTE: Com a Estrada Municipal existente, medindo 14,21m e com os Lotes n.os 02-B e 02-A, medindo 21,00 metros;

SUL: Com o Lote nº. 03, medindo 81,48 metros;

OESTE: Com o Lote nº.10, medindo 35,21 metros.

b) Lote Urbano nº. 02-A da Quadra "B", com a área de 346,28m² (trezentos e quarenta e seis metros e vinte oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : Com os Lotes n.os 01, 01-A e 01-B, medindo 31,48 metros;

LESTE: Com a Estrada Municipal existente, medindo 11,00 metros;

SUL: Com o Lote nº. 02-B, medindo 31,48 metros;

OESTE: Com o Lote nº.02, medindo 11,00 metros.

c) Lote Urbano nº. 02-B da Quadra "B", com a área de 314,80m² (trezentos e quatorze metros e oitenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : Com os Lotes nº. 02-A, medindo 31,48 metros;

LESTE: Com a Estrada Municipal existente, medindo 10,00 metros;

SUL: Com o Lote nº. 02, medindo 31,48 metros;

OESTE: Com o Lote nº.02, medindo 10,00 metros.

Art. 3º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.
Data 25/03/2015

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS
Secretario Municipal

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 057/2015. Objeto: Aquisição de pneus para a Administração Municipal Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 22/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 09/04/2015.
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 011/2015. Objeto: Aquisição de materiais de copa e cozinha e materiais de expediente para o Fundo Municipal de Assistência Social Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 23/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 09/04/2015.
Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 002/2015. Objeto: Aquisição de combustíveis, materiais bibliográficos, materiais de copa e cozinha,. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 22/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 09/04/2015.
Marilene Limberger
Gestora do FMAS

RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da CV Nº 040/2015 PMDC Objeto Aquisição de móveis sob medida para a sala de comando do corpo de bombeiro militar de Dionísio Cerqueira.. Origem: CV 040/2015 PMDC. Vencedor L & M Móveis Ltda. Valor R\$ 25.970,00 - Salla Com. de Equip. de Informática Ltda. -Valor R\$ 9.629,00.
Dionísio Cerqueira 07/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da CV Nº 042/2015 PMDC Objeto Aquisição de flores para embelezamento urbano do município de Dionísio Cerqueira.. Origem: CV 042/2015 PMDC. Vencedor João Cleiton This Valor R\$ 10.260,00 - Dionísio Cerqueira 07/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITALMUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 009/2015. Modalidade: Concorrência 009/2015, Objeto Contratação de empresa para fornecimento de estrutura e realização de cobertura em policarbonato nas edificações do Hospital Municipal., aquisição de central de vácuo, e aquisição de caldeira de aquecimento de água a GLP para o Hospital Municipal.. - Vencedores: Ativa Instalações Comerciais Ltda -EPP - ITEM 002 - Instalação de Central de Vácuo Valor R\$ 62,300,00 e ITEM 004 - Instalação de Caldeira de aquecimento de água GLP -Valor R\$ 164,700,00 - Mario Scharan JR Imbituva EPP Valor R\$ 95.997,28Dionísio Cerqueira 07/04/2015 -
Deliziane L.dos Santos - Gestora do HMDC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITALMUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 015/2015. Modalidade: Pregão 015/2015, Objeto Aquisição de computadores para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. - Vencedor Concordia Informatica Ltda - ME- Valorr R\$ 55.890,00 -Dionísio Cerqueira 07/04/2015 -
Deliziane L.dos Santos - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da DL Nº 054/2015 PMDC Objeto Aquisição de materiais de utensílios domésticos para serem utilizados pelas escolas municipais.. Vencedor Carlos Roberto Loeffler ME. Valor R\$ 7.928,20 - Dionísio Cerqueira 08/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 133, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 133, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Forquilha.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Forquilha é parte integrante deste Decreto como Anexo Único.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de novembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº. 133, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL
DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
FORQUILHINHA - SANTA CATARINA

CAPÍTULO I

Da Natureza

Art. 1º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Forquilha, daqui por diante designado COMDEMA, é vinculado ao Gabinete do Prefeito, e tem sua regulamentação baseada na Lei nº 733, de 14 de agosto de 2001, e Lei nº 1.372, de 29 de maio de 2008.

Art. 2º O COMDEMA, é um órgão de composição paritária, deliberativo, normativo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Forquilha, na proteção, preservação, recuperação e fiscalização ambiental no território do Município, em conformidade com a Lei nº 1.372, de 29 de maio de 2008.

CAPÍTULO II

Das Finalidades e Competências

SEÇÃO I

Das Finalidades

Art. 3º São finalidades do COMDEMA:

I - assessorar o Poder Executivo Municipal na formulação da Política Municipal do Meio Ambiente, no sentido de propor diretrizes e medidas necessárias à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, visando garantir o desenvolvimento sustentável;

II - estabelecer normas visando assegurar o controle das atividades relacionadas ao meio ambiente dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;

III - baixar diretrizes, incluindo normas e procedimentos, referentes à proteção do meio ambiente, no âmbito do Município;

IV - acompanhar, examinar, avaliar e opinar sobre o desempenho das atividades de meio ambiente no âmbito do Município;

V - sugerir modificações ou adoção de diretrizes que visem harmonizar as políticas de desenvolvimento tecnológico com as de preservação do meio ambiente;

VI - propor a criação, a modificação ou a alteração de normas jurídicas, objetivando respaldar as ações de Governo no âmbito do Município, na promoção da melhoria da qualidade ambiental observando as limitações constitucionais e legais;

VII - sugerir medidas técnico-administrativas, direcionadas à racionalização e ao aperfeiçoamento na execução das tarefas governamentais nos setores de meio ambiente;

VIII - propor diretrizes relativas à sistemática de elaboração, acompanhamento, avaliação e execução de planos, programas, projetos e atividades relacionados à área do meio ambiente;

IX - propagar e divulgar medidas que facilitem e agilizem os fluxos de informações sobre o meio ambiente nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional;

X - aprovar e expedir Pareceres, Resoluções e Moções;

XI - julgar os processos e recursos administrativos que lhe forem submetidos, nos limites de sua competência;

XII - criar e extinguir Comissões Técnicas;

XIII - deliberar sobre os casos omissos no presente Regimento, observada a legislação ambiental em vigor.

SEÇÃO II

Das Competências

Art. 4º Compete ao COMDEMA:

I - colaborar nos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, mediante recomendações formuladas através de Moção, dirigidas ao Chefe do Poder Executivo, com cópia à Presidência do Poder Legislativo, referentes à proteção do Meio Ambiente do Município;

II - estudar, definir e propor normas e procedimentos, através de Resoluções aprovadas em plenário, visando à proteção ambiental do Município, como colaboração à sua administração;

III - promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção da flora, fauna e dos recursos naturais do Município, através de aprovação dos referidos programas em plenária;

IV - fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa do Meio Ambiente, à indústria, ao comércio, à agropecuária e à comunidade, através de Parecer elaborado por Relator, aprovado em plenária;

V - colaborar em campanhas educacionais relativas a problemas de saneamento básico, poluição das águas, do ar e do solo, combate a vetores, proteção da fauna e da flora, através de Comissão designada pelo Presidente do COMDEMA, aprovada em plenário;

VI - contribuir para a realização de campanhas de Educação Ambiental no município;

VII - manter intercâmbio com as entidades oficiais e privadas de pesquisa e de atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente;

VIII - conhecer, através de denúncia dos membros Conselheiros e da população e, prever os possíveis casos de poluição que ocorram ou possam ocorrer no Município, solicitando diligências aos órgãos ambientais estaduais e municipais, no sentido de sua apuração e relatando ao Chefe do Poder Executivo Municipal para as providências necessárias, com cópia à Presidência do Poder Legislativo e ao Ministério Público;

IX - deliberar sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, formulada pelo Executivo, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, em consonância com as definições da Agenda 21, e oferecer contribuições para o seu aperfeiçoamento, através de Resoluções aprovadas em plenário;

X - deliberar sobre planos, programas e projetos intersetoriais, regionais e locais, de desenvolvimento do Município em bases de equilíbrio social e ecológico, e oferecer contribuições para o seu aperfeiçoamento, através de Moção aprovada em plenário;

XI - propor diretrizes para a conservação, preservação, reabilitação, restauração e recuperação do patrimônio ambiental do Município, em especial dos recursos naturais, através de Resoluções aprovadas em plenário;

XII - apreciar e pronunciar-se sobre os Projetos de Lei e Decretos referentes à proteção e qualidade ambiental no Município de Forquilha, oferecendo contribuições para o seu aperfeiçoamento, notadamente aqueles relativos ao zoneamento e planejamento ambientais, assim como na definição e implantação de espaços territoriais de relevante interesse ambiental, a serem especialmente protegidos, através de Moção e/ou Resolução aprovada em plenário;

XIII - propor e contribuir para a realização de campanhas de conscientização sobre os problemas ambientais;

XIV - fiscalizar e pronunciar-se sobre os atos do Poder Público, no âmbito do Município de Forquilha, quanto à observação da legislação ambiental;

XV - manter intercâmbio com entidades, oficiais e privadas, de pesquisa e demais atividades voltadas à defesa do Meio Ambiente;

XVI - deliberar sobre Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e Relatórios Ambientais Preliminares (RAP) e sobre quaisquer outros planos, estudos e relatórios exigidos pela legislação municipal, estadual e federal, de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local ou regional, quando couber;

XVII - elaborar seu Regimento Interno;

XVIII - apresentar sugestões para o Plano Diretor Urbano no que concerne às questões ambientais;

XIX - examinar matéria em tramitação na Administração Pública Municipal, que envolva questão ambiental;

XX - propor e incentivar ações de caráter educativo, para a formação da consciência pública, visando à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente;

XXI - acompanhar as diretrizes de gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XXII - emitir parecer sobre recursos administrativos relacionados a atos e penalidades aplicadas pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha - FUNDAF.

CAPÍTULO III

Da Composição

Art. 5º O COMDEMA será constituído por 10 membros, de forma paritária por representantes do setor público e representantes da sociedade civil organizada, a saber:

I - Representantes do Setor Público:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um representante da EPAGRI - Escritório Municipal de Forquilha;
- d) um representante da Fundação Ambiental Municipal;
- e) um representante do Corpo de Bombeiros de Forquilha.

II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) um representante da Câmara de Dirigentes Logistas - CDL;
- b) um representante da Cooperativa Mista Pioneira Ltda. - COOPERPA;
- c) um representante da Associação de Irrigação São Miguel;
- d) um representante da Cooperativa Agropecuária Nova Força;
- e) um representante da Associação de Clubes de Mães de Forquilha.

Art. 6º Cada membro do Conselho do COMDEMA terá um suplente devendo obrigatoriamente ser da mesma entidade, que o substituirá em caso de impedimento, ou ausência.

Parágrafo Único. Havendo renúncia ou impedimento de qualquer

membro do Conselho, será designado novo membro, que completará o mandato, ouvida a respectiva classe representativa, nos termos deste artigo.

Art. 7º Todas as instituições que compõem o Conselho deverão indicar seus representantes titulares e suplentes, cuja nomeação se dará por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 8º Os representantes dos órgãos da Administração Municipal, bem como seus respectivos suplentes, serão designados pelo Prefeito, mediante sua indicação.

Art. 9º As atribuições conferidas ao Conselho de que trata esta lei não eliminam as competências constitucionais dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 10. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, exceto quando se tratar de alteração do Regimento Interno e eleição da Diretoria Executiva, que deverá ter maioria absoluta.

Art. 11. O mandato dos membros do COMDEMA será considerado extinto antes do término nos seguintes casos:

- a) morte;
- b) renúncia;
- c) ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas;
- d) doença que exija o licenciamento por mais de 06 (seis) meses;
- e) procedimento incompatível com a dignidade da função, assim entendido por maioria simples dos conselheiros integrantes do COMDEMA;
- f) pela condenação por sentença criminal com trânsito em julgado por crime doloso.

Art. 12. Os membros do COMDEMA terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

CAPÍTULO IV

Da Organização

Art. 13. A estrutura organizacional do COMDEMA é composta de:

- I - Diretoria Executiva;
 - a) Presidente;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Primeiro Secretário;
 - d) Segundo Secretário.
- II - Plenário;
- III - Comissões Técnicas.

SEÇÃO I

Da Diretoria Executiva Presidência

Art. 14. O COMDEMA será dirigido por um Presidente, eleito pelo Plenário, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Único. Na ausência do Presidente a coordenação dos trabalhos ficará a cargo do Vice-Presidente e no impedimento deste, pela Primeira Secretária.

Art. 15. São atribuições do Presidente:

- I - convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
- II - elaborar a pauta das reuniões;
- III - submeter ao Plenário os expedientes oriundos da Secretaria;
- IV - requisitar serviços dos membros do Conselho e delegar competência;
- V - expedir pedidos de informação e consultas às autoridades estaduais, federais, municipais, de governos estrangeiros e da sociedade civil;

VI - assinar as Resoluções, Moções, Análises e Pareceres Consultivos aprovados pelo Conselho;

VII - representar o Conselho ou delegar a sua representação;

VIII - autorizar a execução de atividades fora da sede do Conselho;

IX - constituir e extinguir, ouvidos os demais membros do Conselho, Comissões Técnicas;

X - assinar as atas dos assuntos tratados nas reuniões do Plenário;

XI - dispor sobre o funcionamento da Secretaria.

SEÇÃO II

Da Vice-Presidência

Art. 16. A Vice-Presidência será exercida por um membro do COMDEMA, eleito pelo Plenário, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 17. São atribuições do Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- II - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho.

SEÇÃO III

Da Primeira Secretaria

Art. 18. A Secretaria será exercida por um membro do COMDEMA, eleito pelo Plenário especificamente para este fim, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 19. Os serviços administrativos da Secretaria serão desenvolvidos com o apoio técnico e operacional de servidores requisitados da Coordenação Municipal dos Conselhos, na forma da legislação vigente.

Art. 20. Os documentos enviados ao Conselho, bem como os recursos administrativos, serão recebidos, registrados e autuados pela Secretaria.

Art. 21. O Secretário do Conselho deverá comparecer a todas as reuniões do Plenário, incumbindo-lhe secretariar os trabalhos das reuniões.

Art. 22. São atribuições da Secretaria:

- I - planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da Secretaria;
- II - assessorar técnica e administrativamente a Presidência do Conselho;
- III - executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho;
- IV - organizar e manter arquivada toda a documentação relativa às atividades do Conselho;
- V - colher dados e informações dos setores da Administração Direta e Indireta, necessários à complementação das atividades do Conselho;
- VI - propor a pauta das reuniões para aprovação da Presidência do Conselho;
- VII - convocar as reuniões do Conselho, por determinação da Presidência e secretariar seus trabalhos;
- VIII - elaborar as atas e os sumários dos assuntos das reuniões e a redação final de todos os documentos que forem expedidos pelo Conselho;
- IX - assinar todos os documentos oriundos da Presidência do Conselho, por delegação do Presidente;
- X - manter controle atualizado sobre os recursos administrativos, sua autuação, nome das partes, distribuição, nome do Relator e cumprimento do prazo de julgamento;
- XI - certificar nos autos dos recursos administrativos a condição de ser ou não o Recorrente reincidente na prática de infrações ambientais;

XII - manter em dia o sistema de informações, via rede informatizada.

SEÇÃO IV

Da Segunda Secretaria

Art. 23. A Segunda Secretaria será exercida por um membro do COMDEMA, eleito pelo Plenário, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 24. São atribuições do Segundo Secretário:

- I - substituir o Primeiro Secretário nas suas faltas ou impedimentos;
- II - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Secretaria do Conselho.

SEÇÃO V

Do Plenário

Art. 25. O Plenário é soberano nas deliberações do COMDEMA e é composto pelos representantes das entidades e órgãos mencionados no art. 5º.

Art. 26. Compete ao Plenário:

- I - comparecer às reuniões;
- II - discutir e deliberar sobre assuntos relacionados com a competência do Conselho;
- III - julgar e decidir sobre assuntos encaminhados à sua apreciação;
- IV - julgar os recursos interpostos com fundamento no art. 45, da Lei Municipal nº 2.974, de 30 de agosto de 1994.
- V - eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Primeiro Secretário, o Segundo Secretário e as Comissões Técnicas;
- VI - divulgar e debater, no município, os programas prioritários de serviços e obras ambientais a serem realizados no interesse da coletividade;
- VII - homologar as deliberações do COMDEMA;
- VIII - requerer informações, providências e esclarecimentos à Diretoria Executiva;
- VIII - apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados;
- IX - tomar a iniciativa de propor temas e assuntos à deliberação e ação do Plenário sob a forma de resoluções e moções;
- X - propor questões de ordem nas reuniões;
- XI - observar, em suas manifestações, as regras básicas da convivência e do decoro;
- XII - solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias, na forma prevista neste Regimento;
- XIII - votar e ser votado para os cargos previstos neste Regimento;
- XIV - indicar, quando necessário, pessoas ou representantes de entidades públicas ou privadas, para participarem de reuniões específicas do COMDEMA, com direito a voz e sem direito a voto, obedecidas às condições previstas neste Regimento.

Art. 27. Ao Plenário compete ainda analisar, emitir parecer, aprovar ou reprovar:

- I - o orçamento, as contas e os planos de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- II - o relatório anual de atividades do COMDEMA;
- III - o regimento interno e suas alterações observado o artigo 61 das Disposições Finais.

Art. 28. O Plenário do COMDEMA reunir-se-á, no município de Forquilha:

- I - ordinariamente, uma vez por bimestre;
 - II - extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou a requerimento de maioria simples de seus membros.
- § 1º As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de sete dias.

§ 2º A pauta das reuniões ordinárias e respectivos documentos será enviada aos membros do Plenário com antecedência mínima de sete dias.

§ 3º A convocação indicará expressamente a data, hora e local em que será realizada a reunião e conterá a ordem do dia.

Art. 29. As reuniões ordinárias e extraordinárias serão públicas, com a presença de, no mínimo, cinquenta por cento mais um do total de seus membros em primeira convocação, sendo que, em segunda convocação, quinze minutos após, com um terço dos seus membros.

Art. 30. A matéria a ser submetida à apreciação do Plenário poderá ser apresentada por qualquer um dos seus membros e constituir-se-á de:

I - temas relativos a deliberações vinculadas à competência legal do COMDEMA;

II - moção, quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com o município que necessita de encaminhamento, para providências, a outros setores ou esferas de Governo.

§ 1º A matéria de que trata este artigo será encaminhada ao Primeiro Secretário, que proporá ao Presidente sua inclusão na pauta de reunião ordinária, conforme a ordem cronológica de sua apresentação.

§ 2º As decisões e moções serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo ao Primeiro Secretário coligi-las, ordená-las e indexá-las.

Art. 31. As decisões aprovadas pelo Plenário serão encaminhadas pelo Presidente, no prazo máximo de quinze dias, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, cabendo ao Primeiro Secretário encaminhar, no mesmo prazo, as resoluções aprovadas para publicação.

Parágrafo Único. O Presidente poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer matéria aprovada, desde que constatados equívocos, bem como, infrações a normas jurídicas ou impropriedades em sua redação, devendo ser a matéria obrigatoriamente incluída em reunião subsequente do Plenário, acompanhada de proposta de emendas devidamente justificadas.

Art. 32. As reuniões ordinárias terão suas pautas preparadas pelo Primeiro Secretário e aprovadas pelo Presidente, delas constando:

- I - abertura de sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II - leitura do expediente das comunicações e da Ordem do Dia;
- III - deliberação;
- IV - encerramento.

§ 1º A leitura da ata poderá ser dispensada por requerimento de qualquer membro, mediante aprovação do Plenário.

§ 2º As atas deverão ser redigidas de forma sucinta, aprovadas pelo Plenário, assinadas por todos os presentes, e posteriormente publicadas.

§ 3º A presença dos integrantes do COMDEMA, nas Reuniões, verificar-se-á, pela assinatura de seus representantes, titulares ou suplentes, na ata e em livro especialmente destinado para este fim.

Art. 33. A deliberação dos assuntos nas reuniões Ordinária e Extraordinária obedecerá normalmente à seguinte sequência:

- I - o Presidente introduzirá o item incluído na Ordem do Dia, e dará a palavra ao relator que apresentará seu parecer, escrito ou oral;
- II - terminada a exposição, a matéria será posta em discussão, podendo qualquer membro do Plenário apresentar emendas, com a devida justificativa;
- III - encerrada a discussão far-se-á a votação da matéria.

Art. 34. Poderá ser requerida urgência na apreciação, pelo Plenário, de qualquer matéria não constante da pauta.

§ 1º O requerimento de urgência deverá ser subscrito por um mínimo de 3 (três) membros do COMDEMA e poderá ser acolhido a critério do Plenário, se assim o decidir, por maioria simples.

§ 2º O requerimento de urgência será apresentado no início da Ordem do Dia acompanhando a respectiva matéria.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo a qualquer proposta de decisão ou moção, cujo regime de urgência for aprovado, devendo ser incluída obrigatoriamente na pauta da reunião ordinária seguinte, ou em reunião extraordinária convocada na forma do artigo 28, inciso II, deste Regimento.

Art. 35. É facultado a qualquer membro do COMDEMA requerer vista, devidamente justificada, aprovada por maioria simples, da matéria ainda não julgada, ou ainda, solicitar a retirada de pauta de matéria de sua autoria:

§ 1º Quando mais de um membro do COMDEMA pedir vistas sobre a mesma matéria, o prazo de análise deverá ser utilizado conjuntamente pelos mesmos.

§ 2º A matéria retirada para vista, ou por iniciativa de seu autor, deverá ser reapresentada em reunião subsequente, acompanhada de parecer, observado o prazo estabelecido pelo Presidente.

§ 3º Considerar-se-á intempestivo o pedido de vista ou de retirada, após o início da discussão referida no inciso II do artigo 15, deste Regimento, exceto se o pedido for aprovado por um terço dos membros presentes à Assembleia.

Art. 36. A Ordem do Dia observará em sua elaboração o seguinte desdobramento:

I - instalação dos trabalhos pela Presidência do Conselho;

II - discussão e aprovação da ata;

III - discussão de matérias de interesse ambiental;

IV - julgamento de recursos administrativos;

V - constituição de Comissões Técnicas;

VI - agenda livre para, a critério da Presidência do Conselho, serem discutidos ou levados ao conhecimento do Plenário, assuntos de interesse geral;

VII - encerramento da reunião pela Presidência do Conselho.

Art. 37. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de qualidade, justificado por escrito.

§ 1º As votações serão nominais.

§ 2º Qualquer membro do Plenário poderá abster-se de votar.

§ 3º No caso de proposta de reforma do Regimento, o quorum para aprovação será de maioria absoluta do total de votos do Plenário e, uma vez aprovada, será encaminhada ao Poder Executivo Municipal.

§ 4º Por maioria simples entende-se a presença e ou voto concorde de metade mais um dos membros presentes na assembleia.

§ 5º Por maioria absoluta entende-se a presença e ou o voto concorde de metade mais um do total geral de conselheiros, contando-se.

§ 6º Tanto para verificação de maioria simples quanto maioria absoluta será computada apenas a presença de um conselheiro (titular ou suplente) como representante de cada cadeira, não podendo os mesmos serem substituídos por membros da entidade que não tenham sido nomeados conselheiros.

SEÇÃO VI

Das Comissões Técnicas

Art. 38. Poderá a Presidência do COMDEMA, ouvidos os demais membros, constituir Comissões Técnicas.

§ 1º O Conselho poderá constituir tantas Comissões Técnicas, quantos, forem necessários, compostas integralmente ou não, por Conselheiros especialistas e de reconhecida competência.

§ 2º As Comissões técnicas têm por finalidades estudar, analisar e propor soluções através de pareceres consultivos concernentes aos assuntos que forem discutidos em reunião do Conselho,

encaminhando-os previamente à Secretaria Executiva.

§ 3º As Comissões Técnicas serão formadas respeitando-se o limite máximo de 10 (dez) integrantes, sendo de no mínimo 2 (dois) membros do Conselho, titulares ou suplentes, e até 8 (oito) representantes das instituições participantes ou não do Conselho, sugeridos pela Presidência ou pelos Conselheiros e aprovados pelo Plenário, onde o Presidente e o Relator serão eleitos pelos membros da Comissão.

§ 4º Os membros indicados em sessão plenária, para participar das Comissões Técnicas, não poderão ser substituídos posteriormente, a não ser por nova deliberação do Plenário.

§ 5º Na composição das Comissões Técnicas deverá ser considerada a competência e afinidade das instituições representadas com o assunto a ser discutido.

§ 6º Cada instituição representada somente poderá participar simultaneamente de até 3 (três) Comissões Técnicas.

Art. 39. As Comissões Técnicas terão a responsabilidade de examinar e relatar ao Plenário, assuntos de sua competência.

Art. 40. As decisões das Comissões Técnicas serão tomadas por votação da maioria simples de seus membros, cabendo ao seu Presidente além do voto comum, o de qualidade, devidamente justificado.

§ 1º A Presidência da Comissão Técnica poderá relatar assuntos ou designar um Relator a cada reunião.

§ 2º A ausência não justificada de membros das Comissões Técnicas por três reuniões consecutivas ou por cinco alternadas, no decorrer do biênio, implicará na sua exclusão da mesma.

§ 3º A substituição de membro excluído, na hipótese prevista no parágrafo anterior, será proposta pelos demais membros da Comissão Técnica e encaminhada por seu Presidente ao do Conselho.

Art. 41. As reuniões das Comissões Técnicas poderão ser realizadas em caráter excepcional, fora do município, mediante solicitação formal à Secretaria do Conselho.

Art. 42. As reuniões das Comissões Técnicas serão públicas e terão seus assuntos apresentados pelo Relator com o respectivo Parecer, devendo ser convocadas por suas respectivas Presidências com antecipação mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 43. As Comissões Técnicas poderão estabelecer regras específicas para seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria de seus membros, obedecendo ao disposto neste Regimento.

Art. 44. Das reuniões das Comissões Técnicas serão lavradas atas em livro próprio, aprovadas e assinadas pelos seus membros.

CAPÍTULO V

Dos Recursos

Art. 45. Autuado o processo de recurso, será o mesmo remetido à Fundação Ambiental Municipal, para informar e remeter o respectivo processo administrativo em 15 (quinze) dias.

Art. 46. Os processos de recursos que versem sobre matéria idêntica e interposta pelo mesmo interessado, serão distribuídos, por conexão, ao mesmo Relator.

Parágrafo Único. Distribuído o processo de recurso, a entidade representada ficará responsável pelo mesmo, sendo Relator o Conselheiro titular ou suplente que o recebeu.

Art. 47. O relatório elaborado será assinado pelo Conselheiro Relator e sua apresentação será por ele efetuada, ou, quando não for possível, por um dos representantes da entidade responsável pelo processo de recurso, ou ainda, na ausência destes, pela Primeira Secretaria.

§ 1º Os recursos serão distribuídos ao Relator pela Secretaria

mediante sorteio, de forma igualitária, tendo por base a relação dos membros do COMDEMA, abrindo-se prazo de 15 (quinze) dias para a devolução do processo com o respectivo Parecer.

§ 2º No caso de impedimento devidamente justificado pelo Relator no respectivo processo, será este restituído à Secretaria em 5 (cinco) dias sendo imediatamente procedida a redistribuição, abrindo-se novo prazo de 15 (quinze) dias para que o novo Relator ofereça seu Parecer.

§ 3º Mediante solicitação e justificativa escrita dirigida à Presidência, poderá ser concedido prazo maior não superior a 30 (trinta) dias, para o Relator designado apresentar seu Parecer, quando o recurso abranger questões de maior complexidade.

Art. 48. O Conselheiro titular ou suplente, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura não poderá ser Relator ou votar em processo de recursos interpostos de decisão daquela Secretaria. Parágrafo Único. O mesmo critério se aplica a quem entidades a delegadas competências de fiscalização e autuação, nos processos a elas concernentes.

Art. 49. Os membros do Conselho poderão pedir vistas do recurso administrativo, isolada ou concomitantemente, se discordarem do Parecer do Relator, quando do julgamento deste em Plenário, cabendo-lhes elaborar novo Parecer, sendo os Pareceres reapreciados e votados na reunião seguinte, prevalecendo aquele que obtiver o maior número de votos.

§ 1º Somente um pedido de vistas poderá ser concedido a cada membro para cada recurso administrativo, devidamente justificado e aprovado por maioria simples.

§ 2º O Recorrente poderá requerer à Presidência do Conselho, por escrito e até 72 (setenta e duas) horas antes do julgamento de seu recurso, a oportunidade de efetuar sustentação oral em Plenário, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) minutos e deverá ocorrer após a leitura do voto do Relator e antes do julgamento desse pelo Plenário.

§ 3º O relatório elaborado será assinado pelo Conselheiro Relator e sua apresentação em Plenário será efetuada por um dos representantes da entidade membro responsável pelo julgamento do recurso. Na ausência destes, será lido pelo Primeiro Secretário e, em seguida, votado.

§ 4º Os Pareceres dos Relatores, exarados nos recursos, serão feitos por escrito e de maneira padronizada quanto ao seu aspecto formal e terão a sua ementa publicada em Jornal de circulação local, constituindo coisa julgada administrativa e irrecorrível.

Art. 50. A intimação da decisão do Conselho ao recorrente, após a publicação do acórdão no Jornal de circulação local, será efetuada pela Secretaria Executiva.

Art. 51. Transitada em julgado a decisão, será o processo baixado à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura pela Secretaria, para dar cumprimento à decisão do Conselho.

Art. 52. O Presidente decidirá o encaminhamento, em diligência, dos processos de recursos aos órgãos e entidades a pedido do Conselheiro Relator. Parágrafo Único. A diligência interrompe o prazo para a apresentação do relatório pelo tempo que transcorrer.

CAPÍTULO VI

Das Eleições e das Substituições

SEÇÃO I

Das Eleições

Art. 53. A eleição será realizada durante a primeira reunião ordinária mediante votação secreta e a Diretoria Executiva eleita terá um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 54. A Diretoria Executiva será constituída por Presidente,

Vice- Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Art. 55. Poderão votar e ser votados os representantes do Setor público e privado, conforme consta no Artigo 5º.

§ 1º Somente poderão ser votados os membros do COMDEMA que constam na chapa devidamente organizada e apresentada pelo Presidente, ou por um terço dos membros do COMDEMA, no mínimo.

§ 2º Organizada a chapa, deverá a mesma ser encaminhada à Presidência, no mínimo, oito dias antes da Assembleia Geral Eleitoral, com anuência por escrito de todos os seus componentes, para a respectiva impressão e registro em livro próprio da Secretaria.

§ 3º Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maior número de votos dos membros votantes.

§ 4º No caso de empate, proceder-se-á nova votação.

§ 5º Persistindo o empate, será considerada eleita a chapa cujo Presidente tiver a maior idade.

SEÇÃO II

Das Substituições

Art. 56. Os membros do COMDEMA, previstos no artigo 5º deste Regimento, serão substituídos em suas faltas ou impedimentos eventuais, pelos respectivos suplentes, previamente indicados pelas suas instituições de origem e designados pelo Presidente do COMDEMA.

Art. 57. Se ocorrer vacância no cargo de Presidente, a Diretoria Executiva convocará imediatamente uma reunião extraordinária para que eleja e preencha o cargo vago, sempre que para o término do mandato do Presidente faltar mais de 06 (seis) meses, exercendo provisoriamente a presidência, o Vice- Presidente.

§ 1º Se, para o término do mandato do Presidente, faltar menos de 06 (seis) meses, o Vice-Presidente assumirá imediatamente a presidência até o final do mandato.

§ 2º Se houver falta temporária do Presidente, o Vice-Presidente o substituirá até seu retorno à função, respeitando o limite máximo de 06 (seis) meses. Transcorrido este tempo sem que o Presidente tenha reassumido seu cargo, a Diretoria Executiva procederá conforme o caput deste artigo.

§ 3º No caso em que o Plenário não eleja o Presidente, o Conselho continuará sendo presidido pelo Vice-Presidente.

§ 4º No caso de faltas absolutas ou temporárias do Vice-Presidente, que faça às vezes de Presidente, a Presidência será exercida provisoriamente pelo Primeiro e Segundo Secretário, respectivamente.

§ 5º Ocorrendo afastamento do Primeiro Secretário, assumirá o Segundo Secretário. Em caso de vacância no cargo de Primeiro Secretário, quando o término do mandato for superior a 06 (seis) meses, assumirá temporariamente o Segundo secretário e em reunião ordinária far-se-á eleição para o cargo vago.

§ 6º Em caso de vacância no cargo de Vice-Presidente e Segundo Secretário, quando o término do mandato for superior a 06 (seis) meses, em reunião ordinária, far-se-á uma nova eleição para os cargos que estiverem em aberto.

Art. 58. A entidade membro do Conselho que não se fizer representar a três reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativa, receberá comunicação do desligamento de seus representantes e será solicitada a fazer nova indicação de titular e suplente com trinta dias de antecedência da próxima reunião ordinária.

§ 1º A entidade membro do Conselho poderá justificar as ausências somente a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas por ano.

§ 2º A entidade membro do Conselho que após a substituição de seus representantes, por motivo de ausência de seus membros, não se fizer representar a duas reuniões consecutivas, será substituída do COMDEMA por outra entidade.

CAPÍTULO VII
Das Disposições Finais

Art. 59. As reuniões ordinárias e extraordinárias do COMDEMA serão públicas.

Art. 60. A participação dos membros no Conselho é considerada serviço de natureza relevante e não será remunerado.

Art. 61. Toda e qualquer situação omissa neste Regimento será resolvida pelo voto da maioria absoluta dos Conselheiros de acordo com a legislação pertinente.

Art. 62. Este Regimento entrará em vigor a partir da data de sua homologação que será feita através de decreto do executivo.

Forquilha/SC, 20 de novembro de 2014.

Fraiburgo**PREFEITURA****AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002_2015 FMS**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0010/2015 - FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2015 - FMS

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2015-FMS, para inscrição de cinco servidores em curso de atualização para condutores de veículos de transporte coletivo, nos dias 9 e 12 de abril de 2015, na ACIAF - Associação Empresarial de Fraiburgo. Contratada: CAS-TRANS - CURSOS E TREINAMENTOS DE TRANSITO LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 06.093.127/0001-89 Valor e pagamento: R\$ 800,00 (oitocentos reais) até 06.05.2015. Fundamento Legal: Art. 25 "CAPUT" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 08 de abril de 2015.

Nilce Pinz

Secretária Municipal

DECRETO Nº 064/2015

DECRETO Nº 064, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 1.014.808,00 (Um milhão, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e oito reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.01 – Gabinete do Prefeito		
04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (1)	R\$	20.000,00
05.00 –Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (24)	R\$	118.808,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (90)	R\$	220.000,00
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (67)	R\$	210.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0323 (69)	R\$	160.000,00
11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		

08.244.0020.2.046 – Manutenção do fundo Municipal de Assistência social		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (152)	R\$	20.000,00
08.244.0021.2.047 – Manutenção do CRAS		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (161)	R\$	30.000,00
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (168)	R\$	150.000,00
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0511 (169)	R\$	16.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.025 – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - EACS		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0406 (34)	R\$	70.000,00
TOTAL		
	R\$	1.014.808,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.01 – Gabinete do Prefeito		
04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (3)	R\$	20.000,00
05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.1.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos 0.1.0200 (23)	R\$	37.508,00
3.3.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos 0.1.0200 (26)	R\$	17.300,00
3.3.72.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios 0.1.0200 (27)	R\$	39.000,00
3.3.93.00 – Aplicações diretas Decorrente de Operações entre Órgãos 0.1.0200 (29)	R\$	25.000,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (86)	R\$	220.000,00
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (63)	R\$	210.000,00
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0323 (65)	R\$	160.000,00
11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do fundo Municipal de Assistência social		
3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem fins Lucrativos 0.1.0200 (151)	R\$	20.000,00
08.244.0021.2.047 – Manutenção do CRAS		
3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.1.0200 (163)	R\$	20.000,00
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (167)	R\$	10.000,00
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		
3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.1.0200 (170)	R\$	150.000,00

3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.1.0511 (172)	R\$	16.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.025 – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - EACS		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0406 (32)	R\$	70.000,00
TOTAL		
	R\$	1.014.808,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 08 DE ABRIL DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0975/2015

PORTARIA Nº 0975, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0047 de 24 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º. 064/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário OLVINO MORAIS DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 386.115.709-87, na função de OPERADOR DE MÁQUINA - BRITADOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de abril de 2015 até 30 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0976/2015

PORTARIA Nº 0976, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de JANIZERA APARECIDA DE CORDUVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º. 928.515.769-68, contratada em caráter temporário na função de

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0977/2015

PORTARIA Nº 0977, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de PATRICIA APARECIDA GUEDES brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 020.330.479-97, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 13 horas semanais, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0978/2015

PORTARIA Nº 0978, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0642/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 38 (trinta e oito) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ALVINA ALVES DE SOUZA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 960.843.329-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, no período de 09 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0979/2015

PORTARIA Nº 0979, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0644/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 37 (trinta e sete) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 080.073.959-03, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 09 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0980/2015

PORTARIA Nº 0980, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0643/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 29 (vinte e nove) para 31 (trinta e uma) horas semanais a carga horária da servidora FERNANDA APARECIDA MATIAS DALAGNOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 029.610.899-56, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ARTES, no período de 09 de abril de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0981/2015

PORTARIA Nº 0981, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de PAMELA CINTYELLE BARBOSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 095.224.449-79, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas

semanais, a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE CONVOCAÇÃO 11230/2015 - ANDERSON GONCALVES DOS SANTOS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Através do presente Termo de Convocação, nos termos do artigo 133 da Lei Complementar n. 0109/2010, o Prefeito Municipal de Fraiburgo, considerando que o servidor abaixo nominado foi nomeado para o cargo efetivo no dia 03 de novembro de 2014 e que a partir do dia 16 de março de 2015 não mais compareceu ao trabalho, CONVOCA o servidor público municipal ANDERSON GONÇALVES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 072.961.819-66, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, matrícula nº 11230, com carga horária de 40 horas semanais para retornar ao trabalho no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos a contar da publicação da presente convocação no órgão oficial do município.

Fica ciente o servidor convocado que o não comparecimento no prazo estabelecido configura abandono de emprego, sujeitando-se a pena de Demissão, nos termos da Lei n. 0109/2010.

Fraiburgo, 07 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Frei Rogério

PREFEITURA

PRAZO DE VALIDADE DAS ATAS 17; 18 E 19/2014

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que as atas de nº 17; 18 e 19, provenientes do processo licitatório nº 020/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 013/2014, Registro de Preços nº 05/2014, do Município de Frei Rogério, cujo objetivo é a aquisição de Combustíveis e lubrificantes, e contratação de serviços de lavagem de veículos e máquinas, firmadas no dia 08/07/2014, com os seguintes fornecedores:

CESCA & CIA LTDA, FILIAL FREI ROGERIO;

JOSÉ VALDERI DA SILVA E

VAZ COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI - ME, respectivamente, encontram-se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 08 de abril de 2015

Cópias das atas em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 e do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão**PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO 026/2015****EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 026/2015, Edital de Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preço 017/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 22 de abril de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE AGASALHOS, CAMISETAS E BERMUDAS PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS E FINAIS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ARNALDO FRANCISCO DOS SANTOS, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 08 de abril de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Edijane Borella de Almeida

Secretária Mun. de Educação

Garopaba**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO TP006/2015****AVISO DE LICITAÇÃO****TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2015**

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para construção de ponto de ônibus com telhado verde na Praça Governador Ivo Silveira, centro, município de Garopaba -SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e nº 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h55min do dia 24/04/2015. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 24/04/2015, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba - SC, 07 de abril de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

CIRCULAR Nº 001/2015/AFFM/DTF/SMF

SECRETARIA DE FAZENDA

DIRETORIA TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO

Auditoria-Fiscal da Fazenda Municipal

CIRCULAR Nº 001/2015/AFFM/DTF/SMF

Simples Nacional - Exclusão devido à existência de débitos municipais.

A Secretaria Municipal de Fazenda (SMF), Órgão Centralizado da Administração Tributária Local, por meio de sua Auditoria-Fiscal, iniciará, a partir de 1º de junho de 2015, os procedimentos para exclusão do regime tributário do Simples Nacional dos contribuintes que estejam inadimplentes com tributos administrados por este órgão.

A possibilidade de exclusão do regime diferenciado de recolhimentos de impostos e contribuições - Simples Nacional, dos contribuintes que se encontrem devedores, está prevista no artigo 17, V, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para tanto, a SMF emitirá notificações, os quais serão enviados aos contribuintes inadimplentes e/ ou contadores, informando-os acerca da existência de débitos nos sistemas da Prefeitura Municipal de Garopaba.

A discriminação de todos os débitos poderá ser consultada pelo próprio contribuinte e/ou contador no sítio da Prefeitura de Garopaba na internet (www.garopaba.sc.gov.br), ou presencialmente, na unidade de atendimento deste órgão.

Para efetuar a consulta via internet o contribuinte deverá selecionar, sequencialmente, as seguintes opções: "Emissão de documentos" - "emitir" - "guias diversas/guias de ISS/guias de alvarás/guias de IPTU".

Os débitos poderão ser pagos à vista ou ser parcelados.

Também será possível, via internet, que o contribuinte imprima as guias para pagamento à vista da maior parte dos seus débitos. A regularização de todos os débitos dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da notificação implicará o cancelamento automático da exclusão da pessoa jurídica do regime do Simples Nacional, não havendo necessidade de o contribuinte adotar qualquer procedimento adicional.

A não regularização de todos os débitos dentro do prazo citado implicará a exclusão de ofício da pessoa jurídica do Simples Nacional, a partir do ano de 2016.

Aviso Importante: Contribuintes que receberam a notificação de exclusão do Simples Nacional, caso já tenham solicitado o parcelamento na SMF, não serão excluídos por ocasião do processamento final da exclusão. Nesse caso, não há necessidade de se solicitar novo parcelamento.

Garopaba, 06 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS GASPAR
Secretário de Fazenda

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

DECRETO Nº 063/2015

DECRETO N.º 063, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 33.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	33.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	33.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	33.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	33.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	33.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	33.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 064/2015

DECRETO N.º 064, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 43.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	43.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	43.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	43.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 247/2015

PORTARIA N.º 247, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS ELEITOS PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 1.844, de 08 de outubro de 2014, Decreto 035, de 05/03/2015 e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.844 de 08 de outubro de 2014 e do Decreto 035, de 05/03/2015, o(a) Senhor(a) WAGNER NASCIMENTO DE SOUZA, CPF 036.460.329-10 como Presidente, Sra. AGNA MÜLLER, CPF 923.570.400-68, como Vice-Presidente e a Sra. SUZANA APARECIDA CARDOSO, CPF 460.436.409-53 como Secretária do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Garopaba.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 254/2015

PORTARIA N.º 254, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 002/2015, da Comissão de Processo Administrativo, referente à Portaria n.º 968/2014:

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria n.º 968/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 4 DE 08 DE ABRIL DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 4 DE 08 DE ABRIL DE 2015

“Cria a Comissão Especial que irá tratar de assuntos relevantes ao Plano Diretor do Município de Garopaba e dá outras providências”.

LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE,

Art. 1º Fica criada a COMISSÃO ESPECIAL, para tratar de assuntos relevantes ao Plano Diretor do município de Garopaba, que tem o objetivo de reunir, discutir e aprovar as propostas elaboradas pela sociedade em geral por meio de audiências públicas e reuniões setoriais que o Poder Legislativo irá promover.

Parágrafo único. A Comissão será composta por 5 (cinco) membros, mediante indicação do Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, conforme Art. 63, § 4º do Regimento Interno.

Art. 2º A Comissão terá a seguinte composição:

- I. Presidente: Jucélio de Souza Clementino - PP
- II. Vice-Presidente: Roberto Rivelino Vieira - PMDB
- III. Membro: Euclides Sebastião de Almeida Coelho - PMDB
- IV. Membro: Gilmar dos santos ferreira - PMDB
- V. Membro: Jean Ricardo - PP

Art. 3º O prazo de funcionamento da Comissão será de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis mediante requerimento aprovado em

Plenário, pelo prazo que se fizer necessário ao exercício de suas atribuições, devendo submeter relatórios parciais e relatório final à Secretaria da Câmara Municipal de Garopaba.

Art. 4º A Comissão tem por finalidade levantar dados e ações com relação:

- I. As Normas de Uso e Ocupação do Solo;
- II. O Código de Obras;
- III. O Código de Postura;
- IV. Parcelamento do Solo Urbano;
- V. A Lei de Circulação, Transporte e Mobilidade;
- VI. Áreas de Especial Interesse Social e o Perímetro Urbano do Município;
- VII. Mapa Rodoviário Municipal;
- VIII. Definição dos Bairros do Município;
- IX. Regularização das obras do Município.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 08 de abril de 2015.

Luiz Bernardo

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos oitos dias do mês de abril de 2015.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 09/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn

Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 011/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para a possível aquisição de pneus, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da frota de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Garuva.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 23/04/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 07 de abril de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 56/2015

DECRETO Nº 56 DE 07 DE ABRIL DE 2015
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 1861, de 23/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 29.708,62 (vinte e nove mil setecentos e oito reais e sessenta e dois centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1043.2030 Man. de repasses de convênios (educ)	4490	03.32.54	R\$	29.708,62

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 58/2015

DECRETO Nº. 058 de 08 de abril de 2015

"Dispõe sobre a exoneração da senhora Dione Romanzini, do cargo comissionado de Diretora de Administração e Planejamento."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1º. - Fica exonerada, a senhora DIONE ROMANZINI, do cargo comissionado de Diretora de Administração e Planejamento - CC2, subordinada a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, nomeada através do Decreto Nº 247/2013 de 31 de outubro de 2013.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor a contar de 08 de abril de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015

O Prefeito Municipal de Garuva, Sr. José Chaves torna público que fará a 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA para alteração e revisão da Lei Complementar Municipal nº 31/2006 (Plano Diretor). A referida Audiência ocorrerá no dia 24 de abril de 2015, às 19 horas, na Escola Municipal Ernesto Alberto Hattenhauer, situado na Estrada Geral Três Barras, e para ela CONVIDA a população em geral, os representantes de entidades governamentais, não governamentais, setoriais, comunitárias e outras devidamente constituídas, nos seguintes termos:

1) As manifestações orais serão limitadas a 5 (cinco) minutos cada na referida audiência.

2) Até às 13:30 horas do dia 24 de abril de 2015 serão recebidas contribuições, por escrito, as quais deverão ser entregues no Gabinete do Prefeito, em horário de expediente.

A íntegra da discussão e apontamentos da proposta estará disponível a partir do dia 13/04/2015 no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 08 de abril de 2015.

José Chaves
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº SAF-44/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº SAF-44/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC, com sede na Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435 - Praça Getúlio Vargas - Centro - CEP 89.110-000, considerando que existem indefinições, de ordem financeira, que necessitam de solução e que não dependem exclusivamente da Administração Municipal, RESOLVE determinar à empresa ATERPA M. MARTINS S.A. (17.162.983/0001-65), com fundamento no artigo 8º, parágrafo único, parte final, c/c inciso V, § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, a SUSPENSÃO DA CONTAGEM DOS PRAZOS CONTRATUAIS referente ao Contrato nº SAF-44/2012 - obras de Infraestrutura do Contorno Viário de Gaspar/SC PONTE DO VALE E ACESSOS, a partir da data de 20 de março de 2014.

Gaspar/SC, 27 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE CREDENCIAMENTO = PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Município de Gaspar-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, notadamente nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, torna público que fará realizar de 20/4/2015 até 31/12/2015, o CREDENCIAMENTO de EMISSORAS DE RADIO-DIFUSÃO SONORA AM E FM para contratação de serviços contínuos de divulgação dos atos e ações do Legislativo, na forma e condições previstas no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015, Edital de Credenciamento nº 001/2015: TÍTULO: SERVIÇOS CONTÍNUOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS E AÇÕES DO LEGISLATIVO EM EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM. Interessada: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Objeto Resumido: Constitui objeto do Edital o credenciamento de emissoras de radiodifusão sonora em amplitude modulada (AM) e frequência modulada (FM), que sejam sintonizadas no território do Município de Gaspar, interessadas em prestar serviços contínuos de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar, que se darão por meio da veiculação de materiais informativos repassados aos prestadores de serviço pela própria Edilidade, via Assessoria de Imprensa da Casa de Leis, observados os valores e condições constantes do Edital e seus Anexos, notadamente em seu Anexo I - PROJETO BÁSICO e Anexo X - MINUTA DO CONTRATO. Regência: Resolução nº 22/2015, Lei federal nº 8.666/1993 e alterações, e legislação em vigor. Acesso Eletrônico ao Edital: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: Transparência - Licitações - Inexigibilidade).

Prazo de Entrega da Documentação: com início a partir do dia 20/4/2015 e término em 31/12/2015, no horário das 13h às 19h. Local de Recebimento da Documentação: Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por prédio do GASCIC). Comissão Julgadora: Comissão de Licitação instituída e composta conforme Resolução nº 07/2015. O Edital e anexos podem ser obtidos na sede da Câmara Municipal de Gaspar ou através do site: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: Transparência - Licitações - Inexigibilidade).

Gaspar/SC, 2 de abril de 2015.

José Hilário Melato

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

OBJETO: Aquisição de um Refrigerador, Frost Free, 437L; fornecedor: Mercadomoveis Ltda; valor total: R\$ 2.810,00 (dois mil e oitocentos e dez reais). Aquisição de um frigobar, 120L: fornecedor: Colombo S.A. Comércio de utilidades Domésticas; valor total: R\$ 859,00 (oitocentos e cinquenta e nove reais). BASE LEGAL: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 7 de abril de 2015.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Mesa Diretora

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 23/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 23/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM BOMBONA DE 20 LITROS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM GARRAFAS DE 500ML PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/04/2015 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 23/04/2015 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 08 de Abril de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

REVOGAÇÃO DO EDITAL PP 11/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Autos do Processo n.º 05/2015

Pregão Presencial n.º 11/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DE QUADRIL IMPORTADA NÃO CIMENTADA DE CERÂMICA-CERÂMICA - ORDEM JUDICIAL PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

O município de Governador Celso Ramos, por meio da Pregoeira designada pelo Decreto 006/2015, para atuar na área de licitação na modalidade de Pregão Presencial, e em conformidade com o que estabelece a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei 10.520/2002, analisou todas as peças que integram o presente processo licitatório, juntamente com sua equipe de apoio e concluíram pela sua regularidade, observados os enunciados das referidas leis.

Assim sendo, diante dos fatos ocorridos, decidiram pela REVOGAÇÃO do presente processo licitatório.

CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

Observação: O Processo será remetido à autoridade superior para ratificação dos atos e sua efetiva Revogação e Publicação.

Governador Celso Ramos, 26 de Março de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
Pregoeira

www.diariomunicipal.sc.gov.br

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**EXTRATO AO CONTRATO 007/2015**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2015

CONTRATANTE - SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO - COMERCIO DE PEÇAS E MECANICA TEIXEIRA LT-DA-ME

DO OBJETO - 1.200 HORAS DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS , PARA VEÍCULOS LEVES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

VALOR TOTAL R\$ = 68.400,00 (Sessenta e oito mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA - O prazo de vigência deste Contrato será até 31.12.2015

DOTAÇÃO - (8) 33.90.39.19

FUDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº 006/2015

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

Guaraciaba**PREFEITURA****ATA REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 47.2015 PMGBA**

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

CNPJ: 82.821.216/0001-82

RUA ADEMAR DE BARROS, 85

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 48/2015 (Sequência: 1)

PREGÃO PRESENCIAL 41/2015

Processo Administrativo: 47/2015

Processo de Licitação: 47/2015

Data do Processo: 23/03/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA COM 315 VOLUMES DESTINADAS A UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA COM 317 VOLUMES DESTINADAS A UNIDADE DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO QUE SERÃO UTILIZADAS COMO INCENTIVO A LEITURA, CONSIDERANDO QUE É UMA FONTE DE DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DA CRIANÇA.

Às 09:00 horas do dia oito de abril de dois mil e quinze, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 47

/2015, Pregão Presencial 41/2015 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a comissão de apoio

para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa

apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a comissão de

apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de novas propostas e documentação

conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 23

/04/2015, às 10:00 horas no mesmo local, descrito no edital. Publique-se

COMISSÃO:

Guaraciaba, 8 de Abril de 2015

ALDO JUSTINI SALVI - PREGOEIRO

DANIELA DEMARCHI DA SILVA - EQUIPE DE APOIO

ANDRIO DALL AGNOL - EQUIPE DE APOIO

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 23.15 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 33/15, Edital de Pregão Nº 23/15, Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 24/04/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 24/04/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 08 de abril de 2015.
SIRLEI MARIA SCALCO CERETTA,
Ordenadora do FMS

Guaramirim**PREFEITURA****AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO
Edital de Credenciamento nº 06/2015 – FMS
Inexigibilidade de Licitação: 06/2015 – FMS
Objeto: CREDENCIAMENTO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS: CIRURGIA GERAL, CIRURGIA GINECOLÓGICA, ANESTESIOLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA, OFTALMOLOGIA, PROCTOLOGIA, UROLOGIA, CIRURGIA VASCULAR, PSIQUIATRIA, REUMATOLOGIA, NEUROLOGIA.
Entrega dos Envelopes a partir de 13/04/2015 as 08:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site https://guaramirim.atende.net ou pelo fone (47) 3373-0247.
Guaramirim (SC), 8 de abril de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO
Edital de Credenciamento nº 07/2015 – FMS
Inexigibilidade de Licitação: 07/2015 – FMS
Objeto: CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (FARMÁCIAS E DROGARIAS) PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO INCLUSOS NA REMUNE (RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS).
Entrega dos Envelopes a partir de 13/04/2015 as 08:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site https://guaramirim.atende.net ou pelo fone (47) 3373-0247.
Guaramirim (SC), 8 de abril de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITACAO 24 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - Registro de Preço - 24/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA PREDIAL (CORRETIVA E PREVENTIVA), PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO.
Entrega dos Envelopes: 22/04/2015 às 08:30 h
Abertura dos Envelopes: 22/04/2015 às 08:45 h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 08/04/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITACAO 25 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - Registro de Preço - 25/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO.
Entrega dos Envelopes: 22/04/2015 às 10:30 h
Abertura dos Envelopes: 22/04/2015 às 10:45 h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.
GUARAMIRIM (SC), 08/04/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul**PREFEITURA****DECRETO ADMINISTRATIVO 056 E 057_ 2015**

Decreto Administrativo 056/2015.

Nomeia membros da Comissão Municipal do Teste Seletivo, Edital 002/2015 e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 63, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) Senhores(as): Vera Lurdes Segat, Rosa Isabel Montagner, Tatiana Teresinha Zavaski, e Debora Cerioli para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do TESTE SELETIVO, Edital 002/2015, com as incumbências de auxiliarem a Administração na organização, coordenação, fiscalização dos atos de elaboração e concretização de Edital .

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 07 de abril de 2015.

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Administrativo nº 057 /2015.

NOMEIA COMISSÃO DE TESTE SELETIVO, EDITAL 002/2015, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito do Município de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere:

RESOLVE:

Art.1º. Designar: Jussara Reginato e Udimara Vanusa Zanchettiin, brasileiras, representantes da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO TESTE SELETIVO, Edital de nº 002/2015.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art.4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 07 de abril de 2015 - 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação
José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL 054_2015

DECRETO Nº 054/2015, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGA E PUBLICA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL RELATIVO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Classificatório Final (Após os Recursos), dos candidatos que realizaram a prova para os cargos constantes no Edital 001/2015 de Concurso Público, conforme abaixo:

AGENTE ADMINISTRATIVO Modalidade A								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
55	48233 - Mauro Steffens	16/01/1983	6,30	1,40	0,40	8,10	1º	
60	51550 - Ana Paula Vogel	01/08/1996	5,25	1,80	0,40	7,45	2º	
53	49298 - Franciele Schneider	30/01/1991	4,90	1,60	0,60	7,10	3º	
77	50683 - Carina Cristiane Cerioli Thalheimer	18/09/1979	5,60	1,00	0,40	7,00	4º	
52	50294 - Carla Cristina Ludwig	10/03/1988	4,55	1,40	0,80	6,75	5º	
29	48195 - Guilherme Stefanello	17/08/1994	4,90	1,40	0,40	6,70	6º	
48	49965 - Cristina Maria Freddi	05/02/1987	4,90	1,20	0,40	6,50	7º	
44	49218 - Carine Ines Pelisser	06/01/1995	4,90	1,20	0,40	6,50	8º	
43	49471 - Neura Salete Tortora Moreira	21/02/1967	4,20	1,60	0,60	6,40	9º	
72	48125 - Evelyn Gnoatto Machado	18/03/1997	4,55	1,00	0,80	6,35	10º	
33	49170 - Francieli Cichelero	05/09/1992	4,90	1,00	0,40	6,30	11º	
38	48688 - Debora Ceroli	03/11/1991	4,20	1,40	0,40	6,00	12º	
61	48600 - Larissa Andrighi	24/01/1995	4,20	1,40	0,40	6,00	13º	
54	48093 - Luana Kuhn	24/01/1994	4,20	1,20	0,60	6,00	14º	
68	51030 - Helena Cecilia Grimm	07/12/1995	3,85	1,80	0,20	5,85	15º	
74	50302 - Juliana Gattermann	02/03/1995	3,85	1,60	0,40	5,85	16º	
28	48793 - Mariana Julia Paim Campos	06/06/1994	3,85	1,20	0,80	5,85	17º	
63	51265 - Marcilene Maria Menegassi	19/12/1994	3,85	1,20	0,80	5,85	18º	
26	51798 - Ana Paula Marques Kappes Vogel	16/02/1987	4,20	1,40	0,20	5,80	19º	
71	50383 - Cleiton Jose Hartmann	03/06/1994	3,50	1,60	0,60	5,70	20º	
76	48131 - Andressa Neitzke	07/08/1996	4,20	1,00	0,40	5,60	21º	
51	51727 - Joao Paulo Garcias Nascimento	02/05/1992	3,50	1,20	0,80	5,50	22º	
45	51851 - Chaiane Taina Sartori	30/06/1995	3,85	1,20	0,40	5,45	23º	
47	48120 - Susane Kamer	15/01/1993	4,20	0,60	0,60	5,40	24º	
32	50965 - Tieli Ana Funghetto	31/10/1992	3,85	1,20	0,20	5,25	25º	
42	48101 - Fernanda Bosa	28/03/1990	3,15	1,60	0,40	5,15	26º	
66	49634 - Camila De Oliveira	17/09/1997	3,50	1,00	0,60	5,10	27º	
31	48084 - Patricia Piran	17/03/1996	3,85	1,00	0,20	5,05	28º	
39	49781 - Suzani Raquel Dettenborn	23/02/1997	3,15	1,20	0,60	4,95	29º	
41	51179 - Fagner Vinicius Salvi	19/06/1982	2,80	1,60	0,40	4,80	30º	
49	49840 - Karine Mantovanigregianin	23/12/1995	3,15	1,60	0,00	4,75	31º	
37	50752 - Cleide Scher	30/10/1980	3,15	1,40	0,20	4,75	32º	
75	51685 - Jackeline Cembrani	24/05/1995	3,15	1,20	0,40	4,75	33º	
62	51445 - Dimitry Ricardo Ruckhaber Da Rosa	27/07/1997	2,80	1,20	0,60	4,60	34º	

69	51617 - Lucas Leonardo Kureck	17/03/1996	3,15	1,00	0,40	4,55	35º	
40	48669 - Carla Marcon	04/03/1991	2,80	1,40	0,20	4,40	36º	
50	48220 - Luana Carla Pesente	07/06/1997	2,80	1,20	0,40	4,40	37º	
65	50734 - Sheila Regina Sturm	08/05/1990	2,80	1,00	0,60	4,40	38º	
30	51753 - Vanusa Simone Muller	01/07/1977	2,80	1,20	0,20	4,20	39º	
64	51785 - Marine Rudiane Rauber	21/02/1995	2,80	1,00	0,40	4,20	40º	
36	51622 - Tania Salete Galiuzzi	23/05/1966	2,45	1,00	0,40	3,85	Desc.	
35	51653 - Cleidiane Ribeiro Werner	16/09/1993	2,80	1,00	0,00	3,80	Desc.	
27	48202 - Tatiane Mezzalira	16/04/1996	2,10	1,20	0,40	3,70	Desc.	
34	48258 - Flavia Rosana Pinheiro Schneider	02/12/1991	2,10	1,20	0,20	3,50	Desc.	
67	51786 - Veronice Keli Schwantes	11/07/2015	1,40	1,00	0,60	3,00	Desc.	
70	51650 - Cleonara De Lima	18/09/1990	1,40	0,80	0,40	2,60	Desc.	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA III - ESF 2) | Modalidade A

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
78	51720 - Simone Kamer	07/07/1989	4,55	1,40	0,40	6,35	1º	
93	51767 - Luana Ely	12/03/1993	4,90	1,00	0,20	6,10	2º	
80	51642 - Simony Marques De Mello	15/04/1990	4,90	0,80	0,40	6,10	3º	
83	51698 - Dayane Eva Lebens	26/03/1996	4,20	1,40	0,40	6,00	4º	
91	51539 - Tania Lucia Da Silveira	18/05/1968	4,20	1,40	0,20	5,80	5º	
81	51819 - Edina Albrecht	05/09/1989	4,20	1,00	0,60	5,80	6º	
82	48080 - Taiana Cristina Vinciguerra	13/01/1997	3,85	1,20	0,20	5,25	7º	
84	49447 - Luiz Fernando Neuls	18/08/1996	3,85	1,00	0,40	5,25	8º	
89	50629 - Patricia Wahlbrink	02/10/1995	3,15	1,20	0,80	5,15	9º	
94	51771 - Luciane Dreyer Da Cruz	19/05/1982	3,50	0,80	0,60	4,90	10º	
87	48193 - Marieli Cristina Fantinel	17/07/1997	2,80	1,60	0,20	4,60	11º	
85	49229 - Vandreia Aparecida Vieira	13/11/1982	3,85	0,60	0,00	4,45	12º	
90	51709 - Clarice Theis	20/01/1963	3,15	0,80	0,40	4,35	13º	
88	50603 - Liane Scher	14/10/1977	3,85	0,20	0,20	4,25	14º	
79	51670 - Patricia Sopran	09/05/1997	2,45	1,20	0,40	4,05	15º	
86	51717 - Marcia Regina Fantinel Wathier	05/12/1981	3,15	0,60	0,20	3,95	Desc.	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA II – ESF 1) | Modalidade A

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
102	51701 - Ivone Nordio	15/10/1983	4,55	1,40	0,20	6,15	1º	
98	48297 - Amanda Poliana De Moura Goetz	28/12/1991	4,55	1,00	0,60	6,15	2º	
97	51492 - Marcia Henicka	29/08/1982	3,50	1,40	0,60	5,50	3º	
96	48177 - Ines Elwanger Justen	05/01/1986	4,20	1,00	0,20	5,40	4º	
101	49261 - Rosana Aparecida Inacio Sangalli	10/08/1988	3,85	1,00	0,20	5,05	5º	
95	51031 - Darciane Hart	25/06/1987	3,50	1,20	0,20	4,90	6º	
99	51609 - Maiara Balerini	11/06/1996	1,75	1,40	0,20	3,35	Desc.	
100	51742 - Vanessa Salete Vieira	21/09/1991	1,05	0,40	0,40	1,85	Desc.	

AGENTE DE APOIO OPERACIONAL | Modalidade A

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
117	51093 - Veridiana Fatima Barth	07/02/1982	5,60	1,80	0,60	8,00	1º	
108	51759 - Marilia Soligo	18/12/1982	5,60	1,60	0,60	7,80	2º	
103	50450 - Jussani Laux	26/10/1971	5,25	1,80	0,40	7,45	3º	
109	49824 - Fernanda Perondi Trecco	02/05/1995	5,25	1,60	0,60	7,45	4º	
104	51813 - Selso Altemir Schmidt	07/12/1974	4,90	1,40	0,80	7,10	5º	
114	50969 - Vanessa Foggatto De Maman	04/10/1993	5,25	1,40	0,40	7,05	6º	
113	48430 - Adriana Frohlich	08/12/1985	4,90	1,80	0,20	6,90	7º	

106	50618 - Eliana Favretto	30/07/1971	4,90	1,60	0,40	6,90	8º	
107	49984 - Charlise Maria Wolfart	10/08/1991	4,90	1,60	0,40	6,90	9º	
116	51618 - Adriana Flores	25/11/1988	3,85	1,20	0,20	5,25	10º	
110	51828 - Serli Ana Schmidt	27/05/1970	3,50	1,40	0,20	5,10	11º	
111	50588 - Patricia Edineia Da Silva Mallmann	29/01/1984	3,85	1,00	0,20	5,05	12º	
112	49668 - Noeli Teresinha Wikowski	24/02/1979	2,80	1,60	0,40	4,80	13º	
105	48684 - Silvani Amann	04/10/1984	2,80	1,40	0,40	4,60	14º	
120	51634 - Ivani Lenir Dickel	05/10/1962	2,80	0,80	0,60	4,20	15º	
115	50519 - Lais Regina Reolon	14/07/1995	1,75	0,80	0,20	2,75	Desc.	
121	50358 - Normelio Ruckhaber	17/05/1959	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.	
ENGENHEIRO CIVIL Modalidade A								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
124	48309 - Maisa Philippsen	17/10/1992	5,95	1,40	1,00	8,35	1º	
127	48650 - Fernando Jose Da Silva	31/07/1993	5,95	0,80	1,00	7,75	2º	
130	51635 - Edineia Rontani Chiele	02/06/1991	5,25	1,40	1,00	7,65	3º	
133	51673 - Gisabel Lucia Hermes	31/07/1989	4,90	1,60	1,00	7,50	4º	
126	48959 - Andre Felipe Schlickmann	04/03/1993	5,95	0,60	0,80	7,35	5º	
129	51311 - Daniel Wilk Junior	06/10/1989	4,90	1,40	0,80	7,10	6º	
132	51792 - Thais Casagrande	27/01/1992	4,55	1,20	0,80	6,55	7º	
135	48683 - Mariel Perin	14/11/1981	3,85	1,40	1,00	6,25	8º	
123	51658 - Alexandre Fernando Picoloto	16/11/1989	3,50	1,40	1,00	5,90	9º	
131	49159 - Debora Volkweis	28/03/1986	3,50	1,20	0,80	5,50	10º	
128	51749 - Gustavo Wellington Britz	02/07/1993	3,85	1,00	0,40	5,25	11º	
125	51715 - Lucas Zanatta	22/01/1994	3,15	1,20	0,80	5,15	12º	
134	48550 - Elison Junior Do Kesne	18/05/1989	3,15	0,80	1,00	4,95	13º	
FARMACÊUTICO Modalidade A								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
145	48240 - Laura Costa Curta	27/05/1982	3,50	1,00	0,80	5,30	1º	
137	49101 - Claudio Conte Junior	25/04/1983	3,85	0,80	0,40	5,05	2º	
144	49113 - Jaqueline Casagrande	24/08/1985	2,80	1,20	1,00	5,00	3º	
141	51774 - Fabiane Cristina Spironello	25/12/1991	2,80	1,00	0,60	4,40	4º	
140	50049 - Karoline Lazarotto	15/09/1992	2,45	1,00	0,20	3,65	Desc.	
139	50582 - Dinara Karla Tumelero	18/08/1993	2,45	0,20	0,40	3,05	Desc.	
138	50976 - Ediane Fatima Frozza	16/01/1994	1,75	0,60	0,40	2,75	Desc.	
FISCAL DE OBRAS Modalidade A								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
178	51566 - Lidiane Isabel Ruhoff	13/12/1986	4,90	1,60	0,80	7,30	1º	
163	51388 - Claudemir Fernando Anschau	08/12/1989	4,55	2,00	0,60	7,15	2º	
147	48130 - Franciane Baseggio	03/03/1986	4,20	1,80	0,80	6,80	3º	
183	48454 - Vanderlisze Ribeiro Alves	08/09/1990	3,50	2,00	0,80	6,30	4º	
176	49412 - Poliana Venturini Della Flora	20/12/1994	4,55	1,00	0,60	6,15	5º	
152	51176 - Renan Rodolfo Pinheiro	16/10/1991	4,20	1,40	0,40	6,00	6º	
155	51675 - Clederson Jardel Poersch	21/12/1993	3,85	1,20	0,40	5,45	7º	
159	48088 - Daniela Alves Righi	29/05/1995	3,15	1,20	0,40	4,75	8º	
179	49440 - Carla Daiane De Oliveira Moraes	23/03/1992	2,45	1,60	0,60	4,65	9º	
177	48860 - Patricia Kieling	04/09/1991	2,80	1,40	0,40	4,60	10º	
146	48199 - Daniel Henrique Schmidt	14/04/1993	2,80	1,40	0,20	4,40	11º	
158	51837 - Gessica Cordeiro	06/09/1992	2,80	1,20	0,40	4,40	12º	
175	51665 - Janice Rosa Colombo Conte	05/02/1983	2,80	1,00	0,20	4,00	13º	
150	51765 - Adriana Fatima Lauxen	05/01/1986	2,80	1,00	0,20	4,00	14º	

164	48243 - Gian Liberalesso	13/03/1993	2,10	1,40	0,40	3,90	Desc.	
173	51836 - Geovani Jose Sturm	18/01/1987	2,10	1,40	0,40	3,90	Desc.	
156	51776 - Jandir Jose Hartmann	24/08/1985	2,10	1,40	0,20	3,70	Desc.	
166	51849 - Sadi Da Cruz	17/02/1968	2,10	1,20	0,40	3,70	Desc.	
167	48083 - Rubia Taizi Caramori	11/01/1987	2,10	1,20	0,40	3,70	Desc.	
169	51780 - Ianara Paula Casaril	27/07/1988	2,10	1,40	0,20	3,70	Desc.	
165	50283 - Cassia Regina Grun Germano Cerioli	12/06/1987	2,45	1,00	0,20	3,65	Desc.	
168	49223 - Giovana Sotilli	24/11/1996	2,45	1,00	0,20	3,65	Desc.	
174	48166 - Gesica Dinamara Hoesel	22/07/1992	1,75	1,40	0,40	3,55	Desc.	
180	51101 - Elson Bohnenberger	29/10/1968	2,10	1,00	0,40	3,50	Desc.	
148	51802 - Rosmeri Battisti	06/03/1986	1,40	1,40	0,40	3,20	Desc.	
162	51833 - Jones Isaquiel Da Rosa Hart	14/02/1989	1,40	1,20	0,60	3,20	Desc.	
161	51671 - Jonas Cassiano Kuhn	02/08/1983	1,75	1,20	0,20	3,15	Desc.	
184	49236 - Enrique De Moura	03/04/1996	1,75	1,20	0,20	3,15	Desc.	
151	50183 - Sydney Marques De Mello	01/04/1993	1,05	1,40	0,60	3,05	Desc.	
181	51278 - Hilario Miguel Rohr	11/11/1987	1,05	1,20	0,80	3,05	Desc.	
160	51372 - Fabiana Karen Mello De Bairro	14/05/1995	1,40	1,40	0,20	3,00	Desc.	
153	51754 - Alex Junior Gossler	27/06/1995	1,05	0,80	0,80	2,65	Desc.	
149	51663 - Jhonimar Chanadu Da Costa	28/09/1988	1,40	1,00	0,00	2,40	Desc.	
157	51519 - Andre Luis Thalheimer	28/04/1991	1,05	0,80	0,40	2,25	Desc.	
172	51360 - Marлизete Aparecida Rauber	08/05/1975	0,70	1,20	0,00	1,90	Desc.	
182	51639 - Willian De Mello	15/03/1986	0,70	0,60	0,40	1,70	Desc.	
154	49198 - Lucas Kuhn Taube	08/04/1995	0,70	0,60	0,20	1,50	Desc.	
FISCAL SANITÁRIO Modalidade A								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
186	50663 - Suelly Thais Reinisch Da Rosa	06/02/1995	5,60	1,40	0,20	7,20	1º	
185	51804 - Emanueli Gubert Delevatti	22/09/1989	5,25	0,80	0,80	6,85	2º	
189	51651 - Maria Neriane Volkweis Eckert	22/05/1983	4,55	1,40	0,40	6,35	3º	
187	51834 - Vani Teresinha Jora De Oliveira	20/07/1974	4,20	1,80	0,20	6,20	4º	
191	48657 - Ivo Pedro Schmitt	07/03/1983	4,55	0,60	0,80	5,95	5º	
190	50194 - Susimara Sewald	02/09/1996	3,85	0,80	0,60	5,25	6º	
188	50805 - Janete Terezinha Mayer	07/02/1969	3,85	1,00	0,20	5,05	7º	
GARI Modalidade A								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
196	49469 - Marcia Maria Moreira	27/05/1977	4,90	1,80	0,60	7,30	1º	
199	51808 - Ivonete Da Conceicao Guimaraes	07/04/1979	5,25	1,20	0,60	7,05	2º	
195	51049 - Ines De Souza	18/04/1991	4,20	1,20	0,40	5,80	3º	
198	50380 - Nelci Terezinha Schmitt Mallmann	24/05/1977	4,20	0,80	0,20	5,20	4º	
197	51620 - Delcidio Joao Kieling	09/11/1985	3,50	1,20	0,20	4,90	5º	
194	49086 - Jair Schmitt	21/04/1977	1,05	0,60	0,40	2,05	Desc.	
200	51643 - Cristiano Machado	17/05/1986	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.	
MONITOR DE CRECHE Modalidade A								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
241	48285 - Sirlene Beatriz Lawless Keiber	13/04/1967	5,60	1,80	0,40	7,80	1º	
223	49096 - Ediane Daniela Dahmer	26/02/1995	5,95	1,20	0,40	7,55	2º	
222	49491 - Alana Bosa	07/12/1982	5,25	1,40	0,80	7,45	3º	
221	49167 - Catussa Bosa	25/01/1981	5,95	1,00	0,40	7,35	4º	
218	51432 - Cleusa Teresinha Amann	14/04/1969	5,25	1,60	0,40	7,25	5º	
209	51623 - Francieli Cristina Mayer Kafer Klauch	07/01/1986	5,25	1,40	0,60	7,25	6º	
236	51058 - Sueli Maria Welter	20/03/1959	4,90	1,40	0,80	7,10	7º	

229	50595 - Magda Fernanda Budtinger	04/01/1991	5,25	1,40	0,40	7,05	8º	
206	51192 - Geneci Ochoa Brixner	11/02/1983	4,55	1,60	0,80	6,95	9º	
244	50844 - Marlene Lucia Bourscheidt	26/07/1984	4,90	1,00	1,00	6,90	10º	
228	48806 - Isaura Reichert	23/05/1982	5,25	1,20	0,40	6,85	11º	
203	51676 - Fernanda Seibel	03/04/1993	5,25	1,20	0,40	6,85	12º	
245	51677 - Jaqueline Leticia Stalter	27/04/1994	4,55	1,60	0,60	6,75	13º	
225	49977 - Cristiane Sales De Moura	20/12/1990	4,55	1,40	0,80	6,75	14º	
227	48105 - Sibeli Vettorazzi	11/03/1995	4,90	1,20	0,60	6,70	15º	
231	48431 - Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen	23/02/1979	4,90	1,00	0,80	6,70	16º	
239	50245 - Juliane Kafer	26/12/1990	5,25	1,00	0,40	6,65	17º	
204	51737 - Elisiane Alves	28/08/1987	4,55	1,40	0,60	6,55	18º	
224	50872 - Debora De Oliveira Perondi	29/07/1991	4,90	1,20	0,40	6,50	19º	
217	48256 - Idiane Perosso	06/11/1995	4,55	1,20	0,60	6,35	20º	
226	48077 - Cleide Luzia Gabriel	13/11/1974	4,90	1,20	0,20	6,30	21º	
219	51612 - Ione Terezinha Rosembach	11/10/1977	4,90	1,20	0,20	6,30	22º	
210	48588 - Franciela Triches	20/10/1985	4,90	1,20	0,20	6,30	23º	
220	49372 - Camila Orth	19/09/1990	4,90	1,20	0,20	6,30	24º	
207	51668 - Daniela Lucia Spironello	30/05/1991	4,90	1,00	0,40	6,30	25º	
232	50920 - Juliana Fusieger	29/05/1989	4,90	0,80	0,60	6,30	26º	
211	48300 - Deise Cristina Da Silva Rockenbach	19/06/1993	4,90	0,80	0,60	6,30	27º	
233	51636 - Sueli Conceicao Da Silva	06/05/1970	5,25	1,00	0,00	6,25	28º	
205	48293 - Aline Cristina Dittrich	16/02/1989	4,55	1,40	0,20	6,15	29º	
208	49682 - Carolina Joaquina Trevisan	24/06/1989	4,55	1,00	0,60	6,15	30º	
235	48582 - Marinez Salete Justen	12/04/1982	4,90	1,00	0,20	6,10	31º	
213	50374 - Aline Barth	25/10/1996	3,85	1,60	0,60	6,05	32º	
243	50269 - Karina Aparecida Kieling	30/10/1995	4,20	1,40	0,40	6,00	33º	
247	49087 - Jessica Daiane De Campos Stefan	09/10/1993	4,20	1,20	0,60	6,00	34º	
240	51075 - Karlina Elizabete Back	25/05/1984	4,20	1,20	0,40	5,80	35º	
202	49114 - Francieli Meneghel	02/05/1992	3,85	1,20	0,40	5,45	36º	
216	50758 - Fabiane Fatima Kramer Hoesel	09/01/1993	3,85	1,20	0,40	5,45	37º	
234	48586 - Leonice Maria Bianchi	10/12/1981	3,85	1,00	0,60	5,45	38º	
201	51616 - Carine De Moura Matteus	03/04/1996	4,20	1,00	0,20	5,40	39º	
230	51186 - Mara Regina Deves Budtinger	27/10/1985	3,85	0,80	0,40	5,05	40º	
238	51829 - Rafaela Lais Klaus	30/07/1992	3,15	1,00	0,60	4,75	41º	
215	48869 - Daiani Foretti	23/05/1991	3,85	0,80	0,00	4,65	42º	
237	48766 - Jucimiriam Costa Welter	02/09/1964	3,50	0,60	0,20	4,30	43º	
214	48253 - Edineia Kiesel	21/01/1996	3,50	0,40	0,20	4,10	44º	
242	49148 - Teresinha Correa De Souza	24/02/1962	0,70	0,80	0,40	1,90	Desc.	
212	48248 - Evelin Camila Zibetti	06/08/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.	

NUTRICIONISTA (ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO) | Modalidade A

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
249	51440 - Karine Lazarotto	15/09/1992	5,60	1,20	0,40	7,20	1º	
254	48617 - Elisa Da Silva	20/09/1982	3,85	1,80	0,60	6,25	2º	
248	50620 - Rafaela Da Silva Dorneles	15/07/1987	4,20	1,00	0,60	5,80	3º	
253	51820 - Marcia Andreia Fernandes	19/05/1992	2,80	1,20	0,60	4,60	4º	
251	51736 - Josiane Sinhori	08/11/1988	2,80	0,80	0,80	4,40	5º	
252	51235 - Carla Daliana Damasceno	31/08/1988	3,50	0,60	0,20	4,30	6º	
250	51638 - Aline Vanin	29/01/1990	2,45	0,80	0,60	3,85	Desc.	

NUTRICIONISTA (ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE) | Modalidade A

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
255	48360 - Indiara Alnoch	17/07/1987	4,90	1,40	0,40	6,70	1º	

257	49267 - Mayara Faim Dos Santos	03/12/1992	4,20	1,00	0,20	5,40	2º	
256	51747 - Cintia Mara Ansolin	08/05/1992	3,85	0,80	0,60	5,25	3º	
258	49221 - Janaina Terezinha Hendges	20/11/1991	3,15	1,60	0,40	5,15	4º	
TÉCNICO EM ENFERMAGEM Modalidade A								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
356	51542 - Adriana Scwirke	21/09/1988	3,85	1,40	0,40	5,65	1º	
354	49045 - Simone Prates Dos Santos	11/10/1986	3,50	0,60	0,40	4,50	2º	
355	51136 - Fabiane Somera	23/02/1981	3,15	0,80	0,20	4,15	3º	
TESOUREIRO Modalidade A								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
379	48191 - Janice Ines Riffel	07/10/1984	5,60	1,40	0,80	7,80	1º	
370	51787 - Graciela Neumann	21/01/1984	5,25	1,60	0,80	7,65	2º	
374	48284 - Jonara Agnes Klain	31/10/1976	5,60	1,40	0,20	7,20	3º	
360	51762 - Edemar Luiz Griebler	07/05/1988	4,55	1,40	1,00	6,95	4º	
362	51353 - Daiane Pagno	31/01/1987	5,25	1,00	0,40	6,65	5º	
359	51830 - Marisa Elena Welter Reinisch	09/03/1969	4,55	1,40	0,40	6,35	6º	
381	51683 - Tatiane Kremer	01/12/1986	4,90	1,00	0,40	6,30	7º	
375	49429 - Carla Teresinha Kaiser	24/06/1989	3,85	1,60	0,40	5,85	8º	
378	51068 - Casiane Cristina Sbardelotto Salles	27/02/1981	4,20	1,00	0,40	5,60	9º	
358	51596 - Eliane Aparecida Welter	12/10/1971	3,85	1,20	0,40	5,45	10º	
364	51755 - Angela Fantinel	22/09/1988	3,85	1,00	0,60	5,45	11º	
368	51608 - Vanio Pasolini	24/08/1987	3,85	0,80	0,80	5,45	12º	
372	51794 - Cheila Maria Muller	29/12/1992	3,85	0,80	0,80	5,45	13º	
376	51846 - Ilceo Bariviera	05/03/1959	3,15	1,40	0,80	5,35	14º	
365	51842 - Lauro Silvestre Massmann	11/05/1952	3,85	1,00	0,40	5,25	15º	
371	51806 - Gilmar Klaus	07/11/1971	3,85	0,80	0,60	5,25	16º	
373	48102 - Gabriela Inez Rovedder	21/04/1996	2,80	1,60	0,80	5,20	17º	
361	51707 - Cesar Luis Theis	10/10/1983	3,15	1,40	0,60	5,15	18º	
380	49187 - Silvana Da Rosa	19/03/1987	3,85	1,20	0,00	5,05	19º	
367	51718 - Isete Maria Bassani Rosa	22/07/1969	3,15	1,40	0,40	4,95	20º	
369	48179 - Marivete Hentz Dresch	27/07/1976	3,85	1,00	0,00	4,85	21º	
377	48767 - Jaqueline Aparecida Santin	04/01/1978	2,80	1,40	0,40	4,60	22º	
357	48757 - Simone Silva Carneiro	10/08/1978	2,80	1,20	0,20	4,20	23º	
363	50997 - Sergio Antonio Gheller	24/10/1967	2,45	1,00	0,60	4,05	24º	
CONDUTOR DE VEÍCULOS Modalidade B								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
14	51799 - Genair Cavalheiro Martins	12/11/1990	1,60	0,70	0,18	5,20	7,68	1º
17	51730 - Wilmar Reinisch	06/07/1968	1,30	0,63	0,18	5,40	7,51	2º
4	51731 - Cristovao Maggioni	24/04/1990	1,60	0,49	0,18	5,20	7,47	3º
19	51538 - Rogerio Hart	10/03/1980	1,40	0,56	0,18	5,30	7,44	4º
7	49256 - Pablo Armani Binsfeld	24/04/1990	1,40	0,70	0,30	5,00	7,40	5º
15	51625 - Clovis Neimar Reichert	17/05/1976	1,30	0,49	0,24	5,10	7,13	6º
6	50877 - Josue Perondi	20/04/1986	1,50	0,35	0,12	5,00	6,97	7º
21	51735 - Claudio Barichello	19/06/1976	1,30	0,28	0,18	5,20	6,96	8º
9	50697 - Eloie Serafim Plaut	15/05/1970	1,00	0,42	0,18	5,30	6,90	9º
16	51758 - Daniel Fernando Petry	22/01/1980	1,80	0,70	0,30	4,00	6,80	10º
20	51406 - Mario Paulo Kinzel	09/10/1963	1,70	0,42	0,12	4,00	6,24	11º
8	51680 - Olenir Spielmann	29/12/1976	1,50	0,49	0,12	4,00	6,11	12º
18	50422 - Jurandir Mendes Martins	16/04/1978	1,40	0,35	0,06	3,50	5,31	13º

22	51610 - Arcadio Jose Schmitt	23/01/1975	0,50	0,21	0,06	5,30	0,77	Desc.
10	51155 - Marciel Rohenkohl	24/09/1993	1,60	0,56	0,30	3,20	2,46	Desc.
5	49061 - Clovis Reni Radtke	12/09/1977	1,80	0,70	0,30	0,00	2,80	Desc.
23	51355 - Jossemar Bonmann	23/09/1987	1,50	0,56	0,18	3,60	2,24	Desc.

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | Modalidade B

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
272	49339 - Jucimar Schutz	26/06/1986	1,70	0,70	0,24	5,20	7,84	1º
280	48522 - Clairton Idacir Schneider	11/07/1984	1,50	0,63	0,24	5,40	7,77	2º
275	49800 - Genoir Da Silva	17/04/1988	1,40	0,63	0,30	5,20	7,53	3º
267	51770 - Neimar Ortolan	18/09/1981	1,50	0,70	0,30	4,90	7,40	4º
274	51681 - Luciano Lucas Vargas Jacques	30/07/1991	1,30	0,49	0,24	5,30	7,33	5º
290	51733 - Denacir Epping	29/05/1982	1,40	0,56	0,24	5,10	7,30	6º
288	48910 - Claudemir Jose Rohr	15/03/1989	1,60	0,70	0,18	4,60	7,08	7º
270	50755 - Ederson Collett	13/01/1985	1,50	0,63	0,24	4,70	7,07	8º
271	51679 - Luiz Gomercindo	27/12/1967	1,10	0,42	0,12	5,30	6,94	9º
287	51702 - Cristiano Gilberto Taube	23/03/1988	1,30	0,49	0,24	4,80	6,83	10º
269	51696 - Andre Luiz Backes	05/11/1991	1,20	0,56	0,12	4,80	6,68	11º
281	49448 - Lissandro Corteiro Machado	20/02/1980	1,20	0,42	0,12	4,90	6,64	12º
265	48257 - Paulo Roberto Schneider	27/07/1985	1,20	0,56	0,24	4,40	6,40	13º
283	51823 - Leomar Luiz Barbosa	03/03/1993	1,60	0,49	0,24	4,00	6,33	14º
282	48081 - Lucas Schmiddel	26/05/1994	1,30	0,70	0,18	4,10	6,28	15º
262	50509 - Ronaldo Antonio Stalter	25/01/1985	1,30	0,56	0,18	4,20	6,24	16º
260	48264 - Rodrigo Hart	28/08/1983	1,30	0,63	0,12	4,00	6,05	17º
284	51500 - Gilmar Dickel Banfi	14/07/1989	1,30	0,56	0,18	4,00	6,04	18º
268	48249 - Felipe Alecio Webler	23/10/1994	1,90	0,63	0,24	3,00	2,77	Desc.
273	51844 - Geomar Andre Vogel	25/02/1984	1,80	0,63	0,18	3,70	2,61	Desc.
289	48823 - Junior Cristiano Furtim	14/05/1989	1,50	0,70	0,18	3,40	2,38	Desc.
291	48141 - Luciano Siqueira Ely	23/12/1990	1,40	0,56	0,30	2,90	2,26	Desc.
259	50406 - Taivan Bergmann	07/04/1994	1,40	0,63	0,12	3,80	2,15	Desc.
266	51699 - Marcelino Fernando Schneider	27/01/1990	1,40	0,56	0,18	3,50	2,14	Desc.
261	48106 - Maicom Renan Seibel	10/08/1994	1,30	0,56	0,24	3,70	2,10	Desc.
264	48678 - Rodrigo Becker	15/09/1988	1,30	0,56	0,12	3,70	1,98	Desc.
286	51839 - Gleber Morgenstern	31/07/1976	1,30	0,42	0,24	3,90	1,96	Desc.
292	51076 - Luizandro De Lara Albuquerque	11/10/1987	1,00	0,49	0,06	3,80	1,55	Desc.
285	50425 - Claudenir Luiz Simch	18/11/1994	0,80	0,56	0,18	3,80	1,54	Desc.

PROFESSOR NÍVEL I (EDUCAÇÃO INFANTIL) | Modalidade C

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Pontos Títulos	Total	Class.
315	48424 - Franciele Fernanda Carossi	04/02/1991	5,70	1,20	0,20	2,00	9,10	1º
300	51684 - Cristiana Marcia Justen	06/07/1982	5,70	1,05	0,30	2,00	9,05	2º
293	48112 - Janeffer Scholl	01/11/1985	5,40	0,90	0,50	2,00	8,80	3º
314	48572 - Angela Cristina Both	04/08/1977	5,10	0,75	0,30	2,00	8,15	4º
317	48277 - Janizes Ana Zanata	12/01/1981	5,10	0,75	0,30	2,00	8,15	5º
305	51672 - Cleidi Da Rosa Alves	11/10/1978	4,80	1,20	0,10	2,00	8,10	6º
318	48392 - Cristina Ines Griebler Dotti	03/10/1989	4,80	1,20	0,10	2,00	8,10	7º
298	49248 - Ivandra Maria Savariz De Oliveira	14/11/1974	5,10	0,60	0,20	2,00	7,90	8º
295	51761 - Juliana Miola Martini	05/06/1985	4,80	0,60	0,40	2,00	7,80	9º
316	48252 - Beatriz De Mello Martini	21/09/1984	4,80	0,75	0,00	2,00	7,55	10º
307	50895 - Sandra Luiza Back	25/04/1994	5,40	0,75	0,30	1,00	7,45	11º
301	49966 - Joceli Zaneti	02/07/1975	4,50	0,75	0,20	2,00	7,45	12º
313	51660 - Ana Paula Teixeira	17/01/1991	5,10	0,75	0,40	1,00	7,25	13º

308	51457 - Dalticleia Soares Machado Wolfart	13/04/1967	3,90	1,05	0,30	2,00	7,25	14º
310	49398 - Tatiane Daniela Sprandel Caramori	02/01/1983	4,20	0,60	0,30	2,00	7,10	15º
304	49127 - Cleci Maria Polla	13/07/1969	3,90	1,20	0,00	2,00	7,10	16º
294	48689 - Franciele Da Rosa	15/02/1988	4,20	0,45	0,30	2,00	6,95	17º
311	49494 - Carla Ines Rosenbach	08/04/1981	4,20	0,45	0,10	2,00	6,75	18º
312	48142 - Caroline Kuhn Dalmagro	06/08/1990	5,40	0,90	0,30	0,00	6,60	19º
309	48099 - Elta Deon	28/01/1963	3,30	0,30	0,50	2,00	6,10	20º
296	48116 - Denise Fatima Gubert	24/12/1973	4,20	0,60	0,20	1,00	6,00	21º
303	51706 - Allyne Wandecledina Freitas De Souza	27/03/1988	5,10	0,60	0,10	0,00	5,80	22º
299	51728 - Lais Kasper	06/10/1988	4,20	0,75	0,30	0,00	5,25	23º
302	51628 - Neuza Faqui	16/01/1976	4,20	0,30	0,30	0,00	4,80	24º
297	49213 - Rosangela Maria Roth Pizzatto	29/03/1969	3,60	0,60	0,10	0,00	4,30	25º

PROFESSOR NÍVEL II (ARTES) | Modalidade C

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Pontos Títulos	Total	Class.
319	50862 - Brigida Rosa Poli	06/04/1980	5,70	0,90	0,40	1,50	8,50	1º
323	50914 - Betania Luiza Poli	24/12/1984	3,90	0,60	0,20	2,00	6,70	2º
325	51444 - Marizane Cavalheiro Martins Avila	16/08/1974	3,30	1,05	0,30	2,00	6,65	3º
320	48075 - Mirna Araujo Muniz	10/12/1981	4,20	0,60	0,20	1,00	6,00	4º
324	48210 - Silvana Ester Delevatti	24/08/1988	4,20	0,60	0,30	0,70	5,80	5º
321	48460 - Cristiane Ely	15/01/1990	4,50	0,60	0,10	0,00	5,20	6º
322	49435 - Marines Philipson	26/09/1985	3,00	0,45	0,20	2,00	3,65	Desc.

PROFESSOR NÍVEL II (EDUCAÇÃO FÍSICA) | Modalidade C

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Pontos Títulos	Total	Class.
328	48185 - Cristiana Reichert	25/10/1992	4,20	1,05	0,20	2,00	7,45	1º
342	50132 - Eric Charles Novello	17/03/1994	3,60	0,90	0,20	2,00	6,70	2º
333	51510 - Cleiton Rodrigo Ferreira Gomes	31/10/1988	3,90	0,90	0,30	1,00	6,10	3º
335	48090 - Ana Paula Bogorni	04/04/1992	3,30	0,75	0,00	2,00	6,05	4º
329	49303 - Tiago Carlos Piran	22/10/1988	4,20	0,45	0,30	1,00	5,95	5º
330	51772 - Fernando Rangel	19/03/1988	3,30	0,90	0,20	1,00	5,40	6º
331	51705 - Andriago Krewer	31/05/1985	3,60	0,45	0,20	1,00	5,25	7º
332	51222 - Samara Borille	16/12/1987	3,30	0,60	0,30	1,00	5,20	8º
337	49245 - Monique Maria Tressoldi	10/12/1990	3,90	0,75	0,20	0,00	4,85	9º
327	48244 - Suely Decarli	11/02/1993	3,30	0,60	0,30	0,00	4,20	10º
341	51760 - Ana Paula Goncalves	26/07/1992	3,00	0,60	0,30	1,00	3,90	Desc.
340	48152 - Daniela Martinelli De Lima	30/12/1984	3,00	0,60	0,10	0,00	3,70	Desc.
339	51797 - Renata Schwingel	01/12/1992	2,40	0,90	0,20	1,30	3,50	Desc.
338	50773 - Neiva Maria Willers Kummer	15/06/1982	2,40	0,60	0,20	1,00	3,20	Desc.
334	50953 - Ana Jucely De Souza	05/05/1981	2,10	0,30	0,20	0,00	2,60	Desc.
326	49646 - Lucimar Isoton	11/10/1990	2,10	0,30	0,10	0,00	2,50	Desc.

PROFESSOR NÍVEL II (PORTUGUÊS/ INGLÊS) | Modalidade C

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Pontos Títulos	Total	Class.
344	48100 - Simone Pagno	21/04/1987	2,10	1,20	0,40	2,00	3,70	Desc.
343	49299 - Vanessa Trevisol	31/01/1986	2,70	0,75	0,10	1,00	3,55	Desc.

PROFESSOR NÍVEL II (PORTUGUÊS/ESPAÑHOL) Modalidade C								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Pontos Títulos	Total	Class.
346	50852 - Daniela Heleninha Ammon	17/11/1988	4,80	1,20	0,40	2,00	8,40	1º
345	48183 - Rosane Vichiatti	03/09/1987	3,00	1,35	0,10	1,70	6,15	2º
349	48097 - Jessica Sigrit De Brazil	27/07/1991	3,30	0,60	0,30	0,40	4,60	3º
347	51700 - Raquelly Taube	23/06/1992	2,40	0,75	0,10	1,00	3,25	Desc.
348	49070 - Franciele Herbert Mantovani	16/06/1984	2,70	0,30	0,20	1,00	3,20	Desc.
PSICOPEDAGOGO (ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO) Modalidade A								
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Pontos Títulos	Total	Class.
350	49043 - Rosmeri Ines Mattje Dalla Vecchia	12/10/1967	6,30	0,80	0,40	2,00	9,50	1º
351	50089 - Sabrina Banhara	28/07/1982	4,55	1,20	0,60	2,00	8,35	2º

Art. 2º Atendendo, especificamente, ao Item 3 do Edital, segue abaixo Classificação Final dos candidatos portadores de necessidades especiais.

AGENTE ADMINISTRATIVO Modalidade A							
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
73	50745 - Cheila Vanessa Back	09/06/1993	5,60	1,20	0,40	7,20	1º
46	51845 - Maithe Luiza Girardello	20/07/1995	4,90	1,00	0,40	6,30	2º

Art. 3º Os desempates estão de acordo com o item 6 do Edital.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 07 de abril de 2015 - Certifique-se. Registre-se. Publique-se
 JOSÉ CARLOS FOIATTO
 Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001 2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Cíveis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

TORNA PÚBLICO :

1 A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS, abaixo relacionados, para na data de 15 de abril de 2015, as 07h30min, comparecerem junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME
Agente Administrativo	Mauro Steffens
Engenheiro Civil	Maisa Philippsen
Agente de Apoio Operacional	Veridiana Fatima Barth

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 09 de abril de 2015. 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.
 JOSÉ CARLOS FOIATTO
 Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TA 01 34/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 34/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 21/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GE-RAIS

OBJETO: O prazo de vigência do Contrato para Contratação de seguro para o veículo Ônibus Agrale Maxibus MHN 5549, utilizados pela Secretaria Municipal de Educação no transporte escolar e pelo Gabinete do Prefeito Vectra Sedan Elegance MGD 6374 do município de Guarujá do Sul, fica prorrogado por mais um ano, bem como fica reajustado pelo IGPM do período de Abril/2014 a Março/2015 (ate 3,145%).

VALOR: R\$ 9.887,75

VIGENCIA: Um ano

Guarujá do Sul, SC, 08 de abril de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004A/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004A/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de março de 2016, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais elétricos homologados pela CELESC para conservação e manutenção da iluminação pública no município pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 07.336.749/0001-53, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	BOCAL DE PORCELANA E-27	DECOR-LUX	UND	50	1,90	95,00
2	BOCAL DE PORCELANA E-40	DECOR-LUX	UND	50	4,50	225,00
6	FIO CALORIA 1,5 MM	PIRELLI	MET	100	1,92	192,00
7	CHAVE IP 1 X 50 A	EXATRON	UND	15	119,00	1.785,00
8	CHAVE IP 2 X 30 A	EXATRON	UND	10	125,00	1.250,00
14	LÂMPADA VAPOR METÁLICA 150 W	DEMAPE	UND	10	27,40	274,00
15	LAMPADA VAPOR METÁLICO 400W	DEMAPE	PÇ	20	34,10	682,00
18	PARAFUSO MÁQUINA 16 X 300 MM	MECRIL	UND	50	6,64	332,00
19	PARAFUSO MÁQUINA 16 X 250 MM	MECRIL	UND	50	5,59	279,50
20	PARAFUSO MÁQUINA 16 X 100 MM	MECRIL	UND	50	4,10	205,00

21	CINTA PARA PORTE CIRCULAR 300 MM	MECRIL	UND	30	24,44	733,20
22	CINTA PARA POSTE CIRCULAR 250 MM	MECRIL	UND	30	21,48	644,40
23	REATOR VAPOR DE SÓDIO 70 W	DEMAPE	UND	500	36,80	18.400,00
26	REATOR VAPOR SÓDIO 400W.	DEMAPE	UND	100	83,70	8.370,00

Valor Total da Ata R\$ 33.467,10 (trinta e três mil quatrocentos e sessenta e sete reais e dez centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 01 de abril de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Paulo Delfino Pinto Procurador CPF: 639.561.289-15 Pela Empresa
Testemunhas:	
Gilberto José Durigon CPF: 737.459.529-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004B/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004B/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de março de 2016, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais elétricos homologados pela CELESC para conservação e manutenção da iluminação pública no município pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 09.056.757/0001-71, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
3	BRAÇO COMUM IP 25 X 1000 MM	OLIVO	UND	50,00	16,90	845,00
5	CABO FLEXIVEL 2,5 MM²	PREMIUM	MET	1.200,00	0,73	876,00

9	FITA ISOLANTE 0,19 X 19 MM 20 M	DERCOLUX	UND	120,00	2,60	312,00
10	LÂMPADA VAPORE DE SÓDIO 70 W	EMPALUX	UND	800,00	10,10	8.080,00
11	LÂMPADA VAPORE DE SÓDIO 150 W	EMPALUX	UND	80,00	16,30	1.304,00
12	LÂMPADA VAPORE DE SÓDIO 250 W	EMPALUX	UND	200,00	19,20	3.840,00
13	LÂMPADA VAPORE DE SÓDIO 400 W	EMPALUX	UND	120,00	20,90	2.508,00
16	LUMINÁRIA IP FECHADA COM POLICARBONATO E-27	ALMIRANTE	UND	50,00	55,90	2.795,00
29	CONECTOR AMPACTINHO TIPO II	JOARP	UND	100,00	1,04	104,00
30	CONECTOR AMPACTINHO TIPO III	JOARP	UND	100,00	1,76	176,00
31	CONECTOR PIERCING	SICAME	UND	50,00	2,73	136,50

Valor Total da Ata R\$ 20.976,50 (vinte mil novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 01 de abril de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Leandro Lungen Sócio Administrador CPF: 037.526.459-03 Pela Empresa
Testemunhas:	
Gilberto José Durigon CPF: 737.459.529-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004C/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004C/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de março de 2016, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais elétricos homologados pela CELESC para conservação e manutenção da iluminação pública no município pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ARMANDO LUCCA EPP, inscrita no CNPJ nº 10.428.739/0001-52, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
4	BRAÇO ESPECIAL IP 49 X 3000 MM	TAKTGTN	UND	20	60,50	1.210,00
17	LUMINÁRIA IP FECHADA COM POLICARBONATO E-40	TAKTGTN	UND	20	58,00	1.160,00
27	BASE PARA RELE FOTO ELETRICO	TAKTGTN	UND	150	3,65	547,50
28	RELE FOTOELETRÔNICO	TAKTGTN	UND	500	9,95	4.975,00

Valor Total da Ata R\$ 7.892,50(sete mil oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 01 de abril de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Janaina Do Rocio Santos Rocha Sócio Administrador CPF: 038.932.099-48 Pela Empresa
Testemunhas:	
Gilberto José Durigon CPF: 737.459.529-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004D/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004D/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de março de 2016, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais elétricos homologados pela CELESC para conservação e manutenção da iluminação pública no município pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 09.356.266/0001-46, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
24	REATOR VAPOR DE SÓDIO 150 W	ORION	UND	60	47,70	2.862,00
25	REATOR VAPOR SÓDIO 250W.	ORION	UND	120	57,60	9.912,00

Valor Total da Ata R\$ 9.774,00 (nove mil setecentos e setenta e quatro reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 01 de abril de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Leila Oliveira Da Paz Andersen Sócio Administrador CPF: 027.279.969-69 Pela Empresa
Testemunhas:	
Gilberto José Durigon CPF: 737.459.529-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005A/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005A/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015
PREGÃO PRESENCIAL No 006/2015

Validade da Ata de Registro de Preços: Até 08 de abril de 2016, não podendo ser prorrogado.

Aos oito dias do mês de abril de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de combustível para utilização nos veículos, máquinas e equipamentos da Frota da Administração Municipal de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa POSTO ESTRELA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 78.617.750/0001-02, em decorrência do processo licitatório nº0018/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total Estimado
01	Gasolina Comum	IDAZA	Litro	40.000	3,74	149.600,00
02	Óleo diesel comum	IDAZA	Litro	200.000	2,98	596.000,00
04	Etanol	FIC	Litro	20.000	2,74	54.800,00

Herval d'Oeste, em 08 de abril de 2015.

Nelson Guindani
 Prefeito Municipal
 CPF nº 501.589.459-72

Mauro Antonio Dall'Orsoletta
 Sócio Administrador
 CPF nº 509.673.719-53

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Gilberto José Durigon CPF: 737.459.529-87
---	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005B/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005B/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

Validade da Ata de Registro de Preços: Até 08 de abril de 2016, não podendo ser prorrogado.

Aos oito dias do mês de abril de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de combustível para utilização nos veículos, máquinas e equipamentos da Frota da Administração Municipal de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa POSTO VILA RICA LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob nº 84.590.124/0001-64, em decorrência do processo licitatório nº 0018/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total Estimado
03,	Óleo diesel s-10	RODOIL	Litro	20.000	3,14	62.800,00

Herval d'Oeste, em 08 de abril de 2015.

Nelson Guindani
 Prefeito Municipal
 CPF nº 501.589.459-72

Mauro Antonio Dall'Orsoletta
 Sócio Administrador
 CPF nº 509.673.719-53

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Gilberto José Durigon CPF: 737.459.529-87
---	--

DECRETO Nº 3.406/2015

DECRETO Nº 3.406/2015.

REVOGA O DECRETO Nº 3.035/2012, QUE CONSTITUI JUNTA MÉDICA OFICIAL E NOMEIA MEMBROS PARA SUA COMPOSIÇÃO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 3.035/2012 que constitui Junta Médica Oficial e nomeia membros para sua composição no Município de Herval d'Oeste (SC), e suas alterações através do Decreto nº 3.113/2013 e artigos 5º e 12 do Decreto nº 3.036/2012.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 02 de abril de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

DECRETO Nº 3.407/2015

DECRETO Nº 3.407/2015.

"CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE HERVAL D'OESTE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal Nelson Guindani de Herval d'Oeste/SC em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social Veranice Theisen, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implantação da Política Nacional do Idoso no município,

DECRETA:

Art.1º Fica CONVOCADA a I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA, a ser realizada no dia 28 de abril de 2015, com início às 13hs, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, situado a Rua Nereu Ramos, 09 - Centro de Herval d'Oeste/SC, tendo como tema Central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as idades".

Art.2º A Conferência Municipal tem como objetivo proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões em torno de estratégias que apotam diretrizes para as várias políticas intersetoriais que atendem a pessoa idosa, além de garantir a implantação no município a Política da Pessoa Idosa.

Art.3º A Comissão Organizadora da Conferência Municipal será composta por:

Membros Titulares:

- a) Roseli Rolim da Silva
- b) Ivone Esquina
- c) Adriana Bernardo

Membros Suplentes:

- a) Tatiana Schuh
- b) Abel de Col
- c) Ediane Soares

Art.4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Abril de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

VERANICE THEISEN

Presidente Conselho Municipal de Assistência Social

DECRETO Nº 3.408/2015

DECRETO Nº. 3.408/2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 inciso VIII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída, sem ônus para o Município, a nominata dos representantes, titulares e suplentes, para compor pelo prazo de 02 (dois) anos o Conselho Municipal de Educação de Herval d'Oeste, na forma que segue:

I- REPRESENTANTE DA ÁREA DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL

Titular: MARILENE ZANINI MILANI

Suplente: DEONICE MARIA CORTELLINI PARIZE

Titular: ROSANGELA DURIGON CERONI

Suplente: MARIZETE ANDOLFATO

II- REPRESENTANTE DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Titular: MARLI ALVES DOS SANTOS

Suplente: JOÃO CORSO NETO

Titular: GERSON MARCOS DE OLIVEIRA

Suplente: JEMES JORGE ACRUCHE

III- REPRESENTANTE DA ÁREA DA CULTURA

Titular: SABRINA ROVER

Suplente: ZENEIDE LIBERA ROSSI

IV - REPRESENTANTE DA ÁREA DE ESPORTES

Titular: MICHELE DA SILVA COELHO TRAI

Suplente: VALDECIR PEREIRA DA SILVA

V- REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Titular: PAULO FERRANDIN

Suplente: ALAN LUCAS DE ALMEIDA

VI - REPRESENTANTE DA ÁREA DASECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Titular: AGNALDO GEMELLI

Suplente: ESTHER KAROLINE ALIPRANDINI

VII - REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES

Titular: JULIO CESAR SUMMY

Suplente: SERGIO LUIZ WASEN

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 07 de abril de 2015.

NELSON GUINDANI

PREFEITO

PORTARIA Nº 497/2015

PORTARIA Nº 497/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor ROMANO MARCHIORO (Matr. 17), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Tributação, Nível - 11, Referência "J", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 08 de abril de 2015 a 19 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Abril de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 498/2015

PORTARIA Nº 498/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ROZEMARI APARECIDA DANIELLI HACK (Matr. 590), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "A", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 09 de abril de 2015 a 20 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Abril de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 499/2015

PORTARIA Nº 499/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - Comum ao Servidor Público Municipal ANTONIO DUTRA CONCEIÇÃO e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 1405, Nível 8, Referência "F", 40 horas semanais, com fundamento nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a partir de 09 de Abril de 2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), 09 de abril de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste

TERMO ADITIVO Nº 018/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

CNPJ/MF 03.377.072/0001-40

Empresa: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

Endereço: Av. Beira Rio, nº 333

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 018/2015 DE 08 DE ABRIL DE 2015

Pelo presente instrumento o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF Nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Andrade Construções Ltda, estabelecida na Av. Beira Rio, nº 333, Bairro Centro - Herval d'Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, casado, portador do CPF nº 437.061.009-59, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 038/2014, que tem por objeto a execução em regime de empreitada por preço unitário, da Unidade de Saúde a ser instalada na Rua João Carvalho, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, em decorrência do Processo Licitatório nº 026/2014, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2014, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato pelo período de 60 dias contados da publicação do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 08 de abril de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Contratante

Simar José Rosa

Sócio Administrador

CPF: 437.061.009-59

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Gilberto José Durigon

CPF: 737.459.529-87

Ibiam**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO 013/15**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 013, DE 08 DE ABRIL DE 2015
(APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM)

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o REGIMENTO INTERNO e a Lei Orgânica Municipal, após aprovação pelo plenário da Câmara de Vereadores, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do exercício de 2013, da Prefeitura Municipal de Ibiam-SC,

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação,

Ibiam(SC), 08 de abril de 2015.
ELIAZ GREGORIO GIUSTI
PRESIDENTE

Registrado e publicado nesta secretaria o presente decreto legislativo aos oito dias do mês de abril de dois mil e quinze

ELISA MARIA GHENO TREVISOL
SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 005/15

PORTARIA Nº 005/2015
(CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LUCIANA ROSA)

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiam - SC, no uso de suas atribuições e competências que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a servidora LUCIANA ROSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível CC-1, conforme lei complementar nº 019 de 03 de março de 2009 e lei 052/97. Férias referente ao período aquisitivo de 02/04/2013 à 02/04/2014. A funcionária gozará férias no período de 01/03/2015 à 31/03/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de março de 2015.

Câmara Municipal de Ibiam, 10 de março de 2015.
ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI GELSON LUIZ TREVISOL
PRESIDENTE 1º VICE-PRESIDENTE

IRINEU SALVADORI CLODOMIR D. PARISE
2º VICE-PRESIDENTE 1º SECRETÁRIO

ADENIR ROMANATTO
2º SECRETARIO

Ilhota**PREFEITURA****AVISO LICITAÇÃO TP 005 - 2015 PMI - CALÇADÃO CENTRAL**

PROCESSO Nº. 114/2015

TOMADA DE PREÇO Nº. 5/2015

Prefeitura Municipal de Ilhota

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
------	----------------------

OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL COM EXTENSÃO DE 600 METROS E PAVIMENTAÇÃO, DE ACORDO COM CONTRATO DE REPASSE Nº 0345438-73/2010 - MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONVÊNIO SICONV 740154, conforme Edital e seus anexos.
--------	--

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 27/04/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 27/04/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

VALMOR BERTELLI JÚNIOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES
Ilhota, 09 de abril de 2015.

LEI COMPLEMENTAR 58/2015

Lei Complementar 58, de 07 de abril de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LAVINO MIGUEL NUNES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota, no uso das atribuições conferidas pelo § 7º do Art. 54 da Lei Orgânica do Município de Ilhota, e pela letra “d” do inciso VIII do Art. 33 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar operação de crédito junto ao agente financiador Caixa Econômica Federal - CEF, ate o valor de R\$ 1.500.000,00, (um milhão e quinhentos mil reais) no âmbito do programa Pró Transporte, do Ministério das Cidades, destinadas a pavimentação e qualificação de vias nos bairros do Município de Ilhota, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para o pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a instituição financeira autorizada a utilizar os recursos destinados ao Município, provenientes de FPM e/ou ICMS.

Art. 3º O prazo de amortização do financiamento é ate o dia 30 de dezembro de 2016, com taxa de juros de 6% (seis por cento) ao

ano, e taxa administração de 2% (dois por cento) ao ano e taxa de risco de crédito até 1% (um por cento) ao ano.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta lei, deverão ser consignados como receita no Orçamento, ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5º Os orçamentos ou créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias as amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos e financiamentos a que se refere o artigo 1º.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer frente aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Ilhota, SC, 07 de abril de 2015.

LAVINO MIGUEL NUNES

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA

TERMO DE REVOGAÇÃO PRG 026 - 2015 MULTIENTIDADES - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

TERMO DE REVOGAÇÃO Nº 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2015

PREGÃO 26/2015

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei 8666/93 e suas alterações posteriores, resolve:

REVOGAR, o Processo Licitatório nº 95/2015, PREGÃO 26/2015, tendo por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (DIÁRIA E MENSAL) COM OU SEM MOTORISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, SENDO EVENTUAL A CONTRATAÇÃO DO ITEM, em virtude de ter sido encontrado inconsistências no edital, sendo necessários ajustes de quantitativos e outros problemas de sistema, sendo que o mesmo será relançado em breve.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

Ilhota, 08 de abril de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº. 30/2015

A Prefeitura Municipal de Imaruí torna público para o conhecimento dos interessados que realizará processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico através do site www.bll.org.br visando o Registro de Preço para eventual aquisição de caminhão basculante 4x2 (toco) para a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuario. Cadastro das propostas por meio de sistema eletrônico até às 13h50min do dia 29/04/2015. Informações e entrega do Edital, no Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Imaruí, ou pelo telefone (48) 3643-0161, pelo e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 08 de Abril de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 040/2015

EDITAL SEAGP Nº 040/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 09 de Abril a 09 de Maio de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 09 de abril de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 040/2015

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Luciana da Silva Florentino

PORTARIA PMI/GGP Nº 217/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 217, de 08 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Revogação das Portarias PMI/GGP nº 131 e 132/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, as Portarias PMI/GGP nº 131, de 02 de março de 2015 e PMI/GGP nº 132, de 03 de março de 2015, que trata da exoneração e posterior nomeação da Sra. LILIAN MARIA PIRES DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 888.400.429-20, nos cargos/funções discriminados nos respectivos atos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 218/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 218, de 08 de abril de 2015.

Dispõe sobre a exoneração de Assessora III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Sra. LILIAN MARIA PIRES DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 888.400.429-20, do cargo/função de Assessora III junto a Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP Nº 118, de 24 de fevereiro de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de abril de 2015.

Imbituba, 08 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 219/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 219, de 09 de abril de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Gestora Institucional - PMAQ, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e Decreto PMI nº 10, de 11 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a Sra. LILIAN MARIA PIRES DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 888.400.429-20, para exercer o cargo de Gestora Institucional - PMAQ junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de abril de 2015.

Imbituba, 09 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 220/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 220, de 09 de abril de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Procurador, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. MARCO AURÉLIO PERDIGÃO DE CARVALHO, brasileiro, Advogado inscrito na OAB/SC 12.640, inscrito no CPF sob o nº 887.820.509-53, para exercer o cargo de Procurador junto a Procuradoria Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 221/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 221, de 09 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 26 de agosto de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013 e PORTARIA PMI/DGP N.º 399, de 24 de agosto de 2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Aline Nogueira Rebelo	Professora II – 30h	054.868.279-89	05/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 09 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/SEFAZ Nº 002, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA PMI/SEFAZ Nº 002, de 08 de abril de 2015.

Dispõe sobre a instauração de Tomada de Contas Especial e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Instrução Normativa N. TC-013/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre a instauração e organização de procedimento de tomada de contas especial no âmbito da administração pública direta e indireta, estadual e municipal,

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 7º da Instrução Normativa N. TC-013/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Tomada de Contas Especial destinada a apurar supostas irregularidades nas prestações de contas de recursos concedidos pelo município, conforme processos 19650/2014, 21439/2014, 19437/2014, 21954/2014, 20047/2014.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos do artigo 7º, §1 da Instrução Normativa N. TC-013/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, os seguintes servidores para compor a Comissão de Tomada de Contas Especial:

I - Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;

II - Cristiano Abílio João, Assistente Administrativo, matrícula nº 1722, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e

III - Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo,

lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria PMI/SEFAZ Nº 001 de 2015 e demais disposições em contrário.

Imbituba, 08 de abril de 2014.
Ivan Vítório
Secretária Municipal da Fazenda

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedrosa Rocha
Controlador Geral do Município

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEAST
PROCESSO Nº 16/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 23 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de materiais e utensílios de cozinha, cama, mesa e banho para o funcionamento da casa lar do município de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de abril de 2015.
Selma Elias Westphal
Secretária SEAST

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 41/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 23 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a aquisição de um armário sob medida, com montagem inclusa, para guardar roupas de cama do centro municipal de educação infantil coração de mãe. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de abril de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretaria Municipal de Educação

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 42/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 23 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a aquisição com instalação de portas e janelas de vidro para o centro municipal de educação infantil Doraci da Silva Espillere.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de abril de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretaria Municipal de Educação

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 43/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 23 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a aquisição, com instalação, de redes de proteção para os ginásios de esportes das escolas Basileu José da Silva e Hermínia de Souza Marques.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de abril de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretaria Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 035/2015

PORTARIA CMI nº 035/2015

"Altera a Designação de Erica Batista Pitigliani Custodio para exercer o Cargo em Comissão de Controladora Interna, na Função de Representação"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Alterar a nomeação, efetuada através da Portaria CMI nº 16/2014, de 30 de maio de 2014, da Senhora Erica Batista Pitigliani Custodio, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade de nº 20.044.108 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 671.517.879-87, residente e domiciliada na Rua Rozendo Isidoro de Freitas, nº 44, bairro Paes Leme, neste Município, do Cargo em Comissão de

Assessora Jurídica da Presidência para o Cargo em Comissão de Controladora Interna da Câmara Municipal de Imbituba, optando pela Função de Representação, na forma do art. 18 e Anexo I, da Lei Complementar nº 1.145/91, de 15 de maio de 1991, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 4.540, de 1º de Abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de Abril de 2015.
Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/04/2015.

PORTARIA CMI Nº 036/2015

PORTARIA CMI Nº 036/2015

“Concede Férias à Servidora Ana Clélia Machado”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, à Senhora Ana Clélia Machado, Secretária de Gabinete, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, sendo que 10 (dez) dias será revertido em pecúnia, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015, a ser usufruída no período de 13/04/2015 a 02/05/2015, com retorno ao trabalho programado para o dia 04/05/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de abril de 2015.
Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/04/2015.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 074/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 074/2015
CONTRATADA: CORPORAÇÃO MUSICAL AMIGOS DO VALE
OBJETO DO CONTRATO: A contratação da Corporação Musical Amigos do Vale, para apresentações artísticas musicais.
PRAZO: 26 de março de 2015 a 31 de outubro de 2015.
DATA DA ASSINATURA: 26/03/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL
Licitação nº 065/2015.
Pregão Presencial nº 027/2015-10430
Objeto: Aquisição de luvas descartáveis para Secretaria de Educação.
Entrega dos envelopes: 23/04/2015 as 14:15h.
Abertura das propostas: 23/04/2015 as 14:30h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL
Licitação nº 066/2015.
Pregão Presencial nº 028/2015-10430
Com Registro de Preços
Objeto: Aquisição de sêmen bovino.
Entrega dos envelopes: 24/04/2015 as 09:15h.
Abertura das propostas: 24/04/2015 as 09:30h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL
Licitação nº 067/2015.
Pregão Presencial nº 029/2015-10430
Com Registro de Preços
Objeto: Aquisição postes de aço para projetos de iluminação de praças.
Entrega dos envelopes: 24/04/2015 as 14:15h.
Abertura das propostas: 24/04/2015 as 14:30h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 091/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 091/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 95.766.598/0001-30, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 140, Bairro Centro, na cidade de Brusque - Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Sr. Josemir Perin, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF sob nº 787.031.749-72 e Cédula de Identidade nº 5.168.198-3-SSP/PR, residente à Rodovia Antonio Heil, nº 2905, Bairro Limoeiro, na cidade de Itajaí - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, através do Processo Licitatório nº 065/2014 - Termo de Inexigibilidade nº 003/2014 - 18201 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente Termo Aditivo do Contrato, o qual reger-se-á pelas condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas quarta, item 4.1. e sexta, item 6.2., do contrato original, que tem como objeto a contratação de 01 (uma) vaga feminina para idoso para o acolhimento da Sra. Helga Ristow, que necessita de proteção integral por encontrar-se com seus direitos violados, vínculos familiares rompidos, de acordo com laudo de Assistente Social em anexo ao Processo Licitatório nº 065/2014 - Termo de Inexigibilidade nº 003/2014 - 18201, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

4.1. O preço unitário (mensal) contratado é de R\$ 2.759,14 (dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quatorze centavos), e desconto do valor de 70% do BPC, sendo de responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social, o valor de R\$ 2.207,54 (dois mil, duzentos e sete reais e cinquenta e quatro centavos), perfazendo o valor total de R\$ 26.490,48 (vinte e seis mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.2. O prazo de vigência do presente contrato será de 26 de março de 2015 a 26 de março de 2016, podendo ser prorrogado até o limite do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e

assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 26 de março 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA Josemir Perin Contratada
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters OAB/SC nº 5.824 Assessora Jurídica

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 179/2014 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 179/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE SAÚDE - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.671.681/0001-73, com sede na rua João Antonio da Silva, nº 39, sala 01, bairro Warnow, na cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Gilberto Reis, brasileiro, solteiro, inscrito sob CPF sob nº 003.649.019-93 e Cédula de identidade sob nº 3.742.476 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua João Antônio da Silva, nº 63, bairro Warnow, na cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo do contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula décima, item 10.1, do contrato original, que tem como objeto a execução total da mão-de-obra, e fornecimento de materiais para obras complementares, para a pavimentação em blocos intertravados de concreto, em praças públicas, obras de acesso em unidades escolares e de saúde, e obras de passeios em vias públicas integrantes do Programa Calçada Segura, com área total (estimado) de 15.000,00 m2, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 05.01.012.361.005.2100.449051990000.01000000 - Recurso Próprio
- 05.01.012.361.005.1105.449051990000.01010000 - Recurso Próprio - Educação
- 05.01.012.361.005.1105.449051990000.01580000 - Salário Educação
- 05.01.012.365.005.1106.449051990000.01010000 - Recurso Próprio - Educação
- 05.01.012.365.005.1106.449051990000.01580000 - Salário Educação
- 22.01.017.512.022.1330.449051990000.01000000 - Recurso Próprio
- 22.01.017.512.022.1330.449051990000.01245502 - CASAN
- 22.01.017.512.022.1338.449051990000.01000000 - Recurso Próprio
- 22.01.017.512.022.1338.449051990000.01245502 - CASAN
- 23.01.015.451.023.1357.449051990000.01000000 - Recurso Próprio
- 30.01.010.301.030.1445.449051990000.03000000 - Recurso Próprio EA
- 30.01.010.301.030.1445.449051990000.01711003 - ESF - PMAQ
- 30.01.010.301.030.1445.449051990000.01710900 - PAB Fixo

* 24.001.006.181.0024.1401.4490.01000000 - Funrepom

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 31 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA Gilberto Reis Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Janio Vilson de Aviz Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE SAÚDE Enilson Erley Freitas Secretário Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO

Tânia Lúcia Petters
OAB/SC nº 5.824
Assessora Jurídica

Paulo Roberto Ledra
Secretário Municipal

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 035/2015
TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 035/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ABILIO COMÉRCIO DE ALUMINIO E FERRO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.063.245/0001-20, com sede na rua Oswaldo Meuche, nº 840, bairro Salto do Norte, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Pedro Abílio de Souza, brasileiro, comerciante, inscrito sob CPF nº 546.760.459/72 e Cédula de Identidade nº 21R-1848.418, residente e domiciliado na Rua Oswaldo Meuche, nº 840, fundos, bairro Salto do Norte, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo do contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução (fabricação) e montagem de estruturas metálicas, compreendendo escadas, guarda-corpos, e barras antipânico, para os Pavilhões de Eventos Rosemary Wolf, e Mário Holetz, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo do presente contrato é de 10 de abril de 2015 até 09 de maio de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 31 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ABILIO COMÉRCIO DE ALUMINIO E FERRO LTDA – ME Pedro Abílio de Souza Contratada

GABINETE DO PREFEITO
João Vicente Schroeder
Chefe Gabinete

ASSESSORIA DE DESENVOLVIMEN-
TO ECONÔMICO
Marcelo Lanznaster
Assessor Técnico

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Tânia Lúcia Petters
OAB/SC nº 5.824
Assessora Jurídica

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 275/2014
TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 275/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EMPREITEIRA SGM LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.224.888/0001-05, com sede na Rodovia SC 416, nº 2.636, KM 3, bairro Rodeio 12, na cidade de Rodeio - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Sérgio Guilherme Mahlstedt, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no CPF sob nº 047.220.159/02 e Cédula de Identidade nº 4.787.829-0, residente e domiciliado à Rua Rodovia SC 416, BAIRRO Rodeio 12, na cidade de Rodeio - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo do contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1. e sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a execução da reforma dos sanitários masculino e feminino do Colégio Municipal, em área de 51,66 m2, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO:

3.1. Fica acrescido da planilha do contrato original os seguintes itens: I; I.I; I.II; I.III; I.IV a I.VIII, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO:

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 64.046,76 (sessenta

e quatro mil, quarenta e seis reais e setenta e seis centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 30 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	EMPREITEIRA SGM LTDA – ME Sérgio Guilherme Mahlstedt Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters OAB/SC nº 5.824 Assessora Jurídica

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 270/2013 TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 270/2013

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.408.643/0001-31, com sede na rua Almirante Tamandaré, nº 1.459, bairro Vila Nova, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Roberto Carlos Imme, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 652.500.449/7 e Cédula de Identidade nº 2.614.887 SESP/SC, residente na Rua Bahia, nº 5.800, Apto 302, bairro Salto Weissbach, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na

Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a construção de uma unidade escolar, em alvenaria, 01 (um) pavimento, com área total à construir de 854,24m², passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 09 de abril de 2015 a 03 de janeiro de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito	SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA Roberto Carlos Imme Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters OAB/SC nº 5.824 Assessora Jurídica

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 009 DO CONTRATO Nº 088/2013 TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 088/2013

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, YCATU ENGENHARIA E SANEAMENTO S/A, pessoa jurídica de direito

privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.758.931/000-04, com sede na Rodovia BR 101, s/nº, KM 63, bairro Araquari, na cidade de Joinville - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Nereu Antonio Martinelli, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 248.262.009-00 e Cédula de Identidade nº 405.721-0-SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula quinta, item 5.1. do contrato original, que tem como objeto a construção/execução de uma Estação de Tratamento de Esgotos - ETE, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é 10 de abril de 2015 até 08 de julho de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 10 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	YCATU ENGENHARIA E SANEAMENTO S/A Nereu Antonio Martinelli Contratada
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters OAB/SC nº 5.824 Assessora Jurídica

Testemunhas:

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 235/2015 DE 07 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A AMARILDO ANTONIO DE MARCO FILHO, matrícula 1707-8, férias de 11 dias, relativas ao período aquisitivo de 18/08/2013 a 17/08/2014 e gozo de 08/04/2015 a 18/04/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 08/04/2015.

Ipumirim - SC, 07 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 236/2015 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA NO CARGO COMISSONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

NOMEIA

ALMIR SEGUETTO, sob a Matrícula 2417, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.1.874.510 e do CPF sob o nº.563.291.729-00, nomeado no cargo comissionado de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - DIRE - NIVEL - 030, constante do Anexo I-D Secretaria Municipal De Agricultura da Lei Complementar 018/2005, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-030, da Lei supra mencionada.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 08 de Abril de 2015.

Ipumirim - SC, 08 de Abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito

PORTARIA Nº. 237/2015 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

JAQUELINE COMELLI, sob a Matrícula 2418-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6334.785 e do CPF 106.072.889-30, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Departamento de Esportes, para o período de 08/04/2015 a 30/12/2015.ou até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 08/04/2015.

Ipumirim - SC, 08 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 238/2015 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JOELSON TECHIO LIBANO, matrícula 2017-6, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 22/05/2014 a 21/05/2015 e gozo de 08/04/2015 a 17/04/2015 e, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúnia. Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 08/04/2015.

Ipumirim - SC, 08 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA**EXTRATO CONTRATO 02/2015 HMBJ**

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

MUNICIPIO DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 02/2015

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratado: Alberto Aurelio Posenatto

Objeto: Prestação de serviços de Responsabilidade Técnica como Diretor Clínico do Hospital Municipal Bom Jesus. Parágrafo Primeiro - Este contrato se faz necessário, pois a instituição precisa de um representante legal, para o devido funcionamento. Parágrafo Segundo - O contratado deverá Prestar Assistência Médica, representar o corpo clínico da Instituição, intermediar o corpo clínico e a Direção Administrativa, assessorar em assuntos técnicos.

Valor: R\$ R\$ 5.599,80 (cinco mil quinhentos noventa e nove reais e oitenta centavos).

Vigência: 08/04/2015 a 31/12/2015

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso X

Wianey de Cassia O. G. Teles dos Santos

Presidente

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015

1º Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento que entre si celebraram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Kerber & Cia Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Kerber & Cia Ltda, estabelecida na Localidade Rio D'Areia, Interior do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CNPJ 78.408.960/0001-82, pelo seu representante, Sr. Josmar Kerber, sob nº de CPF 510.556.949-00 e RG 1.331.580, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 50/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 82/2014, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 69/2014, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 69/2014.

CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais) conforme abaixo discriminado:

Item 01: CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado Quente), com CAP – 500 Toneladas – valor anterior R\$ 185,00 Total R\$ 92.500,00 – valor reajustado R\$ 230,00 – valor total: R\$ 115.000,00, sendo o valor aditivado de R\$ 22.500,00.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 23 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JOSMAR KERBER

KERBER & CIA LTDA

Testemunhas:

Nome: João Paulo Andreievski
CPF: 066.283.679-08

Nome: Robson Roberto Binder
CPF: 780.541.689-34

PORTARIA N º 129/2015

PORTARIA Nº. 129/2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR SIDNEI WAGNER, nascido em 24/01/1956, portador do CPF n º 302.634.259-91, RG n º 289.485, para exercer cumulativamente com o cargo de Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico, o Cargo Político de Secretário Municipal da Administração, criado através da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, sem ônus para a municipalidade.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá**PREFEITURA****DECRETO N. 018/2015**

DECRETO Nº 018/2015, de 02 de março de 2015.

“Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I do art. 4º e art. 5º da Lei Municipal nº 2.357, de 02 de dezembro de 2014 e Inciso I do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 26.943,57 (vinte e seis mil novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e sete centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.357, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

0.001- Encargos Gerais do Município

3.3.90.00.00.00.00.3424 Aplicações Diretas 26.943,57

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

07.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social

07.01 – Departamento de Assistência Social

1.013 – Subvenções a entidades sem Fins Lucrativos

Suplementação

4.4.50.00.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições
20.000,00

Anulação

3.3.50.00.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições

20.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.03 – Departamento de Cultura

2.029 – Manutenção Departamento de Cultura

Suplementação

3.3.50.00.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições
73.000,00

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas
73.000,00

2.045 – Realização Carnaval Náutico

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas
2.000,00

Anulação

3.3.50.00.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições
2.000,00

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta cinco mil oitocentos e cinquenta reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do art. 5º da Lei Municipal 2.302, conforme programação a seguir:

09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 - Departamento e Obras e Serviços Urbanos

1.050- Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.1424 Aplicações Diretas	245.850,00
--	------------

Fonte de recursos - 1424- Convênios/ Contratos Transferência da União

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 02 de março de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itaiópolis

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

ALTERAÇÃO DO EDITAL - Processo Licitatório nº 23/2015. Pregão Presencial nº 17/2015. OBJETO: contratação de empresas para prestarem serviços de Transporte Escolar. FRACIONAMENTO DAS LINHAS NºS: 07 - MATUTINO, 07- VESPERTINO, 13 - MATUTINO e 13 - VESPERTINO, será marcada nova data de abertura para estas linhas, em razão das inconsistências apresentadas. Será MANTIDA a mesma data e horário de abertura para as demais linhas. Itaiópolis, 08 de abril de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

ERRATA NO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

ERRATA NO EDITAL - Processo Licitatório nº 23/2015 - Pregão Presencial nº 17/2015 - Objeto: contratação de empresas para prestarem serviços de Transporte Escolar. ONDE SE LIA - 10.1.1 - será assegurado como critério de desempate ..., sejam iguais ou até 10% superior a proposta mais bem classificada. LEIA-SE: ... será de até 5% superior ao melhor preço. Ficam mantidos a data e horários de entrega e abertura dos envelopes. A íntegra da Errata está publicada no Site www.itaiopoliis.sc.gov.br Itaiópolis, 08 de abril de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

PORTARIA 079/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 079/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Cláudia Stefanello, matrícula nº 14650/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 001/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 165/2014, para contratação de empresa especializada para a execução de serviços de desinsetização, dedetização, antirratização, desratização e descupinização, para atender as escolas municipais, creches, museu, biblioteca, depósitos de alimentos e materiais de limpeza, prédio da prefeitura e prédio da estação de tratamento da cidade (ao lado da prefeitura).

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 080/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 080/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ênio J. Pauli, matrícula nº 6723/05, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 002/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2014, para contratação de serviços de arbitragem para os jogos da 18ª edição dos JAIT - Jogos Abertos de Itapiranga, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 081/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 081/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 003/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 182/2014, para contratação de serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para a reforma e manutenção dos parques infantis deste município.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 082/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 082/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Ata de registro de preços nº 004/2015 a 006/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 180/2014, para aquisição de semente de flores e outros materiais destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo, desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 083/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 083/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ênio J. Pauli, matrícula nº 6723/05, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 007/2015 a 011/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 181/2014, para aquisição de materiais esportivos, destinados para manutenção das atividades do departamento de esportes, desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 084/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 084/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Janete F. Baumann, matrícula nº 11824/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 012/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 002/2015, para contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação de atos oficiais desta municipalidade, em jornal de circulação diária e estadual, para o ano de 2015.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 085/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 085/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Jacinto Welter, matrícula nº 14924/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 013/2015 a 021/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2015, para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 086/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 086/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Jacinto Welter, matrícula nº 14924/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 022/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2015, para aquisição de cargas de gás "GLP" P-45 e P-13, para entrega parcelada, destinadas a manutenção das escolas municipais de ensino fundamental, infantil, creches e para as diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 087/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 087/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Luciane Flavia Becker, matrícula nº 14769/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 023/2015 a 027/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 007/2015, para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 088/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 088/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Cláudia Stefanello, matrícula nº 14650/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 028/2015 e 029/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2015, para aquisição de mudas e sementes de hortaliças e outros materiais e equipamentos destinados para a manutenção das hortas das escolas da rede municipal de ensino do município de Itapiranga.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 089/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 089/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Julian Wildner, matrícula nº 14873/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 030/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2015, para contratação de serviços de radiodifusão para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da administração municipal, para o ano de 2015.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 090/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 090/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Wilson Schneiders, matrícula nº 14903/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 031/2015 e 032/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2015, para contratação de serviços de Motoniveladora para manutenção e recuperação da malha viária municipal, com amparo na lei nº 2.047/2002.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 091/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 091/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Egon Haas, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 033/2015 a 037/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 015/2015, para contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus para máquinas e veículos desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 092/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 092/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Osmar P. Muller, matrícula nº 3985/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 038/2015 e 039/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 016/2015, para aquisição de forma parcelada de produtos químicos destinados para tratamento de água nas hidráulicas municipais.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 093/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 093/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Egon Haas, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 040/2015 e 044/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2015, para aquisição de tubos de concreto, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias municipais.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 094/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 094/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Egon Haas, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 046/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 013/2015, para contratação de horas de serviços de manutenção, recuperação, conserto de motor de partida e alternador, assistência e reparos elétricos, em caminhões, ônibus, carros leves, van e máquinas pesadas de propriedade do município de Itapiranga.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 095/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 095/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 047/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 014/2015, para aquisição de grama em leiva, destinada para implantação e manutenção de praças esportivas, escolas, praças e canteiros, desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 096/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 096/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 048/2015 e 049/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2015, para aquisição de emulsão e massa asfáltica, destinados para manutenção de ruas deste município.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 097/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 097/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Odil Rogerio dos Santos, matrícula nº 14969/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 050/2015 a 052/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 019/2015, para aquisição de equipamentos de proteção individual, destinados para distribuição aos servidores desta municipalidade, conforme autoriza a lei municipal nº 1.340/90.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 098/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 098/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Artemio A. Scalon, matrícula nº 9979/04, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 055/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2015, para aquisição de "coffee break" para os eventos a serem realizados pelas diversas secretarias do município de Itapiranga.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 099/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 099/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Egon Haas, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 056/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 029/2015, para contratação de empresa para prestação de serviços de geometria, balanceamento, montagem de pneus, para veículos de propriedade do município de Itapiranga.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 100/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 100/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Diego Zampiva, matrícula nº 14260/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 057/2015 a 059/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 024/2015, para aquisição de materiais destinados para manutenção das atividades do viveiro de mudas, da secretaria da agricultura, desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 101/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 101/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Lori Bourscheid, matrícula nº 5841/03, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 060/2015 a 065/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 033/2015, para aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais, para entrega parcelada, destinados para o programa Conviver Idosos da secretaria da assistência social, desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 102/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 102/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ivair P. Tavares, matrícula 7735/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 066/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2015, para contratação de empresa para realização de consultas médicas demissionais, periódicas e exames de audiometria para servidores públicos do município de Itapiranga.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 103/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 103/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 067/2015 a 075/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 036/2015, para aquisição de equipamentos e materiais diversos destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 104/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 104/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 076/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 037/2015, para aquisição de concreto usinado para atender as diversas necessidades das secretarias desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 105/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 105/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Egon Haas, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 077/2015 a 080/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 040/2015, para aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores, destinados para máquinas e veículos desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 106/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 106/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 081/2015 e 082/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 041/2015, para aquisição de materiais diversos para decoração de eventos promovidos por esta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 107/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 107/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 083/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 042/2015, para contratação de empresa especializada em serviços de locação, montagem e desmontagem de estruturas para atender os eventos realizados neste município.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 78/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS

Nº 78/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 78/2015, cujo objeto é a contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.497/2008. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 23 de abril de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 08 de abril de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 79/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS

Nº 79/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 79/2015, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada, de materiais destinados para manutenção da iluminação pública do Município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 23 de abril de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 08 de abril de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº2430/2015 ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA.

DECRETO MUNICIPAL Nº2430/2015

Data: 07 de abril de 2015.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº557/2014 de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecida a composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio-Ambiente - COMDEMA, conforme define o art.3º incisos I e II da Lei Municipal nº162/2007, composto pelas seguintes representações:

I. Poder Público:

SECRETARIAS	TITULAR	SUPLENTE
Turismo, Meio Ambiente e Cultura	Conrado Schneider Junior	Rodrigo Cechin
Planejamento e Urbanismo	Márcio Roberto Gonzatto	Reinilda Fiorese
Saúde	Antonio Paulo Terccziany	Thales Aimone
Educação	Fátima Cristina A. Pereira	Juliana Cristiana Soares Speck
Obras	Jeferson Rubens Garcia	Euclides Goulart Sanches
Agricultura e Pesca	Francisco Peres do Rosário	Wilberto José Speck
Polícia Militar	José Carlos Partika	Marcos Hermínio sasinski
Secretaria Ind. e Comércio	Reginaldo de Souza	Josênio Vieira Bernardi

II. Setor Produtivo:

ENTIDADES	TITULAR	SUPLENTE
Associação Corretores de Imóveis de Itapoá	Nelci Francisco Ferreira	David da Silva Melo
Centro Engenheiros e Arquitetos de Itapoá	Fabiano Lima	Luciana Lima
Sindicato Trabalhadores rurais	Antonio José da Cunha	Willi Dancker

III. Entidades Sociais e Ambientais:

ENTIDADES	TITULAR	SUPLENTE
Associação Redes ao Mar	Sérgio Valle Machado	Liane Carla R. dos Reis
Associação Pedra da Fraternidade	Emerson Oliveira Francisco	Humberto Antonio Gonzatto
Assoc. Prot. Mangue Barra do Saí	Oséias Fernando	Carlos J. Sentone
Fundação Pró - Itapoá	João Roberto V. Camargo	Renato Amaro Goldschmidt

IV. Representantes da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

Entidade	Titular	Suplente
OAB	Simone Brummer	Luiz Gustavo Assad Rupp

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 2244/2014.

Itapoá (SC), 06 de abril de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ERRATA AO PREGÃO Nº 20-2015

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO Nº 20/2015

REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2015

PROCESSO Nº 36/2015

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS
DATA: 17 de abril de 2015. HORÁRIO: 09h:00min (entrega envelopes)

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: Aquisição de material de limpeza para uso da Secretaria de Saúde, Unidades básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24hrs, Centro de Reabilitação, Centro de Bem Estar Animal e o Conselho Municipal de Saúde, conforme especificações Constantes no Anexo V e VI do Edital.

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário, faz as seguintes considerações ao edital:

1.) Aonde lê-se:

1. DO OBJETO:

3. O valor total máximo da aquisição é de R\$ 274.127,40 (duzentos e setenta e quatro mil, cento e vinte e sete reais e quarenta centavos) para o objeto. (pág.20)

2.) Passa a vigorar da seguinte forma:

1. DO OBJETO:

3. O valor total máximo da aquisição é de R\$ 274.067,40 (duzentos e setenta e quatro mil, sessenta e sete reais e quarenta centavos) para o objeto. (pág.20)

Conforme o Art. 21 - 4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES se manterá o exposto, pois esta alteração não fere os princípios deste artigo e parágrafo.

Itapoá, 08 de abril de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA

PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

**NOTIFICAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015
-REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2015 - PROCESSO
Nº14/2015
NOTIFICAÇÃO**

À

Empresa: BELA VISTA PAPELARIA EIRELI-ME

O Município de Itapoá, através da Pregoeira Oficial do Município, e da Comissão de apoio ao Pregão, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 05/2015 -REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2015 - PROCESSO nº14/2015- OBJETO: Aquisição de 8.000 camisetas tipo uniforme escolar para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, não houve por parte das empresas participantes do pleito licitatório o interesse de apresentação e interposição recursal conforme prazo findo na data 06/04/2015. Portanto a sessão pública para abertura de envelope de habilitação será 10/04/2015 às 09h:00min na sede do Município sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Departamento de Licitações e Contratos- Sala de Reuniões.

Itapoá, 08 de abril de 2015.
FERNANDA CRISTINA ROSA
pregoeira oficial do município

**SECRETARIA DE SAÚDE: EDITAL DE
CREDENCIAMENTO PARA FONOAUDIÓLOGO –
21/2015**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA FONOAUDIÓLOGO - 21/2015

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidato(s) para contratação temporária de profissional "FONOAUDIÓLOGO I", para atuar no Centro de Reabilitação e NASF, conforme Lei Complementar 016/2007 e em conformidade com a Lei Municipal 76/2001 e pelo que dispõe o presente edital.

1. OBJETO

O presente edital tem por finalidade o credenciamento de 01 (um) profissional Fonoaudiólogo para atuar no Centro de Reabilitação e NASF, em caráter temporário, com carga horária de 40 horas semanais.

2. LOCAL

O local para a inscrição será no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, mediante o recolhimento da taxa de Protocolo no valor de R\$ 12,00 (Doze reais) sito na Rua Mariana Michels Borges nº 201 - Itapema do Norte - Itapoá/SC CEP: 89249-000.

3. DATA E HORA

As inscrições serão realizadas no dia 17/04/2015 no horário das 08:00 às 12:00 horas, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá.

A entrevista será no mesmo dia(17/04/2015) a partir das 12:30 horas na Secretária Municipal de Saúde, sito no mesmo endereço.

4. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

4.1 Os Documentos necessários para participar do processo de seleção deverão constar no ato da inscrição em envelope lacrado com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone

para Contato.

- Cópia da carteira de identidade;
- Cópia do CPF;
- Cópia do diploma de Curso Superior em Fonoaudiologia;
- Cópia do Título de eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral - site do TRE www.tre-sc.gov.br ;
- Cópia do comprovante de residência.
- Cópia dos certificados de aperfeiçoamento ou atualização na área, dos últimos 04 (quatro) anos;
- Comprovante de tempo de serviço na área específica, através de C.T.P.S. ou declarações de prefeituras;

4.2 A documentação para a inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato que não entregar a documentação terá sua inscrição indeferida.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação obedecerá a seguinte ordem dos títulos e critérios:

5.2 Maior tempo de serviço na área;

5.2.1. No calculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias, a partir do 16º conta como 01 (um) mês;

5.2.1.2. 0,1 (um décimo) para cada mês de tempo de serviço;

5.3. 0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso de aperfeiçoamento e ou atualização frequente na área;

5.4. Entrevista valendo de zero a dez pontos;

5.5. O candidato deverá obter a pontuação mínima de 5,0 (cinco) pontos para a classificação.

6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Ao que possuir maior tempo de serviço na área;

6.2. Ao que possuir maior Idade.

7. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br no dia 22/04/2015.

8. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O candidato que atender as condições regulamentadas neste Edital e atingir a maior pontuação firmará contrato. O contrato reger-se-á pelo disposto na Lei Complementar nº 016/2007 em conformidade com a Lei Municipal 76/2001 e Lei Municipal 324/2010.

9. DOS PRAZOS

O presente Processo de Credenciamento destina-se a selecionar candidato para ser contratado, em caráter temporário, para o preenchimento da vaga de FONOAUDIÓLOGO I, mais cadastro de reserva que será utilizado se houver necessidade de nova contratação durante a vigência deste Edital pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data de publicação ou até o preenchimento da vaga pelo concurso público.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 As despesas provenientes do objeto deste edital serão pagas através do Fundo Municipal de Saúde, dotação orçamentária 3.1.90.00.00.0000 - Folha de Pagamento dos Servidores da Saúde.

10.2 Pelo serviço prestado, o profissional classificado receberá mensalmente o valor de R\$ 2.103,55 (Dois mil cento e três reais e cinquenta e

cinco centavos) referente ao Nível VII - A do cargo de Fonoaudiólogo + Gratificação NASF, conforme a Lei Municipal 155/2003 Plano de cargos e salários e Lei Municipal 324/2010 Gratificação dos Profissionais de Saúde do NASF.

10.3. Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de efetuar, na remuneração do contratado, os descontos previstos em Lei, bem como referentes aos danos causados pelo CONTRATADO por dolo ou culpa.

11. DOS RECURSOS

Os recursos contra o indeferimento dos pedidos de credenciamento deverão ser interpostos no prazo de 48 horas após a publicação do resultado na Secretaria de Saúde, sendo que a comissão de seleção conforme Decreto nº 2319/2014 de 19/11/2014 nomeada para tal fim, terá um prazo de 48 horas para resposta.

As dúvidas, informações e outros elementos necessários para o perfeito entendimento do presente edital, deverão ser dirimidos na Secretaria da Saúde, no endereço mencionado no preâmbulo do presente ou pelo Fone (47) 3443-8845 ou 3443-7094.

Itapoá, 08 de abril de 2015.

Cristian Angelo Grassi Marciane Rech Zagonel
Secretário de Saúde Coordenadora da Atenção Básica

Joseane Maria Soares de Lima Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II Agente Administrativo II

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01_2015 - APAE

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2015.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ (SC) E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 81.140.303/0001-01, com sede na Mariana Michels Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89249-000, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representado pelo Prefeito de Itapoá o senhor SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, entidade assistencial sem fins lucrativos, com sede na Rua Mariana Michels Borges, nº 675, Balneário Itapema do Norte, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 02.216.998/0001-91, neste ato representado por sua presidente, senhora MARLENE AMÂNCIO, doravante denominada CONVENIADA, tem entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Termo de Convênio, autorizado pela Lei Municipal nº 007/2005, de 30 de março de 2005 e Lei Municipal nº 483/2013, de 31 de outubro de 2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. Este convênio objetiva o repasse de subvenção social à APAE visando o estabelecimento de condições adequadas para o atendimento de pessoas portadoras de deficiências.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.1. Repassar, através do Fundo Municipal de Educação, à APAE o montante de R\$ 47.038,32 (quarenta e sete mil, trinta e oito reais e trinta e dois centavos) em 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 3.919,86 (três mil, novecentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos) cada, compreendendo liberações do mês de janeiro a dezembro de 2015, até o dia 10 (dez) de cada mês na conta-corrente nº 58188 - 7 do Banco do Brasil, agência 5439-9 (Itapoá);
2.2. Receber e fiscalizar a prestação de contas apresentada pela APAE, ficando a liberação, a partir da segunda parcela, condicionada à aprovação da prestação de contas do mês anterior através do formulário TC 28, que deverá ser apresentado até o dia 05 (cinco)

de cada mês;

3. DESTINAÇÃO DO REPASSE

3.1. Conforme Plano de trabalho anexo, parte integrante deste termo de convênio.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA APAE

4.1. Cumprir o disposto na Instrução Normativa da Controladoria Interna Municipal nº 005/2013, de 10 de dezembro de 2013, aprovada pelo Decreto Municipal nº 2076/2014, de 06 de janeiro de 2014.

5. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1. A Cumprir o disposto na Instrução Normativa da Controladoria Interna Municipal nº 005/2013, de 10 de dezembro de 2013, aprovada pelo Decreto Municipal nº 2076/2014, de 06 de janeiro de 2014.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrente do presente Convênio correrão por conta seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora, Fundo Municipal de Educação

3.3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

7. DA VIGÊNCIA

7.1. O presente convênio terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2015, com efeitos retroativos a 01/01/2015, podendo ser denunciado por qualquer das partes mediante comunicado formal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado e alterado em qualquer das suas cláusulas por aditamento.

8. DO FORO

8.1. Para dirimir questões não previstas neste Termo de Convênio as partes definem o foro da Comarca de Itapoá (SC) por qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Itapoá (SC), 30 de março de 2015.

MARLENE AMÂNCIO

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Teresinha Favaro da Silveira

Fundo Municipal de Educação

Luis Carlos Zagonel

Chefia de Gabinete

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE ITAPOÁ / SC

Fundada em 08.10.1997

Reg. no Cartório de Títulos e Doc. e Pessoas Jurídicas da Comarca de Joinville sob n.º 574- Livro A /4

Filiada a Federação Nacional das APAE's sob n.º 1402, de 16. 11.98

Reconhecida de Utilidade Pública Municipal, Lei n.º 72/97 - 18/ 11/ 1997

Reconhecida de Utilidade Pública Estadual, Lei n.º 11.110 - 02 /06/ 99

Reconhecida de Utilidade Pública Federal - Portaria nº 17, de 17 /03 /02

Atestado de Registro no Cons. Nacional de Assistência Social - CNAS, sob n.º 38, de 17 .04.2001

Registro no Cons. Municipal de Assistência Social sob n.º 005 / 01 CNPJ 02.216.998/0001-91/ Inscrição Estadual: Isento

Entidade Mantenedora do Instituto de Educação Especial de Itapoá - IEEI

Registro n.º 4.284 - Decreto n.º 1427 / Portaria E n.º 288/ SED - 13/04/98 - "IEEI"

TEL./FAX (47) 3443-1295- Rua Mariana Michels Borges nº 675 Pérola do Atlântico - 89249-000 - Itapoá/ SC

e- mail : apaeitapoasc@hotmail.com

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

CONVENIENTE: Apae de Itapoá			CNPJ: 02.216.998/0001-91	
ENDEREÇO: Rua Mariana Michels Borges, nº 675, Bairro Pérola do Atlântico				
CIDADE: Itapoá	U.F: SC	C.E.P.:89.249-000	TELEFONE: 47 3443-1295	
CONTA CORRENTE 58188-7	BANCO Banco do Brasil	AGÊNCIA 5439-9	PRAÇA DE PAGAMENTO	
NOME DO RESPONSÁVEL: Marlene Amâncio			CPF: 321.165.869-68	
CI/ÓRGÃO EXP.:SSP/PR	CARGO: Presidente	Função: Presidente	Matricula -	
ENDEREÇO, BAIRRO e CIDADE Rua 370, 745, Barra do Saí, Itapoá/SC			CEP 89.249-000	FONE: 3443-3823

2 - OUTROS PARTICÍPES

NOME	CNPJ/CPF	
ENDEREÇO, BAIRRO e CIDADE	CEP	

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Subvenção Social para atendimento de pessoas portadoras de deficiência	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO Janeiro/2015	TÉRMINO Dezembro/2015
Identificação do Objeto. Subvenção Social para atendimento de pessoas portadoras de deficiência		
Justificativa da Proposição. Para manutenção geral da Instituição, tendo como benefício social o estabelecimento de condições adequadas para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência e o benefício econômico pelo fato de não existir na estrutura governamental um órgão destinado ao atendimento de crianças excepcionais, tornando-se mais viável e econômico o convênio com a APAE.		

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa/ fase	Especificação	Indicador físico		Duração	
			Ude	Qde	Início	Término
- Folha de pagamento e encargos sociais	1	Despesas com folha de pagamento de pessoal, férias, 13º salário e encargos sociais (INSS, FGTS, Pis)	-	-	01/2015	12/2015
- Manutenção do prédio	1	Despesas com água, luz, telefone, internet, prestação de serviços, contabilidade, etc.	-	-	01/2015	12/2015
- Manutenção do veículo	1	Despesas com manutenção do veículo (conserto, seguro, impostos –IPVA, Dpvt, Licenciamento – e combustível.	-	-	01/2015	12/2015

5. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$) 47.038,32

Natureza da Despesa		Total	CONCEDENTE	CONVENIENTE
Código	Especificação			
3.3.3.50	Despesas com folha de pagamento, férias e 13º salário, bem como encargos sociais: INSS, FGTS e Pis.	R\$ 31.339,72	R\$ 31.339,72	R\$ 0,00
3.3.3.50	Despesas com água, luz, telefone, internet, prestação de serviços, contabilidade, etc.	R\$ 9.939,02	R\$ 9.939,02	R\$ 0,00
3.3.3.50	Despesas manutenção do veículo (conserto, seguro, impostos, Dpvat, IPVA, Licenciamento, seguro e combustível.	R\$ 5.759,58	R\$ 5.759,58	R\$ 0,00
TOTAL GERAL		R\$ 47.038,32	R\$ 47.038,32	R\$ 0,00

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

CONCEDENTE

Meta	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
Folha de pgto e encargos sociais			R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.500,00
Manutenção do prédio	R\$.3919,86	R\$ 3.919,86	R\$ 1.919,86	R\$ 959,93	R\$ 959,93	R\$ 1.419,86
Manutenção do veículo				R\$ 959,93	R\$ 959,93	
Meta	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
Folha de pgto e encargos sociais	R\$ 2.500,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.000,00		
Manutenção do prédio	R\$ 1.419,86	R\$ 959,93	R\$ 1.419,86	R\$ 959,93	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Manutenção do veículo		R\$ 959,93		R\$ 959,93	R\$ 919,86	R\$ 919,86

CONVENIENTE

Meta	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Meta	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

7. DEFERIMENTO SOLICITADO

Na qualidade de representante legal do Conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o plano de trabalho, programa (nome do programa/projeto).

Itapoá, SC, de de 2015.

Nome do Representante 8. MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

Deferido/Indeferido

....., SC, ____/____/2015

IPESI**ERRATA TP 01/2015**

AVISO 01 DE ERRATA DE LICITAÇÃO

PROCESSO 02/2014 - TOMADA DE PREÇO 01/2015

Havendo a necessidade de constar o endereço atual do IPESI no Edital acima citado, fica corrigido o item 4 do Quadro de Resumos, conforme segue:

ONDE SE LÊ

4 .Local de Apresentação: Sede Provisória da entidade promovente: Rua Ludovico Noé Zagonel (1590) – nº 804 – Itapoá – SC

LEIA-SE

4 .Local de Apresentação: Sede Provisória da entidade promovente: Rua Joao Batista Velen (1580) – nº 804 – Itapoá – SC

Por ter constado incorretamente no Edital acima, fica corrigido o item 6.1, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

6.1 O Local de apresentação: Sede Provisória do IPESI, sito Rua João Batista Velem (Rua 1590), nº 804, Centro, Itapoá-SC.

LEIA-SE

6.1 O Local de apresentação: Sede Provisória do IPESI, sito Rua João Batista Velem (Rua 1580), nº 804, Centro, Itapoá-SC.

Informamos ainda que ficam mantidas as demais condições previstas no edital. O edital completo com as alterações está disponível no site www.ipesi.sc.gov.br no banner ☐ Licitações ☐ e no IPESI das 8:00h às 14:00h Informações pelo telefone (047) 3443-2962.

Itapoá, 09 de Abril de 2015.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner
Diretora Executiva

Carlito Joaquim Custodio Junior
Presidente da CPL

Ituporanga**PREFEITURA****EDITAL CMDCA Nº 001/2015**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Ituporanga - SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 25 de março de 2015, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. 61 a 68 da Lei Municipal nº 2.416 de 06/11/12 e Lei Municipal nº 2.604 de 02/04/15, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Ituporanga - SC e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4 O exercício efetivo como conselheiro tutelar de período, consecutivo ou não, superior a 1 (um) mandato e meio, é impedimento à recondução.

1.4.1 Não poderão participar do Processo de Escolha:

1.4.1.1 Conselheiros e Conselheiras Tutelares que estão no segundo mandato consecutivo, exceto àqueles que foram empossados em 2013, cuja duração do mandato tenha ficado prejudicada, conforme previsto na Resolução nº 152 de 2012, publicada pelo CONANDA.

1.4.1.2 Conselheiros e Conselheiras Tutelares que exerceram a função por dois mandatos consecutivos e que tiveram o mandato estendido/prorrogado.

1.4.1.3 Conselheiros e Conselheiras Tutelares que já tinham exercido o primeiro mandato e que foram empossados para exercer um segundo mandato, nos anos de 2011 e 2012, conforme previsto na Resolução nº 152, de 2012, publicada pelo CONANDA.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e, conforme Lei Municipal nº 2.416 de 06/11/12 e Lei 2.604 de 02/04/15, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.261,97 + vale alimentação no valor de R\$ 75,00, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais, equivalente ao nível 8;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração

mensal;
IV - licença-maternidade;
V - licença-paternidade;
VI - gratificação natalina.

2.1.1. A carga horária do Conselheiro Tutelar será de 20 horas semanais, incluindo plantão/sobreaviso, conforme escala entre os cinco conselheiros.

2.2. O servidor público municipal investido no mandato de Conselheiro Tutelar será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração de carreira, devendo, todavia, cumprir a carga horária do cargo originário efetivo.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3. A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h às 12h e das 13h às 17h.

2.5.1 Plantão/sobreaviso noturno das 17h às 8h do dia seguinte.

2.5.2 Plantão/sobreaviso de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 13/04/2015 a 12/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público das 8h às 12h e das 14h às 16h, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Prefeitura Municipal de Ituporanga, Rua: Joaquim Boing, 40 - Centro.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:
I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;
II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência de um ano anterior à publicação deste Edital;

IV - ter escolaridade de nível superior;

V - não ter sofrido pena de advertência, suspensão ou perda do cargo no exercício das funções de Conselheiro Tutelar, como penalidade imposta em regular processo administrativo;

VI - experiência de 06 (seis) meses na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

- a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;
- b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;
- c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;
- d) nas áreas de Assistência Social, Psicologia, Pedagogia e Direito, apresentando o diploma de conclusão do curso, fica dispensado a apresentação da experiência com crianças e adolescentes;

VII - se servidor público municipal, anuência expressa do Chefe do Poder Executivo.

3.1.3 São requisitos para exercer as funções de Conselheiro Tutelar:

I - obter 100% de frequência na capacitação a respeito da legislação sobre os direitos da infância e da adolescência, promovida pelo CMDCA;

II - ter conhecimentos básicos de informática.

3.1.4 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar, mediante a anuência do Chefe do Poder Executivo.

3.1.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.6 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.7 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 22/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 23/06/2015 a 29/06/2015, no horário de atendimento ao público das 8h às 12h e das 14h às 16h, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Prefeitura Municipal de Ituporanga, Rua: Joaquim Boing, 40 - Centro.

3.2.2.1 O prazo de notificação para apresentação de defesa aos candidatos impugnados será do dia 30/06/15 à 03/07/15.

3.2.2.2 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 06/07/2015 a 10/07/2015, no horário de atendimento ao público na Secretaria Municipal de Assistência Social - Prefeitura Municipal de Ituporanga, Rua: Joaquim Boing, 40 - Centro.

3.2.2.3 A comissão especial eleitoral terá o período que apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 17/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 27/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos,

imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 9h às 16h, na E.E.Fundamental Mont' Alverne, situado na Frei Manoel, nº 120 - Centro - Ituporanga - SC.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o título de eleitor ou comprovante da última eleição e um documento com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes nos documentos, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 O eleitor votará uma única vez em um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do

processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Especial Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á no local de votação, com a presença do representante do Ministério Público, da Comissão Especial Eleitoral e dos candidatos.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Especial Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05 de outubro de 2015, afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 2.416 de 06/11/12 e Lei 2.604 de 02/04/15, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 08 de abril de 2015.

Dulce Maria Franciozi

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITUPORANGA - SC.

Anexo I
Cronograma Eleitoral

08/04/15	Publicação do Edital
13/04/15 à 12/06/15	Período de Inscrições
15/06/15 à 19/06/15	Análise das Inscrições
22/06/15	Publicação da relação dos Candidatos
23/06/15 à 29/06/15	Impugnação dos Candidatos
30/06/15 à 03/07/15	Notificação dos candidatos impugnados para defesa
06/07/15 à 10/07/15	Apresentação de defesa pelos candidatos impugnados
13/07/15 à 17/07/15	Análise e decisão das impugnações
20/07/15 à 24/07/15	Interposição dos recursos
27/07/15	Publicação dos candidatos aprovados
04/10/15	Eleição
05/10/15	Divulgação do resultado
10/01/16	Posse dos eleitos

LEI Nº 2.605, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

LEI nº 2.605, de 06 de abril de 2015

"Autoriza a demolição de prédios pertencentes ao Município de Ituporanga".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a demolição do prédio da Escola Rio Três Barras, situado na localidade de Rio Três Barras, neste Município, construída em madeira sobre o terreno rural matriculado no RI desta Comarca sob nº 7.304, do prédio do CE Pedro Júlio Müller, situado à Rua Acendino Santos Moreira, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, edificado em alvenaria sobre o terreno urbano matriculado no RI sob nº 10.460, de duas casas edificadas em dois lotes urbanos situados à Rua João Carlos Thiesen, nesta Cidade, imóveis cadastrados no RI sob nºs 25 e 1.524.

Art. 2º - Fazem parte integrante da presente Lei as certidões imobiliárias atualizadas dos imóveis mencionados no artigo 1º.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 06 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

Jacinto Machado**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2015/FMS**

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2015/FMS	
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO Contratada: JULIANO POSSAMAI DELLA DE SOUZA - ME Valor: R\$ 10.426,58 (dez mil quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos). Vigência: Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 004/2015 - CV Dotação: 2.020.3390.00 - 80 - 7/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 94 - 8/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.	
Jacinto Machado – SC, 27 de Março de 2015. ANA MARIA BACK MACHADO Gestora do Fundo	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2015/PMJM	
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: HN PAPELARIA E COPIAS LTDA ME Valor Global: R\$ 25.368,05 (vinte e cinco mil trezentos e sessenta e oito reais e cinco centavos). Vigência: Início: 26/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 019/2015/PMJM Dotação: 2.005.3390.00 - 80 - 10/2015 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO COMUM DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.	
Jacinto Machado – SC, 26 de Março de 2015. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito	

DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 009/2015/PMJM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 009/2015/PMJM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015/PMJM</p> <p>Homologação: 31/03/2015 Contratado: MECANICA MR SILVA DIESEL LTDA - ME Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DO CAMINHÃO DO LIXO E CAIXA DE CÂMBIO DO VEÍCULO, PLACA: MCN-8270 DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE JACINTO MACHADO/SC. Valor da Despesa: R\$ 7.952,00 (sete mil novecentos e cinquenta e dois reais). Fundamento: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 31 de Março de 2015. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2015/FMS

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2015/FMS</p> <p>Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO Contratado: LABORATORIO VITALI LTDA ME Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). Vigência: Início: 23/02/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2015 - IL Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.023.3390.00 - 94 - 16/2015 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL EM JACINTO MACHADO AOS USUÁRIOS DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015, DE ACORDO COM AS NORMAS DO SUS E O CONTIDO EM ANEXO I DESTE EDITAL.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 23 de Fevereiro de 2015. ANA MARIA BACK MACHADO Gestora do Fundo</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2015/FMS

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2015/FMS</p> <p>Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO Contratada: TRICHES COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA-ME Valor: R\$ 42.298,00 (quarenta e dois mil duzentos e noventa e oito reais). Vigência: Início: 27/02/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 002/2015 - CV Dotação: 2.020.3390.00 - 80 - 7/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 27 de Fevereiro de 2015. ANA MARIA BACK MACHADO Gestora do Fundo</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2015/FMS

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2015/FMS</p> <p>Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO Contratada: SUL GRÁFICA LTDA - EPP Valor: R\$ 61.101,02 (sessenta e um mil cento e um reais e dois centavos). Vigência: Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 001/2015 - CV Dotação: 2.020.3390.00 - 80 - 7/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 94 - 8/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO E CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO E UNIDADES DE SAÚDE, NOS SERVIÇOS DIÁRIOS DE ATENDIMENTO E NAS CAMPANHAS DE SAÚDE NO EXERCÍCIO DE 2015.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 2 de Março de 2015. ANA MARIA BACK MACHADO Gestora do Fundo</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2015/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
 Contratada: HN PAPELARIA E CÓPIAS LTDA - ME
 Valor: R\$ 10.085,20 (dez mil e oitenta e cinco reais e vinte centavos).
 Vigência: Início: 26/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 003/2015 - CV
 Dotação: 2.020.3390.00 - 80 - 7/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 100 - 10/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 94 - 8/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PELAS UNIDADES DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado – SC, 26 de Março de 2015.
 ANA MARIA BACK MACHADO
 Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2015/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
 Contratada: COMERCIAL SARETTO LTDA - EPP
 Valor: R\$ 11.227,10 (onze mil duzentos e vinte e sete reais e dez centavos).
 Vigência: Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 004/2015 - CV
 Dotação: 2.020.3390.00 - 80 - 7/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 94 - 8/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado – SC, 27 de Março de 2015.
 ANA MARIA BACK MACHADO
 Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2015/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
 Contratada: CONSTRUDELLA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
 Valor: R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais).
 Vigência: Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 004/2015 - CV
 Dotação: 2.020.3390.00 - 80 - 7/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 94 - 8/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado – SC, 27 de Março de 2015.
 ANA MARIA BACK MACHADO
 Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2015/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
 Contratada: ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO ME
 Valor: R\$ 8.448,40 (oito mil quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
 Vigência: Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 004/2015 - CV
 Dotação: 2.020.3390.00 - 80 - 7/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 94 - 8/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado – SC, 27 de Março de 2015.
 ANA MARIA BACK MACHADO
 Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2015/FMS

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2015/FMS</p> <p>Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO Contratado: TULIO MARAGNO CECONI ME Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). Vigência: Início: 31/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2015 - IL Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.023.3390.00 - 94 - 16/2015 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL EM JACINTO MACHADO AOS USUÁRIOS DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015, DE ACORDO COM AS NORMAS DO SUS E O CONTIDO EM ANEXO I DESTE EDITAL.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 31 de Março de 2015. ANA MARIA BACK MACHADO Gestora do Fundo</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2015/PMJM</p> <p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO ME Valor Global: R\$ 13.700,04 (treze mil setecentos reais e quatro centavos). Vigência: Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 022/2015/PMJM Dotação: 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 80 - 77/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.005.3390.00 - 80 - 10/2015 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO 2.033.3390.00 - 116 - 79/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 87/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE, E CENTRO ADMINISTRATIVO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 27 de Março de 2015. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2015/PMJM</p> <p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: CONSTRUDELLA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME Valor Global: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais). Vigência: Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 022/2015/PMJM Dotação: 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 80 - 77/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.005.3390.00 - 80 - 10/2015 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO 2.033.3390.00 - 116 - 79/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 87/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE, E CENTRO ADMINISTRATIVO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 27 de Março de 2015. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2015/PMJM</p> <p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: COMERCIAL SARETTO LTDA - EPP Valor Global: R\$ 6.046,50 (seis mil e quarenta e seis reais e cinquenta centavos). Vigência: Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 022/2015/PMJM Dotação: 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 80 - 77/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.005.3390.00 - 80 - 10/2015 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO 2.033.3390.00 - 116 - 79/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 87/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE, E CENTRO ADMINISTRATIVO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 27 de Março de 2015. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2015/PMJM</p> <p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: JULIANO POSSAMAI DELLA DE SOUZA - ME Valor Global: R\$ 7.289,78 (sete mil duzentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos). Vigência: Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 022/2015/PMJM Dotação: 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 80 - 77/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.005.3390.00 - 80 - 10/2015 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO 2.033.3390.00 - 116 - 79/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 87/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE, E CENTRO ADMINISTRATIVO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 27 de Março de 2015. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2015/PMJM</p> <p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXTENSÃO RURAL DE SC Valor Global: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais). Vigência: Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2015/PMJM Dotação: 2.048.3390.00 - 80 - 87/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, ALÉM DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE GERAÇÃO E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA, FLORESTAL E PESQUEIRA. EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA, PARA O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015. Conforme Plano Anual de Trabalho 2015.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 30 de Março de 2015. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2015/PMJM</p> <p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: MECANICA MR SILVA DIESEL LTDA - ME Valor Global: R\$ 7.952,00 (sete mil novecentos e cinquenta e dois reais). Vigência: Início: 31/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 009/2015/PMJM Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DO CAMINHÃO DO LIXO E CAIXA DE CÂMBIO DO VEÍCULO, PLACA: MCN-8270 DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE JACINTO MACHADO/SC.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 31 de Março de 2015. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2015/PMJM</p> <p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: REAL COMÉRCIO DE PEÇAS E PNEUS LTDA ME Valor Global: R\$ 48.084,00 (quarenta e oito mil e oitenta e quatro reais). Vigência: Início: 07/04/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 016/2015/PMJM Dotação: 2.008.3390.00 - 104 - 34/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 80 - 77/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 87/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGENS, RECAPAGENS E VULCANIZAÇÕES DE PNEUS DE USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 7 de Abril de 2015. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito</p>	

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015/PMJM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2015/PMJM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2015/PMJM

Homologação: 30/03/2015

Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXTENSÃO RURAL DE SC
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, ALÉM DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE GERAÇÃO E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA, FLORESTAL E PESQUEIRA. EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA, PARA O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015. Conforme Plano Anual de Trabalho 2015.

Valor da Despesa: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)
Fundamento: Art. 25, inciso CAPUT da Lei de Licitações.

Jacinto Machado – SC, 30 de Março de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

LEI Nº. 773 DE 01 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº. 773 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A CEDER EM COMODATO BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder em comodato à COOPERATIVA DE IRRIGACAO DE JACINTO MACHADO - COOIJAM o bem móvel assim descrito: Retroescadeira nova; tração 4x4; equipada com motor de 04 (quatro) cilindros, com no mínimo 85 hp de potência, turbo, bomba injetora com sistema de injeção mecânica; chassi em peça única, sistema hidráulico alimentado por bomba dupla de engrenagens, com vazão mínima de 151 lpm; câmbio com no mínimo 04 velocidades à frente e 03 a ré; eixo traseiro com planetária externa as rodas, com bloqueio do diferencial com acionamento elétrico; volume corado da caçamba de no mínimo 0,85m³ e cilindros duplos de basculamento da caçamba; peso operacional de no mínimo 6,851kg; profundidade de operação da retro de no mínimo 4,37 mts.

Art. 2º - O prazo de vigência do contrato a ser firmado entre as partes é de 10(dez) anos, podendo ser renovado por igual período.

Art. 3º - É de inteira responsabilidade da Comodatária a operação do veículo cedido com fundamento nesta Lei, pela qual responde por todos os prejuízos que eventualmente possam causar a outrem, tanto na esfera administrativa, cível e criminal.

Art. 4º - Faz parte integrante da presente Lei o modelo de convênio a ser firmado entre as partes, nos termos do ANEXO I.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 01 de abril de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 774 DE 01 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº. 774 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito especial, inserir elemento de despesa/modalidade de aplicação, conforme abaixo discriminado, destinado ao empenhamento de pessoal, despesas correntes e de capital, não previstas na Lei Orçamentária do exercício em curso, no valor total de R\$ 153.300,00 (Cento e cinquenta e três mil e trezentos reais):

Órgão 11: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade 2.026: Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.0080() - Transf. à Consórcios Públicos R\$ 69.332,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.0080() - Transf. à Consórcios Públicos R\$ 62.976,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.00.0080() - Transf. à Consórcios Públicos R\$ 20.992,00
TOTAL R\$ 153.300,00

Art. 2º - O recurso destinado a abertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, correrão por conta da anulação do seguinte crédito orçamentário do exercício em curso.

Órgão 08: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade 01: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Atividade 2.063: Manutenção dos Encargos Gerais
Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.0080(96) - Aplicações Diretas...R\$ 153.300,00
TOTAL R\$ 153.300,00

Parágrafo Único: Os recursos de que trata este artigo serão transferidos pela Prefeitura ao Fundo Municipal de Assistência Social na forma da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 01 de abril de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 775 DE 01 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº. 775 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ESTABELECE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FIA) E DO CONSELHO TUTELAR (CT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art.1º- Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e do Conselho Tutelar e dá outras providências.

Art. 2º- O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I. Políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

a) O município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas à infância e adolescência.

II. Serviços, programas e projetos de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III. Serviços especiais nos termos do artigo 87, incisos III, IV e V, da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) A prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

b) Identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;

c) Proteção Jurídico - Social.

Art. 3º - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente do município de Jacinto Machado:

I. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II. Conselho Tutelar;

III. Todas as Secretarias Municipais, que atuam direta ou indiretamente com a promoção, defesa, controle e efetivação e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 4º - O município deverá criar programas e serviços a que aludem os incisos II e III, do artigo 2º, desta Lei ou estabelecer, quando necessário, consórcio intermunicipal para o atendimento regionalizado, instituídos e mantidos por entidades governamentais ou não-governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Os programas serão classificados como de proteção ou socioeducativos e destinar-se-ão a:

a) Orientação e apoio sociofamiliar;

b) Apoio socioeducativo e meio aberto;

c) Colocação familiar;

d) Acolhimento Institucional;

e) Liberdade assistida;

f) Semiliberdade;

g) Internação.

CAPÍTULO II**DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****Seção I****Da Natureza e Composição**

Art. 5º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado, órgão autônomo, deliberativo e controlador da política de atendimento à infância e à adolescência, vinculado ao Gabinete do Prefeito e de composição paritária.

Art. 6º- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 14 (quatorze) membros, sendo 07 (sete) representantes de órgãos do Poder Executivo municipal e 07 (sete) representantes de organizações da sociedade civil organizada.

§ 1º O conselheiro indicado cumprirá mandato de 3(três) anos, com possibilidade de ser substituído a qualquer tempo, a critério da sua representação.

a) Entende-se por mandato o período entre a nomeação do conselheiro e sua desvinculação oficial, mesmo que este não tenha completado o total de 3 (três) anos de mandato.

§ 2º Após a nomeação dos conselheiros, o Conselho deverá reunir-se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob a presidência do Conselheiro com mais idade, para eleição, dentre seus membros, de uma Diretoria composta por 1(um) Presidente, 1(um) Vice-Presidente, 1(um) Secretário e 1(um) Tesoureiro, com atribuições disciplinadas no Regimento Interno.

a) Poderá ocorrer alternância entre sociedade civil e governo, na mesa diretora, respeitado o período de 18 (dezoito) meses, para cada segmento.

b) A representação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será exercida por seu Presidente nos atos inerentes ao seu exercício, o qual poderá indicar outro conselheiro para lhe representar sempre que necessário.

§ 2º Os conselheiros representantes das organizações da sociedade civil poderão ser reconduzidos, observado o processo de eleição da sociedade civil, através de "Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o CMDCA de Jacinto Machado". Processo este que deverá ser convocado com a antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias antes do término do mandato do Conselho.

Seção II**Do Fórum para Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil**

Art. 7º- As organizações da sociedade civil interessadas em participar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, habilitar-se-ão junto a comissão, composta por representantes de organizações da sociedade civil, especialmente designada pelo Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado.

§ 1º As organizações da sociedade civil interessadas em participar do processo eleitoral deverão comprovar o registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado e estar e pleno funcionamento há pelo menos 06 (seis) meses.

§ 2º Enquanto não instalado o Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado, a atribuição de convocar o processo de escolha das organizações da sociedade civil, será de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual designará comissão especial para conduzir o referido processo.

§ 3º A eleição das organizações representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante assembléia específica denominada: "Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o CMDCA de Jacinto Machado", obedecendo aos princípios gerais de escolha, dispostos em edital especialmente elaborado para esta finalidade.

§ 4º A Comissão responsável pela realização do processo de eleição

dos membros representantes da sociedade civil, encaminhará ao Prefeito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o processo de escolha, a relação das organizações da sociedade civil que integrarão o conselho e os nomes dos conselheiros representantes titulares e suplentes por elas indicados, devendo a nomeação e posse serem efetuadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

a) Será dado ciência ao Ministério Público, do processo de escolha dos membros representantes da sociedade civil, o qual será responsável pela fiscalização.

§ 7º Não poderão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado, na condição de representantes das organizações da sociedade civil:

a) representantes do Judiciário, Legislativo Municipal, Ministério Público, Defensoria Pública;

b) representantes de outros Conselhos integrantes de qualquer esfera de governo e conselheiros tutelares em exercício;

c) representantes de órgão de outras esferas governamentais,

d) representantes que exerçam simultaneamente função comissionada, ou detenha vínculo efetivo com a municipalidade.

Art. 8º- É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Público sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 9º- Os membros da Comissão do "Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado" serão, preferencialmente, representantes de organizações que não concorram ao pleito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado.

Seção III

Da Indicação dos Conselheiros Governamentais

Art. 10 - Os 7 (sete) conselheiros titulares e suplentes, representantes dos órgãos do Poder Executivo, Autarquias e Fundações Municipais, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, que poderá substituí-los a qualquer tempo.

§ 1º Os representantes governamentais deverão atuar em diferentes órgãos que direta ou indiretamente tenham relação com a execução dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º O número máximo de conselheiros indicados por órgão, não poderá exceder a 2 (dois) representantes titulares e respectivos suplentes.

Seção IV

Do Desempenho da Função de Conselheiros e da Perda do Mandato

Art. 11 - O desempenho da função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jacinto Machado, será considerado como serviço público relevante prestado ao município, e não será remunerado, sendo seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço.

§ 1º O conselheiro responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular da função, aplicando-se ao mesmo, naquilo que couber, o disposto na legislação do servidor municipal.

Art. 12- Os membros representantes da sociedade civil do Poder Executivo, Autarquias e Fundações Municipais, poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados quando:

I. for constatada a reiteração de faltas a 3 (três) sessões a reuniões ordinárias consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, conforme disciplinado no regimento interno.

a) A participação do conselheiro suplente, abona a falta do titular.

I. for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, conforme disposto no regimento interno do Conselho;

II. a cassação do mandato dos representantes governamentais e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, previsto no regimento interno do Conselho, no qual se garanta o contraditório e a ampla defesa, sendo a decisão tomada por maioria absoluta de votos dos membros do colegiado.

Art. 13 - Na perda de mandato de conselheiro, titular ou suplente, o chefe do Poder Executivo ou a organização da sociedade civil respectiva, indicará seu substituto.

Seção V

Da Estrutura Administrativa

Art. 14 - Cabe à administração municipal, fornecer os recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no disposto no artigo 4º, alínea "d", da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º A dotação a que se refere este artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado, inclusive para as despesas com a capacitação dos conselheiros;

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado deverá contar com espaço físico adequado para o seu funcionamento, devendo contar ainda com recursos materiais e humanos necessários ao bom desempenho de suas funções.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado, deverá contar com uma Secretaria Geral, composta no mínimo com 1(um) Secretário Executivo.

Seção VI

Das Atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 15 - São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado:

I. Deliberar, controlar e avaliar a efetivação da política de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 e 227, da Constituição Federal, e da Lei Orgânica Municipal e todo o conjunto de regras da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

II. Acompanhar, sugerir as prioridades e avaliar a elaboração da proposta orçamentária do município, utilizando quando necessário apoio técnico nas áreas contábil e jurídica do município.

III. Representar ao Ministério Público, bem como, aos demais órgãos legitimados no art. 210, da Lei Federal Nº 8.069/90, visando à adoção de providências cabíveis em caso de descumprimento de alguma de suas deliberações, ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente.

IV. Propor e acompanhar mudanças nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e do adolescente.

V. Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, preconizados na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

VI. Deliberar sobre a implementação dos programas e serviços a que se referem o Art. 2º desta Lei, bem como, sobre a criação de serviços, programas e projetos governamentais e não governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

VII. Proceder a inscrição de programas de proteção e socioeducativos governamentais na forma dos Arts. 90 e 91, da Lei Federal

nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

VIII. Proceder o registro de entidades e inscrição dos programas não governamentais, que atuam nas áreas da formação técnico profissional metódica, atendimento, promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, na forma dos Arts. 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação correlata vigente.

IX. Fazer comunicação dos registros realizados referentes aos incisos VII, VIII deste artigo, ao Conselho Tutelar e a autoridade Judiciária da Infância e da Juventude.

X. Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, pesquisas e formação continuada, no campo da promoção, proteção e defesa da infância e da adolescência;

XI. Apoiar e promover campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente.

XII. Promover e articular intercâmbio com entidades e órgãos públicos e privados, organismos nacionais e internacionais.

XIII. Pronunciar-se, emitir pareceres, resoluções, normativas e prestar informações sobre assuntos correlatos à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

XIV. Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas, por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

XV. Deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente.

XVI. Gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA e fixar critérios para sua utilização, nos termos do Art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e executar as demais atribuições previstas no Art. 21 desta lei e legislação correlata em vigência.

XVII. Realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, designando Comissão Especial responsável pela realização do referido pleito, em conformidade com a legislação correlata vigente.

XVIII. Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o Regimento Interno do Conselho.

XIX. Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total dos seus membros.

XX. Regulamentar, no Regimento Interno, a estrutura funcional mínima composta por plenário, mesa diretora do conselho, secretaria executiva, comissões, grupos de trabalho e comitês, definindo suas atribuições.

XXI. Regulamentar temas de sua competência, por resoluções aprovadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total dos seus membros, inclusive o Fundo Municipal da Infância e do Adolescente.

XXII. Publicar os atos deliberativos do Conselho.

XXIII. Manifestar-se em relação a escolha dos membros da secretaria executiva que dará suporte técnico e administrativo, necessário ao funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

Da Criação e Constituição

Art. 16 - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) do município de Jacinto Machado.

Parágrafo único. Para efeitos de publicidade, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) será identificado com o nome fantasia de Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA).

Art. 17 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Jacinto Machado (FIA), será regulamentado e gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com esteio nos Arts. 165 da Constituição Federal, 71, 72,

73 e 74 da Lei Federal nº 4.320/64 e 88, 154, 214 e 260, 260-A, 260-B, 260-C, 260-D, 260-E, 260-F, 260-G, 260-H, 260-I, 260-J da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Federal 13.019/2014 e legislação correlata vigente.

Art. 18 - Compete ao Poder Executivo Municipal repassar ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, 1%(hum por cento) da Receita Corrente proveniente dos Recursos Não Vinculados da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, exceto as Receitas de Impostos e de Transferências Constitucionais, destinado à promoção e defesa e controle dos direitos da população infantojuvenil.

Art. 19 - Os recursos do FIA serão assim constituídos:

I. Recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, do Estado e do município, inclusive mediante transferências "fundo a fundo", entre essas esferas de governo;

II. Destinações de Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, nos termos do Art. 260, do Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação e normas correlatas;

III. Doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, móveis e imóveis ou recursos financeiros e demais doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV. Valores provenientes de multas previstas no Art. 214, do Estatuto da Criança e do Adolescente, oriundas das infrações descritas nos artigos 245 a 258 do referido diploma legal;

V. Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VI. Recursos advindos de convênios, contratos e acordos firmados entre o município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

VII. Outros recursos que lhe forem destinados.

Seção II

Da Regulamentação e Gestão dos Recursos do Fundo FIA

Art. 20 - A regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Jacinto Machado, dar-se-á através de resolução do Conselho Municipal dos direitos da criança, onde conste obrigatoriamente entre outros comandos:

Art. 21 - A gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual compete:

a) Estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos.

b) Elaborar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo.

c) Elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

d) Deliberar e homologar a concessão de recursos do FIA às entidades não governamentais, serviços e programas governamentais que atuem no atendimento, promoção ou defesa dos direitos das crianças e adolescentes, em conformidade com critérios e normativas estabelecidas pelo Conselho.

e) Solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação acerca dos recursos homologados e, quando entender necessário, auditoria pelo Poder Executivo

f) Acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo.

g) Avaliar e aprovar os balancetes trimestralmente e o balanço anual do Fundo.

h) Fiscalizar e publicizar os projetos desenvolvidos com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- i) Desenvolver ações relacionadas à captação de recursos para o Fundo.
- j) Monitorar a atualização anual do cadastro nacional dos fundos municipais dos direitos da criança e do adolescente junto a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República
- k) Monitorar as destinações e doações realizadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fins de prestação de contas aos doadores e destinadores, assim como, a emissão dos recibos pelo órgão responsável pela administração e operacionalização do fundo.

Seção III

Da Operacionalização e Administração do FIA

Art. 22 - A operacionalização e administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será realizada pela Secretaria Municipal da Assistência Social ou outro órgão representativo do governo que o Chefe do Poder Executivo Municipal designar, o qual poderá vincular-se ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º A operacionalização e administração a que se alude o caput, refere-se a execução das atividades orçamentárias e contábil dos recursos do Fundo, a saber:

- I. Registrar os recursos orçamentários do Fundo;
- II. Responsabilizar-se pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo.
- III. Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e normas correlatas;
- IV. Elaborar balancetes trimestrais e anuais relativos ao Fundo, encaminhando para apreciação, avaliação e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como, aos órgão de controle e fiscalização interna e externa, em conformidade com a legislação vigente.
- V. Liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e adolescentes, nos termos das Resoluções, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- VI. Executar todas as atividades administrativas, contábeis e financeiras, com vistas a operacionalizar as ações atinentes aos objetivos do Fundo, conforme deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- VII. Encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), em conformidade com legislações que dispõem sobre esta matéria;

§2º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público municipal

§3º Devem ser aplicadas à execução orçamentária do Fundo as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Seção IV

Da Aplicação dos Recursos

Art. 23 - Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades, para o atendimento à criança e ao adolescente, através do financiamento de ações relativas a:

§1º Realização de estudos, pesquisas e diagnósticos municipais sobre a situação das crianças e adolescentes.

§2º Financiamento de projetos apresentados por entidades não governamentais e programas governamentais, registrados e inscritos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com as normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em relação ao repasse de recursos.

§3º Apoio a programa de incentivo à guarda e adoção, em

conformidade com o Art. 34, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§4º Realização de eventos, campanhas educativas e publicações, visando a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

§5º Realização de pagamento para a consecução de serviços técnicos, de comunicação, divulgação e publicação do interesse do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§6º Apoio aos serviços de localização de desaparecidos que afetam diretamente crianças e adolescentes.

§7º Financiamento de ações de proteção à criança e adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atração das políticas sociais básicas.

§8º Apoio e promoção de programas e projetos de capacitação continuada voltada a promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

§9º Pagamento de inscrição em eventos voltados a política de atendimento à criança e adolescente, assim como, concessão de diárias e adiantamentos para:

I. Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II. Membros da secretaria executiva do Conselho do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente;

III. Colaboradores eventuais; e

IV. Excepcionalmente, para crianças e adolescentes e respectivo responsável, conselheiros tutelares e profissionais na condição de representação do município de Jacinto Machado ou do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

§10 Pagamento de consultoria e assessoria técnica para realização de eventos e formação continuada dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, para garantir o pleno funcionamento do Conselho;

§7º Financiamento das ações previstas no Plano de Aplicação Financeira, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 24 - Fica vedada qualquer movimentação dos recursos do Fundo sem prévia deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de responsabilização criminal e administrativa, conforme legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR

Seção I

Da Criação do Conselho Tutelar

Art. 25 - Fica criado o Conselho Tutelar de Jacinto Machado, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990 e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária ao Gabinete do Prefeito.

Art. 26 - Fica instituída a função pública de conselheiro tutelar do Município de Jacinto Machado, que será exercida por 5 (cinco) membros com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

Parágrafo único. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar de Jacinto Machado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 27 - Caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos,

assim como, observados os indicadores sociais do município.

Seção II

Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art.28 - A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer, dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

- I. O processo de escolha dos conselheiros tutelares;
- II. Custeio com remuneração e formação continuada;
- III. Custeio das atividades inerentes as atribuições dos conselheiros, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias, quando necessário deslocamento para outros municípios, em serviço;
- IV. Manutenção geral da sede, necessárias ao funcionamento do órgão.

Art. 29 - O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, que ofereça acessibilidade e contará ainda com as seguintes garantias mínimas ao seu funcionamento:

- I. Placa indicativa da sede;
- II. Salas mobiliadas para atendimento individual pelos conselheiros tutelares, equipadas com computador com acesso à internet, sendo no mínimo 01(um) com impressora;
- III. Sala para recepção e atendimento ao público;
- IV. Sala para os serviços administrativos com computador com acesso à internet com impressora;
- V. Cozinha e área de serviço;
- VI. 1 (Uma) central telefônica e no mínimo telefone 01 (um) telefone móvel;
- VII. Veículos exclusivos para desempenho das atribuições dos conselheiros tutelares;
- VIII. Mobiliário e material de expediente adequado ao funcionamento do órgão;
- IX. Banheiros com acessibilidade e fraldário.

Art. 30 - O Conselho Tutelar contará com uma estrutura de recursos humanos, destinada a dar suporte necessário ao seu funcionamento.

§1º Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes funções permanentes, a serem desempenhadas por servidores públicos municipais efetivos, com perfil adequado às especificidades das atribuições do Conselho Tutelar, a saber:

- a) Motorista;
- b) Agente de limpeza e conservação;
- c) Telefonista;
- d) Agente administrativo.

Art. 31 - Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), ou sistema equivalente.

Parágrafo único. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção III

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 32 - A sede do Conselho Tutelar permanecerá aberta ao público, das 7h30 às 11h30 e das 13:30h às 17:30h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

Parágrafo único. Poderá o Poder executivo municipal, em acordo com deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança

e do Adolescente e o colegiado do Conselho Tutelar, estabelecer, através de emissão de decreto municipal, horário diferenciado ao previsto no caput, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população e em conformidade com a carga horária prevista no Art.33, desta Lei.

Art. 33 - O conselheiro tutelar fica sujeito à jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho distribuídas em atividades na sede do órgão.

§1º Caberá aos conselheiros tutelares registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

§2º Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como, aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual, o que não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de suas atividades.

Art. 34 - As decisões em relação às atribuições do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno.

Parágrafo único. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Seção IV

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 35 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Jacinto Machado, ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 36 - Os conselheiros tutelares serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do município de Jacinto Machado, em procedimento estabelecido nesta lei e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

§1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária entre os mesmos.

a) Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral, até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

b) A constituição e atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§3º A candidatura será individual e cada eleitor apto a participar do processo citado poderá votar em apenas 1(um) dos candidatos.

§4º Podem votar os cidadãos maiores de dezesseis anos, que possuam título de eleitor, no município, até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§5º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 37 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital de Convocação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei sem prejuízo no disposto na legislação nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações.

§1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada

de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 38 - O processo de eleição para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Seção V

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 39 - Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I. Reconhecida idoneidade moral.

II. Idade superior a 18 (dezoito) anos.

III. Residir no município.

IV. Estar no gozo dos direitos políticos.

V. Possuir Ensino Médio Completo

VI. Possuir Carteira Nacional de Habilitação - categoria "B".

VII. No ato da inscrição, não poderá estar vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VIII. Proceder a entrega da documentação prevista no edital de convocação.

Art. 40 - O conselheiro tutelar titular, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Seção VI

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 41 - Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3(três) dias úteis, publicará edital com o nome dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§1º Após a publicação do edital de que trata o caput, será facultado ao candidato indeferido pela comissão, o direito a recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a contar da referida publicação.

§2º Passado o prazo previsto no §1º a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos deferidos.

§3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no §2º, indicando os elementos probatórios.

§4º Passado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado, o direito a recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 2 (dias) dias úteis, contados da publicação de que trata o §3º.

§5º Passado o período de recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o Art. 44 desta lei.

Art. 42 - Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o §5º do Art.41.

Art. 43 - Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital com os nomes dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

Seção VII

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 44 - Os candidatos habilitados ao pleito, passarão por prova de conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 45 - Será facultado aos candidatos, interposição de recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2(dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

§1º Passado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

Seção VIII

Da Campanha Eleitoral

Art. 46 - É vedado aos candidatos:

I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, nos termos do art. 14, § 9º, da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 64/90, da Lei n. 9504/1995 e do Código Eleitoral.

II. Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto, nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia.

Art. 47 - A violação do disposto no Art.46 desta lei, acarretará a cassação do registro da candidatura.

Art. 48 - Admite-se a realização de debates e entrevistas.

Seção IX

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 49 - Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com no mínimo, 30(trinta) dias de antecedência.

Art. 50 - A Comissão Especial Eleitoral poderá obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como, providenciar a elaboração de software, observada as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral.

§1º Na impossibilidade de aquisição de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral, poderá obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente;

§2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atento à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 51 - À medida que os votos forem sendo apurados, os

candidatos poderão apresentar impugnações que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral, ouvido o Ministério Público.

§1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto a Comissão Especial Eleitoral.

§2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§2º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

Seção X

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 52 - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

§1º Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.

Seção XI

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 53 - Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como, o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no diário oficial do município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§4º Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato com mais idade.

§5º Os escolhidos serão nomeados e empossados pelo chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem necessariamente seus deveres e direitos, assim como, a descrição da função de Conselheiro Tutelar na forma do disposto no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90.

§6º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§7º No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha complementar através de eleição para o preenchimento das vagas.

§8º Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

Seção XII

Das Atribuições do Conselheiro Tutelar

Art. 54 - Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, obedecendo aos princípios da administração pública conforme o disposto no Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 55 - Além das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº

8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente incumbe também ao Conselho Tutelar:

I. Receber petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II. Elaborar seu regimento interno, em prazo não superior a 6 (seis) meses após a posse, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão;

III. Encaminhar seu regimento interno para publicação no site da prefeitura municipal de Jacinto Machado, assim como, afixá-lo em local visível na sede do órgão e encaminhá-lo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

a) Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fica facultado o envio de propostas de alterações no regimento interno apresentado pelo Conselho Tutelar.

IV. Encaminhar relatório trimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como, as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

V. Articular ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

VI. Observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei Federal nº 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como, nas Resoluções do CONANDA e demais legislações pertinentes;

VII. participar de eventos relacionados a política de atendimento a criança e ao adolescente e, em especial, naqueles relacionados a formação continuada;

Art. 56 - No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes tradicionais, o Conselho Tutelar deverá:

I. submeter o caso à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como, aos representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e

II. Considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sociocultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pela Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 57 - No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I. nas salas de sessões do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II. nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III. nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

IV. em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Sempre que necessário o integrante do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Seção XIII

Da Vacância

Art. 58 - A vacância da função decorrerá de:

I. Renúncia;
II. Falecimento;
III. Destituição;
IV. Aplicação de sanção administrativa de destituição da função;
V. Posse em cargo, emprego ou função públicas remuneradas, conforme preconiza o Art. 37 da Constituição Federal;
VI. Condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

Art. 59 - Os conselheiros tutelares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I. Vacância de função;
II. Férias do titular;
III. Licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.
Parágrafo único. O suplente, no efetivo exercício da função de conselheiro tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

Seção XIV Dos Direitos

Art. 60 - O conselheiro tutelar no efetivo exercício da sua função perceberá a título de remuneração o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 1º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devido junto ao sistema previdenciário do INSS.

§ 2º Sendo o Conselheiro funcionário público, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo ou função de origem, vedada a acumulação de vencimentos nos termos da legislação pertinente.

§ 3º O conselheiro tutelar perderá a remuneração do dia, nos casos de:

I. não comparecer ao serviço;
II. ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a (30) trinta minutos.

Seção XV Das Vantagens

Art. 61 - Aos conselheiros tutelares serão pagas, no efetivo exercício da função, as seguintes vantagens:

I - gratificação natalina;
II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
III - licença-maternidade;
IV - licença-paternidade.

Art. 62 - Ficam garantidas as demais bonificações aplicáveis aos servidores públicos do município, respeitada a característica da natureza do Conselho Tutelar

Seção XVI Das Férias

Art. 63 - O Conselheiro fará jus a 30 (trinta) dias de férias a cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício da função.

Seção XVII Das Licenças

Art. 64 - Conceder-se-á ao Conselheiro licença:

I - para concorrer a cargo eletivo;
II - para gestação;
III - em razão de paternidade;
IV - para tratamento de saúde;
V - por acidente em serviço.

Parágrafo único - É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período de licença prevista nos incisos I, IV, e V, do caput do artigo, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art. 65 - Poderá ser concedida licença ao conselheiro por motivo de doença de filho, pais, cônjuge ou companheiro, mediante comprovação da sua necessidade por junta médica e pelo serviço social do município.

§ 1º - As licenças previstas no caput deste artigo serão concedidas sem o pagamento da remuneração.

Art. 66 - A conselheira tutelar gestante terá direito a 120 (cento e vinte) dias consecutivos de licença remunerada, a partir do oitavo mês de gestação.

§ 1º - A licença maternidade também será concedida na forma da lei municipal a conselheira e ao conselheiro solteiro que adotar.

Art. 67 - A licença paternidade será concedida de forma remunerada ao conselheiro pelo nascimento de filho, pelo prazo de cinco dias, contados do nascimento.

Art. 68 - Será concedida ao Conselheiro licença remunerada para tratamento de saúde e por acidente em serviço com base em perícia médica.

§ 1º - Para a concessão de licença, considera-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo Conselheiro e que se relacione com o exercício das suas atribuições.

§ 2º - Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I. Decorrente de agressão sofrida, e não provocada, pelo conselheiro no exercício das suas atribuições;
II. Sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa;
III. Sofrido no percurso para o local de refeição ou volta dele, no intervalo do trabalho.

Seção XVIII Das Concessões

Art. 69 - O Conselheiro poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, nas demais ocasiões previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei n. 245/2000).

Seção XIX Do Tempo de Serviço

Art. 70 - O exercício efetivo da função pública de conselheiro tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

I. Sendo o conselheiro tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para promoção por merecimento.

II. O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

III. A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, podendo a Prefeitura Municipal firmar convênio com os Poderes Estadual e Federal para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

IV. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 dias.

Seção XX Dos Deveres

Art. 71 - São deveres do conselheiro tutelar:

I. Exercer com zelo e dedicação as suas atribuições;
II. Ser leal às instituições;
III. Observar as normas legais e regulamentares;
IV. Atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público;
V. Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio

público;
VI. Manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;
VII. Revelar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações que demandar tratem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade.
VIII. Ser assíduo e pontual;
IX. Tratar com urbanidade as pessoas.

Seção XXI Das Proibições e Condutas

Art. 72 - Ao conselheiro tutelar é proibido:
I. Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante expediente, salvo no exercício das suas atribuições;
II. Recusar fé a documento público;
III. Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
IV. Acometer a pessoa que não seja membro de Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;
V. Valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
VI. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
VII. Proceder de forma desidiosa;
VIII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;
IX. Exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
X. Aplicar medidas previstas em Lei sem a prévia discussão e decisão colegiada, como determina o Art. 137 da Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
XI. Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;
XII. Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;
XIII. Deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990;
XIV. Descumprir os deveres funcionais mencionados no Art. XX desta Lei e na legislação local relativa ao Conselho Tutelar.

Art. 73 - O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:
I. A situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
II. For amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
III. Algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
IV. Tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.
§1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.
§2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses desse artigo.

Seção XXII Das Penalidades

Art. 74 - Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como, a qualquer cidadão é facultado a realização de denúncias.

Parágrafo único. Caberá a Administração Municipal coordenar e executar todas as atividades relativas à apuração disciplinar dos conselheiros tutelares de Jacinto Machado.

Art. 75 - São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - destituição da função.

Art. 76 - Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, as agravantes e as atenuantes.

Art. 77 - A advertência será aplicada por escrito pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nos casos de violação constante nos incisos I, II e IX do Art. 71 e do Art. 72 dado a inobservância do dever funcional previsto nesta lei.

Art. 78 - A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência ou faltas graves, mediante processo administrativo disciplinar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei n. 245/2000).

Art. 79 - O conselheiro tutelar será destituído da função nos seguintes casos:
§ Prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;
§ Incontinência pública ou conduta escandalosa no exercício da função;
§ Ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
§ Posse em cargo, emprego ou outra função pública remunerados;
§ Transgressão dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do Art. 71.

Art. 80 - O ato de imposição da penalidade do Art.77, mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Seção XXIII Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 81 - Da sindicância, que não excederá o prazo de 30 (trinta) dias, poderá resultar:
I - o arquivamento da denúncia;
II - a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;
III - a instauração de processo disciplinar.

Art. 82 - Como medida cautelar e a fim de que o conselheiro não venha interferir na apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração.

Seção XXIV Da Regra de Competência

Art. 83 - A competência do Conselho Tutelar será determinada:
I - pelo domicílio dos pais ou responsável;
II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.
§ 1º - Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
§ 2º - A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

Seção XXV
Disposições Finais

Art. 84 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a viabilização dos serviços de que tratam o Art. 4º desta Lei, bem como, para a estruturação dos Conselhos Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

Art. 85 - Aplicam-se aos conselheiros tutelares, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do município e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo de sindicância e administrativo disciplinar.

Art. 86 - Ficam resguardados os atuais mandatos dos conselheiros dos direitos da criança e do adolescente e conselheiros tutelares escolhidos e empossados anterior a vigência desta lei, validando todos os atos anteriormente emanados.

Art. 87 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão devidamente disciplinadas pelo seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado, deverá aprovar as alterações do seu Regimento Interno, em conformidade com esta Lei, em sessão com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão.

Art. 88 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando a Lei Municipal nº. 147 de 30 de junho de 1997 e demais disposições municipais em contrário.

Art. 89 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado, como órgão público, na consecução de suas atividades adotará os princípios da administração pública, constantes do artigo 37 da Constituição Federal;

Art. 90 - Os Conselhos Municipais ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com os Conselhos Tutelares, deverão promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 01 de abril de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

TERMO ADITIVO 07 AO CONTRATO 073/2012/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 07 AO CONTRATO 073/2012/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Vigência: Início: 26/03/2015 Término: 30/06/2015

Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 001/2012 - CC

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/06/2015.

Jacinto Machado – SC, 26 de Março de 2015.

ANTONIO JOÃO de Fáveri

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 14/2015 - FME

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 14/2015 - FME	VALOR: R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
Concedente: Fundo Municipal de Esportes CNPJ: 21.672.486/0001-84	Beneficiado: Associação Atlética Frei Bruno - AAFB CNPJ: 78.506.870/0001-24
Objeto: O presente Termo de Fomento visa estabelecer bases em regime de mutua cooperação, para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, a ser executado pelo FOMENTADO	Previsão orçamentária: Proj./Atividade: 2128. Manutenção das Ativ. de Esportivas Modalidade Aplicação: 212 3.3.50.00.00.00.00.00.01.000 0.000000
Lei de Autorização: Nº 4.555 / 2014	Data: Joaçaba, 24 de março de 2015.
Superintendente: Rony Edson Lenz	Presidente: Rubens Balestrin

HOMOLOGAÇÃO PL 25 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2015/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015/PMJ

O Secretário Municipal de Educação de Joaçaba, José Luiz Junqueira de Carvalho, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 25/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 16/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios públicos municipais.

-Empresas Vencedoras:

ANTONIO BOLDRINI-ME

VALOR R\$ 76.437,90

CAPINZAL CENTER LTDA-ME

VALOR R\$ 22.371,49

ILLO QUIMICA LTDA- EPP

VALOR R\$ 15.675,00

NUTRI SC COM. DE ALIMENTOS LTDA-ME

VALOR R\$ 118.041,90

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIP. LTDA-ME

VALOR R\$ 15.027,20

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-EPP

VALOR R\$ 108.135,86

Fiscal das Atas de Registro de Preços: RENAN ZILIO, NATHALIA COSTENARO MASCARELLO E ADELAIDE NETA MENDES DA SILVA.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 07 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

José Luiz Junqueira de Carvalho

Sec. Educação.

NOTIFICAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

Nº Portaria: 3.655 de 09 de janeiro de 2015

Ivestigada: Lizziane Flávia Coelho

Assunto: Apuração de valores

Fica cientificada a investigada acerca do cálculo da referida Tomada de Contas, para que apresente a sua defesa no prazo de até 10 (dez) dias.

Héllen Christian Wiest Dabrowski

Presidente Comissão de Processos Administrativos 3

PORTARIA N.º 4188

PORTARIA Nº 4.188 DE 07 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) VALDIRENE FERNANDES DA SILVA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.306 de 11 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de março de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de março de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4189

PORTARIA Nº 4.189 DE 07 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) CLEUSA SONEGO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.252 de 10 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de abril de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos desde 06 de abril de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4190

PORTARIA Nº 4.190 DE 07 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ROSANA SCHAUFFLER HEBERLE, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.422 de 19 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de abril de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de abril de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4191

PORTARIA Nº 4.191 DE 07 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) WALDOMIRO JOAO SOARES, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando as Secretaria de Assistência Social, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias), 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) e 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 22 de março de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de março de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4192

PORTARIA Nº 4.192 DE 07 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DONIZETE MARIA BILIBIO ANGONESE, Técnico em Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 13 de abril de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de abril de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4193

PORTARIA Nº 4.193 DE 07 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) FRANCIANI ALICE RIZZI SCHMIDKE, Técnico em Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 16 de abril de 2012 a 15 de abril de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de abril de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de abril de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4194

PORTARIA Nº 4.194 DE 07 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARCELINO ZUFFO, Monitor Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 06 de março de 2012 a 05 de março de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de abril de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de abril de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.
LUIZ VASTRES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4195

PORTARIA Nº 4.195 DE 07 DE ABRIL DE 2015
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) DIEGO DA SILVEIRA PADILHA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais a partir do dia 01 de abril de 2015, para atuar no CE Frei Bruno junto a oficina de tênis de mesa oferecida pela escola conforme memorando 86/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.
LUIZ VASTRES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4196

PORTARIA Nº 4.196 DE 07 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DIRLEI DE OLIVEIRA BRESSANELLI, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 02 de julho de 2012 a 01 de julho de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de abril de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de abril de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.
LUIZ VASTRES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4197

PORTARIA Nº 4.197 DE 07 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ALCEU SEBASTIAO DE LIMA, Fiscal de Vigilância Sanitária, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de abril de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de abril de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.
LUIZ VASTRES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4198

PORTARIA Nº 4.198 DE 07 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) INGRIT RIEPE, Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de março de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de março de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4199

PORTARIA Nº 4.199 DE 07 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) RICARDO REESE PEREIRA, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 03 de maio de 2013 a 02 de maio de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de abril de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de abril de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4200

PORTARIA Nº 4.200 DE 07 DE ABRIL DE 2015

"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a servidora Sra. JESSICA DIAS DE AMARAL RINALDI para acompanhar e fiscalizar o contrato n.º 215/2015/PMJ, proveniente do Processo de Licitação n.º 84/2014/PMJ - Concorrência Pública n.º 11/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93, em substituição ao Sr. Silvio Fiedler designado para tal fiscalização anteriormente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 20 de março de 2015, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4201

PORTARIA Nº 4.201 DE 08 DE ABRIL DE 2015

"SUBSTITUI MEMBRO DE COMISSÃO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir servidor indicado, para compor a Comissão Especial para acompanhar o processo de Concurso Público n.º 001/2015 - Secretaria Municipal de Saúde.

Membro: Marcella de Mattos

Substituto: João Carlos Toledo de Sampaio

Art. 2º. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de abril de 2015

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

ATA REGISTRO 08/2015 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 1/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
1	Absorvente higiênico com fibras de algodão, sistema compact gel, com abas, sem perfume, contendo 08 absorventes normais.	PCT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	NATURALMENTE GEL	0	1,6500
2			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	sym	0	3,5000
3			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	3,5900
2	Absorvente higiênico com fibras de algodão, sistema compact gel, com abas, sem perfume, contendo 08 absorventes noturnos.	PCT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SYM	0	3,1500
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	3,1900
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	sempre livre	0	4,2500
3	Água sanitária - 2,5% de cloro ativo - embalagem de 02 litros	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	MIL FLORES	0	2,0700
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	zavaski	0	2,0900
			PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - M (10956)	IDEAL	0	2,1000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	universal	0	2,5000
4	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8% - LÍQUIDO	LTO	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	MEGA	0	3,5900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	mega	0	3,7200

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 2/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
5	Álcool etílico hidratado líquido - 92,8º - 500 ml	FRC	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	FLOPS	0	3,8500
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	2,3500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	mega	0	2,5700
6	Álcool em gel - 72º - 500 ml	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	mega	0	2,8800
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	3,0900
7	ALCOOL EM GEL - 72º - EMBALAGEM DE 600 ML (REFIL PARA DISPENSER)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	columbus	0	4,7500
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	premise	0	4,7900
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	belplus	0	5,9800
8	Algodão em bolas - puro algodão branco - 50 gr	PCT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BELA COTON	0	1,6500
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	3,9900
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	coton	0	4,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 3/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
9	Amaciante para roupas - aspecto líquido viscoso - cor azul - pH (puro) 3,0 a 3,6 - composição: cloro de dialquil dimetil amônio; atenuador de espuma; coadjuvantes; fragrância; conservante; corante; acidificante; água - embalagem de 02 litros.	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	NATURATTE	0	2,3900
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	zavaski	0	2,4000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	lhe	0	3,0000
10	Aparelho difusor elétrico para líquido repelente de mosquitos (aparelho + refil de, no mínimo 35 ml)	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAID	0	9,7500
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	9,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	piriza	0	12,0000
11	Aparelho de barbear descartável com duas lâminas paralelas em aço inox	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	multitink	0	0,7000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	1,0900
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BOZANO	0	1,5500
12	Balde plástico – 20 litros – com alça de metal reforçada	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	mariplast	0	5,6900
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ARQPLAST	0	8,3000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 4/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
13	BALDE PLÁSTICO 15 LITROS COM ALÇA DE METAL REFORÇADA	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	mariplast	0	3,6400
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	arqplast	0	4,0000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ARQPLAST	0	5,4000
14	Balde plástico - 10 litros - com alça de metal reforçada	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	mariplast	0	2,6000
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	arqplast	0	3,5000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	5,2900
15	Balde plástico - 08 litros - com alça de metal reforçada	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	mariplast	0	1,8000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ARQPLAST	0	2,8500
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	arqplast	0	3,0000
16	Bolsa alvejada lisa, branca, 90% algodão - tamanho mínimo 50x80 cm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	martimpanos	0	1,9700
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	ficher	0	1,9900
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MARTINS	0	2,0900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 5/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
17	Bolsa em algodão cru, 90% algodão - tamanho mínimo 50x80 cm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	cremer	0	2,1800
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MARTINS	0	2,1800
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	3,4900
18	Bota de borracha - cano médio - sem forro - cor branca - numeração de 37 a 42	PAR	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ZUQUIBRAS	0	23,4500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	bracol	0	23,5000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	34,0000
19	Cabo para vassoura avulso, em madeira, 1,20 m, sem capa.	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	desafio	0	1,2500
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	1,2900
			PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - M (10956)	odim	0	1,5000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dalcim	0	1,5000
20	CERA EM PASTA - COMPOSIÇÃO MÍNIMA: CERA DE CARNAÚBA E POLIETILÉNICAS, PARAFINAS, SOLVENTES ALIFÁTICOS, SILICONE E PERFUME - EMBALAGEM COM 400 GR	LTA	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	GUANABARA	0	6,6000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	andreaia	0	6,6500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 6/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	guanabara	0	7,1000
21	Cera líquida - composição mínima: parafina, cera de carnaúba, emulsificante, alcalinizante, plastificante, coadjuvante, formol, perfume, água e corante (exceto versão incolor) - embalagem com 750 ml	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RUBI	0	2,0300
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	RUBI	0	2,0500
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	andreaia	0	2,1000
22	Cesto para lixo em plástico telado, sem tampa, altura aproximada 26 cm, capacidade aproximada 10 litros	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	PLAUTIL	0	2,9900
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ARQPLAST	0	3,0000
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	arqplast	0	3,0000
23	Colher para refeição em plástico transparente ou branca, descartável, com aproximadamente 20 cm de comprimento - com 50 unidades.	PCT	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	STRAUPLAST	0	3,1200
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	STTAU PLAST	0	3,1500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	strawplast	0	4,2000
24	Condicionador para cabelos normais e danificados - 200 ml	FRC	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MONANGE	0	3,2500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 7/35

Número do Registro de Preços: 8/2015								Data do Registro: 07/04/2015		Válido até: 07/04/2016	
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
25	Condicionador para cabelos - infantil - 200 ml	FRC	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	6,9900	2				
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	vinilaydi	0	7,0000	3				
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	TRALALA	0	5,4900	1				
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	anjinho	0	6,0000	2				
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BB VIDA	0	7,9500	3				
26	Copos de isopor - 180 ml - com 1.000 un	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	COPOBRAS	0	99,0000	1				
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	copobras	0	119,0000	2				
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	COPOBRAS	0	165,0000	3				
27	Copos de isopor - 240 ml - com 1.000 un	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	COPOBRAS	0	115,0000	1				
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	copobras	0	129,0000	2				
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	COPOBRAS	0	200,0000	3				
28	Corda para varal nº 05 - 10 metros	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SUPER CODA	0	1,0000	1				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 8/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
29	COTONETE - 75 UN		NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	supercorda	0	2,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	mor	0	2,4000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BELLACOTON	0	0,7500
30	CREME DENTAL ADULTO - 90 G		CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	1,0900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	amijinho	0	1,1200
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	FREDENTIDENT	0	1,0000
31	CREME DENTAL INFANTIL - 90 GR - sem flúor		ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	free dent	0	1,0500
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	fredent	0	1,3000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	condor	0	2,9000
32	Creme hidratante para cabelos - pote com 450 g - vários tipos.		OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BITUFO	0	8,3000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SKALA	0	3,0000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	6,5900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 9/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	vinyl	0	12,0000
33	Desengordurante para cozinha - composição mínima: lauril éter sulfato de sódio, ácido cítrico, álcool graxo etoxilado, éter glicólico, água e perfume - com 500 ml	FRC	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	ilha	0	1,9700
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	1,9900
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	UAU	0	2,5000
34	Desinfetante a base de hipoclorito de sódio indicado para desinfecção de alimentos - pH de 2,0 a 2,5% - embalagem de 05 litros	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ILLO	0	7,0700
			PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - M (10956)	ideal	0	7,5000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	12,0000
35	DESINFETANTE BACTERICIDA - COMPOSIÇÃO MÍNIMA: ÁGUA, INGREDIENTE ATIVO, PRESERVANTE, SABÃO, SOLVENTE, PERFUMES E CORANTES ARTIFICIAIS DE PINHO / EUCALIPTO /- CAPACIDADE DE ELIMINAÇÃO DE 99% DAS BACTÉRIAS, GERMES E FUNGOS - EMBALAGEM DE 02 LITROS	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	universal	0	2,2500
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	2,2900
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	zavaski	0	2,4500
37	Desodorante para vaso sanitário em pedra – com suporte para fixação	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	LUVZEL	0	0,6500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 10/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	sany	0	0,6600
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	sany	0	0,7200
38	Desodorante antitranspirante em spray - 150 ml - sem perfume e sem álcool	TB	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MONANGE	0	6,7500
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	9,9900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dihelen	0	10,0000
39	DESODORANTE ROLON - 50 ML - sem perfume	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	AVON	0	3,1000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dihelen	0	4,5000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	5,9900
40	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, 300 ML - AEROSOL	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	ultra	0	4,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	audax	0	4,8100
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	6,5900
41	Detergente desencrostante - uso profissional - composição: sabão, amoníaco, tensoativos sintéticos, sequestrantes, complexantes e estabilizantes - concentrado - embalagem de 5 litros	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ILLO	0	7,8900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 11/35

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 07/04/2015		Válido até: 07/04/2016			
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Detergente em pó - aspecto pó soprado - cor azul - pH (solução aquosa1%); 10,0 a 10,5 - composição mínima: dodecibenzeno sulfonato de sódio; coadjuvantes; dispersante; corante; fragrância; branqueador óptico; água; carga - embalagem com 10 kg	UN	ILLO QUIMICA LTDA - EPP (10729)	ILLO QUIMICA	0	7,9000	2
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	universal	0	11,2000	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	class	0	30,0000	1
43	DETERGENTE LIMPADOR ODORIZANTE - USO PROFISSIONAL - COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS SINTÉTICOS, AROMATIZANTE FLORAL OU EUCALPTO, CONTROLADOR DE ESPUMA PARA EVITAR ENXAGÜE, PH 8,5 A 9,5% - CONCENTRADO - EMBALAGEM DE 05 LITROS	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	30,9000	2
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	klip	0	35,6000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	illo	0	18,0000	1
44	Detergente neutro - uso profissional - com elevada concentração de matéria ativa, associação de tensoativos aniônicos, estabilizantes, complexantes e sequestrantes em elevada concentração e equilíbrio - aspecto líquido, viscoso e transparente - PH de 6,5 a 7,5 % - especial para lavagem de pratos e utensílios de mesa - embalagem de 5 litros	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	eco	0	21,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	colmax	0	6,0000	1
			PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - M (10956)	classimp	0	6,0300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 12/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ILLO QUIMICA LTDA - EPP (10729)	ILLO QUIMICA	0	6,8900
45	Detergente neutro para louças - composição mínima: tensoativos aniônicos, glicerina, coadjuvante, preservantes, sequestrantes, espessantes, corantes e veículo - componente ativo: linear alquilbenzeno sulfonato de sódio - com tensoativo biodegradável - embalagem de 500 ml	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	NATURATTE	0	0,8800
			PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - M (10956)	ideal	0	0,8900
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	zavaski	0	0,9100
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	aqua fest	0	0,9300
46	Detergente para limpeza de pisos - diluição: 1:256 - aspecto líquido - cor verde - pH (puro) 11,16 - 12,16 - composição mínima: alcoóis graxos etoxilados;corantes; hidrótopo; fragrância; sequestrante; tensoativo anfótero; alcalinizante; água - embalagem de 05 litros	UN	ILLO QUIMICA LTDA - EPP (10729)	ILLO QUIMICA	0	10,0000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ILLO LP	0	10,6000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	illo	0	12,1500
47	Detergente para limpeza de pisos de cozinhas - aspecto líquido limpo - cor translúcida amarelada - pH (concentrado) 12,3 - 13,3 - densidade (257C) 1,030 - 1,050 g/ml - composição mínima: hipoclorito de sódio; lauril éter; sulfato de sódio; alcalinizante; coadjuvante; água - embalagem de 05 litros	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	eco	0	10,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	illo	0	11,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 13/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016							
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ILLO DTU	0	13,0000	3
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	13,0000	4
48	DETERGENTE PARA LIMPEZA INSTANTÂNEA - MULTILUSO - 500 ML	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	audax	0	1,3800	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	ilha	0	1,4000	2
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	1,6100	3
49	DISCO LUSTRADOR PARA ENCERRADEIRA 350 MM - BRANCO	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	bettani	0	13,9000	1
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	betanin	0	14,0000	2
50	Disco limpador para enceradeira 350 mm - verde	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	bettani	0	13,9000	1
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	betanin	0	14,4000	2
51	DISCO REMOVEDOR PARA ENCERRADEIRA 350 MM - PRETO	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	bettani	0	13,9000	1
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	betanin	0	14,4000	2
52	Dispenser para papel higiênico (rolão de 300 a 600 metros) - medidas aproximadas: 29,5 x 28 x 13 cm (A x L x P) - em plástico ABS - com kit para fixação (buchas e parafusos) - cor branca.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	nobre	0	18,9800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 14/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	PREMISSE	0	19,7000
53	Dispenser para papel toalha - medidas aproximadas: 25 x 29 x 12 cm (L x A x C) - com sistema e material para fixação - cor branca	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	nobre	0	18,8800
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	PREMISSE	0	19,7000
54	Dispenser para sabonete líquido - com depósito fixo, visor em acrílico transparente e pulsador - capacidade mínima de 600 ml - com sistema e material para fixação - cor branca	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	PREMISSE	0	15,4500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	nobre	0	18,8400
55	ESCOVA DENTAL ADULTO - MACIA	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	DENTIL	0	1,6300
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	condor	0	1,6500
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	2,9900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	fre dent	0	3,0000
56	ESCOVA DENTAL INFANTIL - MACIA	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	DENTIL	0	1,5000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	3,2900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 15/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	condor	0	3,5000
57	Escova para cabelo oval, base emborrachada e cerdas naturais, cabo em acrílico ou similar.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)		0	12,0000
58	Escova para limpeza de vaso sanitário - cabo e cerdas plásticas - com suporte	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MARCOBONI	0	20,0000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	CC	0	3,1000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dalcim	0	3,1300
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	haracem	0	4,0000
59	Escova plástica - oval	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	COMPANHEIRA	0	1,2900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dalcim	0	1,3000
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	haracem	0	2,0000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	desafio	0	2,0000
60	Esponha de cozinha - dupla face - 110x70x20mm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	betani	0	0,3000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	betanin	0	0,4500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 16/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016							
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	ESPONJA DE LÃ DE AÇO - EMBALAGEM COM 08 UNIDADES	PCT	ROBERTO MISTURA - ME (11464)	betanin	0	0,4500	3
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BETANIN	0	0,4500	4
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	0,4900	5
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	SANY	0	0,7900	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	wega	0	0,8000	2
62	Extensão telescópica 3 x 200 cm, em alumínio anodizado, capacidade de atingir de 02 a 06 metros de altura, em três estágios de 02 metros. Para ser acoplada a acessórios como combinados, limpadores de vidro, mop's, vassouras e rodos	UN	ROBERTO MISTURA - ME (11464)	inove	0	0,8100	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	bettani	0	129,0000	1
			PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - M (10956)	super pró	0	130,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	denoma	0	13,0000	1
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	henlau	0	30,0000	2
63	Filtro solar FP 30 - UVA/UVB - 120 ml	TB	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	CENOURA E BRONZE	0	30,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 17/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
64	Fio dental em poliamida, cera e aroma, embalagem pocket, com tampa flip e rolo de 25 m e chapinha de corte em aço.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	HILLO	0	2,0000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	3,9900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ober	0	6,0000
65	Fósforo para cozinha - palito de madeira pequeno - caixa com 40 palitos - pacote com 10 caixas	PCT	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	PARANA	0	1,5900
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	PARANA	0	1,6000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	gaboardi	0	1,7000
66	FÓSFORO - PALITO LONGO, CAIXA COM 240 FÓSFOROS	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	gaboardi	0	1,6200
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	FIAT LUX	0	2,2200
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	2,2900
67	Frasco plástico - pulverizador com gatilho - capacidade 500	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	GUARANI	0	6,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	nobre	0	6,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 18/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	7,9900
68	Garfo para refeição em plástico transparente ou branco descartável - com 50 unidades.	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	ESTRAWPLST	0	2,5000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	2,5400
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	STROMPLAST	0	2,9500
69	Guardanapo de papel, tamanho aproximado de 30 x 32 cm - com 100 un	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	coty	0	0,8000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	0,9800
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	DIPLOMATA	0	2,4500
70	Guardanapo de papel - folha dupla 235 x 235 mm - 100% branca - com 50 folhas	PCT	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	HE	0	0,5500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	coty	0	0,6000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BEIJA FLOR	0	0,8500
71	Grampo para roupas, de plástico, tamanho aproximado de 9 cm - com 12 unidades	PCT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BELLPLAST	0	1,7500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 19/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016							
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	Grampo para roupas, de madeira, tamanho aproximado de 7 cm - com 12 unidades	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	gaboardi	0	5,0000	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	desafio	0	5,0000	3
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	6,9900	4
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	CRISVELL	0	0,8000	1
73	INSETICIDA AEROSOL PARA USO GERAL - 300 ML	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	1,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	gaboardi	0	2,0000	3
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	MAT INSET	0	4,2900	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	FORT	0	5,4000	2
74	Lavador/limpador de vidros (acoplado: espuma x borracha) - 25 cm - em plástico reforçado - com cabo	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	piriza	0	8,9000	3
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SENDOR	0	8,3000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	bralimpa	0	40,5000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ANJUNHO	0	1,6400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 20/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
76	LIMPA VIDROS - 500 ML	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	anjinho	0	1,6500
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	5,9900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	audax	0	1,4800
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	worker	0	2,0000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	ilha	0	2,0000
77	Lixeira plástica - acionamento da tampa com pedal - com rodas - capacidade para 100 litros - medidas aproximadas: 92 x 57 x 46 cm (A x L x P) - cor branca	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	2,0900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	tritec	0	142,0000
78	Lixeira plástica - acionamento da tampa com pedal - capacidade para 50 litros - medidas aproximadas: 77 x 41 x 32 cm (A x L x P) - cor branca	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	PLASUTI	0	53,0000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	TRITEC	0	110,0000
79	Lixeira plástica - acionamento da tampa com pedal - capacidade para 30 litros - medidas aproximadas: 48 x 42 x 32 cm (A x L x P) - cor branca	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	plasutil	0	22,9000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	PLASUTIL	0	56,3000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 21/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
80	Lixeira plástica - acionamento da tampa com pedal - capacidade para 60 litros - medidas aproximadas: 68 x 50 x 42 cm (A x L x P) - cor branca	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	plastil	0	60,0000
81	LUSTRA MOVEIS - COM 200 ML	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	worker	0	2,0000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BRY	0	2,2900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	audax	0	2,6000
82	Luva de látex, termo isolante, com forro, porta anatômica, punhos longos - tamanho G	PAR	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dany	0	1,6000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	DANNY	0	1,6400
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	dany	0	2,0000
83	Luva de látex, termo isolante, com forro, porta anatômica, punhos longos - tamanho M	PAR	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dany	0	1,6000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	DANNY	0	1,8900
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	dany	0	2,0000
84	Luva de látex, termo isolante, com forro, porta anatômica, punhos longos - tamanho P	PAR	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dany	0	1,6000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 22/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	DANNY	0	1,8900
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	dany	0	2,0000
85	LUVA DE VINIL TRANSPARENTE COM AMIDO, ANTIALÉRGICA, AMBIDESTRA, PARA MANUSEIO DE ALIMENTOS, TRABALHOS LEVES, LIMPEZA E MANUTENÇÃO - TAMANHO M - COM 100 UNIDADES	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	danny	0	11,1000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	DANNY	0	11,6800
86	Luva de vinil transparente com amido, antialérgica, ambidestra, para manuseio de alimentos, trabalhos leves, limpeza e manutenção - tamanho P - com 100 unidades.	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	DANNY	0	12,6500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dany	0	13,5500
88	Mangueira plástica para jardim - comprimento 30 m - flexível e resistente - parede com, no mínimo, 3,0 mm - com encaixe 3/4" para a torneira e regulagem do fluxo de água	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	tramontina	0	35,0000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	45,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	tramontina	0	47,1000
89	PÁ PARA LIXO EM PLÁSTICO RESISTENTE E CABO ANATÔMICO	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dalcim	0	8,9500
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	9,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 23/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
90	PALHA DE AÇO Nº 02 - 25 gr		ROBERTO MISTURA - ME (11464)	harcem	0	12,0000
		UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	wega	0	0,4700
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	inove	0	0,5000
91	Palito de dente roliço de madeira, com pontas afinadas nas extremidades. Com 100 unidades.		OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BRILHO	0	0,8500
		CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	PARANA	0	0,4800
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	0,4900
92	PANO DE FLANELA - 28X40 CM		ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	gaboradi	0	1,3000
		UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MARTINS	0	0,7900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	martimprnaos	0	0,8000
93	Pano de microfibra - 50 x 70 cm - acabamento nas bordas - cor branca		ROBERTO MISTURA - ME (11464)	ficher	0	0,9500
		UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	martimprnaos	0	6,7500
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	gabelei	0	6,7800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 24/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	gabelli	0	12,0000
94	Pano para louça em tecido de algodão branco, com acabamento nas bordas - medida aproximada: 0,70 x 0,48 cm	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	BELMONDI	0	1,9900
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MARTINS	0	2,0000
95	Papel higiênico 8x300 mts (rolão) - neutro - branco - macio - 100% fibras celulósicas - 100% celulose virgem - gramatura 19 gm2	FDO	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	VIPP PLUS	0	23,5000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	qualilux	0	23,6000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	bela vista	0	32,4000
96	Papel higiênico, branco, macio, picotado, golfrado, 1ª qualidade, 100% fibras celulósicas, sem perfume - 64 rolos x 30 mts	FDO	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	qualilux	0	17,5000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	coty	0	18,0000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	28,9900
97	Papel toalha interfolhado, 02 dobras, golfrado, 100% celulose virgem - 100% branco - 20x23 cm - gramatura 26 g/m2 - 1.000 fls.	FDO	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	qualilux	0	7,0000
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	8,2900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 25/35

Número do Registro de Preços: 8/2015			Data do Registro: 07/04/2015		Válido até: 07/04/2016		
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	PAPEL TOALHA EM ROLO, FOLHA DUPLA PICOTADA, 22 X 20 CM, EMBALAGEM COM 02 ROLOS	PCT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MISS	0	8,6500	3
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	STYLUS	0	1,9900	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	stylus	0	2,0000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SORELLA	0	2,3500	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	pratic	0	2,3500	4
99	Prato descartável - Linha Branca - 10 unidades, com 15 cm de diâmetro.	PCT	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	HIPER	0	0,5100	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	total	0	0,5200	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	CRISTAL	0	0,5400	3
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	0,5800	4
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	HIPER	0	1,0500	1
100	Prato descartável - refeição - Linha Branca - 10 unidades, com 21 cm de diâmetro.	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	total	0	1,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 26/35

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 07/04/2015		Válido até: 07/04/2016			
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	Prato aluminizado nº 06 - retangular	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	CRISTAL	0	1,4500	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	bompak	0	1,7700	1
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	1,7900	2
102	Prato aluminizado nº 08 - retangular	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BACARIN	0	2,0000	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	bompak	0	2,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BACARIN	0	2,3000	2
103	Prato aluminizado nº 10 - retangular	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	bompak	0	2,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BACARIN	0	4,0000	2
104	Prato aluminizado nº 06 - redondo	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	PLASZAPEL	0	0,9200	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BACARIN	0	0,9300	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	bompak	0	2,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015**

Página: 27/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016**Objeto da Compra:**O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	Prato aluminizado nº 08 - redondo	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BACARIN	0	1,4000	1
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	1,9900	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	bompak	0	2,0000	3
106	Prato aluminizado nº 10 - redondo	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	PLASZAPEL	0	1,9900	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	bompak	0	2,0000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BACARIN	0	2,6000	3
107	QUEROSENE	LTR	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	guanabara	0	5,5000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	GUANABARA	0	6,4000	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	zavaski	0	8,6500	3
108	Refil mop pó - 60 cm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	bettani	0	30,0000	1
109	Removedor de esmalte - 100 ml	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	DACASA	0	2,9900	1
110	Rodo com espuma 25 cm – para encerrar assoalhos – composição: madeira e espuma – com cabo	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	GUIRADO	0	3,4900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 28/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	haracem	0	3,5000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	desafio	0	3,7000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dalcim	0	4,3000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	odim	0	25,9500
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	seca mais	0	26,8500
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	desafio	0	8,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	odim	0	8,9900
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	desafio	0	10,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	odim	0	20,1500
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	BRILHANTE	0	3,3000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	3,3900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	girando sol	0	5,1300

111 Rodo com mecanismo para eliminar o excesso de água - espuma de alto desempenho - cabo de inox retrátil - tamanho aproximado: 27,4 x 6 x 93,3 cm

112 Rodo zincado 40 cm - 02 borrachas - com cabo

113 Rodo zincado 75 cm - 02 borrachas - com cabo

114 Sabão em pó alvejante, concentrado, com bio ativo para remoção de manchas em roupas de algodão e poliéster - composição: tensoativo, coadjuvantes, sinergizante, branqueador óptico, enzimas e alcalinizantes, corantes, perfume e água - embalagem de 1 kg

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 29/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
115	SABÃO NEUTRO COM GLICERINA EM BARRA DE 200 GR PARA LAVAGEM DE ROUPAS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS - COMPOSIÇÃO: SABÃO, SAIS INORGÂNICOS, COADJUVANTE GLICERINA, PIGMENTO, ÁGUA	BR	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	universal	0	0,6400
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	zavaski	0	0,6500
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	0,7400
116	Sabonete em gel anti-séptico - aspecto líquido opaco - pH 6,8 - 7,6% - densidade 1,0100-1,0300 g/ml - composição mínima: lauril éter sulfato de sódio; umectantes, espessantes; perolizantes; preservante; neutralizante; colorante; perfume; água - embalagem de 05 litros	UN	ILLO QUIMICA LTDA - EPP (10729)	FLOR DE ACACIA	0	12,5000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ILLO	0	13,4000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	ilo	0	15,0000
117	SABONETE BRANCO - 90 GRAMAS	UN	CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)	SAVANA	0	0,6900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	laira	0	0,9000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	FRANCIS	0	1,1000
118	Sabonete infantil - 80 gr	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	123	0	0,9500
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	1,2900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 30/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
120	Saco para lixo - 150 litros - 90x120cm - 10 micra - reforçado - 1ª qualidade - com 10 unidades	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	anjinho	0	1,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	laire	0	3,9000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	nutri sc	0	4,0000
121	Saco para lixo - 30 litros - 59x62cm - 10 micra - 1ª qualidade - com 50 unidades	PCT	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	5,4000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	LAIRE	0	5,1500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	laire	0	5,1700
122	Saco para lixo - 50 litros - 63x80cm - 10 micra - 1ª qualidade - com 50 unidades	PCT	ROBERTO MISTURA - ME (11464)	gplast	0	5,3800
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	nutri sc	0	5,4000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	LAIRE	0	5,1500
123	Saco de papel, branco mono, para alimentos em geral. Medidas mínimas: 7,00 x 17,00 x 5,00 cm (C x A x L) - com 500 unidades	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	laire	0	5,2000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	nutri sc	0	5,9300
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	sos	0	11,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 31/35

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 07/04/2015		Válido até: 07/04/2016			
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	12,0000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BACARIN	0	13,1500	3
124	Saco plástico transparente para guardar alimentos, rolo com 500 unidades, picotado, capacidade de 2 kg.	RLO	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	orleplast	0	8,4000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ORLEPLAST	0	10,0000	2
125	SACO PLASTICO P/ ALIMENTOS - 10 KG	RLO	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	bompak	0	34,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	orleplast	0	35,5000	2
126	Saponáceo cremoso - composição mínima: tensoativos aniônicos e não iônicos, espessante, alcalizantes, abrasivo, preservante, pigmentos, fragrância e veículo. Componente ativo linear alquilbenzeno sulfonato de sódio - embalagem de 300 gr	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	limp fresh	0	1,8000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SANY	0	1,8600	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	class	0	1,8800	3
127	Touca descartável, 100% polipropileno, atóxico, não estéril, não inflamável, com elástico – com 100 unidades	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	talge	0	6,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 32/35

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 07/04/2015 Válido até: 07/04/2016							
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
128	Vassoura de palha - cepa e cerdas de palha - tipo 05 fios - amarração com arame - com cabo	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	PREVEMAX	0	7,2500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	companheira	0	3,7000	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	desafio	0	4,0000	2
129	VASSOURA DE PALHA COM CABO	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	colonial	0	9,4000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	colonial	0	9,5000	2
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	11,0000	3
			ROBERTO MISTURA - ME (11464)	colonial	0	11,0000	4
130	Vassoura de pelo - com cabo	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dalcim	0	4,4000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SENDOR	0	8,4500	2
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME (11462)		0	14,0000	3
131	Vassoura de piaçava, com capa plástica - 25 cm - reforçada - com cabo	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	dalcim	0	8,4000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SENDOR	0	24,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 33/35

Número do Registro de Preços: 8/2015			Data do Registro: 07/04/2015		Válido até: 07/04/2016		
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
132	Vassoura escovão - cerdas duras tipo esfregão - tamanho aproximado: 25 x 8,6 x 4,2 cm - cabo em chapa de aço 120 cm	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	desafio	0	6,5000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	dalcim	0	9,8500	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	SENDOR	0	24,0000	3
			(10313)				
133	Xampu para uso diário para cabelos normais - 300 ml	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	MONANGE	0	2,9500	1
			(10313)				
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	viny	0	4,0500	2
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME		0	6,9900	3
			(11462)				
134	Xampu especial para bebê - 200 ml	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	anjinho	0	4,8600	1
			CAPINZAL CENTER LTDA - ME		0	6,2900	2
			(11462)				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 34/35

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 07/04/2015		Válido até: 07/04/2016			
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BB VIDA	0	6,5500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 35/35

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 07/04/2015		Válido até: 07/04/2016			
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015
PROCESSO Nº 25/2015

- (6239) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP
- (8183) - ANTONIO BOLDRINI - ME
- (10313) - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
- (10729) - ILLO QUIMICA LTDA - EPP
- (10956) - PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - M
- (11184) - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
- (11462) - CAPINZAL CENTER LTDA - ME
- (11464) - ROBERTO MISTURA - ME

Joaçaba, 7 de Abril de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 019/2015 - EXONERAÇÃO MÁRCIO CI**

RESOLUÇÃO Nº 019/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015
 "EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Servidor(a) MARCIO ROBERTO PICCOLI, Contador, das funções de Coordenador do Controle Interno, de acordo com a Lei Complementar 295 de 17 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Resolução produzirá efeitos a partir 1º de abril de 2015.

Joaçaba, 31 de março de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 020/2015 - NOMEIA CI - JEAN

RESOLUÇÃO Nº 020/2015 DE 1º DE ABRIL DE 2015
 "NOMEIA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - NOMEAR o Servidor JEAN CARLOS DA SILVA, Secretário/Recepcionista, para as funções de Coordenador do Controle Interno, de acordo com a Lei Complementar 295 de 17 de março de 2015.

Art.2º - Esta Resolução produzirá efeitos a partir 1º de abril de 2015.

Joaçaba, 1º de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - JOAÇABA**RESUMO CONTRATO JHL 0021/2015 SIMAE**

CONTRATO JHL Nº 0021/2015

TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0023/2014

Termo do Segundo Aditivo ao Contrato nº 0023/2014, celebrado entre o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna e a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA, referente implantação da nova Elevatória de Água Tratada denominada EAT-005 no terreno da Estação de Tratamento de Água, localizada na Avenida Caetano Natal Branco, 1859 no município de Joaçaba - SC, referente a Tomada de Preços JHL 0002/2014 Processo Licitatório 0008/2014.

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - Autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna- SC, sito a Rua Tiradentes 123, em Joaçaba - SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 84.591.890/0001-43 e a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA, pessoa Jurídica de direito privado com sede à Rua Pedro Kuss, nº 20, Bairro Santa Tereza, em Joaçaba, estado de Santa Catarina, inscrita sob CNPJ nº 09.234.560/0001-85, doravante neste ato denominada CONTRATANTE e CONTRATADA respectivamente, representada, a primeira por sua Diretora Presidente Elisabet Maria Zanela Sartori, portador do CPF nº 386.948.169-20 e a segunda pelo seu Sócio-Administrador, o Sr. Junior de Mattos, portador do CPF nº 040.937.649-30, resolvem celebrar o presente termo de ADITAMENTO ao Contrato JHL nº 0023/2014, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Com fundamento no artigo 65, § 1º, inciso II da Lei 8666/93, e de acordo com a Cláusula Terceira, item 3.9 do contrato aditado, as partes resolvem realizar supressões no valor total de R\$ 11.273,43 (Onze mil, duzentos e setenta e três reais e quarenta e três centavos), passando o valor total a ser pago à Contratada de R\$ 121.599,89 (Cento e vinte e um mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), sendo os valores suprimidos detalhados na planilha abaixo:

RESUMO - SUPRESSÃO			
ETAPA	MÃO DE OBRA	MATERIAL	TOTAL
1. Serviços Preliminares	R\$ 80,98	R\$ 188,95	R\$ 269,93
2. Tubulação de Sucção	R\$ 176,13	R\$ 244,96	R\$ 421,09
3. Adutora de Recalque	R\$ 2.024,92	R\$ 4.139,39	R\$ 6.164,31
5. Rede de Abast. De Água	R\$ 153,75	R\$ 358,70	R\$ 512,45
7. Materiais	-	R\$ 3.905,65	R\$ 3.905,65
VALOR TOTAL A SEREM SUPRIMIDO	R\$ 2.435,78	R\$ 8.837,65	R\$ 11.273,43

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanece o mesmo teor das demais Cláusulas do Contrato aditado, bem como o prazo de contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Por estarem de acordo, lavrou-se o presente TERMO DO SEGUNDO ADITIVO ao Contrato JHL nº 0023/2014 em 03 (três vias) vias de igual teor, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba - SC, 07 de abril de 2015.

Pela Contratante:	Pela Contratada:
Elisabet Maria Zanela Sartori	Junior de Mattos
Diretora Presidente do SIMAE	Sócio - Administrador

TESTEMUNHAS:

João Carlos Ungericht	Wiliam Sartor Sganzerla
Diretor Técnico	Engenheiro
CPF-564.036.669-91	CPF- 047.032.169-57

TOMADA DE PREÇO 0003/2015 - SIMAE

Licitação nº 0013/2015

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0003/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0003/2015 - Licitação 0013/2015, tipo Menor Preço Global- Empreitada Por Preço Unitário, que trata do Objeto: Contratação de empresa especializada para urbanização do reservatório de água tratada rap-016 no acesso Adolfo Ziguelli, em Joaçaba-SC. Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 28/04/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 28/04/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 09 de Abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

HOMOLOGAÇÃO PR06/2015 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2015 - PR Processo Administrativo: 6/2015 Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 14/01/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 6/2015
b) Licitação Nr.: 6/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/04/2015
e) Data da Adjudicação: 08/04/2015 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTORBOMBA PARA SER INSTALADO NA ELEVATÓRIA DE ESGOTO DENOMINADA EEJ-011, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA TEREZA EM JOAÇABA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

WILO INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTACAO LTDA. (8281)

1 Conjunto motorbomba para a estação elevatória de esgoto EEJ-011, no bairro Santa Tereza.	CJ	2,00	0,0000	8.495,00	16.990,00
Características:					
-> FSR - Fluido a ser recalcado - Esgoto pré-gradeado.					
-> HMT - Altura Manométrica Nominal / Projeto - 8,55 mca.					
-> Q - Vazão Nominal / Projetos - 22,0 L/s (79,2 m³/h)					
-> POL - Número de pólos - IV ou VI					
-> RE - Rendimento Exigido - igual ou superior a 63%					
-> PEC - Potência nominal máxima do motor elétrico - 5Kw					
-> DNS - Diâmetro de sucção - 100mm					
-> DND - Diâmetro de descarga mínimo - 100mm					
O conjunto motorbomba é do tipo submersível. - Marca: WILO					

Total do Fornecedor: 16.990,00

Total Geral: 16.990,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 1.439.000,00

Joaçaba, 8 de Abril de 2015.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

José Boiteux**PREFEITURA****PROCESSO LICITATORIO 14/2015 MERENDA ESCOLAR E DEPARTAMENTOS**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC

PROCESSO LICITATÓRIO 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 23/04/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENE-ROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS DEPARTAMENTOS MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 08 de Abril 2015.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lages**PREFEITURA****EDITAL CREDENCIAMENTO 01/2015 FCL**

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

A Prefeitura do Município de Lages, através da Fundação Cultural, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se disponível o Edital de Credenciamento para apoio a atividades culturais.

O prazo para inscrições ao credenciamento e local está disponibilizado no site do Município.

A íntegra do Edital encontra-se disponível na Fundação Cultural de Lages, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br

Lages, 08 de abril de 2015.

Maurício Neves de Jesus

Superintendente da FCL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 133/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0133/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JOICE CRISTHIAN DE LIZ - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 13.104.638/0001-14, com sede na Rua São Felipe nº 200 - Ponte Alta/SC - CEP:88.550-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais na Localidade de Macacos - Três Árvores, Rancho de Tábuas e Passo dos Souza, com fornecimento de material, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica Prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 27 de Fevereiro de 2015.

Antônio arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 134/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 134/2012 - 5º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSORCIO VIAPAV - ENGEDAL, inscrito no CNPJ sob n.º 15.634.977/0001-38, estabelecido à Rua Pernambuco nº 340, em Balneário Camboriu/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO.

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reurbanização da Av. Duque de Caxias, compreendendo a Execução de Passeios, Meios-fios, Drenagem, Obras de Arte Especial e Pavimentação Asfáltica, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha de Quantitativos/Orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2015.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 26 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO CONTRATO 156/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 156/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM - SENAI -, inscrito no CNPJ n.º 03.774.688/0017-129. Com sede a Rod. Ademar Gonzaga, 2765 2º andar - Itacorumbi - Florianópolis/SC. Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 93/2015, correlato à Dispensa de Licitação 60/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o Polo da UFSC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 4.267,85 (quatro mil duzentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) mensais

Lages, 17 de março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

PP 16 E 17-2015 SEMASA; TP 07-2015 SEMASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 16/2015 SEMASA

Objeto: Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 08/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 122.450,10

Modalidade: PP 17/2015 SEMASA

Objeto: Prestação de serviços de locação de caminhão guindaste

Tipo: Menor Preço Por Hora

Abertura: 08/05/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 37.332,00

Modalidade: TP 07/2015 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços de Execução de Recuperação de Telhado

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 08/05/2015 às 15:30

Valor Estimado: R\$ 14.889,87

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 08 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

PP 49-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 49/2015 PML

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 24/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 1.447.035,08

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 08 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****ATA CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 35/2015 PMLM**

ATA CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 35/2015 PMLM
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER.

TENDO EM VISTA AS CONSTANTES IMPUGNAÇÕES NO TOCANTE AO OBJETO DO PRESENTE CERTAME, O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO DECIDEM CANCELAR O PRESENTE CERTAME PARA REENCAMINHAR AO DEPARTAMENTO TÉCNICO PARA QUE REAVALIE E POSTERIORMENTE REENCAMINHE NOVO TERMO DE REFERÊNCIA, AVALIANDO AS IMPUGNAÇÕES APRESENTADAS PELAS EMPRESAS INTERESSADAS.

LEANDRO STANGHERLIN
PREGOEIRO MUNICIPAL

Lebon Régis**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 04/2015**

Edital de Convocação n. 04/2015

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2012, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h15min e 17h15min, até o dia 17/04/2015, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação	
José Vanderlei de Campos	Encar. Dpto de Compras	3º	

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 07 de abril de 2015.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 05/2015

Edital de Convocação n. 05/2015

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Processo Seletivo n. 001/2014, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h15min e 17h15min, até o dia 17/04/2015, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação	
Nadia Aparecida Maciel	Psicóloga	2º	

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 07 de abril de 2015.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 06/2015

Edital de Convocação n. 06/2015

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2013, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h15min e 17h15min, até o dia 17/04/2015, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação	
Lady Dayana T. Farias	Fiscal Vigilância Sanitária	1º	

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 07 de abril de 2015.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

EDITAL 001 2015

EDITAL 001 2015

PROCESSO SELETIVO

LISTA DE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO
ORIENTADOR SOCIAL

BRUNA APARECIDA RIBEIRO SEMAM	DEFERIDA
CRISTIANE RIBEIRO PEREIRA	DEFERIDA
EDNA CARVALHO DO VALE	DEFERIDA
ELIANE SCHLEDER CÉZAR	DEFERIDA
KARINA ALVES	DEFERIDA
LUANA DE FÁTIMA RIBEIRO SEMAM	DEFERIDA
LUCIANO DE SOUZA BAUER	DEFERIDA
MARIA RODRIGUES DE MARAFIGO DA CRUZ	DEFERIDA
MARIZETE MARTINS DE CARVALHO	DEFERIDA
NEILITA DO VALLE ROCHA LEANDRO	DEFERIDA
PATRICIA DE OLIVEIRA	DEFERIDA
SCHEILLA ALVES DOS SANTOS BARRETO	DEFERIDA
VANUSA CAETANO PERETTI	DEFERIDA
ZENITA TOBIAS DE LIMA	DEFERIDA

LOURDES DE FÁTIMA ROSA VIEIRA	INDEFERIDA
-------------------------------	------------

LICITAÇÕES 2015

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade Nº IN02/201518/2015

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas, e ou físicas para prestação de serviços médicos na área de fonoaudiologia; para realização de consultas junto ao Fundo Municipal de Saúde. Data de Homologação: 18/03/2015. Licitantes Homologados: TAINARA PONCIANO DAVID. Valor total (R\$) 9.100,00(nove mil e cem reais). Lebon Régis, 18/03/2015. Ludovino Labas - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 34/2015 licitação: IN02/2015.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas, e ou físicas para prestação de serviços fonoaudiologia; para realização de consultas, junto ao Fundo Municipal de Saúde. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratado: TAINARA PONCIANO DAVID - 420.335.398-06. Valor: R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais). Vigência: 18/03/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 08/04/2015. Francisco Jucelino Ribeiro-Gestor

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Dispensa por Justificativa Nº DL07/201515/2015

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2015 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizados em grupo formal/informal, em observância ao disposto no § 2º do art. 20 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas da rede pública municipal. Data de Homologação: 25/03/2015. Licitantes Homologados: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON REGIS. Valor 21.608,50 (vinte e um mil e seiscentos e oito reais e cinquenta centavos) Lebon Régis, 25/03/2015. Ludovino Labas - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 38/20015 licitação: DL07/2015.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizados em grupo formal/informal, em observância ao disposto no § 2º do art. 20 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas da rede pública municipal. Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON REGIS. Contratado: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON REGIS - 11.419.727/0001-24. Valor: R\$ 21.608,50 (vinte e um mil e seiscentos e oito reais e cinquenta centavos). Vigência: 01/04/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 07/04/2015. Ludovino Labas -Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 167/2015

PORTARIA Nº 167 DE 01 DE ABRIL DE 2015

ALTERA CARGA HORARIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário DAMIAN MAIBERG DE SOUZA, Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, alteração de carga horaria de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, com efeitos retroativos a 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2015.
Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 168/2015

PORTARIA Nº 168 DE 01 DE ABRIL DE 2015
REDUZ CARGA HORARIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário RONIEVON WEBBER DE MORAES, Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, redução de carga horaria de 30 horas semanais para 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2015.
Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 169/2015

PORTARIA Nº 169 DE 01 DE ABRIL DE 2015
ALTERA CARGA HORARIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário RUANDERSON RODRIGUES DE MORAES, Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, alteração de carga horaria de 20 horas semanais para 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2015.
Ludovino LabAS

Prefeito Municipal

Publicada em 01 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 170/2015

PORTARIA Nº 170 DE 01 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR KARINA ALVES, para ocupar o cargo de Orientador Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2015.
Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 171/2015

PORTARIA Nº 171 DE 01 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR VALDELIR RODRIGUES, para ocupar o cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2015.
Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 172/2015

PORTARIA Nº 172 DE 01 DE ABRIL DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, ENEDINA DE JESUS DIAS, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2015.

Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 173/2015

PORTARIA Nº 173 DE 01 DE ABRIL DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, MAYRA PAULA ALVES PACHECO, do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2015.

Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 174/2015

PORTARIA Nº 174 DE 01 DE ABRIL DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, MARCOS FRANCISCO DAVE, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2015.

Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 175/2015

PORTARIA Nº 175 DE 01 DE ABRIL DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, LUANA DOS SANTOS GOMES, do cargo de Orientador Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2015.

Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 176/2015

PORTARIA Nº 176 DE 01 DE ABRIL DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, SILVANE ANDRIONI, do cargo de Psicólogo, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2015.

Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 177/2015

PORTARIA Nº 177 DE 02 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR SAMANTA MAYER MARTINS GRANEMANN, para ocupar o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de abril de 2015.

Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 178/2015

PORTARIA Nº 178 DE 06 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária JULIA MARTINS DIAS, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 06/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 06 de abril de 2015.

Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 06 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 179/2015

PORTARIA Nº 179 DE 06 DE ABRIL DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, CRISTIANE CARLIN MULLER, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 06/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 06 de abril de 2015.

Ludovino LabAS
Prefeito Municipal

Publicada em 06 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 180/2015

PORTARIA Nº 180 DE 06 DE ABRIL DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, GILMAR FRANCISCO PERETTI, do cargo de Encarregado do Departamento de Compras, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 06/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 06 de abril de 2015.

Ludovino LabAS

Prefeito Municipal

Publicada em 06 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 181/2015

PORTARIA Nº 181 DE 07 DE ABRIL DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, NERCELI MENEGILDO, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 07/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 07 de abril de 2015.

Ludovino LabAS

Prefeito Municipal

Publicada em 07 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

RESOLUÇÃO N. 003/2015

RESOLUÇÃO N. 003/2015

A Resolução Normativa N.03/2015 - CMDCA, determina os requisitos para participar do processo de escolha dos candidatos a membros do Conselho Tutelar do Município de Lebon Régis, nos termos da Lei Municipal N. 1487, de 08 de setembro de 2014.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lebon Régis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação federal e municipal e,

CONSIDERANDO as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, notadamente dos artigos 132 e 134;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n. 703/1993, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, notadamente o artigos 10 e seus incisos VII e VIII e 16, que tratam das atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n. 1487/2014, que dispõe sobre o Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO nº 170, do CONANDA, que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar

RESOLVE:

Art. 1º. REQUISITOS PARA A CANDIDATURA

1.1. O cidadão que desejar candidatar-se à função de membro do Conselho Tutelar deverá atender as seguintes condições:

I. ser pessoa de reconhecida idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes criminais;

II. ter idade igual ou superior a vinte e um anos, comprovada por meio da apresentação do documento de identidade ou por outro documento oficial de identificação;

III. residir no município e comprovar por meio da apresentação de conta de água, luz, telefone fixo, ou outro documento que comprove o endereço residencial do candidato, ou na inexistência de qualquer destes comprovantes, o candidato deverá apresentar declaração de residência com reconhecida assinatura em cartório;

IV. ter concluído o ensino médio e comprovar no ato da inscrição, por meio da apresentação de Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso emitido por entidade oficial de ensino;

V. comprovar experiência de atuação em atividades ligadas à promoção, defesa e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, em declaração expedida pela instituição em que conste a atividade desenvolvida,

Para efeito do Edital 01/2015, considera-se como experiência as atividades desenvolvidas por:

a) Profissionais da área da educação: Professores, diretores e coordenadores de escola, bibliotecários e auxiliares de secretaria;

b) Profissionais da assistência social: como assistentes sociais, psicólogos, educadores ou orientadores sociais, estagiários e outros que atuam em Projetos, Programas e Serviços voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias;

c) Empregados ou voluntários de entidades não-governamentais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes e na defesa dos direitos desse segmento, como por exemplo, Pastoral da Criança, Pastoral da Juventude, Igrejas, Associações de Bairros etc..

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 02 de abril de 2015.

ENY TRAMONINA COFFERRI

PRESIDENTE DO CMDCA

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 034/2015

DECRETO Nº 034, DE 08 DE ABRIL DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.723,75
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.723,75
Função	15	Urbanismo	1.723,75
Sub-função	452	Serviços Urbanos	1.723,75
Programa	10	Revitalização da Área Urbana	1.723,75
Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização da Área Urbana	1.723,75
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	1.723,75
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	1.723,75
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.723,75
Fonte de Recursos	0.3.0000	Recursos Ordinários - Superavit	1.723,75
Detalhamento	2	Recursos Ordinários - Convênio Corpo de Bombeiros/FUNDEBOM	1.723,75
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			1.723,75

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários - Convênio Corpo de Bombeiros/FUNDEBOM	0.1.0000.2	1.723,75
TOTAL DO SUPERAVIT		1.723,75

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 08 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 035/2015

DECRETO Nº 035, DE 08 DE ABRIL DE 2015

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.400,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.400,00
Função	15	Urbanismo	3.400,00

Sub-função	452	Serviços Urbanos	3.400,00
Programa	10	Revitalização da Área Urbana	3.400,00
Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização da Área Urbana	3.400,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	3.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	3.400,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.400,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.400,00
Detalhamento	2	Recursos Ordinários - Convênio Corpo de Bombeiros/FUNDEBOM	3.400,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR.....			3.400,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação das dotações com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.400,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.400,00
Função	15	Urbanismo	3.400,00
Sub-função	452	Serviços Urbanos	3.400,00
Programa	10	Revitalização da Área Urbana	3.400,00
Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização da Área Urbana	3.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.400,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.400,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.400,00
Detalhamento	2	Recursos Ordinários - Convênio Corpo de Bombeiros/FUNDEBOM	3.400,00
TOTAL DA ANULAÇÃO.....			3.400,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 08 de abril de 2015.
TATIANE DUTRA ALVE DA CUNHA
Prefeita Municipal

DECRETO N.º 036/2015

DECRETO Nº 036, DE 08 DE ABRIL DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.200,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	11.200,00
Função	10	Saúde	11.200,00
Sub-função	301	Atenção Básica	11.200,00
Programa	06	Saúde com Excelência	11.200,00

Atividade	2.019	Assistência Farmacêutica Básica-União/Componente Básico da Assistência Farmacêutica	11.200,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	11.200,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	11.200,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	11.200,00
Fonte de Recursos	0.1.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União	11.200,00
Detalhamento	40	Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS) Investimentos	11.200,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR.....			11.200,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União/ Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS) Investimentos	0.1.0038/40	11.200,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO		11.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 08 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES A CUNHA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 050/2015

Portaria n.º 060, de 02 de março de 2015.

“Nomear Servidor Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 02 de março de 2015, o senhor JOSÉ AMAURI ALVES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 894.466.589-34, RG nº 2.703.851-3, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretor Executivo, pertencente ao Quadro do Gabinete da Prefeita, abrangendo as localidades de Vargem dos Bugres, Rio do Mich, Alto Rio das Pedras e Corrida.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 051/2015

Portaria n.º 051, de 02 de março de 2015.

"Nomeia Motorista e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MOACIR SCHEIDT, portador do CPF nº 983.814.829-68 e RG nº 3.162.203, aprovado no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de MOTORISTA, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para executar seus serviços, a partir de 02 de março de 2015, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de Identidade, CPF e CNH;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais;
 - Comprovante de endereço e,
 - Comprovante do Alistamento Militar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 052/2015

Portaria nº 052, de 02 de março de 2015.

Concede incorporação, nos termos do art. 71, II, da Lei nº 418/1990, ao servidor FERNANDO LOPES, e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que o servidor Fernando Lopes, ocupante do cargo em efetivo exercício de Operador de Trator de Pneu, inscrito sob a matrícula nº 1263, foi Secretário Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente do Município de Leoberto Leal - SC, no período de 01 de julho de 2011 a 30 de novembro de 2012, conforme matrícula nº 1385;

RESOLVE:

Art.1º Conceder incorporação nos termos do art. 71, II, da Lei

nº 418/1990, ao servidor FERNANDO LOPES, portador do CPF nº 480.017.839-87, detentor da matrícula funcional nº 1263, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Trator de Pneu, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

Art. 2º Autorizar a incorporação no vencimento do valor de R\$ 254,32 (duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos), que corresponde 01 (um) ano de efetivo exercício nas funções de Secretário Municipal de Agricultura Turismo e meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo os seus efeitos de agosto de 2014, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 053/2015

Portaria n.º 053, de 02 de março de 2015.

"Exonera servidor Municipal e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera o servidor Municipal da Prefeitura de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1561	Moacir Scheidt	Diretor Executivo – Alto Vargedo	02.03.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 054/2015

Portaria n.º 054, de 02 de março de 2015.
"Nomear Servidor Municipal e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 02 de março de 2015, o senhor FRANCISCO STEINBACH, brasileiro, casado, portador do CPF nº 580.118.979-34, RG nº 1.923.207-1, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretor Executivo, pertencente ao Quadro do Gabinete da Prefeita, na localidade de Ribeirão dos Ovos, Beira Rio, Rio do Tigre, Vinte Saltos, Ribeirão Grande Rio Jansen, Perau e Oito Casas.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 055/2015

Portaria n.º 055, de 02 de março de 2015.
"Nomear Servidor Municipal e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 02 de março de 2015, o senhor ALDIR DE SOUZA HOFFMANN, brasileiro, casado, portador do CPF nº 221.569.099-20, RG nº 555.824, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretor Executivo, pertencente ao Quadro do Gabinete da Prefeita, na localidade de Rio das Pedras, Rio Veado, Rio Parada, Rio Feijão, Rio Pedrinha, Rio da Furna e Rio Perau.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 056/2015

Portaria n.º 056, de 02 de março de 2015.
"Designar Servidor Municipal e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 02 de março de 2015, o senhor MOACIR SCHEIDT, brasileiro, casado, servidor efetivo ocupante do cargo de carreira de Motorista, inscrito sob a matrícula nº 1702, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretor Executivo, pertencente ao Quadro do Gabinete da Prefeita.

Art. 2º Conceder Gratificação ao servidor MOACIR SCHEIDT, conforme Art. 4º § 3º, da lei Municipal nº 944, de 10 de janeiro de 2013.

Art. 3º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 057/2015

Portaria nº 057, de 02 de março de 2015.
"Nomeia Professora Substituta e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 136, de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JANIRA HOFFMANN, portadora do CPF nº 049.487.409-00 e RG nº 4.236.641, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Professora Substituta, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, a partir de 02 de março de 2015, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em

que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma, com competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
 - Comprovante de endereço, Identidade e CPF.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal
Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 058/2015

Portaria n.º 058, de 02 de março de 2015.
"Designa Servidor Responsável pelas Obras Públicas e dá outras providências."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Fica o servidor público, senhor ARNO HASCHEL LOHN, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Assuntos Administrativos, inscrito sob a matrícula nº 1513, lotado no gabinete da Prefeita, designado interinamente para Coordenar as Obras Públicas Municipais, realizando, sem comprometimento de suas atribuições habituais, o controle, acompanhamento, e orientações das Obras Públicas, e emissão de relatórios quando necessários.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 059/2015

Portaria n.º 059, de 02 de março de 2015.
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita ALIANDRE LUZIA LOHN, portadora do CPF nº 049.422.209-39 e RG nº 4.725.589-7, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 020, de 02 de março de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 060/2015

Portaria n.º 060, de 02 de março de 2015.
"Contrata Professor e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor VORLI JOSÉ GUCHERT JUNIOR, portador do CPF nº 080.865.459-46 e RG nº 5.279.866-6, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 021, de 02 de março de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 061/2015

Portaria n.º 061, de 02 de março de 2015.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARIA ALBERTINA HOFFMANN, portadora do CPF nº 221.570.429-20 e RG nº 552.085, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora Substituta, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 022, de 02 de março de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 062/2015

Portaria n.º 062, de 04 de março de 2015.

“Designa Servidor Responsável pela Iluminação Pública e dá outras providências.”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor público, senhor CARLOS ALBERTO COELHO, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Assuntos Administrativos, inscrito sob a matrícula nº 1512, lotado no gabinete da Prefeita, responsável pela manutenção da infraestrutura de iluminação pública, ou seja, realizar, entre outras atividades, a operação e a reposição de lâmpadas, de suportes e chaves, além da troca de luminárias, reatores, relés, cabos condutores, braços e materiais de fixação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 063/2015

Portaria n.º 063, de 04 de março de 2015.

“Nomeia Odontóloga e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CACILDA BRUZADELLI BORGES, portadora do CPF nº 856.828.106-00 e RG nº 5.726.467, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Odontóloga 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde, para executar seus serviços, a partir de 04 de março de 2015, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma, com competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de Identidade, CPF e CRO;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
 - Comprovante de endereço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 064/2015

Portaria nº 064, de 10 de março de 2015.

“Nomeia a Comissão para elaboração do Plano Municipal de Educação, e da outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo no art. 66, VII, e XXIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado a Comissão para elaboração do Plano Municipal de Educação, na forma que segue abaixo:

Representantes do Poder Executivo
Cileni Regina Gonçalves da Cunha (titular);
Karina Alves (Suplente);

Representantes do Centro da Juventude
Franciele Sezerino (titular);
Helvis Hercilio de Souza (suplente);

Representantes da Educação Infantil
Eliziana Estevão Alves (titular);
Marlize Aparecida Motta Steffens (suplente);

Representantes do Ensino Fundamental
Carolina Patrícia da Cunha (titular);
Janira Hoffmann (suplente);

Representantes de Pais e Professores
Eliana de Oliveira Aguiar (titular);
Sílvia Carmem Gonçalves Rubick (suplente);

Representantes da Administração Municipal
Maria Albertina Hoffmann (titular);
Worli José Kreusch (suplente);

Representantes da Câmara Municipal de Vereadores
Bruna Prim (titular);
Andréia Aparecida Eger Hamm (suplente).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 065/2015

Portaria n.º 065, de 23 de março de 2015.

“Nomeia Chefe de Departamento de Saúde de Rio das Pedras e dá outras providências.”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar n.º 944/13;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LORENI DE OLIVEIRA SCHEIDT, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.606.851, CPF nº 854.326.879-68, para o exercício das funções do cargo em comissão de Chefe de Departamento de saúde de Rio das Pedras, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23 de março de 2015.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquela descrita na Lei Municipal nº 944/13.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto leal 23 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 066/2015

Portaria nº 066, de 23 de março de 2015.

“Nomeia Membros do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS, e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção a Lei nº 612, de 23 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída o Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS Municipal, com a seguinte composição:

Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
Srª Roberta Otto

Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
Srª Débora Venturin

Representante do Poder Legislativo Municipal;
Sr. Deivyt Oni Scheidt

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Leoberto Leal;
Sr. Ivanor Augustinho Garcia

Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Leoberto Leal - SINTRIAL;
Srª Rosiani Aparecida Caetano

Representante da Ação Social Sagrado Coração de Jesus;
Sr. Sebastião Pierhardt

Representante da Comunidade Evangélica Luterana do Município de Leoberto Leal;
Sr. Osni Prochnow

Representante da Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Bertino Silva;
Sr. Inoir Gandin

Parágrafo Único: O mandato dos respectivos representantes do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS será de 02 (dois) anos, permitido uma recondução ou reeleição.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 158 de 28 de setembro de 2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 23 de março de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 067/2015

Portaria nº 067, de 27 de março de 2015.

“Nomeia a Comissão da Audiência Pública para alteração no Plano Diretor Municipal, e da outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo no art. 66, VII, e XXIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 615, de 31 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado a Comissão Técnica de Audiência Pública, que visa às alterações no Plano Diretor Municipal, conforme Lei Municipal nº 615, de 31 de dezembro de 2008, na forma que segue abaixo:

- Débora Venturin
Presidente

- Elaine Camila Guckert
Secretaria

- Karla Adriana Engel França
Membro

- Daiani André Meurer
Membro

- Aline Kraus
Membro

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 068/2015

Portaria nº 068, de 27 de março de 2015.

“Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social e da outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei Municipal nº 006 de 29 de janeiro de 1997, e Lei municipal nº 1.056, de 25 de abril de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída o Conselho Municipal de Assistência Social para o biênio de 2015 a 2017, na forma que segue abaixo:

Representante da Assistência Social:
Titular: Rosimeri Schmitt Scheidt
Suplente: Rejane Kuster

Representante da Saúde:
Titular: Samuel José Abreu
Suplente: Nilva Albertina de Souza

Representante do Trabalho e Emprego:
Titular: Silvania Capistrano Lopes
Suplente: Marcio Lopes

Representante da Fazenda:
Titular: Daniela Carla Knaul
Suplente: Karla Adriana Engel França

Representante de Usuários de Entidades da Assistência Social;
“Associação dos Grupos de Mulheres - União da Boa Amizade”
Titular: Nilza Vermohlen Eger
Suplente: Ivete Cardozo

Representante de Usuários de Entidades da Assistência Social;
“Sindicato de Trabalhadores Rurais de Leoberto Leal”
Titular: Dauri Vitor Kreusch
Suplente: Ari Schaffer Knaul

Representante de Membros de Entidades da Assistência Social;
“Associação de Pais e Professores da E.E.B. Bertino Silva e Associação dos Grupos de Mulheres - União da Boa Amizade”
Titular: Franciele Sezerino
Suplente: Clarinda Lopes Coelho

Representante de Membros de Entidades da Assistência Social;
“Sindicato de Trabalhadores Rurais de Leoberto Leal e Associação dos Grupos de Mulheres - União Boa Amizade”
Titular: Waldecir Kreusch
Suplente: Zenir Hoffmann Kreusch

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 069/2015

Portaria n.º 069, de 27 de março de 2015.
"Designa membros para Comissão de Avaliação Técnica de Móveis e Imóveis e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para integrar a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE MÓVEIS E IMÓVEIS, no território do município de Leoberto Leal/SC, sem prejuízo de suas funções normais para, sob a presidência do primeiro, analisarem o valor comercial, para comprar ou desapropriar, terrenos, jazidas e prédios, que são de interesse do município de Leoberto Leal, conforme segue abaixo:

- I - MARCIO LOPES
PRESIDENTE
- II - DAIANI ANDRÉ MEURER
MEMBRO
- III - ARNO HASCHEL LOHN
MEMBRO
- IV - VALDIR LONGEN
MEMBRO
- V - DAURI PEDRO MEIRA
MEMBRO

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 070/2015

Portaria n.º 070, de 27 de março de 2015.
"Conceder Licença sem Vencimento ao Servidor Público Municipal e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 418/1990;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a partir de 16 de março de 2015, Licença Sem Vencimento ao servidor OSNI BECKER, brasileiro, casado, inscrito sob a matrícula nº 694, ocupante do cargo em efetivo exercício de

Auxiliar de Manutenção e Conservação, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 16/03/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 071/2015

Portaria n.º 071, de 31 de março de 2015.
"Exonera servidores Municipais e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera os servidores Municipais da Prefeitura de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1632	Daniela Carla Knaul	Assessora de Planejamento	31/03/2015
02	1675	Fabrizio Marques Correa	Médico do ESF	02/03/2015
03	1669	João Ricardo Martinelli	Médico de Plantonista	01/03/2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 01/03/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 31 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL CARTA CONVITE 01/2015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CARTA CONVITE N° 01/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de CARTA CONVITE, na forma da Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ornamentação, para o Ginásio Municipal de Esportes, tendo em vista a realização do 9º Festival Interestadual de Interpretação da Música, de Lindóia do Sul, no dia 16 de abril de 2015, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 08 de abril de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal.

Macieira

PREFEITURA

RELATÓRIO DE COMPRAS - MÊS 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Baner de pirâmide alimentar infantil	221	4,000	75,0000	300,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Jogo de Dominó	221	4,000	11,2500	45,00
AUTO ELITE LTDA	Lâmpada pingo de água pequena 12v	240	1,000	6,0000	6,00
AUTO ELITE LTDA	Serviço	240	1,000	89,0000	89,00
CARLOS A BRANBILA	Vasos de Kalanchue	239	345,000	4,0000	1,380,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Bolo	222	70,000	14,2900	1,000,30
COMERCIO DE EMBALAGEM CACADOR LTDA	Balão - pacote com 50 unidades	237	4,000	5,9000	23,60
COMERCIO DE EMBALAGEM CACADOR LTDA	Pacote de Garfo Descartavel	237	10,000	2,2500	22,50
COMERCIO DE EMBALAGEM CACADOR LTDA	Pratos Descartaveis	237	50,000	1,2000	60,00
JUNIOR GAZES INDUSTRIAIS	OXIGÊNIO	242	2,000	70,0000	140,00
MARCELO ANSILIERO ME	Coca-cola	238	48,000	4,9000	235,20
MARCELO ANSILIERO ME	Guarana	238	12,000	4,5000	54,00
MARCELO ANSILIERO ME	Soda Antartica	238	10,000	4,5000	45,00
MARCELO ANSILIERO ME	Sukita	238	8,000	4,5000	36,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Mão de obra para colocação de motor e reparos necessário, para o veículo Ford Transit MIF 2337, pertencente a Secretaria Municipal de Saúde		1,000	1,500,0000	1,500,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Motor novo ou usado para Ford Transit, placas MIF 2337, ano/modelo 2010, renavan n° 232055572, classi n° WF0DXXTAFATJ44867.		1,000	30,050,0000	30,050,00
SCA EQUIP PARA ESCRITORIOS	Recarga de Toner 450/420	223	2,000	60,0000	120,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	250	5,000	10,8500	54,25
VICENTE DE PERI ME	Aparelho de telefone	249	1,000	120,0000	120,00
Total Geral do Mês ---->					35,280,85

RELATÓRIO DE COMPRAS - MÊS 03/2015 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ARES GRAFICA & AMP EDITORA LTDA COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Carimbo	59	1,000	42,0000	42,00
	Cuca caseira com farofa, com cor e aroma característicos, bem cozida, livre de contaminantes, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte.	63	2,000	20,4000	40,80
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Tortas Salgadas	63	2,000	36,0000	72,00
	Caixa de Bombons	62	150,000	7,0000	1,050,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Repelente	64	5,000	10,5000	52,50
	Toalha de banho.	64	4,000	5,0000	20,00
IVANIR ZILIO JS PNEUS LTDA	Quadro branco	58	1,000	108,5000	108,50
	Balanceamento	60	4,000	11,5000	46,00
JS PNEUS LTDA JS PNEUS LTDA	FILTRO DE AR	60	1,000	16,0000	16,00
	Filtro de óleo	60	1,000	20,0000	20,00
JS PNEUS LTDA JS PNEUS LTDA	Geometria	60	1,000	40,0000	40,00
	Jogo de patilhas	60	1,000	80,0000	80,00
JS PNEUS LTDA JS PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	60	1,000	20,0000	20,00
	Óleo	60	4,000	35,0000	140,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Refrigerante embalagem com 5 litros	65	20,000	3,9500	79,00
Total Geral do Mês ---->					1.826,80

RELATÓRIO DE COMPRAS - MÊS 03/2015 PREFEITURA MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 1/22

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2015

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.686/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Foice c/ cabo	510	1,000	38,0000	38,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Saco de adubo	487	1,000	69,0000	69,00
ALBERTO SERIGHELLI	Espiga de Milho Verde	480	50,000	0,5000	25,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM - a ser fornecida em posto de abastecimento instalado na sede do município de Macieira ou em um raio de no máximo 25 km de distância da sede na Rodovia sentido Caçador.		25,000,000	3,4200	85.500,00
AUTO POSTO FARENZENA LTDA	Óleo S10	451	1,000,000	2,9400	2.940,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Aditivo	474	6,000	12,0000	72,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	FILTRO	509	1,000	98,0000	98,00
BRANDALISE CLINICA, ASSESSORIA E CONSULT	Exames de Atestado de Saúde Ocupacional (Admissional, Demissional, Periódico, Mudança de função, Retorno ao Trabalho), ASO; Laudo técnico de condições ambientais do trabalho- LTCAT; Programa de prevenção de riscos ambientais- PPRA; Perfil fisiográfico previdenciário (Funcionários ativos); Programa de controle médico de saúde ocupacional- PCMSO; Exames de audiometria serão realizados conforme avaliação médica		9,000	792,0000	7.128,00
CAMUZZATO & CAMUZZATO LTDA ME	Marmittas	452	28,000	15,0000	420,00
CAMUZZATO & CAMUZZATO LTDA ME	Marmittas	479	9,000	15,0000	135,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Bota	505	26,000	44,0000	1.144,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Cano 20	502	1,000	2,5000	2,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Chave de fenda	502	1,000	4,0000	4,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Chave philips 1/4x6	502	1,000	7,0000	7,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	COLA	502	1,000	2,5000	2,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Joelho 20mm	502	2,000	0,5000	1,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Luva 20mm	502	1,000	1,2500	1,25
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Luva Cardan	502	1,000	1,5000	1,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	NIPEL	502	2,000	0,5000	1,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Roscas 5m	502	2,000	0,7200	1,44
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Sifão	502	2,000	6,2000	12,40
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Tampa cano	502	2,000	2,0000	4,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Torneira	502	1,000	42,0000	42,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Veda rosca	502	1,000	2,5000	2,50
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Apresentado fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	551	2,000	13,4500	26,90
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Apresentado fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	613	4,000	13,4500	53,80
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Bebida láctea fermentada, pacotes com 900 ml, sabores diversos. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	551	65,000	2,7000	175,50
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão doce com farofa e creme de confeiteiro. Características: 75 gramas, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável, devendo ser transportado em caixas plásticas apropriadas.	515	22,400	12,0000	268,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão Francês. . Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.	551	19,000	7,4900	142,31
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão integral. Características: 50 g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados.	551	21,200	8,4900	179,99
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Queijo mussarela fatiado, de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	551	2,000	21,9000	43,80
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Queijo mussarela fatiado, de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	613	4,000	21,9000	87,60
Comercio de Roupas Feitas Parizotto Ltda	FELTRO	481	26,000	10,9000	283,40
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE - C	Sementes para pastagem de inverno (aveia preta), sacos com 40 kg, para distribuição e incentivo ao criador de gado leiteiro do município, baseada na Lei nº 546 e Decreto 1367.		170,000	44,0000	7.480,00
CS INFORMATICA LTDA	Telefone Celular	486	1,000	435,0000	435,00
DANIELA UNTEMBERGER ME		459	1,000	75,0000	75,00
DANIELA UNTEMBERGER ME		488	0,330	53,2700	17,58
DANIELA UNTEMBERGER ME		488	1,000	75,0000	75,00
GENTE SEGURADORA S.A	Mangueira Inferior Radiador Seguro RCF caminhão Volvo/VM 330 placas QHD 4145, ano/modelo 2014, pertencente a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Economico, com cobertura: 02 - COBERTURAS DO SEGURO TERCEIROS (RCF): DANOS MATERIAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00 DANOS MORAIS R\$ 20.000,00 APP - INVALIDEZ R\$ 10.000,00 APP - MORTE R\$ 10.000,00		1,000	465,9607	465,96
GENTE SEGURADORA S.A	Seguro RCF Ford Cargo 2428, placas MID 7418, ano 2010, modelo 2011, pertencente a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com cobertura: 02 - COBERTURAS DO SEGURO TERCEIROS (RCF): DANOS MATERIAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00 DANOS MORAIS R\$ 20.000,00 APP - INVALIDEZ R\$ 10.000,00 APP - MORTE R\$ 10.000,00		1,000	400,6663	400,67

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GENTE SEGURADORA S.A	Seguro RCF Ford Cargo 2628 placas MHC 8757, ano/modelo 2010, pertencente a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com cobertura:		1,000	400,6663	400,67
	02 - COBERTURAS DO SEGURO TERCEIROS (RCF):				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 20.000,00				
	APP - INVALIDEZ R\$ 10.000,00				
	APP - MORTE R\$ 10.000,00				
	Seguro RCF M.Benz Atron 2729 placas QHA 2714, ano/modelo 2014, pertencente a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com cobertura:		1,000	400,6663	400,67
	02 - COBERTURAS DO SEGURO TERCEIROS (RCF):				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
GENTE SEGURADORA S.A	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 20.000,00				
	APP - INVALIDEZ R\$ 10.000,00				
	APP - MORTE R\$ 10.000,00				
	Seguro RCF Scania R112 placas ADO 0498, ano/modelo 1983, pertencente a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com cobertura:		1,000	400,6663	400,67
	02 - COBERTURAS DO SEGURO TERCEIROS (RCF):				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 20.000,00				
	APP - INVALIDEZ R\$ 10.000,00				
GENTE SEGURADORA S.A	Seguro RCF VW gol placas MDG 3574, ano/modelo 2006, pertencente a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Economico, com cobertura:		1,000	86,5356	86,54
	02 - COBERTURAS DO SEGURO TERCEIROS (RCF):				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 20.000,00				
	APP - INVALIDEZ R\$ 10.000,00				
	APP - MORTE R\$ 10.000,00				
	Seguro total - Ford Transit placas MIF 2337, ano/modelo 2010, pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde, com cobertura:		1,000	4.023,8400	4.023,84
	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
GENTE SEGURADORA S.A	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS R\$ 20.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 10.000,00				
	APP - INVALIDEZ R\$ 10.000,00				
	APP - MORTE R\$ 10.000,00				
	DMH				
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GENTE SEGURADORA S.A	Seguro total - veículo Chevrolet/classic placas MLV 0146, ano 2013, modelo 2014, pertencente ao Fundo Municipal de Assistência Social, com cobertura: CASCO 100% FIPE		1,000	290,0000	290,00
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				R\$ 20.000,00
	DANOS MORAIS				R\$ 10.000,00
	APP- INVALIDEZ				R\$ 10.000,00
	APP- MORTE				R\$ 10.000,00
	DMH				R\$ 10.000,00
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
GENTE SEGURADORA S.A	Seguro Total Fiat Doblo Cargo placas NJN 4966, ano 2012, modelo 2013, pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde, com cobertura: CASCO 100% FIPE		1,000	2.498,6161	2.498,62
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				R\$ 20.000,00
	DANOS MORAIS				R\$ 10.000,00
	APP- INVALIDEZ				R\$ 10.000,00
	APP- MORTE				R\$ 10.000,00
	DMH				R\$ 10.000,00
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
GENTE SEGURADORA S.A	Seguro Total Fiat Ducato placas PKF 5096, ano/modelo 2014, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde, com coberturas: CASCO 100% FIPE		1,000	4.608,2606	4.608,26
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				R\$ 20.000,00
	DANOS MORAIS				R\$ 10.000,00
	APP- INVALIDEZ				R\$ 10.000,00
	APP- MORTE				R\$ 10.000,00
	DMH				R\$ 10.000,00
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
GENTE SEGURADORA S.A	Seguro Total Honda Civic placas MLX 9531, ano 2013, modelo 2014, pertencente ao Gabinete, com cobertura: CASCO 100% FIPE		1,000	390,0000	390,00
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				R\$ 20.000,00
	DANOS MORAIS				R\$ 10.000,00
	APP- INVALIDEZ				R\$ 10.000,00
	APP- MORTE				R\$ 10.000,00
	DMH				R\$ 10.000,00
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GENTE SEGURADORA S.A	Seguro Total Hyundai HB 20S placas MMC 5179, ano 2014, modelo 2015, pertencente a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com cobertura:		1,000	1.457,2838	1.457,28
	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS MORAIS				R\$ 20.000,00
	APP- INVALIDEZ				R\$ 10.000,00
	APP- MORTE				R\$ 10.000,00
	DMH				R\$ 10.000,00
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM				
GENTE SEGURADORA S.A	FRANQUIA REDUZIDA				
	Seguro total VW Gol placas MIJ 3448, ano 2011 modelo 2012, pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde, com cobertura:		1,000	1.312,5399	1.312,54
	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS MORAIS				R\$ 20.000,00
	APP- INVALIDEZ				R\$ 10.000,00
	APP- MORTE				R\$ 10.000,00
	DMH				R\$ 10.000,00
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
GENTE SEGURADORA S.A	GUINCHO ATÉ 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	Seguro total VW Gol placas MIJ 3488, ano 2011, modelo 2012, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde, com cobertura:		1,000	1.353,7364	1.353,74
	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS MORAIS				R\$ 20.000,00
	APP- INVALIDEZ				R\$ 10.000,00
	APP- MORTE				R\$ 10.000,00
	DMH				R\$ 10.000,00
GENTE SEGURADORA S.A	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	Seguro total VW Gol placas MJS 2531, ano/modelo 2012, pertencente ao Fundo Municipal de saúde, com cobertura:		1,000	1.353,7364	1.353,74
	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS MORAIS				R\$ 20.000,00
	APP- INVALIDEZ				R\$ 10.000,00
	APP- MORTE				R\$ 10.000,00
GENTE SEGURADORA S.A	DMH				R\$ 10.000,00
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	Seguro total VW Gol placas MJS 2531, ano/modelo 2012, pertencente ao Fundo Municipal de saúde, com cobertura:				
	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS MORAIS				R\$ 20.000,00
	APP- INVALIDEZ				R\$ 10.000,00
GENTE SEGURADORA S.A	APP- MORTE				R\$ 10.000,00
	DMH				R\$ 10.000,00
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	Seguro total VW Gol placas MJS 2531, ano/modelo 2012, pertencente ao Fundo Municipal de saúde, com cobertura:				
	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS MORAIS				R\$ 20.000,00
GENTE SEGURADORA S.A	APP- INVALIDEZ				R\$ 10.000,00
	APP- MORTE				R\$ 10.000,00
	DMH				R\$ 10.000,00
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	Seguro total VW Gol placas MJS 2531, ano/modelo 2012, pertencente ao Fundo Municipal de saúde, com cobertura:				
	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				R\$ 100.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2015
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GENTE SEGURADORA S.A	Seguro Total VW Onibus placas QHA 1405, ano/modelo 2014, pertencente a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com cobertura:				
	01 - COBERTURAS DO SEGURO TOTAL:		1,000	1.665,4673	1.665,47
	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				
	DANOS MORAIS				
	APP- INVALIDEZ				
	APP- MORTE				
	DMH				
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 100 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	Seguro Total VW Onibus placas QHH 7087, ano/modelo 2014, pertencentes a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com cobertura:		1,000	1.665,4673	1.665,47
	01 - COBERTURAS DO SEGURO TOTAL:				
GENTE SEGURADORA S.A	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				
	DANOS MORAIS				
	APP- INVALIDEZ				
	APP- MORTE				
	DMH				
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 100 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	Seguro Total VW Saveiro placas MKA 7135, ano 2011, modelo 2012, pertencente a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Economico, com cobertura:		1,000	327,5038	327,50
	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				
GENTE SEGURADORA S.A	DANOS MORAIS				
	APP- INVALIDEZ				
	APP- MORTE				
	DMH				
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	Seguro Total VW Saveiro placas MLX 4182, ano 2013, modelo 2014, pertencente a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com cobertura:		1,000	287,3200	287,32
	01 - COBERTURAS DO SEGURO TOTAL:				
	CASCO 100% FIPE				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS				
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS				
	DANOS MORAIS				
	APP- INVALIDEZ				
	APP- MORTE				
	DMH				
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATÉ 450 KM - 100KM P. ONIBUS ESCOLAR				
	FRANQUIA REDUZIDA				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2015
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GENTE SEGURADORA S.A	Seguro total VW Voyage placas MLR 3424, ano 2013, modelo 2014, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde, com cobertura:				
	CASCO 100% FIPE		1,000	1.424,6327	1.424,63
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS R\$ 20.000,00				
	DANOS MORAIIS R\$ 10.000,00				
	APP- INVALIDEZ R\$ 10.000,00				
	APP- MORTE R\$ 10.000,00				
	DMH R\$ 10.000,00				
	ASSISTENCIA 24 HORAS				
GENTE SEGURADORA S.A	GUINCHO ATE 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	Seguro Total VW Voyage placas MLU 2523, ano/modelo 2014, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde, com cobertura:				
	CASCO 100% FIPE		1,000	1.424,6327	1.424,63
	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS R\$ 100.000,00				
	DANOS MORAIIS R\$ 20.000,00				
	APP- INVALIDEZ R\$ 10.000,00				
	APP- MORTE R\$ 10.000,00				
	DMH R\$ 10.000,00				
GEORGEO ALMEIDA ME	ASSISTENCIA 24 HORAS				
	GUINCHO ATE 450 KM				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na realização de Concurso Público conforme cargos, especificações e vagas constantes do Anexo I do presente edital, abrangendo as fases do procedimento, contendo principalmente:				
	a) realização das inscrições para o concurso;				
	b) elaboração completa do edital de concurso público, que deverá ser publicado no site da empresa e do município em até dez dias após a assinatura do contrato;				
	c) realização, julgamento e homologação das inscrições;				
	d) elaboração, aplicação, aferição/correção das provas, bem como publicações de gabaritos e resultados;				
	e) aplicação de provas práticas dos cargos para os quais há tal exigência;				
	f) análise e julgamento de impugnações e de recursos administrativos;				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	g) disponibilização de fiscais de prova;				
	h) manifestação em relação a possíveis procedimentos judiciais;				
	i) elaboração de relatório final com o resultado do concurso e publicações;				
	Abacaxi Pérola. . Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	460	2,000	5,1000	10,20
	Abacaxi Pérola. . Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	517	22,000	5,1000	112,20
	Abacaxi Pérola. . Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	552	12,000	5,1000	61,20
	Abacaxi Pérola. . Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	460	1,000	9,1300	9,13
	Apúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	517	2,000	9,1300	18,26
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	552	4,000	9,1300	36,52
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses		3,000	9,1300	27,39
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	593	2,000	9,1300	18,26
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral embalagem de 20 litros	590	1,000	8,9000	8,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Álcool 1 litro 90°	570	10,000	5,2000	52,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Álcool 1 litro 90°	590	12,000	5,2000	62,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Álcool 1 litro 90°	460	1,000	9,9800	9,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Aroz parbolizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	517	1,000	9,9800	9,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Aroz parbolizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	552	5,000	9,9800	49,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Aroz parbolizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.		3,000	9,9800	29,94
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Aroz parbolizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	614	2,000	9,9800	19,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde - 20 l.	570	2,000	10,8000	21,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde - 20 l.	590	2,000	10,8000	21,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde - 20 l.		2,000	10,8000	21,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	460	35,000	1,7900	62,65
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	614	15,000	1,7900	26,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bataia Inglesa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	517	2,000	2,1000	4,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bataia Inglesa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	552	27,000	2,1000	56,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bataia Inglesa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	614	13,000	2,1000	27,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito doce, tipo maria.. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	552	15,000	6,7500	101,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito doce, tipo maria.. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.		3,000	6,7500	20,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito doce, tipo rosquinha de coco.. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	614	6,000	9,9500	59,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bomba de chimarrão.	570	3,000	9,9900	29,97
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Brócolis. Características: boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	517	1,000	9,9900	9,99
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Brócolis. Características: boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	552	10,000	3,8500	38,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caldo de galinha. Embalagem com 12 tabletes, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	517	15,000	3,8500	57,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Canela em casca - 10 Gr o pacote		2,000	2,6500	5,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Canela em casca - 10 Gr o pacote	570	5,000	1,5000	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina moída, de segunda categoria (acém, músculo, ponta de agulha), fresca (moída na hora), isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	590	3,000	1,5000	4,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME		614	2,000	14,0000	28,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2015
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas, . isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, integra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	460	16,000	15,4000	246,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas, . isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, integra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	552	21,000	15,4000	323,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas, . isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, integra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	614	2,000	15,4000	30,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	517	5,000	2,7000	13,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	552	13,000	2,7000	35,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	614	2,000	2,7000	5,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cera líquida - 750 ml	590	8,000	7,6000	60,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá de maçã, . acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	517	3,000	4,4000	13,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cravo - 10 Gr o pacote	570	5,000	1,5000	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cravo - 10 Gr o pacote	590	3,000	1,5000	4,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cuia média para chimarrão	570	2,000	17,9000	35,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cuia média para chimarrão		1,000	17,9000	17,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desentupidor de banheiro, composto com soda	570	1,000	11,0000	11,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desentupidor de banheiro, composto com soda	590	2,000	11,0000	22,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desentupidor de banheiro, composto com soda		2,000	11,0000	22,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml		10,000	1,5000	15,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	570	20,000	1,5000	30,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	590	40,000	1,5000	60,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml		25,000	1,5000	37,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	570	40,000	9,1000	364,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	590	30,000	9,1000	273,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		15,000	9,1000	136,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ervilha, embalagem tetra pak ou sachê com 200g, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. Deverá constar o registro no Ministério da Saúde.	552	8,000	1,7500	14,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Escova de plástico p/ lavar roupa	570	1,000	3,6000	3,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Escova de plástico p/ lavar roupa	590	2,000	3,6000	7,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Escova p/ vaso sanitário	570	2,000	6,0000	12,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Escova p/ vaso sanitário	590	4,000	6,0000	24,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades	570	2,000	1,9000	3,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades	590	3,000	1,9000	5,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades	552	1,000	1,9000	1,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg. Cada 100g deve fornecer no mínimo 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg. Cada 100g deve fornecer no mínimo 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.	614	1,000	10,9000	10,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg. Cada 100g deve fornecer no mínimo 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fermento químico em pó, embalagem com 500 gramas, de boa qualidade. O produto não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	552	3,000	10,4000	31,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lampada incandescente de no mínimo 25W, com garantia de 01 ano.	570	2,000	9,8000	19,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lampada incandescente de no mínimo 25W, com garantia de 01 ano.	590	2,000	9,8000	19,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Laranja Pera. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	517	5,000	9,8000	49,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Laranja Pera. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.		40,000	2,3500	94,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Laranja Pera. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	552	42,000	2,3500	98,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 13/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	460	24,000	2,5500	61,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	552	12,000	2,5500	30,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	593	24,000	2,5500	61,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	614	12,000	2,5500	30,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Limão galego, casca integra cor verde, odor agradável. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas.	552	0,500	4,0000	2,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lixeira plastico c/ tampa 30 litros	570	1,000	28,9000	28,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lixeira plastico c/ tampa 30 litros	590	4,000	28,9000	115,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lixeira plastico c/ tampa 30 litros	552	1,000	28,9000	28,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Manga. Características: casca integra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	552	40,000	3,9000	156,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Manga. Características: casca integra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	614	40,000	3,9000	156,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	460	4,000	3,0500	12,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	517	2,000	3,0500	6,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	552	7,000	3,0500	21,35
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.		3,000	3,0500	9,15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 14/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enterrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	614	5,000	3,0500	15,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ovo de galinha. Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade.	552	9,000	4,7000	42,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto	570	4,000	3,4000	13,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	570	1,000	42,8900	42,89
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	590	4,000	42,8900	171,56
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos		2,000	42,8900	85,78
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pepino. . Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	517	15,000	2,9500	44,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Prendedor de roupas de madeira c/ 12 unidades	570	4,000	1,3000	5,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de espuma 30 cm	590	4,000	9,8000	39,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	590	4,000	5,9000	23,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg		1,000	5,9000	5,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabonete 90 Gr	570	6,000	1,4000	8,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 l, pacote c/ 10 unidades	570	16,000	2,2000	35,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 l, pacote c/ 10 unidades	590	20,000	2,2000	44,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 l, pacote c/ 10 unidades		4,000	2,2000	8,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de rosto. Características: Tamanho: 50 cm x 80 cm; Composição: 100% Algodão.	570	5,000	5,0000	25,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de rosto. Características: Tamanho: 50 cm x 80 cm; Composição: 100% Algodão.	590	6,000	5,0000	30,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de rosto. Características: Tamanho: 50 cm x 80 cm; Composição: 100% Algodão.		9,000	5,0000	45,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de palha,	590	3,000	14,0000	42,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de palha,		2,000	14,0000	28,00
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Prestação de serviços de hora máquina com trator de esteiras D-50 (horímetro), com peso mínimo de 13.000 kg e peso máximo de 15.000 kg, com lâmina anêlho, com operador qualificado, destinados à recuperação de estradas vicinais conforme especificações do edital e Plano de Trabalho do Convênio nº 000535/2014.		26,000	159,9000	4.157,40
Leonir Luiz Tiecker	CONCERTO DE PNEU	458	2,000	32,5000	65,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço de instalação	507	2,000	0,4500	0,90
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	TUBO DE CONCRETO SIMPLES CLASSE PS1 (CA1) COM 50 CM DE DIÂMETRO.	507	1,000	276,1000	276,10
PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP			65,000	59,9500	3.896,75
POSTO SERIBA LTDA			17,000,000	3,4200	58.140,00
RADIADORES VIDEIRA	Radiadoragua maquina Caterpillar	622	1,000	1.500,0000	1.500,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	484	1,000,000	2,8900	2.890,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 15/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10		4.000,000	2,8900	11.560,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10		3.691,660	2,8900	10.668,90
SCA EQUIP PARA ESCRITORIOS	Consorto de impressora	455	2,000	89,0000	178,00
SERVIÇOS EDUCACIONAL LAR E SAUDE	Revista Nosso Amiguinho Junior	489	1,000	246,0000	246,00
SERVIÇOS EDUCACIONAL LAR E SAUDE	Revista Nosso Amiguinho 2 Anos	489	2,000	360,0000	720,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Revista Vida e Saude	489	1,000	370,0000	370,00
	Abobrinha. Características: casca coriácea com paredes espessas e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	550	2,000	3,7000	7,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Abobrinha. Características: casca coriácea com paredes espessas e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	615	3,000	3,7000	11,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocolatado em pó instantâneo - Embalagens de 400 gramas. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 01 ano, informação nutricional e ingredientes.	461	9,000	4,9500	44,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alface de boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	461	20,000	1,4500	29,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alface de boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	516	35,000	1,4500	50,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alface de boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	550	47,000	1,4500	68,15
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alface de boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	615	14,000	1,4500	20,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alho embalagem até 100 gramas e conforme descrição do anexo I do Edital.	516	1,000	2,4500	2,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alho embalagem até 100 gramas e conforme descrição do anexo I do Edital.	550	1,000	2,4500	2,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	569	2,000	2,4500	4,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz integral. Pacotes de 1 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	516	4,000	2,4500	9,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Azeite de oliva extra virgem - embalagens de 500 ml. Acondicionados em embalagens de vidro, não devendo estar enferrujadas ou quebradas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 03 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informações nutricional e ingredientes.		5,000	4,1900	20,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Azeite de oliva extra virgem - embalagens de 500 ml. Acondicionados em embalagens de vidro, não devendo estar enferrujadas ou quebradas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 03 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informações nutricional e ingredientes.	516	2,000	12,7500	25,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Azeite de oliva extra virgem - embalagens de 500 ml. Acondicionados em embalagens de vidro, não devendo estar enferrujadas ou quebradas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 03 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informações nutricional e ingredientes.	550	2,000	12,7500	25,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Azeite de oliva extra virgem - embalagens de 500 ml. Acondicionados em embalagens de vidro, não devendo estar enferrujadas ou quebradas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 03 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informações nutricional e ingredientes.	615	1,000	12,7500	12,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bebida a base de soja, embalagem terra pak contendo 01 litro, diversos sabores. A embalagem deve estar intacta, bem vedada edeve constar: data de fabricação de no mínimo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	615	10,000	6,4000	64,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 16/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker com gergilim.. Pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	516	35,000	4,3500	152,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker com gergilim.. Pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	550	43,000	4,3500	187,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker com gergilim.. Pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	615	10,000	4,3500	43,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	592	3,000	7,0000	21,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	592	12,000	7,0000	84,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caniquinha ou quireira de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	461	20,000	1,7500	35,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caniquinha ou quireira de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	550	2,000	1,7500	3,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caniquinha ou quireira de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	615	2,000	1,7500	3,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caqui. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente ou caixas plásticas	461	40,000	3,9500	158,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caqui. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente ou caixas plásticas	550	31,500	3,9500	124,43
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente ou caixas plásticas	615	49,500	3,9500	195,53
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente ou caixas plásticas	440	1,000	49,8500	49,85
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	569	1,000	49,8500	49,85
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	591	4,000	49,8500	199,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg		2,000	49,8500	99,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 17/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne suína para tipo lombinho, deve apresentar odor e cor característicos, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	461	19,000	9,9500	189,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Colorau.Embalagem contendo 500g do produto, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	516	1,000	1,5500	1,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Colorau.Embalagem contendo 500g do produto, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	550	2,000	1,5500	3,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico p/ café c/100 unidades	440	2,000	1,6500	3,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico p/ café c/100 unidades	569	10,000	1,6500	16,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico p/ café c/100 unidades	461	10,000	1,6500	16,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Couve Flor, Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	550	20,000	3,8500	77,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Couve Flor, Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	550	5,000	3,8500	19,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas.A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	461	23,000	4,9000	112,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas.A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	516	25,000	4,9000	122,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas.A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	550	17,000	4,9000	83,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas.A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	615	14,000	4,9000	68,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Doce de leite, potes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	550	7,000	8,3500	58,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	591	4,000	1,5500	6,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	461	2,000	3,0500	6,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	516	4,000	3,0500	12,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2015
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 18/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	550	25,000	3,0500	76,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	615	4,000	3,0500	12,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	farinha de milho (fubá de milho amarelo), Pacotes de 5 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	461	2,000	11,9500	23,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	farinha de milho (fubá de milho amarelo), Pacotes de 5 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	516	1,000	11,9500	11,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	farinha de milho (fubá de milho amarelo), Pacotes de 5 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.		3,000	11,9500	35,85
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	farinha de milho (fubá de milho amarelo), Pacotes de 5 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	615	1,000	11,9500	11,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	461	4,000	4,6500	18,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	516	4,000	4,6500	18,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	550	2,000	4,6500	9,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.		3,000	4,6500	13,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	615	4,000	4,6500	18,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro de café 103	569	5,000	2,9000	14,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro de café 103	591	8,000	2,9000	23,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 19/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fósforo caixa com 10 unidades	569	1,000	2,2500	2,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fósforo caixa com 10 unidades	591	2,000	2,2500	4,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fósforo caixa com 10 unidades		2,000	2,2500	4,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garrafa térmica 2 litros	569	2,000	72,3500	144,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garrafa térmica 2 litros		1,000	72,3500	72,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	592	4,000	11,0000	44,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Lustra móveis - 100 ml	569	4,000	5,9500	23,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME		516	45,000	4,2500	191,25
	Maça fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	615	4,700	4,2500	19,98
	Macarrão co ovos tipo parafuso. Pacotes de 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão co ovos tipo parafuso. Pacotes de 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	461	13,000	5,2000	67,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão co ovos tipo parafuso. Pacotes de 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	550	33,000	5,2000	171,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão com ovos, tipo espagete reto. Pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar íntada, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão. Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	461	35,000	3,3500	117,25
	Mamão. Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão. Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	550	40,000	3,3500	134,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mandioca descascada e congelada. Características: embalagens de 2 kg. A embalagem deve estar íntada, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade e informação nutricional. Deve estar totalmente congelada sem indícios de descongelamento e recongelamento.	461	10,000	7,9500	79,50
	Melão. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melão. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	550	45,000	3,9000	175,50
	Milho verde, embalagem tetra pak ou sachê com 200g, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. Deverá constar o registro no Ministério da Saúde.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Milho verde, embalagem tetra pak ou sachê com 200g, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. Deverá constar o registro no Ministério da Saúde.	550	8,000	1,8500	14,80
	Milho verde, embalagem tetra pak ou sachê com 200g, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. Deverá constar o registro no Ministério da Saúde.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Milho verde, embalagem tetra pak ou sachê com 200g, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. Deverá constar o registro no Ministério da Saúde.	615	2,000	1,8500	3,70
	Multi uso limpeza pesada - 5 litros, composto de dodecil benzeno sulfonato de sódio, tensoativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, corante, água, perfume e conservante.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multi uso limpeza pesada - 5 litros, composto de dodecil benzeno sulfonato de sódio, tensoativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, corante, água, perfume e conservante.	591	8,000	14,2500	114,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 20/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multuso composto aqui benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	569	4,000	15,8500	63,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multuso composto aqui benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	591	3,000	15,8500	47,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha pct com 02 rolos	440	6,000	2,6500	15,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha pct com 02 rolos		30,000	2,6500	79,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha pct com 02 rolos	569	10,000	2,6500	26,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha pct com 02 rolos	591	10,000	2,6500	26,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha pct com 02 rolos		24,000	2,6500	63,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra p/ vaso sanitário.	569	8,000	1,5000	12,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra p/ vaso sanitário.	591	10,000	1,5000	15,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra p/ vaso sanitário.		15,000	1,5000	22,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação	516	44,400	8,6000	381,84
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação	550	12,000	8,6000	103,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação	615	5,000	8,6000	43,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pó para pudim, diversos sabores contendo 05 unid. de 35g cada. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional. Apresentar registro no Ministério da Saúde.	550	120,000	2,9500	354,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho branco. Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	461	8,000	2,4000	19,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho branco. Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	550	7,000	2,4000	16,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho branco. Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	615	3,000	2,4000	7,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Rodo de borracha 40 cm	569	1,000	10,4500	10,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Rodo de borracha 40 cm	591	4,000	10,4500	41,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	591	8,000	6,4500	51,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.		5,000	6,4500	32,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	sabonete líquido antibactericida embalagem de 5 l.	569	2,000	26,4500	52,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 50 l. pacote c/ 10 unidades	569	2,000	26,4500	52,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 50 l. pacote c/ 10 unidades	591	10,000	2,1500	21,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 50 l. pacote c/ 10 unidades		20,000	2,1500	43,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco plástico transparente 28X40 c/ 100 unidades	591	20,000	2,1500	43,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME			1,000	5,4500	5,45

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 21/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes	461	2,000	1,2500	2,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes	516	2,000	1,2500	2,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes	550	5,000	1,2500	6,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes		3,000	1,2500	3,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes	615	4,000	1,2500	5,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas	569	11,000	4,6000	50,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Suco natural concentrado, diversos sabores: pessego, maracujá, laranja, abacaxi, sem conservantes. Acondicionado em embalagens contendo 500 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade.	591	4,000	3,7500	15,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Suco natural concentrado, diversos sabores: pessego, maracujá, laranja, abacaxi, sem conservantes. Acondicionado em embalagens contendo 500 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade.	461	8,000	8,7500	70,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Suco natural concentrado, diversos sabores: pessego, maracujá, laranja, abacaxi, sem conservantes. Acondicionado em embalagens contendo 500 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade.	550	12,000	8,7500	105,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Suco natural concentrado, diversos sabores: pessego, maracujá, laranja, abacaxi, sem conservantes. Acondicionado em embalagens contendo 500 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade.	615	40,000	8,7500	350,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tempero verde (salsinha e cebolinha). Características: aparência fresca, boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	461	2,000	2,4000	4,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tempero verde (salsinha e cebolinha). Características: aparência fresca, boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	516	4,000	2,4000	9,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tempero verde (salsinha e cebolinha). Características: aparência fresca, boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	550	6,000	2,4000	14,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tempero verde (salsinha e cebolinha). Características: aparência fresca, boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	615	2,000	2,4000	4,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de banho	569	2,000	4,9500	9,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de banho	591	8,000	4,9500	39,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de banho		4,000	4,9500	19,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme	461	1,000	6,7500	6,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate. Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente.		20,000	4,4500	89,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2015
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 22/22

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente.	516	20,000	4,4500	89,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente.	550	11,000	4,4500	48,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente.	615	3,000	4,4500	13,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Touca descartável pacote com 100 unidades	591	2,000	17,9500	35,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	569	1,000	10,2000	10,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	591	4,000	10,2000	40,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	461	4,000	10,2000	40,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vinagre tinto . Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	516	3,000	2,7500	8,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vinagre tinto . Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	516	1,000	2,7500	2,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vinagre tinto . Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	550	16,000	2,7500	44,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vinagre tinto . Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	615	3,000	2,7500	8,25
VIDECAR CAMINHOES LTDA	Filtro Combustível	534	1,000	60,0000	60,00
VIDECAR CAMINHOES LTDA	FILTRO DE AR	534	1,000	95,0000	95,00
VIDECAR CAMINHOES LTDA	FILTRO DE AR	535	1,000	95,0000	95,00
VIDECAR CAMINHOES LTDA	Filtro de combustível	535	1,000	60,0000	60,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA/	abrazadeira	453	2,000	3,5000	7,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA/	BICO	453	1,000	27,0000	27,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA/	Disco de corte	504	2,000	4,8000	9,60
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA/	Emenda para Mangueira	453	1,000	9,5000	9,50
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA/	Estopa	503	40,000	3,0000	120,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA/	Mangueira	453	10,714	14,0000	150,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA/	Mangueira 3/4 mola	457	12,000	30,0000	360,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA/	PARAFUSO	504	1,000	10,0000	10,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA/	Parafuso 3/8	504	1,000	5,5000	5,50
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA/	Porca	504	8,000	1,2000	9,60
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA/	Porca	504	1,000	2,0000	2,00
Total Geral do Mês ---->				253.053,61	

Mafra**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 032/2015**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada para execução de serviços de cronometragem destinados a 45ª Corrida Rústica, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 23/04/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 08 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 034/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de empresa especializada para reforma das instalações (material e mão de obra) da Guarnição Especial de Polícia Militar de Mafra com recursos do FUMMPOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08:30hr do dia 27/04/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 08 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Medalhas e Troféus, destinado a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 24/04/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 08 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze Diego Ricardo Krachinski
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais elétricos e instalação do novo padrão de luz elétrica, destinados a Polícia Militar através do FUMMPOM, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 28/04/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 08 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze Diego Ricardo Krachinski
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2015.

FORNECEDOR: OVERTEC - COMERCIO E INSTALAÇÃO DE GASES
CNPJ: 03.269.168/0001-95

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto para adequação do sistema de distribuição de gases medicinais, com dimensionamento dos compressores de ar medicinal e vácuo, dimensionamento dos reservatórios, adequação dos pontos de gases para que esteja em conformidade com a RDC 50, sistema de alarmes e sistema de distribuição de oxigênio para a Unidade de Pronto Atendimento 24hs (UPA), através do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais).

Mafra, (SC) 08 de abril de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4108

Lei MUNICIPAL nº. 4108

DE 07 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A 'ASSOCIAÇÃO MAFRENSE DOS DEFICIENTES VISUAIS - AMADEV' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição Financeira à 'Associação Mafrense dos Deficientes Visuais - AMADEV', entidade civil de direito privado, com sede a Rua Getúlio Vargas, nº. 175, Centro, em Mafra/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 047.447.145/0001-84, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº. 3.344, de 11 de dezembro de 2008.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à "Associação Mafrense dos Deficientes Visuais-AMADEV", o valor global de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), com a primeira parcela para pagamento até o dia 10 (dez) de abril de 2015, a segunda parcela para pagamento no dia 20 (vinte) de abril de 2015, e as demais para o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, finalizando a última parcela em 15 (quinze) de dezembro de 2015.

§ 1º A liberação da primeira parcela, bem como das demais, ficará condicionada à apresentação dos documentos exigidos pelo Controle Interno do Município, com base na Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, e na Instrução Normativa NTC nº. 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 3º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Fazenda e Planejamento

09.01 Secretaria da Fazenda e Planejamento

041230009.2.018000 Administração Financeira e Contábil - Contabilidade

(54) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte: 100 Recursos Ordinários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 07 de abril de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4109

Lei MUNICIPAL nº. 4109

DE 07 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À 'ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAFRA - APAE' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social à 'Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mafra - APAE', entidade civil de direito privado, com sede à Rua Florianópolis, nº. 12, bairro Vila Ferroviária, em Mafra/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 83.396.002/0001-79, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº. 898, de 30 de novembro de 1976.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à 'Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mafra - APAE', o valor global de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), com a primeira parcela para pagamento até o dia 10 (dez) de abril de 2015, a segunda parcela para pagamento no dia 20 (vinte) de abril de 2015, e as demais para o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, finalizando a última parcela em 15 (quinze) de dezembro de 2015.

§ 1º A liberação da primeira parcela, bem como das demais, ficará condicionada à apresentação dos documentos exigidos pelo Controle Interno do Município, com base na Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, e na Instrução Normativa NTC nº. 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 3º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Fazenda e Planejamento

09.01 Secretaria da Fazenda e Planejamento

041230009.2.018000 Administração Financeira e Contábil - Contabilidade

(54) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte: 100 Recursos Ordinários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 07 de abril de 2015.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4110

Lei MUNICIPAL nº. 4110
DE 07 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À 'ASSOCIAÇÃO LAR DOS VELHINHOS SÃO FRANCISCO DE ASSIS' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social à 'Associação Lar dos Velhinhos São Francisco de Assis' entidade civil de direito privado, com sede a Rua Gustavo Friedrich, nº. 1120, Bairro Vila Nova, em Mafra/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 83.798.686/0001-35, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº. 1.441, de 11 de julho de 1986.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à 'Associação Lar dos Velhinhos São Francisco de Assis', o valor global de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), com a primeira parcela para pagamento até o dia 10 (dez) de abril de 2015, a segunda parcela para pagamento no dia 20 (vinte) de abril de 2015, e as demais para o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, finalizando a última parcela em 15 (quinze) de dezembro de 2015.

§ 1º A liberação da primeira parcela, bem como das demais, ficará condicionada à apresentação dos documentos exigidos pelo Controle Interno do Município, com base na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e na Instrução Normativa NTC nº 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 3º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

14. Fundo Municipal de Assistência Social
14.02 Fundo Municipal de Assistência Social
082440014.2.073000 Frente Ação Social
(178) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte: 100 Recursos Ordinários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 07 de abril de 2015.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4111

Lei MUNICIPAL nº. 4111

DE 07 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUBVENÇÃO SOCIAL A 'GRUPO INTEGRAÇÃO RIOMAFRENSE DE ONCOLOGIA - GIRO' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social ao 'Grupo Integração Riomafrense de Oncologia - GIRO', entidade civil de direito privado, com sede a Rua Tenente Ary Rauen, nº. 293, Alto de Mafra, em Mafra/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 08.832711/0001-34, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº. 3.414, de 23 de setembro de 2009.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à 'Grupo Integração Riomafrense de Oncologia - GIRO', o valor global de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com a primeira parcela para pagamento até o dia 10 (dez) de abril de 2015, a segunda parcela para pagamento no dia 20 (vinte) de abril de 2015, e as demais para o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, finalizando a última parcela em 15 (quinze) de dezembro de 2015.

§ 1º A liberação da primeira parcela, bem como das demais, ficará condicionada à apresentação dos documentos exigidos pelo Controle Interno do Município, com base na Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, e na Instrução Normativa NTC nº. 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 3º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Fazenda e Planejamento
09.01 Secretaria da Fazenda e Planejamento
041230009.2.018000 Administração Financeira e Contábil - Contabilidade
(54) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte: 100 Recursos Ordinários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 07 de abril de 2015.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

ERRATA DECRETO 19/2015

ERRATA DECRETO Nº 19 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Onde se lê:

DECRETA:

...

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 005/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 922,63 (novecentos e vinte e dois reais, sessenta e três centavos), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Leia-se:

DECRETA:

...

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 005/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Integrais) com o valor de R\$ 922,63 (novecentos e vinte e dois reais, sessenta e três centavos), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 06 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

LEI 1017/2015

LEI Nº 1017 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN DE ARARANGUÁ-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio de Cooperação Financeira com a Associação Irmã Carmen de Araranguá/SC, inscrita no CNPJ sob o número 00.900.930/0001-00, estabelecida na Rua Júlio de Souza, nº 361, Centro de Araranguá/SC, representada pelo seu presidente.

Art. 2º A cooperação financeira do município de Maracajá, no termo de convênio, compreende o valor de R\$ 35.400,00 (trinta e cinco mil, quatrocentos reais), para o exercício de 2015, pagos parcelas mensais, iguais e sucessivas, iniciando no mês de sanção e publicação da Lei autorizativa e finalizando até 31 de dezembro de 2015, para fazer face ao auxílio de custeio de despesa

no atendimento de crianças em regime de acolhimento, conforme previsto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º A Casa Lar Irmã Carmen, prestará contas até 30 (dias) após o repasse de cada parcela, nos termos da legislação vigente e normas estabelecidas pela administração municipal de Maracajá. Parágrafo Único - Não haverá nova liberação de recursos à entidade beneficiada, se esta não fizer a prestação de contas, dentro do prazo estabelecido no referido Termo de Convênio.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fiscalizar e a celebrar com a entidade subvencionada, o respectivo convênio, disciplinando o recebimento e a aplicação dos recursos concedidos por esta Lei.

Art. 5º A celebração do termo de convênio será firmado desde que a entidade atenda aos seguinte pré-requisitos:

I - Não estar em débito com o município referente a prestação de contas no exercício de 2014;

II - Apresentar todos os documentos solicitados pelo Decreto nº 12/2014;

III - Não possuir débitos com a União, Estado e Município.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Municipal correrão por conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal da Criança e Adolescência - Proteção das Crianças em Situação de Risco, através de recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 08 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 08 de Abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1018/2015

LEI Nº 1018 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

CRIA O ABONO DIFERENÇA REMUNERATÓRIA DE APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 11.738/08 QUE INSTITUI O PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído para os profissionais de educação do magistério municipal, o "Abono Diferença Remuneratória de aplicação da Lei Federal nº 11.738 de 16/07/2008", nos exatos termos propostos na presente lei.

Parágrafo único - Entende-se por profissionais de educação do magistério municipal, todos os servidores ocupantes de cargos cuja carreira é regulada pela Lei Complementar nº 06 de 22 de dezembro de 2003, com alterações posteriores.

Art. 2º O abono de que trata esta lei consiste em valor pecuniário a ser pago ao profissional de educação do magistério municipal com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas/semanais,

calculado mensalmente, e corresponderá ao resultado obtido entre a subtração do valor instituído e corrigido a título de "Piso Salarial Profissional Nacional" nos moldes da Lei Federal nº 11.738/08 e o valor devido ao servidor a título de remuneração no respectivo mês.

§1º Considera-se remuneração, para fins de aplicação do cálculo do abono de que trata a presente lei, o vencimento do cargo público de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei, com exceção das seguintes vantagens:

- a) Horas laboradas pelo servidor em horário extraordinário, acrescidas do respectivo adicional;
- b) Adicional Noturno;

§ 2º Para verificação da incidência bem como cálculo da diferença do "Abono Diferença Remuneratória de aplicação da Lei Federal nº 11.738 de 16/07/2008" para o profissional de educação do magistério municipal com carga horária diferente da estabelecida no caput, será considerado como "Piso Salarial Profissional Nacional", o valor correspondente a proporcionalidade da carga horária efetiva/contratada do servidor.

Art. 3º O valor do "Piso Salarial Profissional Nacional", instituído pela Lei Federal nº 11.738/08, para fins de aplicação do cálculo do "Abono Diferença Remuneratória de aplicação da Lei Federal nº 11.738 de 16/07/2008", será fixado por ato do poder executivo, conforme orientação do Ministério da Educação, nos termos da respectiva Lei.

Art. 4º O "Abono Diferença Remuneratória de aplicação da Lei Federal nº 11.738 de 16/07/2008", deverá ser calculado e pago na forma descrita nesta lei, mês a mês, a partir da competência abril de 2015.

Parágrafo único - Cabe ao Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação, promover, em parcela única, aos profissionais que fizerem jus, o pagamento dos valores apurados a partir da competência abril/2015 até a entrada em vigência da presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 08 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 08 de Abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1019/2015

LEI Nº 1019 de 08 de ABRIL de 2015.

ALTERA A LEI Nº 796 DE 03 DE MARÇO DE 2010.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º Fica alterado o §2º do art. 1º da Lei nº 796 de 03 de Março de 2010, que passa a ter a seguinte redação:

“

§2º O Poder Executivo custeará 100% (cem por cento) do valor gasto no transporte coletivo dos referidos estudantes.

”

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 08 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 08 de Abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR 39/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 39 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal - Refis Municipal - no município de Maracajá.

Art. 2º O Programa de Recuperação Fiscal - Refis Municipal - destina-se a promover o recebimento de créditos de qualquer natureza da Fazenda Pública Municipal, com vencimentos até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, com exigibilidade suspensa ou não, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada.

§ 1º Estão excluídos da presente Lei Complementar as despesas decorrentes de processos de execução fiscal e seus respectivos embargos, se houver.

§ 2º Os benefícios de que trata o presente artigo também serão extensivos aos contribuintes com parcelamentos pendentes, não integralmente quitados.

§ 3º Aos devedores que aderirem ao Programa Refis será concedida a redução dos juros de mora e multa, na forma prevista no artigo 7º desta Lei Complementar, mantidos os valores do principal corrigidos.

Art. 3º O prazo para adesão ao programa aqui instituído se iniciará a partir do primeiro dia útil de vigência desta Lei Complementar, encerrando-se no centésimo vigésimo dia ou no próximo dia útil seguinte a esta data, observando-se o disposto no artigo 7º.

Art. 4º Poderão pleitear a adesão ao programa ora instituído as pessoas responsáveis pela respectiva obrigação assim definida na legislação vigente.

§ 1º A opção pelo Refis Municipal poderá ser formalizada até a data mencionada no artigo 3º, mediante requerimento de parcelamento no qual a pessoa física ou jurídica deverá indicar pormenorizadamente quais débitos deverão ser nele incluídos.

§ 2º O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Pessoa Física:

- a) CPF;
- b) RG;
- c) comprovante de residência (água,luz ou telefone);
- d) procuração pública (se for o caso);

II - Pessoa Jurídica:

- a) contrato social;
- b) CNPJ; e
- c) RG, CPF e comprovante de residência do sócio responsável;
- d)procuração pública(se for o caso);

III - Termo de Confissão de Dívida Ativa;

IV - declaração de desistência, nos termos do inciso II do artigo 6º desta Lei Complementar;

V - cópia de pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, sobre o valor original do crédito devidamente atualizado, para os casos ajuizados.

Art. 5º Para o pagamento à vista, o contribuinte poderá optar pela inclusão individual de cada lançamento que compõe a dívida, exceto os débitos ajuizados e/ou executados, que deverão ser consolidados em sua totalidade.

Parágrafo único. Os débitos assim definidos na forma do caput deste artigo serão consolidados na data do termo de adesão e acrescidos dos encargos legais em conformidade com o Código Tributário Municipal.

Art. 6º A opção pelo Refis Municipal fica obrigatoriamente condicionada:

I - à assinatura do Termo de Acordo entre as partes, contendo as disposições legais necessárias;

II - ao encerramento comprovado de feitos ajuizados contra o Município, por desistência expressa e irrevogável, com renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do inciso V do caput do artigo 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil -, suportando o contribuinte as custas judiciais, despesas processuais e honorários de sucumbência;

III - ao pagamento pelo contribuinte das custas, despesas processuais e honorários para os débitos em cobrança judicial;

IV - à desistência de todos os recursos, inclusive dos embargos já processados na execução fiscal.

Art. 7º O Programa de Recuperação Fiscal - Refis Municipal - será concedido da seguinte forma:

I - para adesão, mediante pagamento total do débito à vista, até a data limite estabelecida no artigo 3º, com dispensa de 100% (cem por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

II - para os requerimentos de adesão protocolados até a data limite estabelecida no artigo 3º:

a) pagamento em até 6 (seis) parcelas com dispensa de 70% (setenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

§ 1º O não pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará a rescisão do parcelamento e prosseguimento da cobrança;

§ 2º As parcelas terão atualização monetária, anualmente, de acordo com o índice INPC-IBGE;

§ 3º Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais);

§ 4º A primeira parcela do acordo firmado deverá ser paga no ato do parcelamento através de guia de recolhimento emitido no Departamento de Tributos do Município.

Art. 8º O pagamento deverá ser realizado através de guia de recolhimento emitido no Departamento de Tributos do Município.

Art. 9º O pagamento previsto nesta Lei Complementar terão vigência temporária, valendo exclusivamente para os efeitos do Refis Municipal.

Art. 10. Serão excluídos do Refis Municipal os casos de:

I - inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

Parágrafo único. A exclusão do Refis Municipal acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito, aplicando-se sobre o montante devido todos os acréscimos legais previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 11. O cancelamento do acordo firmado dar-se-á independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ficando o inadimplente excluído do programa.

Art. 12. A adesão ao Refis Municipal não impede que a exatidão dos valores denunciados de forma espontânea pelo devedor, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), seja conferida posteriormente pelo Fisco Municipal, para efeito de lançamento suplementar.

Parágrafo único. Apurado pelo Fisco Municipal inexatidão do valor denunciado espontaneamente pelo devedor, poderá ser o respectivo montante incluído no Refis Municipal, desde que cumpridos pelo contribuinte os requisitos e as exigências desta Lei Complementar.

Art. 13. A opção pelo Refis Municipal sujeita o contribuinte à aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida, hábil a interromper o prazo prescricional, nos termos do artigo 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário Nacional (CTN).

Art. 14. O Poder Executivo editará os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei Complementar.

Art. 15. A instituição do Refis Municipal pela presente Lei Complementar não impede o ajuizamento de execuções fiscais pelo Município no período de sua vigência.

Art. 16. Ao Município fica autorizado o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa, representativas de créditos tributários ou não, desde que os contribuintes ou devedores estejam devidamente identificados.

Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 08 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 08 de Abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 11/2015_TP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Resultado do julgamento das Propostas
Licitação nº 11/2015 - TP

Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de construção de Unidade Escolar composta de 06 (seis) salas de aula - Padrão FNDE, localizada na Rua MAR 253 - Encruzo do Barro Vermelho, no município de Maracajá/SC

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maracajá decidiu: CLASSIFICAR por estarem de conformidade com o ato convocatório, conforme segue: em 1º lugar a proposta da empresa CAMILO & GHISI LTDA, com o valor global de R\$ 954.710,28 (novecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dez reais e vinte e oito centavos), em 2º lugar, a proposta da empresa ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, com o valor global de R\$ 954.901,23 (novecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e um reais e vinte e três centavos), e em 3º lugar, a proposta da empresa SOLO ENGENHARIA LTDA, com o valor de R\$ 956.720,15 (novecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte reais e quinze centavos); e DESCLASSIFICAR as propostas das empresas: CARLESSI ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA e CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP por apresentarem os valores globais de R\$ 966.320,01 (novecentos e sessenta e seis mil, trezentos e vinte reais e um centavo) e R\$ 1.148.064,18 (um milhão, cento e quarenta e oito mil sessenta e quatro reais e dezoito centavos) respectivamente, considerados acima do valor orçado que é de R\$ 956.720,15 (novecentos e cinquenta e seis mil setecentos e vinte reais e quinze centavos).

Maracajá, 27 de março de 2015
Itaionara Tramontin Recco
Presidente da CPL.

Maravilha**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.522/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 1.522/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 013/2015 - Sistema de Registro de Preços - SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de óleo diesel S500/comum e gasolina comum, conforme a necessidade, abastecimento direto na sede da empresa vencedora, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 23 de abril de 2015 até às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas.

Maravilha - SC, 08 de abril de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.533/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 1.533/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 014/2015 - Sistema de Registro de Preços - SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, para posterior contratação, conforme necessidade, de transporte de passageiros, atletas e pacientes, com ônibus e micro-ônibus, registro de preços por quilômetro, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/06, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 23 de abril de 2015 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas.

Maravilha - SC, 08 de abril de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO MARÇO 2015



CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Março / 2015

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)					
Ordinária	0,00	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	302.156,60	0,00
Vinculada	0,00	0,00	Ordinária	302.156,60	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	01000000 - Recursos Ordinários		
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Vinculada	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	435.000,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Aportes	435.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Recbimentos Extraorçamentários (III)					
Inscrição de restos a pagar	344.173,81	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Valores restituíveis	302.156,60	0,00	Pagamento de restos a pagar	323.969,73	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	42.017,21	0,00	Valores restituíveis	284.552,50	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	39.417,23	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
	8.495,00	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)		
TOTAL (N) = (I+II+III+IV)	787.668,81	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	161.542,48	0,00
				787.668,81	0,00

FONTE: Sistema Alende.Net - IPM, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Data Emissão 08/04/2015, Hora emissão 13:42:09

Notas:

SILVIO MAINKA
Presidente da Câmara

ALMIR TREVISANI
Diretor ADM

DIONISIO KEMCZYNSKI
Contador

Meleiro

PREFEITURA

LEI Nº 1680/2015

LEI Nº 1680/2015

TRATA DO REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Concede-se revisão geral anual de 7,43% (sete vírgula quarenta e três por cento), a título de reposição inflacionária, aos vencimentos dos servidores públicos municipais do Poder Executivo, Autarquias e Legislativo, contratados temporariamente, cargos e funções de livre nomeação e exoneração, inativos e pensionistas e honoríficos (conselheiro tutelar), conforme preceitua o Art. 37, inciso X da Constituição Federal, e os cargos do magistério.

§ 1º O índice acima determinado compreende o período de 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, de acordo com a tabela do INPC-IBGE.

Art.2º Aos cargos e funções do magistério municipal fica concedida a revisão de 7,43% (sete vírgula quarenta e três por cento), compreendendo o período de 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015.

Art.3º Os subsídios dos agentes políticos dos Poderes Executivo e Legislativo serão reajustados a contar do período de 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, conforme o índice do INPC-IBGE.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 março de 2015.

Art.5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 19 de março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

LEI Nº 1681/2015

LEI Nº 1681/2015

CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA DO PODER LEGISLATIVO DE MELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica criado na Estrutura Organizacional do Poder Legislativo de Meleiro, o cargo de Assessor Jurídico, símbolo AJ, de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único. O cargo de que trata o caput desta Lei, será regido pela Lei n.º 809/2000, que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Meleiro e dá outras providências.

Art. 2.º Os vencimentos mensais e a carga horária do cargo em comissão de Assessor Jurídico estão estabelecidos na tabela constante no anexo I, parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único. Os vencimentos do cargo em comissão de

Assessor Jurídico serão reajustados na mesma data e nos mesmos percentuais que se der o reajuste dos Servidores do Poder Executivo.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação 3.1.1.0 - Pessoal - do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos serão retroativos a 01 de março de 2015.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 06 de abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO I AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 01/2015

TABELA DE CARGA HORÁRIA SEMANAL E VENCIMENTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURÍDICO.

CARGO	HORAS SEMANAIS	VENCIMENTOS
Assessor Jurídico	10	R\$ 1.700,00

Meleiro/SC, 06 de abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 153/2015

PORTARIA n.º 153/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença maternidade, a servidora pública municipal ELINES LAMBERTES GONÇALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em virtude do término da licença.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 513/2014.

Meleiro, 08 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 154/2015

PORTARIA nº 154/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS À SERVIDORA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ELINES LAMBERTES GONÇALVES - matrícula 10047, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, referente ao período aquisitivo de 17/02/2014 a 16/02/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Janeiro de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 155/2015

PORTARIA nº 155/2015

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 176/2013, do Senhor ARCÂNGELO JOÃO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação,

com seus efeitos a partir de 08/04/2015.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 109/2015

DECRETO Nº 0109/2015 DE 06.04.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015, Considerando não haver inscritos para o cargo no Processo Seletivo nº 002/2014, Considerando a necessidade de atendimento dos serviços gerais na sede administrativa do Município e igualmente dos setores da Agricultura, Obras e Dmer, Considerando o afastamento da Servidora titular do cargo, Adriana Frozza Rauber, em Licença Gestante e Férias no período, Considerando a necessidade da continuidade destes serviços

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento ao Departamento Municipal de Administração e Fazenda, Agricultura, Obras e DMER, Interno, a Sra. ELISANA MOREIRA RODIO, portadora do CPF nº 058.401.999-82, RG nº 4.894.374, para exercer as funções de cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS ACT, com atribuição de exercício na Prefeitura Municipal de Modelo, lotação no Departamento Municipal de Administração e Fazenda, com carga horária de 40 horas semanais, visando atender serviços essenciais de acordo com as disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 026/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 06.04.2015 a 11.10.2015, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, sendo Nível 13, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, ao 06 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 026/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: ELISANA MOREIRA RODIO, brasileira, casada, portadora do CPF nº 058.401.999-82, RG nº 4.894.374, residente e domiciliada na Rua XV de novembro, Centro - município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS.

LOCAL DE TRABALHO: atribuição de exercício no Centro Administrativo Municipal - Prefeitura Municipal e lotação no Departamento Municipal de Administração e Fazenda do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em substituição à Servidora efetiva Adriana Frozza Rauber, que se encontra em férias até o dia 14 de abril de 2015 e no período da Licença Gestante a que faz jus, sendo de 15 de abril de 2015 a 11 de outubro de 2015, considerando não haver inscritos para o cargo no Processo Seletivo 002/2014. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009 e 2.198/2015.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 06 de abril de 2015 - Término: 11 de outubro de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.000,30 (Um mil reais e trinta centavos) conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal - Nível 13, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Matutino/Vespertino, 40 (quarenta) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Administração e Fazenda.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, ao 06 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER ELISANA MOREIRA RODIO
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

DECRETO Nº 110/2015

DECRETO Nº 110/2015 de 06.04.2015.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal, Edital de Concurso Público nº 001/2015 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação final do Concurso Público nº 001/2015, para provimento de cargos efetivos do Município de Modelo/SC.

Art. 2º - A relação com os nomes, pontuação e ordem de classificação dos candidatos e respectivos cargos constam no Anexo I, integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 06 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

ANEXO I
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2015

Nos termos do Edital nº 001/2015, O Instituto de Consultoria em Administração Pública e a Comissão de Acompanhamento do concurso público da PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO, TORNAM PÚBLICA A CLASSIFICAÇÃO FINAL, conforme abaixo:

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108436	RAFAEL FELIPE ESCHER	1,60	0,80	0,20	4,40	7,00	--	--	7,00	1º	CLASSIFICADO(A)	30/12/1995
108178	WILLIAN LOIR SCHLOSSER TERNUS	1,20	0,60	0,40	4,00	6,20	--	--	6,20	2º	CLASSIFICADO(A)	13/02/1997
AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108161	BRUNA FERNANDA KUSTER RAUEN	1,60	0,40	1,00	3,60	6,60	--	--	6,60	1º	CLASSIFICADO(A)	14/03/1987
108364	ALTAIR EVANDRO RINTZEL	1,20	0,40	0,40	3,60	5,60	--	--	5,60	2º	CLASSIFICADO(A)	15/05/1994
108467	JANETE TIECKER	0,40	0,20	0,80	3,60	5,00	--	--	5,00	3º	CLASSIFICADO(A)	03/05/1984
108286	ELISANDRA ANA JUNGES	1,20	--	0,60	3,20	5,00	--	--	5,00	4º	CLASSIFICADO(A)	26/07/1984
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTENOS												

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	CO-NHEC ESPECÍFICOS	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108484	IVETE MARIA PLETSCH DA LUZ	0,40	--	0,60	3,60	4,60	--	--	4,60	1º	CLASSIFICA-DO(A)	25/04/1969
108202	ELIANE RODRIGUES DA SILVA	0,40	0,20	0,40	3,20	4,20	--	--	4,20	2º	CLASSIFICA-DO(A)	16/12/1975

AUXILIAR EDUCACIONAL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108188	JULIANE PICCOLI SCHMITT	1,20	0,40	0,80	4,80	7,20	--	--	7,20	1º	CLASSIFICA-DO(A)	02/09/1995
108296	CATIANE APARECIDA BEGNINI	1,20	--	0,60	5,20	7,00	--	--	7,00	2º	CLASSIFICA-DO(A)	01/01/1991
108193	AMANDA BATISTA BORGES	0,80	--	0,60	4,80	6,20	--	--	6,20	3º	CLASSIFICA-DO(A)	12/05/1986
108246	VERONICE STRAPAZZON BALDIN	1,20	--	1,00	4,00	6,20	--	--	6,20	4º	CLASSIFICA-DO(A)	19/02/1981
108220	DIANA CHAVES	1,60	0,20	0,80	3,60	6,20	--	--	6,20	5º	CLASSIFICA-DO(A)	23/12/1981
108267	IVETE REGINA RINTZEL	1,60	0,60	0,80	3,20	6,20	--	--	6,20	6º	CLASSIFICA-DO(A)	29/12/1992
108320	JULIANA WERLANG	0,40	0,20	0,60	4,80	6,00	--	--	6,00	7º	CLASSIFICA-DO(A)	16/06/1984
108107	JANICE BILLIG	1,20	0,20	1,00	3,60	6,00	--	--	6,00	8º	CLASSIFICA-DO(A)	29/01/1992
108372	JUCIÉLI VANI	1,20	--	0,60	4,00	5,80	--	--	5,80	9º	CLASSIFICA-DO(A)	16/06/1992
108065	CRISTIANA MARLI PFEIFER	1,20	0,20	0,40	4,00	5,80	--	--	5,80	10º	CLASSIFICA-DO(A)	26/08/1987
108216	ROSILENE TRAVERSSINI BIRK	1,60	0,20	0,60	3,20	5,60	--	--	5,60	11º	CLASSIFICA-DO(A)	13/03/1975
108060	PATRÍCIA BIGOLIN GRANZOTO	0,80	--	0,60	4,00	5,40	--	--	5,40	12º	CLASSIFICA-DO(A)	08/10/1985

MOTORISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	CO-NHEC ESPECÍFICOS	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108098	MAURÍCIO HENRIQUE RAUBER	2,00	1,00	0,80	5,60	9,40	--	8,50	8,95	1º	CLASSIFICA-DO(A)	20/12/1982
108062	GELSON SIMAO	1,60	0,60	1,00	5,60	8,80	--	9,00	8,90	2º	CLASSIFICA-DO(A)	15/06/1986
108063	GILSON HISTER	1,60	0,80	0,60	4,80	7,80	--	9,50	8,65	3º	CLASSIFICA-DO(A)	24/08/1990
108382	ADEMIR SOUZA LEITE TURMINA	2,00	0,40	0,60	4,40	7,40	--	9,50	8,45	4º	CLASSIFICA-DO(A)	17/01/1985
108376	JOSIMAR MACHADO	1,20	0,80	0,60	6,00	8,60	--	8,00	8,30	5º	CLASSIFICA-DO(A)	26/06/1987
108243	SILVANDRO CECATTO	0,80	0,40	0,80	5,20	7,20	--	9,00	8,10	6º	CLASSIFICA-DO(A)	18/03/1981
108396	ARCIZIO NICOLAU WERNER	1,20	0,60	1,00	4,80	7,60	--	8,50	8,05	7º	CLASSIFICA-DO(A)	30/12/1961
108225	JUCIANO GREGORIO WRZESINSKI	1,20	0,80	0,80	4,80	7,60	--	8,50	8,05	8º	CLASSIFICA-DO(A)	15/01/1985
108165	CLAIRTON JOSÉ BEVILAQUA	1,20	0,60	0,40	4,80	7,00	--	9,00	8,00	9º	CLASSIFICA-DO(A)	14/04/1972
108490	ERIVELTO JOSÉ PISONI	1,60	0,60	0,80	5,20	8,20	--	7,50	7,85	10º	CLASSIFICA-DO(A)	14/03/1983
108327	TIAGO MARTINS	1,20	0,60	0,40	4,40	6,60	--	9,00	7,80	11º	CLASSIFICA-DO(A)	31/05/1989

108400	ELTON BAUERMANN	1,20	0,40	0,60	4,00	6,20	--	9,00	7,60	12°	CLASSIFICA- DO(A)	08/07/1962
108224	IVANOR NASCIMENTO	0,80	0,60	0,60	5,20	7,20	--	7,50	7,35	13°	CLASSIFICA- DO(A)	17/11/1981
108276	JOEL FERNANDO EBERHART	1,60	0,20	0,60	4,80	7,20	--	7,00	7,10	14°	CLASSIFICA- DO(A)	15/06/1984
108389	ERALDO FACCO	--	0,40	1,00	3,20	4,60	--	9,50	7,05	15°	CLASSIFICA- DO(A)	08/12/1961
108434	CLAUDEMIR TEODORO	0,80	0,40	0,80	3,60	5,60	--	7,50	6,55	16°	CLASSIFICA- DO(A)	26/12/1986
108064	JOEL MACIEL	1,20	0,40	0,60	2,40	4,60	--	7,50	6,05	17°	CLASSIFICA- DO(A)	04/05/1992

OPERADOR DE MÁQUINAS

INSCRI- ÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA- TEM.	EST. SOC.	CO- NHEC ESPECÍ- FICOS	T. P. O.	TÍTU- LOS	PRÁTI- CA	TOTAL FINAL	CLASSIFICA- ÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108391	GEOVANI LUIS ALBANI	1,60	0,80	1,00	5,60	9,00	--	8,00	8,50	1°	CLASSIFICA- DO(A)	19/04/1990
108282	VOLNEI ALBANI	1,60	0,80	0,60	4,00	7,00	--	9,25	8,13	2°	CLASSIFICA- DO(A)	15/08/1976
108271	NELVO ALBANI	1,20	1,00	0,40	4,00	6,60	--	9,00	7,80	3°	CLASSIFICA- DO(A)	03/05/1975
108477	JOSEMAR VALENTE	0,80	0,40	0,80	4,00	6,00	--	9,50	7,75	4°	CLASSIFICA- DO(A)	20/06/1986
108443	ANDREI ZANCO	1,60	0,60	0,80	5,60	8,60	--	5,00	6,80	5°	CLASSIFICA- DO(A)	22/06/1991
108378	ALDAIR VALDECIR WALL	1,60	0,80	0,60	5,60	8,60	--	4,25	6,43	6°	CLASSIFICA- DO(A)	09/03/1985
108367	ANDRE CARLOS SCHLOSSER	0,40	--	0,20	5,20	5,80	--	6,25	6,03	7°	CLASSIFICA- DO(A)	09/08/1986
108466	JEAN CARLO NERES	2,00	1,00	0,20	4,40	7,60	--	4,00	5,80	8°	CLASSIFICA- DO(A)	16/12/1993

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H

INSCRI- ÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA- TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTU- LOS	PRÁTI- CA	TOTAL FINAL	CLASSIFICA- ÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108135	DANIELA FRANDOLOSO MARINS	1,20	0,60	0,40	6,65	8,85	0,50	--	9,35	1°	CLASSIFICA- DO(A)	19/09/1985
108177	CRISTIANE FUZINATO	1,00	0,40	0,20	6,30	7,90	0,50	--	8,40	2°	CLASSIFICA- DO(A)	16/03/1983
108175	ADRIELI OLTRAMARI	1,00	0,60	0,40	5,95	7,95	--	--	7,95	3°	CLASSIFICA- DO(A)	20/03/1992
108319	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI	1,40	0,20	0,60	5,25	7,45	0,50	--	7,95	4°	CLASSIFICA- DO(A)	08/11/1990
108379	SIRLEI MARINS DA COSTA	1,40	0,20	0,20	5,60	7,40	0,50	--	7,90	5°	CLASSIFICA- DO(A)	04/04/1980
108488	MIRTES PESCADOR SGAN- ZERLA	1,20	--	0,20	5,95	7,35	0,50	--	7,85	6°	CLASSIFICA- DO(A)	14/07/1965
108468	SANDRA KARINA TEIXEIRA THOMAS	1,00	0,20	0,40	5,60	7,20	0,50	--	7,70	7°	CLASSIFICA- DO(A)	15/12/1979
108394	MARGARETE SCHLINTWEIN TURELLA	1,00	0,20	--	5,95	7,15	0,50	--	7,65	8°	CLASSIFICA- DO(A)	05/07/1965
108071	DIANA CENTA BERNARDY	0,80	--	0,40	5,95	7,15	0,50	--	7,65	9°	CLASSIFICA- DO(A)	03/04/1990
108403	KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA	1,00	0,20	0,20	5,60	7,00	0,50	--	7,50	10°	CLASSIFICA- DO(A)	01/02/1991
108078	VIVIANE BALDIN	0,80	--	0,20	5,95	6,95	0,50	--	7,45	11°	CLASSIFICA- DO(A)	03/01/1979
108395	LOVANI TEREZINHA BARON	0,80	--	0,40	5,60	6,80	0,50	--	7,30	12°	CLASSIFICA- DO(A)	24/10/1963

108405	CLAUDIA INÊS SCHMITZ ALGAYER	0,80	0,20	0,60	5,60	7,20	--	--	7,20	13°	CLASSIFICA- DO(A)	10/02/1990
108077	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA	1,40	0,20	0,20	4,90	6,70	0,50	--	7,20	14°	CLASSIFICA- DO(A)	23/02/1963
108287	LUCIA ILETE KIRCH FRAN- DOLOSO	1,00	0,40	0,40	4,90	6,70	0,50	--	7,20	15°	CLASSIFICA- DO(A)	17/05/1969
108108	CLAISE TERESINHA KRAE- MER CEREZOLLI	0,80	0,20	0,20	5,95	7,15	--	--	7,15	16°	CLASSIFICA- DO(A)	02/05/1993
108075	ROSANE CRISTINA JACOBY	0,60	0,20	0,20	5,60	6,60	0,50	--	7,10	17°	CLASSIFICA- DO(A)	07/10/1979
108331	MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER	0,80	0,20	0,40	5,60	7,00	--	--	7,00	18°	CLASSIFICA- DO(A)	24/10/1983
108312	MAGALI CARMEN SIGNOR	0,60	0,20	--	5,60	6,40	0,50	--	6,90	19°	CLASSIFICA- DO(A)	16/08/1966
108384	NILDA SALETE CUOCHINSKI	1,20	0,20	--	4,90	6,30	0,50	--	6,80	20°	CLASSIFICA- DO(A)	08/03/1975
108061	LÚCIA EUZÉBIO	1,00	--	0,40	4,90	6,30	0,50	--	6,80	21°	CLASSIFICA- DO(A)	11/08/1983
108336	DIRLEI MARINS ALLEBRAN- DT	1,00	0,20	0,20	4,90	6,30	0,50	--	6,80	22°	CLASSIFICA- DO(A)	17/08/1976
108192	GLACI BALDIN SIEBAUER	1,00	0,40	0,20	4,55	6,15	0,50	--	6,65	23°	CLASSIFICA- DO(A)	17/10/1972
108215	MIRIAM FREY CECATTO	1,00	0,40	0,40	4,20	6,00	0,50	--	6,50	24°	CLASSIFICA- DO(A)	12/04/1972
108261	GRAZIANE FRIGO HASLIN- GER	1,40	--	--	4,55	5,95	0,50	--	6,45	25°	CLASSIFICA- DO(A)	18/01/1985
108330	ROSANE VALENTE FREY	0,80	0,20	0,40	4,55	5,95	0,50	--	6,45	26°	CLASSIFICA- DO(A)	28/12/1978
108478	MARINÊS MARIA KEGLER EBERHART	0,60	--	0,40	4,90	5,90	0,50	--	6,40	27°	CLASSIFICA- DO(A)	20/08/1978
108210	RAQUEL CRISTINA COIM- BRA DE PAULA	0,60	--	0,40	4,90	5,90	0,50	--	6,40	28°	CLASSIFICA- DO(A)	15/01/1990
108385	DERLICE TURMINA	1,20	0,20	0,60	3,85	5,85	0,50	--	6,35	29°	CLASSIFICA- DO(A)	10/01/1983
108444	SANDRA LETICIA SCHUSTER LAMBRECHT	1,20	0,20	--	4,90	6,30	--	--	6,30	30°	CLASSIFICA- DO(A)	18/01/1988
108328	SIDRIANA FATIMA BACH METDLER	1,20	--	0,40	4,20	5,80	0,50	--	6,30	31°	CLASSIFICA- DO(A)	31/10/1975
108381	ELISETE MARIA SPEROTTO BAMPI	1,00	0,40	0,20	4,20	5,80	0,50	--	6,30	32°	CLASSIFICA- DO(A)	14/05/1969
108365	JANETE TEREZINHA EBERHARDT	1,00	--	0,40	4,20	5,60	0,50	--	6,10	33°	CLASSIFICA- DO(A)	20/03/1986
108407	MARGARETE ASSIS DE ALMEIDA SOUZA	0,60	0,60	0,20	4,20	5,60	0,50	--	6,10	34°	CLASSIFICA- DO(A)	28/06/1977

Modelo, SC, 02 de abril de 2015.

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO 253 NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

DECRETO N.º 253 DE 8 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o que dispõe a lei 2286 de 19/03/2010, DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado, por este ato, o Conselho Municipal de Cultura, cujos integrantes são os seguintes:

I Representantes da Fundação Cultural de Navegantes:

Titular: Regina Célia Correia

Suplente: Marcos Venício Montagna

II Representantes da Secretaria Municipal da Educação:

Titular: Luíza Ramos

Suplente: Ana Lúcia dos Santos Coelho

III Representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte:

Titular: Carlos Sérgio de Souza

Suplente: Gérson Ademir Fagundes

IV Representantes da Secretaria de Finanças:

Titular: Márcio Capella

Suplente: Edinéia Bett Santiago

V Representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUMAM:

Titular: Paulo Celso Mafra

Suplente: Cláudia Angioletti

VI Representantes da Secretaria de Governo:

Titular: Cassiano Ricardo Weiss

Suplente: Célio de Oliveira

VII Representantes do Audiovisual residente no Município:

Titular: Caroline Westerkamp Costa

Suplente: Ângela Cristina da Silva Argolo

VIII Representantes das Artes Visuais:

Titular: Rosiane Serafim

Suplente: Marcela Inês Gervásio

IX Representantes das Artes Cênicas:

Titular: José Mário de Araújo

Suplente: Robson Carvalho

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

X Representantes da Música:

Titular: Rubens Serafim

Suplente: Raquel dos Santos

XI Representantes das Humanidades:

Titular: Thainara Caetano de Camargo

Suplente: Cleusa Mendes

XII Representantes do Patrimônio Imaterial:

Titular: Vilma Rebello Mafra

Suplente: Cinara Vieira de Souza

XIII Representantes do Patrimônio Material:

Titular: Bárbara Eva de Almeida

Suplente: Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork

XIV Representantes da Arquitetura:

Titular: Ricardo Batista dos Santos

Suplente: Mauri Silvestre Spezia Júnior

XV Representantes do Artesanato:

Titular: Fabia Francisca

Suplente: Vera Lucia Bergold

XVI Representantes do Empresariado Municipal:

Titular: Rafael Nunes de Oliveira

Suplente: Luciola Sanches Mattiazzo

Art. 2.º O Conselho Municipal de Cultura é nomeado para um mandato de 2 (dois) anos conforme determina a lei 2286 de 19 de março de 2010.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, o Decreto n.º 167 491 de 18 de março de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

EDITAL CMDCA 01/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Nova Trento.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 07 de Abril de 2015, em sua sede localizada na Rua Salvador Gessele, nº 150 e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no art. Primeiro da Lei Municipal 623/2013, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Nova Trento e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1574/97, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.576,00 (Um mil, quinhentos e setenta e seis reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 13/04/2015 a 08/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13:30 às 17:30), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Salvador Gessele, nº 150, Centro, Nova Trento. Anexo ao Centro de Referência de Assistência Social Nova Trento - CRAS, ao lado da Casa da Cidadania.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município a mais de dois anos, demonstrada por comprovante de residência e declaração;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V - estar em gozo dos direitos políticos;

V - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente

b) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15/06/2015 a 19/06/2015, no horário de atendimento ao público (13:30 às 17:30), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma

escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (13:00 às 17:30), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período para apresentar a resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 10/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com foto. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas com todos, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 8:00 às 13:00, nos seguintes locais:

- Prefeitura Municipal de Nova Trento
- Distrito de Claraíba - Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho
- Distrito de Aguti - Escola Municipal de Educação Básica Aguti
- Bairro Trinta Réis - Escola Municipal de Educação Básica Francisco João Valle
- Bairro Baixo Salto - Escola Municipal de Educação Básica Padre José Da Poian
- Bairro Santo Antonin - Local a confirmar

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município de Nova Trento.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indepassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na Câmara de Vereadores Municipal com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados

no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 04/10/2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1.284/93, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 07 de Abril de 2015.

Samanta Lazzarotto Franzoi
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente de Nova Trento

Anexo I

Cronograma

ITEM	ETAPA	PRAZO
01	Inscrições	13/04/2015 até 03/06/2015
02	Análise das Inscrições	08/06/2015 até 11/06/2015
03	Publicação da Relação dos Candidatos	12/06/2015
04	Impugnação de Candidatura	15/06/2015 até 19/06/2015
05	Notificação dos Candidatos Impugnados para Defesa	22/06/2015 até 26/06/2015
06	Apresentação da Defesa pelo Candidato Impugnado	29/06/2015 até 03/07/2015
07	Análise e decisão das impugnações	Até dia 10/07/2015
08	Interposição de Recurso	13/07/2015 até 17/07/2015
09	Publicação dos Candidatos Aprovados na Prova	14/08/2015
10	Divulgação dos Locais de Votação	18/09/2015
11	Eleição	04/10/2015
12	Divulgação do Resultado	04/10/2015
13	Posse dos Eleitos	10/01/2016

Anexo II

Relação de Documentos Necessários para a Inscrição

- 1) Documentos Pessoais (cópias e originais) - RG, CPF e Título de Eleitor;
- 2) Certidão de Nascimento ou Casamento (cópia e original);
- 3) Reconhecimento de Idoneidade Moral, comprovada por Certidão de negativa de Antecedentes Penais (original);
- 4) Diploma, Histórico escolar ou declaração de conclusão do Ensino Médio ou curso superior (original e cópia);
- 5) Comprovante de residência datado com três meses de antecedência da publicação deste Edital (cópia e original);
- 6) Comprovante de votação da última eleição (cópia) ou certidão fornecida pela Justiça Eleitoral (original);
- 7) Documento de comprovação de experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes devidamente preenchido e assinado (original);
- 8) Comprovante de quitação com as obrigações militares (para os homens, cópia);
- 9) Declaração do executivo municipal ou da secretaria de recursos humanos autorizando a liberação do servidor público municipal para permanecer a disposição do Conselho Tutelar.

Anexo III

Endereço dos Locais de Votação

- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
Rua Santo Inácio, nº 126 - Praça Del Comune
Bairro Centro

- ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR FRANCISCO JOÃO VALLE
Rua Francisco Dalsenter, nº 32
Bairro: Trinta Réis

- ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOÃO BAYER SOBRINHO

Rua Inominada nº 80

Distrito: Claraíba

- ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE JOSÉ DA POIAN

Estrada Geral s/n

Bairro: Baixo Salto

- ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA AGUTI

Rua Geral de Aguti, s/n

Distrito de Aguti

- SANTO ANTONIN

Local a confirmar

PORTARIA Nº 375/2015

PORTARIA Nº 375/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 351/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", GISELIA DA CUNHA SANTOS, matrícula nº 6673, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 03 de abril de 2015 a 21 de abril de 2015, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 373/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GISELIA DA CUNHA SANTOS, brasileira, convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua Ida Franzoi Voltolini, s/n, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 034.481.129-84, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais), na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Maria Nazaret Cipriani, afastada conforme Portaria nº 372/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.152,09 (hum mil cento e cinquenta e dois reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 03 de abril de 2015 a 18 de dezembro de 2015, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Juciane Silvano Zandonai

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 382/2015

PORTARIA Nº 382/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 237/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Chamamento Público, conforme Edital nº 001/2015, de 10/02/2015, convocada conforme Decreto nº 021/2015, LEONIRIA FATIMA ANZINI MISTURA, matrícula nº 6625, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental - Geografia), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti - Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2015 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 07 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LEONIRIA FATIMA ANZINI MISTURA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Geral de Aguti, s/ nº, Distrito de Aguti, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 894.452.289-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação,

aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2015 até a realização de Processo Seletivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi Ronaldo Casagrande
Secretário Municipal de Educação Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 385/2015

PORTARIA Nº 385/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 238/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Chamamento Público, conforme Edital nº 001/2015, de 10/02/2015, convocado conforme Decreto nº 021/2015, RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, matrícula nº 6629, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental - Ciências), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2015 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 07 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Tiburcio Taurino Bosano, nº 297, Bairro Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 054.154.419-56, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental - Ciências), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 584,64 (quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita

aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2015 até a realização de Processo Seletivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi Rafael Junior Reis de Assis
Secretário Municipal de Educação Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 386/2015

PORTARIA Nº 386/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 240/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Chamamento Público, conforme Edital nº 001/2015, de 10/02/2015, convocado conforme Decreto nº 021/2015, PATRÍCIA REGINA TELL MARCHI, matrícula nº 6630, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Religião), sendo 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Agutí e 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2015 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 07 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora PATRÍCIA REGINA TELL MARCHI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Elias Salvador Cadorin, nº 146, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 504.940.079-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Religião), sendo 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Agutí e 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal

Novo Horizonte**PREFEITURA****EXTRATO RESULTADO PREGÃO FMS Nº 002-2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 004/2015

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 002/2015

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 002/2015 - tem como objeto a SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO P/USO NOS GABINETES ODONTOLÓGICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 08/04/2015 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes : ODONTOMEDI-PROD.ODONTOLÓGICOS E HOSPITLARES LTDA (1404), SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - ME (1822). Sendo que a empresa ODONTOMEDI-PROD.ODONTOLÓGICOS E HOSPITLARES LTDA (1404) foi vencedora dos itens 1 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 11 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 20 - 21 - 22 e 28. E a empresa SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - ME (1822) foi vencedora dos itens 2 - 9 - 10 - 12 - 13 - 19 - 24 - 25 - 26 e 27. O item nº 23 não houve cotação. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial FMS Nº 002/2015.

Novo Horizonte/SC, em 08 de Abril de 2015.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

Orleans**PREFEITURA****AVISO Nº 01.2015 CHAMADA PÚBLICA MERENDA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2015

PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CONFORME LEI 11.947/2009

O MUNICÍPIO DE ORLEANS - SC, através da Secretaria Municipal de Educação - SME, vem realizar Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, em cumprimento ao estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução nº. 38/2009 do Ministério da Educação, para o período compreendido entre abril a junho de 2015. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação para venda programada, até o 16/04/2015, às 14h00min horas, no Setor de Licitação, situada à Rua: XV de Novembro, 282 - Bairro Centro - Orleans, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 17:30, ou pelo fone (048) 3886.0100.

Orleans, 08 de Abril de 2015.

ELIETE BIANCO ZANINI DAMAZIO

Secretária de Educação

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2611

DECRETO Nº. 2611/2015

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar, anulação de dotações e da outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 919/2014 de 02 de dezembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

12.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OURO VERDE			
08.244.804.2.59	Manutenção dos Programas do Fundo Mun. de Assistência Social		
(133) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários	R\$		6.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	R\$		6.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados recursos das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

12.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OURO VERDE			
08.244.804.2.59	Manutenção dos Programas do Fundo Mun. de Assistência Social		
(135) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários	R\$		6.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	R\$		6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 25 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2612

DECRETO Nº. 2612/2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTE DE RECURSO 0332 - Transferência Convênios - União/Educação E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 919/2014, de 02 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no

valor de R\$ 3.953,07 (Três mil, novecentos e cinquenta e três reais e sete centavos), destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

4001 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES		
12.361.1201.1.19 – Aquis.de Terreno/Construção/Ampli. da Rede Física do Ensino Fundamental		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0332	R\$	3.953,07

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de recurso Vinculado ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso acima identificada (Ref. ao Termo de Compromisso - PAR Nº 17695/2013), no valor Total R\$ 3.953,07 (Três mil novecentos e cinquenta e três reais e sete centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de Março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2613

DECRETO N.º 2613/2015

"CONCEDE ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar 023/2005 DECRETA:

Art. 1.º - Fica Concedido Adicional de Especialização de 5,0% (cinco por cento), referente a conclusão de Pós-graduação, ao servidor público Municipal Sr. Fabricio Pellizer Teixeira.

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - São revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 01 de abril de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2614

DECRETO N.º 2614/2015

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado a pedido, o Servidor Público Municipal Sr. VIVALDINO DE QUADROS, ocupante do cargo Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 01 de abril de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2615

DECRETO N.º 2615/2015

"CONCEDE ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar 020/2005

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Adicional de Especialização de 16,0% (dezesesseis por cento), referente a conclusão de Pós-graduação, a servidora pública Municipal Sra. Emichele Regina Tedesco Goulart Biotto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - São revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 06 de abril de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2616

DECRETO N.º 2616/2015

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado o Servidor Público Municipal Sr. CIDIMAR DOS SANTOS WEBER, ocupante do cargo em Comissão de Assistente de Esportes.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 07 de abril de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2617

DECRETO N.º 2617/2015

"NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Comp. 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. JUCELIO GALVÃO COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente de Esportes, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 08 de abril de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretario Municipal de Adm. e Gestão

Palhoça

PREFEITURA

EDITAL 01/2015 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

EDITAL 01/2015

**Inscrições para a exploração de locais
para comercialização de alimentos e
outros**

A Prefeitura Municipal de Palhoça, por meio da **Secretaria Municipal de Receita**, situada na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, de acordo com a Legislação Tributária vigente, faz saber, a quem possa interessar possa, que estará aberta as inscrições para a exploração de locais para comercialização de alimentos e outros, relacionados à comemoração dos 121 anos de fundação de Palhoça, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

OBJETO

O presente Edital tem por objeto a **demarcação de 20 (vinte) locais pré-estabelecidos**, pelo município de Palhoça, através da Secretaria Municipal de Receita, para a exploração de Comércio de Alimentos e outros alusivos à comemoração dos 121 anos de fundação de Palhoça/SC.

DOS LOCAIS PRÉ-ESTABELECIDOS

Os locais e os números disponíveis de pontos para a exploração da presente modalidade, situados na Avenida Vidal Procópio Lohn, no loteamento Nova Palhoça, Palhoça/SC, estão definidos no anexo I deste edital;

DA INSCRIÇÃO, DO PRAZO E DA DOCUMENTAÇÃO

Serão consideradas habilitadas todas as pessoas físicas capazes (brasileiros natos, estrangeiros naturalizados ou portadores de vistos válidos de permanência no país), que **deverão protocolizar requerimento específico no Protocolo do Centro de Atendimento da Secretaria Municipal de Receita**, situado no

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1703 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

endereço supra citado acima, mediante recolhimento de taxa de inscrição no valor de R\$ 17,92 (dezessete reais e noventa e dois centavos), **no período compreendido do dia 08/04/2015 a 16/04/2015 das 13:00 às 18:00 horas.**

Será aceita somente 01 (uma) inscrição para cada requerente ou cônjuge, tendo caráter personalíssimo e intransferível.

Serão admitidas inscrições mediante procurações específicas.

No ato da inscrição, o requerente ou seu procurador deverá juntar, sob pena de indeferimento de ofício, a seguinte documentação:

- a) requerimento específico devidamente preenchido e assinado;
- b) cópia dos documentos pessoais do requerente (RG e CPF);
- c) cópia do comprovante de residência.

Todos os documentos deverão estar acompanhados pelos originais para conferência e autenticação.

PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A classificação ocorrerá de acordo com a pontuação alcançada entre os requerentes inscritos no presente Edital, dando direito de escolha ao ponto a ser explorado conforme Anexo I.

A pontuação será atribuída da seguinte maneira:

- a) 30 (trinta) pontos para moradores do município;
- b) 20 (vinte) pontos para contribuintes em dia com a Fazenda Pública Municipal.

Em caso de empate na classificação, será atribuído 05 (cinco) pontos para cada item na seguinte ordem:

- a) morador do município;
- b) contribuinte em dia com a Fazenda Pública Municipal;
- c) Alvará de anos anteriores.

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1703 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

DO RESULTADO

O resultado será composto por duas etapas.

A primeira etapa, divulgada no dia 17/04/2015, a partir das 16:00 horas, no mural da Prefeitura Municipal de Palhoça, bem como no site (www.palhoca.sc.gov.br). A divulgação consistirá na relação dos aprovados por ordem de pontuação e que **deverão comparecer no dia 20/04/2015**, no Auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça, situado na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, às 14:00 horas, para escolha do local pré estabelecido.

Os classificados que não comparecerem no local, data e horário estabelecidos perderão o direito de escolha. Terminada a chamada nominal dos pré classificados, e restando vagas a serem preenchidas, retornar-se-á a chamar aos classificados que estavam ausentes no início da escolha, obedecendo a ordem de classificação.

A segunda etapa consistirá na divulgação final dos selecionados , bem como o local escolhido, **a partir do dia 22/04/2015**, às 14:00 horas, no mural da Prefeitura Municipal de Palhoça, bem como em sua página na internet.

Todos os classificados terão o dia 23/04/2015, no horário compreendido das 13:00h as 18:00h, para retirar, no Protocolo do Centro de Atendimento da Secretaria Municipal de Receita, os boletos bancários referentes à Taxa de Fiscalização de Ocupação e Permanência em áreas, em vias e em logradouros públicos – **TFOP – Barraquinhas, tabuleiros, edificações ou quiosques, fixos, até de 4 m2** (quatro metros quadrados) de área, no valor de R\$ 155,43 (cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), bem como o pagamento da **TFS – Taxa de Fiscalização Sanitária**, no valor de R\$ 19,94 (dezenove reais e noventa e quatro centavos) e procederem a quitação até o dia 23/04/2015;

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1703 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

DO ALVARÁ SANITÁRIO.

Os classificados que irão trabalhar com alimentos, deverão providenciar o Alvará Sanitário, sob pena de perder, incondicionalmente, o Alvará de funcionamento.

DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES VENCEDORES.

Todos os proponentes vencedores, além das obrigações anteriores contidas neste Edital, deverão ainda:

- a) manter a área em torno de seu ponto de venda em permanente estado de anseio e limpeza, utilizando cesto de lixo e sacos para armazenamento dos detritos oriundos de sua atividade;
- b) manter os carrinhos e as instalações utilizadas para a exploração das atividades em perfeito estado de conservação e higiene;
- c) obedecerem expressamente os horários de funcionamento expresso no Alvará de Licença (09:00 às 23:00 horas);
- d) não alterar o local de instalação onde foi autorizado a funcionar, sob pena de, além de perda da Licença para esse evento, ficar impossibilitado de participar de outros certames da Secretaria de Receita por dois (2) anos consecutivos;
- e) remover, ao final de cada dia, todo o material utilizado para a exploração de sua atividade, tais como carrinho, barraca e outros;
- f) não locar e nem sub-locar, nem tão pouco transferir o ponto a qual obteve a Licença.

DAS DISPOSIÇÕES EM GERAL

Os comércios de característica sazonais, decorrentes da adjudicação dos proponentes vendedores terão validade somente para o dia 26/04/2015, os quais ficarão sujeitos à Fiscalização dos Fiscais de Postura, sob a égide da Lei 025/02/05 Art.42, Inciso XVII, da Secretaria de Infraestrutura e dos Fiscais da Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde.

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1703 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

Todo e qualquer cidadão que se julgue prejudicado terá o direito de recurso, dirigido ao Secretário de Receita, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação dos resultados expressos no presente edital.

O recurso deverá ser redigido de forma clara e precisa informando os fundamentos de suas alegações, que será julgado em único grau.

A qualquer tempo poderá ser procedida as fiscalizações do local autorizado pela municipalidade, que, encontrando qualquer irregularidade, fará cessar as Licenças concedidas, imediatamente.

O classificado terá que retirar no Protocolo do Centro de Atendimento da Secretaria Municipal de Receita, no endereço acima identificado, após o recolhimento, o respectivo Alvará de Funcionamento e fixá-lo, em local visível dentro do espaço autorizado a funcionar, durante todo o evento.

Cada proponente classificado poderá operar o respectivo ponto com 02 (dois) atendentes, devidamente identificados.

Ficam impedidos de participarem do processo de inscrição os contribuintes que mantêm débito com município na mesma modalidade requerida em anos anteriores, ou que por qualquer motivo tiveram suas Licenças cassadas.

O presente Edital será publicado na forma da Lei, bem como divulgado na página da internet da Prefeitura Municipal de Palhoça (www.palhoca.sc.gov.br).

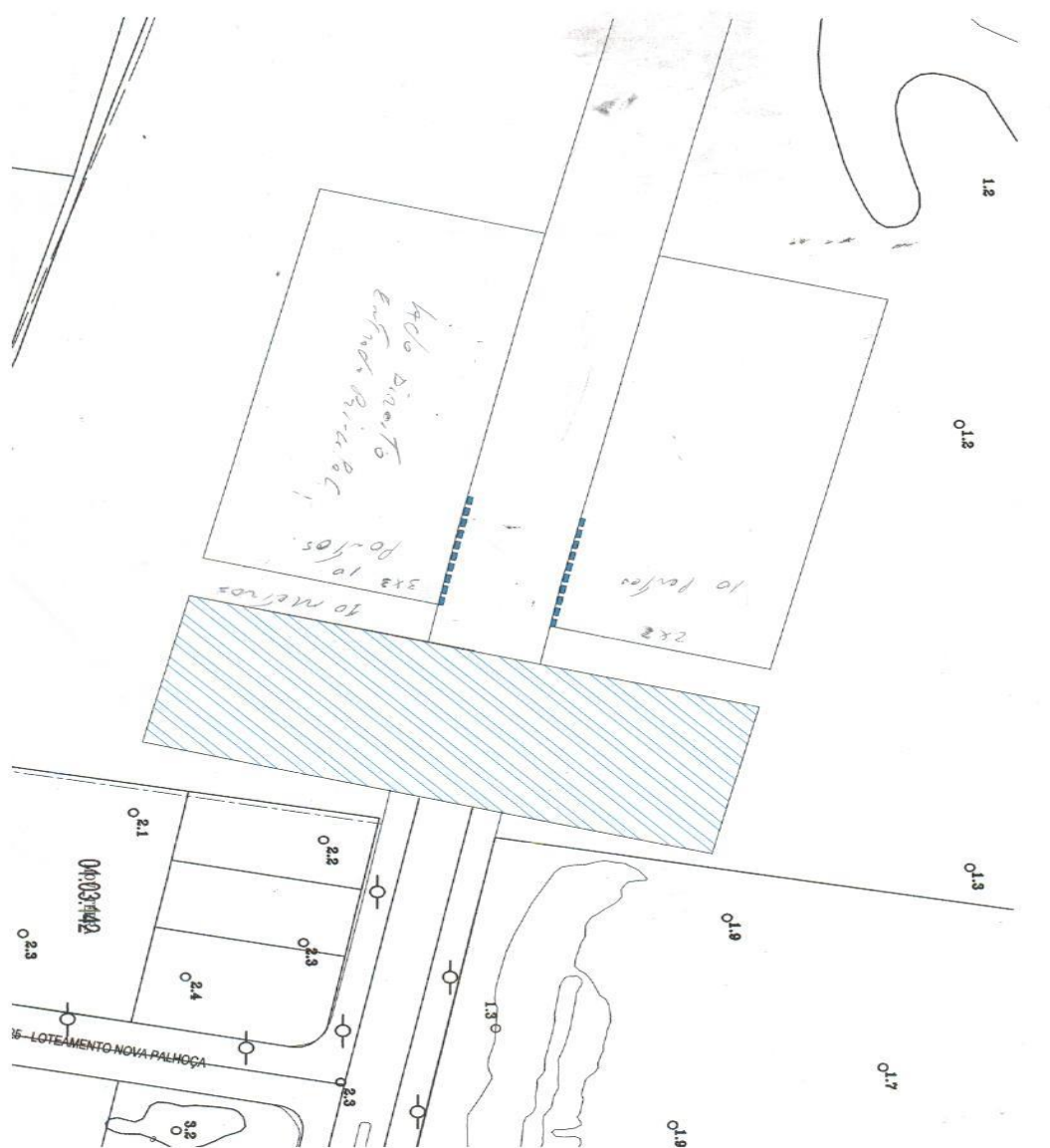
Os casos omissos relativos ao presente Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Receita, em conjunto com a Procuradoria Geral do Município.
Palhoça, 07 de abril de 2015.

Nilson João Espíndola
SECRETÁRIO DE RECEITA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1703 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

ANEXO I



Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1703 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de PALHOÇA/ SC.

A COORDENADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA-PALHOÇA, SC), NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DIANTE DA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO, REALIZADA NO DIA 01 DE ABRIL DE 2015, EM SUA SEDE LOCALIZADA AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 235 - CENTRO - PALHOÇA E CONSIDERANDO O DISPOSTO NOS ARTS. 132 E 139 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, COM AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS FEDERAIS Nº 8.242/1991 E 12.696/2012; O DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº 2.755/2007 QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURA, PROCESSO DE ESCOLHA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA; O DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL N.º 2.838, DE 14 DE ABRIL DE 2008, QUE ALTERA ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL PARA DEFINIR A FORMA DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES; O DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL QUE CRIA UM NOVO CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA. LEI MUNICIPAL Nº. 2.838 DE 14 DE ABRIL DE 2008 E SUAS ALTERAÇÕES, ABRE AS INSCRIÇÕES PARA A ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES PARA ATUAREM NOS CONSELHOS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - A presente Deliberação regulamenta o processo de inscrição, a prova de aferição de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a eleição, a capacitação e a propaganda eleitoral de candidatos que participarão do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Palhoça e seus respectivos suplentes, eleitos para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução por igual período.

Parágrafo Primeiro: Serão preenchidos os cargos de Conselheiros dos seguintes Conselhos Tutelares já instalados e em processo de implantação no Município de Palhoça: Conselho Tutelar 01 e Conselho Tutelar 02.

Parágrafo Segundo: Cada Conselho Tutelar é composto por 5 (cinco) Conselheiros Titulares e 5 (cinco) Conselheiros Suplentes, escolhidos de acordo com as disposições previstas na presente Deliberação.

Parágrafo Terceiro: Quando implantado e definido o endereço para sede do segundo Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-PALHOÇA), irá editar Deliberação complementar para incluir o preenchimento dos cargos de Conselheiros Tutelares do novo Conselho criado, em conformidade com a legislação vigente.

I- Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas dez vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2. Os dez candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4. O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

II- Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal N.º 2.838, DE 14 DE ABRIL DE 2008 é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o

vencimento dos servidores públicos municipais e vale alimentação no valor de R\$ 300,03 (trezentos reais e três centavos),
II - cobertura previdenciária ao Regime Geral de Previdência Instituto Nacional de Seguro Social da União (I.N.S.S);
III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina (13ª Salário);

VII- vale alimentação

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.3 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.4 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.5 A função de Conselheiro Tutelar não estabelecerá vínculo empregatício de qualquer natureza com a Prefeitura Municipal.

2.6. As férias dos Conselheiros Tutelares serão anuais e usufruídas consecutivamente, permitindo o afastamento de somente um conselheiro por vez em cada um dos Conselhos Tutelares do Município.

2.7 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.

2.8. Plantão noturno das 18h00 às 8h00 do dia seguinte.

2.8.1 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.8.2 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

2.9- A tabela de escala das férias será organizada, em conjunto, pelo Colegiado dos Conselhos Tutelares e coordenador ou representante do CMDCA, até o dia 10 dezembro de cada ano.

III. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 08/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, de segunda a sexta-feira (exceto os pontos facultativos e feriados), no horário das (13h00 às 18h00), na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Avenida Barão do Rio Branco, nº 235 - Centro - Palhoça.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I - Reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - Possuir idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Estar no gozo dos direitos políticos;

IV - Residir no município de Palhoça por, no mínimo, 2 (dois) anos;

V- Ter ensino superior completo nas áreas de: Serviço Social; Psicologia; Pedagogia; Direito e outras áreas afins;

VI- experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, de no mínimo dois anos, em uma das seguintes áreas: (estudos e pesquisas; atendimento direto; defesa e garantia de direitos), que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

d) O Relatório citado deverá ser apresentado no original, em papel timbrado oficial da Instituição, e assinado por 3 (três) membros da Diretoria da Instituição não governamental e, no caso de órgãos públicos, pela chefia imediata ou substituto legal, ambos com

firma reconhecida.

VII- estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício da função de Conselheiro Tutelar;

VIII- Ser aprovado em exame psicotécnico, que ateste aptidão para exercer o cargo de Conselho Tutelar.

IX - conhecimento em informática básica.

X - ser aprovado na prova de conhecimento gerais sobre o direito da criança e do adolescente.

3.1.3 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar. Documento deverá ser apresentado no original, em papel timbrado oficial da Instituição, pela chefia imediata ou substituto legal, ambos com firma reconhecida.

3.1.4 Os candidatos à recondução ao cargo de Conselheiro Tutelar deverão apresentar um relatório conclusivo das ações desenvolvidas no período de seu mandato, com a assinatura de dois Conselheiros do Conselho Tutelar, devendo constar o período de seu exercício. O Relatório deverá ser apresentado no original.

3.1.5 Nos casos de recondução à função de Conselheiro Tutelar, o CMDCA delibera pela dispensa a necessidade do desligamento do Conselheiro Tutelar das suas funções visando assegurar a continuidade dos trabalhos sem prejuízo à população.

3.1.6 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.7 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.8 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1- Encerrado o prazo para inscrição, o CMDCA-Palhoça avaliará os requerimentos e documentação apresentados pelos candidatos e fará, no dia 12/06/2015, a publicação no site: cmdcapalhoça.wordpress.com, e Diário Oficial do Município (DOM) no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública

3.2.2 - Os candidatos desclassificados nesta etapa terão prazo até o dia 16/06/2015 para apresentar recurso.

3.2.2.1- Qualquer pedido de impugnação deverá ser oferecido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-PALHOÇA), no período de 12/06/2015 a 16/06/2015, no horário compreendido entre 13:00 e 18:00h.

3.2.2.2O pré-candidato que for impugnado receberá a notificação entre 22/06/2015 a 26/06/2015 para que tenha o tempo hábil a sua defesa.

3.2.2.3- O pré-candidato que tiver sua inscrição impugnada, poderá recorrer da decisão para o próprio CMDCA-Palhoça, de forma escrita e fundamentada, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015.

3.2.2.4 - Caso haja pedido de impugnações, o CMDCA-Palhoça deverá julgá-las no dia 10/07/2015.

3.2.2.5 - Havendo impugnação, o CMDCA-Palhoça publicará o resultado no site: cmdcapalhoça.wordpress.com ,D.O.M de Palhoça -SC no dia 13/07/2015, servindo esta publicação como intimação ao impugnado para que, caso queira, recorra da decisão.

3.2.3 - O pré-candidato terá como período de interposição de recurso de 13/07/2015 a 17/07/2015, encaminhando os devidos documentos ao CMDCA, no horário de 13:00 as 18:00h.

3.2.4 - Não havendo impugnações, ou após a solução destas, será publicada a relação, em 19/07/2015, no site: cmdcapalhoça.wordpress.com, D.O.M de Palhoça-SC, dos candidatos que obtiveram o deferimento de suas inscrições definitivas, estando, portanto, aptos a participar da prova de aferição.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a quinze, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.2.4.1 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

3.3 - DA PROVA DE AFERIÇÃO

3.3.1- A Prova de Aferição de Conhecimentos Específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que integra o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, conforme previsão do art. 16,IX, da Lei nº 2.838/2008 será realizada por empresa especializada, contratada pelo CMDCA conforme disposto no Plano de Ação e Aplicação 2015.

3.3.2- A Prova de Aferição de Conhecimento será elaborado pela empresa contratada, com aplicação no dia 26/07/2015 no horário das 14:00h às 18:00h em local a ser divulgado.

3.3.3- - A Prova de Aferição consistirá de prova objetiva composta de 40 (quarenta) questões, com 5 (cinco) alternativas de respostas cada, sendo somente uma a correta, valendo 2 (dois) pontos cada questão, perfazendo o total de 80 (oitenta) pontos, e de uma prova discursiva versando sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, valendo o total de 20 (vinte) pontos.

3.3.4- Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem 50% (cinquenta por cento) dos pontos previstos para a prova objetiva, e 50% (cinquenta por cento) dos pontos previstos para a prova discursiva.

3.3.4.1 -Os candidatos aprovados na prova de aferição, e não impugnados pelo CMDCA, estarão aptos a participar do processo de votação.

3.4- Da Propaganda Eleitoral

3.4.1 Após a publicação do resultado da prova de aferição, o candidato terá até o dia 03/10/2015 para realização de campanha.

3.4.1.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.4.1.2 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.4.1.3 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.4.1.4 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.4.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.4.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.4.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor. 3.4.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.4.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.4.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.4.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o

recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.4.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.4.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.4.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.4.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.5 Da Eleição

3.5.1 A realização do Processo de Votação para a Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Palhoça acontecerá no dia 04/10/2015, pelo sufrágio universal e voto direto, facultativo, secreto e uninominal, no horário de 09:00h às 17:00horas, em locais a serem definidos pela comissão Eleitoral, resguardando a ampla e prévia divulgação.

3.5.2 A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá encaminhar, até o dia 01/09/2015, a relação nominal dos Servidores Públicos que atuarão nos Postos de Votação e na Apuração;

3.5.3 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.5.4 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.5.5 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o Título de Eleitor a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.5.5.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.5.5.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.5.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.6 Do Voto

3.6.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Coordenador do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.6.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município de Palhoça até três meses antes da eleição.

3.6.1.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.6.1.3 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e / ou o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.7 Da Cédula Oficial

3.7.1 O CMDCA-Palhoça providenciará junto ao Tribunal Regional Eleitoral a cessão de urnas para votação, as quais ficarão sob a responsabilidade do Coordenador de Posto de Votação.

3.7.1.2 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.7.1.3 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos,

dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.7.1.4 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.7.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.8 Das Mesas Receptoras

3.8.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.8.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.8.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.8.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.8.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.8.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.8.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8.7 O Coordenador do Posto de Votação deverá esperar, juntamente com os presidentes de mesa, a presença do Conselheiro de Direitos que irá conduzir os envelopes ou a urna eletrônica, com a Ata Circunscrita e a urna lacrada, até o local onde será instalada a Central de Apuração, cujo endereço será designado pelo CMDCA Palhoça, até 48 horas antes do início do processo de recepção de votos.

3.8.8 Todo o material da votação será conduzido em carros fornecidos pela Prefeitura, devidamente identificados. Nos veículos, além do motorista, deverá estar presente, no mínimo, um Conselheiro Municipal de Direitos e um Servidor Público. Não será permitida a locomoção, junto com o material de votação, de candidatos ou fiscais.

3.9 Da Apuração

3.9.1 A apuração de votos terá início a partir das 18:00h do dia 04/10/2015, dar-se-á em local a ser definido pela Comissão Eleitoral, resguardando a ampla e prévia divulgação, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.9.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.9.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.9.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.9.5 Os dez candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.9.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.9.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.9.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

III. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 19 de outubro de 2015, no site cmdcapalha.ordpress.com, D.O.M. em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca e, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos dez primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos serão convocados para um curso de capacitação acerca das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como sobre as peculiaridades e aspectos práticos do exercício da função de Conselheiro Tutelar. O conteúdo, a carga horária e a metodologia serão divulgados em edital próprio a ser deliberado e publicado pelo CMDCA-PALHOÇA.

4.3.4 Nos casos de Conselheiros Tutelares titulares, a capacitação incluirá estágio de uma semana, in loco, no Conselho Tutelar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal Nº. 2.838/ 2008, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral, notadamente aqueles que forem disponibilizados no endereço eletrônico site

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 DA COMISSÃO ELEITORAL DO CMDCA-Palhoça :A comissão eleitoral formada para o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do município de Palhoça, para mandato de 2016-2020 se dissolverá em 30 dias após o término do processo eleitoral.

5.11 Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia

expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de abril de 2015.

Maristela Aparecida da Silva Truppel
Coordenadora CMDCA - Palhoça/SC
GESTÃO 2014/2016

Anexo I

Cronograma do Processo Eleitoral do Conselho Tutelar

- 08/04/2015 à 03/06/2015 - inscrições;

- 12/06/2015, a publicação no site Diário Oficial do Município de nominata dos candidatos que preencheram os requisitos deste Edital;

-12/06/2015 à 16/06/2015 Os candidatos desclassificados nesta etapa terão prazo para apresentar recurso.

-12/06/2015 a 16/06/2015, Qualquer pedido de impugnação deverá ser oferecido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-PALHOÇA), no horário compreendido entre 13:00 e 18:00h.

-22/06/2015 a 26/06/2015, O pré-candidato que for impugnado receberá a notificação para que tenha o tempo hábil a sua defesa.

-29/06/2015 a 03/07/2015, O pré-candidato que tiver sua inscrição impugnada, poderá recorrer da decisão para o próprio CMDCA-Palhoça, de forma escrita e fundamentada.

-10/07/2015, Caso haja pedido de impugnações, o CMDCA-Palhoça deverá julgá-las.

-13/07/2015, Havendo impugnação, o CMDCA-Palhoça publicará o resultado no site e D.O.M de Palhoça-SC no dia servindo esta publicação como intimação ao impugnado para que, caso queira, recorra da decisão.

-13/07/2015 a 17/07/2015, O pré-candidato terá como período de interposição de recurso de encaminhando os devidos documentos ao CMDCA, no horário de 13:00 às 18:00h.

-19/07/2015 - Não havendo impugnações, ou após a solução destas, será publicada a relação, em, no D.O.M de Palhoça-SC, dos candidatos que obtiveram o deferimento de suas inscrições definitivas, estando, portanto, aptos a participar da prova de aferição.

-26/07/2015 - A Prova de Aferição de Conhecimentos Específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que integra o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, conforme previsão do art. 16, da Lei nº2838/2008 no horário das 14:00h às 18:00h em local a ser divulgado.

-03/08/2015- Publicação do resultado da prova de aferição.

-06/08/2015- Publicação da relação dos candidatos aprovados, estarão aptos a participar do processo de votação, e terá até o dia 03/10/2015 para realização de campanha.

-04/10/2015 - eleição e divulgação do resultado;

-05/10/2015 à 06/10/2015 - recursos da eleição;

-07/10/2015 - divulgação dos resultados dos recursos;

- 09/10/2015 - publicação final dos candidatos eleitos;

-10/01/2016 - posse dos conselheiros tutelares eleitos.

SUSPENSÃO PREGÃO 041/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

O Município de Palhoça torna público que fica SUSPENSO por prazo indeterminado o processo licitatório Pregão Presencial 041/2015, que consiste na contratação de empresa especializada em serviço de vigilância patrimonial, segurança eletrônica e monitoramento, para atender as necessidades das Unidades de Ensino Municipais. A suspensão se dá em face de impugnação feita ao edital, para que haja tempo hábil para que seja analisada. Assim que possível será disponibilizada a nova data para abertura do referido processo. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitações no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal diariamente das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoça.atende.net.

Palhoça, 08 de abril de 2015. A PREGOEIRA.

Papanduva**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2015

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 013/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/03/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa GRAFICA GUARAMIRM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 78.218.187/0001-91, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando objetivo o Registro de Preços para a aquisição de papel e envelopes timbrados, cartões de visita e pastas ofício para a manutenção das atividades administrativas da prefeitura, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do item licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para execução deste item e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 13.940,00 (treze mil, novecentos e quarenta reais), referente aos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 013/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Após registrados, os preços manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4 desta ata.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 013/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto desta ata e seus adendos.

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação.

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem.

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço.

4.6 - Fornecer os materiais contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

5.2 - As entregas deverão ser realizadas em até 10 (dez) dias após a solicitação da Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, sito à Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro, neste município.

5.3 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada. 5.3 - 5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 013/2015 e seus anexos;

6.2 - Obriga-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - deverá manter durante a vigência desta Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos no Contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos objetos após a

adjudicação da licitação;

b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

9.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os objetos decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A contratada não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 30 de março de 2015.

_____	- Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____	- Erli Edvina Wunsche Bacellar -
Equipe de Apoio	
_____	- Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____	- Eliton Luiz de Souza Prestes -
Equipe de Apoio	
_____	- Gráfica Guaramirim Ltda - ME
- Contratada	

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 016/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 016/2015, Objeto: Elaboração de projeto para atender ao Despacho/Decisão exarado nos autos da Ação de Execução de Sentença sob nº 5003400-30.2011.4.04.7201/SC, em tramite na 1ª Vara de Mafra. Contratado: DANIEL BELTRAO BETTIO, totalizando o montante de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a serem pagos em 02 parcelas, sendo a primeira com vencimento no ato da assinatura do contrato e a segunda após a conclusão dos serviços prestados. Vigência: O presente contrato terá vigência de 90 (noventa) dias após a sua assinatura.

Papanduva, 09 de março de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passo de Torres**PREFEITURA****ERRATA 001/2015 CONSELHO TUTELAR**

ERRATA nº001/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente informa para quem possa interessar que o edital nº001/2015, publicada em 02/04/2015,(dois de quatro de dois mil e quinze) Edição nº1716 onde se lê: 1- INSCRIÇÃO: 1.1 Período de 06/04/2015 (seis de quatro de dois mil e quinze) a 04/05/2015(quatro de maio de dois mil e quinze). Lê-se : prorrogado o prazo para a inscrição para o dia 06/04/2015(seis de quatro de dois mil e quinze) a 06/05/2015(seis de cinco de dois mil e quinze).

3- CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO, onde se lê: 3-6 Ter carteira nacional de habilitação a partir da categoria "B" Lê-se: excluir a exigência do candidato em comprovar inscrição da carteira de habilitação.

4- DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, onde se lê: 4.3. Carteira Nacional de Habilitação - Documento Original e Cópia, Lê-se Excluir a exigência do candidato em comprovar a inscrição da carteira nacional de Habilitação.

6- CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO E ELEITORAL, Onde se lê:prova eliminatória, 26/06/2015(vinte seis de seis de dois mil e quinze), Lê-se prova eliminatória para o dia 28/06/2015 (vinte oito de seis de dois mil e quinze)

Elizandra da Silva Martins

Presidente do CMDCA

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 01/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 01/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: ANA PAULA CARDOSO KJILLIN - ME

Objeto: aquisição de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel e óleo s10) especificados abaixo, em conformidade com o Edital de Pregão Presencial 94/2014. Para atender o exercício de 2015.

Valor: R\$ 415.858,00

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 94/2014

Dotação Orçamentária:

(42) 3.3.90.00.00.00.00.00 0061

(44) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(50) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(145) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 02/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 02/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: CONSTRUTORA PAI E FILHOS LTDA - EPP
Objeto: Contratação de empresa para execução de obra na Construção de 3 (três) salas de aulas e banheiro coletivo feminino e masculino nas dependência da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vila Nova na Praia Rosa do Mar de Propriedade da Prefeitura Municipal de Passo de Torres/SC, com área total a ser construída (A=272,30 m²).

Valor: R\$ 360.947,18

Vigência: 31/07/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e TP nº 96/2014

Dotação Orçamentária:

(20) 4.4.90.00.00.00.00.00 0058

(21) 4.4.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 03/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 03/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: AR PADARIA E CONFEITARIA LTDA - ME
Objeto: aquisição de generos alimenticios para o centro de educação infantil mundo feliz e novo centro de educação infantil barra velha. para o exercicio de 2015

Valor: R\$ 15.342,50

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 97/2014

Dotação Orçamentária:

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(53) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

(163) 3.3.90.00.00.00.00.00 0704

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 04/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 04/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: JOICE DA SILVA FERREIRA - EPP
Objeto: aquisição de generos alimenticios para o centro de educação infantil mundo feliz e novo centro de educação infantil barra velha. para o exercicio de 2015

Valor: R\$ 14.582,50

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 97/2014

Dotação Orçamentária:

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(53) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

(163) 3.3.90.00.00.00.00.00 0704

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 05/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 05/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: DILCEU ROLDÃO SPINDLER - ME
Objeto: aquisição de generos alimenticios para o centro de educação infantil mundo feliz e novo centro de educação infantil barra velha. para o exercicio de 2015

Valor: R\$ 50.220,20

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 97/2014

Dotação Orçamentária:

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(53) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

(163) 3.3.90.00.00.00.00.00 0704

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 06/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 06/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: EDUARDO KRAS FERNANDES - ME
Objeto: aquisição de generos alimenticios para o centro de educação infantil mundo feliz e novo centro de educação infantil barra velha. para o exercicio de 2015

Valor: R\$ 58.190,10

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 97/2014

Dotação Orçamentária:

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(53) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

(163) 3.3.90.00.00.00.00.00 0704

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 07/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 07/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: DILCEU ROLDÃO SPINDLER - ME
Objeto: aquisição de material de limpeza para uso no centro de educação infantil mundo feliz e novo centro de educação infantil barra velha, escola municipal de ensino fundamental manoel rodrigues da silva e escola municipal de ensino fundamental vila nova do municipio de passo de torres/sc

Valor: R\$ 15.986,14

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 98/2014

Dotação Orçamentária:

(34) 3.3.90.00.00.00.00.00 0058

(54) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 08/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 08/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: EDUARDO KRAS FERNANDES - ME

Objeto: aquisição de material de limpeza para uso no centro de educação infantil mundo feliz e novo centro de educação infantil barra velha, escola municipal de ensino fundamental manoel rodrigues da silva e escola municipal de ensino fundamental vila nova do município de passo de torres/sc

Valor: R\$ 29.587,00

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 98/2014

Dotação Orçamentária:

(34) 3.3.90.00.00.00.00.00 0058

(54) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 09/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 09/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: JOICE DA SILVA FERREIRA - EPP

Objeto: aquisição de material de limpeza para uso no centro de educação infantil mundo feliz e novo centro de educação infantil barra velha, escola municipal de ensino fundamental manoel rodrigues da silva e escola municipal de ensino fundamental vila nova do município de passo de torres/sc

Valor: R\$ 8.027,20

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 98/2014

Dotação Orçamentária:

(34) 3.3.90.00.00.00.00.00 0058

(54) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 10/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 10/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: AR PADARIA E CONFEITARIA LTDA - ME

Objeto: aquisição de generos alimenticios para a escola mun. de ens. fundamental manoel rodrigues da silva, escola municipal de ens. fundamental vila nova, para o eja (educação de jovens e adultos) e projeto mais educação. para o exercicio de 2015

Valor: R\$ 8.027,20

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 99/2014

Dotação Orçamentária:

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(161) 3.3.90.00.00.00.00.00 0704

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 11/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 11/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: DILCEU ROLDÃO SPINDLER - ME

Objeto: aquisição de generos alimenticios para a escola mun. de ens. fundamental manoel rodrigues da silva, escola municipal de ens. fundamental vila nova, para o eja (educação de jovens e adultos) e projeto mais educação. para o exercicio de 2015

Valor: R\$ 51.348,90

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 99/2014

Dotação Orçamentária:

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(161) 3.3.90.00.00.00.00.00 0704

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 12/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 12/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: EDUARDO KRAS FERNANDES - ME

Objeto: aquisição de generos alimenticios para a escola mun. de ens. fundamental manoel rodrigues da silva, escola municipal de ens. fundamental vila nova, para o eja (educação de jovens e adultos) e projeto mais educação. para o exercicio de 2015

Valor: R\$ 47.536,50

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 99/2014

Dotação Orçamentária:

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(161) 3.3.90.00.00.00.00.00 0704

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 13/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 13/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: JOICE DA SILVA FERREIRA - EPP

Objeto: aquisição de generos alimenticios para a escola mun. de ens. fundamental manoel rodrigues da silva, escola municipal de ens. fundamental vila nova, para o eja (educação de jovens e adultos) e projeto mais educação. para o exercicio de 2015

Valor: R\$ 56.348,00

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e PR nº 99/2014

Dotação Orçamentária:

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(161) 3.3.90.00.00.00.00.00 0704

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 0050/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0050/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0026/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0009/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento de Software como Serviço do aplicativo Protocolo Fly, com usuários ativos, em ambiente Web.

VALOR: R\$ 6.025,50 (seis mil e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura até 07 de abril de 2016.

Passos Maia, 08 de abril de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 0051/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0051/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0025/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0008/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: ADAPAMA ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DE PASSOS MAIA

OBJETO: Quatro trios por sábado, sendo dois árbitros e um mesário, para arbitrar jogos do campeonato municipal de futebol sete edição 2015, categoria adulto livre.

VALOR: R\$ 7.987,20 (sete mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, 08 de abril de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Penha

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito do Município de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, e demais legislações vigentes e a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, - TORNA PÚBLICO a presente homologação das inscrições:

ADVOGADO CREAS	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22441	ADRIANA PAVESI DALMARCO
24311	ADRIANA SPECART
23184	ADRIANA STRENNER
22383	ALAN VIEIRA
21586	ALEXANDRA DE SOUZA CALDEIRA
23688	ALEXIS THOMAZ SCHROEDER
21972	ALINE LOUISE NEVES DE OLIVEIRA
21465	ALINE TREIN
21649	ANA CAROLINA MARINHO DE MORAES
21920	ANA LUIZA CASTRO
24851	ANDRE FERNANDO NARLOCH
23585	ANDREIA KOCHHELLA
20535	ANDRELIZE MARIA NICOLAU
21921	ANDRESSA GISELLE COUTO
22563	ANDREY GASTALDI DA SILVA
19798	ANTONIO ROBERTO DE GODOY FILHO
19807	ARI DE ARAUJO MARQUES
24806	BARBARA BATHKE GONÇALVES
20720	BERNARDO BRAZ DE OLIVEIRA
19993	BRUNA MARTIN MACIEL PIRES
21898	CARLA MARIANE SILVA DE ASSIS
23207	CARLA MYLAINE DE CAMARGO
24769	CARLOS LUCIANO VEIGA
22806	CRISTIANE VIAFORE
23085	CRISTINA BOCCASIU SIQUEIRA
20328	DANIEL HOPF PINHEIRO
22074	DANIELA CRISTINE DA SILVA
21604	DANIELE CARDOSO MURARO
21768	DEYVID INÁCIO ESPINDOLA LUZ
23267	DIEGO LUNARDI
23134	DINORA DOS SANTOS SOUZA
24295	DJENIFFER MAYARA RODRIGUES
21576	EDSON GOMES PORTO
22990	ELI CUBAS DE SIQUEIRA
21952	EMANUELA VIEIRA DE ARAUJO SCHELL
22807	EURICO DOS SANTOS JÚNIOR
22389	EVERSON BOHR
22533	FABIANA JANAINA VARGAS FISCHER

20728	FABIANO BASTOS GARCIA TEIXEIRA
24504	FERNANDO RODRIGO CORREA
19900	FLÁVIA KARINE DE BORBA
21357	FRANCIANE WAGNER MOREIRA CORRÊA
19710	FRANCINÊT CIRILO SILVA
21037	FRANCISCA DI PAULA CHAGAS DE LIMA
24452	GABRIELA DUARTE RODRIGUES
23029	GABRIELE TORRES ALMEIDA
23307	GILBERTO WIMMER
24848	GILMARA REIS CENSI
24517	GIOVANI PEREIRA SCALVENZI
19931	GIOVANNI GONÇALVES
21811	GISELE AMORIM SOTERO PIRES
19727	GRAZZIELE MORATELLI VOLPI
22859	GUSTAVO RAUH SCHROEDER
23955	HELENA COLOMBI CAMARA
21963	IURI ALCÂNTARA SABINO MARTINS
21555	JACSON LUIZ PINTO
19789	JESSICA VIEIRA
22935	JILL CRISTINE SANTANNA TRAVASSOS
23762	JONAS PHILIPPE CANI
24515	JORGE ADRIANO FILHO
21821	JOSÉ GRAVA NETO
24943	JOSÉ PAULO WEIDE
22843	JOSIANE APARECIDA DE OLIVEIRA RODRIGUES
24494	JOSUÉ TORRES RIBEIRO DA SILVA
24763	JULIANA CABRAL DE OLIVEIRA TAMMENHAIN
22270	JULIO CESAR DUARTE
21603	LEANDRA FLORES
20833	LEANDRO SOUZA GÖTER
20408	LELAYNE THAYSE FLAUSINO
21508	LEONARDO RIBEIRO
21474	LEONILDA KRAUSE
20233	LETICIA TAVARES
19813	LILIAN LOPES DE OLIVEIRA
22372	LISIANY FERRARI NUNES
21694	LUCAS RAMON BEIRO
22564	LUIZ GUSTAVO WIPPEL
23496	MANOELA MOSER
22436	MARAISA KARINA MARTINS DE SOUZA
21639	MARCELO CZARNOBAI
21273	MARCELO WORMSBECKER
23846	MARCOS DA ROCHA
23694	MARCOS PAULO CREPALDI
24715	MARIA ELIZETE MOREIRA JOAQUIM
23278	MARIA LUIZA ROTTILI ROEDER
21749	MARIA SALETE KROISCH
23122	MARISA ELAINE RIBEIRO CIPRIANO
22309	MARLI ZIEKER BENTO
24807	MARY GRACIELA FERNANDES
20476	MATHEUS MARCONDES ROMERO SOBRINHO
20523	MAURI CARLOS DOS SANTOS
22434	MURIELI LUIZA DALL AGNOL CENI

23393	NAIARA PIVATTO FAGUNDES
21850	NAIDI NÁGILA ESPÍNDOLA
20933	NIVALTE ALBANO
20130	OSCAR RODRIGO VOIT
22914	OSTARA REUTER LANGE
20665	PÂMELA RAISSA PEREIRA
20846	PATRICIA CARDOSO MARTINS
23358	PETERSON WALTER SCABURY DE OLIVEIRA
19896	PHILLIPE GUILHERME PEREIRA
21227	PRISCILA CRISTOFOLINI
21572	PRISCILA PIMONT BERNDT
23653	RAFAEL ALBERTO DA SILVA
21247	RAFAEL DE TARSO SILVA QUIRINO
23255	RAPHAEL RUGGERI ARTNER
24737	RICARDO MURILO DA SILVA
23692	RODRIGO RIBEIRO MELO
24762	ROSANE ALGAUER NASSAR
19821	ROSINÉIA DE FÁTIMA BIANCHETTI SAUER
22132	SANDRA MARA PROKOP BARBOSA
20938	SCHERLA GIROTTO
24457	SHEILA GONÇALVES FLORENTINO MIRANDA
21630	SILVIA LA PORTA SOARES DE OLIVEIRA
19933	SILVIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO GAMBA
23725	SUSAN KARLA FRAGOSO
22810	TAYLOR FELIZARI
22630	THAIS LAMAS MARSICO
22717	THAYSA CRISTINA BARBOZA FERREIRA
23340	THIAGO AGNOLETTI DA PORCIUNCULA
22989	THIAGO MOURA FURTADO
22664	TIAGO MURILO DE SOUZA
22287	ULIANA FERNANDES FERREIRA SCHERNIKAU
23084	VALMOR JOÃO DA SILVA JÚNIOR
20562	VANESSA DE FÁTIMA MATEUS
19689	VITOR CASAGRANDE JUNIOR
21735	VIVIANE NUNES SANTOS
22893	VIVIANE SANTOS MEDEIROS NICOLELI
21295	WILSON ORZEVALLA JUNIOR
	AGENTE ENDÊMICO
	INSCRIÇÃO CANDIDATO
19998	ALLANA CRISTINY SOUZA GAYA
24534	ANDRESSA SANTANA
24775	CAMILA FARDIN DA SILVA
24049	CARLA IHOANA BAIROS MARIN
22945	ELZA DE FATIMA MORI CORREA VIEIRA
22851	GABRIEL ANDRE REINER
20441	MARGARETE MAXIMILIANO CORDOVA
21052	MARIA ROSA PRESTES DE BORBA
23549	NABIA PITMANN GOES DE OLIVEIRA STUPP
20142	RENATA ARIANE URBANO MAFRA
22986	SANDER SILVERIO SUAVI
23161	THAIS REGINA SCHAFFER
24278	VANESSA SIMAS RAMOS

22470	VITOR BERNARDO CORREA
19934	VIVIANE MARIA DA COSTA
ANALISTA AMBIENTAL	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
23904	ADELINO TREML NETO
22269	ALAN LUIZ SERVERINO
21050	ALEXANDRE AMILTON DE OLIVEIRA
22095	ALEXANDRE EMPINOTTI
21217	ALINE JULYE PEREIRA
24693	ALINE NAISSA DADA
24462	AMANDA SCHEFFER BELTRAMIN
21500	ANA CAROLINA BATTAGLIN
20653	ANA CAROLINA DAGOSTIM
22506	ANA CAROLINA DE CRISTO LEITE
24813	ANA CLARA SANS SALOMAO BRUNOW VENTURA
21122	ANA ELISA ZERMIANI
23542	ANA LÚCIA CYPRIANO DE SOUZA
22936	ANA PAULA GARBIN
24980	ANA PAULA SCHULTZ KUJAT
24889	ANANDA PINTO COELHO
22781	ANDRÉ LUIZ CAMPOS DA SILVA
24729	ANDREA FERNANDA AGUSTINI
19687	ANGELO EDUARDO SOARES
23669	ANNA PAULA MOREIRA PATEKOSKI
24347	ANNE PAOLA SCHWANTES
19898	ARTHUR HENRIQUE RAUSCH RIBEIRO
22799	ARTHUR VINICIUS RODRIGUES
24014	ARTUR RIBEIRO DE ALMEIDA
22932	AYRTON ADÃO SCHMITT JUNIOR
21799	BÁRBARA MOREIRA BARRETO SILVA
22690	BERENICE VIEIRA FERRARI
22505	BIANCA LINDNER
22134	BRUNA DA SILVA SASSI
22365	BRUNA DE MELO
22968	BRUNA GABRIELA SCOPEL POLEZA
22340	BRUNA OLIVEIRA TORRONE
20564	BRUNO BRAUER GOMES E SOUZA
20340	BRUNO HENRIQUE JANIAKI
24463	BRUNO KAZUO NAKAGAWA
21137	CAMILA DA COSTA GONÇALVES
21584	CARLA TOGNATO DE OLIVEIRA
21801	CARLOS ALBERTO VALLE JUNIOR
24528	CAROLINA MENEGAZ
21867	CAROLINE LINZMEYER
24027	CÁSSIO SCHMIDT GODOI
22545	CÉSAR RIBEIRO FERNANDES
22628	CLEITON ALVARO GIL
21554	CLÓVIS ROSA JUNIOR
21568	DAIANE TALITA ZAFFARI
24719	DAIANE TEREZA SILVA
22752	DANIEL DE ANDRADE COSME
22510	DANIELE COELHO VIGÁRIO

22352	DANIELE MARIA PAZETO
20006	DANILO DA LUZ NOGUEIRA
24869	DAVI BORTOLOSSI
22046	DEISE DE CASSIA SOARES
21977	DENIS ROBERTO DESOUSA
24803	DERICK CESAR ALBERTI
23329	DIANA DAS NEVES
22366	DIEGO ALEIXO DA SILVA
21863	DIEGO CATHCART
24723	DIEGO FELIPE PORPILHO DA SILVA
24474	DIULIE ANE TAVARES CARNEIRO
22313	DOUGLAS ANDRÉ WURZ
21956	DOUGLAS REICHERT
21129	EDUARDA DE CASTRO
19874	EGON NOGUEIRA LOCH
20138	ÉLEN SOARES
22574	ELISANDRA DIAS
21752	ELY ANTONIO BURIN PONTES
22769	EMANUEL CARVALHO FERREIRA
23174	EMANUELA PILLE DA SILVA
24972	ÉRIKA ANTOLINI VEÇOZZI
20890	EZEQUIEL MANENTI
24833	FABIANE STASCHECK LINHARES
21710	FABIO FRANCISCO DE BORBA
23825	FELIPE AUGUSTO BYCZKOVSKI
24870	FELIPE SOUZA FAGUNDES
24032	FERNANDA ENKO DOS SANTOS BATISTA
20778	FERNANDA PAULO DE OLIVEIRA
21795	FERNANDA REGINA FERNANDES
24471	FERNANDO AUGUSTO TEIXEIRA RANGEL
21991	FILIPE VIEZZER DA SILVA
23756	GABRIEL MAURICIO GOMES DE OLIVEIRA
22243	GABRIEL TEIXEIRA DA ROSA
20841	GABRIELA SCHOLANTE DELABARY
21049	GABRIELA STAHELIN PEREIRA
24373	GABRIELI LIMBERGER GALVAN
22206	GEIZON LAUREANO
23626	GERMANO VALENÇA MONTEIRO NETO
24042	GETÚLIO SILVA FILHO
20257	GIOVANE BRUNO KRIESER
20349	GIOVANI SILVEIRA LAZZARETTI
22409	GRAZIANE MARIN
21486	GRAZIELA RAMOS VENSON
21532	GUILHERME JURASZEK BATISTA
21598	GUILHERME PARTALA
22720	HELIO CASSIAS PEREIRA FILHO
22494	HENRIQUE AUGUSTO LOBO
22650	HUGO LUIZ MEYER
23531	INAIE MALHEIROS MIRANDA
22589	IRACI ALVES
22993	IRIS DE FREITAS MEDEIROS
22941	ISABELA CHEMIN
21824	ISABELA DOS SANTOS DAVID

20378	ISLA FOLCHINI PEREIRA
24854	IZABEL KLUG
20621	JAIME SERRANO TORRES
22593	JEFERSON LUIS DICK
22135	JESSICA FERREIRA
19640	JOAO BATISTA PORTO
22760	JOÃO MAURÍCIO PACHECO
22668	JOÃO MOYA NETO
22025	JONATAS KOEPP RIBEIRO
19639	JOSÉ RICARDO GOMES
24939	JOSÉ ROBERTO MIRANDA
22230	JULIA BIZATTO
22958	JULIANA DE OLIVEIRA MONTEIRO
22239	JULIANA DOS SANTOS
22523	JUNIELE RODRIGUES PIVETTA SURECK
21813	KALINE MARCHESAN
24856	KAREN BARBOSA AMARANTE
22895	KARINE ANA RADAVELLI
20785	KATIANE PIERRE LEAL
22679	KAUÊ ALEXANDRE OLSEN FERREIRA
22780	KETLEYN POBB
20362	LARISSA DA SILVA LUZIETTI
21115	LAURA ELISA TOMÉ BARBOSA
25023	LEANDRO JUNIO FULONE
21579	LEANDRO MACIEL
20516	LETICIA TERAGI
20828	LIGIA DEBONE PIAZZA
24573	LORENA BARCELOS FERREIRA
20809	LORRAYNA GABRIELA LOPES BONFIM
22828	LUANA D AMBROSIO FERRARI
22798	LUCIANA FESTTI
22463	LUCIARA IBIA DOS SANTOS MACHADO
23499	LUCIÉLE CRISTINA ROSA
21123	LUÍS ADRIANO FUNEZ
24940	LUIZ CARLOS MACHADO FILHO
23717	LUIZ FERNANDO BARTH DRAPISCHINKI
20132	LUIZ HENRIQUE FREGADOLLI USSAMI
24405	LUIZ HENRIQUE REUTER VIEIRA
21152	LUSIANY KUSTER CORREA
20493	MAICON BERKENBROCK
22546	MAICON FERNANDO DA SILVA
23079	MAÍRA DE OLIVEIRA MACEDO
22678	MARCO AURELIO SCHNEIDER RISTOW
23827	MARIA CAROLINA CAMPESTRINI
22413	MARIA DO CARMO MIRANDA
21482	MARIA JULIA COSTA MAGAZONI
25038	MARIA LUISA DUARTE DE OLIVEIRA
22701	MARIANA BUSSOLO STANG
21196	MARIANA PAUL DE SOUZA MATTOS
21109	MARINA CASTILHO LUCAS
22912	MIRIAM ARL
20796	MIRTHOU CARLA DELLA GIUSTINA
24696	MONICA APARECIDA DIAS WOLF

21259	NATHANA HOLZ
20751	NICOLE FERNANDA PILLATI PEREIRA
23058	PAOLA PRISCILLA BRUECKHEIMER DE MACEDO
21471	PATRICIA VALLE DE LACERDA
23974	PAULA KARINE WORMSBECHER NOLLI
21927	PAULINE LUZIA ZASTROW REINERT FONTENELE
24911	PAULINHA WIGGERS
22164	PAULO FERNANDO SIMÃOZINHO
22838	PAULO ROBERTO LESSA
21399	PEDRO RODRIGUES DE ANDRADE
22178	PRISCILA FLORES DA LUZ
21820	RAFAEL PERCEVALLIS BENATTI
21899	RAPHAEL DE MIRANDA NEPOMUCENO
23016	RAQUEL TOLEDO MODESTO DE SOUZA
21490	RENATA A PODEROSO DE NOVAES
19823	RENATO LUIZ BOT NETO
24490	RENATO MENDES ESPÍRITO SANTO
20418	RICARDO GAYA OLIVEIRA DE AMORIM
20103	ROBSON BELLI MARTIGNAGO
20873	RODOLFO ALVES DOURADO ROCHA
22617	RODRIGO CAVALERI GERHARDINGER
22830	RODRIGO DE ROSE DA SILVA
21681	RUAN ALBINO DA LUZ
20540	SAMARA ALVES TESTONI
22739	SARA VARASSIN REZENDE RAMOS DE OLIVEIRA
23569	SARAH WAHLBRINK
21984	SIBELLE SELL SANTANA
21421	SILMAR DE MENEK
20801	SIMONE ALVES DA SILVA
20267	SIMONY ALINE DALRI DA SILVA
23071	SUIANA CRISTINA PAGLIARI
24048	TALÍA DA COSTA
22094	TAYANE CRISTINA BUGGENHAGEN
20449	THABATA DE QUADROS LUCHTENBERG MARTINS
22864	THAÍS TRAMUJAS SOTO RODRIGUEZ
23655	THAISA CRISTINA MIRANDA MARTINS
21658	THAYANE LUCIA PEREIRA
20258	THIAGO FELIPE MARTINS SANTOS
21502	THIAGO FOSSILE
24713	THIAGO LEONE PEIXOTO DA CORTE PERRONI
21580	THOMAS SALVIANO HAAS
22529	THOMAS STEPHEN BEHLING
21550	VERA REGINA DALENOGARE PEREIRA
21544	VICTOR LUIS PADILHA
24913	VINICIUS RAFAEL SANSANA
21475	XENIA HAUER
ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22787	SHAYANNE CAROLINE ROSA
20146	ALESSANDRA DANIELLE VIEIRA
24767	ALESSANDRO PEREIRA DONADIO

22217	ANA PAULA OLIVEIRA ALIBERTI
21941	ANDRÉ LUIZ CARDOSO DA SILVA
23564	ANGELA DO CARMO PEREIRA IEGLI
23749	ANGELA VERGARA SANCHEZ
19922	ARIELY ESPINDOLA
23396	CAMILA IOHANN
20371	CAROLINA ANTUNES ÁVILA
22137	CECÍLIA HARITSCH
22768	CLAUDINEY RIBEIRO DOS SANTOS
24683	CRISTIANE ALVES SCALCO
23941	CYNTHIA RAU DE CARVALHO
22481	DÂMARIS AMELIA ULRICH
21782	DELIA DE SOUZA
24297	DESIREE CRISTINA RODRIGUES HISSAMOTO
24839	ELEANDRO GRANDI
23479	FRANCIELE APARECIDA RIBEIRO
21705	FRANCIELE OLIVEIRA TRINDADE
22829	GERSON EDUARDO HEDLER
19766	GIOVANE BONATTO
20404	GISLAINE APARECIDA ZENARO
20180	GRAZIELE APARECIDA RUSSI
21671	GUSTAVO EVANGELISTA
23289	HANS DOEBELI
23015	HEIDE ANGELICA STEFAN
21775	HIANDRA KATIA DE SOUZA
22694	IDILENE KREHNKE
21296	ISMAEL TECILLA
20679	ISOLETE SCHMIT OLIVEIRA
22661	IZABELLE ENGELS
22047	JAQUELINE MARIA COSTA
22255	JENNIFER ROHDE
24249	JÉSSICA MARTIGNAGO FERREIRA
23672	JOÃO COSTA MIRANDA
24799	JULIANE EGER
20422	JUSSARA FERREIRA DOS SANTOS
24896	KÁTIA REGINA DA SILVA
20543	KEILLA CRISTINA JUGLAIR MARTINS
22867	KELI AUGUSTA BORGES TAKAKI GAZANIGA
20660	LARISSA SCHMIDT
23390	LEANDRO RODRIGO CANTO BONFIM
23833	LOANA DE MOURA FURLAN
24822	LUANA DA ROSA COSTA
22820	LUANA KAROL CALDAS
24284	LUCIANE JANAINA DALPIAZ
24491	LUIZ AUGUSTO DA SILVA BUDZIAK
19970	MARCIA CRISTINA EMKE ZANETTE
23313	MARCOS DE FAVERI
23166	MARGARETH BERLINCK DA COSTA
22868	MARIA CLAUDIA VIEIRA BERTACO
22185	MARIANA BARBOSA GARROZI
22447	MARIANE WIPPEL
20015	MARLETE MARIA ALEXANDRE
21862	MAYCKON DE SOUZA

23294	MÔNICA OLIVEIRA DE VARGAS
24722	NICOLE FALBO COMPASSO
20695	NILSON EDUARDO DE SOUSA ALVES
23024	PAULO CESAR VIEIRA
22890	RAFAELA CARDOSO CÂNDIDO
20929	RAQUEL BEAL CENTOFANTI
21798	RAQUEL REIF
21291	RENATO FERREIRA
24013	RODRIGO FONTANA PEIXE
22666	ROGERIO CORREA LEITE
20670	ROSANA RAISER PIMENTEL
23038	ROSE MARY ARAUJO FONTANA
24821	ROSELI CAPELO LIMA
19946	RUBIA FERNANDA ALVES
24193	SABRINA ELIANA OLIVEIRA ALVES
22117	SHEILA PROCÓPIO WALTER
20023	TAIS REGINA PEREIRA FERREIRA
20814	TAMIREZ ELISE TEODORO
24023	TATIANE MORGANA MINIKOVSKI
22203	VALDECIR MORAES DE AZEVEDO
22561	VANESSA DAIANE RIFFEL
ASSISTENTE SOCIAL	
INSCRIÇÃO CANDIDATO	
21943	ANA MARIA SOARES DARIFE
20964	ARIADNE CAROLINE NASCIMENTO SARAIVA
21937	BIANCA MARINA SELL
23115	CARIN FABIANA GISELA BECKER
22004	CATARINA RISOLETA GOULART NUNES
23372	CLÁUDIA FERNANDA VIGANÓ
21041	CRISTIANE SCHLINDWEIN
23164	DANIELE KRUTSCH
20874	DANIELI EMILY DA SILVA GONÇALVES
22803	DENISE DELLER
22274	DIONEIA DENES DIRK
22129	ELENI DE FATIMA DOS SANTOS
19735	ELIANE SCHELL
21145	ENEDINA POLEZA DOS SANTOS
24881	ISABELA PALHANO CLEMENTE
24115	IVANIR FURINI
24472	JOICE GRACIELA DE OLIVEIRA
22038	JOSEANE ALVES DE MELLO
21512	JULIANA APARECIDA MIKOLAICZYK
20677	JULIANA CARDOZO DE ELESBÃO
22726	KARINE TREVISAN DOS SANTOS LESSA
19989	KATIA LEILA HOSTIN DE DEUS
22127	LUCIANO JOSE SILVA
21990	LUCIMAR DE FATIMA SOARES DOS SANTOS
22070	LUCIMAR TIBUSKI
22165	MAGALI BERNARDINO MINOZZO
22907	MARIA BERNARDETE CANUTO
23137	MARIA IDEVALDE SILVA DE MELO
20682	MARINA FELTRIN DAMBROS

21494	MARIZA BICHESKI
23948	MIRIAM MELCHIORETTO TILLMANN
22654	OLINDA RODRIGUES DA SILVA SANTOS
22455	PATRÍCIA ISABEL DOS SANTOS
23264	PATRICIA NOGUEIRA
20676	RAPHAEL LOPES
21442	ROSAURA DE FATIMA FERREIRA TELLES
24951	SHIRLEY MARCIA DA LUZ DOS SANTOS
22453	SILVIA SÁVIA CHAVES
23667	SÔNIA MARISA KRESUCH DE ALMEIDA
23927	VANESSA FABIANE SCHEIDT
22974	ZÉLIA MARQUES ANTUNES

ASSISTENTE SOCIAL CREAS

INSCRIÇÃO CANDIDATO

24588	ADRIANA FRIEDRICH
22560	ANA PAULA ROCHEMBACH DA ROSA
24470	ANDRÉA ALTINI
24138	ANDRESSA PASINATTO CLEIN
22540	ANGELICA TATIANE FURLAN
22610	ARACELLY FLORES RIBEIRO DE LIZ
24169	BIANCA APARECIDA MARCOS RITA
22876	BIANCA GONÇALVES SANTOS
22947	CAROLINA CORRÊA
22468	CAROLINA FORTES DE JESUS
22614	CÁSSIA MAZZARO DA SILVA
22285	CATIANI MIRIAM CARDOSO
24433	CLEIDE APARECIDA MAYER
23183	DANIELE LOSS RODRIGUES
20545	DÉBORA CARLA CAVALCANTI
21642	DEBORA SILVEIRA VIANA
24748	DIONIRA DE CHAVES PACHECO
20108	DORLI MARIA LINKE
24292	FABIANA CRISTINA REICH RAMOS
23520	FABIANE MARIA SCHOAB
21590	FERNANDA DE SOUZA MOREIRA
21042	FLÁVIA RAFAELA RAMOS
21328	FRANCIELI CASAGRANDE COMELLI
22785	GISELE APARECIDA SCHINDLER
21922	GLAUCE MERY PAJENKAMP
24421	GRACIELA REGINA BOVE
22310	ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA ILVA
20018	IVANIR ZEFERINO DOS SANTOS
22098	IVETE MANFRIN
19861	JACQUELINE ISABELA RODRIGUES LOPES ANDRIOLLI
20551	JEFERSON LEAL
23237	JENIFFER VIVIANI DE SOUZA E SILVA
21382	JUCIMERI KRAUSS ROSA
21292	JULIANA DA SILVA
20457	JULIANI DE BRITO
22006	KARIN CRISTIANE FREITAG
21485	LAYSA DE ARAÚJO
21995	LEDA MARIA LOPES CEZIMBRA

23391	LENIR AJARDA
24003	LEONARDO SPIZZIRRI BOLSONI
21923	LINDOMAR FELLER
21327	MARA REGINA DA ROCHA COUTINHO
24599	MARA RUBIA MACHADO MOREIRA
22886	MARCELO ALEXANDRE DE FREITAS RODRIGUES
24083	MARCIA PAWLOWYTSCH
24299	MARCIO JOSE CORREA
21564	MARIA HELENA GONÇALVES
23968	MARIA TALITA GRABIN DEUNISIO
21823	MARIANA RODRIGUES BORGES
24985	MARLENE BALTAZAR DA SILVA
22281	MAVIA VIVIANE MACIEL SODRE GUERIN
23477	MORGANA DUARTE FERREIRA NUNES BRUCH
20537	NEUSA MENDONÇA FRANZMANN
22911	PATRÍCIA RODRIGUES MARTINS ROSA
22220	RICARDO HAHN BARBOSA DE SOUZA
21348	ROSANGELA APARECIDA VETTER
24960	ROSI VOLTOLINI
21551	ROXANA VEHRMEISTER
21117	SANDRO TSCHOKE
23323	SÍLVIA APARECIDA PATROCÍNIO
22042	SILVIA LEMOS DA CRUZ
20709	STEFANIE KRAUS
23092	SUZAN ANTUNES
24592	TATIANE RODRIGUES DOS SANTOS
20455	VANDAMARIS ANGELA SCOPEL
20480	VANESSA FIORINI
23116	VIVIANE MONTANARI JUREK

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO CANDIDATO

20583	ADRIANA MAFRA
23864	ALANA DE CASSIA SOUSA NASCIMENTO
24112	ALCIONI DA SILVA
20502	ALESSANDRO ROGERS CANDIDO
24644	ALEXANDER ALMEIDA DA SILVA JÚNIOR
19656	ALEXANDRA MOSER
22569	ALEXANDRE DA ROSA CARVALHO
24114	ALEXANDRE DAMIAO COSTA
22652	ALINE BERTO PAULO RODRIGUES
22591	ALINE ELISABETE ALVES
19851	ALINE MAIARA DOS SANTOS
21848	ALINE TAYNARA PEREIRA
22369	ALLAN DIEGO ELEUTERIO
21717	ANA CARLA CARNEIRO
20750	ANA LUIZA DE SOUZA
22181	ANA PAULA DA SILVA DIONÍZIO
24741	ANA PAULA PAZINI
19856	ANA PAULA RAMALHO SABALLA
20528	ANDERSON FABIANO SEDREZ
21130	ANDERSON SOARES
20229	ANDRÉ PEDRO TEODORO FILHO

24464	ANDRÉIA DE SOUZA DOS SANTOS
23963	ANDRÉIA LANG
22419	ANDRESSA DA SILVA CORRÊA
19778	ANDRESSA SCHOENAU PREZZI
20511	ANGÉLICA RISTOW ROZA
23103	ANGELITA SANCHEZ
24558	ARIANA APARECIDA ANDRIETTI
22530	ARTHUR RAMOS REBELLO
22029	ARUANA DE MACEDO
19966	AUGUSTO CESAR SILVA
22130	BEATRIZ DE MELLO
21628	BRUNA GIOVANA BORGES
21784	BRUNO FARIA DE SOUZA
22821	CAMILA FLORES
23509	CARLA HERMIDA MERQUIORETTO
25027	CARLOS EDUARDO DREILICK DA COSTA
21008	CARLOS RENATO GARCIA
22597	CAROLINE FERNANDES FREITAS
20548	CÁSSIA REGINA DE CAMARGO
22212	CÉLIA MARIA CORRÊA DOS SANTOS
24654	CLAUDIA PRISCILA BUENO ASSIS
24674	CLAUDIA ROBERTA JARACESKI PEREIRA
24033	CLAUDINEI LEANDRO BATISTA
23803	CLEIDE SILVEIRA FARIA
20976	CLEONICE NATALINA GARDELIN SANTIAGO
22903	CRISTINA DENZ DOS SANTOS DA ROSA
22550	DAIANE FERNANDA MOREIRA DE OLIVEIRA
22599	DAINE DA RESSURREIÇÃO RODRIGUES
24254	DANIEL AUGUSTO VASEL
24768	DANIEL IURI ENGLER
20237	DANIELA CRISTINA PIRES
22397	DANIELA REINERT
22751	DANIELA SCHEMENECK
19680	DANIELI MAIARA RAMOS DOS SANTOS
24259	DAVIDSSON EILERS
22917	DEBORA BATISTA DA SILVA
22376	DÉBORA CRISTIANE DA SILVA
24044	DENISE EVELIN MARIANO
21423	DIANA SCHMIDT
20443	DIEGO ARAUJO SANTOS
23957	DIEGO IRINEU BAADER
22783	DIONATAN PEREIRA DA SILVA
20710	DJAIANE ARAUJO RODRIGUES
21875	DJEISON DOS PASSOS
22714	DOUGLAS AGUERO LUBAWSKI
21814	EDERALDO DORIVAL DOS SANTOS
21884	EDINEIA ANDREIA ANDREIS
24309	EDSON ANTONIO DE MORAES JUNIOR
24659	EDUARDO CUSTODIO TAVARES
22858	EDUARDO SIZENANDO DA SILVA
21161	ELAINE SILVA LIMA
22155	ELIANE IARA DE SOUZA FREITAS RODRIGUES
21954	ELISABETH POMMERENING

21944	ELIZANGELA DE SOUZA
22707	ELIZEU DE MORAIS
22916	ELOIR BETT DA SILVA
19806	EMILLY DOS SANTOS DE BORBA
22689	FABIANE SILVA LANA
24685	FÁBIO FERNANDES NUNES
22813	FELIPE DE OLIVEIRA
25011	FELIPE DE SOUZA ZEVERINO
21971	FELIPE RODRIGUES SEVERINO
19771	FERNANDO DA SILVA LUIZ
20731	FILIFE CABRAL BASTOS
24591	FRANCINE APARECIDA NUNES DOLBERTH
21953	FRANCISCO PEDRO DA SILVA
22697	GABRIEL FELIPE GREGORIO
20406	GABRIEL HENRIQUE SOUZA GAYA
24808	GABRIEL SILVA FINGER
20238	GABRIELA PIRES
24832	GERSON RANGEL DE ALMEIDA
22125	GEZILANE ANA LIZETE CORDEIRO ANACLETO DE ARAUJO
24057	GIOVANA LEITE
23419	GISELA SONNI DRAEGER BLAHOBRAZOFF GRIMALDI
19664	GISLAINE APARECIDA RIBEIRO
21609	GIULLIANA CHEDID DE MOREIRA MELO
21225	GREYCE ADRIANE KONELL DE SOUZA
20391	HELTER DO NASCIMENTO BASTOS
22572	HERLON OLIVEIRA DE MORAES
21219	INÊS TEREZINHA BERTAGNOLLI
22209	IRMA HERBER
19716	ISABELA TAMARES DIAS
20504	IVANOR JUNIOR WILHELM
20536	JACKSON LUIZ SEVERIANO DOS SANTOS
23283	JAIR VINÍCIUS MAÇANEIRO
20759	JANETE EVARISTO
21216	JANINE LEITE TEODORO
22627	JAQUELINE LEAL PADILHA
23369	JEAN FABIO FERNANDES
22065	JEANNE DE CESARO SANDER DOS SANTOS
21416	JESSE JOÃO GOMES
20097	JHONATAN GIOVANN THIBES DE PAULA
24601	JOÃO CARLOS
23107	JOÃO CARLOS DIAS
21269	JOCELY DE ALMEIDA
21150	JOHNNY CARLOS NAVARRO
21514	JONAS WAGNER DE SOUZA
22221	JONATHAN CRISTIAN LEITE NAVARRO
24792	JONATHAN PABLO MANGORRA
23063	JORDY FELIPE SCHWEITZER
24577	JOSE ALICIO DE SOUZA
21692	JOSÉ AUGUSTO BAZANADA SILVA
22345	JOSÉ HENRIQUE DA CRUZ
22638	JOSIANE SOARES DE LARA DAS NEVES
19676	JOVINA DA SILVA
19913	KAREN DE OLIVEIRA LIMA

20541	KARINA ALMEIDA PROCÓPIO
20780	KATIA APARECIDA SILVEIRA
21489	KÁTIA EVARISTO
22123	KETHELLNN JULIANA BERNARDI FÁVERO
21665	LAUDICEIA CLAUDINO GONÇALVES GOMES
22647	LAZARO CESAR REBELLO
20615	LEANDRA ROSA
21025	LEONARDO FLORINDO TRICHES
22579	LEONARDO ZANANDREA
21750	LETÍCIA FONTANELLA
21934	LILIAN NERIS PEREIRA
20377	LIZANDRA APARECIDA GOMES
22350	LÚCIA GONÇALVES DA SILVA
20782	LUCIANE CRISTINE VASCONCELLOS DO ROSARIO
24642	LUCIANE REGINA SOARES
22280	LUIZ ANTONIO SANTOS
21835	MANUELA SARTOTI TEIXEIRA
24952	MARCELO EGIDIO FUCCI
23254	MARCELO HENRIQUE SILVA CASTRO
22973	MARCELO MELLO DIAS
22607	MARCELO POLICARPO
22557	MARCIA CRISTINA DA SILVA LUKENCHUKE
22431	MARCIA VAZ LONGO
22765	MARIA ALICE ZIMMERMANN
22016	MARIA ANGÉLICA TEIXEIRA DE AZEVEDO
22351	MARIA HELENA GALZ DIONIZIO
20445	MARIANA INGRID GONÇALVES
24104	MARICLÉIA XAVIER
21780	MARILDA ARAUJO DE SOUZA FARIA
19831	MARION ISETE DA SILVA
23599	MARJA VASCONCELLOS MACHADO
24785	MARLYZE DE ALMEIDA CHAGAS LIMA
23962	MARTA MARIA DOS SANTOS LANG
23738	MARTHA REGINA SCHWEGER DE SOUZA
23603	MARYANA PERES DE OLIVEIRA
24637	MAUDE BRIGIDA SAUGO
21141	MAYARA FLORES DA LUZ
19644	MICHELE FABIANE JAREK
22520	MICHELE SALETE PALHANO HUNDENSKI
19892	MICHELI PINHEIRO
22860	MONIQUE ARIADNE DE OLIVEIRA
21460	MORGANA GRAH DA SILVA
21655	MURILO JULIANO SOUZA
21588	NATHALY KRUGER
24794	NILDO CAVICHIOLI JÚNIOR
21091	ONIS DA CONCEIÇÃO NEVES DA SILVA
20060	OSIRIS LUIZ DE SOUZA
21444	PALOMA GOULART
24686	PÂMELLA MIKAELA CHALEGRE DE SOUZA
19663	PAMELLA SODRE FURTADO FLORES
22273	PATRÍCIO GAMA DA COSTA
22801	PAULO ROBERTO RIEKES
24872	PAULO SERGIO DA SILVA

24742	PEDRO PAULO PEREIRA SANTOS
22176	PRISCILA SAGAZ RODRIGUES
22055	RAFAELA APARECIDA DE DEUS CARDOZO
20806	RAFAELE RANGUETT DA SILVA FLOR
21331	RAISSA JONSON
24965	REGIANE CRISTINA ROCHA FRANCEZ
22514	REGIANE MARIA DE FREITAS LIMA
22613	RENATA VANESSA CALDONHO
22904	REVELINO MAFRA
22923	RICARDO DA SILVA
22213	RICARDO DE JESUS
22119	ROBERTO MICHELIN(*PNE)
22064	RODRIGO CLEBER PEDRUZZI
22443	RODRIGO LUIZ CARLOS
23444	RODRIGO NOVAES
22009	ROGER ARIEL ZIMERMANN
20429	ROGER VICTORIO ESBITESKOSKI ROMERA
22175	ROSANE APARECIDA DE FRANÇA WELTER
22772	SALLEM BATISTA FERREIRA
24639	SAMANTHA THAYSE CORRÊA
21557	SERGIO PINHEIRO DE MACEDO
22667	SERGIO WERNER PIRES JUNIOR
22103	SHEILA RENATA SCHMITT DE SOUZA
23152	SILAS LOURENÇO DA SILVA
20063	SILVANA ROSELI LESSA
23417	SILVIA MARIA DE SOUZA
24907	SILVIANE DA COSTA SILVANO
21098	SIMONE BERNARDES
20482	STEFANI JAQUELINE FORSTER
22417	SUÉLLEN DA SILVA CORRÊA
22595	SUSAN KELLI SOARES MATOSO
23533	TAINÁ ELIANE MARCELINO
24884	TAIS CAMILA DE BAIRROS
19827	TALITA DOS SANTOS
22605	TAMIREZ SIMONE RODRIGUES DOS SANTOS LARA
22420	TERESA DE FÁTIMA MAFRA LOBO
24313	THAIS RAVACHE
20244	THALES LUIZ COSTA
20579	THALIA LINHARES KLABUNDE
24778	VALÉRIA MONT SERRAT MARTINS
21950	VALESKA SORAYA DE OLIVEIRA
22922	VANDERLEI ROBERTO CLEMES
24673	VANUZA APARECIDA DE LIZ MELLO BANFI
22754	VIVIANE AIROSO
23889	VOLNIR GARCIA
	AUXILIAR OPERACIONAL
	INSCRIÇÃO CANDIDATO
19918	ADÃO DA SILVA
19803	ADRIANO VIEIRA
20400	AILTON DE FREITAS
22601	ALIDOR BRANDL
22584	ARCE ALVES DE AMORIM

22454	ARNO ANTONIO PINTO
21740	AVELINO DOS SANTOS
24604	EZIEL OSNI CARDOSO
21264	JENZ RUPRECHT
22946	JOÃO MANOEL FERMINO
21481	JOSÉ VALMIR LEITE
22188	LORENI NUNES DE ALMEIDA
21806	LUCIANO ANTONIO ANACLETO
24819	LUIZ FERNANDO CUSTÓDIO
22951	NICÁCIO ANTONIO DOMECIANO
22142	OSNI FARIA
20538	PAULO CESAR WAGNER
20926	RICARDO ROBSON NASCIMENTO
22992	RICARDO SILVA
24412	RITA DE CASSIA ASSINI DE OLIVEIRA
24614	ROBSON LUIZ GODOY
20886	VILMAR DE OLIVEIRA

CONTADOR DE FUNDOS

INSCRIÇÃO CANDIDATO

24530	ALEXANDRE DOS SANTOS LUZ
19704	ALEXANDRE WAGNER
20034	ANDRESSA ANDREIA PERA
22049	CAMILA MACHADO
19746	CAROLINEBRAGANHOLO
20369	CLÁUDIA CARRON MOHR
21012	CLOVIS ALEXANDRE TRUCHINSKI
20868	DANIEL MANICARDI CONDE FERNANDEZ
22950	DEIVISSON ANIVAR NERVIS
22902	EDEMIR MANOEL DOS SANTOS
20311	ELISANGELA CLAUDETE DA SILVA LAUSCHNER
22105	ELISÂNGELA SILVA FERREIRA
22005	ELIZA CRISTINA REIS LEARDINI
20304	EVERTON RAMOS
22648	FABRICIO RODRIGUES GOMES
24969	GEORGE WANDERLEI DA SILVA ALVES
24828	GILLIARD GADIEL DE OLIVEIRA
21593	IDELMAR FERNANDO DE SOUZA
22590	IVANIA ONELIA PINTO
21653	JACI TRES
23030	LEANDRO DE LIMA BORBA
21574	LEILA MARIA RODRIGUES WILLEM
20694	MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS
22492	MARIA ELZA GARCIA
23876	MARINILZA ADRIANI FERREIRA VEIVANCO
21596	MIRIAM DIAS DOS SANTOS MARIA
22444	PAULO FAGUNDES DOS REIS JUNIOR
24459	PRISCILAFLORENCIO
24915	RAFAEL CELESTINO
22824	RAFAEL CONZATTI
22929	RAFAEL GARCIA GUILARDI
24020	RICARDO DO AMARAL
22921	ROGERIO FERNANDES DA SILVA JUNIOR

21822	RUBIA GONÇALVES DOS SANTOS
20552	SIDNEI MILANI
COVEIRO	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22081	MIGUEL CHAGAS PRESTES
CUIDADOR INFANTIL	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
20489	AMANDA NICOLAY DE ALENCAR
20497	ANA PAULA BORGES
19718	ANDREA ROSA LIMA RIBEIRO
22026	ANNA MICHELE DE LA LAMA
20500	BIANCA ELIZABETE DE GOES
19697	BRUNA FERREIRA DA ROCHA
22267	CARINE APARECIDA RODRIGUES ATUNES
20947	CASSIA DE ANDRADE CHAVES
21998	CLEUSA LIBERA BAZANA DA SILVA
20347	CRISKELI CORDEIRO
19747	DAIANE RAMOS CAPPUA LUGO PEREIRA
19788	EDITE ADAMEK
25037	ELAINE APARECIDA BORGES
22699	FERNANDA MONTEIRO TOMASI
23436	FRANCIELE RAQUEL HICKMANN
23983	FRANCINE KREUSCH
23311	GABRIELA HERNANDES
24129	GEANY ANDRESSA FIÈL
19961	GILMARA CRISTIANE RHENIUS
20397	GISELI SIMÕES DE OLIVEIRA
20442	ILSE WESTERKAMP DE CARVALHO
22271	JAINARA CATARINA DE OLIVEIRA
24777	JESSICA CRISTINA MONTEIRO DOS SANTOS
21957	JOELLY CENIRA RACHACOSKI
21002	JOSIANE APARECIDA DA CRUZ THOMAZI
21720	JOSIANE MAXIMIANO FREDERICO
20423	JUÇARA DE OLIVEIRA BORGES
20638	JUCÉLI LAURECI ALBANO
20141	JULIA EMANOELA DE OLIVEIRA
19820	JULIANA ANACLETO
20687	JULIANA DA SILVA
21081	KAROLINE ROLING BENTO
20822	KETILLYN CRISTINA KOHLER
23332	LARISSA CORDEIRO MATOSO MEIRA
24369	LUCIANE PEREIRA
20612	MARA LIRA JADE IBARRA BARATA
20472	MÁRCIA TAVARES FAGUNDES
24113	MARIA SOLANGE ALVES
24864	MARIA JUCINEIA TEIXEIRA DA SILVA
22600	MARILENE THOMAZ
25002	MARLA APARECIDA BUJAK KUCHINSKI
19759	MAYRA CRISTINE MACHADO
22766	MIRELA LAIS HINTERHOLZ
20611	NANDARA CAMARGO DE AMORIM

20770	RENATA DE LIMA HENRIQUES
24871	RITA DE CASSIA DA LUZ
24475	ROSANE DA COSTA FARIAS
23510	SAMARA AMARAL CAMARGO
24709	SOLANGE APARECIDA CAETANO
21342	SONIA LIMA DA SILVA
24453	SUELEN SIONI FERREIRA
21319	TALITA MANUELA PITZ HORTS
20282	TATEANA TEREZINHA JACINTO LACAVA
23943	VIVIANE DA SILVA RENU
20896	VIVIANE SCHAEFER

EDUCADOR SOCIAL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
24981	ANDREA FERREIRA
23654	CATARINE ALVES COTTA
21184	DENIS PORTELA PEREIRA
20895	EDUARDO MAURO VICENTE
21608	FABIANA DE OLIVEIRA ARRUDA
22816	GABRIEL ANTONIO RABEL JUNIOR
24123	GEANE DE OLIVEIRA
23704	GRACE KELLY CALDAS DA SILVA
24708	ITHATIANE DA SILVA ANTUNES DE OLIVEIRA
22512	SÔNIA MARIA LABES

ENFERMEIRO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22850	ALEXANDRA DA ROCHA
20825	ALINE GIURIATTI DE OLIVEIRA
21626	ALINE LOURENÇO RODRIGUES FIGUEIRÓ
21164	ALMERINDO ROGELIO DA COSTA
23722	ANA PAULA LOPES BARCELLOS
20137	ANNA KAROLINE FOSSA
24661	ANNELIZE SABEL
20547	ARIADINE TELLES DE ANDRADE
21436	BEATRIZ TERESA DE CRISTO
21387	BRUNA DE ARAGAO SOUTELLO
19753	CAMILA DA COSTA
21632	CECILIA SANCHEZ
22836	CINTIA SILVEIRA REINER
20753	CLAUDETE JANETE BREIER
24662	CLEBESON MIGUEL NARCISO LUSTOSA
21233	CRISTIANE DOS SANTOS LIMA
22626	CRISTIANO JOSE FLORIANO
22995	DAIANE DEISE PEREIRA MASSAROLI
22870	DANIELA CRISTIANE DOS SANTOS
23466	DAYANE DA ROCHA
22283	DEBORA SILVEIRA
22393	EDINA PAULA DA SILVA
24812	ELIANE KACHUSKI
21380	ELISETE BARBOSA DE SOUZA
21758	ELIZABETH MARIA DOS SANTOS CORREA
24699	ELIZABETH NETO DA SILVA OLIVEIRA

22576	ELIZABETH RIBEIRO WICHROSKI
22489	ELLEN CRISTINA CORDOVA
24438	ERLINDA GONÇALVES DOS SANTOS
23641	FABIANA MAFRA
19974	FERNANDA ARAGONA DA COSTA
23492	FLAVIA APARECIDA DA SILVA
19929	FLAVIA CAROLINE BENTO
23095	FLÁVIA MERKLE
22182	FRANCINE RAFAELA KUHNEN
22305	FRANCINE ZORZO
20361	FRANCISCO JOSE DE ALMEIDA
22788	GIOVANA PILETTI FRACALOSSO
22306	GISELE CÔRDOVA NUNES
20834	GISELI KRAEMER
20039	GIZELE PEREIRA
22121	GRACIELA MACHADO
24361	GRAZIELE DOS SANTOS SAVAGET PAIVA LOPES
22148	GRAZIELLI STAMATO DOS SANTOS
22162	IEDA MARIA SCHUMANN
23110	IRIA RAMOS OLIVEIRA
21854	IVONETE LOURENÇO MARTINS(*PNE)
21552	JANAINA RAIMONDI LEANDRO
19928	JANE PEREIRA FERREIRA
20259	JESSICA MARIAH PEREIRA DOS SANTOS
23182	JUCIARA MENDES MADUREIRA
21075	JULIETA CRISTINA FERNANDES SCHMIDT
22735	LARYSSA SCHULTZ DOS PASSOS
21760	LÍGIA SOARES
23845	LILIAN ELIZABETH MARTINS
20761	LILIAN GRAZIELLY CHIMENTÃO
21908	LILIAN MARA AMORIM
20637	LILIANE ZÔRZO
24992	LUCIANA ARANTES REZENDE
20234	LUCIANE APARECIDA HERHARDT
22984	LUCIANO CLEBER FURLAN
20517	MAICON FLORES JAQUES
19757	MARIA DE LOURDES VICCARI
22971	MARIA ELVIRA DE OLIVEIRA PETERSEN
24692	MARIA ZILAR SCARMAGNANI
22854	MARIELI UHMANN SCHNEIDER
20314	MONICA HELEN BARACY GAUTO
22373	NELSON BRANDT
24187	PAULO NADER
20755	PRISCILA BARBOSA RIGAUD NEVES
21024	RAQUEL DO ROCIO DE ALMEIDA
24326	RAQUEL GRACIANI
21698	ROBERTA ALEXANDRE
20992	ROBERTO HENRIQUE MAIA
21364	ROSELI MUNIZ SILVEIRA MOUSQUER
22918	ROSELI RIBEIRO PIRES
24584	ROSEMARY APARECIDA DE SENA CANDIDO
20681	SANDRA RODRIGUES
21745	SANDRA TEREZINHA VIZZOTTO

22840	SCHIMENA HELENA SANTIN
24319	SHEILA G DA ROCHA
22375	SILVANA BRANDT
22791	SIMONE CAPITANIO BONZANINI
22645	SORAIA DIAS ALVES PERSUHN
24018	TAJANA BACK BIDINOTTO
22399	TAMIRIS OLIVEIRA RAMALHO
22875	TATIANA RICARDO
22030	THAIS KRISSA SILVESTRI
20805	THAIS WEBER GONÇALVES
23060	THALITA WALLY NICOLAI
21757	VANDA EIKO KOGUTI VIANA
20623	VANESSA VICENTE DO NASCIMENTO
22711	WALTER LUIZ VARGAS JUNIOR
21021	ZIBEILDE FERREIRA BORGES

ENGENHEIRO CIVIL

INSCRIÇÃO CANDIDATO

21852	ABEL DOS SANTOS
21410	CAMILA PEREIRA DE MELLO
21838	CARLOS EDUARDO BRESSAN BOLSON
23719	CARLOS EDUARDO DA SILVA MOREIRA
21055	DANIEL NEDOCHEKTO
22387	DANIEL PETRY PORRES
24037	DIJANARO MACELAY
21926	DOUGLAS ROCHA PACHECO
20499	DOUGLAS ZORRER
20907	EDIMARA TAMBANI
24873	EDUARDO BOEING
24843	FÁBIO RODRIGO ESTEVES
21825	FERNANDA CALZA DA COSTA
22905	FERNANDO DINIZ POLEZA
20529	FERNANDO ROCHA PEIXER
24377	FRANCISCO JOSE TEIXEIRA COELHO LADAGA
24399	FRANKY BRUNO WITZKE
19859	GISELE BREHMER KLOTZ
22020	GUSTAVO HENRIQUE ARAÚJO DOS SANTOS
20957	ISAC FELICIO VIEIRA
23346	JAIME TEIXEIRA
22585	JANDIR LUIS VEIT
21818	JONATHAN SILVA SANTOS
21007	JOSÉ ADRIANO CARDOSO MALKO
23190	JUAREZ MARQUES PEREIRA
24312	JULIANA COLZANI GRASSMANN
20700	LAIS LEDRA
21805	LORENA CAMARGO ZONATTO
24268	LOSANGELA CIPRIANI
21910	LUCIANA BOING
23310	MARCELO VINICIUS DA SILVA
20651	MARCIA MARIA BOTTEON RODRIGUES
21059	MARCUS KENDI AKAGUI
21210	MILENA DO VALE SILVA
23397	NIRVANA RENATE HOFFMANN BONGIOLO

23001	PABLO RUAN BORK
21040	PRISCILA KREMER
23866	RAFAEL CELANI CHACON
20777	RAFAEL REIS
24407	RAFAEL RODRIGUES TOKAREWICZ
21139	RAFAEL SLOMP
22873	RANIERI ESCRIBANO DINO
24846	RAPHAELA STAACK MICHEL
21260	RICARDO FRANCISCO DAS NEVES
24753	RODRIGO DEMARCHI
24688	RUBENS MANOEL SIMAS NETO
22602	SABRINA VENTURELLI
23177	SANDRA FRANCISCO MACHADO
22154	THIAGO GUIMARÃES SAKATA
23995	THIAGO QUATRIN TOSETTO
22631	TONI ROBERTO DE SOUZA FILHO
20998	UILSON RIES
19960	ZAIRA DANIELLE FERREIRA DE ALBUQUERQUE

FARMACÊUTICO

INSCRIÇÃO CANDIDATO

22435	AÍLLIME FERREIRA DA ROCHA
20350	ALESSANDRA MARIA PROVESI
20000	ALINE SANTOS
22102	ANA CAROLINA MOREIRA
20745	BEATRIZ TERESINHA SASSE
22265	CAMILA REGINA DE SOUZA MADEIRA
22959	CASSIANA DA SILVA SAMPAIO
20888	DAISY HELOÁ PEREIRA DE GÓIS
24152	DANIELLE FONTANA PEREIRA
20486	DÉBORA CHRYSTINE ANTON
21355	ECLEZIO FRANKENBERGER
19858	EDSON PACHER
22758	FABIANA CRISTINA GELLER
22190	FABIANE LUNARDI
19882	FRANCIELI CRISTINA GARCIA
24879	FRANCISCO EDUARDO MONTEIRO COUSSEAU
21191	GABRIELA GIESEL GARCIA
21886	GABRIELA VANESSA BERWIG
21802	GILBERTO PIOLA
21321	GORETE YNAQUIEVI TOMAZ DE REZENDE
23861	GUIVEN DOBIS BERNARDE
21360	JOSIANE SCHMITT EURIQUES
22757	KAREN BERNARDI MARODIN
22940	KARINA BENK AZEVEDO
22406	KEICYANE NUNES DE OLIVEIRA
24975	KELLY CRISTINY SCHIESTL
23065	KENIA GREICE DOS SANTOS
21000	LAIS PRICILA MEDEIROS
22551	LIANA WEBER
19992	LORENZO DE BONI PETROCCHI
22979	MAGALI DE LIMA BAKALARCZYK
21914	MARCIA RUBELE MAGGI

20718	MARLUCI GESSER
21779	MAURICIO LEHMKUHL SCHMIDT
23331	MELINA CARVALHO
20414	MIRELLA UNEIDA COLLODETTI
22459	PATRICIA MURANAKA
21163	RENATA DE MIRANDA
22184	RENATA POMPERMAIER
20012	SANDRA SAYURI MURANAKA
20426	SIMONE KOBE DE OLIVEIRA
23277	SIMONE TEREZINHA OTTO
20200	TATIANA REGINA DE SANTANNA DOS SANTOS
22749	VANIA APARECIDA MAREZE
22177	VIVIAN BERKENBROCH RAMOS
FISCAL DE OBRAS	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
19958	ALDO ANTONIO DE OLIVEIRA DOS SANTOS
21043	ANA PAULA RODRIGUES GONÇALVES
21235	ANGELO ANTONIO SEBASTIÃO
19824	ARÃO JOÃO DA SILVA
20073	CLAUDINEI DAROSS
23147	DOUGLAS MARCEL TIMM
20113	EDUARDO LORIVAL FRANCISCO
20197	EDVANDRO VICENTE
21077	FABIO CESAR GREITER
21999	FELINTO ANTÔNIO JACÓ FILHO
24962	GEOVANE HULLER DE OLIVEIRA
25022	GIORGEA DE SOUZA SELL
21992	GUILHERME GERMANO BARNI
24847	HARLEY GILSON DE SOUZA
24476	JAMIL JORGE ZALASIK
23191	JARDEL MANOEL PEREIRA
22168	JONNATA SIDNEY KIS
24919	JOSEJAIROHOFMANN
20804	LEANDRO ADEMIR HORNBERG
22802	LEANDRO CÂNDIDO DA SILVA
23050	LUCIANA DE CARVALHO FONSECA AMARO
22794	LUCIANA MARIA DA SILVA
24933	MARI LÚCIA BAZOTTI
22382	NELSON VICENTE DE SOUZA NETO VICENTE(*PNE)
22823	OSNILDO JOAO DOMICIANO
24765	RAFAEL ROMEU SIMAS RAMOS
20050	ROVENA ROSA
20124	SANDRA REGINA VIEIRA DA SILVEIRA
20639	SEBASTIÃO JOSÉ REIS JÚNIOR
22670	SUZANA BONADIMAN
20145	TAIANE NILSA LEITE
24444	TAÍSE SANDRA MARIA
21674	VÍCTOR HUGO MULLER
21224	ZULMIR UMBELINO LESSA JÚNIOR
FISCAL DO PROCON	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
20316	AMANDA ELISANGELA PROVESI DE AGUIAR

19854	ANA MARIA CAROLINA PEREIRA
21894	DEBORA CILENE RICARDO
24894	FRANCISCA VALERIA SILVA
20125	HUGO VICENTE TOMAZI FONTANA
21912	LUIZ FELIPE HENNING WUST
22657	NILTON DJHONE SOARES
24898	SILVIO RICARDO DA ROCHA DIAS
FISIOTERAPEUTA	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
23810	ADRIANO ZANARDI DA SILVA
25017	ALAÍNE LÚCIA DA SILVA
20580	ALESSANDRA PETTENGILL
20925	ALEX KINDLER ABILINO
24255	ALEXANDRE CUSTÓDIO TAVARES
21288	ALEXANDRE KRETZER E CASTRO DE AZEVEDO
22163	ALINE FAGUNDES BONFIM
20170	ALINE GRANDI DA SILVA
25010	ALINE MICHELLE BUSATTO OSSANES
21154	ALINI CRISTINE LEMOS FORMENTO
21082	ANA KELLIN STACH
21964	BÁRBARA LETICIA NITSCHÉ
22418	BRUNA PIOVESAN DE SOUZA
22195	CAMILA MABEL SGANZERLA
24024	CARINA JURASZK
21785	CAROLINE FERREIRA DE MELO
22620	CAROLINE MERKLE FERREIRA
22099	CASSIO NORONHA MARTINS
20524	CLAUDIA KARINE STECKLING
23308	CRISTIANO COELHO DE SOUZA
22672	CRISTINE MATOS BENEDET
21924	DAIANE FARAH DO NASCIMENTO
20850	DANIELLE DOS SANTOS GARCIA BREVE
20011	DÉBORA CRISTIANE WIRTTI
20862	EDSON KLUCK
23101	ELAINE CRISTINA DA COSTA
19792	FABIANA SHIRLEY DA SILVA KOCHÉ
24734	FABÍOLA HIRT BITENCOURT
21393	FERNANDA GOBIRA GONÇALVES FERREIRA GRATEROL
20734	FERNANDA LAIS CARDOSO
21773	FERNANDA VOLTAN DE CARVALHO
20749	FLÁVIA LETICIA DOS SANTOS
20431	GISELE MARION BLEMER
22573	INGO GILMAR KRELLING
22797	ISABELLA GARCIA FERRAZ
20096	JAQUELINE LUIZA MANSKE
20525	JINANA SAIS
24802	JULIA GARZIM FARIA
21815	JULIANA GAZANIGA
19768	KARLOS EDUARDO DUARTE
23202	KARYN BRANDALISE SANTOS ANDRÉ
21403	KÁTIA REGINA STRUTZ
21794	KAUANA JANAINA PEREIRA

20228	LAIS MORGANA RAPSAN BARBOSA
21330	LIDIANE VELOSO TEIXEIRA DE SOUZA
22354	LISIANE DE FÁTIMA PAZETO
24830	LISIANE PEGORARO FRANZOI
22549	LUCIANO OSTERKAMP DE OLIVEIRA
20951	MARCIA REGINA IRBER KERTSCHER
21086	MARCOS VINICIOS MARCELINO ROCHA
21904	MARIA ROZANE DOS PASSOS
23487	MARIANA ROSSETTO
21724	MATEUS ALEXANDRE SOUTO SANTOS CAMARGO
21506	MAYCKON DA SILVA PEREIRA
21459	MAYSA ALCANTARA DE MORAES
19917	PAOLLA GASPARELO OLIVEIRA
21504	PEDRO CARVALHO LEME
22857	PRISCILA JORGE NUNES
19979	RENATA RAQUEL DE SOUZA FRANCO
23157	ROBSON RODRIGO DIAS
21354	RUDIMAR SODRÉ ALVES
22897	RULIANE DA SILVA TRENTA
21006	SILVIANE DE CAMARGO SLEMBARSKI
22755	SUELLEN ROBBARD CARVALHO
22871	SUZAN APARECIDA NEGRI
22586	TATIANE COELHO CORRÊA
25024	VANESSA HELENA RODRIGUES TAVARES
20674	VILMA DE FÁTIMA MEIRELES
22933	WILSON KAORU SUGUIMATSU
FONOAUDIÓLOGO	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
20201	ALINE TOAZZA CANOVA
22700	ANA CLARISSE WASCHBURGER
20380	ANA PAULA DUARTE
21935	ANDREZA GERALDO
21571	ANDRIELLE DE BITENCOURT PACHECO RUBIM
22052	ANGELA LIMA LANZIANI
20104	BIANCA NUNES DE PIERI
20140	CAMILA POFFO
22636	DANIELA CASSIANA PEREIRA
19770	DAYANI FLORES
22771	DIEGO FERNANDO DORNELES BILHERI
21663	ELIZANA DA SILVA
22555	FABIANA KRAMER RODRIGUES
20129	FABIOLA ALESSANDRA QUISSINI
19941	FRANCIELLE CHIQUETTI
22767	GABRIELE RODRIGUES BASTILHA
20757	GESLIM PATRYZ BRYKCYNSKI
19955	GIOVANA CECÍLIA CORDEIRO
23625	GISELE PIZARRO
21132	GISLEINE CRISTINA GIL
23525	ILYUSKA CIDRAL DE OLIVEIRA
20261	JANAINA QUINTINO
23112	LIGIA PATRON WITWYTZYJ
19833	MARILENE PELZ WOHLKE

21704	MAYARA CRISTINA DA CONCEIÇÃO
21476	MUNIQUE SOUZA JARCES
22364	URSULA MIDORI AKIYOSHI
MÉDICO CLÍNICO GERAL	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
19839	BRUNA MARCOLLA
21549	CHRISTIAN DE MELLO FERREIRA
20920	DANIEL FELIPE SOUZA FANTINI
22469	DIOGO WENCZENOVICZ
22298	FABIANA FERREIRA
22104	FAGNER JORGE MICHELATTO NATT
20726	FERNANDA RAMOS PORTELLI MAGALHAES
23040	GERALDO GALINDO FILHO
22314	HELCIUS JOSÉ CAMPEÃO VALE
24389	JOSÉ RUBENS GONÇALVES JÚNIOR
22952	LUIS CESAR POLA LIMA
24774	LUIZ HENRIQUE CORRÊA PALMA
22348	MARIA LUIZA BOM AMI BARROS
24619	NIVALDO DE SOUSA RAMOS
22333	PATRÍCIA DE PAULA SANTIAGO SHIMABUKU
21599	PRISCILA DA SILVA DAFLON
21383	PRISCILA GRAZIELE PETRI
20826	RAFAEL ROBERTO CARDOSO
23041	ROSANGELA BOGO GALINDO
24918	VINICIUS PICKLER AMARAL
MÉDICO VETERINÁRIO	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22998	ADRIANE STEUERNAGEL
24163	ALDO LUÍS ULBRICH
24711	AMANDA MAISA SILVA
22205	ANA CLÁUDIA KONOPKA PETERS
23830	ANA PAULA KRZESISNKY DA SILVA FLENIK
24936	ANDREIA RODRIGUES LEMES
22800	ANDRESSA BONATTO FERREIRA
21276	ANNA JULIA GIRARDI
20685	ANTONIO ROMAN VANZ
24795	BRUNA HELENA KIPPER
21727	CAMILA MUNIZ NODARI
20416	CAMILA ULLER DE BRITTO
22855	CASSIO PETTERS ZIEMANN
23840	CERES MUNSLINGER WANDERLEY
24446	CLARA ALITA CORONA PONCZEK
22189	CRISTIANE DE FRANÇA THIELE
21395	CRISTINE HEBERLE
23731	CRISTOVAO CAMARA PEREIRA
22928	DANIEL MANDRYK MELLEK
22913	DIOGO DE PAULA DUARTE
24747	EDINALVA NOGUEIRA DE SOUZA
20454	EDUARDO RATIER DA SILVA
22543	ELAINE WOTMEYER
24916	ELOISA KARLA SERAFIM

20119	ÉVERTON LEONARDO FUNCK
22565	FELIPE SAVI
22745	FERNANDA PAVONI
24957	FERNANDO STAUDE KLOSTER
21469	GREICE DE MATTOS FRANZON
21790	HANNAH LIA ETTIENE PERUCH LEMOS DOS SANTOS
22456	HELAINÉ CRISTINA PIRES DOS SANTOS
22906	HENRIQUE CHAVES CABRAL
25018	HENRIQUE LARSEN BRUNOW VENTURA
21178	HILTON LUIZ OURIQUES
21901	ISABELA MUNHOZ MENDES
20689	ISADORA RIBEIRO KANDER
24401	JAIRO ORTIZ COSTA
22484	JAQUELINE SCHMITZ
23064	JEAN CARLO SCORTEGAGNA VICARI
24631	JOÃO VITOR DE CAMPOS ROEDER
22502	JOSÉ ROBERTO GIMENES SONA
23210	JOYCE KELLY KLEUSER PEREIRA
22692	JUCELI MASTÉY
23226	JULIANA PETRONILHA DA SILVA
22244	KARLAN PIAZERA ZIMDARS
24431	KATHARINE PETRY
22967	LARISSA CAROLINE DANCHURA
22187	LEOCLECIO FURLAN
22398	LIGENE FERNANDES DE OLIVEIRA
24917	LORENA LISBOA KONZGEN
20693	LUANA BRAGA DE MAFRA
20632	LUIZA JUSTEN NAUMANN
24857	MARCOS FELIPE WAGNER RAUTH
22822	MARIA APARECIDA BUDAL ARINS FACHINI
20522	MARIA FERNANDA PASSOS DE ALMEIDA
24486	MARIELI BRIXNER
20602	MARINÊS LUSTOSA KRAWCZYK
22748	MELODY ERINGIS DE QUEIROZ
23865	MICHELLE MIRANDA DE SOUZA MULLER
22171	NATHÁLIA ANDERSON CALOMENO
21491	PALOMA BITTAR DE SOUZA
24397	PAULA ELOIZE GOMES DA CRUZ
24260	PAULA GRAZIELA DE SA
20987	PAULA LICHTENBERG
23751	RAFAEL SACHET RODRIGUES
24710	ROBERTA DE MAIO
22021	RODRIGO CAPITANIO GOLDONI
21738	ROSSANA SILVA NÓBREGA
22179	RUDIARD NARDELLI
22643	SILVIA ADRIANA MAYER LENTZ
22759	STEPHANNY ERINGIS DE QUEIROZ
20022	SUELEN MONICK DOS SANTOS
22987	TALITA ALMEIDA GREGÓRIO
21325	TATIANA SHIGUEOKA
22014	THAIS VAZ BRITO DA LUZ
22495	TIAGO PROCOPIO MACHADO
21388	YASMIN MARCHIONI TORRES

MOTORISTA CATEGORIA B	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
24997	ADEMIR DA SILVA VERIA
22240	ADRIANO GAIO
24988	ALEX SANDRO RIBEIRO
20553	AMARILDO VICENTE ZORRER
24206	ANDRE LUIZ ARAUJO
24922	ANGELO GUSTAVO DUARTE SILVA
21039	AROLD ANASTÁCIO ALVES JUNIOR
23693	CELIO VIEIRA DE ALMEIDA
21961	DANIELLY VICENTE PORTO
24465	DANIVAL GIOVANE DOS SANTOS
23078	DENIS DE OLIVEIRA
19902	EDENILSON ROGERIO SOARES
22218	EDILESIO ANTONIO CORDEIRO
23459	EMERSON PODOLIAN QUADROS
23771	ERIKLES DOS SANTOS GOMES
23954	EVANDRO CESAR PERES DA SILVA
21431	FABIANO MARCIO VITORINO PAZ DE LIMA
21277	FABIO JUNIOR VICENTE
23455	FLAVIO LUIS DE CASTRO CORREA
21322	FRANKLIN ROOSEVELT ANDRADE AMARAL
20617	GERALDO BARBOSA DA SILVA NETO
21113	GUILHERME GOMES AZZOLINI
23931	HELLISON THOMAS HESS
23639	JAIRO IOLANDO VIEIRA
22229	JEAN CARLOS COELHO
23986	JOÃO FELIPE DA LUZ CASTRO
24029	JONATAN AIRES DA SILVA
22663	JORDY MENDONÇA DE OLIVEIRA
24866	LUCAS GEOVANI DE LIMA
22536	LUCIANE HIRSCH
23565	LUIS CARLOS RODRIGUES VARELA
22892	MANUEL OSCAR BIAGI JUNIOR
23476	MECIAS NATANAEL DA CUNHA
22193	NIDIO LUIZ SIMAS
22642	ORIBERT FORSTER
21503	PATROCINIO TEIXEIRA
22170	RAFAEL CRISTIANO RAHN
21346	RAFAEL DE FRANCISCO
21766	RAFAEL PSCHIEDT
23484	RAMON GABRIEL DE MORAIS
22343	RODRIGO DE ARAÚJO MORAES
20597	STÉFANES TORMENA AGOSTINHO PEITER
21933	THADEU ADRIANO BRANCO
22985	VALDECIR SIMOES DE LIMA
21746	VILMAR JOSÉ BUSS
21220	WILLIAN RAFAEL DE LIMA
MOTORISTA CATEGORIA C	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
19744	ADÃO SERGIO SCHMITZ

19991	CARLOS EDUARDO LEARDINI
22637	DANIEL KUAKOSKI DA SILVA
23534	JAIR CABRAL
24274	LUIZ CARLOS DOS SANTOS
22844	NELTO OSVALDO GOEDERT
22887	ODAIR LOURIVAL DE SOUZA
22782	PAULO ANTONIO DOS SANTOS
21709	PEDRO SALVADOR
22158	VALDEMAR FRITZKE
MOTORISTA CATEGORIA D	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22889	ADALBERTO MULARI
22015	ADEMIR ALBINO
20999	ADRIANO RIGOTTI BIESECHE
24365	ADRIANO SANT A NNA FERNANDES
22462	ALESSANDRO CONSTANCE VIEIRA
24728	ALESSANDRO JANKOVSKI
20848	ALEXANDRO THOMAZ CARVALHO
22677	ANTONIO CESAR NUNES
20071	CARLOS CEZAR MATIAS DE LIMA
21207	CARLOS EDVALDO SANTOS KEHL
21218	CARLOS GIOVANI RODRIGUES FRANÇA
21111	CHARLES DANIEL DE SOUZA
20595	CLAIRTON ALVES BUSS
22400	CLAYTON DE LIMA
24636	CLEBERSON DAMY BEZERRA
21595	DAMIAO DUTRA FILHO
21437	DAMIÃO FERNANDES BEZERRA
24456	DANIEL CICERO GALKOWSKI
21001	DANIEL VIEIRA
20799	DICK OLIVER GIERKI
21597	EDINEI CESAR PEREIRA
21783	EDSON ROBERTO MARGARIDA
21809	FABIO CRISTIANO PEREIRA WITCZAK
22969	FABRICIO HELENO KNAUL
21725	FERNANDO JOSÉ CASTANHA
22937	GERSON FRANCEZ
20464	GIZELI DE SOUZA
22942	HUBERT WALTER ENGELS
20218	HUDSON NEY RITA
24955	JAIME MILANI
22817	JEFERSON FERREIRA
23395	JHEFFERSON CARLOS COSTA DE AZEVEDO
20355	JOAO ANTONIO SANTANA
21048	JOAO CARLOS ROSSAROLLA
20614	JOÃO CESAR VIEIRA
22926	JOAO PAULO RODRIGUES
22976	JOSE DE OLIVEIRA
22151	JOSÉ GESSER JUNIOR
22831	JOSE MARIA DE LAVOR
19724	JULIANO OBERZINER
23117	JULIO CESAR SIMON JUNIOR

24929	JUSIMAR AMILTON SEBOLD
20604	LÉO RAMOS DA SILVA
21866	MAICO RENATO ISABEL
20375	MARCELO RAVACHE ABREU LIMA
20902	MARCIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS
24671	MARCOS GIOVANI SANTANA
22208	MARCOS JOÃO DOS NAVEGANTES
22508	MARCOS ROBERTO CORREA
23096	MARIO CESAR GONÇALVES
21068	MAYCO HERIKE GOMES
22676	NILANDO DE ASSUNÇÃO MIRANDA
19835	ORION SAMTOS DA SILVA
20471	OSCAR ANDRE FILHO
21538	PEDRO JOSE SEVERINO
24827	PEDRO LEITE DA ROCHA NETO
23977	ROBERT JANCE GOEDERT
22214	ROBINSON FABIANO VAZ
24047	ROBSON RODRIGO RBEIRO
22247	RODRIGO MELLIES PEREIRA
22096	SERGIO LUIZ DOS PASSOS
21337	SIDINEI JOÃO VIEIRA
21843	SILVAR RAMOS DE OLIVEIRA
20095	VALMOR DA SILVA PORTO
NUTRICIONISTA	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
23305	ADRIANA APARECIDA DE ANDRADE
23217	ALESSANDRA MONESTEL
22296	ALESSANDRA PINTO PINHEIRO LIMA
20067	ALINE CECILIA CUSTODIO KLOCK
20669	ANA LUISA PEREIRA MICHEREFF
21440	ANA PAULA SILVA RIO BRANCO
21016	ANA PAULA SOARES
20284	ANDRÉIA BUZIN DE CASTILHOS
22518	ANDRESSA LORENZONI FRIZZO
19847	ANGÉLICA FRIZON KRINDGES
23451	BÁRBARA EMILIA VÁZQUEZ
22486	BÍANCA ROBERTA DALFOVO
24315	BRUNA BELLANDA
21524	BRUNA FAFARÃO
21242	BRUNA MORAES
22261	BRUNA SCHMITZ
20278	BRUNA TAUFENBACH
23144	CAMILA BIANCHI
20913	CAMILE CECCONI CECHINEL
22961	CAMILLE SILVA RODRIGUES DE OLIVEIRA
20830	CARINE BAUMGARTEL
21407	CARLA ANDREA RAMOS CAMPOS
20509	CARLA GONÇALVES
22671	CARLA LUISA MATIOLA MOSER
22039	CARLA SCHAUFFERT
22615	CAROLINA DA COSTA
20578	CINTIA A K FELSKY

22478	CINTIA JOSEANE MORETTI
21523	CLEMIR DE FÁTIMA CRUZ DOS SANTOS
20909	DAIANE METTE SCHNEIDER
21871	DANIELA LUIZA RICHLIN
22982	EDILCE CRISTIANE BRAUN FREITAS
22581	EDILEUZA ALVES LIMA DOS SANTOS
24787	EISANGELE ACCORDI
22308	ELIELMA CRISTIANE XAVIER COLLA
24875	FABIANA SANTINI EINLOFT
19703	FERNANDA ABRAVANEL
23600	FERNANDA CRISTINA OZORIO DE ANDRADE
22715	FRANCIELI GEDIANE ANDRES
21928	GABRIELA RODRIGUES MACHADO
21726	HENRIQUE PERSCH RIBEIRO
19655	IANDRA MICHELI RODRIGUES
23021	JANAINA RAFAELA MABA
24649	JÉSSICA DE PAULA
22731	JÉSSICA GABRIELA POSSAMAI
22379	JÉSSICA PRISCILA PRADA
22292	KALINA TRIVELATO DE LIMA
20421	KAMILA MARIANA DUARTE
19857	KATYUSCIA GETELINA
21236	LAILA PENTEADO
20256	LARISSA LINHARES BORGES DE MACEDO
22881	MAIARA DALRI
24995	MAIARA GUTTERRES SANTANA
23972	MANUELA FIUZA LIMA LAMIM ALEXANDRE
20666	MARIANA TEODORO DOS SANTOS
20916	MARIELLE RISTOW
24084	MARISTELA MARTINHA DA SILVA NASCIMENTO
23353	MARTA ALVES DE ALBUQUERQUE GABARDO
21662	MICHELE GOLIN CASAGRANDE
24415	MICHELI VIOTO DA SILVA
24107	NELIE FATIMA DE ALMEID
24532	NÚBIA BRITO
22471	NÚBIA TAIS MOURA
20736	PATRÍCIA PAULA SALMAN
19728	PAULA MANOELA NIENKOETTER DA SILVA
23781	PRICYELLE ALEXANDRA PROCHERA
22763	PRISCILA PSCHIEDT
23425	QUELCI LIANE VALE PEDROSO
21022	RAFAELA CARMINATTI
24563	RAFAELA STEURNAGEL
23227	ROSANA BORGES DA SILVA SCHMITT
23628	SABRINA MEGUMI NASSUNO
20339	SAMILE ANDRESSA KOCHANISKI
21706	SARA OLIVEIRA SOUZA
23448	SUSANE FANTON
23887	TATIANA STELA KRUGER
22544	THAIS DE CARDOSO MERLIN
21711	TONIA INTHUNR HEUSI
21979	VANESSA KETZER LUCCA

OPERADOR DE MÁQUINAS	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
20386	ADILSON OSVALDO REIS
22001	CARLOS ADRIANO MARTINS SOARES
23791	DANILO BENTO
21345	DIOGO DE FRANCISCO
24944	GIOVANI PASQUALI
22578	GUILHERME ALAN TEODORO
22068	PAULO IVAN BORGES
21445	ROBSON BITTENCOURT
22027	ROBSON MARCONI DOS SANTOS
21104	VIVALDO MELO
OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
23216	ANDERSON FLORINDO
PEDAGOGO SOCIAL	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
24381	ADRIANE DINAÊ WEBER BRAUNINGER
21332	ALISON MAIRA DA SILVA WEISE
21047	ANA PAULA NIESPODZINSKI
20939	ANDREA SANTIAGO ENNES DE OLIVEIRA
21299	BENTA KELLER
21096	CLAUDIA MEHLER BOT
23068	CLEIDE CENIRA GADOTTI
22493	DANIELA RODRIGUES
24371	DANIELA SEZARIO GOMES SOETH
22849	DENISE ROSANGELA HARITSCH
19711	ELAINE CRISTINA DE JESUS
21119	ELIANE APARECIDA DE FARIAS TSCHOKE
22733	ELZA MARIA BERTOLDI GONÇALVES
22588	FABIO ALVES
24540	FERNANDA GOZZI
20655	FLÁVIA DE LOURDES ALVES
19867	FRANCIELI FORTES RIBEIRO
24800	GIOVANA CEMBRANEL DOS SANTOS
25040	GISELI GEORGETE BORGES
22124	IRENI RIO
22842	IVONE TEREZINHA SANTIN
22013	JÉSSICA ALBINO
23270	JULIANA JACINTO
20171	LETICIA CASSIMIRO DA SILVA CARDOSO
20941	MARIA CACILDA DE AVIZ ANDRADE
24629	MARIA ISABEL MANICA GOMES
21347	MARILYN ELIZABETH CAETANO DE FRANCISCO
21690	MERCIA REGINA HONORIO
20336	NEUSA MARISA KLIPPEL BREHM
20518	NISIA MARIA PINTO
22818	PATRICIA FREITAS DOS SANTOS
20698	ROBERTO WINTERS STEIL
24303	ROSANA ANTONIA DA SILVA
20699	ROSANGELA ADIACI STEIL

21946	RUTE INEZ BRAGA DA SILVA
22835	SHIRLEY REGEANE SZPUNAR OTTO
20315	SOELI APARECIDA RAMALHO ALVES
22017	VANJA REBELLO DOS SANTOS DE SOUZA
20308	VANUSA DA COSTA DEMARCHI
21384	WANDERLEIA DA SILVA ALVES
PEDREIRO	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22651	CELIO BERNARDINO
21619	FABIANO DE SOUSA
23574	GERALDO SALUSTIANO DE MELO
PROFESSOR DE TECNOLOGIA (INFORMÁTICA)	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22515	ADILSON RIBEIRO DE BRITO
22848	ADRIANO FALEIRO PAIANI
21560	BRUNA FUCHS DOS REIS
21816	CASSIANO KUMMER
20823	CESAR GROSSL
22770	CLAUDIONEY EGGERT
22490	CLEITON CLOVIS DOS SANTOS
24609	DANIEL CARVALHO LAVERDE
23788	DOUGLAS HAMES
22812	ELTON JOÃO BORGES DE ANDRADE CASARA
22680	FELIPE CARLOS CORREA
24816	GILBERTO DELLANDRÉA JÚNIOR
21829	GILMAR CENDES SARAGOSA
24704	INGRID NATALIE COLMAN BERTOL
22583	IZAIAS BATISTA DOS SANTOS
21349	JEANDREI WALTER
22035	JOÃO PAULO SILVESTRI
24796	JULIO RESNIZEK PARADA DOS SANTOS
23243	LARISSA DE CARVALHO
22915	LETÍCIA SIMIONI COUTO
24594	LIMCOLN UBIRATAN SILVA GOLDONI
21776	LUCIANO MARCON DE CARVALHO
20954	LUCINEI LUCELIO MATEUS
21587	MARCOS BERTEMES
22623	MARCOS HEINZEN LEANDRO
25029	NATÃ JEZIEL MACHADO PIVA
22353	OZIRIS DORVALINO DA SILVA JUNIOR
21781	RABINSON GRINGS
22524	RENATO DO NASCIMENTO LARA
22355	RENATO GONZAGA
24705	RICARDO ANDRE FEYH
22552	RODRIGO GONCALVES DOS SANTOS
21847	SERGIO MARQUES LONGHI
21774	SIDIMAR ZANOTELLI
24392	SOLIMAR ALBREHET LOPES
24200	THIAGO DAVID PRUS
20705	VALMIR BENEDET JUNIOR
21942	WILLIAN ANSELMO DA SILVA

PROFESSOR NÃO TITULADO - ARTES MANUAIS	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22466	FERNANDA FREIRE DA SILVA SOARES
24849	ADRIANA MARCULINA LAURENÇO
21281	EMILIA MARIA DUARTE
19852	IVONETE CARDOSO DA SILVA
24829	PATRICIA BONFIM
24641	RAQUEL CLARICE SCHOENAU DOS SANTOS
21996	SANDRA RODRIGUES PINTO PIERRY
21205	SILMARA APARECIDA VENANCIO
21287	TANIA MARIA FURTADO DE SOUZA
23685	VANDA MARIA DA SILVA
PROFESSOR NÃO TITULADO - CORTE E COSTURA	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22624	JOSÉTE TERESINHA VIEIRA KIS
23212	MARIA BERNARDETE TAVARES
22108	MARIA SUELI BATISTA
20165	NADIR MONTIBELLER
22644	REGINA DE CASSIA LORENÇO
19745	SANDRA REGINA DOS SANTOS
22790	SORAIA SOARES DA SILVA
PROFESSOR NÃO TITULADO - CULINÁRIA	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22963	BIANCA TOMELIN
20829	CLARISI LEANE BAUMGARTEL
20690	LELIANE BRINING MENDONÇA
24506	SANDRA CATARINA INÁCIO
PROFESSOR NÃO TITULADO - PINTURA EM TECIDO	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
24956	CRISTINA SEIFARTH
24770	JULIANE BOKERMANN FAUSTO
24092	MARIA GORETE FEITOSA RODRIGUES
22943	MARIA NEUCIOLI BORBA MEDEIROS
22295	MARTINA SCHMIDT HOLZINGER
21443	TRINIDADE PICOLLI
24751	VIVIANE COSTA MOURA
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM CREF	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
23373	ALBERTO DE MORAES
20195	ALBINA ROSA CABRAL
20675	ALEXSANDRO DE NOVAIS
22962	ANDERSON TOBIAS ESPINDOLA
24351	ANDREA MENDONÇA SILVA
21162	CAMILA GREGORIO
22012	CAMILA HUNCKEL SCHIOCHET
20722	CARLOS ALBERTO BARNI
20407	CELSO HOLOWKA FILHO
24888	DANIELA REGINA DE SOUZA ZOTTIS
21255	DANIELA RIVELLES

24805	EDUARDO LOPES MACIEL
21647	FABIANO BASILEO GONCALVES
24538	FELIPE EDUARDO FLENIK
23410	HENDEL LIMA DE OLIVEIRA
23553	INALVA LILIAN ANDRADE
24055	IURI JOSE DO NASCIMENTO
24652	JAQUELINE STIEGLER
24906	JAYSON LUIS OLIVEIRA LUCKMANN
23475	JENI MARIA PARUCKER ROTHER
19773	JULIANA JOMES
20506	JULIO CESAR KRUCOSKI ANTUNES
22410	KARAINI DE ALMEIDA LEITE BELATTO
20496	LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS
22872	LEONARDO BERTONI CORRÊA PONTALTI
20539	MARCELO DE BORBA PAULO
20664	MARLLON RAFAEL GLIXINSKI
24640	MAX DANILO BORGES CAVILHA
24706	MICKEL AMORIM DE REZENDE
24247	PATRICIA BALDECERA XISTO
22856	PATRICIA OZELAME LUCERO
20683	PAULO ROBERTO REGIS JUNIOR
20582	RONALDO IDALGO
24332	THAIRAN SILVA DE CARVALHO
24598	TIAGO ANDRE STEPHAN
22703	WAGNER WALMOR CORDEIRO

PSICÓLOGO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22736	ADRIANA ANTUNES DA SILVA
22422	ALEXANDRA INVITTI DA SILVA
21088	ALEXANDRE DONISETTE ALEIXO
21744	ALINE CRISTINA FERRACIOLI
23034	ALINE FAGUNDES SILVA
22965	ANA CLARA MANHÃES MENDES
24561	ANA LÚCIA KULA DOLZAN
21018	ANA PAULA RIBEIRO STIEBLER
22472	ANGELITA ALVES DA SILVA
22930	CARLOS CÉSAR PETRUY
20930	CAROLINE MARIA FIORINI MISSEN
22500	CATIANE DE OLIVEIRA
21065	CÍNTIA JORDANA MENEHINI
23247	CLEONICE FÁTIMA BROL
23404	DANIELA GUADAGNIN DE MELLO
24850	DANIELLE DA COSTA SOUTO
24954	DORVAL PONCIO DE MIRA
21518	EDNA MARIA DA SILVA VIEIRA
24947	ELAINE CRISTINA DA CRUZ
22792	ELEANE ZAGO
19816	ELZA CERQUEIRA SANTOS
22704	FABIANA CAROLINA BECKERT
19777	FERNANDA ELISA AYMORÉ LADAGA
20207	FLAVIA LUIZA DOS SANTOS
19775	FRANCIANI MOSER

22863	GLÓRIA LÚCIA DE PAULA
21771	GRAZIELLE ROCHA FRANÇA
21988	ISADORA SLOMSKY APPEL
21678	JÉSSICA GRACHTEN FRAGA
22356	JOSEANE TOSO NYMANN
21906	JULIANA NASCIMENTO DE LIMA
23593	LARISSA CABRAL CRESPI REIS
25046	LISIANE CUNHA
23809	LUIZ FILIPI MARQUES
24887	MAÍRA CLARA RODRIGUES
24942	MANOELA ZIEGLER HUBER
24283	MARCELA DE OLIVEIRA SILVA
21477	MÁRCIA CRISTINA PRADELLA GOMES VARGAS
22173	MARCIA TRENTINI
24118	MARIA CLOTILDE ANDREOTTI ZINGALI
22885	MARIA ROBERTA DOURADO MOUTINHO
19758	MARLON AUGUSTO LAZZAROTTI
20053	MELINA ZILLI
20274	MICHELE MENON
22346	MONICA SOARES BASCHTA
23052	NARJARA DOS SANTOS
21721	NEUSA MARIA VASEL
24194	PAMILLA REGINA BITTENCOURT
24590	PAOLA COLLEONE COSTA
22891	PATRÍCIA PINTO WICKBOLDT
21734	PATRICIA TEIXEIRA
24974	PRISCILA GREIN PLACIDO
19779	PRISCILA MARISTELA TEODORO
20742	RIQUELE JANTSCH GESSNER
23039	ROBERTO LEON REICH NETO
23589	ROSIMAR MARQUES HOFFMANN
22900	SANDRA DE ALMEIDA COELHO
22467	SHEYLA LUIZ DA COSTA
23782	TACIANA CORRÊA
24228	TATIANE INÊS MORAIS SAMPAIO
24314	TATIRRE PROCÓPIO PAZ
24603	VICTÓRIA GARCIA FREITAS

PSICÓLOGO CREAS

INSCRIÇÃO CANDIDATO

24923	ALICE MARLI MORATELLI
25003	ALINE CRISTINA DE MORAES
23988	ANDREA BUSS BERNARDES
19723	ANDREA MIKULSKI
22194	ANGÉLICA SCARTEZINI BATISTELI
20118	ANNE VOSS
22571	BÁRBARA PATRÍCIA SCHNEIDER
20891	CACINELLE ALESSANDRA HOESKER DE ASSIS
22028	CAMILA CARVALHO POLLI
21618	CAMILA CAVALLI TREMBULAK
20388	CAMILA JACQUES FERREIRA
20642	CARINA POHLMANN HABERMANN
20609	CLAUDIA REITHE LAUBE

21298	CLAUDINÉIA BORGERT
22685	CLAUDIO DE SOUZA LIMEIRA
22307	CLÓVIS RAMOS QUEIROZ
24130	DAIANE BUSARELLO
20885	DAIANE JACINTO ULLA
22080	DIEGO RAPHAEL ROCHA PEREIRA
24892	DURVAL DE SOUZA FILHO
22060	EDINARA DA COSTA MITTMANN
22750	EDUARDA PAZ PADOIN
24026	ELIANE ELIAS
21581	FABRÍCIA JAQUELINE PEREIRA
21419	FERNANDA DO NASCIMENTO
19714	FERNANDA GRAÇA DE GASPER
20575	FLÁVIA SILVEIRA DE SOUZA PIRES
20773	GABRIELA ARAUJO
22702	GABRIELA DE LIMA
23108	GREICE GRETTER LUCHTENBERG
22956	HAMILTON BRIGNOL VAZ BARRETO
21892	IANA CARLA PINTO SANTOS
24492	IOHANA MARIA SPORR ARALDI
23605	JAQUELINE ELISA MALDANER
19661	JESIANI MARIA CALDEIRA
20459	JOÃO ROGES SILVA DA LUZ
22157	JONATHAN STOLL BARNI
21310	JOSEANE NAZARIO
23362	JOSEANI FONTANELLA
23061	JUCELAINE DA SILVA PACHECO
23344	KARLA RODRIGUES CARDOSO HAWRELIUK
22899	KAROLINE BRAUN
24586	KATIA MORGANA MACHADO
22473	KATIUSSA RAFAELA MOURA
21302	LEONICE DEFOLCHINI
22611	LIANICE SILVA TAQUES ROMERO
20566	LILIAN MAZUREK MEYER
23009	LOURDES CERDEIRA MOREIRA
24801	LUANA ANTUNES
22192	LUCAS HENRIQUE STAFFEN
23994	LÚCIA DE FATIMA FERNANDES MAYER
24461	LUCIANA SOARES
21035	LUIS CARLOS DE PONTES
23942	LUISA BARCELOS DE OLIVEIRA
24533	MARCEL DOS SANTOS
19659	MARCELA CARDOSO NEMITZ
20588	MARCELLA ALESSANDRA SPATH
24841	MARCELLA DO CARMO SANTOS
23453	MARIA ANDRADE SILVA
21420	MARISANE TERESINHA HOFFMANN
21696	MAYARA KELLERMANN DE AZAMBUJA
22718	MICHELE PIVETTA DE LARA
23456	MIRELA CAROLINA FIX
21473	MONICA SARAH SALOMON
20739	MOZÉLE SILVEIRA MEISTER
24128	NÁTALY SCHROEDER BRUNNQUELL

22242	NATHALIE CRISTINE YOSHISAKI
22721	NICOLLE ROSSANA DOS SANTOS
22433	RAFAELA NUNES BONGIOLO
21911	RAISSA FERNANDA COLARES DE NÓVOA
22167	REJEANE CRISTINA RAHN
23726	RICARDO MICHALAK
24968	ROSANGELA NOVAES BATISTA PRADA
22196	SABRINA RAMOS MAURER
20210	SAULO ROVERES KNOBLAUCH DA SILVA
24927	SUELY LEITE DE AZEVEDO
23206	TATIANE CRISTINE DA SILVA
22774	TATIANE MARIA SOARES MATOSO
22023	VANIA REGINA GOLIN
22405	WEULER SILVA ZUKOWSKI
PSICÓLOGO SOCIAL CRAS	
INSCRIÇÃO CANDIDATO	
22805	ADRIANA MARIA ALVES
21965	ALINE BAGNOLIN FARIAS
22716	ALINE RAQUEL MAIA DA SILVA
20851	ANAMÉLIA CAROLINA HUMENIUK LOPES
24760	ANDREA CARLA NUNES MAIA
22559	ANDREA MACHADO SIGOLO
22062	ANDRESSA BAHR
20756	ANDRESSA DE OLIVEIRA CESA
23249	ANGELA CRISTINA BENINCA
21313	ANGELA CRISTINA STRINGARI
22357	BARBARA ESTEFANIO DE SOUZA
24925	BRUNA LARISSA PROCHNOW
22746	BRUNA LUIZ PRATTO
21084	CAROLINA BECKERT POLLI
22847	CAROLINA LOPES FRANÇA
23017	CAROLINA TORRES CHEIS
23411	CÍNTIA FERNANDA DOS SANTOS
21869	CLARICE ROCHA BASTOS
23707	CRISTIANE DIAS DABUL
20312	CRISTIANE MOREIRA DE MORAES
21870	CRISTINA BORGERT COELHO
23555	DAIANE ANTUNES
22775	DULCE NEIDA CONTREIRAS BELLODI
21228	FABIANA ROSA DA CRUZ
24556	FERNANDA GOULART FERREIRA
21466	FRANCIANI MARIA DE SOUZA
22964	FRANCINE FINKELSTEIN
22019	GABRIEL FERNANDES CAMARGO
24579	GABRIELA PIUCO DE AMORIM
22724	GIOVANNA MARTINS LIMA BRITO
21650	GISELE ARIANE WILL
20190	GISLENE CARLA ERBS
22374	GRACE MEDEIROS GAMA SANTOS
21832	GRACIELE APARECIDA GOMES
22795	GRAZIELLE GIRARDI
19692	HELENA CRISTINA DA SILVA

22920	INÊZ HELLMANN
22722	JEANINE FARIAS FIGUEIRÓ
19903	JULIANA MIOTTO
24961	JUSSARA SPOLAOR
24976	KELLY APARECIDA FRITZEN
21326	LAURA DETONI QUEIROZ
23371	LEONIR TROSCKI
24065	LISMARI PSCHIEDT
23070	LUCIMAR ALCIDES ULLER
22329	LUIZ HENRIQUE SALLES ALMEIDA
21859	MARCELO DE ASSIS PEREIRA WOJCIKOWSKI
20317	MARIA HELENA MACEDO BOESSIO
23596	MARIANA DAL CASTEL LOPES
22429	MIRIAM TONTINI
23037	NAYARA THAÍS SCOLA
21019	OLDEMAR NUNES
23102	PATRÍCIA BARRETO CHAVES
19658	PATRICIA JANAINA HORNBERG
22289	PEDRO HENRIQUE FERNANDES OLIVEIRA
22161	PRISCILA DA SILVA DA ROSA
23224	RAQUEL CARON MOTTIN
21377	SABRINE SUZAN VERKA
23932	SCHEILA GIOSELE DOS SANTOS
23676	SOFIA OLIVEIRA CASEIRO
25034	TATIANA FISCHER
20752	TATYANE ABEN ATHAR VIEIRA
20438	THAIS KUHNEM
22582	TIAGO FELIPE DA SILVA
23790	YASMINE FERNANDES MAGGI

PSICOPEDAGOGO

INSCRIÇÃO CANDIDATO

19641	ALBERTINA APARECIDA SCHMITT BONATO
24252	ELOIZA CRISTIANE RAMOS VIEIRA DE CASTILHO
22066	FABIANA BREGOLIN
22237	HELOISE PEREIRA BENTO DA LUZ
25014	MARIA ELISA DE SOUZA
20008	SAMILA SIMÕES
21591	TATIANA KRUGER CABRAL
24496	VALÉRIA DO AMARAL SILVEIRA

SERVENTE/MERENDEIRA

INSCRIÇÃO CANDIDATO

19863	ADELINE BLIHARSCKI DE ANDRADE
20401	ADELITA APARECIDA PATRICIO DE FREITAS
23010	ADILSON DOS SANTOS MORAES
21877	ADRIANA APARECIDA DOS REIS
20094	ADRIANA CORREIA BONELA
22097	ADRIANA FURTADO
23573	ADRIANA ROGERIO
22656	ADRIANO DE SOUZA
20243	ALAIDE MARIA DE SOUZA
24645	ALAIR CASTILHO DA SILVA

22284	ALESSANDRA TRAVASSO
19843	ALVENTINA AMARA ROSA
20143	AMARA MARIA FERREIRA
20779	ANA CLAUDIA SEVERINO DE AZEVEDO
22837	ANA LUCIA MOREIRA CORREA
23469	ANA MARIA DE MORAIS
25015	ANDREA FRAGA FLORES
20189	ANGELA MARIA DA SILVA
20898	ANGELICA AMELIA GALDINO VELOSO
24782	BEJANIRA DO SOCORRO LIMA MONTEIRO
23162	CAMILA GREGÓRIA PEREIRA DOS SANTOS SARAIVA
22448	CARINA DA SILVA PEZATTI
23689	CARLOS ALBERTO MOURA SANTOS
24473	CELMA CONCEIÇÃO DIAS DE OLIVEIRA LEME
20164	CINARA WANZUITA SALUSTRIANO
22323	CLARICE BISCOLA COELHO
22172	CLAUDINÉIA APARECIDA VIEIRA(*PNE)
19935	CLEIDE MARIA SEVERINO
24643	CLEONICE SOARES
22248	CLEUSA VIANA
22226	CLEUSA BISCOLA
21573	CLEUSA CARDOSO
20996	CLEUSA DE FATIMA DA MAIA
20606	CLEUZEMER CEREZATTI MENDES
22227	CRISTIANA PAULA ORTIZ
21496	CRISTINA CUGNIER
20931	CRISTINA ROCHA DE SOUZA
21282	DAIANE CHAGAS
19652	DAIANE THIBES
21253	DANIELA ESTER CARDOSO
21837	DANIELE DE OLIVEIRA CANDIDO
22580	DINALVA APARECIDA MELLO CORDEIRO
21128	DONZILA BRANDL LEANDRO
21797	DORELUCEN DE OLIVEIRA ROSSI
20322	DORLI IZABEL CORREA DA SILVA
19695	EDILEIA MARIA DE OLIVEIRA
21499	EDILENI ERONDINA ANACLETO
21885	ELAINE REGINA CONCEIÇÃO
21455	ELI SALETE CARDOSO
21062	ELIETE DE OLIVEIRA DOMECIANO
20798	ELISANDRA KARLA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
20560	ELISÂNGELA PRESTINI
21789	ELIZIANE VERGILINO MAFRA
21470	ERIEN DE FATIMA DA SILVA GONÇALVES
21974	ESMERALDA DOS SANTOS
21713	EUCLERES DE FATIMA CABRAL
20899	EUNICE MARIA DOS SANTOS
20115	EVANISE FERREIRA MAIA
22633	FABIANA FINTA DA SILVA
21879	FABIANA FREITAS
22931	FABRICIA FONCECA GODINHO
21290	FERNANDA IVOLETE ULMANN
22111	FLAVIANA ALVES DA SILVA

22199	FRANCIELE DE FATIMA THIEL GRETTTER
23036	FRANCIELLI RODRIGUES FERMINO
20474	FRANCISCA ERNESTINA COSTA
22440	GABRIELA DUARTE VICENTE
22461	GABRIELA INDIANARA CORREA
21646	GENECI DE JESUS MONTEIRO
21435	GEOVANA TAVARES PEDREIRA
20338	GIANE CRISTINA RISTOW
21621	GISELE APARECIDA CORDEIRO
24467	GISELI DOS SANTOS
20912	GISLAINE DE OLIVEIRA NEUMANN
21430	HENRIET APARECIDA SILVA
22675	ILMA GOMES TELES MIRANDA
24098	INDIAMARA PATRICIA RAMOS DE ALMEIDA
21553	IRINETE APARECIDA NORI DOS SANTOS
19925	ISAMARA CRISTINA VENÂNCIO DE LIMA
20883	IVONETE CORDEIRO DA CRUZ
20717	JANETE CORDEIRO ROSA
23649	JAQUELINI RODRIGUES DE ALMEIDA
20330	JOICE MARIA ALVES DA SILVA
22069	JOSEANE SCHMITT
24001	JOSELE FLORIANO JOSEFINA
22621	JOSIANE CRISTINA VITTI
19921	JOSIANE ELIZABETE PEDROSO
21753	JOSIANE FERNANDES
24040	JOSIANE IZABEL APARECIDA DOS SANTOS
23819	JOSIELE IZABEL DOS SANTOS
19880	JUÇARA DE GÓES
20571	JUCELIA PACIFICO SANTANA
23258	JUREMA CONINK FIEDLER
20264	JUSSARA MARIA BORBA VIEIRA
22407	KAREM ANDRIELE CARDOSO
20021	KARINA SANDRA TOMAZ
24266	KATIA FERNANDA CAMEJO MACHADO
21133	KELER APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA
19677	LAURETE CRESCENCIO
19681	LEDIANI NORI
20980	LEILA ADRIANA PEREIRA
20477	LUCIA DE SANTANA DA SILVA
19729	LUCINETE APARECIDA MATEUS
24938	LUCIVANA ADELINA MENCATTO
21519	MAÍSA PUFF TIRONI
22370	MALANI VICENZI
22839	MÁRCIA CRISTINA ARISTIMUNHO
21601	MARCIA MARCOS
20040	MÁRCIA REGINA ANDRADE KOLLER
20994	MARGARETE APARECIDA DOMECIANO CORDEIRO
22053	MARGARETE BRODT DA ROSA
19673	MARGARETE DA SILVA PORTO ALVES
20978	MARGARETE DAY
20192	MARIA APARECIDA BENTO DA LUZ
23073	MARIA DE FATIMA CORDEIRO
20467	MARIA DE FATIMA NASCIMENTO FIGUEIREDO NOBRE

21968	MARIA DE LURDES PEDROSO
23428	MARIA ELOIDE OLIVEIRA ALMEIDA
20367	MARIA HELENA DA COSTA PAULINA
20370	MARIA HELENA PADILHA DE CASTRO
22090	MARIA INÊS FRITZKE
23990	MARIA INÊS THOMASZECKI IACHITZKI
25033	MARIA ROSE GARCIA
24773	MARILENE PIRES DOS SANTOS
20988	MARILENI MATUSZEWSKI
20937	MARILZA ARROTEIA PERDOMO
19877	MARINA ANDRADE DE AVILA
20871	MARINA DA SILVAPORTO
19648	MARISA CORREIA DA CONCEIÇÃO
23003	MARISAAMELIAVIEIRA
19964	MARLENE BIANCHINI LIDER
23826	MARLI DA SILVA SANTOS
24231	MARLI ELISABETE AJUDARTE CORREA
22954	MATILDE APARECIDA MEURER
25050	MICHELI RIBEIRO IANELLE COELHO
23007	MINERVINA DOS SANTOS TAVARES
24466	MIRIAM LICINIO
21765	MÔNICA CUNHA CORRÊA
22003	NATIELE NUNES FOGACA
22114	NEUSA MACHADO
24569	NEUZA MARIA DOS REIS
22547	NILO VANDERLEI MAUERBERG
21316	NILZA MARIA DOS SANTOS
21739	ODETE TONIETO DA LUZ
19887	PATRICIA DOS SANTOS TAVARES
22779	PRISCILA HELENA NORI DE SOUZA
19678	REGIANE ELEOTERIO NICOCELLI
20126	REGIANE STUPP
22957	RENATA PAULINA DOMECIANO
23764	ROSALBA FLORES E FLORES
21810	ROSANA CRISTINA NUNES FOLETTO
21845	ROSANGELA PEREIRA DRAPZINSKI
23151	ROSÂNGELA POLICARPO
22386	ROSÂNGELA ROSA
20688	ROSANI MARTINS DIAS
24417	ROSELI APARECIDA FERNANDES BUENO
20962	ROSELI CELESTINO VANZUITA
21450	ROSELIA APARECIDA NUSDA
21969	ROSIMÉRI DA SILVA
22852	ROZILENE MARIA SANTOS
22734	RUTE VICENTE
21578	SABRINA PEREIRA DE SOUZA
21344	SALETE JOAQUINA TEODORO
24779	SANDRA CRISTINA LIMA MONTEIRO
19662	SANDRA LUCIA BENTO
20630	SANDRALLUCIANO DOS SANTOS
20768	SARITA MARIANE FLORES
24089	SCHARIEL KATLIN DA SILVA PIRES
22784	SCHEILA LUDMILA CUSTÓDIO

20206	SCHIRLEIA MARISA DOS SANTOS CAROLINA
20057	SELMA NATALIA FERREIRA HENKEL
21695	SHIRLEI CRISTIANE HAHNEMANN
22236	SILVANA DA SILVA
20858	SILVIA DA COSTA
19915	SILVIA DE OLIVEIRA BENARDO
22235	SILVIA REGINA BASTOS PALUCH
19737	SIRLEI DE SOUSA NASCIMENTO DIAS
24627	SIRLENE GARCIA MACANEIRO
21398	SOILA REGINA SILVA VITORINO
21616	SOLANGEFERREIRADASILVA
20483	SONIA MARIA DOS SANTOS
24623	STELLA GOTTARDI
20556	SUELI DA APARECIDA ROSA
22228	SUELI MANSKE PORTO
22122	SUZANA SALETE BERNARDI
23019	TAMARA FERNANDA BERTOGLIO
21237	TANIA MARA FERREIRA DA SILVA
24904	TATIANE APARECIDA MIRANDA
20273	TATIANE LUZIA ALVES
21767	TATIENE IVANI DE SOUZA PSCHIEDT
20790	TEREZA JAZINSKI
20092	VANDERLEIA DE BORBA
21158	VANESSA FRANCISCO
20569	VANILDA DOS SANTOS
24483	VERA LUCIA FERREIRA MARQUES
22264	VERA LUCIA TEIXEIRA
23552	VERA MARTA SOARES
23619	VERONICA ANDRÉA LEANDRO
21685	ZELI FREITAS DE SOUZA
20946	ZENILDA DOS SANTOS QUINTINO
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
21284	ANDERSON STACIAK
19916	FABIANO NICIONI VELOSO
22086	GABRIEL ALVES BASTOS
24746	MAX HENRIQUE MELO DE ANDRADE
21061	NATHÁ DALMUTT
22416	ROGER RIELLA DA SILVA
22347	SADI ERALDO DOS SANTOS
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
19645	ANA MARTA SANTOS OLIVEIRA
23260	ANTONIO DONIZETE GONCALVES
22538	BÁRBARA ZALASIK
20589	CAIO DE SOUSA BONAZZA
24419	CARINA FERNANDES BUENO
20754	CARLA JANAINA INACIO
20354	CARMEN LUCIA DE CAMPOS PEREIRA
23027	CLAUDIA REGINA BERKENBROCK DE OLIVEIRA

20625	CLAUDIA SKLAR
24895	CLEUSA LUIZA FORLIN FUCCI
19883	CRISTIAN ESPADA
19649	CRISTIANE APARECIDA DE ALENCAR VIANA
24122	CRISTIANE ONILIA DA SILVA LAMIM
22910	ELOIR TEREZINHA DA SILVA TRENTTO
20652	FABIANE ANACLETO DE OLIVEIRA
21076	FABIANO SIQUEIRA RODRIGUES
20432	FERNANDA BAUCKI BENASSI VIEIRA
21318	FRANCIELLE CAROLINE DE SOUZA
24208	GLEYCIANNE DA PENHA ROCHA
21994	IVANIA NEITZKE
20704	IVONE DE SOUZA
19875	JANAINA ANDRIETTI PINTO
20088	JAQUELINE VIANNA DE ANDRADE CARDOSO DOS SANTOS
20219	JENNIFER AMABEL SEVERINO
21165	JOCELMA DA SILVA ALEXANDRE
24948	JOSELAINE SILVA DE SOUZA
20771	KARIN VANESSA PEREIRA MARTINS
25032	KELEN FABIANA RODRIGUES
23215	LEDA RODRIGUES FELIPE
22109	LINDANIR MARIA PEREIRA
23474	LUCIA DOS SANTOS
23508	LUCIANE VAVASSORI
20963	MARIA DO CARMO DE ROMA
21087	MARIA DONISETTE ALEIXO(*PNE)
21909	MARIA ROSA STOEBERL
24815	MARILANDE DAS GRAÇAS WALTER DE MORAES
21733	MARISETE CLEIN
20364	PRISCILLA CUNHA DE ALMEIDA
20281	RAFAEL CESAR PACHECO
21975	SALETE APARECIDA DA ROSA OLIVEIRA
20382	SIMONE NICOLAY DE ALENCAR
19846	SIMONE SOUZA GAYA
24776	VALÉRIA BORGES DE FIGUEIREDO
20036	VERA LUCIA PAVANATI VIANA
TÉCNICO EM ENFERMAGEM COM CAPACITAÇÃO PARA VACINA	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
20405	CAROLINE LEITE DE OLIVEIRA NUNES
20043	CELIA REGINA CAPONI
22141	CÉLIA REGINA EVARISTO
21099	FATIMA APARECIDA DE LIZ
22390	LOIDE DE QUADROS DOS SANTOS
22316	SILVIA MARNÊS SOUZA DE LIZ
25052	SILVIA REGINA BRUCK
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
23996	ADENIRDE ALVES DE BARROS
22483	ADILSON JOÃO DA ROCHA
21286	ADRIANA MULLER MESQUITA
22955	ALAN FERNANDO SCHMITZ

22078	ALAN PATRIC DA SILVA CONSTANTINO
21839	ALESSANDRA GONDIM BAZZI
20769	ALESSANDRA MOREIRA ALOISIO
23746	ALESSANDRO DE SOUZA
22315	ALEXANDRE SOUSA
21026	ALISON JOSE TEODOSIO OLIVEIRA
20353	AMARILDO JOSE RICARDO
22403	ANA DEISE BORTONCELLO VALER
21808	ANA PAULA NUNES FOGAÇA
23554	ANA PAULA SPARREBERGER
23462	ANDERSON LOPES REGO
19914	ANDERSON SANTOS PEREIRA
21620	ANDIARA CAROLINA NUNES SOARES
22507	ANDRÉ FELIZARDO
22018	ANDRÉ GONÇALVES DOS SANTOS
22953	ANDRÉ LUIS DE ARAÚJO
21350	ANDRÉ ROSA RAMOS
19696	ANDRESSA CAROLINE DA SILVA
24578	ANDREZA ADRIANE NATIVIDADE FERNANDES
21451	ANGELIA VIVIANE GOM HAGEMANN VIANA
20918	ANGELO ROSA DOS SANTOS
20765	ANSELMO FERREIRA
22482	BEATRIS DE SOUSA FLORENTINO FERNANDES
20812	BEATRIZ CONCIO
22695	BEVERLI DO CARMO ANDRADE
21743	BRENDA VON WOLTER
21569	BRUNA DA SILVA HENKE VIEIRA
20633	BRUNA IZOLETE ALVES NUNES
22691	BRUNA TELES DO PRADO
22036	BRUNA VICTÓRIA BORBA
21258	BRUNO RICARDO DA CUNHA
21100	CAIO EDUARDO DUTRA DE MOURA
23120	CAMILA MASIERO PEREIRA
21661	CARLA MARIA QUEROBIM MILLANI
24771	CARLOS ALBERTO ROCHA DOS SANTOS
20657	CARLOS EDUARDO ANACLETO
22268	CARLOS EDUARDO FLORIANI
21336	CARMEM FERNANDA MACIEL ARAÚJO
19845	CAROLINA PEGORINI
20433	CÉLIA REGINA HENKEL BERTOLDI
21057	CHIRLENE MARIA TOMAZ
22744	CHRIS MACLEITON ELEODORO
21629	CHRISTIANE ROBERTA DE LIMA DA SILVA
20784	CINTHIA GRASIELLEN DOS SANTOS
22705	CLEDINEIA ALVES DA COSTA
21907	CLEIDE LABOR
24668	CRISTIANNE LAKATOS PEREIRA
19983	CRISTINA MARIA HAUSER MAFRA
23511	CRISTINA MATTOS OPAZO
23273	DARIO RUIZ ANDRETTO
23143	DENISE DE LIMA
20847	DENISE MÁRCIA TRAPP FRANCISCO
24725	DIEGO EBERT

22040	DIEGO MACHADO DE LIMA
23805	DOUGLAS DE AGUIAR
21548	DOUGLAS DE ALMEIDA COUTO
20574	DOUGLAS REOLON PROENÇO
22639	DOUGLAS ROWEDER
20478	EDSON LUIZ PRZENDZIUK
22681	EITOR SASSI DE SOUZA NETO
22216	ELAINE MARIA TRAPP
20387	ELIEZER MACHADO FARIAS
24574	ELISABETE TIL
24150	ELISETE APARECIDA MELCHIORETTO DA ROCHA
20498	ELIZA MAURINA COELHO
20075	ELTON DE OLIVEIRA LIMA
21905	EMANUEL CANAAN BEZ DE ARAGÃO
22381	EMANUELE MARISA EGGERT
20788	ENILEIDE APARECIDA KADES FLEXA
24852	ESTELA MARQUES
21404	EVELIZI DA SILVA
21195	FABIANA DE FÁTIMA FURQUIM DA LUZ
23464	FABIANE LUCHTENBERG HOLETZ
23447	FABIANNE PAULINO DE OLIVEIRA
22465	FÁBIO DA SILVA
21215	FABIO LUIZ ZANZI
24899	FÁBIO ROBERTO BORGES MOURA
23299	FABÍOLA SCHINAIDER PIRES
23900	FERNANDO CESAR DA SILVA
21073	FERNANDO ROCKEMBACH MAZUIM
22874	FERNANDO WAGNER BARBOSA
20906	FLAVIO LUCAS DA SILVA
23460	FRANCIELE BUENO CARNEIRO
21530	FRANCIELI REGINA DA SILVA
24876	FRANCIELLE JOYCE FUCKNER LEONEL
19693	FRANCIELLE VICENTE ROSA
22604	FRANCINE DOS SANTOS
22339	GABRIEL EUGÊNIO GILGEN
22686	GABRIELA MOSER
24698	GABRIELA WACHHOLZ DA SILVA
21232	GEIZE MARA OZORIO BERTELLA
20479	GERSON DE FRANÇA CARDOSO
21993	GILMAR CRUZ MACHADO
22827	GILSON FERREIRA DA SILVA
23702	GIOVANA DANIELA DA SILVA
21982	GIOVANI ROBERTO LOPES
20659	GISLAINE FERNANDA GONÇALVES
20174	GLEICK HENRIQUE BILSE SILVA
24835	GRACIELE YUMI KASHIMA DI LASCIO
21222	GRAZIELLE DAS NEVES WOLFF
21742	GUILHERME DE MELLO AGUIAR
25005	GUILHERME SILVA SOARES
22503	GUINThER HESS
22532	GUSTAVO DAGOSTIN
21446	GUSTAVO HAUSMANN
20590	GUSTAVO ZABOTE DA SILVA

21252	IARA BEZERRA DE ANDRADE FARIA
21868	IASMIM SOPHIATE
24522	IRACI CARDOSO
22385	ISABELA MARTINS QUESADA DELAI
22786	IVANA SOILA VITORINO
22776	JAISON RODRIGO ALVES
24223	JAISON RODRIGUES FOGAÇA
21391	JÉSSICA STIER SILVA
21166	JHONATAN DOS SANTOS DUARTE
21452	JOACIRA DE FATIMA DA COSTA ENNES
24633	JOÃO MARCOS DA SILVA LAMIM
21842	JOICE TALITA DE CARVALHO FIGUEIRA
21606	JOILSON FACCHI
21723	JONAS EDUARDO VODZYNSKI COSTA
21570	JONAS FRANCISCO PLETSCH GRAF
22777	JONATHAN LUIS REIS
22522	JONATHAS DJALMA SCHERER
23786	JOSE LEANDRO GONIDES
22539	JOSIANE ALINEA DA SILVA
19769	JULIA BIANCA DA ROCHA
20231	JULIANE SANTOS DE LIMA
21516	JULIANO MARCOS DA SILVA
22728	JULIANO WALDRIGUES BRANCO
22975	JULIO CESAR TRIERWEILER
22819	KARINA ZARZECKI
23705	KASSIALIMA NASCIMENTO KEGLER
23335	KATIUSY AZEREDO COUTINHO
22832	KEILA DA SILVA BUENO
21274	KLAÍNA MAIHARA KASTEHLN
21434	LARISSA GOTTHARDI DE ALMEIDA
22336	LEANDRO CAVALCANTE LIMA
23452	LEANDRO SOARES PARIZOTTO
21361	LEDA MARIA SILVA
23221	LETICIA DA SILVA BRAGA
19881	LÍLIAN DE MELLO
22878	LILIAN REBELO
21656	LILIANE MARIA LEITE
21309	LISANDRA NAIARA DE SOUZA PEREIRA BORGES
22107	LIZ CARLA PEREIRA DA SILVA
21513	LUANA VARGAS DA SILVA
21913	LUCAS AGOSTINHO BECKHAUSER
22427	LUCAS DE OLIVEIRA DANIEL
21788	LUCIANO DE OLIVEIRA
22635	LUIS CARLOS MACIEL DE PAULA
23857	LUIS RODRIGUES FOGAÇA
20979	LUZIA DOS SANTOS MACHADO
22761	MAIKE BERNART
20561	MALU TEIXEIRA MARCELO
22619	MARCELE CRISTINA DE ARAUJO
20521	MARCELO BARLETE
20703	MARCELO JOSE LIBERATO
20910	MARCIA ALEXANDRE DA SILVA
22402	MARCIO SILVA

24877	MARCO POLO DORNELLES DE OLIVEIRA JUNIOR
23698	MARCOS BORDIGNON DE ALMEIDA
20417	MARCOS PAIVA DOS SANTOS
22299	MARGARETE DUTKEVIS
21527	MARGARETE ESTEVES FERREIRA
21408	MARGARETE TERESINHA FERRANTI
21428	MARIA BETHANIA ABBIS DE SOUZA
23465	MARIA DOLORES MACHADO KUHLE
22741	MARIA EDITE STOEBERL MARIOTO
22010	MARIA LUIZA RANK ROSARIO
20017	MARIA SOLANGE SANTANA
20727	MARIANA FARINA
20766	MARIANGELA TEODORO FERREIRA
21714	MARINA ALVES DE OLIVÊIRA
24183	MARIO MANITO NOGUEIRA
20379	MARIO SERAFIM JUNIOR
21429	MARISA MAZUR
20989	MARISA RODRIGUES
23236	MARTIN PIRES FACIN
20169	MAURI RODRIGUES DE ANDRADE
23042	MAURO ANTONIO SCHUMACHRE DA CUNHA
22696	MICHEL TOMASI
21939	MICHELE TATIANA DA SILVA JUNG
22496	MICHELLE DOS SANTOS FERREIRA
19971	MICHELLE SANDINI
21197	MIRIAM CLAUDETE MARQUES ALVES
21987	MURILO OZERANSKI CAVALCANTI
22556	NAIARA CRISTINE BUENO DE MENDONÇA
20348	NARA ROSE DA SILVA
22548	NATANIELE OLIVEIRA ANDRADE
19972	NAYARA CRISTINA DE SOUZA TIZONI
20613	NAYARA LUCIANO
23640	NELEMAR RAMOS DOS SANTOS SILVA
23138	NELSON GABRIEL DE OLIVEIRA NUNES
22609	NILSON DE SOUSA NETO
21463	NOARA THOMAZ NUNES
20995	PAMELA CAROLINE VITORINO
20475	PÂMELA DOS REIS SOARES
19651	PAOLO DE TARSO ANDERSON SCHWARZ
22659	PATRICIA FORMIGARI
20465	PATRICIA RIBEIRO
21262	PATRICIA SCHULLE DAS NEVES
22263	PATRICK DUARTE SILVA
22330	PAULO HENRIQUE BOCKOR
23601	PAULO RENATO BARROSO FERREIRA FILHO
20329	PEDRO HENRIQUE DE CASTRO ALMEIDA
23467	PRISCILA GODOY ALVES LAURINDO
24077	PRISCILA ROZA
24677	RAFAEL AUGUSTO GARSKE MORI
19888	RAFAEL BUSATO
24817	RAFAEL DE HOLLANDA CASADEI
21067	RAFAEL DE OLIVEIRA
20372	RAFAEL MATTOS CORREIA

20735	RAFAEL VIEIRA VARGAS
24780	REGIANE APARECIDA PEREIRA
22949	REGIANE RIGHETTO
23824	REINALDO PEREIRA DE JESUS(*PNE)
23304	RENATA CASSIA CANDIDO DOS SANTOS
20800	RICARDO BEZERRA DE OLIVEIRA
21017	RICARDO JOCELI MAFRA
20915	ROBERTO RODRIGUES
22149	ROBERTO SILVA DABLE
23991	ROBSON ADRIANO BAZILIO
19894	ROBSON SALVADOR
22445	RODRIGO AVENA DA SILVA
24791	RODRIGO MALAGUTI PACHECO DE OLIVEIRA
24759	ROSANE SALATE MARAFON
21275	ROSANGELA MACHADO DOS SANTOS
20032	ROSI MERI CEZAR
24480	RUAN ALMEIDA CAMILO
24144	SANDI TAVARES SARDINHA
22451	SANDRA ALVES DE CASTRO VIEIRA
22513	SCHAIANA BUCHNER
21543	SÉRGIO DALVIM DE SOUZA
21371	SÉRGIO FILIPE BÚRIGO
21060	SILVANA JULIA BENTO DA ROSA
21529	SIMONE MARIA DE LIMA SIRINO
21353	SIMONE PEREIRA KREHMCKE
20398	SOLANGE NEUSA MARTIN
21856	SONIA MARA F FRUTUOSO
24388	SUELIN REGINA DE OLIVEIRA
24441	TAISA CARLA FLORIANI DAS NEVES
19713	TAMIRES BATISTA LIMA
19732	TAMIRIS TOMAZI FONTANA
22612	TASSIANA ALESSANDRA LANGER
21498	TATIANE CANTOVIK
20764	TEREZINHA APARECIDA MOURA
23567	THAIANA SOUTO DEJAVID
22521	THAIS REGINA DA SILVA BARBOZA
24595	THALITA GRESELE REIS
21719	THIAGO GARRIDO PEREIRA DA SILVA
21324	THIAGO KREUSCH
19891	TIAGO ANDREI DE SOUZA
23468	TIAGO ROGERIO KULA
24235	VAGNER GEMELLI
21985	VALDENIR RIBEIRO DE MATOS
24837	VANDERLEI ANGIOLETTI JUNIOR
22625	VANESSA DOS SANTOS
22894	VANESSA MICHELINE RODRIGUES
22412	VANESSA SIMONETTO
21981	VERONICA DO AMARAL
20572	VIRGILIO SILVA
21280	VIVIANE FERREIRA PEREIRA
20744	VIVIANI DOS SANTOS BRENNER
22587	WELLINGTON LISBOA SANTANA
23905	WILLYAN THEODORO DE SOUZA(*PNE)

22567	ZENILDA CORREA DE JESUS SOUZA
20083	ZILDA DO PRADO
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
24241	ABDIEL DE CARVALHO DA SILVA
24924	ADALTON PICOLLI
21046	ADRIANE DASKO
21033	ALOISIO ARANTES TOLEDO JUNIOR
20505	CAMILA FORNARI
22312	CARLA INÊS DOS SANTOS OLIVEIRA
23088	CARLOS ALBERTO ANTONIO MARIA
25012	CARLOS DONIZETE FERREIRA
21036	CLECIR DE COL
20363	DANIEL SIMÃO DA COSTA
22131	EDERSON RODRIGUES SOARES
22043	EDSON HASSE
20359	ELIAS HERMÍNIO CAMILO
23111	FABRICIO CARVALHO MARQUES
22225	FRANCINY EMANOELLE EVARISTO DA SILVA MACHADO
23780	GUILHERME FLORIANO
24632	HILTON ERNESTO MORO JUNIOR
22598	JACKSON ALMEIDA DE CARVALHO
22909	JOANES RENOLDO DA SILVA
24820	JOÃO MANOEL DOS SANTOS
22050	JOSÉ ALAERCIO PONCHIO JUNIOR
24253	KARINA DOS SANTOS
22317	LORENA DORVALINA GIELOW
22233	LUCIANO SANTANA
23048	LUIZ FERNANDO AMARO
21526	MARCELO AUGUSTO LEMOS DO AMARAL
20725	MARCELO VENICIUS DE JESUS PEREIRA
21243	NEY MARIO FERREIRA
22084	PAULO HENRIQUE HOSTINS
21625	PAULO ROBERTO PORTO
20573	RICARDO CURT BARTEL
24306	ROBERTO SZIMANSKI MARTINS
TOPÓGRAFO	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22542	GABRIEL FAUSTINO
23518	PAULO HENRIQUE PEREIRA FREIRE
24367	WESLEN DE CARVALHO LEANDRO
VIGIA	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
22687	ADEMAR DA SILVA
20069	ADEMIR CARVALHO
23547	ADEMIR SILVA DE MEIRA
24989	ADRIANO VALENTIM DO ROSÁRIO
20792	ALDIR JOSÉ DA SILVA
21716	ALEX SANDRO BITTENCOURT ARGOUT
21670	ALMIR INOCÊNCIO VAZ

24786	AMARILDO GARCIA NANTES
23321	ANTONIO CYRINO BENTO
24845	CELSON LUIZ VERAS
22553	CLAUDIA JULIANA HILLESHEIM
21071	CLEIRE ROSA E SILVA
22089	DIEGO ANDRÉ LEANDRO
22833	ELISANDRO CARLOS DA ROSA OLIVEIRA
21930	FABIANO ANDRE
21728	FABRÍCIO VIEIRA DE OLIVEIRA
24250	FELIPE BARBOSA FIALHO
21732	FELIPE PROELICH
22901	GUSTAVO JOSÉ HILÁRIO LOPES
22332	IVALDO KOZERSKI
19726	IVAN RODRIGUES DE OLIVEIRA
23062	IVAN TÂMARA SEVERO
23812	IVERSON MENDES DIAS
21003	JOAO CUSTODIO MACIEL
20470	JOÃO MENDES
20532	JOÃO VERISSIMO DA SILVA FILHO
21931	LEONIR MALVINO FLOR
22432	LUCAS RODRIGUES DANTAS
22294	LUCIANO MÁRCIO DA SILVA
19647	LUIS ANTONIO MARTINS
20869	MARCELO SIMON
24267	MARCIU SOARES DE SOARES
21177	MARCOS ANTONIO VIEIRA
22159	MARLON DOMINGOS SILVA DOS SANTOS
21484	MAURICIO FROELICH
24953	NILTOMAR MAFRA
23907	NIVALDO ANTONIO DOMECIANO
24930	NIVALDO MANOEL VICENTE
22147	OSNY NESTOR FELÍCIO
24793	PAULO ROBERTO DA LUZ FONTOURA
22057	RICHARD MARIO DA SILVA
22618	ROBERTO JOSE DOS SANTOS
22450	RODRIGO ALEX LEANDRO
20101	SERGIO MENDES
20654	VALDERY RODRIGUES DOS SANTOS
	(*PNE)= Candidatos portadores de necessidades especiais

Penha, 08 de abril de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - JULGAMENTO DOS RECURSOS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Recurso nº 001: A candidata de inscrição nº 22091 impetrou recurso contra isenção da taxa de inscrição.

Despacho/Justificativa: Indeferido. A candidata alega ter encaminhado toda a documentação necessária à isenção da taxa de inscrição conforme previa o edital. A banca examinadora constatou não ter recebido a documentação e por diversas vezes tentou contato telefônico e despachou e-mails para os contatos deixados pela candidata no ato de inscrição, porém até o presente momento não obteve resposta.

Recurso nº 002: A candidata de inscrição nº 24806 impetrou recursos pedindo alteração de seu nome que encontrava-se com erro.

Despacho/Justificativa: Deferido. A banca examinadora entrou em contato com a candidata e solicitou cópia do seu RG para conferência o que foi prontamente enviado à banca.

Penha, 08 de abril de 2015.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 212, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 212, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE AUMENTO REAL NO VENCIMENTO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - NÍVEL ATM-01 E NO SALÁRIO DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE" e "AUXILIAR DE HIGIENE BUCAL", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É concedido aumento real no vencimento base do NÍVEL ATM-01, passando o valor padrão para este nível a valer R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

Parágrafo único. Em razão do disposto neste artigo, o valor das classes, para o respectivo nível - ATM-01 passa a ser:

CLASSE A: R\$ 788,00; CLASSE B: R\$ 827,40; CLASSE C: R\$ 868,77
CLASSE D: R\$ 912,20; CLASSE E: 957,81.

Art. 2º É concedido aumento real no salário dos empregos públicos de provimento efetivo de "Agente Comunitário de Saúde" e "Auxiliar de Higiene Bucal", passando o salário mensal para estes empregos a valer R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015..

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 07 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 026/2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO E SERVENTE A SEREM EXECUTADOS NAS REFORMAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 24/04/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 24/04/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 08 de Abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

CAMARA DE VEREADORES DE POMERODE

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015

Processo Administrativo nº 01/2015

1.-Objeto: RETRANSMISSÃO DAS SESSÕES LEGISLATIVAS E DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS E REQUERIMENTOS VOTADOS POR INTERMÉDIO DE INSERÇÕES DE UM MINUTO E DIVULGAÇÃO DE EVENTOS ESPECIAIS DE NATUREZA CULTURAL E DE CARÁTER EDUCATIVO DE ACORDO COM AS PREVISÕES LEGAIS, ATRAVÉS DE RADIO EM FREQUÊNCIA AM E FM.

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 24/04/2015

Local: Setor de protocolo da Câmara Municipal de Pomerode

Abertura dos envelopes: 09:00 horas do dia 24/04/2015

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Secretaria da Câmara . Municipal de Pomerode - AVENIDA 21 DE JANEIRO, 1777, CENTRO/POMERODE - SC., nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Pomerode SC, 07 de Abril de 2015.

JOSÉ AMARILDO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 398/2015

DECRETO Nº 398/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. KATIA REGINA DE MORAIS, Matrícula 6262, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAUDE BUCAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 21 de fevereiro de 2014 a 20 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 02 de março de 2015 a 31 de março de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 399/2015

DECRETO Nº 399/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. ANILDO RIBEIRO DE MORAIS, Matrícula 6287, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 07 de abril de 2014 a 06 de abril de 2015, para serem gozadas de 07 de abril de 2015 a 06 de maio de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 400/2015

DECRETO Nº 400/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO POR ACOMPANHAR A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012 passa a ser obrigatória a elaboração e implementação nos municípios do Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes sócioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e “equipamentos” públicos;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando inclusive a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma “comissão intersetorial” que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública:

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Intersetorial responsável por acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Laísa Mendes
Suplente: Sonia Coletti Sprandel

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Marilene Dalla Vecchia
Suplente: Gilberto Frigueto

Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Tailene Santor Rocha

Suplente: Maria Madalena Trates

Representante da Cultura, Esporte e Lazer:
Titular: Anildo Ribeiro de Moraes
Suplente: Elizane Poletto

Representante da Delegacia de Polícia Civil:
Titular: Adalgiza Poletto
Suplente: Ivonete Virmes

Representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:
Titular: Rubia Caroline Wrubel
Suplente: Maristela Kleimpaul

Representante do Conselho Tutelar:
Titular: Denilson Nardi
Suplente: Marcelo Chibicheski

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 30 de abril de 2015.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 401/2015

DECRETO Nº 401/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

"NOMEIA FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. MAICON FRIGHETTO, portador do RG n. 5.129.223-8 e do CPF n. 082.989.829-83 para exercer o cargo de MOTORISTA, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em virtude da sua aprovação no Concurso Público realizado com base no Edital 001/2013 de 19 de dezembro de 2013 e sua classificação em 2º lugar entre os que optaram pela mesma função.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 02 de abril de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

RETIFICA 12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 012/2015 FMS PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2015 FMS

O Município de

Ponte Serrada, torna público aos interessados a RETIFICA ao processo licitatório em epígrafe cujo objeto é Registro de preço, válido por 12 meses, para possível aquisição de armações para óculos e lentes diversas, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada.

Recebimento de Envelopes: até as 13:20MIN do dia 16/04/2015.
Abertura: às 13h30min horas do dia 16/04/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 08 de abril de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 01/2015 CONSELHO TUTELAR

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR Nº 01/2015

RUBIA CAROLINE WRUBEL, **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PONTE SERRADA – CMDCA**, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 2.057/2009, faz publicar o Edital de Convocação para o Primeiro Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2016/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal nº 2057 de 2009, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com assessoria do Instituto O Barriga Verde – IOBV, localizado na Avenida Luiz Bértoli, 233, Centro, Taió/SC, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail concursos@iobv.com.br sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

1.2 O Processo Eleitoral seguirá as datas e prazos previstos no seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Publicação do Edital	08/04/2015
Prazo de Inscrições	13/04/2015 a 13/05/2015
Análise dos Requerimentos de Inscrições e documentos	14/05/2015 a 02/06/2015
Publicação da lista de candidatos com inscrições deferida no site www.iobv.org.br e no Mural do CMDCA	03/06/2015
Prazo de Recurso	05/06/2015 a 09/06/2015
Análise dos Recursos	10/06/2015 a 15/06/2015
Divulgação do resultado dos recursos	16/06/2015
Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição, em ordem alfabética e convocação para a prova escrita	23/06/2015
Data da prova escrita	19/07/2015
Divulgação do gabarito preliminar	20/07/2015
Prazo de recurso contra o gabarito preliminar	21/07/2015 a 27/07/2015
Divulgação do gabarito definitivo	12/08/2015
Divulgação dos candidatos aptos para o processo eleitoral	31/08/2015
Prazo da campanha eleitoral	02/09/2015 a 02/10/2015
Data da Eleição Unificada	04/10/2015
Divulgação dos candidatos eleitos	05/10/2015
Prazo para impugnação ao resultado da eleição	06/10/2015/13/10/2015
Divulgação do resultado definitivo da eleição e convocação para o Curso de Formação sobre os Direitos da Criança e	20/10/2015

1



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

do Adolescente	
Resultado e final e convocação para a posse	30/11/2015

1.3. O Cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente – CMDCA e da Comissão do Instituto O Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação oficial do certame.

1.40 Edital da Eleição, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no site www.iobv.org.br

1.5 O Edital de Eleição também será publicado no site da Prefeitura de Ponte Serrada na Internet: <http://www.ponteserrada.sc.gov.br/> e no órgão oficial de imprensa (www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal e sede da Câmara de vereadores; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

1.6 A escolha dos membros dos Conselhos Tutelares será feita pela comunidade local, através de processo eleitoral sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com a fiscalização do Ministério Público, em sufrágio universal e direto e o voto facultativo e secreto.

1.7 São considerados eleitores todas as pessoas a partir de 16 (dezesesseis) anos, devidamente inscritas na Justiça Eleitoral do Município de Ponte Serrada/SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA CANDIDATURA E/OU POSSE A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR

2.1. São requisitos básicos para candidatura e/ou posse a membro do conselho tutelar:

- a) Reconhecida Idoneidade Moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- b) Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- c) Residir no município de Ponte Serrada, no mínimo 03 (três) anos;
- d) Participar com frequência de 100% de curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre política de atendimento à criança e ao adolescente;
- e) Comprovar conclusão do ensino médio até a data da posse;
- f) Ser Aprovado na prova de conhecimento sobre legislação da Infância e da Adolescência;
- g) Comprovar quitação eleitoral;

3. DO CARGO, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO E CARGA HORÁRIA

Cargo	Vaga	Escolaridade	Vencimento	Carga horária
Conselheiro Tutelar	05	Ensino Médio Completo; E Formação Obrigatória	R\$ 1367,89 + R\$ 120,00	40 horas semanais (20



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

		específica sobre a política de atendimento à Criança e ao Adolescente;	(Vale Alimentação)	horas de expediente e 20 horas de sobre aviso)
--	--	--	--------------------	--

3.1 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

3.1.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

3.2 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

3.3 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

4. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

4.1. As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Lei n. 2.057/2009, de 05 de maio de 2009, Resolução 170/2014 do CONANDA.

4.2 As demais atribuições, constam no anexo IV deste edital.

5 DA COMISSÃO ESPECIAL

5.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

5.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

5.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

5.4. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

5.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

5.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

5.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do Conanda;

5.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

5.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

5.10. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

5.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

5.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

6. DOS IMPEDIMENTOS

6.1 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

6.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

6.3 Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

7 DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

7.1 As Etapas do Processo de Escolha Unificada de Ponte Serrada serão organizadas da seguinte forma:

I - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

II - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

III - Terceira Etapa: Exame de conhecimento específico, homologação e aprovação das candidaturas;

IV - Quarta Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

V - Quinta Etapa: Curso sobre os Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Sexta Etapa: Diplomação e Posse



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

8 DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

8.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento em meio digital, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

8.2. A inscrição será efetuada pessoalmente por meio do preenchimento da Ficha de Inscrição digital no sítio www.iobv.org.br em computador fornecido na Biblioteca Municipal, localizada na Rua Madre Maria Theodora, Centro, Ponte Serrada (SC), nos horários: 07:30 hs às 11:30hs e das 13:00 hs às 17:00 hs, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital, logo após a publicação do Edital do Processo de Escolha dos pretendentes à função de conselheiro tutelar conforme previsto na Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

8.3 A veracidade das informações prestadas na Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

8.4 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos em duas vias para fé e contrafé.

8.5 Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

8.6. Os interessados formalizarão o pedido de inscrição, apresentando:

- a) Formulário de Inscrição que deverá ser preenchido diretamente no site www.iobv.org.br no local da inscrição informado no item 8.2.
- b) Cópia de documento oficial com foto, acompanhado do original para conferência, (Cédula de identidade (RG), ou Cédula de Identidade de Classe Profissional, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) – expedida nos termos da Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997 (com fotografia) e dentro do prazo de validade;
- c) Cartão de Identificação de Contribuinte no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF (original e cópia);
- d) Título Eleitoral (original e cópia);
- e) Deverá ser apresentado um comprovante que demonstre a residência neste município, sendo um do período (2012) e outro recente (2015), comprovando assim, o lapso temporal de três anos de residência no município. (Serão admitidos cópia de conta de luz, telefone fixo ou gás ou extratos bancários, acompanhados do original para conferência e/ou declaração com assinatura registrada em cartório que reside no município há três anos);
- f) Certidão negativa de antecedentes criminais, não se admitindo protocolo;
- g) Certidão do Cartório Eleitoral de estar em quito com os direitos políticos;
- h) Declaração de que uma vez eleito e empossado, se dedicará exclusivamente às atividades de Conselheiro Tutelar, sob pena de perda do mandato;

8.7. Não haverá cobrança da taxa de inscrição;

9 DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

9.1. A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

9.2. A análise dos documentos será realizada no prazo de 20 (vinte) dias após o encerramento do prazo das inscrições.

10 DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

10.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 05 (cinco) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

10.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

10.3. O candidato impugnado terá 05 (cinco) dias após a data de publicação da lista dos habilitados e não habilitados para apresentar sua defesa.

10.4. Após análise da documentação pela Comissão Especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

10.5. No dia 03 de junho de 2015, será publicada a lista de candidatos habilitados e não habilitados para o certame.

10.6. O candidato não habilitado terá o prazo de 05 (cinco) dias após a data da publicação para apresentar recurso a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada

11. DA TERCEIRA ETAPA - EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

11.1. O local de realização da prova será nas dependências da Escola Municipal Antonio Paglia, localizada na Rua Benevenuto Cezar Branco nº129, Bairro Antonio Paglia, município de Ponte Serrada SC na data prevista no cronograma do Capítulo I do presente edital.

11.2 Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Evento	Horário
Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova	8h30min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50min
Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	9h
Tempo mínimo de permanência na sala de prova	10h
Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartões-resposta	12h

11.2.1 A identificação correta do horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez minutos) antes do horário marcado para início da prova.

11.3 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

11.4 As áreas de conhecimento abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas abaixo:

Tipo de Prova	Nº de questões	Valor de cada questão
Português	10	0,25
Informática Básica	5	0,25
Conhecimentos Específicos	25	0,25
Total	40	10,0

11.5. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo II deste edital.

11.6. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

- a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 5,00 (cinco);sendo convocado para a próxima fase;
- b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco) sendo eliminado do certame;
- c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.
- d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

11.2. Após publicação do resultado do exame de conhecimento específico o candidato poderá interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias para a Comissão Especial.

11.3 Das condições especiais para realizar a prova

11.3.1 Os candidatos, inscritos que necessitem de atendimento especial para realização da prova escrita (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Formulário de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió – SC.

11.3.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

11.3.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduzirá ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

11.3.4 O IOBV publicará, no endereço da Eleição www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

11.4 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DO EXAME DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11.4.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

11.4.2 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

11.4.3 Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado da Eleição. (não haverá nenhuma tolerância de tempo).

11.4.4 Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

- a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;
- b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;
- c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

11.4.5 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.4.6 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.4.7 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.4.8 A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

11.4.9 A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

11.4.10 O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade da Eleição poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação da Eleição.

11.4.11 Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

11.4.12 O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

11.4.13 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.
- c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

11.4.14 As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, **com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.**

11.4.15 Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

11.4.16 Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

11.4.17 O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

11.4.18 Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cujas respostas não coincidam com o gabarito oficial;
- b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
- e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

11.4.19 O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

11.4.20 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação.

11.4.21 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura da Eleição poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação da Eleição.

11.4.22 O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

11.4.23 Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

11.4.24 Não é permitido durante a prova escrita objetiva:



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.4.25 Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato da Eleição.

11.4.26 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato da Eleição.

11.4.27 Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.4.28 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas.

11.4.29 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento da Eleição.

11.4.30 O IOBV e o CMDCA não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

11.4.31 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.4.32 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.4.33 O Candidato que descumprir quaisquer normas editalícias está automaticamente excluído do certame.

12 DA QUARTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

12.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

12.2 Poderão votar todo cidadão, maior de 16 (dezesesseis) anos que conste na lista oficial eleitores de Ponte Serrada/SC, emitida pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral) que apresente Título de Eleitor e um documento oficial (original) com foto.

12.3. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 09h às 16h, em local a ser divulgado.

12.4 O processo eleitoral dar-se através de cédulas, mediante modelo aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo rubricadas por um membro da Comissão eleitoral, pelo Presidente da mesa receptora e por um mesário.

12.5 O eleitor poderá votar em 05 (cinco) candidatos.

12.6 Nas cabines de votação serão afixadas listas com a relação de nomes e apelidos dos candidatos ao Conselho Tutelar.

12.7 No local de eleição, haverá no mínimo 2 mesas de recepção e de apuração, composta por até 03 (três) membros da comissão eleitoral ou pessoa designada por ela, sendo:

- a) 01 (um) presidente;
- b) 02 (dois) mesários;

12.8 Não será permitida a presença de candidatos e fiscais junto à mesa de recepção e urnas, respeitada a delimitação estabelecida no local.

12.9 A Eleição terá início às 9h e término às 16 horas, sem intervalo, na data prevista no cronograma previsto no Capítulo I deste edital e no local a ser divulgado posteriormente.

12.10 A apuração se iniciará imediatamente após o término da eleição, no mesmo local da votação.

12.11 Serão proclamados eleitos Conselheiros Tutelares os cinco primeiros candidatos mais votados e considerados suplentes os candidatos mais votados em ordem decrescente de número de votos.

12.12 Os suplentes serão convocados em ordem sequencial decrescente de votos, pelo CMDCA.

12.13 Os candidatos eleitos e proclamados nos termos deste Edital, serão empossados em data fixada pelo CMDCA e entrarão em exercício no dia imediato ao término do mandato dos seus antecessores.

13 DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

13.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

13.2 É proibida a propaganda de candidatos por meio de anúncios luminosos, folhetos, faixas, cartazes, meios eletrônicos ou outros meios de comunicação de massa, bem como nos veículos de acesso direto aos eleitores como mala direta e correspondências, ou inscrições em locais públicos ou particulares.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

13.3 O período de Campanha eleitoral será de 02 de setembro de 2015 e 02 de outubro de 2015.

13.4 DA PROPAGANDA ELEITORAL

13.4.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

13.4.1.1 No dia da eleição não será permitido nenhum tipo de propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

13.4.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

13.4.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

13.4.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

13.4.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que infrinja as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

13.4.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

13.4.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

13.4.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

13.4.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

13.4.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

13.4.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 03 (três) dias.

13.4.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.4.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

13.4.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, em benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de trabalho, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

14. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

14.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que obtiver maior nota no Exame de Conhecimento Específico; com maior tempo de experiência na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da criança e do adolescente; e, persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada, ressalvado outro critério previsto em Lei Municipal.

15. DOS RECURSOS

15.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital

15.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo(a) Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

15.3. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

15.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

15.5. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa.

15.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer, com cópia ao Ministério Público.

15.7 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso, serem digitalizados, assinados e serem enviados por email no endereço: iobv@iobv.com.br.

15.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

15.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

15.10. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

16. DA QUINTA ETAPA – FORMAÇÃO

16.1. Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos e respectivos suplentes.

16.2. As diretrizes e parâmetros para a formação serão apresentadas aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

16.3 O CMDCA promoverá a formação através da empresa especializada Instituto O Barriga Verde que serão responsáveis por todo o desenvolvimento do curso;

17 DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

17.1 A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 2.057/2009 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

18.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

18.3 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

PONTE SERRADA, 08 de abril de 2015

RUBIA CAROLINE WRUBEL
Presidente do CMDCA



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.
CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.
FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.
A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.
A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conhecimentos específicos do ECA – Lei 8069/90
Conhecimentos específicos da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada
Conhecimentos específicos da Lei Municipal 2.057/2009
Conhecimentos da Lei 12.010/2009 – Lei de Adoção.
Código Penal (artigos referenciados no Estatuto da Criança e do Adolescente)



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

ANEXO II
REQUERIMENTO DE VAGA DE DEFICIENTE E CONDIÇÃO ESPECIAL PARA
REALIZAR A PROVA

Eu _____, portador do documento de identidade
nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado
a Rua _____, nº _____, Bairro _____,
Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito
Eleição do Conselho Tutelar 001/2015 da Prefeitura Municipal de PONTE SERRADA,
inscrição número _____, para o cargo de
_____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Requerente



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

ANEXO III
FORMULÁRIO DE RECURSO

Tipo de Recurso: (Descrever o tipo de recurso)	
Nome do Candidato:	
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Local e data _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

ANEXO IV - ATRIBUIÇÕES DE CONSELHEIRO TUTELAR

I - Atender Crianças e Adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos que lhe são reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, seja por ação ou omissão da Sociedade ou do Estado; seja, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; seja em razão de sua conduta (art. 98, 103 a 105, ECA).

Parágrafo único - O Conselho Tutelar poderá aplicar, isolada ou cumulativamente, conforme o caso, as seguintes medidas:

- a) Encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;
- b) Orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- c) Matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- e) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- g) Acolhimento institucional.

II – Atender e aconselhar os pais ou responsável por criança ou adolescente em situação de risco, e se for o caso, aplicar-lhes as medidas de:

- a) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
- b) Inclusão em programas de tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- c) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- d) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- e) Obrigações de matricular o filho ou pupilo e acompanhar a sua frequência e aproveitamento escolar;
- f) Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;
- g) Advertência;

III - Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) Representar junto à Autoridade Judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

IV – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal, contra os direitos da criança e do adolescente;

V – Encaminhar à autoridade Judiciária os casos de sua competência;

VI - Providenciar a medida estabelecida pela Autoridade Judiciária, dentre as previstas no ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - Expedir notificações;

VIII – Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX - Auxiliar o Poder Executivo local e o Conselho de Direitos na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

X - Representar, em nome da pessoa e da família, contra programas ou programações de rádio ou televisão que desrespeitam valores éticos e sociais, bem como propagandas de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde da criança e do adolescente (art. 202, § 3º, inciso II da Constituição Federal c/c art. 136, X, ECA).

XI - Representar ao Juiz da Infância e da Juventude nos casos de irregularidades em entidade ou infração administrativa às normas de proteção à criança ou adolescente, para o fim de aplicação de medidas e penalidades administrativas pela autoridade judiciária (art. 95, 191 e 194, ECA).

XII - Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar em caso de maus tratos ou abuso sexual imposto pelos pais ou responsável e havendo necessidade de ser afastado o agressor da companhia da criança ou adolescente, o Conselho Tutelar comunicará imediatamente os fatos ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude (art. 130 e 201, III, ECA).

XIII – Desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as finalidades previstas no art. 131 da Lei Federal n. 8.069/90, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição.

Parágrafo único - Ao atender qualquer criança ou adolescente, o Conselho Tutelar conferirá sempre seu registro civil e verificando sua inexistência ou irregularidade no mesmo, comunicará o fato ao Promotor de Justiça da comarca para os fins o art. 102 e 148, § único, “h”, Do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça e/ou violação de direitos de Criança ou Adolescente, adotando os procedimentos legais cabíveis e, se for o caso, aplicando as medidas de proteção previstas em lei.

§ 1 - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por autoridade judiciária mediante a provocação da parte interessada ou de representante do Ministério Público.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

§ 2 - A autoridade do Conselho Tutelar para a aplicação das medidas de proteção deve ser entendida como a função de tomar providências, em nome da sociedade e fundamentada no ordenamento jurídico, para que cesse a ameaça ou violação aos direitos da Criança ou Adolescente.

São vedadas as deliberações do Conselho Tutelar com número superior ou inferior ao de sua composição, sob pena de nulidade dos atos praticados.

Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo de outras atribuições definidas no Regimento Interno do Conselho:

- I - cumprir o disposto no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- II - zelar pelo efetivo atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- III - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- IV - velar pelos princípios da autonomia do Conselho Tutelar e da permanência das suas ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente, da legislação municipal.

Porto Belo

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 017/2015

RESOLUÇÃO Nº 017/2015

“NOMEIA OS MEMBROS E SUPLENTES PARA O CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JONAS AMADEU RAULINO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25º, inciso I, alínea “J” do Regimento Interno, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO resolve:

ART. 1º - Ficam Nomeados os Membros e Suplentes para o Conselho de Ética, que assim ficou constituído:

MEMBROS:

Presidente: Joel Orlando Lucinda
Relator: Ailton Neckel de Souza
Membro: João Mendes

SUPLENTES:

Vereador: Elias Cabral
Vereador: Frank Max Marques
Vereador: Eduardo Prado

ART. 2º - - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2015.
Ver. Jonas Amadeu
Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
“ Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

Pouso Redondo

PREFEITURA

LEI 2593

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.593/2015, de 07/04/2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Executivo autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO - SITRASP, para que o mesmo utilize, a partir desta data até dia 31 de dezembro de 2016, uma sala de nº 06 (seis) com área total de 61,02m² (sessenta e um metros e zero dois decímetros quadrados), área está localizada dentro do “CENTRO CULTURAL E ESPORTIVO HERANÇA TROPEIRA.”, situado a Estrada Oswaldo Reif, na Localidade de Rio das Pombas, Município de Pouso Redondo.

§ 1º - O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser revogado a qualquer momento, por necessidade da Administração.

Art. 2º - A área de terras que trata o artigo 1º desta lei faz parte de um todo pertencente a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, registrado no Cartório de Imóveis de Comarca de Trombudo Central sob a matrícula nº 14.187.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de abril de 2015.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

LEI 2594

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.594/2015 de 07/04/2015.

Dispõe sobre a inclusão de elementos de despesa no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 e Lei Orçamentária 2014 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam incluídos no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 e Lei Orçamentária 2014 o elemento de despesa, a saber:

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
01. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 09 - Administração Geral e Financeira
Projeto-Atividade: 2.003 - Manutenção do depto de Tributação, fiscalização e topografia
Recurso: 0.1.0000- Recursos Ordinários
Despesa: 3.3.93.39.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.160,00

05. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
02. DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TOPOGRAFIA
04.122.0009.2.006 - Manutenção do depto de Tributação, fiscalização e topografia
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 09 - Administração Geral e Financeira
Projeto-Atividade: 2.006 - Manutenção do depto de Tributação, fiscalização e topografia
Recurso: 0.1.0000- Recursos Ordinários
Despesa: 3.3.93.39.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.040,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 07 de abril de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

LEI 2595

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina
LEI Nº 2.595/2015 de 07/04/2015
AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL À SOCIEDADE HOSPITALAR COMUNITÁRIA ANNEGRET NEITZKE DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 7º, inciso III, 65, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Pouso Redondo, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CONSIDERANDO que a Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke é a única unidade de atendimento hospitalar localizada no Município, procedendo aos atendimentos sem fins lucrativos;

CONSIDERANDO que a Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke atende a todas as demandas provenientes de acidentes na região, em razão da localização, na Rodovia BR 470, compreendendo ligações entre os municípios de Otacílio Costa, Mirim Doce, Taió, Rio do Oeste, Trombudo Central, Braço do Trombudo, prestando os primeiros atendimentos e efetuando transferência dos acidentados/pacientes para outras unidades de saúde - e que, por este fato, não recebe Autorização de Internação Hospitalar (AIH-SUS);

CONSIDERANDO que a Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke necessita firmar equilíbrio financeiro para que possa

gerar sua contabilidade de forma eficaz, viabilizada a manutenção das atividades em função da população;

CONSIDERANDO, ainda, que o Poder Público tem a obrigação de zelar pela saúde pública do cidadão, atendendo aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da eficiência da Administração Pública:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção social, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), à Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CPNJ sob o n. 83.632.828/0001-90, entidade sem fins lucrativos com sede à Rodovia BR 470, KM 16, nesta cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O valor integral da subvenção social deverá ser repassado em parcela única, depositada no Banco do Brasil S/A, agência n. 2495-3, conta-corrente n. 11.202-X, em nome da Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke.

Art. 3º. O valor da subvenção social deverá ser utilizado para o pagamento das despesas de energia elétrica; telefonia; alimentação e utensílios domésticos para serem utilizados na cozinha do Hospital; medicamentos e material hospitalar; reformas e manutenção do prédio; mobiliário; aquisição de roupas (uniformes, roupas de cama, toalhas de banho, pijamas, cortinas e cobertores); fraldas geriátricas ou pediátricas; produtos de limpeza; coleta de lixo; material de expediente e equipamentos de informática, ainda que anteriores à data do repasse, desde que vinculadas ao exercício das atividades de promoção da saúde e assistência médico-social.

Art. 4º. A Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para apresentar ao Departamento Contábil relatório dos gastos, com as Notas Fiscais relativas ao pagamento das despesas autorizadas com as verbas da subvenção social.

Art. 5º. Para atender à despesa com a subvenção social a que se refere esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para a modalidade de aplicação, conforme segue:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 3 - Administração Geral Financeira
Projeto-Atividade: 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração
Recurso: 130 - Recursos Ordinários
Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 07 de abril de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA 453

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina
PORTARIA Nº 453/2014 DE 16/12/2014
Designa servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor MARCIO MARCELINO FELIZARI, ocupante do cargo de afetivo de MECÂNICO do Grupo 11, para Coordenar e Conferir as Notas Fiscais do Departamento de Compras de acordo com Art. 47 da Lei Complementar nº 001/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos da designação da data de 24/10/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 16 de dezembro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

Rio do Sul**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 269/2015 - SCHEILA MARA BRESSAN**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 269/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHEILA MARA BRESSAN, portador(a) do CPF nº 083.954.379-43, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Santa Cruz, nº 73, Bairro Progresso - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Especial, nível II 75%, com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Roberto Machado, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.157,50 (Dois mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/04/2015 e encerrando-se em 08/05/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº. 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E

por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA	SCHEILA MARA BRESSAN
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 270/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 270/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA APARECIDA RIZZO, portador(a) do CPF nº 023.206.729-58, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Baldassari, nº 286 - Bairro Itoupava - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Daniel Maschio, em substituição a Margaret Aparecida Carvalho, que está em Licença para Tratamento de Saúde. CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.157,50 (dois mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/04/2015 e encerrando-se em 08/05/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na

Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA	MARCIA APARECIDA RIZZO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DECRETO Nº 4633, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4633, de 06 de abril DE 2015.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos no art. 26 da Resolução nº 038/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, para o quadriênio do exercício 2014 - 2018, devidamente indicada por sua entidade:

II - Como representantes dos Professores:

Suplente: Dirce Preis, substitui Vera Luci Roveda.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4634, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4634, de 07 de abril de 2015.

"CONVOCA A 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 10ª Conferência Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, a ser realizada no município de Rio do Sul/SC, no dia 28 de Abril de 2015.

Art. 2º - A 10ª Conferência Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente terá como tema central: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

PARAGRAFO ÚNICO - A 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como objetivo Geral: Garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos

de crianças e adolescentes, a partir do fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e adolescente, sob os seguintes eixos: I) Promoção dos direitos da criança e do adolescente; II) Proteção e Defesa de direitos; III) Protagonismo e participação de crianças e adolescentes; IV) Controle social da efetivação dos Direitos; e V) Gestão da política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Art. 3º - A Secretaria Municipal da Assistência Social e de Habitação do município de Rio Do Sul expedira, mediante Resolução, o regimento interno da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a organização, o funcionamento e o procedimento a ser adotado para a escolha de seus delegados.

Art. 4º - As dispensas com a organização e realização da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente correrão a conta de recursos orçamentários do Fundo da Infância e Adolescência/FIA do Município de Rio do Sul/SC.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o DECRETO Nº 4626, de 31 de março de 2015.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

07 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4635, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4635, de 07 de abril DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14 DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação do Recurso da Casan para Repavimentação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01645510	Transferências de Convênios - Estado - Obras e Serviços Urbanos	R\$	1.000.000,00
	TOTAL	R\$	1.000.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

07 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0243/RH

PORTARIA N. 243/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, ao servidor ALTAIR GUILHERME BECKER, matrícula n. 2876201, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso Superior de Tecnologia em Marketing, com fundamento ao disposto nos Arts. 73 ao 83, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 30 (trinta) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 82 e 83.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de janeiro de 2015, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MRB

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.389, DE 7 DE ABRIL DE 2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.389, DE 7 DE ABRIL DE 2015.

Homologa Termo de Convênio nº 7 de 2015, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social e a Conferência São Vicente de Paulo.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 7 de 2015, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social e a Conferência São Vicente de Paulo, que tem por objetivo contratar o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade referente ao acolhimento institucional na modalidade de abrigo para idosos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 7 de abril de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

PORTARIA Nº 833/2015

PORTARIA No 833, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Autoriza o Gozo remanescente e o Gozo de Férias ao Servidor Douglas Rafael Lizot

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 a 13 de maio de 2015, em complemento ao período remanescente referente a 2013 - 2014, de acordo com a Portaria nº 783, de 03 de julho de 2014, ao servidor Douglas Rafael Lizot, Técnico Legislativo - Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º Fica autorizado o gozo de férias do dia 14 a 23 de maio de 2015, referente ao período 2014- 2015, ao servidor Douglas Rafael Lizot, Técnico Legislativo - Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Parágrafo único. De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 24 de maio a 02 de junho de 2015 em abono pecuniário.

Art. 3º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 4º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 07 de abril de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 834/2015

PORTARIA No 834, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Dispensa do Ponto

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Ficam os servidores do Poder Legislativo de Rio do Sul dispensados do ponto no dia 17 de abril de 2015, sexta-feira, como compensação das horas que serão trabalhadas na sessão solene de entrega do Título Basílio Corrêa de Negredo que ocorrerá no dia 15 de abril de 2015, Feriado Municipal - Aniversário de Rio do Sul.

Art. 2º Na referida data não haverá qualquer tipo de expediente, voltando a Câmara Municipal as suas atividades normais a partir do dia 22 de abril de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de abril de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO Nº 018/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO nº 018/2015, de 06 de ABRIL de 2015.
Decreta Ponto Facultativo.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base nos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo Municipal no dia 20 de abril de 2015, em todas as repartições públicas municipais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 06 de abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

josé carlos oneda

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 019/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 019/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Salto Veloso.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.524/2014, DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Salto Veloso, pelo período de 2 (dois) anos, os seguintes representantes de entidades governamentais e não governamentais do Município, conforme abaixo segue:

1 - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

1.1 Representantes da Secretaria da Educação:

Titular: Monica Giacomini

Suplente: Edna Godinho

1.2 Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Loreni Salete Correa Olivo

Suplente: Ediana Castanheiro

1.3 Representantes do Departamento de Assistência Social:

Titular: Andreia Leite Godoy Vitti

Suplente: Rudimar Cornelli

1.4 Representantes da Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Débora Baronchello

Suplente: Camilo Dornelles

2 - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

2.1 Representantes da Associação de Pais e Professores da Escola

Estadual Cecília Vivan:

Titular: Ilse Zambilo

Suplente: Regina Biscaro Ansiliero

2.2 Representantes do Conselho de Pais do Centro Municipal de Educação Infantil Nona Vergínia:

Titular: Fernanda Vitali de Bortoli

Suplente: Luciana Barbosa

2.3 Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

Titular: Elizete Farenzena Pasin

Suplente: Ademir Jung

2.4 Representantes da Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Avelino Biscaro:

Titular: Sueli Neuhaus

Suplente: Andreza Bertoto

Art. 2º - A Diretoria do CMDCA ficou assim composta: Andreia Leite Godoy Vitti, para o cargo de presidente, Sueli Neuhaus, para o cargo de vice-presidente e Debora Baronchello, para o cargo de secretária.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos imediatos, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 08 de abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

josé carlos oneda

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 020/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 020/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Junta Médica Oficial e fixa os exames médicos para instrução de Laudo de Inspeção de Saúde - contratações do Concurso Público 001/2015 e de outros processos de seleção que vierem a ocorrer em 2015.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, no uso das atribuições legais e em conformidade com Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 570/91 e Lei Complementar nº 016/2010:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os profissionais Hamilton Camargo Gamba CRM/SC 5392, Mariana Ragnini CRM/SC 21101 e Helio Renato Fogliatto CRM/SC 4143, para compor a Junta Médica Oficial do Município de Salto Veloso.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 08 de abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO N. 003/2015**

CONTRATO Nº 003 /2015

DIVULGAÇÃO DE PUBLICIDADES, EVENTOS, ATOS OFICIAIS DE FORMA ESCRITA DA CÂMARA MUNICIPAL.

CONTRATO que entre si fazem, de um lado CAMARA DE VE-READORES DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, Centro, Salto Veloso-SC, inscrita no CNPJ/MF n. 08.607.626/0001-72, representado neste ato por seu Presidente Sr. VALDENIR JOSÉ ZAMBONI, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF n. 744.246.379-72 e RG n. 2.405.884-0, residente e domiciliado na Linha Alto Veloso, Interior, Salto Veloso-SC, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa ARES GRÁFICA E EDITORA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 08.628.783/0001-64, estabelecida à Rodovia SC 453 Km 26,5, s/nº, interior de Arroio Trinta - SC, representada neste ato por sua responsável, JUNIOR CEZAR BIAVA, brasileiro, inscrito no , CPF nº 034.455.389-21, e RG Nº 25-3.782.813, doravante denominada CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração, foi autorizada nas seguintes condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1.^a - Este contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços de publicações de atos oficiais, tais como balanços, balancetes, Decretos Legislativos, Contratos, resumo de licitações, Indicações, Editais e ações da Câmara Municipal de Salto Veloso, mediante divulgação semanal com espaço de meia página.

DO PRAZO

CLÁUSULA 2.^a - O prazo dos serviços constantes na Cláusula 1.^a do presente contrato será de 09 (nove) meses, iniciando-se em 01 de abril de 2015 e findando em 31 de dezembro de 2015.

Parágrafo primeiro: o presente contrato poderá ser renovado através de termo aditivo, pelo que concordam as partes.

Parágrafo segundo: As partes acordam ainda que o presente contrato poderá ser rescindido a qualquer momento por iniciativa de qualquer das partes, sem que isso implique em qualquer ônus, devendo ser feito mediante aviso por escrito com prazo de trinta dias de antecedência.

DO PREÇO

CLÁUSULA 3.^a - O valor total do presente contrato será de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), divididos em 09(nove) parcelas no valor de R\$388,88(trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos) mensais, sendo que os pagamentos serão sempre até o dia trinta de cada mês.

Parágrafo único - Em situações específicas em que houver publicações legais e especiais que ultrapassem meia página de jornal, será acrescido valor proporcional ao valor contratado.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA 4.^a- Será da responsabilidade da Contratada a realização dos serviços constante da Cláusula Primeira deste Contrato.

a) Prestar os serviços de publicações e outros que se fizerem

necessários, nas condições e formas previstas neste Contrato, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Fazer as publicações, em meia página, DE FORMA SEMANAL.

c) Fazer as publicações enviadas pelo Contratante, nas condições por este estabelecidas, através de aviso encaminhado por ofício, contendo o dia para a veiculação, tamanho, conteúdo e outros que se fizerem necessários às publicações;

d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

e) Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados à Câmara e à terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento dos serviços, sem nenhuma responsabilidade do contratante.

f) Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação dos serviços, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo Contratante, sob pena de rescisão do contrato e consequente indenização.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Ficará sobre responsabilidade da CONTRATANTE, a entrega de todo o material necessário para execução dos trabalhos ora tais como:

- Fotos e imagens a serem adicionadas nas páginas;- Textos descritivos;
- Logotipo.

O CONTRATANTE deverá efetuar corretamente os pagamentos à CONTRATADA, conforme clausula 3^a.

DO FORO

CLÁUSULA 5.^a - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para esclarecerem quaisquer dúvidas que por ventura vierem a surgir.

DO ENCERRAMENTO

CLÁUSULA 6.^a - E por estarem justos e contratados, assinam o presente, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Salto Veloso, 30 de março de 2015.
CAMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO
repr. por Valdenir José Zamboni
CONTRATANTE

Jornal Novos Ares
CNPJ 08.628.783.0001-64
CONTRATADA
Ares Gráfica & Editora Ltda - ME

TESTEMUNHAS:

Nome: Silbéli Aparecida Matos Ganasini Nome: Gabriela Bissani
CPF n. 715.854.609-82 CPF n. 078.605.259-76

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 002/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 002/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2015

FORMULÁRIO SIMPLIFICADO

OBJETO:	Contratação de prestação de serviços de publicações de atos oficiais, tais como balanços, balancetes, Decretos Legislativos, Contratos, resumo de licitações, Indicações, Editais e ações da Câmara Municipal de Salto Veloso, mediante divulgação semanal com espaço de meia página.
FUNDAMENTO LEGAL	Art. 24, II da Lei no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico incluso ao presente processo, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.
RAZÃO DA ESCOLHA	A motivação principal da escolha deve-se ao fato da empresa possuir Jornal de circulação regional, abrangendo os municípios vizinhos, com distribuição de 250 unidades no município de Salto Veloso o que certamente melhor atende ao interesse público, motivando-se ainda a escolha pelo preço acessível que foi ofertado.
CONTRATADO	Contratado: ARES GRÁFICA E EDITORA LTDA ME
PREÇO	Valor Total: R\$3.500,00(três mil e quinhentos reais)
RATIFICAÇÃO	<p>Valdenir José Zamboni, Presidente da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, RATIFICA a Dispensa de Licitação em consonância com as informações acima, nos termos do Artigo 26, II e III, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações, a ARES GRÁFICA E EDITORA LTDA ME.</p> <p>Salto Veloso (SC), 30 de março de 2015. VALDENIR JOSÉ ZAMBONI Presidente</p>

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****DECRETO Nº 12, DE 17 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO Nº 12, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Comissão Técnica para fins de Avaliação dos Imóveis que tenham a finalidade de locação pelo Município de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais com o Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam indicados para avaliação e posterior emissão de laudo de avaliação dos imóveis que tenham a finalidade de locação pelo Município de Santa Rosa do Sul, os seguintes senhores:

- Pedro Paulo de Bitencourt - Engenheiro Civil e Agrimensor - CREA nº 036964/6
- Leonardo R. da Silva - Advogado - OAB/SC 26.210-B
- Francisco dos Santos Farias - Corretor de Imóveis - CRECI nº 010968

Art.2º Os laudos deverão ser apresentados de forma individualizada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de março de 2015.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

EDITAL DE PREGÃO Nº 038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 038/2015- PR 038/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para aquisição de 01(um) motor novo completo, montado, para o veículo Ambulância Renault Master 2.5 Diesel 16V, ano 2009/2010, motor G9U, Placa MII-3024, destinado a Secretaria de Saúde. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 13h30min do dia 22 de abril de 2015, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 08 de Abril de 2015.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO Nº 039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 039/2015- PR 039/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de pessoa jurídica para reforma com chapeação e pintura geral de gabinete, chassi e rodas do caminhão Ford Cargo Truck 1419, ano 1990/1990, PL LZF-6933, incluindo o fornecimento de materiais. Conforme especificações descritas no "Anexo I - Termo de Referência" do presente edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 15h:45min do dia 22 de abril de 2015, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 16:00horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 08 de abril de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO Nº 040/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 040/2015-PR Nº 40/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços na distribuição e veiculação de avisos, comunicados e campanhas promocionais e institucionais desta Prefeitura, exercício 2015. Com recebimento da documentação e proposta até as 17h30hmin do dia 22 de abril de 2015, credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08h:30min do dia 23 de abril de 2015. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 08 de abril de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA EDITAL DE PREGÃO Nº 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Contrato nº 34/2014-PR 34/2014

Publicação na Edição nº 1719 de 08/04/2015

Onde lê-se:

Da Entrega e Abertura: "Com entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 17:00 horas do dia 20 de Abril de 2015, credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:30 horas do dia 22 de Abril de 2015."

Leia-se:

Da Entrega e Abertura: "Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 08h:30min horas do dia 22 de Abril de 2015, e início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08h:45min. do mesmo dia."

Santiago do Sul**PREFEITURA****EDITAL 33/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº. 42/2015.

Edital: PREGÃO Nº. 33/2015.

Objeto: Prestação de serviços de seguros da frota Municipal.

Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29 de abril de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29 de abril de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 07 de abril de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 13/2015
MENOR PREÇO GLOBAL

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público a homologação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 13/2015, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA À REVITALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E IMPLANTAÇÃO DE PASSEIOS E CICLOVIA NA AVENIDA SÃO BENTO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 311.146-23/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, para à empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, totalizando em R\$ 295.228,99.

São Bento do Sul, 04 de março de 2015.
Cassio Luiz Zschoerper
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO Nº 57/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO Nº 57/2015
O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, vem através deste comunicar que o Edital de Pregão acima especificado com o seguinte objeto: Aquisição e instalação de ar condicionado para a Secretaria de Educação (TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201300578), ficou deserto.

São Bento do Sul, 02 de abril de 2015.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

CONVÊNIO Nº 002/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2015
TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E SÃO BENTO CLUBE DE NATACÃO.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado o SÃO BENTO CLUBE DE NATACÃO, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.946.594/0001-89, estabelecida à Rua Wigando Koch, 251, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENENTE, neste ato representada por seu Presidente Marco Rodrigo Redlich, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 2.017.568, CPF/MF nº 005.692.819-03,

residente e domiciliado à Rua Aviador Harry Bollmann, 178, Centro, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3485, de 01 de abril de 2015 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades do São Bento Clube de Natacão com custeio das despesas referentes a competições esportivas, tais como: taxas de inscrições, alimentação, hospedagem, transporte em competições fora do município e prestação de serviços de contabilidade, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1175/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 03 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido ao CONVENENTE no mês de abril de 2015.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 00002946-6 a favor do São Bento Clube de Natacão.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

O CONVENENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à

Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 07 de abril de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

MARCO RODRIGO REDLICH

Presidente do São Bento Clube de Natação

TESTEMUNHAS:

LUIZ NERI PEREIRA

CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA

CPF 791.399.579-34

II. RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 61/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

II RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 61/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PAPANDUVA, BAIRRO CRUZEIRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 791370/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº SR.2626.1009071-48/2013, sofreu alterações na Planilha de Orçamento item 3 - Pavimentação em seu subitem 3.7, Cronograma Físico Financeiro e Valor Total Máximo da Obra.

Informamos que as alterações estão disponíveis no site da prefeitura, sito www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, abre-se o prazo da abertura do Edital Concorrência Pública nº 61/2015 do dia 13/04/2015 às 14:00 horas para o dia 11/05/2015 às 09:00 horas, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e propostas serão até as 08:30 horas.

São Bento do Sul, 09 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

LEI Nº 3496/2015

LEI Nº 3494, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTSAL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTSAL, CNPJ/MF 05.533.231/0001-84 no valor total de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), objetivando a manutenção da modalidade de Futsal durante o ano de 2015.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação São Bento de Futsal.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação São Bento de Futsal.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTSAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779/20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTSAL, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.533.231/0001-84, estabelecida à Rua Manoel Tavares, 85, Apt. 101, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu

Presidente Adilson Ernesto Just, brasileiro, industrial, portador da Carteira de Identidade nº 927.090, CPF/MF nº 551.573.439-49, residente e domiciliado à Rua Manoel Tavares, 85, Ap. 101, Centro, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bento de Futsal com o custeio de despesas referentes a uniformes, materiais esportivos, taxa de inscrição, transferência, alimentação, transporte, revalidações, arbitragem, contábeis, administrativas e bancárias, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1635/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 09 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal Agência 0628, Conta Corrente nº 2.836-2 a favor da Associação São Bento de Futsal.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do

convênio original antes do término com a devida justificativa;
VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação

da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

ADILSON ERNESTO JUST

Presidente da Associação São Bento de Futsal

TESTEMUNHAS

Nome: _____

CPF _____

Nome: _____

CPF _____

RESULTADO DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2015

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2015, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA À REVITALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E IMPLANTAÇÃO DE PASSEIOS E CICLOVIA NA AVENIDA SÃO BENTO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 311.146-23/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

São Bento do Sul, 04 de março de 2015.

Cassio Luiz Zschoerper

Secretário de Planejamento e Urbanismo

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2015

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, através de seu Presidente torna pública a dispensa de licitação para contratação da empresa Geraldo Hofmann, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, para manutenção e conservação mensal das instalações elétricas.

DO VALOR: R\$ 7.200,00.

São Bento do Sul, 31 de março de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

GERALDO HOFMANN - pela Empresa Contratada

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 28/2015**

Pregão Eletrônico nº 28/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 28/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 28/2015, e o envio das propostas será das 18:00hrs do dia 09/04/2015 até as 08:00hrs do dia 23/04/2015 pelo site www.bll.org.br. Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 23/04/2015 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição hidrômetros classe C, cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no ANEXO I do edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site www.bll.org.br e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos**PREFEITURA****AVISO N.42/2015 - INEXIG.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm n. 42/2015

Edital ...:Inexigibilidade p/compras e serv. N.42/2015

Tipo: Preço compatível ao praticado no mercado

Objeto: Serviços de arrecadação de tributos municipais

Contratado: Banco do Brasil S/A

Valor: R\$35.000,00(trinta e cinco mil reais)

Justificativa: Fundamentada no art. 25-caput da Lei n.8666/93

Vigência: 31.12.2015

São Carlos-SC, em 08 de abril de 2015-

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO N.43/2015 - DISPENSA

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Processo Adm. Nº.:43/2015.

Edital:Dispensa de Lic p/compras e Serv. N. 43/2015

Tipo : Preço compatível ao praticado no Mercado

Objeto: serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA

Contratado: Cons Informática na Gestão Púb Municipal (CIGA)

Valor : R\$ 6.030,00.(seis mil e trinta reais)

Justificativa: Fundamentada no art 24 , inciso VIII da Lei Lic. N.8666/93 , artigo 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

.Vigência: até 31.12.2015

SAO CARLOS, 08 de abril de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

EXT TERMO COMP N.01/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

T.Comp. Nº.:01/2015

Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS

Contratada...:CEMAR FONINI

Objeto :CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL NA ÁREA DA SAÚDE -

MÉDICO ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS ELETIVOS

Valor :R\$120.000,00(CENTO E VINTE MIL REAIS)

PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 7/2015

Vigência : 12 MESES

SAO CARLOS,06 DE ABRIL DE 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DO TERMO N.14/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:14/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:KNAPP E CIA LTDA
Objeto :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E
DETONAÇÃO DE ROCHA
Valor :R\$106.000,00(cem e seis mil reais)
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.
32/2015
Vigência : Orçamento vigente

SAO CARLOS,06 de abril de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO N.12/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:012/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:MILTON LEAL VARGAS -ME
Objeto :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO -
SERVENTE E CARPINTEIRO
Valor :R\$133.900,00(cento e trinta e três mil e novecentos
reais)
PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.
26/2015
Vigência : Orçamento vigente

SAO CARLOS,01 de abril de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO N.13/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:013/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:OHLAND LOCAÇÕES EIRELE ME
Objeto :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINA NO PE-
RÍMETRO URBANO E RURAL
PARA ABERTURAS DE VALAS
Valor :R\$27.450,00(vinte e sete mil quatrocentos e cin-
quenta reais)
PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.
31/2015
Vigência : Orçamento vigente

SAO CARLOS,06 de abril de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO CONT N.17/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.:017 /2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:INSTITUTO PREIMUM SOLUÇÕES LTDA-ME
Objeto :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE
ASSESSORIA ,
CONSULTORIA COM VISTAS AO PLANEJAMENTO EM CONTROLE
INTERNO,COM
EDIÇÃO DE PLANO DE TRABALHO E MANUAIS DE AUDITORIA,
NORMAS E PROCEDIMENTOS
Valor :R\$37.200,00(trinta e sete mil e duzentos reais)
Vigência : 12 meses
Licitação :29/2015

SAO CARLOS,06 de abril de 2015.
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

LEI N. 1756 DE 08 04 15 LEI CONSELHO TUTELAR

LEI Nº 1756, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.594, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O parágrafo único do artigo 12 da Lei Municipal nº 1.594, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

Parágrafo único. O Secretário Municipal de Assistência Social será o Gestor do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência.”

Art. 2º. O artigo 14 da Lei Municipal nº 1.594, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. O Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros titulares, para cumprirem mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eletivo.

§ 1º Serão eleitos como conselheiros titulares os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior quantidade de votos, ficando os demais candidatos classificados como suplentes;

§ 2º A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito do conselheiro tutelar concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, vedada qualquer outra forma de recondução.”

Art. 3º. Acrescenta ao artigo 17 da Lei Municipal nº 1.594, de 29 de junho de 2009, os parágrafos 1º, 2º e 3º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17.

§ 1º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.”

Art. 4º. O artigo 20 da Lei Municipal nº 1.594, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.”

Art. 5º. O artigo 21 da Lei Municipal nº 1.594, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. Os Conselheiros Tutelares serão remunerados, sob a forma de subsídio mensal, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), já inclusos os plantões, a serem reajustados na mesma data e na mesma proporção em que for reajustada a remuneração dos servidores públicos municipais de São Domingos (SC), por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo vedado qualquer outro tipo de remuneração adicional.

§ 1º. O subsídio mensal referido no caput deste artigo passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2016;

§ 2º. No exercício financeiro de 2016 não haverá o reajuste previsto no caput deste artigo.”

Art. 6º Acrescenta ao artigo 22 da Lei Municipal nº 1.594, de 29 de junho de 2009, os incisos IV e V, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade.”

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário contidas na Lei nº 1.594, de 29 de junho de 2009.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 022/2015 - PR 128/2014 - Processo 332/2014 - Contratado: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMATICA - EIRELI. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos para atender a montagem do parque tecnológico previsto no programa nacional de apoio a gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiros PNAFM. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir deste termo. Valor: R\$123.500,00 - cento e vinte e três mil e quinhentos reais. Data da Assinatura do Contrato: 24 de fevereiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 023/2015 - PR 128/2014 - Processo 332/2014 - Contratado: ZOOM TECNOLOGIA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos para atender a montagem do parque tecnológico previsto no programa nacional de apoio a gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiros PNAFM. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir deste termo. Valor: R\$18.234,99 - dezoito mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos. Data da Assinatura do Contrato: 24 de fevereiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 024/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 024/2015 - PR 128/2014 - Processo 332/2014 - Contratado: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EPP. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos para atender a montagem do parque tecnológico previsto no programa nacional de apoio a gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiros PNAFM. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir deste termo. Valor: R\$134.000,00 - cento e trinta e quatro mil reais. Data da Assinatura do Contrato: 24 de fevereiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 032/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 032/2015 - TP 038/2015 - Processo 414/2015 - Contratado: TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviços de drenagem urbana da rua João Teodoro da Silva e Pedro Paulo Kretzer, nesta cidade, incluso elaboração de projeto executivo, execução de serviços de remoções, drenagem por meio de bueiros tubulares de concreto, execução de caixas de ligação, reperfilagem e capeamento asfáltico e serviços complementares. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir deste termo. Valor: R\$865.045,79 - oitocentos e sessenta e cinco mil, quarenta e cinco reais e setenta e nove centavos. Data da Assinatura do Contrato: 25 de fevereiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 033/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 033/2015 - PR 137/2014 - Processo 349/2014 - Contratado: VEGA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e arquitetura para a prestação de serviços técnicos de elaboração de projeto executivo referente a ampliação da sede do 10º Batalhão de Bombeiros Militar de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano, contados a partir deste termo. Valor: R\$40.700,00 - quarenta mil e setecentos reais. Data da Assinatura do Contrato: 27 de fevereiro de 2015.

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 02/FUNESJ/2015**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer****SÃO JOSÉ
PREFEITURA****EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 02/FUNESJ/2015**

A Prefeitura de São José, através da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ, torna público o presente Edital de Chamada para Seleção, destinado a entidades sem finalidades lucrativas, interessadas em executar PROJETOS ESPORTIVOS DE INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO ESPORTE (desporto comunitário) E/OU DE DESPORTO DE RENDIMENTO no Município de São José (SC), no ano de 2015.

1. INFORMAÇÕES GERAIS**1.1. Objeto:**

O Edital objetiva selecionar entidades, sem fins lucrativos, interessadas em executar:

- 1.1.1 Programas/projetos de rendimento desportivo, com investimentos específicos, por meio de celebração de Convênios de Cooperação, em modalidades e/ou categorias (ou naipes) não contempladas pelo Edital nº 02/FUNESJ/2014.
- 1.1.2 Programas/projetos sociais na área de esporte, com investimentos específicos, por meio de celebração de Convênios de Cooperação, em áreas remanescentes do Município, não abrangidas por nenhum projeto social e/ou, em modalidades não contempladas pelo Edital nº 03/FUNESJ/2014.

1.2. Cronograma:

- 1.2.1. Lançamento do Edital: 10/04/2015
- 1.2.2. Apresentação dos Projetos e Documentação: a partir do dia de lançamento
Horário: 13h às 19 horas
Forma: Envelope lacrado
- 1.2.3. Publicação dos resultados preliminares: 30 (trinta) dias após o protocolo do projeto
- 1.2.4. Assinatura do Termo de Convênio: 15 (quinze) dias após a publicação do resultado
- 1.2.3. Primeiro pagamento: 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Convênio

1.3. Este edital ficará aberto por todo o ano de 2015 para projetos a serem executados até Dezembro do mesmo.

1.4. Condições de Participação:

Poderão participar na condição de proponentes, para este edital, pessoas jurídicas, sem finalidade econômica, cujo ato constitutivo disponha expressamente sobre sua finalidade esportiva, ainda que não exclusiva.

2. APRESENTAÇÃO E ENVIO DOS PROJETOS

2.1. Os proponentes interessados deverão encaminhar projetos na formatação de Plano de Trabalho (Anexo 1), prevendo prazo de execução para no máximo 8 (oito) meses ou proporcionalmente ao mês de protocolo, através do e-mail indicado no item 3.3.

2.2. Juntamente com o Projeto, o e-mail deve conter toda documentação relacionada no Anexo 2, sem a qual o projeto será desclassificado.

2.3. Não será aceito nenhum acréscimo de material ou informações após a entrega do projeto.

2.4. Será indeferido o projeto que não preencher os requisitos enumerados neste Edital ou não apresentar todos os itens discriminados em seu Anexo 1.

2.5. A FUNESJ se reserva ao direito de não contemplar todos os projetos aprovados. Os convênios serão celebrados conforme interesse e disponibilidade financeira dos recursos da Fundação.

2.6. O montante máximo destinado a cada projeto fica estabelecido em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

2.7. Todos os projetos serão inteiramente gratuitos, sendo vedado qualquer tipo de cobrança.

3. INSCRIÇÃO

3.1. A inscrição será gratuita, aberta e direta, mediante protocolo de projeto e documentos através do e-mail < convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br >, a partir da data estipulada no item 1 deste Edital. Não serão aceitos projetos protocolados por outro meio.

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



**SÃO JOSÉ
PREFEITURA**

3.2. O assunto do e-mail deverá conter a seguinte informação: “REF. EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 02/2015. Projeto e Habilitação. Proponente: (indicar a razão social do proponente). Tipo de Projeto: (Desporto Comunitário ou Desporto de Rendimento)”.

3.3. A documentação incompleta ou o valor acima do estipulado pelo item 2.6 deste Edital implica na desclassificação do projeto.

3.4. O ato da inscrição pressupõe plena concordância com os termos deste Edital, regulamentos e Leis vigentes.

3.5. A inscrição não garante ao proponente a seleção do respectivo projeto, não gera obrigação de contratação à FUNESJ e não gera a obrigação de patrocínio ao projeto pelo valor solicitado.

3.6. Caso o tamanho da documentação exceda o limite a ser anexado, os e-mails devem ser encaminhados separadamente, tanto quanto forem necessários, indicando o número de partes em cada um (por exemplo: “Parte 1 de 3”).

3.7. Quanto aos projetos que forem inscritos em duplicidade (será considerado duplicidade mesmo objeto e mesmo nome), será considerado válido o que tiver a data mais recente.

3.8. Cada tópico do projeto deverá ser preenchido de forma objetiva e sucinta, conforme a metodologia explicada no próprio modelo (Anexo 1). Será indeferido o projeto que não preencher os requisitos enumerados neste Edital ou não apresentar todos os itens discriminados em seu Anexo 1.

3.9. Os Projetos apresentados sem o preenchimento de qualquer um dos campos do Anexo 1, serão automaticamente descartados e eliminados para esta seleção, resguardado o direito da Comissão de Seleção de Projetos de solicitar aditamento sob tutela do princípio da supremacia do interesse público.

3.10. A confirmação de recebimento do e-mail é imprescindível para prova de protocolo. Caso não receba a confirmação, o PROPONENTE deve entrar em contato pelo telefone (48) 3241-3511 e solicitar contato com o Setor de Convênios da FUNESJ.

4. SELEÇÃO:

4.1. A seleção será desenvolvida em quatro etapas:

4.1.1. Avaliação dos Projetos e da Documentação por Comissão específica, no prazo máximo de trinta dias após a data de protocolo, não cabendo recursos (Anexo 3).

4.1.2 Homologação final.

4.2. A Comissão de Análise de Projetos - composta por 3 (três) membros e designada pela Superintendente da FUNESJ - examinará os projetos, verificando, primeiramente, o cumprimento de todos os requisitos deste Edital e de seus anexos.

4.2.1. Os integrantes da Comissão de Projetos não poderão manter qualquer tipo de vínculo profissional, direto ou indireto, com entidades proponentes.

4.3. Os projetos aprovados na triagem administrativa serão analisados segundo os critérios técnicos descritos abaixo:

4.3.1. Histórico de projetos do proponente na área afim do projeto;

4.3.2. Consistência da proposta: adequação entre objetivo, metodologia, resultados esperados e cronograma de execução;

4.3.3. Regionalização, modalidade esportiva e número de atendimentos;

4.4. Serão atribuídas notas de 1 (um) a 4 (quatro) referentes a cada um desses critérios, sendo estas equivalentes a: ruim (1), regular (2), bom (3), excelente (4). Os projetos deverão alcançar média mínima de 3.

4.5. Serão eliminados projetos apresentados para modalidades já contempladas no local de execução proposto.

4.6. A Comissão de Projetos, de posse da avaliação do projeto, enviará, para deliberação da Superintendente da FUNESJ, um relatório final emitido e assinado por todos os membros desta Comissão, juntamente com as planilhas de avaliação, valores destinados ao projeto e demais documentos do processo, para homologação.

4.7. O montante destinado ao presente Edital será definido em função dos projetos pré-selecionados e considerará a disponibilidade orçamentária remanescente da FUNESJ para programas de desenvolvimento desportivo comunitário e de rendimento.

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



**SÃO JOSÉ
PREFEITURA**

4.8. A seleção não implica na sua aprovação pelo valor solicitado. A FUNESJ se reserva do direito de decidir o valor do aporte destinado a cada projeto, conforme disponibilidade orçamentária da instituição.

5. ITENS FINANCIÁVEIS

5.1. São itens financiáveis, que podem constar no Plano de Trabalho dos projetos apresentados:

- I. Material permanente;
- II. Material de consumo;
- III. Serviços de profissionais para execução do projeto;
- IV. Serviços de assessoria de pessoa jurídica;
- V. Ajuda de custo com atletas para alimentação e transporte, no valor máximo de R\$ 300,00 por atleta.

5.2. Para os serviços de profissionais para execução do projeto cujo objeto seja aquele descrito no item 1.1.1 deste Edital, o Termo de Convênio fixará valor máximo da hora/aula a ser paga por profissional, tomando por base o vencimento da categoria dos ACT's (Admitidos em Caráter Temporário) da Secretaria Municipal de Educação.

6. ITENS NÃO FINANCIÁVEIS

6.1 Destaca-se que os itens a seguir não serão financiados por este edital:

- a) Despesas com obras e reformas (estrutura física): construções, obras civis de ampliação e/ou reformulação em estruturas prediais;
- b) Despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar, bem como gratificações, prestações de serviços de assistência técnica, consultoria ou qualquer espécie de remuneração a integrantes de seu quadro funcional ou a empregados e servidores públicos da administração direta e indireta, de qualquer esfera de governo;
- c) Despesas de rotina, tais como contas de luz, água, telefone, e similares (entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da entidade que tiver seu projeto aprovado);
- d) Despesas para pagamento de impostos, taxas;
- e) Despesas com elaboração de projetos ou quaisquer despesas de pré-investimento;
- f) Despesas com aquisição de imóveis e aluguéis;

7. CONTRAPARTIDAS

7.1. As contrapartidas oferecidas à Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, devem ser, no mínimo, as seguintes:

- 7.1.1. Impressão da logomarca da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José (Anexo 4) em todas as peças de publicação do projeto, peças de divulgação e de distribuição, inclusive convites de lançamento. Todo o material em que sua logomarca seja exibida deverá ser previamente aprovado, em termo escrito a ser juntado à prestação de contas final, pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José;
- 7.1.2. Citação verbal do patrocínio da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José em todas as entrevistas à imprensa sobre o projeto, os quais deverão também estar disponíveis para entrevistas e matérias jornalísticas de veículos acionados pela Fundação;
- 7.1.3. A Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José poderá mencionar seu patrocínio ao projeto em suas campanhas e peças de comunicação institucional, e utilizar imagens dele decorrentes, sem qualquer ônus;
- 7.1.4. Exibição de banner da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, confeccionado pela Proponente, como Patrocinadora do evento, no local de realização do projeto.

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



**SÃO JOSÉ
PREFEITURA**

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A prestação de contas deverá ser apresentada periodicamente (trimestral) e deverá obedecer às normas do Termo de Convênio firmado entre a Entidade e a FUNESJ e à Lei nº 8.666/93.

8.2 A não apresentação da Prestação de Contas trimestral no prazo previsto e/ou a existência de Prestação de Contas com pendências não solucionadas em tempo hábil, impede que a Entidade receba novos repasses de recursos, mesmo que para Projetos diferentes.

8.3 A simples apresentação da Prestação de Contas trimestral, não enseja automaticamente sua aprovação. A Prestação de Contas deverá ser analisada pela FUNESJ, em relação a organização, conferência dos documentos, validade das despesas, etc. Em seguida, é contabilmente checada e, se aprovada, liquidada, ficando disponível para objeto de auditoria pela Controladoria Municipal e pelo Tribunal de Contas do Estado.

9. DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS.

9.1 É vedada a participação de organização inadimplente com o poder público municipal.

9.2 A celebração do convênio fica a cargo da FUNESJ; e somente será realizada a assinatura dos referidos convênios as entidades que estiverem com documentação e situação regularizada junto aos órgãos competentes, caso contrário o projeto deverá ser desclassificado.

9.2.1 Para efeitos do item 9.1, considera-se situação de inadimplência o conveniente que:

- I. Não apresentar a prestação de contas, final ou parcial, dos recursos recebidos nos prazos estipulados por esse edital, ou, tiver pendências em prestações de contas anteriores;
- II. Não tiver a sua prestação de contas aprovadas pela concedente por qualquer fato que prejudique o erário.
- III. Estiver em débito junto a órgão ou entidade da Administração pública municipal, pertinentes à obrigações fiscais ou contribuições legais.
- IV. Destinar recursos públicos como contribuições, auxílios ou subvenções a instituições com fins lucrativos.

10. INFORMAÇÕES GERAIS

10.1. O período de execução do projeto seguirá o ano calendário, encerrando-se, obrigatoriamente, em dezembro de 2015.

11. ESCLARECIMENTOS E ALTERAÇÕES

11.1. Caso o Proponente tenha qualquer dúvida com relação ao Edital e seus anexos, deve requerer à Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José a interpretação ou esclarecimento, antes da apresentação de seus documentos.

11.2. A Superintendência da FUNESJ reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente edital.

11.3. Os documentos dispostos no Anexo 2 deste Edital pode sofrer alterações, às quais será dada a devida publicidade.

11.4. Os Anexos 1 a 5 integram este edital e devem ser observados tanto quanto as demais cláusulas do presente documento.

12. LIBERAÇÃO DE RECURSO

Ficará suspensa a liberação das parcelas do convênio quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública ou municipal nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio.

13. RESULTADO

A relação dos projetos selecionados será divulgada na fan Page oficial da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José (<http://facebook.com/esportesj>), no Diário Oficial do Município de São

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



SÃO JOSÉ
PREFEITURA

José e via correspondência eletrônica, diretamente aos participantes, em datas previstas no item 1 deste edital.

14. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A qualquer tempo o presente edital poderá ser revogado, reestruturado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique em direito à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

15. DA FISCALIZAÇÃO DOS PROJETOS

15.1. Os fiscais designados pela Portaria nº 01/2015/FUNESJ, acompanharão a execução do convênio, reservando-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas de fiscalização e/ou solicitar informações adicionais (quando julgar conveniente), visando aperfeiçoar o sistema de acompanhamento e avaliação, o qual preencherá um relatório no modelo disposto no Anexo 5 deste Edital.

15.2. Verificado o descumprimento de qualquer item do Edital, do Termo de Convênio ou das normas aplicáveis, a entidade ficará sujeita às sanções previstas no Termo de Convênio, sem prejuízo das sanções legais.

São José (SC), 07 de Abril de 2015.

Andréa Luiza Grando

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes
e Lazer de São José

Antenor Paes de Castro

Superintendente Adjunto da Fundação Municipal
de Esportes e Lazer de São José

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



**SÃO JOSÉ
PREFEITURA**

ANEXO 1 - PLANO DE TRABALHO (ROTEIRO DE PROJETO / modelo obrigatório)

Campo 1 – o projeto deve ter um nome próprio, indicar se é desporto de rendimento ou comunitário e qual a modalidade proposta.

1. NOME DO PROJETO	
TIPO DE PROJETO: (rendimento ou comunitário)	MODALIDADE:

Campo 2 – todas as lacunas deste campo são de preenchimento obrigatório, o e-mail de contato deve ser aberto periodicamente, haja vista ser através do mesmo os avisos quanto a este processo seletivo.

2. PROPONENTE	
NOME DA ENTIDADE:	
CNPJ:	LOGRADOURO (AVENIDA, RUA, ALAMEDA. ETC):
N.º:	BAIRRO:
MUNICÍPIO:	CEP:
TELEFONE (S):	E-MAIL:
REDES SOCIAIS:	SITE:
ANO DE CRIAÇÃO:	ANOS DE ATIVIDADE:
BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:	

Campo 3 – as informações devem ser fiéis aos documentos entregues em conjunto com o “Plano”; qualquer divergência implicará em solicitação de retificação do Plano, atrasos e até inviabilizar a assinatura do convênio.

3. PRESIDENTE DA PROPONENTE		
NOME:		CPF:
RG / ÓRGÃO EXP.:		TELEFONE (S):
DATA DA POSSE	DURAÇÃO DO MANDATO:	E-MAIL:

Campo 4 – neste campo deverá ser indicada a pessoa responsável pelo acompanhamento técnico do projeto e prestação de contas do convênio – execução, aplicação financeira, metas, indicadores – será, também, o interlocutor entre o núcleo, o órgão proponente e/ou a Superintendente. O responsável técnico deve, obrigatoriamente, estar inscrito no CREF e estar devidamente registrado na Federação e/ou Confederação da respectiva modalidade:

4. RESPONSÁVEL TÉCNICO	
NOME:	CPF:
RG / ÓRGÃO EXP.:	TELEFONE (S):
Nº REGISTRO / FEDERAÇÃO OU CONFEDERAÇÃO:	

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



**SÃO JOSÉ
PREFEITURA**

Campo 5 – informar neste campo o objetivo do convênio, fazendo um breve resumo do projeto e os dados principais do projeto.

5. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO	
PREVISÃO DE INÍCIO DO PROJETO:	TÉRMINO DO PROJETO:
PÚBLICO ALVO:	META QUANTITATIVA DE ATENDIMENTO:
METODOLOGIA: (descrever princípios, protocolos e referencial teórico)	

Campo 6 – neste campo deverá ser indicado o nome do Local onde se propõe o desenvolvimento da atividade, exemplo: “Escola Municipal” ou “Ginásio Municipal”, e seu endereço completo. Caso as atividades sejam realizadas em vários locais, deverá ser informado em outro quadro, tantos quantos forem necessários.

6. LOCAIS DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO:			
NOME DO LOCAL:			
AV./RUA e Nº:	BAIRRO:	QTD. BENEFICIÁRIOS:	DE NÚCLEO SEDE (este núcleo é onde serão realizados os treinos de rendimento)
NOME DO LOCAL:			
AV./RUA:	BAIRRO:	QTD. BENEFICIÁRIOS:	DE NÚCLEO: (indicar o n.º e nome que será dado ao núcleo das escolinhas de formação, as quais são contrapartida obrigatória da entidade)

Campo 7 – neste campo deve-se explicar os motivos da implantação do Projeto.

7. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Campo 8 – relacionar as metas e objetivos inerentes às pessoas nele envolvidas. Lembre-se que a essência da diferença entre meta e objetivo está em que o objetivo é um alvo qualitativo, enquanto a meta é um alvo quantitativo. Em outras palavras, a meta é a quantificação de um objetivo.

8. METAS E OBJETIVOS
OBJETIVOS:
METAS:

Campo 9 – dando sequência as metas e objetivo acima descritos, neste quadro deverá ser registrado o cronograma de desenvolvimento do projeto, identificando-se a meta do Projeto, cada etapa e/ou fase, suas respectivas descrições e sua previsão de início e fim, observando-se uma sequência temporal lógica para cada uma.

É muito importante o correto e claro preenchimento da **lacuna Meta**, pois ela identifica os objetivos e as justificativas para a implantação do projeto. Ela deverá ser coerente com o Projeto e com o Plano de Trabalho e ter indicado sempre o número de beneficiários (pré-estabelecido X para cada núcleo implantado). Abaixo trazemos um exemplo preenchido:

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO / META, ETAPAS OU FASES

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



SÃO JOSÉ
PREFEITURA

OBJETO			PREVISÃO	
Meta	Etapa ou fase	Descrição	Início	Fim
1. Atender ... crianças e adolescentes, por um período de 8 meses, desenvolvend o X núcleos de modalidades esportiva,.	Implantação do núcleo de escolinha 1	Recebimento dos recursos		
		Divulgação do projeto	A partir da assinatura do convênio	
		Seleção dos beneficiados	Do 1º mês	Ao 8º mês
		Contratação dos serviços	Até 30 dias após recebimento dos recursos	Prestação de serviços por 8 meses
		Aquisição dos materiais de consumo	Até 30 dias após recebimento dos recursos	Até 8º mês de execução do projeto
	Funcionamento do núcleo	Desenvolvimento das atividades	Do 1º mês	Ao 8º mês
		Prestação de contas trimestral de atividades	Agosto, Novembro	Agosto, Novembro
2. Treinamento de equipes de rendimento para representar o Município na modalidade	Prestação de Contas Final	Encaminhamento à FUNESJ da relação de despesas efetuadas, notas respectivas e relatório final das atividades	Dezembro	Dezembro
	Treinamento no local x	Iniciação	Maio	Junho
		Aperfeiçoamento	Junho	Julho
		Preparação física	Maio	Dezembro
	Participação em campeonato	Seleção de atletas	Junho, Setembro	Junho, Setembro
		Campeonato entre núcleos	Outubro	Outubro
		JASC	20 de Novembro	30 de Novembro
	Prestação de Contas Final	Encaminhamento à FUNESJ do relatório de resultados obtidos	Dezembro	Dezembro

Campo 10 – as atividades descritas na coluna “descrição” devem ser dispostas na planilha abaixo exemplificada, esta constitui um resumo prático da planilha anterior.

10. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES									
Ações / Mês	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Recebimento dos recursos									
Divulgação do projeto									
Seleção dos beneficiados	X	X	X	X	X	X	X	X	
Contratação dos serviços									
Aquisição dos materiais de consumo	X	X	X	X	X	X	X	X	
Prestação dos serviços contratados	X	X	X	X	X	X	X	X	
Desenvolvimento das atividades	X	X	X	X	X	X	X	X	
Prestação de contas trimestral de atividades	X			X			X		
Encaminhamento à FUNESJ da relação de despesas efetuadas, notas respectivas e relatório final das atividades								X	
Iniciação									
Aperfeiçoamento	X	X							
Preparação física	X	X	X	X	X	X	X	X	
Seleção de atletas		X			X				
Campeonato entre núcleos						X			
JASC							X		
Encaminhamento à FUNESJ do relatório de resultados obtidos								X	

Fundação Municipal de Esportes e Lazer



SÃO JOSÉ

PREFEITURA

Campo 11 – este irá escrever as atividades a serem desenvolvidas, indicar as turmas e seus os horários de funcionamento, relacionando também o dia da semana que elas ocorrerão (marque com um “X” a coluna correspondente, conforme exemplo). Este item deve demonstrar as 12 (doze) horas de contrapartida obrigatória da entidade. Ademais, a entidade deve se assegurar que os horários sejam mantidos atualizados para fins de fiscalização.

11. GRADE HORÁRIA

NÚCLEO	TURMAS	HORÁRIO	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sáb
NÚCLEO SEDE (treinamentos)	Especificar categoria	17h - 18h	X		X			
TOTAL DE HORAS SEMANAIS:		10 horas semanais						
NÚCLEO 1	Turma 1	14h - 16h	X	X	X	X		
TOTAL DE HORAS SEMANAIS:		8 horas semanais						

Campo 12 – No orçamento deve-se relacionar o valor total do projeto apresentado. Tal valor deve observar o disposto no subitem 2.6 do Edital. As planilhas deste campo e subitens serão preenchidas de forma exemplificativa.

12. ORÇAMENTO

Fonte	Valor do Investimento Solicitado
Município de São José (FUNESJ)	R\$ 20.000,00

Campo 12.1 – No orçamento resumido, a proponente deve relacionar os custos resumidos por tipo de despesa. Deve-se criar tantos itens quanto forem necessários, numerando-os sequencialmente.

12.1 ORÇAMENTO RESUMIDO

Item de Custo	Valor total
1. Equipamentos esportivos	R\$ 460,00
2. Materiais de divulgação	R\$ 410,00
3. Recursos humanos	R\$ 18.000,00
4. Uniformes	R\$ 1.130,00

Campo 12.2 – No orçamento analítico os números dos itens de custo se tornam códigos e cada item deve ser descrito da forma mais minuciosa possível. Explicando seu preenchimento: o **código** a que se refere a primeira coluna é simplesmente sequencial e deve observar o número do item. Este código será utilizado quando da prestação de contas. O **item/balizamento** trata da indicação do material e/ou serviço incluído no item. A **unidade de medida** indica como o produto é adquirido – unidade, caixa, quilo, pacote. A **duração** é quantas vezes a operação irá se repetir. Por exemplo, a entidade irá adquirir bolas 3 vezes durante a execução, 10 bolas de cada vez, na especificação da **quantidade** deverá indicar 10 e não 30, pois no **valor total** será considerado o cálculo (quantidade x duração x valor unitário).

12.2 ORÇAMENTO ANALÍTICO

1. Cód.	2. Item / Balizamento	3. Qtd	4. Unid.	5. Duração	6. Vlr Unit.	7. Vlr Total (3x5x6)
1. Equipamentos esportivos						
1.1	Bolas Max 200	3	Unidades	1	R\$ 100,00	R\$ 300,00
1.2	Coletes	20	Unidades	1	R\$ 8,00	R\$ 160,00
2. Materiais de divulgação						
2.1	Banners	3	Unidades	1	R\$ 120,00	R\$ 360,00
2.2	Flyers	500	Unidades	1	R\$ 0,10	R\$ 50,00
3. Recursos humanos						
3.1	Técnico	1	Serviço	8	R\$ 2.250,00	R\$ 18.000,00

Fundação Municipal de Esportes e Lazer



SÃO JOSÉ

PREFEITURA

4. Uniformes

4.1	Camisetas	40	Unidades	1	R\$ 28,25	R\$ 1.130,00
-----	-----------	----	----------	---	-----------	--------------

Campo 12.3 – O cronograma de desembolso é fundamental para correta execução do convênio. Abaixo demonstraremos um modo bem simples de executar. Contudo, cada entidade deve programar-se para executar as despesas indicadas no campo 12.2 da melhor forma possível.

12.3 ORÇAMENTO ANALÍTICO								
Item	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.1	R\$ 300,00							
1.2	R\$ 160,00							
2.1	R\$ 360,00							
2.2	R\$ 50,00							
3.1	R\$ 1.130,00							
4.1	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00
Total Mensal	R\$ 4.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.250,00

Campo 13 – A conta bancária a ser vinculada ao projeto e, por conseguinte, ao convênio, deve ser **exclusiva para recebimento das verbas da Fundação**, o único outro valor que pode ser creditado na conta é aquele referente a compensação das tarifas bancárias.

13. DADOS BANCÁRIOS			
BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:	OPERAÇÃO:

FINAL – o “Projeto” encaminhado por e-mail em formato .doc será transformado em um Plano de Trabalho, nos mesmos termos, o qual deverá ser rubricado (em todas as suas folhas), datado e assinado pelo Responsável Técnico designado e pelo Presidente da Entidade ou seu representante juridicamente constituído. O documento só será anexo ao convênio, dando ao mesmo eficácia, após devidamente assinado.

ORIENTAÇÕES FINAIS:

1. todos os valores expressos no Plano de Trabalho, deverão estar em Reais;
2. a entidade pode acrescentar, após os campos exigidos, outros campos que achar convenientes, haja vista que quanto mais detalhes acrescentados ao Projeto, melhor, mas é necessário muito cuidado e atenção para que não se fuja do escopo do Projeto;
3. quando julgado necessário e pertinente, pode-se acrescentar campos e lacunas no plano, acrescentando-se linhas às planilhas. O espaço de cada campo/lacuna não é fixo, podendo ser ampliado conforme a necessidade;
4. o modelo acima refere-se a projetos de desporto comunitário e desporto de rendimento em um mesmo plano de trabalho. Caso a habilitação seja para um ou outro, alguns itens tornam-se dispensáveis, podendo ser deixados em branco ou excluídos do projeto.

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



**SÃO JOSÉ
PREFEITURA**

**ANEXO 2 - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CELEBRAÇÃO DE
CONVÊNIOS COM ENTIDADES EM 2015**

Deverão ser encaminhados digitalizados juntamente com o projeto (Anexo 1) os seguintes documentos:

1. Documentos da Entidade e Responsáveis

- Estatuto da Entidade;
- Ata de Posse;
- CPF e RG, ou CNH do Presidente
- CPF e RG, ou CNH do Tesoureiro
- CPF e RG, ou CNH do Responsável Técnico
- Comprovante de inscrição do responsável técnico no CREF

Os documentos acima deverão ser autenticados, nos termos do edital, mediante apresentação do original na sede da Fundação ou através de cópias autenticadas em cartório.

2. Documentos de regularidade diante dos órgãos públicos

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de
- Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho
- mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou
- Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- Pareceres positivos das Prestações de Contas Parciais (primeiro semestre) do exercício de 2014, caso tenha recebido algum valor da PMSJ, no exercício de 2014;

As certidões deverão estar válidas na data limite determinadas no preâmbulo deste Edital. Quando nas certidões não constar o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias da data de emissão. Os pareceres, caso sejam da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, podem ser solicitados através do e-mail convênios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

**3. Documentos de regularidade diante das entidades de administração do desporto
(SOMENTE PARA PROJETOS DE DESPORTO DE RENDIMENTO)**

- Comprovante de inscrição do responsável técnico no CREF
- Comprovante de regularidade do responsável técnico na Federação e/ou Confederação
- Declaração de regularidade da entidade diante da Federação e/ou Confederação da modalidade, a qual deve estar ligada ao Comitê Olímpico Brasileiro, no caso das modalidades olímpicas.

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer****SÃO JOSÉ
PREFEITURA****ANEXO 3 – FICHA DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO****PROJETO:****PROPONENTE:****Etapa 1 – Triagem administrativa:**

- 1.1. Documentação:
- 1.2. Requisitos do projeto:
- 1.3. Tipo de projeto (1.1.1 ou 1.1.2):
- 1.4. Recebimento de verbas por outro edital?:

Etapa 2 – Análise de modalidade e local de execução:

- 2.1. Modalidade já contemplada?
- 2.2. Local já contemplado?
- 2.3. Há interesse/disponibilidade orçamentária da FUNESJ neste projeto?

Etapa 3 – Atribuição de notas (1-ruim, 2-regular, 3-bom, 4-excelente)

	Membro 1	Membro 2	Membro 3	Média
Histórico da proponente na área fim do projeto				
Consistência da proposta				
Regionalização, modalidade esportiva e número de atendimentos				
Média Final:				

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



SÃO JOSÉ
PREFEITURA

ANEXO 4 - PUBLICIDADE

1. Logo oficial (uniformes oficiais, de treino e camisetas de projetos)

COSTAS OBRIGATÓRIA: Imagem acima deve estar presente com 25 cm de comprimento, na parte de cima, nas costas, nas cores azul, preta ou branca.



FUNDAÇÃO DE ESPORTES E LAZER
SÃO JOSÉ
PREFEITURA

FRENTE: Caso haja estampa na frente, a entidade deve fazer presente o Brasão do Município no lado oposto ao Brasão da Entidade, nas mesmas dimensões que este último, conforme imagem:



*As imagens, entregues em formato .pdf (aberto) em CD para cada entidade, também podem ser solicitadas através do e-mail: esporte@pmsj.sc.gov.br.

2. Patches (kimonos)

FRENTE: Devem ser espelhados uma em cada ombro, nas dimensões abaixo especificadas.



COSTAS: A imagem das costas não poderá estar em tamanho inferior a 20cm².



**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



SÃO JOSÉ
PREFEITURA

3. Banners, folders, fichas de inscrição e demais materiais: Estes materiais devem conter a imagem constante no item 2, em tamanho igual à logomarca da entidade. Os banners devem, ainda, dar destaque ao nome do projeto.

ANEXO 5 – RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



SÃO JOSÉ
PREFEITURA

Quantidade de páginas deste relatório:	Data da visita: Hora:	Núcleo:	Fiscal:
Relatório de Fiscalização Fiscalização nº ____/2015 Termo de Convênio nº ____/2015/FUNESJ Entidade Conveniada: Local:			
1. Na Data da Visita			
Alunos presentes:		Responsáveis presentes:	
Atividades realizadas (descrever):			
2. Da Publicidade			
Banner do projeto com logo da FUNESJ:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Tamanho aprox.: ____ cm	Uniformes com a logo da FUNESJ:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Tamanho aprox.: ____ cm
Observações:			
3. Dos Relatos			
Nome:	Idade:	<input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Responsável <input type="checkbox"/> Outro:	
Relato sobre o projeto:			
Crítica ou sugestão:			
Nome:	Idade:	<input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Responsável <input type="checkbox"/> Outro:	
Relato sobre o projeto:			
Crítica ou sugestão:			
4. Apontamentos do Fiscal			
Assinatura do Fiscal		Assinatura do Responsável	

**Fundação Municipal de
Esportes e Lazer**



SÃO JOSÉ
PREFEITURA

SJPREV**DECRETO 3979/2015**

DECRETO Nº 3979/2015

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 002851/2015 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para a servidora RENATA DE ALMEIDA MACIEL, matrícula 744, ocupante do cargo de Agente Comunitário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, com proventos proporcionais a 35% (trinta e cinco por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de fevereiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

São José do Cedro**PREFEITURA****EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.40/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº40/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 40/2015, Edital de Pregão Nº 40/2015, Objeto: aquisição de peças e contratação de serviços mecânicos para realizar conserto no comando direcional, freio, cârter, diferencial e laterais do trator de esteira modelo d-65, pm - 0288, de uso do departamento de transportes e obras do município. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 23/04/2015. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do dia 23/04/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.

Antonio Plinio de Castro Silva

Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.063, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.063, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, § 1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.45				
06.2.019.3.3.90.				
00.00.00.00.00.0				
1.0000	47	Aplicação Direta	R\$ 500,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 08 de abril de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS N. 001/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS N.001/2015

A Diretoria de Fazenda da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, NOTIFICA os contribuintes do lançamento dos tributos municipais para o exercício de 2015, conforme Decreto nº 5.002, de 10 de dezembro de 2014 - CALEN-DÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015, com os seguintes vencimentos:

TRIBUTOS	VENCIMENTO
1. Taxas:	
1.1. Taxa pelo exercício do poder de Polícia.	Isento.
1.2 Taxa pela prestação de serviços públicos.	Conforme requerimento do contribuinte (antes da prestação do serviço).
2. Impostos:	

2.1 Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	1ª parcela e parcela única: 10/03/2015; Demais parcelas: todo dia 10.
2.2 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Variável (ISS)	15º dia do mês subsequente.
2.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Fixo (ISS)	30º dia do mês; 28º dia do mês de fevereiro.
3. Restituições: 3.1. Manutenção/ conserto de Netbook's conforme Lei Municipal nº 2.131, de 07 de novembro de 2013.	30 dias após a emissão da Nota Fiscal ou parcelado em até 10 vezes.
4. Taxa de Coleta de Lixo	1ª parcela e parcela única: 10/0/2015 Demais parcelas: todo dia 10.

Os carnês de IPTU/Taxas 2015 deverão ser retirados no Ginásio Municipal de Esportes.

Os contribuintes que não receberem as guias para pagamento do ISS Fixo, deverão comparecer na Prefeitura Municipal - Setor de Tributação - para informações.

Os contribuintes que não retiraram seus tributos municipais serão notificados através de edital.

São Lourenço do Oeste, SC, 08 de abril de 2015.

Indianara de Bona

Diretora de Fazenda

Matrícula 3234/01

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS N.001/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

A Diretoria de Fazenda da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, NOTIFICA os contribuintes a seguir relacionados, que não retiraram o carnê de IPTU/Taxas 2015 e do ISS Fixo 2015, até o vencimento, que os mesmos estão disponíveis no Setor Tributário.

NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL
IPTU 2015	
ASTI IMÓVEIS LTDA	5574
ASTI IMÓVEIS LTDA	4816
ASTI IMÓVEIS LTDA	4794
ALOISIO HELMUTH THOMAS	60654
ALAOR GERALDO DA SILVA/VIVALDINA L DA SILVA	61604
ALTAIR CADORA	3735
ALTEMIR CARVALHO	7002
ALZEMIRO ZANGER ESTACIO	12
ALCIDES MARIA DA SILVA	5873
ALCIR PERONDI	1375
ALCEU ANTONIO FURLANETTO	5637
ALBENEIR DA SILVA	6187
AUTO ELETRO SANAGIOTTO LTDA	821
ADRIANOJOSE FERNANDES	60748
ADOINO DIAS DE ALMEIDA	3325
ADRIANO JOSE FERNANDES	34728
ADRIANO JOSE FERNANDES	6037
ADRIANO JOSE FERNANDES	6139

ADRIANO JOSE FERNANDES	60699
ADILIO VALIN DA CUNHA	2384
ADEMIR FRANCISCO SCHNEIDER	544
ADELINA MARTINS PINTO DA SILVA	5021
ADELINO MARINO DOS SANTOS	2411
AGUIAR LEITE ANTUNES/AMAURI SAUER TELES	2426
AGENOR GIRARDI	4025
AMARILDO JOSE COLET LONGO	4907
AIRTON CARLOS BORTOLIN	2053
AIDE PANDINI BATZNER E OUTROS	7035
AMADEU FERREIRA/ARGEU CAMARGO	60075
AMADEU FERREIRA/ARGEU CAMARGO	60074
AMADEU FERREIRA/ARGEU CAMARGO	60080
AMADEU FERREIRA/ARGEU CAMARGO	60077
AMADEU FERREIRA/ARGEU CAMARGO	6076
ANTONIO NASCIMENTO CEPEDA	5234
ANTONIO VALDOMIRO SILVA LONGO	4081
ANTONIO ILDO MACHADO SIMOES	5129
ANTONIO SERGIO DA SILVA PAZ	5157
ANTONIO SPRICIGO	4748
ANGELO EIDT PASQUALI	3635
ANIBEL BORSOI	5469
ANA PASCOA ECHER LARGO E OUTROS	62975
ARGEMIRO DE LIMA	4055
ARGEU XAVIER DA ROCHA	652
ARI ANTONIO TALGATTI	7029
ARI PERIN	2814
ARI PERIN E ROSALINA OZECOSKI	186
ARI PERIN E ROSALINA OZECOSKI	5555
ARLINDO MENDES DA ROSA	2084
ASTI IMOVEIS/EGIDIO COSTA	4764
ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE GUERREIRO DA PAZ	678
ASSOCIAÇÃO BIBLICA E CULTURAL DO SUDOESTE DO PARANÁ	3437
ASSOCIAÇÃO LUIZA DE MARILLAC	1360
BRUNISLAU VALDECI BECK	6842
BERNARDETE DE CAMARGO DA CRUZ	2206
BENEDITO PAULO LAZZAROTTO	754
BRASIL TELECOM S/A	1506
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	60188
CASA DOS BONS RETALHOS S/A	60423
CARLITO RODIGUES DE LARA	4777
CATARINA RODRIGUES	5712
CELIA APARECIDA TOZI GIARETTA	61751
CELITO CAETANO MAFFIOLETTI	1058
CIA COL SAUDADES/ANTONIO NUNES	2757
CLAUDIONOR MAROSKI	5024
CLAIR ANTONIO SOLIGO	2404
CLAIR JOSE RAMOS SANTOS	60179
CLARICE FRECHI	60091
CLAUBER LUIZ THOMAS	60655
CLAUDEMIR DA DILVA E SILVA	6894
CLEDERSON TENUTTI	5841

CLEITON PARIS	3423
CLEO PERUZZO	4624
CLEUSA BOZA	1422
CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL	4418
CRISTIANE SALETE GIROTTO	62172
DALCI CORREIA SANTIAGO	2275
DANILO LUIZ BRITZKE	1194
DARCI FRANCISCO BODANESE	6148
DARCI SOARES	4090
DEFENDE CLEMENTE PIZZATTO	4092
DEOSADIA HAEFLIGER	2048
DEVANISE FAVETTI DOS SANTOS	63030
DIANA RAQUEL OZECOSKI PERIN	61835
DURATEX S.A	60284
DOUGLAS FRANCISCO DARIO	61176
DORVALINO MARIN	800
DONATO FRANCISCO CRESTANI	933
DIANE BEATRIZ LAZARIN	829
DIRCEU OLIVIO GRACIOLLI	3608
DIRCELIA RODRIGUES DA SILVA	60142
DISMAR LUIS ROHR	1726
EDNILSON ERASMO DE BITENCOURT	4617
EDSON SCHEFFER	6071
ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S/A	2992
EDSON B DUTRA & CIA LTDA ME	5899
EDSON LUIZ DA SILVA	4975
EDER SOUZA DE MORAIS	3731
EDER BEVILAQUA	6884
EDENI RODRIGUES DE LARA	3544
EDIRLANE APARECIDA DE ALMEIDA	62183
EDILSON JOSÉ CARACEK	62862
EGIDIO ANTONIO CADORE	60209
ENEIDE LANDO MARIA DORNELLES	1020
ELVIO BARON	60176
ELIANE SCHENEIDER	62833
ELIEL DE OLIVEIRA	60902
ELIS REGINA SANTORE	61333
EVA GONÇALVES AMARAL/DERCIRIA ROSA DOS SANTOS GONÇALVES	2409
EVANDRO TEWES	1475
EVERTON ALENCAR CARDOSO	60034
EZEQUIEL QUERINO BERTÉ	4056
EZIO MARIANO CARLOTTO	5678
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO NO ESTADO DE SC	61137
FERNANDE DIEHL	4214
FENICE INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	4837
FENICE INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	5367
FERNANDO TONON	62798
FERNANDO XAVIER DA SILVA	61965
FRANCISCO MAIA DE SOUZA	2270
FRANCISCO NIENOW	5557
FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO	291
GABRIEL DE MIRANDA	62012

GENILSE MARIA MILAN	60668
GERALDO BORTOLIN	60241
GERSON FRARE	6981
GIAN CARLOS KRINGDGES	60689
GILMAR PESAVENTO	6140
GILVANE GARCIA MENEZES	62381
GILMAR BINELO	4173
GILBERTO CARLOS PAULINO	4593
CLEDSON STORTI	3337
GUSTAVO VALDEMAR FIDELIS	1263
HERMINDO MARCHESE	61524
HENRIQUE DLUGOKENSKI	88
IDA MUELLER	651
IGREJA DO EVANGELIO QUADRANGULAR	61959
IDAN LUIZ SUTULI	4782
IRACI TEREZINHA MENEGAZZO WANG	4344
IGNES IVANDRO E CRISTIANE TOCHETTO	62963
IGREJA BATISTA BIBLICA DE SLO	61173
ILSON MARTINS RIBEIRO	189
IGREJA EVANGELICA MISSIONÁRIA SÓ O SENHOR É DEUS	1734
IGREJA EVANGELICA SO SENHOR É DEUS	3628
IGREJA EVANGELICA A DE DEUS	953
IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	61895
ILDO SBARAINI	4311
INDUSTRIAL DE MOVEIS GROBE LTDA	6816
INDUSTRIAL DE MOVEIS GROB LTDA	63071
INGRID MILAN	60944
ISIDORO FACHIN	4082
ITACIR FERRARI	4991
ITASIR JOSÉ ANTUNES	4609
IVAN HENRIQUE	60135
IVANDRO DHEIN	2059
IVANIR AUGUSTINHO MILAN	61282
IVANOR VEIRICH	5985
IVO ANGELO LOCATELLI	60468
IVONE FATIMA MINOFF	4178
JAIR GIACOMEL	61412
JACI ELVI TURAZZI	2934
J F ALGAYER ME	62045
JANETE SONIA MILAN	6994
JANDIRA DE LIMA MARTINS DE FREITAS	6865
JANDIR CUNICO	5478
JANDIR BOTEGA	2802
JAIME JORIS	5222
JACIR NATALINO MARAFN	6143
JAMAR SEBASTIÃO PEREIRA	5708
JERRY PAGLIOSA	62915
JEFERSON TSHCA	5967
JESUE MOSCHEM	2099
JOACIR VAZATTA	3430
JOAO MARTINS	2087
JOAO BATISTA CHAVES	4079

JOAO BOENO DE LARA	2002
JOAO BORGES	2432
JOAO CASAROTTO	556
JOAO DA SILVA LIMA	272
JOAO DA SILVA LIMA	1928
JOAO MARIA DE QUADRA	3662
JOÃO CARLOS ALLIEVI	5490
JOÃO CARLOS ALLIEVI	5489
JOÃO CARLOS ALLIEVI	5488
JOÃO CARLOS ALLIEVI	5487
JOÃO CARLOS ALLIEVI	5486
JOÃO CARLOS ALLIEVI	5485
JOÃO CARLOS ALLIEVI	5484
JOÃO CARLOS ALLIEVI	5483
JOÃO CARLOS ALLIEVI	5482
JOÃO CARLOS ALLIEVI	5481
JOÃO CARLOS ALLIEVI	5480
JOÃO MARIA DE JESUS PRESTES	5786
JOÃO MARIA CARLIN	3351
JOÃO HORACIO DA MAIA	653
JOAO SIMONETTO	3281
JOÃO TRINDADE DOS SANTOS	761
JOÃO VIEIRA DE QUADROS	2430
JAN JUNIOR DANIEL	62164
JOAQUIM BARBOZA GRANJA	1935
JOAQUIM JOSE DA CRUZ	659
JONATHAN BERTHOLDO HEPFNER	62861
JASIRA MARGARET TIBES	5834
JOSIRA MARGARET TIBES	61622
JOSE ALBENEIR DOS REIS RIBAS	61252
JOSE CESAR DE ALMEIDA/ JOSE OLIVIO NUNES DE CAMARGO	3747
JOSE DARCI ANTUNES DE OLIVEIRA	2748
JOSE DIAS DE OLIVEIRA	3892
JOSE ELOI TURAZZI	6917
JOSE CLARINDO DA SILVA	2983
JOSE IVANIR AIRES POMPEU	6100
JOSE RICARDO DA SILVA PEREIRA	60191
JUCELIANE COLLA	60989
JULIANO BOLSON	1486
JULIO CEZAR FERREIRA	60201
JULIO DOS SANTOS	2408
JURANDIR JOSE PERON	5675
JUSCIMAR JOSE ROVARIS	61344
JUVENIL BALTAZAR	4019
JUVENTINO LUIZ PANDINI / PAULO CESAR PANDINI	1744
KERLI DAIANE DA CRUZ AVILA RIFFEL	62017
LOURDES LIMA - EPP	1941
LOURENCO DE OLIVEIRA DIAS	6132
LOTEAMENTO VILA NOVA LTDA - ME	62990
LORY TEREZINHA SCHEIBLER	3311
LAUDIR CARLOS BOSA	4496
LADISLAU RAMOS	61746

LAERSON SANTOS CARDOSO	4635
LEONOR JACIR SECCO	1558
LEONIR RIBEIRO	6951
LEONILDO DIVINO RAMOS	60167
LEONIR SIQUEIRA	6008
LEVINO ECCO	60139
LEOMAR TARSO	61685
LEANDRO DOS SANTOS MATIOLA	4807
LEANDRO MARTINS D` AVILA	588
LENIR APARECIDA ANTUNES	6877
LEOCIR ANTONIO BRINGHENTI	62950
LEO RIGO	5910
LIONS CLUBE CIDADE JARDIM	1271
LUIZ CARLOS BRESSAN/ CLAUDIA REGINA JACOVAS BRESSAN	4993
LUIZA APARECIDA PORCLS	2413
LUIS GRACIOLA E ALZIRA GRACIOLA	3524
LUIZ DE LIMA	100
LUIZ DOMINGOS BERGONSI	61420
LUIZ HENRIQUE LOSSO LONGO	63033
LURDES SANAGIOTTO	3549
LUCI DE LOURDES TAPPARO	6040
LUIZ BAESSO	4511
LUCINI ANDRE ALVES	6912
LUCINDA MADALENA TENGATEN	6873
LUCIA SIQUEIRA	3691
MARIA LEDOINA GRAFF	60453
MARIA LUIZA DOS REIS	315
MARIA REGINA CARNEIRO WERLANG E GUIDO	4989
MARIA SOELI CORDEIRO/JANETE MARIA SCHONS	60978
MARIA TEREZINHA GUARNIERI	1334
MARIA ENOEMA MORAIS	62379
MARIA HELENA RECH	4935
MARIA ALVES DA CRUZ	703
MARIA E LOURDES LEMES ALBINO	3585
MARLENE MAIA	62339
MARTA DEON	60960
MARTA RODRIGUES DA SILVA	4285
MARTA RODRIGUES DA SILVA	4285
MARTA RODRIGUES DA SILVA	6902
MAURICIO DE SOUZA	61681
MARILOSA SOMENZE DEON	4334
MARGARIDA FERREIRA PORTO	4502
MARIELLI STORTI	3336
MARILEI APARECIDA T. DA ROCHA	7033
MARILENE RIBEIRO DE ASSIS/ADRIANO SANDER	1934
MERCEDES ESTEVES FERREIRA	4149
MILTES CATARINA ALVES TRINDADE	60969
MOISES DE SOUZA COSTA	2433
MOACIR LUIS BOTH	4314
NATALIA J. M. DOS SANTO DAS DORE	3219
NEIVA LORENZET	1436
NELI SALETE MEIRA	60162

NELSON MENEGASSO	4822
NELSON TEZZA	2335
NELTORIDES DA SILVA	2422
NERI PEREGO	6111
NEURI SIMONETTI	61871
NERI TEZZA	4310
NEUSA MARIA DA SILVA	5960
NICASSIO ROBERTO/ ISAURA APARECIDA ROBERTO	2425
NILCE BATISTA DA SILVA	756
OSNI TRINDADE DOS SANTOS	4160
ODAIR JOSE DOS SANTOS	4029
ODEMAR JOSE GALEAZZI	4996
ODIR JOSE SCARIOT	60987
OGENIA LAUTERIO DOS SANTOS	2085
OLAVO SIVERIS E ROMALINA DA SILVA	6832
OLGA MASCARELLO	5652
OLINDA OLIVIA ROTA	62104
OSCAR KUMMER	196
OSMAR JOSE BATISTEL	2416
OSMAR JOSE BATISTEL	2418
OSMAR SALVALAIO	140
OSNIEL SEIDLER JEREMIAS	60648
OSNIEL SEIDLER JEREMIAS	61896
OSVALDO DINIZ	61355
OSVALDO DINIZ	61356
POLLI E BOITO CONTADORES ASSOCIADOS LTDA	61136
PRISCILA PRESOTTO MARASCHIN	1093
PEDRO MONTEIRO	3486
PEDRO RAIMUNDO KLEIN/ MARILEI ALVES KLEIN	2388
PEDRO JOSE MARIA	2054
PEDRO JOSE MARIA	4202
PRAZERES FRANCISCA DE MATTOS/ LUIZ QUADRA	61010
PAULINO ALEXANDRE CRUZETTA	60342
PAULO CESAR DE FARIAS	5122
PAULINHO DEON	1994
PATRICIA CORINA DE MARCHI DELFINO	5149
RAFAEL CALEFFI	1274
RAIMUNDO PAGLIOSA	511
RAMIR GUINIDI	6879
REINALDO LUIZ DANIEL	61711
REINALDO DALLE TESE	60197
REMY BULGARELLI	60331
RENATO FURLANETTO	5320
RICARDO WESCHENFELDER	61177
RIOVALDO SILVERIO GONCALVES	61345
ROBERTO ANTONIO DETONI - JURANDI LUIZ CENI	3490
ROBERTO CARLOS VICCARI	6922
ROBERTO ZOLET	60469
RODRIGO ANDRE PIASSOLI	6054
RODRIGO MABONI	1124
ROMALINA DA SILVA	4094
ROGERIO CARLOS PREVIATTI	61449
ROMARIO BRUM GULARTE	60716

RONIVON RAMPANELLI	5027
ROSA QUEROBIN DE GOS DE ARAUJO E OUTROS	62377
ROSALINA OZECOSKI	1096
ROSALINA OZECOSKI	1313
ROSALINI DE SOUZA	3358
ROSINHA CHALITO	5350
RUBIA MARIA STORTI	3339
RUDINEI JOSE TONIELLO	4460
RUDINEI ANDERON CADORE	61434
RUDNEI ANDERSON CADORE	61799
SADY LUIZ COPELLI	1135
SADI ANTONIO GALIAZZI	5992
SALESIO CHAVES	5756
SALVADOR DOS SANTOS	2429
SAMOEL DE OLIVEIRA	6862
SANDER SPENASSATO	2297
SANDRA MARIN	62375
SANTA OLIVA CANTELLI	356
SALETE MARIA KRINDGES	62871
SEBASTIAO FARIAS	4030
SEBASTIAO MARIA FARIAS	4
SELVINO TECCHIO	6986
SIDIMAR PALOSQUI	60713
SIDINEI P. XAVIER E DILSIONEI	4392
DISINEI MARCOS DEBONA	61478
SILVIA ANA DOS SANTOS	4038
SIRLEI BARZAN	62236
SOLANGE MARIA CALEGARI	60937
SOLEDADE NUNES RODRIGUES	1760
SUZANA APARECIDA BENINCA	700
SONIA DRIANE LAGO	61364
SUZANA APARECIDA BENINCA	4869
SUZIANE DE LURDES NETTO	62154
TEREZINHA RIBEIRO DE ASSUNCAO	4086
VALDECIR BELEBONI	4933
VALCIR ELIAS CHAVES	60071
VALCIR RIBEIRO DOS SANTOS	61120
VALDAIR RANZAN	5176
VALDELINO DE JESUS PEREIRA	266
VALDEVINO RIBEIRO DA SILVA	5553
VALENTIN ROGERIO MENDES	431
VALMIR FERLA	60029
VALMIR JOSE BOITO	193
VALMOR DA ROSA PERAO	6156
VALDIR NETTO	4154
VALDIR CANDIDO E OUTROS	5723
VALDIRENE VIECELI TREVISAN	61456
VALDIR MANENTI	1076
VANIA APARECIDA PROVENSI	60977
VANDERLEI BALTAZAR DOS SANTOS	62131
VERDELINO ZANATTA	62262
VERA LUCIA LEINDECKER SELLI	61833
VICENTE GUILHERME FAUTH SILVA	62857

VILSON BARBOSA	641
VITOR UGO ZAGO	62234
VILSON BARBOSA	4868
VILSON OGLIARI	5243
VIRGILIO PIRES DE LIMA	1816
VITORINO TAPPARO	5359
VITORIO GONSALVES	2086
WALDIR ANTONIO WALKER	6106
ZILDA SCOPEL DE LIMA	4318
ISS FIXO	
ADELAR BUFFON	
BENICE FOLADOR	
CLAUDETE ROSA DA SILVA	
DEVANISE FAVERRI DOS SANTOS	
EDNA VIEIRA MENDES	
EGIDIO RANZAN	
JACSON LUIZ PERES	
JOVELINO RANZAN	
LUIZ SILVESTRE DELA GIUSTINA	
TANIA APARECIDA LIMA TATIT	

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de abril de 2015.
Indianara de Bona
Diretora de Fazenda
Matrícula 3234/01

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 047/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 002/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC,
CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATADA: DIVINE PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA - ME,
CNPJ: 16.828.166/0001-30

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A BANDA "SIGMA BANDA SHOW", PARA ANIMAÇÃO DO BAILE DE LANÇAMENTO DA 5ª EFAISLO QUE SE REALIZARÁ NO PRÓXIMO DIA 16 DE MAIO DE 2015, NO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO.

VALOR TOTAL: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D - 163/2015 - 12.01.22.662.4515.
1.073.3.3.90.00.00.00.00.1000 - Realização de Feira Ind.
Com. E Serviços.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/05/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de abril de 2015.

DANIEL HIPPLER

Prefeito Municipal em Exercício

LEI COMPLEMENTAR Nº 171, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 171, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Altera a Lei Complementar nº 56, de 21 de outubro de 2005, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O item 8.4, do Anexo IV, da Lei Complementar nº 56, de 21 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“

8. ENGENHEIRO CIVIL

.....

8.4. Vagas: 03

..... ;”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

LEI Nº 2.208, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.208, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza à baixa de bens inservíveis do Patrimônio Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa do Patrimônio Municipal, dos bens especificados no Anexo Único desta Lei.

§ 1º A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo eliminar os bens inservíveis do Patrimônio Municipal.

§ 2º Considera-se inservível, para efeito desta Lei, o bem que não puder ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal ou por outro órgão ou entidade sem fins lucrativos, para o fim a que se destina, devido à perda de suas características e cuja recuperação seja considerada antieconômica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.208, de 09 de abril de 2015)

RELAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA SUCATA, MEDIANTE COLETA SELETIVA

CÓDIGO DO PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR
7127	LEITOR METROLOGIC MK5145 ECLIPSE, USB, PARA LEITURA DE CÓDIGO DE BARRAS NF ELETRÔNICAS	R\$ 330,00
13975	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER, XEROX, WORCENTRE 4118	R\$ 3.990,00
6797	SWITCH (01) UM, D-NET DN-SF 1024, PARA USO NA SALA DE GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$ 240,00
1469	IMPRESSORA DE CHEQUES, MARCA DEMATECH, MODELO DOCUMENT PRINTER, SÉRIE N. 3799050410036	R\$ 1.100,00
8930	IMPRESSORA DE CHEQUE BEMATECH, DP 20	R\$ 1.360,00
7399	IMPRESSORA BEMATECH NÃO FISCAL MP 4000, COR GRAFITE, SÉRIE N. 1012211120000023209	R\$ 849,00
4979	IMPRESSORA, MARCA LEXMARAK, MODELO E120, SÉRIE N. 9940TV3, COR PRETO/CINZA	R\$ 450,00
13938	IMPRESSORA LEXMARK MODE E 120	R\$ 480,00
4813	IMPRESSORA HP, MARCA OFFICE JET PRO, MODELO K550, SÉRIE MY6BT715WQ, COR PRETA.	R\$ 899,00
1456	MÁQUINA DE CALCULAR DE MESA, MARCA OLIVETTI LOGOS 642, SÉRIE 8998010	R\$ 67,00
1455	MÁQUINA DE CALCULAR DE MESA, MARCA OLIVETTI LOGOS 642, SÉRIE 9026000	R\$ 88,00
3332	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5 GLR N. DE SÉRIE K4SS5AA977952	R\$ 278,00
13724	MONITOR SAMSUNG SYNC MASTER 540N, CINZA	R\$ 100,00
13658	MONITOR SANSUNG LCD SYNCMASTER, 733NW, PRETO	R\$ 250,00
1478	ESTABILIZADOR MARCA NHS, MODELO PREMIUM PDV, SÉRIE 019444	R\$ 25,00
3837	NOBREAK SENOIAL, COM POTÊNCIA MÍNIMA 1500VA, SAÍDA 120V, CAPACIDADE PARA 4 MICROS COMPUTADORES E IMPRESSORAS, MARCA NHS - N. SÉRIE 011145	R\$ 1.050,00
9019	TELEVISOR LCD 32", FULL HD, WIDSCREEN, SAMSUNG	R\$ 2.450,00
4856	CALCULADORA ELETRÔNICA, MARCA OLIVETTI LOGOS 682, COR BEGE	R\$ 50,00
3329	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5 GLR, N. DE SÉRIE K4SS5AA976867	R\$ 278,00
9477	IMPRESSORA HP COLOR CM1415FNW CE862A	R\$ 1.999,00
13919	AQUECEDOR BRITÂNIA PEQUENO	R\$ 50,00
13808	AQUECEDOR BRITÂNIA PEQUENO	R\$ 50,00
811	AQUECEDOR MARCA BRITÂNIA, MODELO AB1000 COM 1000 W	R\$ 60,00
4836	ESTABILIZADOR, MODELO 600CVA Nº 7K1030412660, NA COR BRANCO	R\$ 125,00
1528	VENTILADOR MARCA BRITÂNIA, COM 3 VELOCIDADES, MODELO FORTIS VENTUS, NA COR BRANCA	R\$ 32,00
651	MIMIÓGRAFO, MARCA COPIMAQ, NAS CORES LARANJA E MARROM	R\$ 50,00
623	VIDEO CASSETE 4 CABEÇAS, MODELO VCR, NA COR PRETO, CINERAL, SÉRIE N. 22758	R\$ 100,00
8525	APARELHO DE SOM MICROSYSTEM BRITÂNIA, BS292	R\$ 340,00
775	VIDEO SEMP, MODELO SX698 SERIE N. AA050611, NA COR PRATA	R\$ 270,00

1226	MONITOR, MARCA SAMSUNG, 14 POLEGADAS, SÉRIE LB15HXAY412994M, SYNCMASTER 591V	R\$ 390,00
2182	CPU, WINDOWS XP, PENTIUM IV, 1.8 GHZ, 256 MB DE MEMÓRIA	R\$ 1.400,00
2188	VIDEOCASSETTE, MARCA SANYO, SÉRIE 9809920995V816, MODELO VHL9405	R\$ 120,00
2190	TELEVISOR, MARCA PHILCO-HITACHI, MODELO 1441, SÉRIE 162439	R\$ 180,00
2192	VIDEOCASSETTE, MARCA CCE, MODELO VCR86X	R\$ 80,00
2278	MIMIÓGRAFO, MARCA COPTATIC	R\$ 43,00
8841	IMPRESSORA MATRICIAL EPSON, MODELO LX300	R\$ 1.090,00
3383	APARELHO DE DVD/KARAOKÊ, MODELO RJ 1500DVX, NÚMERO DE SÉRIE 200603 - 46646, MARCA OMNICON, COM CONTROLE	R\$ 143,92
5128	MIMIÓGRAFO, MARCA COPIATIC, COR PRETO, SÉRIE 94203	R\$ 70,00
4992	IMPRESSORA EPSON, SÉRIE G8DY12139, MODELO LX-300 + II, COR CINZA/BRANCO	R\$ 310,00
171	VIDEO CASSETTE MARCA SANYO, 4 HEAD, SÉRIE N9701045544VO12	R\$ 230,00
4996	IMPRESSORA, MARCA HP DESKJET - F380-ALL-IN-ONE, COM SCANNER, COR CINZA (APP) - IMPRESSORA, MARCA HP DESKJET- 610, NA COR BRANCA	R\$ 750,00
13237	SWITCH HPN E4210-24 JF427A 24P FAST+2P-GIGA+2P	R\$ 1.309,70
4796	THIN CLIENT, MODELO EZ 800 BOOT REMOTO, SEM SÉRIE, MTCTA 30101994, COR PRETO, COM IDENTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS E CAPACITAÇÃO	R\$ 845,00
8633	LEITOR ÓTICO HONEYWELL/METROLOGIC MK5145, ECLIPSE	R\$ 380,00
14390	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, LASER, XEROX WORCENTRE 4118	R\$ 3.990,00
14714	CPU POSITIVO COM GABINETE, PRETO	R\$ 400,00
1657	MIMIÓGRAFO	R\$ 70,00
4992	IMPRESSORA EPSON, SÉRIE G8DY12139, MODELO LX-300 + II, COR CINZA/BRANCO	R\$ 310,00
1004	MÁQUINA DE DATILOGRAFAR MARCA OLIVETTI TEKNE 3, NA COR CINZA ESCURO	R\$ 120,00
1303	MONITOR MARCA SAMSUNG, 14 POLEGADAS, SÉRIE BL15HXAY413559Z	R\$ 390,00
1119	MONITOR, MARCA SANSUNG, DE 14 POLEGADAS, MODELO SYNC MASTER 591 V, SÉRIE LB USPNI/XAZ	R\$ 390,00
1680	MÁQUINA DE DATILOGRAFAR, MARCA OLIVETTI, NA COR CINZA	R\$ 70,00
1288	MONITOR, MARCA SAMSUNG, MODELO SYNCMASTER, SÉRIE LB15HXAY412997L	R\$ 390,00
1131	MONITOR, MARCA SANSUNG, DE 14 POLEGADAS, MODELO SYNC MASTER 591 V, SÉRIE LB15HXAY412982W	R\$ 390,00
1256	MONITOR, 15 POLEGADAS, MARCA ADC, MODELO 5EN, SÉRIE 40A00861526BJL	R\$ 250,00
1687	MONITOR, MARCA AOC, MODELO 5EN, SÉRIE 40A2008-615-26B	R\$ 250,00
1016	MÁQUINA DE DATILOGRAFAR, MARCA OLIVETTI TEKNE 1016, NA COR CINZA ESCURO	R\$ 120,00
15739	CPU HD 320GB, MEMÓRIA 4 GB, PLACA MÃE 1155 MWX, PROCESSADOR CORE I3, GRAVADOR DE DVD	R\$ 928,00

14324	IMPRESSORA BEMATECH, NÃO FISCAL, PARA IMPRESSÃO DE RECEITAS MÉDICAS, MODELO MP2100	R\$ 800,00
1468	AUTENTICADORA DEMATCH SÉRIE N. 4420050238808	R\$ 750,00
4772	IMPRESSORA DIGITAL 240 VTLS, MARCA BEMATECH, SERIE N. 4420070473608	R\$ 500,00
4751	MINI SYSTEM, MARCA TOSHIBA 3300 - 7520, NF. N. 005457- SÉRIE 1 - PAN SL MOVEIS	R\$ 900,00
40	PURIFICADOR DE ÁGUA, MODELO PA 4.0, MARCA LATINA	R\$ 420,00
8841	IMPRESSORA MATRICIAL, EPSON, MODELO LX300	R\$ 1.090,00
2159	VIDEOCASSETTE, MARCA SEMP, SÉRIE AA053118, MODELO VCX698	R\$ 130,00
13400	VENTILADOR DE COLUNA, VENTISOL, BRANCO, 40CM	R\$ 94,00
13401	VENTILADOR DE COLUNA VENTISOL, BRANCO, 40CM	R\$ 94,00
13402	VENTILADOR DE COLUNA VENTISOL, BRANCO, 40CM	R\$ 94,00
1479	NO-BREAK, MARCA BST, SÉRIE LN95081766	R\$ 800,00
15211	MICRO SYSTEM PHILIPS	R\$ 120,00
795	LUMINÁRIA COM SUPORTE DE FERRO	R\$ 30,00
816	LUMINÁRIA COM SUPORTE DE FERRO	R\$ 30,00
965	LUMINÁRIA COM SUPORTE DE FERRO	R\$ 30,00
15083	RÁDIO, MARCA LENOX, PRETO, COM DETALHES EM VERMELHO, COM ENTRADA PARA USB	R\$ 80,00
1447	REFRIGERADOR DE ÁGUA ELÉTRICO, MARCA MASTERFRIO, MODELO MG20, SÉRIE 99545, NA COR BEGE	R\$ 230,00
14501	BALANÇA ELETRÔNICA, MARCA URANO, MODELO US 30/2, CARGA MÁXIMA 30KG	R\$ 700,00
14385	VENTILADOR DE PAREDE VENTISOL , 0,60 CM, PRETO	R\$ 120,00
14386	VENTILADOR DE PAREDE VENTISOL , 0,60 CM, PRETO	R\$ 120,00
1278	MONITOR MARCA SAMSUNG, MODELO SYNCMASTER 591, SÉRIE 412980J, LB 15 HXAY	R\$ 250,00
3335	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5 GLR, N. DE SÉRIE K4SS5AA976894	R\$ 278,00
3340	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5 GLR, N. DE SÉRIE K4SS5AA976895.	R\$ 278,00
2563	MONITOR, MARCA SAMSUNG SYNC MASTER 591V, MODELO LB15VCPN/XAZ	R\$ 390,00
3324	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5 GLR, N. DE SÉRIE K4SS5AA977973	R\$ 278,00
3338	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5 GLR, N. DE SÉRIE K4SS5AA977499	R\$ 278,00
3321	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5 GLR, N. DE SÉRIE K4SS5AA977978	R\$ 278,00
1250	MONITOR MARCA LG, MODELO STUDIO WORKS 563A, SÉRIE 206SP25387	R\$ 390,00
8040	PICOTADORA/FRAGMENTADORA DE PAPEL SECRETA AT 201XCD 220V	R\$ 1.010,00
3336	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5 GLR, N. DE SÉRIE K4SS5AA977485	R\$ 278,00
3322	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5 GLR, N. DE SÉRIE K4SS5AA976407	R\$ 278,00
3333	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5 GLR, N. DE SÉRIE K4SS5AA977484.	R\$ 278,00
3330	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5 GLR, N. DE SÉRIE K4SS5AA977575	R\$ 278,00

3326	MONITOR A CORES, 15 POLEGADAS, MODELO CT 500G-5, GLR N. DE SÉRIE K4SS5AA977709	R\$ 278,00
7436	NETBOOK MOBO S7, VERDE, SÉRIE 1A393K-J7D PARA USO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	R\$ 376,94
7646	NETBOOK MOBO S7, VERDE, SÉRIE 1A394T450 PARA USO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	R\$ 376,94
7797	NETBOOK MOBO S7, VERDE, SÉRIE 1A394V66D PARA USO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	R\$ 376,94
7637	NETBOOK MOBO S7, VERDE, SÉRIE 1A394TY3W PARA USO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	R\$ 376,94
7622	NETBOOK MOBO S7, VERDE, SÉRIE 1A394TR6Q PARA USO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	R\$ 376,94
7801	NETBOOK MOBO S7, VERDE, SÉRIE 1A394V834 PARA USO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	R\$ 376,94
7673	NETBOOK MOBO S7, VERDE, SÉRIE 1A394TT71 PARA USO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	R\$ 376,94
1208	ESTABILIZADOR MARCA BST, SÉRIE VC99071175	R\$ 25,00
	TOTAL	R\$ 47.435,20

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

LEI Nº 2.209, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.209, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional - excesso de arrecadação - no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso II, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00	97	Aplicação direta	R\$ 295.300,00
.00.00.00.01.0034			

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº

4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

LEI Nº 2.210, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.210, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesco Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesco Cidades.

Art. 2º A adesão ao Programa Badesco Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento do sistema viário e empreendimentos comunitários.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesco Cidades, até o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa Badesco Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei, deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1º.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revoga as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

PARALISAÇÃO DE OBRA DO CONTRATO Nº 045/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Ofício nº 056/2015/GP/SLO São Lourenço do Oeste, SC, 06 de abril de 2015.

Excelentíssimo Senhor

Renato Adriano Seibt

Gaia Rodovias Ltda

Maravilha - SC.

Assunto: Paralisação De Obra do Contrato nº 045/2015, de 05 de março de 2015.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito que a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.257.777/0001-24, vencedora do Processo Licitatório nº Processo Licitatório nº 009/2015, Modalidade tomada de preços para obras e serviços de engenharia nº 001/2015, que tem como objeto o FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE PARTE DAS RUAS JUSTINA BODANESE MORETTO, SELVINO GALEAZZI, ADELINO GROBE, ANA FARDO REICHERT, HONÓRIO ANTÔNIO BOTTEGA E SERVIDÃO PRIMO M. MOCELIN, COM ÁREA TOTAL DE 6.530,52 M², CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 1.013.902-41/2013 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 800164/2013, em virtude do que assinou o Contrato nº 045/2015, de 05 de março de 2015, INTERROMPA DE IMEDIATO a execução do mesmo.

Tal solicitação se faz necessária em razão de que o objeto do Contrato é proveniente do Contrato de Repasse nº. 1.013.902-41/2013, assinado com o Ministério das Cidades, com intermediação da Caixa Econômica Federal, sendo que as normas estabelecidas para os Convênios Federais, em especial a Portaria Interministerial nº 507/2011, prevê em seu art. 78 que "o concedente somente poderá autorizar o início de execução do objeto contratado após a liberação dos recursos referentes à primeira parcela de repasse da União". Portanto, sabendo-se que até o presente momento a União não liberou nenhuma parcela do Convênio, não restam ações à Prefeitura Municipal senão paralisar a obra do Contrato nº 045/2015, de 05 de março de 2015, garantindo-se a permanência dos períodos de vigência e execução, bem como a obediência às regulamentações do Governo Federal e o bom andamento das atividades dos Convênios que esta Prefeitura celebra com os órgãos da União.

Destaca-se, por oportuno, que é prerrogativa da Administração alterar o contrato, na forma do § 5º, do artigo 79, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, onde ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

Certo de contar com vosso imediato atendimento deste, ao ensejo, apresento-lhe minhas considerações de elevado respeito.

Respeitosamente,

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 050/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 050/2015

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor THIAGO RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob Nº 066.196.539-28, residente e domiciliado a Rua João Leopoldo Reitz, s/nº., Centro - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 06/04/2015, findando no dia 02/10/2015, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;
5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
5.2.2.1- Ato de improbidade;
5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
5.2.2.9- Abandono de emprego;
5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas/aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

THIAGO RODRIGUES

CONTRATADO

Testemunhas:

CONTRATO N.º 051/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.

pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 051/2015

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita VANESSA STAHELIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob Nº 051.327.459-62, residente e domiciliada a Rua Francisco José Ferreira, nº. 32, Forquilha - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 06/04/2015, findando no dia 02/10/2015, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta e quatro (34) horas/aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

VANESSA STAHELIN

CONTRATADA

Testemunhas:

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2012-ESF/NASF

Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. BELONI BORGES DE CAMPOS, inscrita no CPF sob nº. 806.092.289-00, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ÁREA 003 - MICROÁREA 02), para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde e Assistência Social

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2012-ESF/NASF

Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. VANESSA CRISTINA STROBELT, inscrita no CPF sob nº. 066.486.249-73, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ÁREA 003 - MICROÁREA 05), para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde e Assistência Social

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2013

Convocação Concurso Público nº. 002/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições TATIANE LEU, inscrita no CPF sob nº. 065.932.099-10, aprovada em 20º lugar no Concurso Público nº. 002/2013, para o cargo de PROFESSORA B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos

(47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. IVANICE DIAS FURTADO, inscrita no CPF sob nº. 680.965.429-15, aprovada em 12º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. VILMA DA APARECIDA BUENO, inscrita no CPF sob nº. 033.142.939-09, aprovada em 15º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CLAIR BELISKI, inscrita no CPF sob nº. 737.675.579-91, aprovada em 14º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ROSE MARLI TOMASELLI, inscrita no CPF sob nº. 025.420.819-30, aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA ALICE DA LUZ JAHN, inscrita no CPF sob nº. 483.179.779-00, aprovada em 11º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder,

no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. EDEL-TRAUD OEPKE GRETTTER, inscrita no CPF sob nº. 501.380.229-68, aprovada em 13º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LAURECI DA SILVA FROGEL, inscrita no CPF sob nº. 421.449.739-20, aprovada em 14º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELISANE DE LOURDES MORSCH, inscrita no CPF sob nº. 751.448.679-87, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 20/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 20/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 09/2015-FMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 05/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CENTER NUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.617.050/0001-24, estabelecida na Rua Caçador nº.29, Bairro Borda do Campo, no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP: 83.075-120

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos leites especiais e complementos alimentares para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	Modulo de albumina (proteína da clara do ovo), em pó. Não deve conter gluten. Embalagem de 200g a 1Kg.	12.000	grama	0,10	1.200,00
05	Suplemento liquido oral hiperproteico, destinado a cicatrização de feridas gerais, incluindo-se úlceras de pressão. Densidade calorica: 1,0 a 1,5kcal/ml. Distribuição kcal: 15 a 30% de proteínas; 33 a 55% de carboidratos; 25 a 40% de lipideos. Não contém gluten. Sabores diversos. Embalagem com 200ml.	600	frasco	7,20	4.320,00
TOTAL R\$					5.520,00

Valor do contrato: R\$ 5.520,00 (cinco mil quinhentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 08/04/2015 - Vigência: 08/04/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 21/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 21/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 09/2015-FMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 05/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NUTRICLIN SAÚDE E COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 12.694.747/0001-76, estabelecida Rua Fagundes Varela nº 962, Bairro Jardim Social, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 82.520-040.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos leites especiais e complementos alimentares para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica: 1.0 kcal/mL Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contem glúten. Isento de lactose. Sabor: baunilha, chocolate ou outro. Embalagem de 200g a 1Kg.	100.000	grama	0,075	7.500,00
TOTAL R\$					7.500,00

Valor do contrato: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Data da Assinatura: 08/04/2015 - Vigência: 08/04/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 22/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 22/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 09/2015-FMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 05/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.612.312/0004-97, estabelecida na Rua Judite Melo dos Santos, Distrito Industrial na cidade de São José, CEP: 88.104-765.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos leites especiais e complementos alimentares para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Fórmula em pó destinada a atender às necessidades nutricionais na manutenção e recuperação do estado nutricional. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL Distribuição Kcal: 14 a 18% de proteínas; 49 a 60% de carboidratos; 25 a 35% de lipídeos. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: isento. Embalagem de 200g a 1Kg.	22.000	grama	0,085	1.870,00
02	Fórmula em pó destinada a complementar a alimentação via oral para auxílio na recuperação do estado nutricional do indivíduo. Contem lactose. Sabor: diversos Embalagem de 200g a 1Kg.	70.000	grama	0,033	2.310,00
03	Fórmula nutricionalmente completa, destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, ou em terapia nutricional enteral (TNE) por tempo limitado. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL Distribuição Kcal: 14 a 17% de proteínas; 49 a 58% de carboidratos; 25 a 35% de lipídeos. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: baunilha ou outro. Embalagem de 200g a 1Kg.	150.000	grama	0,052	7.800,00
07	Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica: 1.0 kcal/mL Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contem glúten. Isento de lactose. Sabor: isento. Embalagem de 200g a 1Kg.	60.000	grama	0,105	6.300,00

08	Fórmula infantil de partida, em pó, destinada a lactentes de 0 a 06 meses de idade. Perfil de carboidratos: 100% lactose. Perfil de proteínas: 30 a 65 % de caseína e 35 a 70% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 80 a 100% vegetal e 0 a 20% de gordura láctea. Osmolaridade: 254 a 277 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 279 a 308 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem de 200g a 1Kg.	14.400	grama	0,022	316,80
09	Fórmula infantil isenta de lactose, em pó, para lactentes de zero a 12 meses com diagnóstico de intolerância à lactose. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: 40 a 100% caseína e 0 a 60% proteínas do soro de leite. Perfil de lipídeos: 98 a 100% gordura vegetal e 0 a 2% de gordura láctea. Osmolaridade: 140 a 170 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 160 a 190 mOsm/ Kg de água. Sem lactose. Não contém glúten. Embalagem de 200g a 1Kg.	30.000	grama	0,049	1.470,00
10	Fórmula infantil em pó para lactentes que apresentem regurgitação e/ou refluxo gastroesofágico, cuja composição possua algum agente espessante (goma jataí ou amido pré-gelatinizado e/ou outros). Perfil de carboidratos: 70 a 75% lactose; 0 a 25% maltodextrina; 0 a 30% amido pré-gelatinizado. Perfil de proteínas: 30 a 80% caseína e 20 a 70% proteínas do soro de leite. Perfil de lipídeos: 95 a 100% gordura vegetal; 0 a 3% gordura láctea; 0 a 1% óleo de peixe. Osmolaridade: 240 a 260 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 210 a 280 mOsm/ Kg de água. Embalagem de 200 a 1Kg.	30.000	grama	0,03	900,00
TOTAL R\$					20.966,00

Valor do contrato: R\$ 20.966,00 (vinte mil novecentos e sessenta e seis reais)

Data da Assinatura: 08/04/2015 - Vigência: 08/04/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 82/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 82/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 26/2015-PMS - Processo nº. 69/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIBERTE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.796.973/0004-94, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº. 1292, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-501

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para revisão dos 20.000 km, Fluence DYN 2.0, placa MLO2393, 2013/2014, na cor prata lotado no Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Arruela de vedação bujao carter	01	Unidade	5,09	5,09
02	Filtro de óleo	01	Unidade	35,37	35,37
03	Filtro habitaculo	01	Unidade	46,28	46,28
04	Óleo 10W40	05	Litro	30,34	151,70
05	Limpeza sistema injetor	01	Unidade	100,00	100,00
06	descarbonizante	01	Unidade	45,00	45,00
07	Kit revisão	01	Unidade	40,00	40,00
08	Limpador de sistema de freio	01	Unidade	47,00	47,00
09	oxisanitização	01	Unidade	100,00	100,00
10	Serviço de revisão 20.000 km	02	Unidade	153,50	307,00
11	Balanceamento das rodas	0,4	Unidade	100,00	40,00
12	Filtro de Ar caixa CVT	01	Unidade	85,62	85,62
13	Filtro combustivel	01	Unidade	35,94	35,94
14	Pacote recomendado	1,2	Unidade	165,00	198,00
15	Geometria	0,6	Unidade	100,00	60,00
TOTAL R\$					1.297,00

Valor do contrato: R\$ 1.297,00 (Um mil, duzentos e noventa e sete reais).

Data da Assinatura: 08/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 83/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 83/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 27/2015-PMS - Processo nº. 70/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VIDEBAND INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.574.465/0001-44, estabelecida na Rodovia SC 355, nº 511, sala 101, 102, Bairro Santa Tereza, na cidade de Videria, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.560-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de bandeiras do Brasil e de Schroeder para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Bandeira do Brasil ref. 8,0P (3,64 x 5,12m) uso externo, confeccionada em nylon paraquedas não resinado, 100% poliamida, com ilhoses metálicos para fixação, bordas e costuras reforçadas.	02	UNIDADE	680,00	1.360,00
02	Bandeira de Schroeder ref. 8,0P (3,64 x 5,12m) uso externo, confeccionada em nylon paraquedas não resinado, 100% poliamida, com ilhoses metálicos para fixação, bordas e costuras reforçadas.	01	UNIDADE	900,00	900,00
TOTAL R\$					2.260,00

Valor do contrato: R\$ 2.260,00 (Dois mil, duzentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 08/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 84/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 84/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 28/2015-PMS - Processo nº. 71/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ROSICLEIA BETIOL ARRUDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.717.664/0001-06, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 2128, Box 01, Centro Sul, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de cópias de chaves e de fechaduras para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Cópias de chaves - SIMPLES	42	Unidade	4,40	184,80
02	Cópias de chaves - TETRA	06	Unidade	11,00	66,00
03	Fechadura para móveis, 3F armários 22mm + instalações	06	Unidade	18,50	111,00
TOTAL R\$					361,80

Valor do contrato: R\$ 361,80 (trezentos e sessenta e um reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 08/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº161/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº161/2015

DEFINE E APLICA VALOR PERCENTUAL PARA REVISÃO GERAL ANUAL DOS SALÁRIOS DE AGENTES PÚBLICOS E POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER E CONCEDE REAJUSTE AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definido o valor percentual de 7,67% (sete inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), correspondente ao período de apuração da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do mês de março de 2014 ao mês de fevereiro de 2015, como base para a revisão geral anual dos proventos dos servidores públicos municipais ativos e inativos, inclusive os servidores comissionados e Conselheiros Tutelares bem como os agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários), com aplicação a partir da data-base de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Fica definido o valor percentual de 0,83% (oitenta e três centésimos por cento), como base para o reajuste dos proventos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal, ativos e inativos, inclusive servidores comissionados e Conselheiros Tutelares, Agentes Políticos, com aplicação a partir da data-base de 1º de abril de 2015.

Art. 4º Os percentuais definidos nesta Lei não se aplicam aos profissionais da carreira do Magistério municipal cujos valores já foram definidos em lei apartada.

Art. 5º Fica criada a Função Gratificada FG-5 e o Nível 5 Específicos para Comissionados, cuja remuneração será a constante no anexo I da presente Lei Complementar.

Art. 6º Fica alterado o nível salarial do cargo de Procurador Municipal, passando de Função Gratificada FG-4 e Nível 4 Específicos para Comissionados, para Função Gratificada FG-5 e Nível 5 Específicos para Comissionados.

Art. 7º Fica alterado o nível salarial do cargo de Assessor Jurídico, passando de Função Gratificada FG-3 e Nível 3 Específicos para Comissionados, para Função Gratificada FG-4 e Nível 4 Específicos para Comissionados.

Art. 8º Permanecem inalteradas as demais disposições do Quadro de Pessoal da Administração do Município de Schroeder, constantes no

anexo II da Lei Complementar nº. 062/2008.

Art. 9º As tabelas remuneratórias e distribuição de vagas definidas na Lei Complementar n.º 004/98 e alterações, Lei Complementar nº. 059/2008 e alterações, Lei Complementar n.º 060/2008 e alterações, Lei Complementar n.º 062/2008 e alterações, bem como no art. 36 da Lei n.º 1.628/2007 passam a ser as constantes no Anexo I e II da presente Lei, de acordo com o índice definido no art. 1º.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 7 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANEXO I - TABELAS REMUNERATÓRIAS ATUALIZADAS

1) LEI COMPLEMENTAR Nº004/98 E ALTERAÇÕES:

ANEXO IV - RELAÇÃO DE NÍVEIS E SALÁRIOS

1) LEI COMPLEMENTAR Nº. 004/98 E ALTERAÇÕES							
NÍVEL	Reajustado	NÍVEL	Reajustado	NÍVEL	Reajustado	NÍVEL	Reajustado
1	R\$ 829,32	37	R\$ 2.016,14	73	R\$ 4.903,28	109	R\$ 11.927,43
2	R\$ 850,02	38	R\$ 2.066,56	74	R\$ 5.025,88	110	R\$ 12.225,64
3	R\$ 871,26	39	R\$ 2.118,19	75	R\$ 5.151,50	111	R\$ 12.531,26
4	R\$ 893,00	40	R\$ 2.171,13	76	R\$ 5.280,32	112	R\$ 12.844,50
5	R\$ 915,36	41	R\$ 2.225,32	77	R\$ 5.412,32	113	R\$ 13.165,64
6	R\$ 938,20	42	R\$ 2.280,94	78	R\$ 5.547,62	114	R\$ 13.494,79
7	R\$ 961,57	43	R\$ 2.338,04	79	R\$ 5.686,30	115	R\$ 13.832,13
8	R\$ 985,64	44	R\$ 2.396,40	80	R\$ 5.828,44	116	R\$ 14.177,96
9	R\$ 1.010,28	45	R\$ 2.456,31	81	R\$ 5.974,19	117	R\$ 14.532,39
10	R\$ 1.035,49	46	R\$ 2.517,69	82	R\$ 6.123,52	118	R\$ 14.895,70
11	R\$ 1.061,40	47	R\$ 2.580,63	83	R\$ 6.276,63	119	R\$ 15.268,09
12	R\$ 1.087,91	48	R\$ 2.645,15	84	R\$ 6.433,53	120	R\$ 15.649,82
13	R\$ 1.115,09	49	R\$ 2.711,25	85	R\$ 6.594,40	121	R\$ 16.041,06
14	R\$ 1.142,97	50	R\$ 2.779,03	86	R\$ 6.759,24	122	R\$ 16.442,09
15	R\$ 1.171,41	51	R\$ 2.848,48	87	R\$ 6.928,19	123	R\$ 16.853,14
16	R\$ 1.201,10	52	R\$ 2.919,69	88	R\$ 7.101,44	124	R\$ 17.274,44
17	R\$ 1.231,15	53	R\$ 2.992,58	89	R\$ 7.278,94	125	R\$ 17.706,32
18	R\$ 1.261,92	54	R\$ 3.067,30	90	R\$ 7.460,94	126	R\$ 18.148,99
19	R\$ 1.293,04	55	R\$ 3.143,97	91	R\$ 7.647,46	127	R\$ 18.602,72
20	R\$ 1.325,33	56	R\$ 3.222,67	92	R\$ 7.838,65	128	R\$ 19.067,76
21	R\$ 1.358,40	57	R\$ 3.303,17	93	R\$ 8.034,58	129	R\$ 19.544,46
22	R\$ 1.392,28	58	R\$ 3.385,74	94	R\$ 8.235,48	130	R\$ 20.033,08
23	R\$ 1.427,11	59	R\$ 3.470,44	95	R\$ 8.441,34	131	R\$ 20.533,90
24	R\$ 1.462,78	60	R\$ 3.557,07	96	R\$ 8.652,38	132	R\$ 21.047,27
25	R\$ 1.499,23	61	R\$ 3.646,03	97	R\$ 8.868,69	133	R\$ 21.573,46
26	R\$ 1.536,75	62	R\$ 3.737,20	98	R\$ 9.090,42	134	R\$ 22.112,78
27	R\$ 1.575,12	63	R\$ 3.830,59	99	R\$ 9.317,68	135	R\$ 22.665,60
28	R\$ 1.614,49	64	R\$ 3.926,33	100	R\$ 9.550,63	136	R\$ 23.232,22
29	R\$ 1.654,85	65	R\$ 4.024,49	101	R\$ 9.789,39	137	R\$ 23.813,03
30	R\$ 1.696,22	66	R\$ 4.125,03	102	R\$ 10.034,11	138	R\$ 24.408,34
31	R\$ 1.738,60	67	R\$ 4.228,07	103	R\$ 10.284,98	139	R\$ 25.018,57
32	R\$ 1.782,08	68	R\$ 4.333,77	104	R\$ 10.542,09	140	R\$ 25.644,03
33	R\$ 1.826,55	69	R\$ 4.442,13	105	R\$ 10.805,62	141	R\$ 26.285,12
34	R\$ 1.872,17	70	R\$ 4.553,19	106	R\$ 11.075,80	142	R\$ 26.942,26

35	R\$ 1.919,00	71	R\$ 4.666,99	107	R\$ 11.352,69	143	R\$ 27.615,81
36	R\$ 1.967,00	72	R\$ 4.783,68	108	R\$ 11.636,49	144	R\$ 28.306,22

2) LEI COMPLEMENTAR N.º 059/08 E ALTERAÇÕES:

ANEXO I

Variação entre Níveis: 2,5%, tendo como base o nível 01

3) LEI COMPLEMENTAR Nº060/08 E ALTERAÇÕES:

ANEXO I

Definição dos cargos, requisitos, quantitativo das vagas e remuneração aplicável aos profissionais.

4) LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2008 E ALTERAÇÕES:

ALTERAÇÕES NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2008

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

4) LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2008 E ALTERAÇÕES:		
FUNÇÃO		Reajustado
FG-1	A	R\$ 255,13
	B	R\$ 510,25
	C	R\$ 765,39
FG-2	A	R\$ 382,69
	B	R\$ 765,38
	C	R\$ 1.148,06
FG-3	A	R\$ 510,24
	B	R\$ 1.020,49
	C	R\$ 1.530,74
FG-4	A	R\$ 722,05
	B	R\$ 1.444,09
	C	R\$ 2.166,15
FG-5	A	R\$ 934,05
	B	R\$ 1.868,01
	C	R\$ 2.802,15

NÍVEIS ESPECÍFICOS PARA OS COMISSIONADOS

NÍVEL	BASE (R\$)
1	R\$ 1.530,73
2	R\$ 1.913,41
3	R\$ 3.138,03
4	R\$ 3.610,26
5	R\$ 4.810,26

5) Art. 36 da Lei n.º 1.628/2007:

Remuneração dos Conselheiros Tutelares (data-base: abril/2015): R\$1.283,36 (mil duzentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos)

ANEXO II

4) LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2008 E ALTERAÇÕES:

GABINETE DO PREFEITO			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Procurador Municipal	01	5	FG-5
Controlador Municipal	01	3	FG-3
Chefe de Gabinete	01	2	FG-2
Secretário Executivo	01	2	FG-2
Agente de Controle Interno (Obrigatoriamente Servidor Efetivo)	01	-	FG-3
Diretor de Convênios	01	2	FG-2
Diretor do PROCON	01	2	FG-2
Secretário do PROCON	01	1	FG-1
Assessor Jurídico	01	4	FG-4
Diretor Municipal de Defesa Civil	01	2	FG-2
Secretário Executivo de Defesa Civil	01	1	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças	01	Lei Específica	
Diretor de Finanças	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento	01	02	FG-2
Diretor de Informática	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Humanos	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Materiais	01	02	FG-2
Diretor de Tributação	01	02	FG-2
Secretário de Gabinete	01	01	FG-1
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças	14	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	01	Lei Específica	
Coordenador Administrativo	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Esporte e Lazer	01	02	FG-2
Diretor de Unidade de Ensino	12	02	FG-2
Diretor de Cultura	01	02	FG-2
Orientador Escolar	06	02	FG-2
Supervisor Escolar	03	02	FG-2
Assessor de Cultura	04	01	FG-1
Assessor de Educação	08	01	FG-1
Assessor de Esporte e Lazer	04	01	FG-1
Secretário de Unidade de Ensino	06	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Saúde	01	Lei Específica	
Diretor de Saúde	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Coordenador da Atenção Básica	01	02	FG-2
Assessor de Saúde	10	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Assistência Social	01	Lei Específica	
Diretor de Assistência Social	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Coordenador de CRAS	01	01	FG-1
Coordenador de CREAS	01	01	FG-1
Assessor de Assistência Social	04	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Obras e Serviços Urbanos	01	Lei Específica	
Diretor de Obras e Serviços Urbanos	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento Urbano	01	02	FG-2
Assessor de Obras e Serviços Urbanos	08	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	01	Lei Específica	
Diretor de Agricultura	01	02	FG-2
Diretor de Indústria, Comércio e Turismo	01	02	FG-2
Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	05	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Águas, Saneamento e Gestão Ambiental	01	Lei Específica	
Diretor de Saneamento	01	02	FG-2
Assessor de Saneamento e Gestão Ambiental	03	01	FG-1

LEI COMPLEMENTAR Nº162/2015**LEI COMPLEMENTAR Nº162/2015**

DEFINE E APLICA VALOR PERCENTUAL PARA REAJUSTE DOS SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL REGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº096/2010 E REDEFINE AS TABELAS SALARIAIS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definido o valor percentual de 13,01% (treze inteiros e zero um milésimos por cento) como base para reajuste de adequação das remunerações às determinações da Lei Federal n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, no que é pertinente ao piso dos profissionais integrantes da Carreira do Magistério.

Art. 2º O presente reajuste terá sua aplicação a partir de 1º de janeiro do corrente ano para fins de cálculo retroativo e normalmente a contar de 1º de abril de 2015.

Art. 3º O reajuste definido no artigo 1º desta Lei será considerado como adiantamento do percentual a ser definido na data base da categoria do servidor público municipal, não havendo cumulatividade para os servidores do magistério municipal.

Art. 4º O referido percentual correspondente ao mês de janeiro, fevereiro e março do corrente ano, será pago no mês de abril.

Art. 5º As tabelas remuneratórias definidas na Lei Complementar n.º096/2010, passam a ser as constantes no Anexo I da presente Lei, onde já foram aplicadas as somas dos percentuais descritos nos artigos antecedentes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 7 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANEXO I - TABELAS REMUNERATÓRIAS ATUALIZADAS**LEI COMPLEMENTAR N.º 096/2010 - ANEXO II
TABELAS SALARIAIS - PROFESSOR A**

	Initial	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Initial	R\$ 1.917,78	R\$ 1.965,72	R\$ 2.014,87	R\$ 2.065,24	R\$ 2.116,87	R\$ 2.169,79	R\$ 2.224,04	R\$ 2.279,64	R\$ 2.336,63
1	R\$ 1.965,72	R\$ 2.014,87	R\$ 2.065,24	R\$ 2.116,87	R\$ 2.169,79	R\$ 2.224,04	R\$ 2.279,64	R\$ 2.336,63	R\$ 2.395,04
2	R\$ 2.014,87	R\$ 2.065,24	R\$ 2.116,87	R\$ 2.169,79	R\$ 2.224,04	R\$ 2.279,64	R\$ 2.336,63	R\$ 2.395,04	R\$ 2.454,92
3	R\$ 2.065,24	R\$ 2.116,87	R\$ 2.169,79	R\$ 2.224,04	R\$ 2.279,64	R\$ 2.336,63	R\$ 2.395,04	R\$ 2.454,92	R\$ 2.516,29
4	R\$ 2.116,87	R\$ 2.169,79	R\$ 2.224,04	R\$ 2.279,64	R\$ 2.336,63	R\$ 2.395,04	R\$ 2.454,92	R\$ 2.516,29	R\$ 2.579,20
5	R\$ 2.169,79	R\$ 2.224,04	R\$ 2.279,64	R\$ 2.336,63	R\$ 2.395,04	R\$ 2.454,92	R\$ 2.516,29	R\$ 2.579,20	R\$ 2.643,68
6	R\$ 2.224,04	R\$ 2.279,64	R\$ 2.336,63	R\$ 2.395,04	R\$ 2.454,92	R\$ 2.516,29	R\$ 2.579,20	R\$ 2.643,68	R\$ 2.709,77
7	R\$ 2.279,64	R\$ 2.336,63	R\$ 2.395,04	R\$ 2.454,92	R\$ 2.516,29	R\$ 2.579,20	R\$ 2.643,68	R\$ 2.709,77	R\$ 2.777,52
8	R\$ 2.336,63	R\$ 2.395,04	R\$ 2.454,92	R\$ 2.516,29	R\$ 2.579,20	R\$ 2.643,68	R\$ 2.709,77	R\$ 2.777,52	R\$ 2.846,96
9	R\$ 2.395,04	R\$ 2.454,92	R\$ 2.516,29	R\$ 2.579,20	R\$ 2.643,68	R\$ 2.709,77	R\$ 2.777,52	R\$ 2.846,96	R\$ 2.918,13
10	R\$ 2.454,92	R\$ 2.516,29	R\$ 2.579,20	R\$ 2.643,68	R\$ 2.709,77	R\$ 2.777,52	R\$ 2.846,96	R\$ 2.918,13	R\$ 2.991,08
11	R\$ 2.516,29	R\$ 2.579,20	R\$ 2.643,68	R\$ 2.709,77	R\$ 2.777,52	R\$ 2.846,96	R\$ 2.918,13	R\$ 2.991,08	R\$ 3.065,86
12	R\$ 2.579,20	R\$ 2.643,68	R\$ 2.709,77	R\$ 2.777,52	R\$ 2.846,96	R\$ 2.918,13	R\$ 2.991,08	R\$ 3.065,86	R\$ 3.142,51
13	R\$ 2.643,68	R\$ 2.709,77	R\$ 2.777,52	R\$ 2.846,96	R\$ 2.918,13	R\$ 2.991,08	R\$ 3.065,86	R\$ 3.142,51	R\$ 3.221,07
14	R\$ 2.709,77	R\$ 2.777,52	R\$ 2.846,96	R\$ 2.918,13	R\$ 2.991,08	R\$ 3.065,86	R\$ 3.142,51	R\$ 3.221,07	R\$ 3.301,60
15	R\$ 2.777,52	R\$ 2.846,96	R\$ 2.918,13	R\$ 2.991,08	R\$ 3.065,86	R\$ 3.142,51	R\$ 3.221,07	R\$ 3.301,60	R\$ 3.384,14
16	R\$ 2.846,96	R\$ 2.918,13	R\$ 2.991,08	R\$ 3.065,86	R\$ 3.142,51	R\$ 3.221,07	R\$ 3.301,60	R\$ 3.384,14	R\$ 3.468,74
17	R\$ 2.918,13	R\$ 2.991,08	R\$ 3.065,86	R\$ 3.142,51	R\$ 3.221,07	R\$ 3.301,60	R\$ 3.384,14	R\$ 3.468,74	R\$ 3.555,46
18	R\$ 2.991,08	R\$ 3.065,86	R\$ 3.142,51	R\$ 3.221,07	R\$ 3.301,60	R\$ 3.384,14	R\$ 3.468,74	R\$ 3.555,46	R\$ 3.644,34
19	R\$ 3.065,86	R\$ 3.142,51	R\$ 3.221,07	R\$ 3.301,60	R\$ 3.384,14	R\$ 3.468,74	R\$ 3.555,46	R\$ 3.644,34	R\$ 3.735,45
20	R\$ 3.142,51	R\$ 3.221,07	R\$ 3.301,60	R\$ 3.384,14	R\$ 3.468,74	R\$ 3.555,46	R\$ 3.644,34	R\$ 3.735,45	R\$ 3.828,84

ANEXO II
TABELAS SALARIAIS - PROFESSOR B

	Initial	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Initial	R\$ 2.301,34	R\$ 2.358,87	R\$ 2.417,84	R\$ 2.478,29	R\$ 2.540,24	R\$ 2.603,75	R\$ 2.668,84	R\$ 2.735,57	R\$ 2.803,95
1	R\$ 2.358,87	R\$ 2.417,84	R\$ 2.478,29	R\$ 2.540,24	R\$ 2.603,75	R\$ 2.668,84	R\$ 2.735,57	R\$ 2.803,95	R\$ 2.874,05
2	R\$ 2.417,84	R\$ 2.478,29	R\$ 2.540,24	R\$ 2.603,75	R\$ 2.668,84	R\$ 2.735,57	R\$ 2.803,95	R\$ 2.874,05	R\$ 2.945,90
3	R\$ 2.478,29	R\$ 2.540,24	R\$ 2.603,75	R\$ 2.668,84	R\$ 2.735,57	R\$ 2.803,95	R\$ 2.874,05	R\$ 2.945,90	R\$ 3.019,55
4	R\$ 2.540,24	R\$ 2.603,75	R\$ 2.668,84	R\$ 2.735,57	R\$ 2.803,95	R\$ 2.874,05	R\$ 2.945,90	R\$ 3.019,55	R\$ 3.095,04
5	R\$ 2.603,75	R\$ 2.668,84	R\$ 2.735,57	R\$ 2.803,95	R\$ 2.874,05	R\$ 2.945,90	R\$ 3.019,55	R\$ 3.095,04	R\$ 3.172,42
6	R\$ 2.668,84	R\$ 2.735,57	R\$ 2.803,95	R\$ 2.874,05	R\$ 2.945,90	R\$ 3.019,55	R\$ 3.095,04	R\$ 3.172,42	R\$ 3.251,73
7	R\$ 2.735,57	R\$ 2.803,95	R\$ 2.874,05	R\$ 2.945,90	R\$ 3.019,55	R\$ 3.095,04	R\$ 3.172,42	R\$ 3.251,73	R\$ 3.333,02
8	R\$ 2.803,95	R\$ 2.874,05	R\$ 2.945,90	R\$ 3.019,55	R\$ 3.095,04	R\$ 3.172,42	R\$ 3.251,73	R\$ 3.333,02	R\$ 3.416,35
9	R\$ 2.874,05	R\$ 2.945,90	R\$ 3.019,55	R\$ 3.095,04	R\$ 3.172,42	R\$ 3.251,73	R\$ 3.333,02	R\$ 3.416,35	R\$ 3.501,75
10	R\$ 2.945,90	R\$ 3.019,55	R\$ 3.095,04	R\$ 3.172,42	R\$ 3.251,73	R\$ 3.333,02	R\$ 3.416,35	R\$ 3.501,75	R\$ 3.589,30
11	R\$ 3.019,55	R\$ 3.095,04	R\$ 3.172,42	R\$ 3.251,73	R\$ 3.333,02	R\$ 3.416,35	R\$ 3.501,75	R\$ 3.589,30	R\$ 3.679,03
12	R\$ 3.095,04	R\$ 3.172,42	R\$ 3.251,73	R\$ 3.333,02	R\$ 3.416,35	R\$ 3.501,75	R\$ 3.589,30	R\$ 3.679,03	R\$ 3.771,01
13	R\$ 3.172,42	R\$ 3.251,73	R\$ 3.333,02	R\$ 3.416,35	R\$ 3.501,75	R\$ 3.589,30	R\$ 3.679,03	R\$ 3.771,01	R\$ 3.865,28
14	R\$ 3.251,73	R\$ 3.333,02	R\$ 3.416,35	R\$ 3.501,75	R\$ 3.589,30	R\$ 3.679,03	R\$ 3.771,01	R\$ 3.865,28	R\$ 3.961,91
15	R\$ 3.333,02	R\$ 3.416,35	R\$ 3.501,75	R\$ 3.589,30	R\$ 3.679,03	R\$ 3.771,01	R\$ 3.865,28	R\$ 3.961,91	R\$ 4.060,96
16	R\$ 3.416,35	R\$ 3.501,75	R\$ 3.589,30	R\$ 3.679,03	R\$ 3.771,01	R\$ 3.865,28	R\$ 3.961,91	R\$ 4.060,96	R\$ 4.162,49
17	R\$ 3.501,75	R\$ 3.589,30	R\$ 3.679,03	R\$ 3.771,01	R\$ 3.865,28	R\$ 3.961,91	R\$ 4.060,96	R\$ 4.162,49	R\$ 4.266,55
18	R\$ 3.589,30	R\$ 3.679,03	R\$ 3.771,01	R\$ 3.865,28	R\$ 3.961,91	R\$ 4.060,96	R\$ 4.162,49	R\$ 4.266,55	R\$ 4.373,21
19	R\$ 3.679,03	R\$ 3.771,01	R\$ 3.865,28	R\$ 3.961,91	R\$ 4.060,96	R\$ 4.162,49	R\$ 4.266,55	R\$ 4.373,21	R\$ 4.482,54
20	R\$ 3.771,01	R\$ 3.865,28	R\$ 3.961,91	R\$ 4.060,96	R\$ 4.162,49	R\$ 4.266,55	R\$ 4.373,21	R\$ 4.482,54	R\$ 4.594,61

ANEXO II
TABELAS SALARIAIS - PROFESSOR C

	Inicial	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Inicial	R\$ 2.485,44	R\$ 2.547,58	R\$ 2.611,27	R\$ 2.676,55	R\$ 2.743,46	R\$ 2.812,05	R\$ 2.882,35	R\$ 2.954,41	R\$ 3.028,27
1	R\$ 2.547,58	R\$ 2.611,27	R\$ 2.676,55	R\$ 2.743,46	R\$ 2.812,05	R\$ 2.882,35	R\$ 2.954,41	R\$ 3.028,27	R\$ 3.103,98
2	R\$ 2.611,27	R\$ 2.676,55	R\$ 2.743,46	R\$ 2.812,05	R\$ 2.882,35	R\$ 2.954,41	R\$ 3.028,27	R\$ 3.103,98	R\$ 3.181,58
3	R\$ 2.676,55	R\$ 2.743,46	R\$ 2.812,05	R\$ 2.882,35	R\$ 2.954,41	R\$ 3.028,27	R\$ 3.103,98	R\$ 3.181,58	R\$ 3.261,12
4	R\$ 2.743,46	R\$ 2.812,05	R\$ 2.882,35	R\$ 2.954,41	R\$ 3.028,27	R\$ 3.103,98	R\$ 3.181,58	R\$ 3.261,12	R\$ 3.342,64
5	R\$ 2.812,05	R\$ 2.882,35	R\$ 2.954,41	R\$ 3.028,27	R\$ 3.103,98	R\$ 3.181,58	R\$ 3.261,12	R\$ 3.342,64	R\$ 3.426,21
6	R\$ 2.882,35	R\$ 2.954,41	R\$ 3.028,27	R\$ 3.103,98	R\$ 3.181,58	R\$ 3.261,12	R\$ 3.342,64	R\$ 3.426,21	R\$ 3.511,87
7	R\$ 2.954,41	R\$ 3.028,27	R\$ 3.103,98	R\$ 3.181,58	R\$ 3.261,12	R\$ 3.342,64	R\$ 3.426,21	R\$ 3.511,87	R\$ 3.599,66
8	R\$ 3.028,27	R\$ 3.103,98	R\$ 3.181,58	R\$ 3.261,12	R\$ 3.342,64	R\$ 3.426,21	R\$ 3.511,87	R\$ 3.599,66	R\$ 3.689,65
9	R\$ 3.103,98	R\$ 3.181,58	R\$ 3.261,12	R\$ 3.342,64	R\$ 3.426,21	R\$ 3.511,87	R\$ 3.599,66	R\$ 3.689,65	R\$ 3.781,90
10	R\$ 3.181,58	R\$ 3.261,12	R\$ 3.342,64	R\$ 3.426,21	R\$ 3.511,87	R\$ 3.599,66	R\$ 3.689,65	R\$ 3.781,90	R\$ 3.876,44
11	R\$ 3.261,12	R\$ 3.342,64	R\$ 3.426,21	R\$ 3.511,87	R\$ 3.599,66	R\$ 3.689,65	R\$ 3.781,90	R\$ 3.876,44	R\$ 3.973,35
12	R\$ 3.342,64	R\$ 3.426,21	R\$ 3.511,87	R\$ 3.599,66	R\$ 3.689,65	R\$ 3.781,90	R\$ 3.876,44	R\$ 3.973,35	R\$ 4.072,69
13	R\$ 3.426,21	R\$ 3.511,87	R\$ 3.599,66	R\$ 3.689,65	R\$ 3.781,90	R\$ 3.876,44	R\$ 3.973,35	R\$ 4.072,69	R\$ 4.174,50
14	R\$ 3.511,87	R\$ 3.599,66	R\$ 3.689,65	R\$ 3.781,90	R\$ 3.876,44	R\$ 3.973,35	R\$ 4.072,69	R\$ 4.174,50	R\$ 4.278,87
15	R\$ 3.599,66	R\$ 3.689,65	R\$ 3.781,90	R\$ 3.876,44	R\$ 3.973,35	R\$ 4.072,69	R\$ 4.174,50	R\$ 4.278,87	R\$ 4.385,84
16	R\$ 3.689,65	R\$ 3.781,90	R\$ 3.876,44	R\$ 3.973,35	R\$ 4.072,69	R\$ 4.174,50	R\$ 4.278,87	R\$ 4.385,84	R\$ 4.495,49
17	R\$ 3.781,90	R\$ 3.876,44	R\$ 3.973,35	R\$ 4.072,69	R\$ 4.174,50	R\$ 4.278,87	R\$ 4.385,84	R\$ 4.495,49	R\$ 4.607,87
18	R\$ 3.876,44	R\$ 3.973,35	R\$ 4.072,69	R\$ 4.174,50	R\$ 4.278,87	R\$ 4.385,84	R\$ 4.495,49	R\$ 4.607,87	R\$ 4.723,07
19	R\$ 3.973,35	R\$ 4.072,69	R\$ 4.174,50	R\$ 4.278,87	R\$ 4.385,84	R\$ 4.495,49	R\$ 4.607,87	R\$ 4.723,07	R\$ 4.841,15
20	R\$ 4.072,69	R\$ 4.174,50	R\$ 4.278,87	R\$ 4.385,84	R\$ 4.495,49	R\$ 4.607,87	R\$ 4.723,07	R\$ 4.841,15	R\$ 4.962,17

ANEXO II
TABELAS SALARIAIS - PROFESSOR D

	Inicial	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Inicial	R\$ 2.858,26	R\$ 2.929,72	R\$ 3.002,96	R\$ 3.078,03	R\$ 3.154,98	R\$ 3.233,86	R\$ 3.314,70	R\$ 3.397,57	R\$ 3.482,51
1	R\$ 2.929,72	R\$ 3.002,96	R\$ 3.078,03	R\$ 3.154,98	R\$ 3.233,86	R\$ 3.314,70	R\$ 3.397,57	R\$ 3.482,51	R\$ 3.569,57
2	R\$ 3.002,96	R\$ 3.078,03	R\$ 3.154,98	R\$ 3.233,86	R\$ 3.314,70	R\$ 3.397,57	R\$ 3.482,51	R\$ 3.569,57	R\$ 3.658,81
3	R\$ 3.078,03	R\$ 3.154,98	R\$ 3.233,86	R\$ 3.314,70	R\$ 3.397,57	R\$ 3.482,51	R\$ 3.569,57	R\$ 3.658,81	R\$ 3.750,28
4	R\$ 3.154,98	R\$ 3.233,86	R\$ 3.314,70	R\$ 3.397,57	R\$ 3.482,51	R\$ 3.569,57	R\$ 3.658,81	R\$ 3.750,28	R\$ 3.844,04
5	R\$ 3.233,86	R\$ 3.314,70	R\$ 3.397,57	R\$ 3.482,51	R\$ 3.569,57	R\$ 3.658,81	R\$ 3.750,28	R\$ 3.844,04	R\$ 3.940,14
6	R\$ 3.314,70	R\$ 3.397,57	R\$ 3.482,51	R\$ 3.569,57	R\$ 3.658,81	R\$ 3.750,28	R\$ 3.844,04	R\$ 3.940,14	R\$ 4.038,65
7	R\$ 3.397,57	R\$ 3.482,51	R\$ 3.569,57	R\$ 3.658,81	R\$ 3.750,28	R\$ 3.844,04	R\$ 3.940,14	R\$ 4.038,65	R\$ 4.139,61
8	R\$ 3.482,51	R\$ 3.569,57	R\$ 3.658,81	R\$ 3.750,28	R\$ 3.844,04	R\$ 3.940,14	R\$ 4.038,65	R\$ 4.139,61	R\$ 4.243,10
9	R\$ 3.569,57	R\$ 3.658,81	R\$ 3.750,28	R\$ 3.844,04	R\$ 3.940,14	R\$ 4.038,65	R\$ 4.139,61	R\$ 4.243,10	R\$ 4.349,18
10	R\$ 3.658,81	R\$ 3.750,28	R\$ 3.844,04	R\$ 3.940,14	R\$ 4.038,65	R\$ 4.139,61	R\$ 4.243,10	R\$ 4.349,18	R\$ 4.457,91
11	R\$ 3.750,28	R\$ 3.844,04	R\$ 3.940,14	R\$ 4.038,65	R\$ 4.139,61	R\$ 4.243,10	R\$ 4.349,18	R\$ 4.457,91	R\$ 4.569,36
12	R\$ 3.844,04	R\$ 3.940,14	R\$ 4.038,65	R\$ 4.139,61	R\$ 4.243,10	R\$ 4.349,18	R\$ 4.457,91	R\$ 4.569,36	R\$ 4.683,59
13	R\$ 3.940,14	R\$ 4.038,65	R\$ 4.139,61	R\$ 4.243,10	R\$ 4.349,18	R\$ 4.457,91	R\$ 4.569,36	R\$ 4.683,59	R\$ 4.800,68
14	R\$ 4.038,65	R\$ 4.139,61	R\$ 4.243,10	R\$ 4.349,18	R\$ 4.457,91	R\$ 4.569,36	R\$ 4.683,59	R\$ 4.800,68	R\$ 4.920,70
15	R\$ 4.139,61	R\$ 4.243,10	R\$ 4.349,18	R\$ 4.457,91	R\$ 4.569,36	R\$ 4.683,59	R\$ 4.800,68	R\$ 4.920,70	R\$ 5.043,71
16	R\$ 4.243,10	R\$ 4.349,18	R\$ 4.457,91	R\$ 4.569,36	R\$ 4.683,59	R\$ 4.800,68	R\$ 4.920,70	R\$ 5.043,71	R\$ 5.169,81
17	R\$ 4.349,18	R\$ 4.457,91	R\$ 4.569,36	R\$ 4.683,59	R\$ 4.800,68	R\$ 4.920,70	R\$ 5.043,71	R\$ 5.169,81	R\$ 5.299,05
18	R\$ 4.457,91	R\$ 4.569,36	R\$ 4.683,59	R\$ 4.800,68	R\$ 4.920,70	R\$ 5.043,71	R\$ 5.169,81	R\$ 5.299,05	R\$ 5.431,53
19	R\$ 4.569,36	R\$ 4.683,59	R\$ 4.800,68	R\$ 4.920,70	R\$ 5.043,71	R\$ 5.169,81	R\$ 5.299,05	R\$ 5.431,53	R\$ 5.567,32
20	R\$ 4.683,59	R\$ 4.800,68	R\$ 4.920,70	R\$ 5.043,71	R\$ 5.169,81	R\$ 5.299,05	R\$ 5.431,53	R\$ 5.567,32	R\$ 5.706,50

ANEXO II
TABELAS SALARIAIS - PROFESSOR E

	Inicial	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Inicial	R\$ 3.287,00	R\$ 3.369,17	R\$ 3.453,40	R\$ 3.539,74	R\$ 3.628,23	R\$ 3.718,94	R\$ 3.811,91	R\$ 3.907,21	R\$ 4.004,89
1	R\$ 3.369,17	R\$ 3.453,40	R\$ 3.539,74	R\$ 3.628,23	R\$ 3.718,94	R\$ 3.811,91	R\$ 3.907,21	R\$ 4.004,89	R\$ 4.105,01
2	R\$ 3.453,40	R\$ 3.539,74	R\$ 3.628,23	R\$ 3.718,94	R\$ 3.811,91	R\$ 3.907,21	R\$ 4.004,89	R\$ 4.105,01	R\$ 4.207,64
3	R\$ 3.539,74	R\$ 3.628,23	R\$ 3.718,94	R\$ 3.811,91	R\$ 3.907,21	R\$ 4.004,89	R\$ 4.105,01	R\$ 4.207,64	R\$ 4.312,83
4	R\$ 3.628,23	R\$ 3.718,94	R\$ 3.811,91	R\$ 3.907,21	R\$ 4.004,89	R\$ 4.105,01	R\$ 4.207,64	R\$ 4.312,83	R\$ 4.420,65
5	R\$ 3.718,94	R\$ 3.811,91	R\$ 3.907,21	R\$ 4.004,89	R\$ 4.105,01	R\$ 4.207,64	R\$ 4.312,83	R\$ 4.420,65	R\$ 4.531,16
6	R\$ 3.811,91	R\$ 3.907,21	R\$ 4.004,89	R\$ 4.105,01	R\$ 4.207,64	R\$ 4.312,83	R\$ 4.420,65	R\$ 4.531,16	R\$ 4.644,44
7	R\$ 3.907,21	R\$ 4.004,89	R\$ 4.105,01	R\$ 4.207,64	R\$ 4.312,83	R\$ 4.420,65	R\$ 4.531,16	R\$ 4.644,44	R\$ 4.760,55
8	R\$ 4.004,89	R\$ 4.105,01	R\$ 4.207,64	R\$ 4.312,83	R\$ 4.420,65	R\$ 4.531,16	R\$ 4.644,44	R\$ 4.760,55	R\$ 4.879,57
9	R\$ 4.105,01	R\$ 4.207,64	R\$ 4.312,83	R\$ 4.420,65	R\$ 4.531,16	R\$ 4.644,44	R\$ 4.760,55	R\$ 4.879,57	R\$ 5.001,56
10	R\$ 4.207,64	R\$ 4.312,83	R\$ 4.420,65	R\$ 4.531,16	R\$ 4.644,44	R\$ 4.760,55	R\$ 4.879,57	R\$ 5.001,56	R\$ 5.126,60
11	R\$ 4.312,83	R\$ 4.420,65	R\$ 4.531,16	R\$ 4.644,44	R\$ 4.760,55	R\$ 4.879,57	R\$ 5.001,56	R\$ 5.126,60	R\$ 5.254,76
12	R\$ 4.420,65	R\$ 4.531,16	R\$ 4.644,44	R\$ 4.760,55	R\$ 4.879,57	R\$ 5.001,56	R\$ 5.126,60	R\$ 5.254,76	R\$ 5.386,13
13	R\$ 4.531,16	R\$ 4.644,44	R\$ 4.760,55	R\$ 4.879,57	R\$ 5.001,56	R\$ 5.126,60	R\$ 5.254,76	R\$ 5.386,13	R\$ 5.520,78
14	R\$ 4.644,44	R\$ 4.760,55	R\$ 4.879,57	R\$ 5.001,56	R\$ 5.126,60	R\$ 5.254,76	R\$ 5.386,13	R\$ 5.520,78	R\$ 5.658,80
15	R\$ 4.760,55	R\$ 4.879,57	R\$ 5.001,56	R\$ 5.126,60	R\$ 5.254,76	R\$ 5.386,13	R\$ 5.520,78	R\$ 5.658,80	R\$ 5.800,27
16	R\$ 4.879,57	R\$ 5.001,56	R\$ 5.126,60	R\$ 5.254,76	R\$ 5.386,13	R\$ 5.520,78	R\$ 5.658,80	R\$ 5.800,27	R\$ 5.945,28
17	R\$ 5.001,56	R\$ 5.126,60	R\$ 5.254,76	R\$ 5.386,13	R\$ 5.520,78	R\$ 5.658,80	R\$ 5.800,27	R\$ 5.945,28	R\$ 6.093,91
18	R\$ 5.126,60	R\$ 5.254,76	R\$ 5.386,13	R\$ 5.520,78	R\$ 5.658,80	R\$ 5.800,27	R\$ 5.945,28	R\$ 6.093,91	R\$ 6.246,26
19	R\$ 5.254,76	R\$ 5.386,13	R\$ 5.520,78	R\$ 5.658,80	R\$ 5.800,27	R\$ 5.945,28	R\$ 6.093,91	R\$ 6.246,26	R\$ 6.402,42
20	R\$ 5.386,13	R\$ 5.520,78	R\$ 5.658,80	R\$ 5.800,27	R\$ 5.945,28	R\$ 6.093,91	R\$ 6.246,26	R\$ 6.402,42	R\$ 6.562,48

LEI COMPLEMENTAR Nº163/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº163/2015

DEFINE E APLICA VALOR PERCENTUAL PARA REVISÃO GERAL ANUAL E CONCEDE REAJUSTE AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica definido o valor percentual de 7,67% (sete inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), correspondente ao período de apuração da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de março de 2014 a fevereiro de 2015, como base para a revisão geral anual dos proventos dos vereadores, servidores públicos da Câmara de Vereadores de Schroeder, inclusive servidores comissionados, com aplicação retroativa a partir da data-base de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Fica definido o valor percentual de 0,83% (oitenta e três centésimos por cento), como base para o reajuste dos proventos dos servidores públicos da Câmara de Vereadores de Schroeder, inclusive servidores comissionados, com aplicação retroativa a partir da data-base de 1º de abril de 2015.

Art. 3º O anexo II da Lei Complementar nº. 091/2010 passa a vigorar na forma do anexo I desta Lei.

Art. 4º O anexo II da Lei Complementar nº. 090/2010 passa a vigorar na forma do anexo II desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 7 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANEXO I**TABELAS REMUNERATÓRIAS ATUALIZADAS****LEI COMPLEMENTAR Nº091/2010 E ALTERAÇÕES:****ANEXO II - RELAÇÃO DE NÍVEIS E SALÁRIOS**

NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário
1	R\$ 882,07	37	R\$ 2.144,39	73	R\$ 5.215,22	109	R\$ 12.686,22
2	R\$ 904,11	38	R\$ 2.198,03	74	R\$ 5.345,61	110	R\$ 13.003,40
3	R\$ 926,68	39	R\$ 2.252,95	75	R\$ 5.479,23	111	R\$ 13.328,48
4	R\$ 949,81	40	R\$ 2.309,26	76	R\$ 5.616,24	112	R\$ 13.661,65
5	R\$ 968,63	41	R\$ 2.366,91	77	R\$ 5.756,65	113	R\$ 14.003,22
6	R\$ 997,89	42	R\$ 2.426,05	78	R\$ 5.900,56	114	R\$ 14.353,29

7	R\$ 1.022,74	43	R\$ 2.486,78	79	R\$ 6.048,05	115	R\$ 14.712,10
8	R\$ 1.048,35	44	R\$ 2.548,85	80	R\$ 6.199,23	116	R\$ 15.079,92
9	R\$ 1.074,55	45	R\$ 2.612,58	81	R\$ 6.354,27	117	R\$ 15.456,91
10	R\$ 1.101,37	46	R\$ 2.677,86	82	R\$ 6.513,08	118	R\$ 15.843,33
11	R\$ 1.128,92	47	R\$ 2.744,80	83	R\$ 6.675,94	119	R\$ 16.239,40
12	R\$ 1.157,12	48	R\$ 2.813,43	84	R\$ 6.842,81	120	R\$ 16.645,41
13	R\$ 1.186,02	49	R\$ 2.883,72	85	R\$ 7.013,92	121	R\$ 17.061,55
14	R\$ 1.215,69	50	R\$ 2.955,83	86	R\$ 7.189,25	122	R\$ 17.447,80
15	R\$ 1.245,92	51	R\$ 3.029,70	87	R\$ 7.368,93	123	R\$ 17.925,30
16	R\$ 1.277,87	52	R\$ 3.103,12	88	R\$ 7.553,22	124	R\$ 18.373,41
17	R\$ 1.309,00	53	R\$ 3.182,96	89	R\$ 7.742,02	125	R\$ 18.832,75
18	R\$ 1.341,74	54	R\$ 3.258,96	90	R\$ 7.935,57	126	R\$ 19.303,58
19	R\$ 1.375,29	55	R\$ 3.343,98	91	R\$ 8.133,97	127	R\$ 19.786,18
20	R\$ 1.409,64	56	R\$ 3.427,69	92	R\$ 8.337,32	128	R\$ 20.280,81
21	R\$ 1.444,82	57	R\$ 3.513,32	93	R\$ 8.545,72	129	R\$ 20.787,83
22	R\$ 1.480,87	58	R\$ 3.601,14	94	R\$ 8.759,41	130	R\$ 21.307,54
23	R\$ 1.517,90	59	R\$ 3.691,21	95	R\$ 8.978,35	131	R\$ 21.840,21
24	R\$ 1.555,84	60	R\$ 3.783,37	96	R\$ 9.202,82	132	R\$ 22.386,24
25	R\$ 1.594,61	61	R\$ 3.878,00	97	R\$ 9.432,91	133	R\$ 22.945,89
26	R\$ 1.634,51	62	R\$ 3.974,94	98	R\$ 9.668,74	134	R\$ 23.519,55
27	R\$ 1.675,33	63	R\$ 4.074,28	99	R\$ 9.910,44	135	R\$ 24.107,52
28	R\$ 1.717,21	64	R\$ 4.176,13	100	R\$ 10.158,21	136	R\$ 24.710,19
29	R\$ 1.759,49	65	R\$ 4.280,52	101	R\$ 10.412,17	137	R\$ 25.327,95
30	R\$ 1.804,14	66	R\$ 4.387,45	102	R\$ 10.672,46	138	R\$ 25.961,15
31	R\$ 1.849,22	67	R\$ 4.497,05	103	R\$ 10.939,27	139	R\$ 26.610,20
32	R\$ 1.895,46	68	R\$ 4.609,46	104	R\$ 11.212,76	140	R\$ 27.275,45
33	R\$ 1.942,76	69	R\$ 4.724,72	105	R\$ 11.493,06	141	R\$ 27.957,33
34	R\$ 1.991,28	70	R\$ 4.842,85	106	R\$ 11.780,42	142	R\$ 28.656,27
35	R\$ 2.041,09	71	R\$ 4.963,90	107	R\$ 12.074,92	143	R\$ 29.372,65
36	R\$ 2.092,13	72	R\$ 5.088,02	108	R\$ 12.376,78	144	R\$ 30.107,00

ANEXO II**LEI COMPLEMENTAR N.º 090/2010 E ALTERAÇÕES:**

ANEXO II - REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

FUNÇÃO	VALOR (R\$)
FG-1	R\$ 577,65
FG-2	R\$ 938,69
FG-3	R\$ 1.299,72
FG-4	R\$ 1.877,37

NÍVEIS ESPECÍFICOS PARA OS COMISSIONADOS

NÍVEL	BASE (R\$)
1	R\$ 938,69
2	R\$ 1.299,72
3	R\$ 1.588,55
4	R\$ 1.971,25

PORTARIA Nº 6.021/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 6.021/2015, DE 08 DE ABRIL de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº. 3.283/2015, de 06 de abril de 2015, que autoriza a contratação emergencial de médico - clínico geral para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Reder Ahmad Janani Junior para exercer o cargo de Médico - Clínico Geral, percebendo o nível salarial nº 106 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 18 (dezoito) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 05/2015-FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 08/04/2015 Válido até: 08/04/2016									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos leites especiais e complementos alimentares para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	Fórmula em pó destinada a atender às necessidades nutricionais na manutenção e recuperação do estado nutricional. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL Distribuição Kcal: 14 a 18% de proteínas; 49 a 60% de carboidratos; 25 a 35% de lipídeos. NÃO deve conter gluten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: Isento. Embalagem de 200g a 1Kg.	GR	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	NUTRI ENTER	0	0,0850	1		
2	Fórmula em pó destinada a complementar a alimentação via oral para auxílio na recuperação do estado nutricional do indivíduo. Contém lactose. Sabor: diversos. Embalagem de 200g a 1Kg.	GR	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	SUSTAIN	0	0,0330	1		
3	Fórmula nutricionalmente completa, destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, ou em terapia nutricional enteral (TNE) por tempo limitado. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL Distribuição Kcal: 14 a 17% de proteínas; 49 a 58% de carboidratos; 25 a 35% de lipídeos. NÃO deve conter gluten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: baunilha ou outro. Embalagem de 200g a 1Kg.	GR	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	NUTRI ENTER	0	0,0520	1		
			CENTER NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS PARA NUTRICAO EN (12303)		0	0,0340	2		
			BRUTHAN COMERCIAL LTDA. (12938)	Sustagen	0	0,0410	3		
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)	Trophic Basic f	0	0,0610	2		
			CM HOSPITALAR LTDA (12169)		0	0,0850	3		
4	Módulo de albumina (proteína da clara do ovo), em pó. Não deve conter gluten. Embalagem de 200g a 1Kg.	GR	CENTER NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS PARA NUTRICAO EN (12303)		0	0,1000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 08/04/2015 Válido até: 08/04/2016							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos leites especiais e complementos alimentares para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Suplemento líquido oral hiperproteico, destinado a cicatrização de feridas gerais, incluindo-se úlceras de pressão. Densidade calórica: 1,0 a 1,5kcal/ml. Distribuição kcal: 15 a 30% de proteínas; 33 a 55% de carboidratos; 25 a 40% de lipídeos. Não contém glúten. Sabores diversos. Embalagem com 200ml.	FR	CENTER NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS PARA NUTRICAO EN (12303)		0	7,2000	1
			CM HOSPITALAR LTDA (12169)		0	12,5400	2
			NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	CUBITAN	0	18,0000	3
6	Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica: 1,0 kcal/ml. Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Isento de lactose. Sabor: baunilha, chocolate ou outro. Embalagem de 200g a 1Kg.	GR	NUTRICLIN SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS (12567)	ABBOTT	0	0,0750	1
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)	Trophic Infant	0	0,0790	2
			CM HOSPITALAR LTDA (12169)		0	0,0850	3
7	Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica: 1,0 kcal/ml. Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Isento de lactose. Sabor: isento. Embalagem de 200g a 1Kg.	GR	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	FORTINI	0	0,1050	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 08/04/2015 Válido até: 08/04/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos leites especiais e complementos alimentares para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
8	Fórmula infantil de partida, em pó, destinada a lactentes de 0 a 06 meses de idade. Perfil de carboidratos: 100% lactose. Perfil de proteínas: 30 a 65% de caseína e 35 a 70% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 80 a 100% vegetal e 0 a 20% de gordura láctea. Osmolalidade: 284 a 277 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 279 a 308 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem de 200g a 1Kg.	GR	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	MILLUPA 1	0	0,0220
9	Fórmula infantil isenta de lactose, em pó, para lactentes de zero a 12 meses com diagnóstico de intolerância à lactose. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: 40 a 100% caseína e 0 a 60% proteínas do soro de leite. Perfil de lipídeos: 98 a 100% gordura vegetal e 0 a 2% de gordura láctea.Osmolalidade: 140 a 170 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 150 a 190 mOsm/ Kg de água. Sem lactose. Não contém glúten. Embalagem de 200g a 1Kg.	GR	P F G COMERCIAL LTDA. - ME (13055) BRUTHAN COMERCIAL LTDA. (12538)	NESTOGENO Enfantil Prenit	0 0	0,0250 0,0360
10	Fórmula infantil em pó para lactentes que apresentam regurgitação e/ou refluxo gastroesofágico, cuja composição possua algum agente espessante (goma xantana ou amido pre-gelatinizado e/ou outros). Perfil de carboidratos: 70 a 75% lactose; 0 a 25% maltodextrina; 0 a 30% amido pre-gelatinizado. Perfil de proteínas: 30 a 80% caseína e 20 a 70% proteínas do soro de leite. Perfil de lipídeos: 95 a 100% gordura vegetal; 0 a 3% gordura láctea; 0 a 1% óleo de peixe. Osmolalidade: 240 a 280 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 210 a 280 mOsm/ Kg de água. Embalagem de 200 a 1Kg.	GR	P F G COMERCIAL LTDA. - ME (13055) BRUTHAN COMERCIAL LTDA. (12538) NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	NAN SLNEST Enfantil O-Lac APTAMIL AR	0 0 0	0,0500 0,1020 0,0300
			P F G COMERCIAL LTDA. - ME (13055)	NAN ARNEST	0	0,0310

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 08/04/2015		Válido até: 08/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos leites especiais e complementos alimentares para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BRUTHAN COMERCIAL LTDA. (12938)	Enfantil AR Prt	0	0,0430	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 08/04/2015		Válido até: 08/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos leites especiais e complementos alimentares para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015

PROCESSO Nº 9/2015

- (12169) - CM HOSPITALAR LTDA
- (12567) - NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS
- (12740) - NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA.
- (12836) - EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS
- (12903) - CENTER NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS PARA NUTRICAO EN
- (12938) - BRUTHAN COMERCIAL LTDA.
- (13055) - P F G COMERCIAL LTDA. - ME

Schroeder, 8 de Abril de 2015.

DISPENSA Nº 26/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 26/2015 - DL**

Processo Nr.: 69/2015
Data: 08/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: LIBERTE VEICULOS LTDA

Código: 10629

Endereço: AV PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1292 -

Cidade: JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 01.796.973/0004-94

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para revisão dos 20.000 km, Fluence DYN 2.0, placa MLO2393, 2013/2014, na cor prata lotado no Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	arruela de vedação bujao carter	UN	5,09	5,09
2	1,00	Filtro de óleo	UN	35,37	35,37
3	1,00	Filtro Habitaculo	UN	46,28	46,28
4	5,00	Oleo 10W40	LT	30,34	151,70
5	1,00	limpeza sistema injetor	UN	100,00	100,00
6	1,00	Descarbonizante	UN.	45,00	45,00
7	1,00	Kit Revisão	UN	40,00	40,00
8	1,00	limpador de sistema de freio	UN	47,00	47,00
9	1,00	oxisanitização	UN	100,00	100,00
10	2,00	serviço de revisão 20.000 km	UN	153,50	307,00
11	0,40	Balanceamento das rodas	UN	100,00	40,00
12	1,00	Filtro de Ar caixa CVT	UN	85,62	85,62
13	1,00	FILTRO COMBUSTIVEL	UN	35,94	35,94
14	1,20	Pacote recomendado	UN	165,00	198,00
15	0,60	Geometria	UN	100,00	60,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

O veículo está na garantia e a segunda Revisão (20.000 km) deve ser feita na Concessionária, caso contrario perderá a garantia das peças.

Schroeder, 8 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 26/2015 - DL**

Processo Nr.: 69/2015
Data: 08/04/2015

Folha: 2/2

6/4/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 1.297,00 (um mil duzentos e noventa e sete reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 27/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 27/2015 - DL**

Processo Nr.: 70/2015
Data: 08/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: VIDEBAND IND.E COM.DE CONFECÇÕES LTDA

Código: 9676

Endereço: RODOVIA SC-453 KM 55 NR 33

Cidade: VIDEIRAS - SC

CNPJ: 03.574.465/0001-44

Inscrição Estadual: 254.252.826

Objeto da Compra: Aquisição de bandeiras do Brasil e de Schroeder para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Bandeira do Brasil ref. 8,0P (3,64 x 5,12m) uso externo, confeccionada em nylon paraquedas não resinado, 100% poliamida, com ilhoses metálicos para fixação, bordas e costuras reforçadas.	UN	680,00	1.360,00
2	1,00	Bandeira de Schroeder ref. 8,0P (3,64 x 5,12m) uso externo, confeccionada em nylon paraquedas não resinado, 100% poliamida, com ilhoses metálicos para fixação, bordas e costuras reforçadas.	UN	900,00	900,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Tais objetos são de necessidade para manutenção das ações culturais da Prefeitura Municipal de Schroeder.

Schroeder, 8 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 27/2015 - DL**

Processo Nr.: 70/2015
Data: 08/04/2015

Folha: 2/2

7/4/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 7 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 2.260,00 (dois mil duzentos e sessenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 28/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 28/2015 - DL**

Processo Nr.: 71/2015
Data: 08/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: ROSECLEIA BETIOL ARRUDA 03289288951
Endereço: Rua MAL. CASTELO BRANCO, 2128, BOX 01
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 16.717.664/0001-06

Código: 12555

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de cópias de chaves e de fechaduras para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	42,00	Cópias de chaves - SIMPLES	UN	4,40	184,80
2	6,00	Cópias de chaves - TETRA	UN	11,00	66,00
3	6,00	Fechadura para móveis, 3F armários 22mm + instalações	UN	18,50	111,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando as necessidades das secretarias, pois no momento não existe nenhum contrato vigente, tendo em vista o valor total da aquisição.

Schroeder, 8 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 28/2015 - DL**

Processo Nr.: 71/2015
Data: 08/04/2015

Folha: 2/2

7/4/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 7 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 361,80 (trezentos e sessenta e um reais e oitenta centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014	
EXTRATO SEGUNDO ADITIVO CONTRATUAL	
2º Aditivo ao Contrato Nº:	035/2014
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	LAURO MULLER & CIA LTDA ME.
Objeto.....	<p>O presente Aditamento Contratual tem por objeto:</p> <p>1.1. Alterar o Item "5.0 da Cláusula Quinta - do prazo e condições de pagamento" relativo ao contrato nº 35/2014, com fundamentação legal no artigo 65, II, "d" da Lei de Licitações nº 8.666/93 e com base no item 5.1 do presente contrato, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"</p> <p>5.0. A partir do mês de Abril/2015 o preço dos serviços ora contratados a serem pagos mensalmente ficam reajustados no percentual de (3,14%) de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM em conformidade com a cláusula 5.2 do reajustamento passando de R\$ 3,27 (Três reais e vinte e sete centavos), por quilômetro rodado, do TRAJETO da qual foi vencedora para o valor de R\$ 3,37 (Três reais e trinta e sete centavos).</p>
SERRA ALTA, 09 de abril de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

Siderópolis

PREFEITURA

EDITAL DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Siderópolis.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 27 de março de 2015, em sua sede localizada na Rua Diomício Freitas nº 104 e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. 2º da lei Municipal 1710/2007 e no art. 2º do Decreto nº 5089, de 20 de maio de 2004, em cumprimento aos artigos 28 a 31 do seu Regimento Interno e às deliberações da 182ª Assembléia Ordinária, realizada no dia 27 de março de 2015, abre as inscrições para o processo de escolha em data unificada dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Siderópolis.

1. Do cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros tutelares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2020.

1.3 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 - Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1.710/2007, é assegurado o direito a:

I - Vencimento inicial de R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais) com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária

III - Gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina;

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.3 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.4 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.5 A função do conselheiro tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.6 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O regimento das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 13/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Diomício Freitas nº 104, no Centro Social Urbano - Sala dos Conselhos.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão do ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio

V - outros requisitos previstos na Lei Municipal nº 1.710/07

VI - experiência na promoção, proteção de defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

- a) Declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;
- b) Declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área da criança e do adolescente;
- c) Registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área da criança e do adolescente;

VII - Participar, com frequência de 100% (cem por cento), de curso prévio promovido pelo CMDCA, sobre a política de atendimento a criança e ao adolescente.

3.1.3 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.4 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentadas, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.5 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.6 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.1.7 Análise das inscrições 08/06/2015 à 12/06/2015

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 15/06/2015, no mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no dia 22/06/2015 no horário de atendimento ao público das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.3 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 25/06/2015 à 30/06/2015, no horário de atendimento ao público das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.4 A comissão eleitoral terá o período de apresentação das respostas às impugnações no período de 06/07/2015 a 09/07/2015.

3.2.5 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 14/08/2015, no mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.6 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda Propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.2 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.3 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.4 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.5 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.6 Considera-se grave perturbação a ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.7 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.8 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver

eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.9 É vedada aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixa, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos em fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.10 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.11 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.12 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.13 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.14 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.15 É vedado aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos de Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4- Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 8:00 às 17:00 horas, nos seguintes locais:

- a) Sindicato dos Mineiros
- b) Escola Miguel Lazzarin (Jordão)
- c) Escola Jorge Biff (Vila São Jorge)
- d) Biblioteca Pública
- e) Escola Aurora Péterle

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente com foto.

3.4.5 existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-los sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.6 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da Mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.7 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.8 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na sessão instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em relação presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.2 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.3 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.4 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.2 Caso ocorra pedido de registro de apelido idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.3 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.4 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a mesa Receptora de Votos: Um presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 O mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes ainda assinar a ata da eleição.

3.7.4 O Presidente deve estar presente ao ato de abertura e encerramento da eleição salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.5 Na falta do presidente, assumirá a Presidência o mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela comissão Eleitoral.

3.7.6 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.7 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos

3.7.8 nas mesas Receptoras de votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.9 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I- Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou companheiro do candidato

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação que será decidida pela comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo

de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os Candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 as atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº 8069/1990 e na Lei Municipal nº 1710/2007, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.3 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.4 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

5.5 O candidato deverá manter atualizado o endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.6 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.7 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.8 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente edital, através do Promotor de Justiça com Atribuição na Infância e Juventude.

5.9 Fica eleito o Foro da Comarca de Criciúma para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Siderópolis 04 de abril de 2015

Marilene Machado

Presidente o CMDCA - Siderópolis

Anexo I

Cronograma

*Calendário Eleitoral para escolha dos Conselheiros Tutelares
Mandato 2016-2020

*Calendário Eleitoral para escolha dos Conselheiros Tutelares
Mandato 2016-2020

04/04/2015 Publicação do Edital

13/04/ a 03/06/2015 Prazo para Inscrição dos Candidatos

08/06/ a 12/06/2015 Análise das Inscrições

15/06/2015 Publicação dos candidatos

22/06/2015 Impugnação de Candidaturas

25/06/ a 30/06/2015 Notificação dos Candidatos Impugnados

06/07/ a 09/07/2015 Apresentação de Defesas dos Candidatos

Até 17/07 Análise e Decisões das Impugnações

20/07 a 24/07/2015 Interposição de Recursos

Data a 31/07/2015 - Curso Prévio de Capacitação sobre Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente

14/08/2015 Publicação dos candidatos aptos a concorrerem a eleição

Até 18/09/2015 Divulgação dos Locais de Votação

04/10/2015 Eleição

05/10/2015 Divulgação do Resultado

10/01/2016 Posse dos Eleitos

Cronograma aprovado em assembleia do CMDCA - Siderópolis em 27 de março de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO FMS COMPETÊNCIA 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 18/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada.: LABORATÓRIO SIDERÓPOLIS LTDA.

Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8),

2.031.3.3.90.00.00.00.00 (30)

Objeto : CONTRATAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, para realização de exames laboratoriais, ao preço da tabela

SIA/SUS, durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 19/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada.: LABORATÓRIO CESA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8),

2.031.3.3.90.00.00.00.00 (30)

Objeto : CONTRATAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, para realização de exames laboratoriais, ao preço da tabela

SIA/SUS, durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 20/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
Contratada...: SALÉSIO MACCARINI ME
Valor : 59.763,69 (cinquenta e nove mil setecentos e sessenta e três reais e sessenta e nove centavos)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2015
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8), 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (27), 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (36), 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (40)
Objeto : Aquisição de forma parcelada de peças e acessórios para veículos pertencentes à frota oficial do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 21/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
Contratada...: NEREU DE SOUZA RESTAURANTE ME
Valor : 11.070,00 (onze mil setenta reais)
Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8)
Objeto : Contratação de empresa (s), para fornecimento de forma parcelada de refeições (marmita) e lanches- tipo x-salada, para profissionais do plantão 24 horas durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 22/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
Contratada...: CLAUDIO GUIGUER ME
Valor : 27.426,00 (vinte e sete mil quatrocentos e vinte e seis reais)
Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8)
Objeto : Contratação de empresa (s), para fornecimento de forma parcelada de refeições (marmita) e lanches- tipo x-salada, para profissionais do plantão 24 horas durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 23/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
Contratada...: TEIXEIRA ALAMINI & CARARA LTDA ME
Valor : 66.084,40 (sessenta e seis mil e oitenta e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8), 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (10), 2.027.4.4.90.00.00.00.00 (20), 2.030.4.4.90.00.00.00.00 (28), 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (36), 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (41), 2.040.4.4.90.00.00.00.00 (42)
Objeto : Fornecimento parcelado de materiais, suprimentos e equipamentos de informática durante o exercício de 2015 para suprir as

necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

EXTRATO DE CONTRATO PMS COMPETÊNCIA 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 13/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Valor : 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (25)
Objeto : Contratação de empresa especializada para assessoria e suporte técnico ao setor de arrecadação, disponibilizando profissionais com conhecimento em Legislação Tributária, Coleta de dados, Software de apoio para a Recuperação fiscal, atendimento aos contribuintes da dívida ativa, ajustes nos cadastros, visando à recuperação de créditos tributários e incremento de arrecadação de Receita Tributária.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 15/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: MAGAGNIN & ENRICONI SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA-ME
Valor : 17.550,00 (dezesete mil quinhentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9)
Objeto : Locação de impressora multifuncional em perfeito estado de funcionamento, para impressão de material gráfico, projetos, cópias coloridas e demais serviços relacionados.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 16/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: INOVA ASSESSORIA EM TELECOMUNICACAO LTDA - ME
Valor : 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9)
Objeto : O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de ASSESSORIA E CONSULTORIA COMERCIAL EM TELECOMUNICAÇÕES pela CONTRATADA com o objetivo específico de reduzir os gastos da CONTRATANTE com telefonia fixa em todos os seus números.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 17/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
 Contratada...: ANGELA CRISTINA PEREIRA DE MELLO
 Valor : 8.000,00 (oito mil reais)
 Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/11/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de profissional especializado para estruturação da Coordenadoria Municipal de proteção e Defesa Civil de Siderópolis.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Aditivo Nº : 4-59/2014 - Contrato Nº: 59/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: CCA CONSTRUTORA LTDA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 04/06/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de cobertura de quadra poliesportiva, destinada à escola Aurora Péterle no Bairro Alto Rio Maina/Siderópolis, medindo 19x33=627,00m², proveniente do TERMO DE COMPROMISSO PAC 208350/2014 entre o município de Siderópolis e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 18/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: ELIS BONGIOLO 064.832.729-29

Valor : 72.000,00 (setenta e dois mil reais)

Vigência : Início: 12/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (51)

Objeto : Contratação de empresa especializada em transporte de alunos para a linha costão da serra x jordão baixo, durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 19/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: JANIO VENTURINI - ME

Valor : 75.743,99 (setenta e cinco mil setecentos e quarenta e três reais e noventa e nove centavos)

Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2015

Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)

Objeto : Aquisição de forma parcelada de materiais escolares para atendimento aos alunos da rede de ensino municipal e atendimento à Secretaria de Educação, durante o exercício de 2015

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 20/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: NYCE PAPELARIA E INFORMÁTICA

Valor : 61.776,69 (sessenta e um mil setecentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos)

Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2015

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9)

Objeto : Aquisição de forma parcelada de materiais e suprimentos de informática, bem como serviços de manutenção para a Secretaria de Administração Municipal durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 21/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: SALESIO MACCARINI - ME

Valor : 64.693,43 (sessenta e quatro mil seiscentos e noventa e três reais e quarenta e três centavos)

Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2015

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (98)

Objeto : Aquisição de forma parcelada de peças e acessórios para veículos pertencentes à frota oficial do município, durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 22/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: ANA COMIN BRESSAN EPP

Valor : 76.382,00 (setenta e seis mil trezentos e oitenta e dois reais)

Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento parcelado de Materiais elétricos para manutenção da rede de iluminação pública e manutenção das repartições públicas municipais, durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 23/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: IBAM-INSTIT.BRASILEIRO DE ADM.MUNICIPAL

Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (25)

Objeto : Fornecimento de sistema informatizado para modernização da administração tributária municipal que permite a integração do cadastro mobiliário para geração de controles financeiros, para reduzir a evasão fiscal, bem como promover o desenvolvimento econômico, através de ferramentas de última geração, em ambiente WEB, em todas as empresas sediadas no município, conforme descrições contidas em Edital.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 24/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: CARMINATTI MAT.DE CONSTRUCAO LTDA

Valor : 70.744,00 (setenta mil setecentos e quarenta e quatro reais)

Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2015

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (98)

Objeto : Aquisição de forma parcelada de materiais de construção e

artigos diversos para a Manutenção da Secretaria de Obras e serviços

municipais, durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 26/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: JANIO VENTURINI - ME

Valor : 56.913,06 (cinquenta e seis mil novecentos e treze reais e

seis centavos)

Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2015

Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (42)

Objeto : Aquisição de forma parcelada de materiais esportivos para

atendimento aos programas de esporte instituído no município, durante o

exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 27/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: LS LAJES SILVA LTDA ME

Valor : 148.613,00 (cento e quarenta e oito mil seiscentos e treze

reais)

Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada no fornecimento

parcelado de tubos de concreto e artefatos de cimento para suprir as

necessidade da Secretaria de Obras do Município, durante o exercício de

2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 28/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: PRE-MOLDADOS BRIGHENTE LTDA - ME

Valor : 26.850,00 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada no fornecimento

parcelado de tubos de concreto e artefatos de cimento para suprir as

necessidade da Secretaria de Obras do Município, durante o exercício de

2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 29/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: MERCECRIL COMERCIO DE PECAS LTDA

Valor : 64.339,00 (sessenta e quatro mil trezentos e trinta e nove

reais)

Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2015

Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (42), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (43), 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (98)

Objeto : Aquisição de forma parcelada de peças e acessórios para

veículos pesados pertencentes à frota oficial do município, durante o

exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 25/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: NYCE PAPELARIA E INFORMÁTICA

Valor : 59.063,46 (cinquenta e nove mil e sessenta e três reais e

quarenta e seis centavos)

Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2015

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9)

Objeto : Aquisição de forma parcelada de materiais de expediente

para a Secretaria de Administração Municipal durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 31/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: ATEKY INFORMÁTICA LTDA EPP

Valor : 5.864,65 (cinco mil oitocentos e sessenta e quatro reais e

sessenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (42), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (43)

Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene,

conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Contrato Nº.: 32/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA. - ME

Valor : 12.346,95 (doze mil trezentos e quarenta e seis reais e

noventa e cinco centavos)

Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (42), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (43)

Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene,

conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015
Contrato Nº.: 33/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: T M SCHLICKMANN & CIA LTDA - ME
Valor : 5.888,20 (cinco mil oitocentos e oitenta e oito reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (42), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (43)
Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene, conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 34/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: DICRIL - PROD E EQUIP PARA LIMPEZA E HIGIENE LTDA
Valor : 8.205,30 (oito mil duzentos e cinco reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (42), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (43)
Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene, conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015
Contrato Nº.: 35/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: COPOL - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor : 3.059,00 (três mil e cinqüenta e nove reais)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (42), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (43)
Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene, conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015
Contrato Nº.: 36/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
Valor : 39.551,65 (trinta e nove mil quinhentos e cinqüenta e um reais e sessenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (42), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (43)
Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene, conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015
Contrato Nº.: 37/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA-ME
Valor : 20.130,70 (vinte mil cento e trinta reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (42), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (43)
Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene, conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2015.

Siderópolis, 8 de Abril de 2015

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 054/2015

DECRETO Nº. 054, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Nº 1705, de 28 de Novembro de 2007.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os Senhores Carlos Roberto Gomes -Representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, Valmir Daminelli - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Léo Monteiro -Representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, e os Vereadores Agenor Colares Gomes e João César dos Santos Luchina, para comporem a Comissão de avaliação dos bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Sombrio, conforme Leis de Alienação números 2199/2015 e 2202/2015, de 11 de março de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto Nº. 274, de 01 de novembro de 2012.

Município de Sombrio-SC, 31 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 055/2015

DECRETO Nº 055 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere o item VI, do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de Abril de 1990, e em conformidade com os artigos 16, 17, 18, 19, 20 e 21, da Lei nº 1.415, de 20 de maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado os Membros da Comissão de Avaliação de Desempenho da Progressão Funcional dos Funcionários Públicos Municipais, que passará a ser composta pelos seguintes membros:

-IONARA DE SOUZA RODRIGUES, matrícula nº 7014, ocupante do cargo de Diretora de Recursos Humanos;

-REMI DA SILVA SCHEFFER, matrícula nº 6910, ocupante do cargo de Contador;

-MARIA REGINA DE MATOS, matrícula nº 735, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo;

-MARCIA REGINA DA SILVA COELHO, matrícula nº 7203, ocupante do cargo de Professora;

-CARLOS ROBERTO GOMES, matrícula nº 7209, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;

-VALMIR DAMINELLI, matrícula nº 4628, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo;

-GISLANE DIAS DA CUNHA, matrícula nº 6073, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde;

-JOÃO ALBERTO VARGAS, matrícula nº 879, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

-JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO, matrícula nº 6081, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Sombrio - SC, 31 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data Supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 43/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2015

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA ÁREA DE 5.525 M², NO BAIRRO BOA ESPERANÇA, PARTE INTEGRANTE DA MATRÍCULA Nº 12.506, PERTENCENTE AO ESPÓLIO DE MANUEL MONTEIRO BORGES, PARA IMPLANTAÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL NA COMUNIDADE CONFORME DECISÃO JUDICIAL.

Locador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC

Contratado: MANOEL MONTEIRO BORGES/ESPOLIO

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

BASE LEGAL: inciso X do artigo 24 da lei 8.666/93

Sombrio, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 44/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2015

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA ÁREA DE 8.400 M², COM UMA ÁREA CONSTRUIDA DE 525,00 M², NO BAIRRO SANGA NEGRA, PARTE INTEGRANTE DA MATRÍCULA Nº 59.225, PARA FUNCIONAMENTO DE UM CAMPO DE FUTEBOL NA COMUNIDADE.

Locador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC

Contratado: DARIO DOS SANTOS

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

BASE LEGAL: inciso X do artigo 24 da lei 8.666/93

Sombrio, 01 de abril de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 45/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2015
Objeto: DESAPROPRIAÇÃO DE UM IMÓVEL RURAL, NA COMUNIDADE DO RETIRO DA UNIÃO, NUM TOTAL DE 7.767,22M², DE PROPRIEDADE DO ESPÓLIO DE TOMAZ OTÁVIO CARDOSO, PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE TRANSCRIÇÃO Nº 30.286.
Locador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC
Contratado: TOMAZ OTÁVIO CARDOSO/ESPÓLIO
Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.
Valor: R\$ 28.997,61 (vinte e oito mil novecentos e noventa e sete reais)
BASE LEGAL: inciso X do artigo 24 da lei 8.666/93

Sombrio, 06 de abril de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 058/2015

PORTARIA Nº 058 DE 01 DE ABRIL DE 2015.
CONCEDE LICENÇA NÃO REMUNERADA A SERVIDOR QUE EXPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença não remunerada pelo período de dois (02) anos, a contar de 01/04/2015 a 01/04/2017, para o Funcionário Público Municipal, abaixo relacionado.

NOME MATRÍCULA FUNÇÃO
Cleber Rodrigo Pereira 2556 Motorista

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

PREFEITURA**DECRETO 74/2015**

DECRETO Nº. 74, de 06 de Abril de 2015.
REVOGA ADMISSÃO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a Admissão do Senhor HERNÁRIO PEZEN-TE, RG nº 150.244 e CPF nº 029.210.309-34, ocorrida em 1º de Abril de 2015, através do Decreto nº 67/2015.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem à 1º de Abril de 2015.

Timbé do Sul, 06 de Abril de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 75/2015

DECRETO Nº 75, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Joziane Machado, CPF nº 038.801.579-95 e RG nº 4.161.501, no Cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 08 de Abril de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 19/2015

PORTARIA Nº 19, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 467/88, de 16 de dezembro de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Débora Carminatti Dal Pont, matrícula nº 2886, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, do Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul, pelo período de 120 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 07 de Abril de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****ATA CREDENCIAMENTO N.º 01 2015 FME - ÁRBITROS (07.04.15)**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2015 - FME

Às quatorze horas, do sétimo dia, do mês de abril de dois mil e quinze (07/04/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 01/2015 - FME.

Entregaram os envelopes os seguintes profissionais: WALDIR GOEDE CPF Nº 311.607.359-72, ROGER FELIPE ZERMIANI CPF Nº 039.213.469-02, THAYS DOS SANTOS SILVA CPF Nº 041.508.529-28, MARLON FRONZA CPF Nº 075.650.399-00, MARCIO DOS SANTOS BARBOSA CPF Nº 036.026.696-70, JOACIR TASCHNER CPF Nº 047.059.069-69, RAQUEL JAQUELINE MOSER CPF Nº 049.129.599-52, TATIANA ESPINDOLA BRANDES CPF Nº 989.276.989-91, BEATRIZ EWALD CPF Nº 080.733.109-02, ELAINE CRISTINA MARCILIO NASCIUTTI DIAS CPF Nº 050.649.419-51, EVERTON MAURICIO FRAINER CPF Nº 006.175.579-69, KURT KRUGER CPF Nº 003.687.909-67, MARINA ANDRÉIA SEIDEL CPF Nº 749.864.739-72, JOSÉ ROBERTO ALVES SILVA CPF Nº 927.204.128-72, JOANA PAULA MATTEDI LARGURA CPF Nº 027.460.619-45, MAICO RODRIGO VOLTOLINI CPF Nº 066.396.269-26, MARLETE FAGUNDES BREHMER CPF Nº 654.261.699-34, VALDIR BRANDT CPF Nº 596.771.479-00, RUBENS NEITZKE CPF Nº 379.557.059-04 e SUELY EWALD NEITZKE CPF Nº 498.465.239-04.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade.

Na sequência, a senhora presidente iniciou a abertura dos envelopes para análise dos documentos, sendo que os seguintes profissionais atenderam as condições do edital: WALDIR GOEDE CPF Nº 311.607.359-72, ROGER FELIPE ZERMIANI CPF Nº 039.213.469-02, MARLON FRONZA CPF Nº 075.650.399-00, JOACIR TASCHNER CPF Nº 047.059.069-69, KURT KRUGER CPF Nº 003.687.909-67, MARINA ANDRÉIA SEIDEL CPF Nº 749.864.739-72, JOSÉ ROBERTO ALVES SILVA CPF Nº 927.204.128-72, JOANA PAULA MATTEDI LARGURA CPF Nº 027.460.619-45, MAICO RODRIGO VOLTOLINI CPF Nº 066.396.269-26, MARLETE FAGUNDES BREHMER CPF Nº 654.261.699-34 e VALDIR BRANDT CPF Nº 596.771.479-00.

Nesse sentido, restaram credenciados os seguintes profissionais nas respectivas modalidades:

WALDIR GOEDE

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitá- rio Em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁ- RIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMU- NITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00
13	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ATLETISMO	200,00

ROGER FELIPE ZERMIANI

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitá- rio Em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
10	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMU- NITÁRIO	150,00

MARLON FRONZA

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitá- rio Em R\$
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁ- RIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMU- NITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00

JOACIR TASCHNER

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitá- rio Em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁ- RIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMU- NITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00
13	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ATLETISMO	200,00

KURT KRUGER

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitá- rio Em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
08	JOGO	ARBITRO DE BOCHA	50,00
09	DIÁ- RIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMU- NITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00

MARINA ANDRÉIA SEIDEL

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitá- rio Em R\$
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
10	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMU- NITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00

JOSÉ ROBERTO ALVES SILVA

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitá- rio Em R\$
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
08	JOGO	ARBITRO DE BOCHA	50,00
09	DIÁ- RIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMU- NITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00

JOANA PAULA MATTEDI LARGURA

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitá- rio Em R\$
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁ- RIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMU- NITÁRIO	150,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00
13	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ATLETISMO	200,00

MAICO RODRIGO VOLTOLINI

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitá- rio Em R\$
08	JOGO	ARBITRO DE BOCHA	50,00
09	DIÁ- RIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00

MARLETE FAGUNDES BREHMER

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitá- rio Em R\$
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
08	JOGO	ARBITRO DE BOCHA	50,00
09	DIÁ- RIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMU- NITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00

VALDIR BRANDT

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitá- rio Em R\$
08	JOGO	ARBITRO DE BOCHA	50,00
09	DIÁ- RIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00

Restaram inabilitados no certame os seguintes profissionais:

- RUBENS NEITZKE: não apresentou o PIS ou PASEP ou Inscrição de Contribuinte Individual no INSS, conforme consta no item 4.3.1.1, letra "c" do edital;
- SUELY EWALD NEITZKE: não apresentou o PIS ou PASEP ou Inscrição de Contribuinte Individual no INSS, conforme consta no item 4.3.1.1, letra "c" do edital;
- MARCIO DOS SANTOS BARBOSA: não apresentou o PIS ou PASEP ou Inscrição de Contribuinte Individual no INSS, conforme consta no item 4.3.1.1, letra "c" do Edital e, o comprovante de residência apresentado está desatualizado, conforme exigência do item 4.3.1.1, letra "d" do Edital;
- THAYS DOS SANTOS SILVA: não apresentou o PIS ou PASEP ou Inscrição de Contribuinte Individual no INSS, conforme consta no item 4.3.1.1, letra "c" do Edital;
- EVERTON MAURICIO FRAINER: em relação à Qualificação Técnica, não apresentou comprovação de experiência na arbitragem na modalidade pretendida em eventos esportivos (item 4.3.5, letra "a" do Edital);
- ELAINE CRISTINA MARCILIO NASCIUTTI DIAS: na proposta de preço, apresentou valor superior ao estabelecido no Edital para a modalidade árbitro de atletismo, conforme Anexo I do Edital;
- BEATRIZ EWALD: na proposta de preço, apresentou valor superior ao estabelecido no Edital para a modalidade árbitro de atletismo, conforme Anexo I do Edital;
- TATIANA ESPINDOLA BRANDES: na proposta de preço, apresentou valor superior ao estabelecido no Edital para a modalidade árbitro de atletismo, conforme Anexo I do Edital;
- RAQUEL JAQUELINE MOSER: na proposta de preço, apresentou valor superior ao estabelecido no Edital para a modalidade árbitro de atletismo, conforme Anexo I do Edital.

No entanto, nos termos do item 5.1.4 do Edital, poderão os profissionais, durante todo o período de vigência do mesmo, apresentar nova documentação para credenciamento escoimada dos vícios que culminaram na inabilitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 02 2015 FMS - AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2015 FMS

OBJETO: aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 23 de abril de 2015. ABERTURA: dia 23 de abril de 2015 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 08/04/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA E TAXA DE COLETA DE LIXO - ANO FISCAL 2015.

PUBLICAÇÕES LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO - Imposto sobre A Propriedade Predial e Territorial UrbanA e Taxa de Coleta de Lixo - Ano fiscal 2015.

A Fazenda Municipal de Timbó, faz saber aos contribuintes inscritos no Cadastro Imobiliário, abaixo relacionados, que a Prefeitura de Timbó, com base nas Leis Complementares nº 142, de 21/12/98, e nº 193, de 28/12/00, efetuou o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e da Taxa de Coleta de Lixo - Ano Fiscal 2015, com vencimento da primeira parcela ou da parcela única em 10 de Abril de 2015.

Desta forma, ficam notificados os contribuintes abaixo relacionados a retirarem o carnê do respectivo tributo na Divisão de Tributação e Fiscalização, na sede da municipalidade, situada na Av. Getúlio Vargas, nº 700, nesta, observando-se o vencimento acima informado.

Nome do Contribuinte	Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Valor (R\$)
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS PEROLA DO VALE	COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS PEROLA DO VALE	01.05.001.0689.001.01.01	207,69
A 2 INCORPORAÇÕES LTDA	A 2 INCORPORAÇÕES LTDA	01.04.010.0675.001.01.01	242,31
A.D.S.N. CONSTRUÇOES INCORPORACOES LTDA	A.D.S.N. CONSTRUÇOES INCORPORACOES LTDA	01.03.005.0278.055.01.01	80,45
A.M.S. ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES	A.M.S. ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES	01.06.005.0309.001.01.03	896,23
ADAIR FRUSINA	ADAIR FRUSINA	01.07.034.1474.001.01.01	299,96
ADAIR LUIZ DE PIN	ADAIR LUIZ DE PIN	01.04.012.0018.001.01.01	211,49
ADAIR LUIZ DE PIN	ADAIR LUIZ DE PIN	01.04.013.0458.001.01.01	455,96
ADALBERTO ROEDER	ADALBERTO ROEDER	01.01.015.0289.001.01.01	3.733,20
ADALBERTO ROEDER	ADALBERTO ROEDER	01.09.016.1071.001.01.05	1.512,19
ADALTO GATTI	ADALTO GATTI	01.09.039.1201.001.01.01	179,45
ADELAIDE HEIDEN	ADELAIDE HEIDEN	01.07.068.0427.002.01.01	21,35
ADEMAR ANTONIO OCHNER	ADEMAR ANTONIO OCHNER	01.04.042.0217.001.01.03	566,00
ADEMAR DE LIMA	ADEMAR DE LIMA	01.09.011.0060.001.01.01	175,13
ADEMAR JOAO TESTONI	ADEMAR JOAO TESTONI	01.04.013.0168.001.01.01	582,62
ADEMAR KEUNECKE	ADEMAR KEUNECKE	01.01.003.0276.001.01.01	1.930,46
ADEMAR KEUNECKE	ADEMAR KEUNECKE	01.01.003.0276.002.01.02	664,61
ADEMAR RADUNZ	ADEMAR RADUNZ	01.02.004.1223.001.01.01	335,16
ADEMAR STAHNKE	ADEMAR STAHNKE	01.09.039.1138.001.01.01	235,77
ADEMAR STAHNKE	ADEMAR STAHNKE	01.09.039.1146.001.01.01	83,57
ADEMAR STAHNKE	ADEMAR STAHNKE	01.09.039.1156.001.01.01	100,71
ADEMAR STAHNKE	ADEMAR STAHNKE	01.09.039.1217.001.01.01	101,45
ADEMAR STAHNKE	ADEMAR STAHNKE	01.09.039.1238.001.01.01	79,13
ADEMIR DA SILVA	ADEMIR DA SILVA	01.02.032.0093.001.01.02	712,83
ADEMIR JOSE NARDELLI	ADEMIR JOSE NARDELLI	01.03.004.0266.001.01.01	1.361,05
ADEMIR LONGO	VANDERLEI ALVES	01.02.060.0966.001.01.01	1.233,00
ADEMIR NEUBER	ADEMIR NEUBER	01.06.010.1120.001.01.01	254,26

ADEMIR UBER (+)	ADEMIR UBER (+)	01.07.052.0288.001.01.02	412,13
ADEMIR UBER (+)	ADEMIR UBER (+)	01.07.052.0304.001.01.01	167,92
ADEMIR UBER (+)	ADEMIR UBER (+)	01.07.052.0304.002.01.01	250,78
ADENIR MARCARINI	ADENIR MARCARINI	01.09.021.0662.001.01.01	783,77
ADIEL ZERMIANI	ADIEL ZERMIANI	01.03.042.0821.016.01.01	295,90
ADIEL ZERMIANI	ADIEL ZERMIANI	01.03.042.0821.048.01.01	34,33
ADILSON GESSNER	ADILSON GESSNER	01.04.049.1115.001.01.01	1.141,86
ADILSON HERMES	ADILSON HERMES	01.09.039.1709.001.01.01	783,97
ADILSON KLOHN	ADILSON KLOHN	01.02.017.0147.001.01.01	371,48
ADILSON KLOHN	ADILSON KLOHN	01.02.060.0687.001.01.01	384,17
ADILSON RODRIGUES DA SILVA	ADILSON RODRIGUES DA SILVA	01.09.008.1095.001.01.01	210,40
ADILSON VOLNEI LOPES	ADILSON VOLNEI LOPES	01.08.031.1047.001.01.01	2.013,84
ADIR NOLLI	ADIR NOLLI	01.07.028.0531.001.01.01	360,82
ADMINISTRADORA MAODMA LTDA	ADMINISTRADORA MAODMA LTDA	01.07.056.1057.001.01.01	115,94
ADOLAR FISCHER	ADOLAR FISCHER	01.06.050.0586.001.01.01	926,25
ADOLFO GUSTAVO RUTZEN	ADOLFO GUSTAVO RUTZEN	01.09.001.0319.001.01.01	521,53
ADOLINO PERINI [+]	ADOLINO PERINI [+]	01.07.054.0401.001.01.01	407,33
ADOLINO PERINI [+]	ADOLINO PERINI [+]	01.07.054.0401.002.01.01	118,51
ADRIANA DILEIZI KRANZ	ADRIANA DILEIZI KRANZ	01.05.011.0531.005.01.01	385,91
ADRIANA DILEIZI KRANZ	ADRIANA DILEIZI KRANZ	01.05.011.0531.011.01.01	33,40
ADRIANA GIOVANELA	ADRIANA GIOVANELA	01.02.039.0369.001.01.02	335,13
ADRIANO GESSER	ADRIANO GESSER	01.07.034.1445.001.01.01	123,60
ADRIANO JOSE BUTZKE QUINTANA	ADRIANO JOSE BUTZKE QUINTANA	01.04.010.0445.001.01.01	405,07
ADRIANO JOSE BUTZKE QUINTANA	ADRIANO JOSE BUTZKE QUINTANA	01.04.010.0445.011.01.01	36,87
AGEU RIBEIRO	AGEU RIBEIRO	01.02.015.0353.001.01.01	254,55
AGEU RIBEIRO	AGEU RIBEIRO	01.02.015.0353.007.01.01	31,75
AGNALDO BACHMANN	LOURDES SALETE SPEZZIA DE SOUZA	01.07.067.0107.001.01.01	173,91
AGNALDO SCHOEPPING	AGNALDO SCHOEPPING	01.03.002.0380.001.01.01	1.837,23
AGOSTINHO HASCKEL	AGOSTINHO HASCKEL	01.09.039.1736.001.01.01	385,37
AGOSTINHO HASCKEL	AGOSTINHO HASCKEL	01.09.039.1736.002.01.01	111,91
AGOSTINHO HASCKEL	AGOSTINHO HASCKEL	01.09.039.1736.003.01.01	114,97
AGUINALDO TAVARES	AGUINALDO TAVARES	01.09.039.1778.004.01.01	219,57
AIMORE MARCOS FRAINER	AIMORE MARCOS FRAINER	01.04.011.0139.001.01.02	685,77
AIRTON DOS SANTOS	AIRTON DOS SANTOS	01.07.003.0533.001.01.01	694,40
ALAN BARP	ALAN BARP	01.09.008.1258.009.01.02	354,93
ALCIDES BORCHARDT	ALCIDES BORCHARDT	01.09.001.0259.001.01.01	519,50
ALCIDES CAMPREGHER	ALCIDES CAMPREGHER	01.05.020.1604.001.01.01	572,54
ALCIDES CRISTOFOLINI	ALCIDES CRISTOFOLINI	01.07.051.0095.001.01.01	415,96
ALCIDES FEUSTEL	ALCIDES FEUSTEL	01.04.033.0536.001.01.01	322,69
ALCIDES FEUSTEL	ALCIDES FEUSTEL	01.05.021.0083.001.01.01	536,41
ALCIDES FRANCISCO VICENTE E LICIEN DOMINGOS VICENTE	ALCIDES FRANCISCO VICENTE E LICIEN DOMINGOS VICENTE	01.02.029.0817.001.01.01	139,29
ALCIDES FRANCISCO VICENTE E LICIEN DOMINGOS VICENTE	ALCIDES FRANCISCO VICENTE E LICIEN DOMINGOS VICENTE	01.02.029.0834.001.01.01	116,90
ALCIDES STEIN	ALCIDES STEIN	01.02.047.0107.001.01.01	129,14
ALCIDES STEIN	ALCIDES STEIN	01.07.034.1374.001.01.01	306,24
ALCIDES STEIN	ALCIDES STEIN	01.07.034.1387.001.01.01	152,97
ALCIDES STEIN	ALCIDES STEIN	01.07.034.1463.001.01.01	101,16
ALCIDES STEIN	ALCIDES STEIN	01.09.032.0017.001.01.01	84,60
ALCIR JOSE CAMPESTRINI	ALCIR JOSE CAMPESTRINI	01.09.004.0671.001.01.01	498,92
ALDEMIR TANCON	ALDEMIR TANCON	01.07.052.0064.001.01.02	553,19
ALDERI SCHENATTO DE SOUZA	ALDERI SCHENATTO DE SOUZA	01.04.007.0159.001.01.01	367,59
ALDIRIO VICENTE	ALDIRIO VICENTE	01.07.008.1324.001.01.01	807,77
ALDIRIO VICENTE	ALDIRIO VICENTE	01.07.031.1691.001.01.01	106,34

ALDO BARBARESCO (+)	ALDO BARBARESCO (+)	01.02.029.0889.001.01.01	259,25
ALDO HOCHHEIM	ALDO HOCHHEIM	01.08.007.2209.001.01.01	327,27
ALDO HOCHHEIM	ALDO HOCHHEIM	01.08.007.2573.001.01.01	372,81
ALDO JOSE TELES	ALDO JOSE TELES	01.07.052.0049.002.01.01	153,91
ALDO MURARA	ALDO MURARA	01.09.027.0204.001.01.01	243,47
ALESSANDRA SAMP	ALESSANDRA SAMP	01.04.033.0577.019.01.01	233,10
ALESSANDRO LUCIANO SALVADOR	ALESSANDRO LUCIANO SALVADOR	01.05.002.2335.001.01.01	935,36
ALEXANDER MULLER	ALEXANDER MULLER	01.02.080.2094.001.01.01	1.487,87
ALEXANDER MULLER	ALEXANDER MULLER	01.02.084.1996.001.01.01	473,41
ALEXANDRA BEATRIZ KISNER WILLE	ALEXANDRA BEATRIZ KISNER WILLE	01.09.045.0088.001.01.02	440,98
ALEXANDRA MICHELSON	ALEXANDRA MICHELSON	01.04.008.0327.002.01.03	960,06
ALEXANDRE BORCHARDT (+)	ALEXANDRE BORCHARDT (+)	01.09.016.1126.001.01.02	401,02
ALEXANDRE CORREA	ALEXANDRE CORREA	01.05.012.0265.004.01.01	341,28
ALEXANDRE CORREA	ALEXANDRE CORREA	01.05.012.0265.008.01.01	47,28
ALEXANDRE GARCIA	ALEXANDRE GARCIA	01.06.023.0320.001.01.01	462,98
ALEXANDRE MEYER	ALEXANDRE MEYER	01.08.015.0124.001.01.01	163,15
ALEXANDRE WILSON KRIECK	ALEXANDRE WILSON KRIECK	01.09.010.0242.001.01.01	215,93
ALEXANDRO GARLINI	ALEXANDRO GARLINI	01.07.032.3078.001.01.01	394,45
ALEXANDRO GARLINI	ALEXANDRO GARLINI	01.07.032.3078.013.01.01	35,07
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1140.001.01.01	111,40
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1141.001.01.01	104,86
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1149.001.01.01	81,19
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1150.001.01.01	81,22
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1210.001.01.01	193,00
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1277.001.01.01	1.111,23
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1279.001.01.01	226,14
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1280.001.01.01	282,70
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1281.001.01.01	135,71
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1297.001.01.01	194,97
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1299.001.01.01	427,36
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1377.001.01.01	135,33
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1379.001.01.02	206,34
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1411.001.01.01	106,86
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1439.001.01.01	106,86
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1457.001.01.01	85,47
ALFABLU EMP IMOB LTDA	ALFABLU EMP IMOB LTDA	01.09.039.1525.001.01.01	2.500,43
ALFONSO KLITZKE (+)	ALFONSO KLITZKE (+)	01.09.017.1008.001.01.02	338,47
ALICE DUWE	ALICE DUWE	01.09.019.0616.001.01.01	237,22
ALICE DUWE	ALICE DUWE	01.09.019.0635.001.01.01	291,46
ALINOR LUIZ TAMANINI	ALINOR LUIZ TAMANINI	01.07.051.0110.001.01.01	363,08
ALISE BEHLING	LOURIVALD EHMKE	01.06.010.0157.001.01.01	619,21
ALIX OSS EMER	RAUL THUROW	01.09.017.0610.001.01.03	228,11
ALIX OSS EMER	GIOVANI BONKA	01.09.017.0622.001.01.02	152,23
ALIX OSS EMER	ALIX OSS EMER	01.09.017.0628.001.01.01	152,59
ALIX OSS EMER	ALIX OSS EMER	01.09.017.0639.002.01.03	840,71
ALIX OSS EMER	ALIX OSS EMER	01.09.017.0655.001.01.01	284,14
ALIX OSS EMER	ALIX OSS EMER	01.09.017.0663.001.01.01	286,62
ALIX OSS EMER	ALIX OSS EMER	01.09.017.0692.001.01.01	789,89
ALIX OSS EMER	ALIX OSS EMER	01.09.017.0710.001.01.01	267,30
ALIX OSS EMER	ALIX OSS EMER	01.09.017.0715.001.01.01	250,84
ALIX OSS EMER	ALIX OSS EMER	01.09.017.0720.001.01.01	251,07
ALIX OSS EMER	JAIR OSS-EMER	01.09.017.0725.001.01.04	337,03
ALIX OSS EMER	MARCIO ALEXANDRO DA SILVA	01.09.017.0736.001.01.01	525,75

ALIX OSS EMER	ALIX OSS EMER	01.09.017.0746.001.01.01	139,96
ALMIR DOS ANJOS	ALMIR DOS ANJOS	01.09.062.0285.001.01.03	315,19
ALMIR JOAO LUIZ	ALMIR JOAO LUIZ	01.06.003.0452.021.01.01	282,50
ALMIR JOAO LUIZ	ALMIR JOAO LUIZ	01.06.003.0452.024.01.01	32,17
ALMIR MALKOWSKI	ALMIR MALKOWSKI	01.09.039.1662.001.01.01	114,97
ALMIRANTE JOSE LENZI	ALMIRANTE JOSE LENZI	01.07.055.0726.001.01.01	164,86
ALMIRANTE JOSE LENZI	ALMIRANTE JOSE LENZI	01.07.055.0726.002.01.01	95,36
ALSIDO VIEBRANTZ	ALSIDO VIEBRANTZ	01.07.050.0220.001.01.02	505,75
ALSIDO VIEBRANTZ	ALSIDO VIEBRANTZ	01.07.050.0273.001.01.01	101,45
ALTAIDE IVAN ZAGO	ALTAIDE IVAN ZAGO	01.09.039.1223.001.01.01	264,69
ALTAMIR FERREIRA DOS SANTOS	ALTAMIR FERREIRA DOS SANTOS	01.05.007.0074.001.01.01	627,03
ALVACI HASCKEL	ALVACI HASCKEL	01.07.067.0073.002.01.01	79,48
ALVACIR MARTINS SPERBER	ALVACIR MARTINS SPERBER	01.04.007.1187.001.01.01	217,45
ALVARO ANDRE RODRIGUES	ALVARO ANDRE RODRIGUES	01.09.042.1793.001.01.01	195,07
ALVINO GIOVANELLA	ALVINO GIOVANELLA	01.05.002.0917.002.01.04	182,34
ALVINO ZOBOLI	ALVINO ZOBOLI	01.07.055.0696.001.01.01	735,53
ALVINO ZOBOLI	ALVINO ZOBOLI	01.07.055.0696.002.01.01	73,91
ALWIN GUTZ	ALWIN GUTZ	01.06.023.0423.004.01.02	478,63
ALZIRA BONESSI	ALZIRA BONESSI	01.03.041.0086.001.01.01	644,20
AMADEU FERNANDES	AMADEU FERNANDES	01.05.021.3062.001.01.01	984,86
AMANDIO PEDRO VICENTE	AMANDIO PEDRO VICENTE	01.02.085.0352.001.01.02	622,36
AMANDIO PEDRO VICENTE	AMANDIO PEDRO VICENTE	01.02.085.0352.002.01.01	907,67
AMARILDO MARIO DE ANDRADE	AMARILDO MARIO DE ANDRADE	01.09.016.1694.001.01.03	270,59
AMARILDO MARIO DE ANDRADE	AMARILDO MARIO DE ANDRADE	01.09.016.1694.002.01.01	87,66
AMARILDO NUNES	LUCIA RIBEIRO	01.06.021.0523.008.01.02	215,87
AMARILDO NUNES	ANTONIO OSMAR FERNANDES DE LIMA	01.06.021.0523.009.01.01	66,83
AMARILDO NUNES	JAIME RIBEIRO	01.06.021.0523.014.01.01	109,01
AMARILDO PASQUALI	AMARILDO PASQUALI	01.05.021.3537.001.01.02	522,17
AMARY ROGERIO SBRAVATI	AMARY ROGERIO SBRAVATI	01.01.015.0057.001.01.02	864,19
AMELIO VICENTI	AMELIO VICENTI	01.07.050.0138.001.01.01	538,31
AMILTON DE SOUZA	AMILTON DE SOUZA	01.09.035.5591.001.01.02	220,15
ANA ANDREATTA	ANA ANDREATTA	01.07.050.0018.001.01.01	365,53
ANA PAULA CORAÇARI DA SILVA	ANA PAULA CORAÇARI DA SILVA	01.02.036.0173.011.01.02	368,65
ANA PAULA MANFRINI	ANA PAULA MANFRINI	01.07.014.0169.014.01.02	308,23
ANA REGINA BOAVENTURA FLORIANI	ANA REGINA BOAVENTURA FLORIANI	01.01.016.0483.001.01.02	427,10
ANA RITA ROSA FIGUEIREDO	ANA RITA ROSA FIGUEIREDO	01.04.007.2589.002.01.01	340,63
ANA RITA ROSA FIGUEIREDO	ANA RITA ROSA FIGUEIREDO	01.04.007.2589.007.01.01	33,24
ANAI R. PIETROSKI	ANAI R. PIETROSKI	01.09.035.5030.002.01.01	68,21
ANDERSON CARLOS VIEBRANTZ	ANDERSON CARLOS VIEBRANTZ	01.02.029.1248.001.01.01	261,67
ANDERSON LEONEL CORREA	ANDERSON LEONEL CORREA	01.07.061.0404.001.01.01	441,24
ANDERSON MARCIO HOSTIN	ANDERSON MARCIO HOSTIN	01.02.001.1632.001.01.01	224,11
ANDERSON TORRES REIS	ANDERSON TORRES REIS	01.09.003.0683.001.01.01	1.425,59
ANDRE LAEMMEL	ANDRE LAEMMEL	01.05.028.1173.001.01.01	105,73
ANDRE LUIZ GOLL DA SILVA	ANDRE LUIZ GOLL DA SILVA	01.09.042.1361.001.01.01	211,88
ANDRE LUIZ GOLL DA SILVA	ANDRE LUIZ GOLL DA SILVA	01.09.042.1361.002.01.01	211,88
ANDRE LUIZ PEDRON	ANDRE LUIZ PEDRON	01.02.009.0428.001.01.01	115,65
ANDRE LUIZ PEDRON	ANDRE LUIZ PEDRON	01.09.016.1637.002.01.01	698,66
ANDRE ROBERTO SOAR	ANDRE ROBERTO SOAR	01.09.019.0672.001.01.01	301,31
ANDRE ROGERIO WOLTER	ANDRE ROGERIO WOLTER	01.07.034.1299.001.01.01	151,62
ANDRE ROGERIO WOLTER	ANDRE ROGERIO WOLTER	01.07.034.1446.001.01.01	119,19
ANDREA BELL MARSON	ANDREA BELL MARSON	01.07.034.0519.002.01.01	14,14
ANDREAS LORENZ DANKER	ANDREAS LORENZ DANKER	01.09.001.4673.001.01.01	174,33
ANDREW BERNARDINI	ANDREW BERNARDINI	01.07.032.3078.005.01.01	334,96

ANDREW BERNARDINI	ANDREW BERNARDINI	01.07.032.3078.014.01.01	35,07
ANGATI STARKE KIRSCHNER	ANGATI STARKE KIRSCHNER	01.01.015.0437.027.01.03	613,22
ANGELA FORTUNATA GARCIA	ANGELA FORTUNATA GARCIA	01.07.022.0522.001.01.01	322,66
ANGELO DOS SANTOS GOMES	ANGELO DOS SANTOS GOMES	01.04.007.2589.006.01.01	340,63
ANGELO DOS SANTOS GOMES	ANGELO DOS SANTOS GOMES	01.04.007.2589.011.01.01	33,24
ANISIO LUIZ STINGHEN	ANISIO LUIZ STINGHEN	01.02.004.0349.001.01.02	664,61
ANITA LEITZKE SCHWEDER	REGINA LEITZKE WITHOEFF	01.10.005.0911.003.01.02	214,65
ANITA RICARDO DA CRUZ	ANITA RICARDO DA CRUZ	01.02.067.0096.001.01.01	197,96
ANNAIR LONGO	ANNAIR LONGO	01.02.060.0960.001.01.01	539,14
ANNELIESE KLUG	ANNELIESE KLUG	01.09.016.1256.001.01.01	388,42
ANNETE GIORDANI	ANNETE GIORDANI	01.03.002.0249.001.01.01	596,11
ANSGARD FREIN VON MALTZAHN	ANSGARD FREIN VON MALTZAHN	01.07.023.0389.001.01.01	933,95
ANTONIA NOEMIA THEILACKER	ANTONIA NOEMIA THEILACKER	01.02.017.0087.001.01.01	542,24
ANTONIO ADEMIR ZONTA	ANTONIO ADEMIR ZONTA	01.08.017.0680.001.01.01	861,35
ANTONIO CARLINHO ODORIZZI	ANTONIO CARLINHO ODORIZZI	01.07.022.0424.001.01.02	198,80
ANTONIO CARLINHO ODORIZZI	ANTONIO CARLINHO ODORIZZI	01.07.022.0424.002.01.02	198,80
ANTONIO CARLINHO ODORIZZI	ANTONIO CARLINHO ODORIZZI	01.07.022.0424.003.01.02	198,80
ANTONIO CARLINHO ODORIZZI	ANTONIO CARLINHO ODORIZZI	01.07.022.0424.004.01.02	198,42
ANTONIO CARLINHO ODORIZZI	ANTONIO CARLINHO ODORIZZI	01.07.022.0424.005.01.02	176,26
ANTONIO CARLOS FISCHER	ANTONIO CARLOS FISCHER	01.01.022.0456.018.01.01	515,92
ANTONIO CARLOS FISCHER	ANTONIO CARLOS FISCHER	01.01.022.0456.026.01.01	38,74
ANTONIO CARLOS FISCHER	ANTONIO CARLOS FISCHER	01.01.022.0456.027.01.01	38,74
ANTONIO DE SOUZA	ANTONIO DE SOUZA	01.07.047.0347.001.01.01	416,89
ANTONIO DINIZ DOS SANTOS	ANTONIO DINIZ DOS SANTOS	01.06.003.0452.014.01.01	590,45
ANTONIO PEREIRA DA SILVA	ANTONIO PEREIRA DA SILVA	01.04.007.2100.002.01.01	388,17
ANTONIO REUTER NETO	ANTONIO REUTER NETO	01.01.022.1243.001.01.01	706,16
ANTONIO ROBERTO DALFOVO	ANTONIO ROBERTO DALFOVO	01.02.015.0155.001.01.01	950,21
ANTONIO ROSA DA SILVA	ANTONIO ROSA DA SILVA	01.09.039.1031.001.01.03	305,08
ANTONIO VALCIR BERTELLI	ANTONIO VALCIR BERTELLI	01.02.048.0349.001.01.01	252,91
APARECIDA SOLANGE BUSARELLO	APARECIDA SOLANGE BUSARELLO	01.04.019.0351.001.01.01	109,88
APARECIDA ZANELLA	APARECIDA ZANELLA	01.09.065.0061.001.01.02	178,87
APARECIDO VOLTOLINI	APARECIDO VOLTOLINI	01.09.030.0338.001.01.01	136,10
APARECIDO VOLTOLINI	APARECIDO VOLTOLINI	01.09.032.0406.001.01.01	711,28
APICE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	APICE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.09.012.0140.001.01.01	181,15
APICE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	APICE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.09.012.0152.001.01.01	181,15
AQUILES GROTO	AQUILES GROTO	01.07.031.0602.001.01.01	714,95
AQUILES GROTO	AQUILES GROTO	01.07.061.0106.001.01.01	401,40
AQUILES GROTO	AQUILES GROTO	01.07.061.0106.002.01.01	282,63
ARCIDIO DE SOUZA	ARCIDIO DE SOUZA	01.07.050.0318.001.01.01	347,33
ARDELINDA JANKE SETTI	ARDELINDA JANKE SETTI	01.07.056.0228.001.01.01	342,31
ARESTIDES DEVEGILI	ARESTIDES DEVEGILI	01.04.007.0475.001.01.01	851,02
ARI GUTKNECHT (+)	ARI GUTKNECHT (+)	01.02.060.2050.001.01.01	329,68
ARIANE MARIA BERTELLI	ARIANE MARIA BERTELLI	01.04.005.1606.003.01.01	414,38
ARIANE MARIA BERTELLI	ARIANE MARIA BERTELLI	01.04.005.1606.009.01.01	39,32
ARICIO TREITINGER	ARICIO TREITINGER	01.01.022.0428.023.01.01	667,00
ARICIO TREITINGER	ARICIO TREITINGER	01.01.022.0428.042.01.01	44,35
ARICIO TREITINGER	ARICIO TREITINGER	01.01.022.0428.043.01.01	44,25
ARIEL BONA	ARIEL BONA	01.05.002.2373.001.01.01	215,35
ARIOVALDO COELHO BUENO	ARIOVALDO COELHO BUENO	01.05.003.1058.001.01.01	235,10
ARISTIDES CORREA	ARISTIDES CORREA	01.09.014.0611.001.01.02	305,53
ARISTIDES FRANCISCO CAMPESTRINI	ARISTIDES FRANCISCO CAMPESTRINI	01.02.036.0833.001.01.01	173,91
ARISTIDES ROZZA	ARISTIDES ROZZA	01.08.016.0642.001.01.02	489,71

ARISTIDES ROZZA	ARISTIDES ROZZA	01.09.005.0443.001.01.01	279,60
ARISTIDES ROZZA	ARISTIDES ROZZA	01.09.034.3727.001.01.01	446,10
ARISTIDES ROZZA	ARISTIDES ROZZA	01.09.034.3727.002.01.02	688,19
ARISTIDES ROZZA	ARISTIDES ROZZA	01.09.034.3727.003.01.01	74,46
ARIZOLI MACEDO ANTUNES	ARIZOLI MACEDO ANTUNES	01.05.028.1171.001.01.01	75,75
ARIZOLI MACEDO ANTUNES	ARIZOLI MACEDO ANTUNES	01.09.007.0500.001.01.01	345,72
ARIZOLI MACEDO ANTUNES	ARIZOLI MACEDO ANTUNES	01.09.008.1105.001.01.01	307,43
ARLETE MARIA DALLABONA GIOVANELLA	ARLETE MARIA DALLABONA GIOVANELLA	01.04.029.0409.002.01.02	275,77
ARLINDO LUIZ BERNARDI	ARLINDO LUIZ BERNARDI	01.09.039.1785.001.01.01	150,11
ARLINDO MENEGHELLI	ARLINDO MENEGHELLI	01.07.021.0449.001.01.01	664,36
ARLITO LUTZ	ARLITO LUTZ	01.04.025.0493.001.01.01	144,92
ARLITO LUTZ	ARLITO LUTZ	01.04.025.0508.001.01.01	144,92
ARLITO LUTZ	ARLITO LUTZ	01.04.025.0523.001.01.01	144,92
ARMANDO CESAR PAES LOUREIRO	ARMANDO CESAR PAES LOUREIRO	01.03.019.0539.002.01.03	1.401,75
ARMANDO JOSE MARCHI	ARMANDO JOSE MARCHI	01.07.016.0147.001.01.01	540,75
ARMANDO JOSE MARCHI	ARMANDO JOSE MARCHI	01.07.016.0147.002.01.03	476,15
ARMANDO JOSE MARCHI	ARMANDO JOSE MARCHI	01.07.016.0147.003.01.01	114,75
ARMELINDO DALLABONA	ARMELINDO DALLABONA	01.05.002.2496.006.01.01	307,33
ARMELINDO DALLABONA	ARMELINDO DALLABONA	01.05.002.2496.017.01.01	30,95
ARNALDO ANDREATTA	ARNALDO ANDREATTA	01.02.041.0315.001.01.01	221,89
ARNALDO BRANDT	ARNALDO BRANDT	01.03.004.0941.001.01.01	15,94
ARNALDO LEITE	ARNALDO LEITE	01.07.059.0358.001.01.01	252,10
ARNALDO PACHECO	ARNALDO PACHECO	01.10.005.1649.001.01.01	771,44
ARNALDO PACHECO	ARNALDO PACHECO	01.10.005.1649.002.01.01	287,98
ARNILDO LAERCIO SCHMIDT	ARNILDO LAERCIO SCHMIDT	01.09.022.0452.001.01.01	291,58
ARNITO APOLINARIO	ARNITO APOLINARIO	01.09.039.1433.001.01.02	226,43
ARNO CENSI	ARNO CENSI	01.02.016.0111.001.01.02	416,83
ARNO DALLAGNOLO (+)	ARNO DALLAGNOLO (+)	01.07.032.2836.001.01.01	549,77
ARNO DE BORBA	ARNO DE BORBA	01.02.029.1777.001.01.01	417,09
ARNO FREIBERGER	ARNO FREIBERGER	01.09.008.1096.001.01.01	230,78
ARNO FREIBERGER	ARNO FREIBERGER	01.09.008.1097.001.01.01	232,29
ARNO FREIBERGER	ARNO FREIBERGER	01.09.008.1098.001.01.01	252,84
ARNO FREIBERGER	ARNO FREIBERGER	01.09.008.1099.001.01.01	241,02
ARNO FREIBERGER	ARNO FREIBERGER	01.09.008.1100.001.01.01	254,00
ARNO FREIBERGER	ARNO FREIBERGER	01.09.008.1101.001.01.01	263,89
ARNO FREIBERGER	ARNO FREIBERGER	01.09.008.1103.001.01.01	284,21
ARNO FREIBERGER	ARNO FREIBERGER	01.09.008.1104.001.01.01	292,32
ARNO FREIBERGER	ARNO FREIBERGER	01.09.008.1106.001.01.01	307,33
ARNO FREIBERGER	JORGE SIDNEI BARCELLOS ESCOBAR	01.09.008.1108.001.01.01	311,68
ARNO FREIBERGER	CLEBERSON DIAS	01.09.008.1110.001.01.01	263,02
ARNOLDO NEHRING	ARNOLDO NEHRING	01.07.050.0063.001.01.02	224,31
ARTEMIO MINUSCULI FILHO	ARTEMIO MINUSCULI FILHO	01.04.041.0040.001.01.01	420,85
ARTHUR FREDRICH (+)	ARTHUR FREDRICH (+)	01.07.061.0201.001.01.02	204,08
ARTHUR GRUNDMANN(+)	ARTHUR GRUNDMANN(+)	01.09.020.0532.001.01.01	500,95
ARTHUR KAUDER	ARTHUR KAUDER	01.09.017.0084.001.01.01	123,35
ARTUR LANCKIEWICZ	ARTUR LANCKIEWICZ	01.04.070.0020.004.01.01	721,55
ARTUR LANCKIEWICZ	ARTUR LANCKIEWICZ	01.04.070.0020.005.01.01	123,28
ARTUR LANCKIEWICZ	ARTUR LANCKIEWICZ	01.04.070.0020.006.01.01	425,36
ARTUR LOEWEN	ARTUR LOEWEN	01.09.009.0737.001.01.01	215,64
ARTUR LOEWEN	ARTUR LOEWEN	01.09.009.0779.001.01.01	217,87
ARTUR PEREIRA CAMARGO	ARTUR PEREIRA CAMARGO	01.07.057.0274.001.01.01	115,94
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DO GRUPO ESCOTEIRO TIMBO	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DO GRUPO ESCOTEIRO TIMBO	01.02.014.0846.001.01.03	1.870,02

ASSOCIACAO FILATELICA E NUMISMATICA TIMBOENSE	ASSOCIACAO FILATELICA E NUMISMATICA TIMBOENSE	01.02.070.0372.001.01.01	196,16
ASSOCIACAO RECR DESP CULTURAL DOS EMPREGADOS DA PAPELAO	ASSOCIACAO RECR DESP CULTURAL DOS EMPREGADOS DA PAPELAO	01.08.018.0192.002.01.05	457,31
ASTORGA ADMINISTRADORA LTDA	ASTORGA ADMINISTRADORA LTDA	01.07.021.0580.001.01.01	503,98
ASTORGA ADMINISTRADORA LTDA	ASTORGA ADMINISTRADORA LTDA	01.09.027.0097.001.01.03	872,56
ASTRID NASATO	ASTRID NASATO	01.04.041.0515.005.01.01	385,91
ASTRID NASATO	ASTRID NASATO	01.04.041.0515.011.01.01	30,47
ATILANO PETERS (+)	ATILANO PETERS (+)	01.07.048.0314.001.01.02	373,00
ATRACAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA EPP	ATRACAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA EPP	01.05.030.1700.001.01.01	1.918,84
AUREA FERREIRA DE OLIVEIRA	AUREA FERREIRA DE OLIVEIRA	01.09.039.1243.001.01.01	70,85
AURELINO ELAUTERIO	AURELINO ELAUTERIO	01.09.025.0236.001.01.01	86,57
AUTO POSTO DAS NACOES LTDA	AUTO POSTO DAS NACOES LTDA	01.06.020.0372.002.01.02	699,11
AUTO VIACAO RAINHA LTDA.	AUTO VIACAO RAINHA LTDA.	01.09.025.0073.001.01.01	658,50
AVELINO LEAL	AVELINO LEAL	01.09.067.0240.001.01.01	331,26
AVELINO SOUZA FULGIERI	AVELINO SOUZA FULGIERI	01.09.039.1340.001.01.01	227,66
BANCO DO BRASIL SA	BANCO DO BRASIL S/A	01.03.032.2162.001.01.01	465,20
BANCO DO BRASIL SA	BANCO DO BRASIL S/A	01.03.032.2177.001.01.01	465,20
BANCO DO BRASIL SA	BANCO DO BRASIL S/A	01.09.048.0227.001.01.02	2.190,04
BÁRBARA LUCIANE MARTINS DE SOUZA	BÁRBARA LUCIANE MARTINS DE SOUZA	01.02.029.1249.001.01.01	261,67
BARTIRA CHRISTINA CIRICO RUTHMANN	BARTIRA CHRISTINA CIRICO RUTHMANN	01.07.014.0169.016.01.02	308,23
BERNT EMMEL	BERNT EMMEL	01.03.022.0934.011.01.01	599,79
BERNT EMMEL	BERNT EMMEL	01.03.022.0934.029.01.01	42,29
BERNT EMMEL	BERNT EMMEL	01.03.022.0934.030.01.01	42,29
BLUFORRO SERVICOS AUXILIARES A CONSTRUCAO CIVIL LTDA	BLUFORRO SERVICOS AUXILIARES A CONSTRUCAO CIVIL LTDA	01.05.024.0333.001.01.01	613,67
BOA PRAIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	BOA PRAIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.07.034.1465.001.01.01	170,98
BOA PRAIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	BOA PRAIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.09.005.0029.001.01.01	659,20
BONESSI CONSTRUTORA INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	BONESSI CONSTRUTORA INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.07.031.0195.001.01.01	594,41
BRASIL USIPLAST LTDA EPP	BRASIL USIPLAST LTDA EPP	01.10.005.3294.001.01.01	635,98
BRASIL USIPLAST LTDA EPP	BRASIL USIPLAST LTDA EPP	01.10.005.3294.002.01.02	800,17
BRIAN TANCON	BRIAN TANCON	01.07.032.1911.001.01.01	146,53
BRIGIDA KRIESER	BRIGIDA KRIESER	01.07.054.0386.001.01.01	261,96
BRITTA COSIMA EMILY GERMER DE PAIVA	BRITTA COSIMA EMILY GERMER DE PAIVA	01.07.056.0198.001.01.01	223,41
BRUNA CORREIA	BRUNA CORREIA	01.04.007.0287.001.01.01	1.239,22
BRUNA CRISTINA SARDAGNA	BRUNA CRISTINA SARDAGNA	01.08.030.1357.001.01.02	903,00
BRUNO GUMZ	BRUNO GUMZ	01.07.008.2525.001.01.01	340,15
C.K EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	C.K EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	01.07.035.0337.001.01.01	217,38
C.K EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	C.K EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	01.10.004.1467.001.01.04	1.498,56
CACILDA AMARAL HOENGEN	CACILDA AMARAL HOENGEN	01.09.039.1045.002.01.01	213,58
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	01.02.030.0198.001.01.01	333,90
CAMILA PEDROSO BUFREM	CAMILA PEDROSO BUFREM	01.09.021.0216.001.01.01	865,61
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.008.0912.001.01.01	4.615,40
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.022.0284.001.01.01	308,52
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.022.0284.002.01.01	247,79
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	MARIA SALETE TRIDAPALLI	01.07.022.0326.001.01.01	331,26
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	MARIA SALETE TRIDAPALLI	01.07.022.0326.007.01.01	37,84
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	MARIA SALETE TRIDAPALLI	01.07.022.0326.008.01.01	37,84
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	MARIA SALETE TRIDAPALLI	01.07.022.0326.009.01.01	37,84
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	MARIA SALETE TRIDAPALLI	01.07.022.0326.010.01.01	37,84

CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.022.0354.001.01.01	260,86
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.022.0361.001.01.01	260,86
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.022.0368.001.01.01	260,86
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	VALDIR FRAINER	01.07.022.0438.001.01.01	199,19
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.031.1147.001.01.01	800,52
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.031.1147.002.01.01	173,46
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.031.1147.005.01.01	107,92
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.031.1147.006.01.01	159,03
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.031.1147.007.01.01	124,18
CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.031.1147.008.01.01	131,78
CANTUS ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME	CANTUS ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME	01.02.042.1778.001.01.01	988,53
CANTUS ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME	CANTUS ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME	01.09.001.0463.001.01.04	1.730,18
CAPRICORNIO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	CAPRICORNIO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	01.07.016.0215.013.01.01	273,81
CAPRICORNIO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	CAPRICORNIO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	01.07.016.0215.014.01.01	273,10
CAPRICORNIO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	CAPRICORNIO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	01.07.016.0215.025.01.01	36,26
CAPRICORNIO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	CAPRICORNIO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	01.07.016.0215.026.01.01	36,26
CARINE DA SILVA E SOUZA	CARINE DA SILVA E SOUZA	01.09.039.1778.008.01.01	219,54
CARLA JACOBSEN BACHMANN	CARLA JACOBSEN BACHMANN	01.01.003.0203.001.01.01	1.517,47
CARLA REGINA RODRIGUES	CARLA REGINA RODRIGUES	01.09.035.5576.001.01.01	225,98
CARLA REGINA RODRIGUES	CARLA REGINA RODRIGUES	01.09.035.5576.002.01.01	115,71
CARLINHOS ULLER	CARLINHOS ULLER	01.07.049.0314.001.01.01	162,28
CARLOS BENECKE	CARLOS BENECKE	01.03.031.0120.001.01.03	1.432,22
CARLOS BENECKE	CARLOS BENECKE	01.03.031.0120.002.01.01	409,42
CARLOS BORCHARDT	CARLOS BORCHARDT	01.09.039.1211.001.01.01	81,16
CARLOS DE ANDRADE ME	CARLOS DE ANDRADE ME	01.08.010.0273.001.01.06	2.414,41
CARLOS DE ANDRADE ME	CARLOS DE ANDRADE ME	01.08.010.0273.003.01.01	69,95
CARLOS DE ANDRADE ME	CARLOS DE ANDRADE ME	01.08.010.0273.004.01.01	32,85
CARLOS EDUARDO VOLTOLINI	CARLOS EDUARDO VOLTOLINI	01.07.047.0362.002.01.01	207,88
CARLOS LISSA NETO	CARLOS LISSA NETO	01.09.003.0816.001.01.01	184,21
CARLOS MARTINHO LONGO	CARLOS MARTINHO LONGO	01.01.013.0575.001.01.01	570,61
CARLOS MARTINHO LONGO	CARLOS MARTINHO LONGO	01.01.013.0592.001.01.01	570,61
CARLOS RAMOS	CARLOS RAMOS	01.06.003.0359.002.01.02	199,83
CARLOS RICARDO FREESE	CARLOS RICARDO FREESE	01.04.037.0125.001.01.01	107,37
CARLOS ROBERTO DONNER	CARLOS ROBERTO DONNER	01.07.004.0015.001.01.01	1.063,73
CARLOS ROBERTO DONNER	CARLOS ROBERTO DONNER	01.07.004.0030.001.01.01	434,77
CARLOS ROBERTO DONNER	CARLOS ROBERTO DONNER	01.08.003.0303.001.01.02	598,27
CARLOS ROBERTO DONNER	CARLOS ROBERTO DONNER	01.08.003.0303.002.01.01	21,58
CARLOS ROBERTO FERNANDES	CARLOS ROBERTO FERNANDES	01.04.045.0180.003.01.01	319,70
CARLOS ROBERTO FERNANDES	CARLOS ROBERTO FERNANDES	01.04.045.0180.009.01.01	24,09
CARLOS ROBERTO KAMMHOLZ JUNIOR	CARLOS ROBERTO KAMMHOLZ JUNIOR	01.08.003.0722.021.01.01	32,24
CARLOS ROBERTO KAMMHOLZ JUNIOR	CARLOS ROBERTO KAMMHOLZ JUNIOR	01.08.003.0722.033.01.01	289,43
CARLOS VILMAR WANSE	CARLOS VILMAR WANSE	01.05.003.1013.001.01.02	262,79
CARMEL GIOTTI	CARMEL GIOTTI	01.03.028.0863.019.01.01	33,17
CARMEN ACKERMANN	CARMEN ACKERMANN	01.06.009.0597.001.01.01	115,94
CAUE VASSELAI GONCALVES	CAUE VASSELAI GONCALVES	01.09.039.1765.001.01.01	125,70
CECILIA VALLER	CECILIA VALLER	01.04.006.0253.004.01.01	284,11
CECILIA VALLER	CECILIA VALLER	01.04.006.0253.005.01.01	284,11
CECILIA VALLER	CECILIA VALLER	01.04.006.0253.007.01.01	27,12
CECILIA VALLER	CECILIA VALLER	01.04.006.0253.010.01.01	27,12

CECILIA VALLER	CECILIA VALLER	01.04.006.0253.011.01.01	27,12
CECILIA VALLER	CECILIA VALLER	01.06.002.0192.001.01.01	1.136,29
CEDRINHO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	CEDRINHO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.07.052.0049.001.01.01	356,09
CELESTE OSNI ZAPPELLINI	CELESTE OSNI ZAPPELLINI	01.07.045.0123.001.01.02	306,11
CELESTE TANCON	CELESTE TANCON	01.07.052.0170.001.01.01	361,02
CELESTINO EDEVALDO BERTOLDI	CELESTINO EDEVALDO BERTOLDI	01.03.028.0863.006.01.01	224,47
CELIO BRAZ AZEVEDO	CELIO BRAZ AZEVEDO	01.05.010.0332.001.01.01	295,03
CELSO ELISIO FRAINER	CELSO ELISIO FRAINER	01.09.039.1335.001.01.01	100,90
CELSO JOAO BOTTEGA	CELSO JOAO BOTTEGA	01.07.055.0844.001.01.01	286,46
CELSO JOAO BOTTEGA	VALMIR WENCESLAU	01.07.055.0844.002.01.01	166,50
CELSO RAMOS	CELSO RAMOS	01.04.031.0069.001.01.01	423,91
CELSO RAMOS	CELSO RAMOS	01.04.031.0114.001.01.01	312,90
CESAR DOS SANTOS GELHARDT	CESAR DOS SANTOS GELHARDT	01.04.047.0775.001.01.01	597,34
CESAR VOLTOLINI	CESAR VOLTOLINI	01.05.003.0769.001.01.02	519,43
CHARLENE RUPRECHT	CHARLENE RUPRECHT	01.04.007.0153.001.01.01	742,23
CHARLES FELIPI HACKBARTH	CHARLES FELIPI HACKBARTH	01.06.006.0669.001.01.01	522,59
CHARLES FORMIGARI	CHARLES FORMIGARI	01.05.010.0266.001.01.01	588,71
CHARLES KRUGER	CHARLES KRUGER	01.02.045.0249.001.01.01	448,87
CHARLES LUCIANO BACHMANN	CHARLES LUCIANO BACHMANN	01.07.047.0392.001.01.02	504,62
CHARLES ROGERIO DE OLIVEIRA	CHARLES ROGERIO DE OLIVEIRA	01.09.039.1734.001.01.01	227,27
CHARLES SPIESS	CHARLES SPIESS	01.06.005.0645.001.01.02	828,41
CHARLES SPIESS	CHARLES SPIESS	01.06.005.0645.002.01.01	107,82
CHARLES VAHL DICK	CHARLES VAHL DICK	01.06.006.1801.001.01.01	346,40
CHEILA CRISTINA GIOTTI	CHEILA CRISTINA GIOTTI	01.03.028.0863.008.01.01	224,47
CHEILA CRISTINA GIOTTI	CHEILA CRISTINA GIOTTI	01.03.028.0863.018.01.01	33,17
CHRISTIANO MARCIO BORCHARDT	CHRISTIANO MARCIO BORCHARDT	01.09.001.0235.001.01.01	241,80
CHRISTINA BOETTGER	CHRISTINA BOETTGER	01.09.001.1309.001.01.03	1.397,12
CHRISTINA BOETTGER	CHRISTINA BOETTGER	01.09.001.1309.002.01.02	398,57
CHRISTINA BOETTGER	CHRISTINA BOETTGER	01.09.001.1309.003.01.01	39,93
CHRISTINA BOETTGER	CHRISTINA BOETTGER	01.09.001.1309.004.01.01	67,60
CHRISTINA BOETTGER	CHRISTINA BOETTGER	01.09.001.1309.005.01.01	23,25
CIA. HEMMER INDUSTRIA E COMERCIO	CIA. HEMMER INDUSTRIA E COMERCIO	01.04.007.1179.001.01.02	594,50
CINTIA DOROTEIA TESKE BRITO	CINTIA DOROTEIA TESKE BRITO	01.04.037.0020.001.01.01	101,45
CIRLEI AGOSTINI	CIRLEI AGOSTINI	01.02.018.0893.001.01.01	115,94
CLAОВI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA EPP	CLAОВI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA EPP	01.05.002.2725.001.01.01	300,70
CLARA APARECIDA LORENZ BLODORN	CLARA APARECIDA LORENZ BLODORN	01.01.010.0360.001.01.01	897,94
CLARICE BURSCHINSKI	CLARICE BURSCHINSKI	01.05.002.2496.005.01.01	293,13
CLARINDA KOPP	CLARINDA KOPP	01.07.054.0416.001.01.03	169,08
CLAUDECIR LAUTERIO	CLAUDECIR LAUTERIO	01.09.039.1427.002.01.01	29,34
CLAUDEMIR HELLMANN	CLAUDEMIR HELLMANN	01.07.055.0466.001.01.02	502,01
CLAUDETE MARCIANA PERINI NARDELLI	CLAUDETE MARCIANA PERINI NARDELLI	01.03.004.0251.001.01.01	657,24
CLAUDETTE TRIZOTTO DE OLIVEIRA	CLAUDETTE TRIZOTTO DE OLIVEIRA	01.04.028.0467.001.01.01	234,65
CLAUDIA CASALI DE SIQUEIRA	CLAUDIA CASALI DE SIQUEIRA	01.09.015.0811.001.01.01	363,72
CLAUDINEI VIEIRA DA SILVA	CLAUDINEI VIEIRA DA SILVA	01.05.015.0020.001.01.01	159,70
CLAUDINO CIPRIANI	CLAUDINO CIPRIANI	01.01.004.0294.001.01.01	253,26
CLAUDINO CIPRIANI	CLAUDINO CIPRIANI	01.01.004.0294.003.01.01	318,54
CLAUDIO BET	CLAUDIO BET	01.04.011.0305.001.01.01	470,58
CLAUDIO DE OLIVEIRA	CLAUDIO DE OLIVEIRA	01.07.050.0348.001.01.01	391,77
CLAUDIO JOSE PEDRON	CLAUDIO JOSE PEDRON	01.05.010.0044.001.01.01	427,91
CLAUDIO ROBERTO KOGLIN	CLAUDIO ROBERTO KOGLIN	01.03.031.0885.025.01.01	443,14
CLAUDIO ROBERTO KOGLIN	CLAUDIO ROBERTO KOGLIN	01.03.031.0885.044.01.01	57,90
CLAUDIO VIGNOLA	CLAUDIO VIGNOLA	01.03.040.0603.001.01.01	316,99

CLAUDIOMIRO GONCALVES	CLAUDIOMIRO GONCALVES	01.09.039.1144.001.01.01	230,01
CLEITON RICARDO CIPRIANI	CLEITON RICARDO CIPRIANI	01.02.036.0173.009.01.02	371,48
CLEONICE DA SILVA BITENCOURT	CARLOS ALBERTO TONIAL	01.05.003.1393.001.01.02	293,32
CLODOALDO CASALI ROCHA	CLODOALDO CASALI ROCHA	01.09.064.0080.001.01.01	390,78
CLOVIS BENTO BRUNER	CLOVIS BENTO BRUNER	01.04.060.0590.002.01.01	93,68
CLOVIS BENTO BRUNER	CLOVIS BENTO BRUNER	01.04.060.0590.003.01.02	170,49
CLOVIS GODOY DE FREITAS	CLOVIS GODOY DE FREITAS	01.01.022.0456.006.01.01	515,99
CLOVIS GODOY DE FREITAS	CLOVIS GODOY DE FREITAS	01.01.022.0456.045.01.01	36,75
CLOVIS MULLER	CLOVIS MULLER	01.05.021.2083.001.01.01	401,05
CLOVIS SANTOS SILVA	CLOVIS SANTOS SILVA	01.09.039.1339.001.01.01	114,42
CLUBE DO CAVALO DE TIMBO	CLUBE DO CAVALO DE TIMBO	01.09.013.1850.001.01.01	2.789,53
CLUBE DO CAVALO DE TIMBO	CLUBE DO CAVALO DE TIMBO	01.09.013.1850.002.01.03	1.184,44
CONSTRUTORA E INCORPORADORA SCHAADE LTDA	CONSTRUTORA E INCORPORADORA SCHAADE LTDA	01.04.007.2589.001.01.01	340,63
CONSTRUTORA E INCORPORADORA SCHAADE LTDA	CONSTRUTORA E INCORPORADORA SCHAADE LTDA	01.04.007.2589.003.01.01	340,63
CONSTRUTORA E INCORPORADORA SCHAADE LTDA	CONSTRUTORA E INCORPORADORA SCHAADE LTDA	01.04.007.2589.008.01.01	33,24
CONSTRUTORA E INCORPORADORA SCHAADE LTDA	CONSTRUTORA E INCORPORADORA SCHAADE LTDA	01.04.007.2589.010.01.01	33,24
CONSTRUTORA FORNACE LTDA EPP	CONSTRUTORA FORNACE LTDA EPP	01.09.001.0054.032.01.01	39,61
COOPERATIVA DE PROD. E ABASTECIMENTO DO VALE DO ITAJAI LTDA	COOPERATIVA DE PROD. E ABASTECIMENTO DO VALE DO ITAJAI LTDA	01.02.043.0253.001.01.01	6.587,31
COOPERATIVA DE PROD. E ABASTECIMENTO DO VALE DO ITAJAI LTDA	COOPERATIVA DE PROD. E ABASTECIMENTO DO VALE DO ITAJAI LTDA	01.02.043.0254.001.01.01	7.505,63
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.01.015.0188.001.01.01	170,04
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.01.015.0188.007.01.02	431,48
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.01.015.0188.008.01.02	431,48
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.01.019.0170.001.01.01	931,72
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.01.019.0170.002.01.02	688,06
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.002.0820.001.01.02	1.325,72
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.002.0820.002.01.01	429,42
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.010.0434.001.01.02	2.384,81
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.018.0494.001.01.01	1.423,40
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.018.0546.001.01.01	904,32
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.019.0147.001.01.01	866,93
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.019.0156.001.01.01	3,67
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.019.0170.001.01.01	3,64
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.020.0448.001.01.01	585,78
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.020.0448.002.01.01	106,63
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.020.0450.001.01.01	543,65
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.020.0797.001.01.02	436,51
COSMA PURIM	COSMA PURIM	01.02.021.0435.001.01.01	446,01
CRIEY IND. VESTUARIO LTDA ME	LENI GIOVANELLA	01.07.032.0704.001.01.01	137,00
CRIEY IND. VESTUARIO LTDA ME	CRIEY IND. VESTUARIO LTDA ME	01.07.032.0704.002.01.02	238,80
CRISLAINE LENINSK	CRISLAINE LENINSK	01.06.050.1396.001.01.01	153,52
CRISTA KURTH	CRISTA KURTH	01.04.029.0649.001.01.03	381,15
CRISTA KURTH	CRISTA KURTH	01.04.029.0649.002.01.02	309,33
CRISTA KURTH	CRISTA KURTH	01.04.029.0649.003.01.02	151,07
CRISTA KURTH	CRISTA KURTH	01.09.037.0197.001.01.01	159,16
CRISTA KURTH	CRISTA KURTH	01.09.037.0212.001.01.01	251,65
CRISTA KURTH	CRISTA KURTH	01.09.037.0212.002.01.01	201,35
CRISTA KURTH	CRISTA KURTH	01.09.037.0356.001.01.01	233,33
CRISTEL THRUN	CRISTEL THRUN	01.09.020.0772.001.01.02	164,54
CRISTIANI KORMANN LUIZ	CRISTIANI KORMANN LUIZ	01.08.032.0318.001.01.01	87,24

CRISTIANO ABDALA JOSE	CRISTIANO ABDALA JOSE	01.04.046.0564.001.01.01	412,35
CRISTIANO THEISS (+)	CRISTIANO THEISS (+)	01.10.005.1976.008.01.01	78,03
CRISTOPHER JONES GRAVA	CRISTOPHER JONES GRAVA	01.03.032.3941.001.01.01	1.119,41
CURT BREHMER (+)	CURT BREHMER (+)	01.05.024.1999.001.01.01	273,90
CURT BREHMER (+)	CURT BREHMER (+)	01.05.024.1999.002.01.02	201,70
CURT EMILIO STUHLERT	CURT EMILIO STUHLERT	01.07.049.0254.001.01.02	512,77
CYNTHIA MACEDO BRANDT RIBEIRO	CYNTHIA MACEDO BRANDT RIBEIRO	01.04.033.0577.013.01.01	233,10
D ANGELO PARTICIPACOES LTDA	D ANGELO PARTICIPACOES LTDA	01.10.007.3012.001.01.05	1.414,35
D ANGELO PARTICIPACOES LTDA	D ANGELO PARTICIPACOES LTDA	01.10.007.3012.002.01.01	389,68
D ANGELO PARTICIPACOES LTDA	D ANGELO PARTICIPACOES LTDA	01.10.007.3012.003.01.01	1.168,91
D. EDITH ADMINISTRADORA E INCORPORADORA LTDA	D. EDITH ADMINISTRADORA E INCORPORADORA LTDA	01.01.022.0456.005.01.01	547,61
D. EDITH ADMINISTRADORA E INCORPORADORA LTDA	D. EDITH ADMINISTRADORA E INCORPORADORA LTDA	01.01.022.0456.046.01.01	36,75
DACIO GIRARDI/GEMILDE GIRARDI	DACIO GIRARDI/GEMILDE GIRARDI	01.04.042.0472.001.01.01	260,86
DACIO GIRARDI/GEMILDE GIRARDI	DACIO GIRARDI/GEMILDE GIRARDI	01.04.042.0487.001.01.01	260,86
DACIO GIRARDI/GEMILDE GIRARDI	DACIO GIRARDI/GEMILDE GIRARDI	01.04.042.0502.001.01.01	260,86
DACIO GIRARDI/GEMILDE GIRARDI	DACIO GIRARDI/GEMILDE GIRARDI	01.04.042.0521.001.01.01	460,11
DACIO GIRARDI/GEMILDE GIRARDI	DACIO GIRARDI/GEMILDE GIRARDI	01.04.042.0537.001.01.01	402,14
DAGOBERTO BITTELBRUNN	DAGOBERTO BITTELBRUNN	01.07.047.0422.001.01.01	229,69
DAIANA BERTOLDI	DAIANA BERTOLDI	01.02.005.0397.001.01.01	386,56
DAIANE DALPIAZ	DAIANE DALPIAZ	01.06.003.0371.003.01.01	346,78
DAIANE DALPIAZ	DAIANE DALPIAZ	01.06.003.0371.009.01.01	25,02
DAIANE PASQUALI	DAIANE PASQUALI	01.09.001.0202.001.01.01	175,74
DANIEL FRONZA	DANIEL FRONZA	01.09.008.1248.001.01.01	658,72
DANIEL AUGUSTO DA SILVA	DANIEL AUGUSTO DA SILVA	01.07.047.0302.001.01.02	361,57
DANIEL ODAIR ZERMIANI	DANIEL ODAIR ZERMIANI	01.10.002.1471.001.01.04	1.120,77
DANIELA CRISTOFOLINI	DANIELA CRISTOFOLINI	01.07.032.3078.015.01.01	35,20
DANIELA RODRIGUES	DANIELA RODRIGUES	01.07.032.3078.012.01.01	336,64
DANIELA RODRIGUES	DANIELA RODRIGUES	01.07.032.3078.024.01.01	34,65
DANIELE BECKER	DANIELE BECKER	01.03.028.0863.041.01.01	224,47
DANTE SGUARIO	DANTE SGUARIO	01.04.035.0815.001.01.01	115,94
DANTE SGUARIO	DANTE SGUARIO	01.04.035.0830.001.01.01	115,94
DARCI GONCALVES DA LUZ	DARCI GONCALVES DA LUZ	01.04.007.2085.001.01.01	190,88
DARIANE KELLY FRANCO DE LIMA	DARIANE KELLY FRANCO DE LIMA	01.09.008.1653.001.01.01	340,31
DARLEY FULVIO KLUG	DARLEY FULVIO KLUG	01.09.050.0162.006.01.01	115,55
DAVI BECKER	DAVI BECKER	01.09.047.0590.001.01.01	396,99
DAVI BECKER	DAVI BECKER	01.09.047.0590.002.01.01	359,73
DAVI BECKER	DAVI BECKER	01.09.047.0590.003.01.01	377,35
DAVID WILLIAN THEILACKER	DAVID WILLIAN THEILACKER	01.07.032.3078.006.01.01	334,38
DAVID WILLIAN THEILACKER	DAVID WILLIAN THEILACKER	01.07.032.3078.018.01.01	34,65
DEBORA DOS SANTOS	DEBORA DOS SANTOS	01.09.017.0920.001.01.01	376,64
DEIVID JUNIOR MOLON	DEIVID JUNIOR MOLON	01.07.032.1276.001.01.01	364,30
DEIVIS ANDREI DALPIAZ	DEIVIS ANDREI DALPIAZ	01.07.056.0273.001.01.01	71,01
DEIZIR KLOEHN	DEIZIR KLOEHN	01.08.003.0722.002.01.01	246,72
DEIZIR KLOEHN	DEIZIR KLOEHN	01.08.003.0722.008.01.01	32,24
DELMIRO ELISEU ELIZIO	DELMIRO ELISEU ELIZIO	01.02.042.2405.001.01.03	729,83
DEMARCH CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	DEMARCH CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.02.004.1162.010.01.01	302,47
DENIR FARIAS JUNIOR	DENIR FARIAS JUNIOR	01.02.038.0063.001.01.01	990,40
DENISE MARIA FERREIRA DE MELO	DENISE MARIA FERREIRA DE MELO	01.09.001.0208.001.01.01	943,09
DEOMILDE BORGES XAVIER	DEOMILDE BORGES XAVIER	01.07.051.0204.001.01.02	489,68
DERICO OSS EMER	DERICO OSS EMER	01.02.085.0343.001.01.02	436,86

DEZUITA ROSA RUAS E MARCOS XAVIER GOMES	DEZUITA ROSA RUAS E MARCOS XAVIER GOMES	01.09.039.1232.001.01.01	101,45
DIAMANTE LOCACOES E INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA	DIAMANTE LOCACOES E INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA	01.10.005.1283.001.01.01	4.212,99
DIAMANTE LOCACOES E INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA	DIAMANTE LOCACOES E INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA	01.10.005.1288.001.01.01	472,93
DIAMANTE LOCACOES E INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA	DIAMANTE LOCACOES E INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA	01.10.005.1291.001.01.01	965,09
DIDLEN KROENKE	DIDLEN KROENKE	01.07.059.0582.001.01.01	108,21
DIETMAR JACOBSEN	DIETMAR JACOBSEN	01.01.004.0366.001.01.01	2.295,48
DIETMAR TESCH	PAULO HENRIQUE WANSER	01.03.038.0845.001.01.01	324,05
DILMA RAISER SIMAS	DILMA RAISER SIMAS	01.09.039.1219.001.01.02	114,39
DIOGENES LEONADI LUZ	DIOGENES LEONADI LUZ	01.04.036.0476.001.01.01	101,45
DIOGO DOS SANTOS BOMFIM	DIOGO DOS SANTOS BOMFIM	01.09.035.5179.001.01.01	410,61
DIOMAR DALCANALE	DIOMAR DALCANALE	01.04.038.0160.001.01.01	113,94
DIOMAR PEDROSO	DIOMAR PEDROSO	01.09.007.0763.001.01.01	407,81
DIRCE REGINA WAGENKNECHT	DIRCE REGINA WAGENKNECHT	01.02.047.0125.002.01.01	191,62
DITMAR HENKELS	DITMAR HENKELS	01.07.008.0832.001.01.01	2.636,43
DITMAR KLEMANN	DITMAR KLEMANN	01.09.017.0935.001.01.01	379,92
DIVA KATHIA E SANDRA HENKELS	DIVA KATHIA E SANDRA HENKELS	01.05.001.0479.003.01.01	731,44
DOLORES LONGO	DOLORES LONGO	01.07.017.0126.001.01.02	478,44
DONZILA LENZI	DONZILA LENZI	01.02.036.0406.001.01.02	667,32
DORALICE VASSELAI	DORALICE VASSELAI	01.03.014.0014.001.01.01	1.445,59
DORIS MARISE DUWE	DORIS MARISE DUWE	01.07.045.0048.001.01.01	178,83
DORIS MARISE DUWE	DORIS MARISE DUWE	01.07.045.0048.002.01.01	344,17
DOUGLAS JANQUIEL WELTER	DOUGLAS JANQUIEL WELTER	01.05.002.2496.010.01.01	307,33
DOUGLAS JANQUIEL WELTER	DOUGLAS JANQUIEL WELTER	01.05.002.2496.021.01.01	32,24
DOUGLAS ROEPCKE	DOUGLAS ROEPCKE	01.05.021.3573.004.01.01	379,02
DOUGLAS ROEPCKE	DOUGLAS ROEPCKE	01.05.021.3573.017.01.01	34,72
DOUGLAS TADEU CRISTOFOLETTI	DOUGLAS TADEU CRISTOFOLETTI	01.08.004.0028.001.01.01	256,13
DRG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	DRG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	01.02.020.1259.001.01.01	1.200,09
ECKEHARDT GESSNER	ECKEHARDT GESSNER	01.07.050.0078.001.01.01	591,48
ECOLOGICA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	ECOLOGICA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.039.1039.001.01.02	647,29
EDELBERTO KLUG	EDELBERTO KLUG	01.07.045.0153.001.01.01	411,32
EDEMAR LENZI(+)	EDEMAR LENZI(+)	01.10.002.1287.001.01.01	476,18
EDEMIR DE SOUZA	EDEMIR DE SOUZA	01.09.035.5288.004.01.01	170,85
EDEMIR LUIZ DALLAGNOLO	EDEMIR LUIZ DALLAGNOLO	01.09.047.0469.001.01.01	953,33
EDEMIR LUIZ DALLAGNOLO	EDEMIR LUIZ DALLAGNOLO	01.09.047.0469.003.01.01	490,90
EDEMIR LUIZ DALLAGNOLO	EDEMIR LUIZ DALLAGNOLO	01.09.047.0469.004.01.01	442,17
EDEMIR LUIZ DALLAGNOLO	EDEMIR LUIZ DALLAGNOLO	01.09.047.0469.005.01.02	484,20
EDENFRIED KNOOP	EDENFRIED KNOOP	01.06.003.0358.002.01.01	242,08
EDERSON AQUILES DALMASO	EDERSON AQUILES DALMASO	01.07.032.0525.006.01.01	296,58
EDERSON AQUILES DALMASO	EDERSON AQUILES DALMASO	01.07.032.0525.019.01.01	28,76
EDERSON AQUILES DALMASO	EDERSON AQUILES DALMASO	01.07.032.0525.020.01.01	30,56
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	ARI MEDEIROS(+)	01.02.003.0636.002.01.03	446,72
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	ALEXANDRE TAMANINI	01.02.003.0636.009.01.01	350,84
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	JUAREZ ANTONIO CONZATTI	01.02.003.0636.010.01.01	264,34
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	JUAREZ ANTONIO CONZATTI	01.02.003.0636.011.01.01	264,34
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	JUAREZ ANTONIO CONZATTI	01.02.003.0636.012.01.01	546,39
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	JOSE OSMARIN TELLES	01.02.003.0636.014.01.01	687,54
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	MARLI CATAFESTA	01.02.003.0636.015.01.04	241,80
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	MARLI CATAFESTA	01.02.003.0636.016.01.01	76,39
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	JUAREZ ANTONIO CONZATTI	01.02.003.0636.018.01.01	223,82

EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	JUAREZ ANTONIO CONZATTI	01.02.003.0636.020.01.01	264,34
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	JUAREZ ANTONIO CONZATTI	01.02.003.0636.021.01.01	265,76
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	JUAREZ ANTONIO CONZATTI	01.02.003.0636.022.01.01	265,76
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	JERUSA CARLA VOLANI ME - FILIAL	01.02.004.0497.002.01.01	746,13
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	TERESINHA VANSUIT STAACK	01.02.004.0497.004.01.02	557,95
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	MARCIANO MURARA	01.02.004.0497.007.01.02	437,44
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	IVETE LEMES BATISTA TRIBESS	01.02.004.0497.011.01.01	181,86
EDGAR JACOBSEN JUNIOR (+)	CONCEICAO IGNACIO	01.02.004.0497.013.01.02	169,08
EDGAR PISKE	EDGAR PISKE	01.07.003.0084.001.01.03	986,70
EDGAR SCHLEI	EDGAR SCHLEI	01.09.062.0159.001.01.02	340,12
EDGAR SCHREIBER	EDGAR SCHREIBER	01.09.017.1902.001.01.02	740,65
EDGAR VOIGT (+)	VALDESIR JOSE SCHMAIA	01.09.012.0485.007.01.02	254,39
EDIMO HAZT DOS SANTOS	EDIMO HAZT DOS SANTOS	01.09.039.1758.001.01.01	153,33
EDINEI DELUCA	EDINEI DELUCA	01.09.001.0196.001.01.01	775,63
EDINEIS VENTURI	EDINEIS VENTURI	01.09.048.1287.001.01.02	877,26
EDITE PUTKA	EDITE PUTKA	01.07.055.1048.001.01.01	296,32
EDMAR CAMILO DE LIMA	EDMAR CAMILO DE LIMA	01.09.039.1778.006.01.01	202,02
EDMUND BUTZKE	EDMUND BUTZKE	01.04.007.1153.002.01.01	1.345,27
EDMUNDO DOEGE	EDMUNDO DOEGE	01.02.005.0122.001.01.02	202,05
EDMUNDO DOEGE	EDMUNDO DOEGE	01.02.005.0122.002.01.01	66,60
EDNILSON ROBERTO DOS PASSOS	EDNILSON ROBERTO DOS PASSOS	01.02.036.0412.001.01.02	316,99
EDSON ALMIR STOLF	EDSON ALMIR STOLF	01.07.034.1344.007.01.01	244,50
EDSON ALMIR STOLF	EDSON ALMIR STOLF	01.07.034.1344.008.01.01	244,50
EDSON ALMIR STOLF	EDSON ALMIR STOLF	01.07.034.1344.009.01.01	278,22
EDSON ALMIR STOLF	EDSON ALMIR STOLF	01.07.034.1344.010.01.01	278,15
EDSON DE OLIVEIRA LIMA	EDSON DE OLIVEIRA LIMA	01.01.015.0437.026.01.01	529,51
EDSON DE OLIVEIRA LIMA	EDSON DE OLIVEIRA LIMA	01.01.015.0437.044.01.01	63,25
EDSON DE OLIVEIRA LIMA	EDSON DE OLIVEIRA LIMA	01.01.015.0437.045.01.01	63,25
EDUARDO HELBERTO DELLATORRE SCHWARZ	EDUARDO HELBERTO DELLATORRE SCHWARZ	01.05.024.2906.001.01.01	1.859,16
EDUARDO LINSHALM	EDUARDO LINSHALM	01.07.003.0210.001.01.01	934,20
EDUARDO LOTHAR HARTMANN	EDUARDO LOTHAR HARTMANN	01.01.022.0456.008.01.01	515,99
EGENOLF KAMCHEN	EGENOLF KAMCHEN	01.04.047.0331.002.01.01	24,54
EGON ARNDT	EGON ARNDT	01.03.032.1808.001.01.01	465,46
ELCIO JOSE MACIEL	ELCIO JOSE MACIEL	01.02.044.0553.013.01.01	512,99
ELCIO JOSE MACIEL	ELCIO JOSE MACIEL	01.02.044.0553.085.01.01	31,92
ELCIO JOSE MACIEL	ELCIO JOSE MACIEL	01.02.044.0553.092.01.01	31,92
ELFI RAASCH	ELFI RAASCH	01.07.052.0273.001.01.01	1.139,86
ELFI SCHMIDT	ELFI SCHMIDT	01.04.011.0286.001.01.01	201,93
ELIANE APARECIDA DO NASCIMENTO	ELIANE APARECIDA DO NASCIMENTO	01.09.001.0220.001.01.01	231,78
ELIAS PEREIRA DA COSTA	ELIAS PEREIRA DA COSTA	01.07.019.0319.001.01.01	216,22
ELIR LUIZ MENESTRINA	ELIR LUIZ MENESTRINA	01.04.010.0203.001.01.02	462,59
ELIR LUIZ MENESTRINA	ELIR LUIZ MENESTRINA	01.09.001.1277.002.01.01	478,66
ELISABETE VENTURI	ELISABETE VENTURI	01.01.018.0450.001.01.02	843,00
ELISABETE VENTURI	ELISABETE VENTURI	01.01.018.0450.002.01.01	99,13
ELISE KRAMBECK BOMBASARO	ELISE KRAMBECK BOMBASARO	01.08.003.0243.001.01.01	169,08
ELISETE DELUCA LEITZKE	ELISETE DELUCA LEITZKE	01.07.008.2825.001.01.01	258,16
ELIVINO CAMPESTRINI	ELIVINO CAMPESTRINI	01.07.050.0333.001.01.02	384,88
ELIZANDRA FURLANETTO	ELIZANDRA FURLANETTO	01.05.012.0352.001.01.02	372,48
ELLEN DUWE MURARO	ELLEN DUWE MURARO	01.03.037.0921.001.01.02	642,17
ELOI BERRI	ELOI BERRI	01.08.005.0766.001.01.01	711,86
ELOI BERRI	ELOI BERRI	01.08.005.0766.002.01.01	473,99
ELOI DE OLIVEIRA	ELOI DE OLIVEIRA	01.09.014.0716.001.01.02	297,51

ELOIR CIRICO	ELOIR CIRICO	01.07.054.0356.001.01.01	169,08
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.001.01.01	326,82
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.002.01.01	236,26
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.003.01.01	236,26
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.004.01.01	236,22
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.005.01.01	236,22
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.006.01.01	236,22
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.007.01.01	25,60
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.008.01.01	25,60
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.009.01.01	25,60
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.010.01.01	25,60
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.011.01.01	25,60
ELOISA DALLABONA	ELOISA DALLABONA	01.06.003.0356.012.01.01	25,60
ELSIO NATAL	ELSIO NATAL	01.02.060.1163.001.01.01	1.607,67
ELTON DEVIGILI	ELTON DEVIGILI	01.07.059.0343.001.01.01	316,58
ELTON GIOVANI GRETTTER	ELTON GIOVANI GRETTTER	01.05.003.1653.001.01.01	1.461,69
ELTON PREIS	ELTON PREIS	01.04.037.0155.001.01.01	475,15
ELVIDIO VENTURI	ELVIDIO VENTURI	01.06.012.0112.001.01.01	543,01
ELVIRA GROSS MONTANARI	ELVIRA GROSS MONTANARI	01.03.005.0278.027.01.01	194,16
ELVIRA KLEMZ	ELVIRA KLEMZ	01.09.001.0128.001.01.01	5.563,28
ELY RAFAEL HANSEN	ELY RAFAEL HANSEN	01.09.065.1542.001.01.02	499,50
EMERSON MAAS	EMERSON MAAS	01.05.010.0400.001.01.01	614,60
EMERSON MAAS	EMERSON MAAS	01.07.032.0654.001.01.01	136,87
EMILIO BUTZKE FILHO	EMILIO BUTZKE FILHO	01.05.003.0560.001.01.01	669,93
EMMY BLANCA DOMNING (+)	EMMY BLANCA DOMNING (+)	01.09.048.1538.001.01.01	1.413,96
EMMY BLANCA DOMNING (+)	EMMY BLANCA DOMNING (+)	01.09.048.1538.002.01.01	528,19
EMPREENDE. IMOBILIARIOS TRENTTO LTDA	EMPREENDE. IMOBILIARIOS TRENTTO LTDA	01.09.039.1663.001.01.01	104,76
EMPREENDE. IMOBILIARIOS TRENTTO LTDA	EMPREENDE. IMOBILIARIOS TRENTTO LTDA	01.09.039.1665.001.01.01	149,62
EMPREENDE. IMOBILIARIOS TRENTTO LTDA	EMPREENDE. IMOBILIARIOS TRENTTO LTDA	01.09.039.1726.001.01.01	230,65
EMPREENDE. IMOBILIARIOS TRENTTO LTDA	EMPREENDE. IMOBILIARIOS TRENTTO LTDA	01.09.039.1730.001.01.01	221,12
EMPREENDE. IMOBILIARIOS TRENTTO LTDA	EMPREENDE. IMOBILIARIOS TRENTTO LTDA	01.09.039.1751.001.01.01	104,76
EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	01.05.028.1197.001.01.01	120,83
EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	01.05.028.1198.001.01.01	123,67
EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	01.05.028.1199.001.01.01	137,13
EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	01.05.028.1216.001.01.01	156,13
EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	01.05.028.1225.001.01.01	207,85
EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	EMPREENDE. JARDIM POMERANIA LTDA	01.05.028.1226.001.01.01	187,53
EMPREENDEIMENTO EDIFICIO MONBLAN TIMBO LTDA	EMPREENDEIMENTO EDIFICIO MONBLAN TIMBO LTDA	01.07.012.0728.019.01.01	40,00
EMPREENDEIMENTOS M. A. LTDA	EMPREENDEIMENTOS M. A. LTDA	01.09.039.1650.001.01.01	1.432,38
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A EMBRATEL	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A EMBRATEL	01.03.005.0278.023.01.01	227,91
ENDRI OSS-EMER	ENDRI OSS-EMER	01.08.004.0031.001.01.01	261,44
ENDRULAS HARBS	NAILOR ANGELO FELIPPI	01.04.001.0625.001.01.01	369,55
ENDRULAS HARBS	LAERTE ANTONIO COLOMBO	01.05.003.0186.001.01.01	690,35
ENDRULAS HARBS	ENDRULAS HARBS	01.05.003.0188.001.01.01	145,73
ENDRULAS HARBS	SILVESTRE IGLIKOVSKI	01.05.003.0206.001.01.01	306,78
ENDRULAS HARBS	GERALDINO URBAINSKI	01.05.003.0210.001.01.02	354,61
ENDRULAS HARBS	ENDRULAS HARBS	01.05.009.0168.001.01.01	3,54
ENDRULAS HARBS	ENDRULAS HARBS	01.05.016.0025.002.01.01	371,71
ENEAS BORCHARDT	ENEAS BORCHARDT	01.09.067.3068.001.01.03	838,23

ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.017.0910.001.01.02	383,72
ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.017.0910.002.01.02	383,72
ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.017.0910.003.01.02	389,26
ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.017.0910.004.01.02	389,26
ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.017.0910.012.01.02	448,49
ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.017.0910.015.01.02	383,69
ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	ENTREPARTENERS INCORPORADORA, CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.017.0910.018.01.02	383,72
ERASMO CARLOS DE AGUIAR BARBOSA	ERASMO CARLOS DE AGUIAR BARBOSA	01.09.039.1425.001.01.01	148,43
ERCIO BERTOLDI	ERCIO BERTOLDI	01.03.005.0278.024.01.01	194,16
ERCIO BERTOLDI	ERCIO BERTOLDI	01.04.021.0047.001.01.01	301,44
ERIC JOSE CORDEIRO	ERIC JOSE CORDEIRO	01.04.007.0227.001.01.01	715,95
ERICA JANKE	ERICA JANKE	01.02.060.0612.001.01.01	46,47
ERIKA APARECIDA PIESKE	ERIKA APARECIDA PIESKE	01.07.003.0371.001.01.01	534,99
ERIVALDO FERREIRA RODRIGUES	ERIVALDO FERREIRA RODRIGUES	01.05.010.0104.001.01.02	389,04
ERNANDES SOARES DE SOUZA	ERNANDES SOARES DE SOUZA	01.09.038.0718.001.01.02	171,78
ERNANI ELCIDES TESKE	ERNANI ELCIDES TESKE	01.06.050.1336.001.01.01	154,87
ERNESTO DE CASTILHO	ERNESTO DE CASTILHO	01.09.008.1491.001.01.02	324,69
ERNILO DALLAGNOLO	ERNILO DALLAGNOLO	01.09.009.0531.001.01.01	1.331,55
ERNILO DALLAGNOLO	ERNILO DALLAGNOLO	01.09.009.0531.002.01.03	243,60
ERNILO DALLAGNOLO	ERNILO DALLAGNOLO	01.09.009.0531.003.01.02	467,10
EROTIDES ZOBOLI	EROTIDES ZOBOLI	01.09.011.0075.001.01.03	263,24
ERVINO CAMPESTRINI	ERVINO CAMPESTRINI	01.07.050.0393.001.01.01	288,49
ERWIN KISNER (+)	ROBERTO AGOSTINI	01.03.036.0379.001.01.01	432,06
ERWIN KISNER (+)	ERWIN KISNER (+)	01.03.036.0443.001.01.01	494,02
ERWIN MAAS (+)	ERWIN MAAS (+)	01.09.067.2413.001.01.03	603,59
ERWIN MAAS (+)	EGON MAASS	01.09.067.2413.002.01.01	174,33
ERWIN MAAS (+)	ERWIN MAAS (+)	01.09.067.2413.003.01.02	881,10
ESTCON CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA	ESTCON CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA	01.09.001.4154.001.01.03	173,91
ESTHER KLITZKE	ESTHER KLITZKE	01.07.051.0365.001.01.01	707,74
EUGENIO KIRCHNER	EUGENIO KIRCHNER	01.03.013.0222.001.01.01	67,63
EUGENIO KIRCHNER	EUGENIO KIRCHNER	01.06.051.0083.001.01.04	702,20
EVANIR NUNES KLITZKE	EVANIR NUNES KLITZKE	01.07.055.0246.001.01.01	266,82
EVERALDO MARCARINI	EVERALDO MARCARINI	01.07.012.0728.021.01.01	40,00
EVERALDO MARCARINI	EVERALDO MARCARINI	01.08.003.0859.001.01.01	144,92
EVERALDO MARCARINI	EVERALDO MARCARINI	01.08.003.0874.001.01.01	144,92
EVERSON SCHUTZE	EVERSON SCHUTZE	01.07.032.3078.008.01.01	336,64
EVERSON SCHUTZE	EVERSON SCHUTZE	01.07.032.3078.020.01.01	35,07
EVERTON MAURICIO FRAINER	EVERTON MAURICIO FRAINER	01.04.028.0331.008.01.01	30,47
EVILASIO CARSTEN DUARTE	EVILASIO CARSTEN DUARTE	01.02.001.1566.001.01.01	1.022,48
EXTRACAO DE AREIA VERDE VALE LTDA	EXTRACAO DE AREIA VERDE VALE LTDA	01.02.009.0746.001.01.01	648,13
F.M. PARTICIPACOES SOCIEDADE LTDA	F.M. PARTICIPACOES SOCIEDADE LTDA	01.05.028.1177.001.01.01	116,16
F.Z. EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	F.Z. EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	01.04.034.0428.001.01.01	81,16

F.Z. EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	F.Z. EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	01.04.035.0875.001.01.02	642,20
F.Z. EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	F.Z. EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	01.04.035.1231.001.01.01	101,45
F.Z. EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	F.Z. EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	01.04.038.0102.001.01.01	115,94
FABIANA CRISTINA BARTH	CASSIA DENISE BARTH	01.07.032.1586.005.01.01	189,20
FABIANA SOLANGE CORREA MEYER	FABIANA SOLANGE CORREA MEYER	01.08.016.0309.001.01.02	579,24
FABIANA TRISOTTO	FABIANA TRISOTTO	01.02.029.0919.001.01.01	177,77
FABIO ANDRE ZILS	FABIO ANDRE ZILS	01.09.039.0969.001.01.01	152,17
FABIO DARCI KOWALSKI	FABIO DARCI KOWALSKI	01.04.001.0580.001.01.01	1.208,46
FÁBIO DIAS	FÁBIO DIAS	01.05.002.2604.001.01.01	467,68
FABIO ELIZIARIO VASSELAI (+)	FABIO ELIZIARIO VASSELAI (+)	01.03.032.1616.001.01.01	577,11
FABIO JANUARIO	FABIO JANUARIO	01.09.007.0342.002.01.01	233,78
FABIO ROGERIO DE MOURA	FABIO ROGERIO DE MOURA	01.04.037.0384.001.01.01	108,21
FABIO ROTHENBURG	FABIO ROTHENBURG	01.04.019.0411.001.01.02	397,41
FABRICIO MARCELO BORTOLUZZI	FABRICIO MARCELO BORTOLUZZI	01.05.002.2830.001.01.01	606,90
FELIPE GADOTTI	FELIPE GADOTTI	01.07.034.1464.001.01.01	311,94
FELIPE HOEFELMANN	FELIPE HOEFELMANN	01.02.067.0959.001.01.01	229,20
FELIX CRISTOFOLETTI	JONATAN MAURICENZ	01.05.036.3994.001.01.01	101,45
FELIX CRISTOFOLETTI	ARQUIMEDES KISNER	01.05.037.3901.001.01.02	373,16
FELIX DONG IK LEE	FELIX DONG IK LEE	01.06.012.0372.001.01.01	841,00
FELLIPE MICHELSON	FELLIPE MICHELSON	01.09.039.1225.001.01.01	101,45
FELLIPE MICHELSON	CEDIVAL BUENO CARDOSO	01.09.039.1303.001.01.01	101,45
FERNANDA FELICIANO WUTTKE	TR EMPREENDIMENTOS LTDA	01.09.001.0313.001.01.01	537,79
FERNANDO LUIS NASATO	FERNANDO LUIS NASATO	01.01.022.0428.020.01.01	633,92
FERNANDO LUIS NASATO	FERNANDO LUIS NASATO	01.01.022.0428.040.01.01	32,85
FERNANDO PEREIRA MARTINS	FERNANDO PEREIRA MARTINS	01.09.039.1694.001.01.01	308,40
FIDELIS PISETTA (+)	FIDELIS PISETTA (+)	01.03.022.0546.001.01.01	1.207,08
FIDELIS PISETTA (+)	FIDELIS PISETTA (+)	01.03.023.0359.001.01.01	1.824,80
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.001.01.01	225,66
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.002.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.003.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.004.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.005.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.007.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.009.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.010.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.011.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.012.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.014.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.016.01.01	33,17
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.020.01.01	33,17
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.022.01.01	35,55
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.023.01.01	35,55

www.diariomunicipal.sc.gov.br

FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.063.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.064.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.065.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.066.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.067.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.068.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.069.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.070.01.01	224,47
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.071.01.01	33,20
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.072.01.01	33,20
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.073.01.01	33,20
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.074.01.01	33,20
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.075.01.01	33,20
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.076.01.01	33,20
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.077.01.01	33,20
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.078.01.01	35,59
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.079.01.01	35,59
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.080.01.01	35,59
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.081.01.01	35,59
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.082.01.01	35,59
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.083.01.01	35,59
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.028.0863.084.01.01	35,59
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.032.2402.002.01.01	282,41
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.032.2402.005.01.01	282,41
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.032.2402.011.01.01	282,41
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.032.2402.015.01.01	32,01
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.032.2402.018.01.01	32,01
FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.032.2402.019.01.01	32,01
FLAVIA ELISE CIPRIANI	FLAVIA ELISE CIPRIANI	01.03.001.0425.001.01.01	215,32
FLAVIO AURELIO KIRSCHNER	FLAVIO AURELIO KIRSCHNER	01.02.040.0312.001.01.01	465,62
FOLRAD BEWIAHN	FOLRAD BEWIAHN	01.07.050.0048.001.01.03	247,04
FRANCELI APARECIDA MORAES	FRANCELI APARECIDA MORAES	01.02.014.1036.001.01.01	457,73
FRANCIELI VENTURI	FRANCIELI VENTURI	01.03.028.0863.045.01.01	33,20
FRANCISCO ERIVALDO BARBOSA DE MESQUITA	FRANCISCO ERIVALDO BARBOSA DE MESQUITA	01.05.021.1661.001.01.01	305,08
FRANCISCO GRABINGER	FRANCISCO GRABINGER	01.09.047.0876.001.01.01	242,31

FRANCISCO JOSE MAESTRI	FRANCISCO JOSE MAESTRI	01.05.002.2421.001.01.01	305,34
FRANCISCO JOSE MAESTRI	FRANCISCO JOSE MAESTRI	01.05.002.2428.001.01.01	305,34
FRANCISCO JOSE MAESTRI	FRANCISCO JOSE MAESTRI	01.05.002.2436.001.01.01	244,27
FRANCISCO RIBEIRO DE MELLO	FRANCISCO RIBEIRO DE MELLO	01.09.039.1393.002.01.01	72,14
FRANCISCO SANTANA	FRANCISCO SANTANA	01.07.054.0341.001.01.01	640,33
FRANCISCO ULLER	FRANCISCO ULLER	01.07.055.0306.001.01.02	451,03
FREDERICO LORENZ BISNETO	FREDERICO LORENZ BISNETO	01.01.022.0456.024.01.01	38,74
FRICAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA .	FRICAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA .	01.10.008.0755.001.01.05	1.495,73
FRIEDRICH KLUG	FRIEDRICH KLUG	01.05.005.0185.001.01.01	217,38
FULL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	FULL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	01.06.022.0389.028.01.01	32,46
FUNDIPRESS FUNDICAO SOB PRESSAO LTDA	FUNDIPRESS FUNDICAO SOB PRESSAO LTDA	01.10.005.1239.001.01.03	2.648,83
G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	01.08.003.0722.018.01.01	32,24
G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	01.08.003.0722.019.01.01	32,24
G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	01.08.003.0722.020.01.01	32,24
G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	01.08.003.0722.030.01.01	32,24
G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	01.08.003.0722.036.01.01	229,24
G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	G & M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	01.08.003.0722.038.01.01	229,24
G.D.F. ADMINISTRADORA DE BENS IMOVEIS LTDA	G.D.F. ADMINISTRADORA DE BENS IMOVEIS LTDA	01.04.005.0245.001.01.01	260,86
GALDINO ANTONIO AGOSTINI	GALDINO ANTONIO AGOSTINI	01.02.014.0145.001.01.01	211,01
GALDINO ANTONIO AGOSTINI	GALDINO ANTONIO AGOSTINI	01.07.005.0015.001.01.01	209,36
GALDINO ANTONIO AGOSTINI	GALDINO ANTONIO AGOSTINI	01.07.005.0030.001.01.01	144,92
GASPAR CORRETORA SEGUROS LTDA	GASPAR CORRETORA SEGUROS LTDA	01.09.007.0195.001.01.01	2.269,26
GEAN CARLOS VICENZI	GEAN CARLOS VICENZI	01.04.032.0288.001.01.01	436,02
GELASIO CONZATTI	GELASIO CONZATTI	01.06.003.0483.003.01.01	361,69
GELASIO CONZATTI	GELASIO CONZATTI	01.06.003.0483.010.01.01	27,95
GELINDO ANDREAZZA DEVEGILI	GELINDO ANDREAZZA DEVEGILI	01.03.038.0910.004.01.02	127,60
GELINDO CRISTOFOLINI	GELINDO CRISTOFOLINI	01.07.003.0109.001.01.01	451,16
GENESIO FIAMONCINI	GENESIO FIAMONCINI	01.04.028.0422.001.01.01	475,89
GENESIO FIAMONCINI	GENESIO FIAMONCINI	01.04.028.0422.002.01.02	212,13
GENI PIRES DE CAMARGO	GENI PIRES DE CAMARGO	01.05.002.3082.001.01.01	350,45
GEORGE SCHUTZ NETO	GEORGE SCHUTZ NETO	01.04.005.0401.001.01.01	260,86
GERALDO CENSI	GERALDO CENSI	01.04.027.0453.001.01.01	1.491,51
GERHARD KLITZKE FILHO	GERHARD KLITZKE FILHO	01.08.004.0495.001.01.01	217,38
GERHARD KLITZKE FILHO	GERHARD KLITZKE FILHO	01.08.004.0510.001.01.01	217,38
GERHARD WILLY OELKE	GERHARD WILLY OELKE	01.07.011.0074.001.01.01	175,23
GERHARD WILLY OELKE	GERHARD WILLY OELKE	01.07.012.0520.001.01.01	390,78
GERMANO HIESE	GERMANO HIESE	01.06.019.0373.002.01.01	45,60
GERMANO RAZERA	GERMANO RAZERA	01.07.052.0110.001.01.02	213,36
GERMANO SCHREIBER	GERMANO SCHREIBER	01.06.050.1271.002.01.01	177,42
GERMANO SCHREIBER	GERMANO SCHREIBER	01.06.050.1271.003.01.01	30,14
GERTRUD LORENZ (+)	GERTRUD LORENZ (+)	01.06.003.0344.001.01.01	1.182,66
GERTRUD LORENZ (+)	GERTRUD LORENZ (+)	01.06.003.0350.001.01.01	543,46
GERVASIO VANDERLINDE	GERVASIO VANDERLINDE	01.07.032.0100.001.01.01	135,36
GERVASIO VANDERLINDE	GERVASIO VANDERLINDE	01.07.052.0185.001.01.01	453,96
GERVASIO VANDERLINDE	GERVASIO VANDERLINDE	01.07.052.0185.002.01.01	438,34
GESSNER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	GESSNER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	01.05.028.0324.001.01.01	566,52
GIAN PAULO NEISS	GIAN PAULO NEISS	01.02.019.0494.001.01.01	691,09

GILBERTO ANTHEKEVEIS	GILBERTO ANTHEKEVEIS	01.09.003.0641.001.01.01	211,01
GILBERTO ROPELATO (+)	GILBERTO ROPELATO (+)	01.02.080.0922.001.01.01	298,06
GILBERTO SOARES	GILBERTO SOARES	01.09.008.1109.001.01.01	278,86
GILBERTO TIZONI	GILBERTO TIZONI	01.05.021.3545.001.01.03	179,12
GILMAR GIROLA	GILMAR GIROLA	01.07.034.1223.001.01.01	341,44
GILMAR GIROLA	GILMAR GIROLA	01.07.034.1223.002.01.01	375,57
GILMAR H BUZZI	GILMAR H BUZZI	01.04.042.0457.001.01.01	260,86
GILMAR LUIZ BERTOLDI	GILMAR LUIZ BERTOLDI	01.07.007.2366.002.01.01	121,57
GILSON ADAM	GILSON ADAM	01.04.060.0147.001.01.02	318,02
GIOVANI FRONTINO DE AGUIAR GEREMIAS	GIOVANI FRONTINO DE AGUIAR GEREMIAS	01.02.002.0777.001.01.03	1.037,61
GIRASSOL ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	GIRASSOL ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	01.03.008.0277.002.01.01	532,93
GIRASSOL ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	GIRASSOL ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	01.03.008.0277.003.01.01	564,88
GIRASSOL ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	GIRASSOL ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	01.08.007.0242.001.01.01	1.893,01
GIRASSOL ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	GIRASSOL ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	01.08.007.0242.002.01.01	375,86
GIRASSOL ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	GIRASSOL ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	01.08.007.0242.003.01.01	506,29
GISANE EFFTING SERPA	GISANE EFFTING SERPA	01.08.004.0017.001.01.01	195,52
GISELA LOEWEN	GISELA LOEWEN	01.04.046.0396.001.01.02	454,12
GISELI SLOMP	GISELI SLOMP	01.07.022.0473.001.01.02	774,76
GISLEINE PERASSA	GISLEINE PERASSA	01.08.030.1697.001.01.02	324,56
GLEIDSON DANNEHL	GLEIDSON DANNEHL	01.05.021.3573.011.01.01	379,02
GODOFREDO JOSE KOHLER	GODOFREDO JOSE KOHLER	01.02.042.1723.001.01.01	852,37
GRAZIELE JAEPELT	GRAZIELE JAEPELT	01.07.008.1641.001.01.01	690,60
GRAZIELE JAEPELT	GRAZIELE JAEPELT	01.07.008.1641.002.01.01	152,04
GRAZIELE JAEPELT	GRAZIELE JAEPELT	01.07.008.1641.003.01.01	102,06
GRAZIELLA FABIANA BEYER LEITEMPERGHER	GRAZIELLA FABIANA BEYER LEITEMPERGHER	01.02.036.0835.001.01.01	173,91
GRAZIELLA FABIANA BEYER LEITEMPERGHER	GRAZIELLA FABIANA BEYER LEITEMPERGHER	01.04.036.0492.001.01.01	101,45
GUIDO SCHMITT	GUIDO SCHMITT	01.09.038.1404.001.01.01	71,01
GUILHERME BORCHARDT	GUILHERME BORCHARDT	01.09.039.0951.001.01.01	162,51
GUILHERME FREITAG	GUILHERME FREITAG	01.03.006.0319.001.01.02	722,97
GUNTER ADOLFO BOEBEL	GUNTER ADOLFO BOEBEL	01.09.016.0961.001.01.01	648,67
GUNTER HEINRICH HERWEG FILHO	GUNTER HEINRICH HERWEG FILHO	01.02.029.1328.001.01.01	80,06
GUNTER HEINRICH HERWEG FILHO	GUNTER HEINRICH HERWEG FILHO	01.02.029.1333.001.01.01	106,15
GUNTER HEINRICH HERWEG FILHO	GUNTER HEINRICH HERWEG FILHO	01.02.029.1353.001.01.01	86,21
GUNTER HEINRICH HERWEG FILHO	GUNTER HEINRICH HERWEG FILHO	01.02.029.1373.001.01.01	99,87
GUNTER MAAS FILHO [+]	GUNTER MAAS FILHO [+]	01.06.007.0725.001.01.01	185,50
GUNTER MAAS FILHO [+]	GUNTER MAAS FILHO [+]	01.06.007.0740.001.01.01	1.076,03
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.004.0351.001.01.01	427,46
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.004.0351.002.01.01	135,52
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.004.0351.003.01.01	191,43
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.004.0351.004.01.01	179,41
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.004.0351.005.01.01	191,43
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.004.0351.006.01.01	179,41
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.031.0667.001.01.01	1.829,18
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.031.0667.002.01.01	151,36
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.031.0667.004.01.01	97,58
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.031.0667.005.01.01	81,00
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.031.0667.006.01.01	131,78
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.031.0667.007.01.01	131,94

GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.031.0667.008.01.01	132,91
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.031.0667.009.01.01	124,70
GUNTER SCHULER	GUNTER SCHULER	01.03.031.0667.010.01.01	15,33
GUNTHER HERSING	GUNTHER HERSING	01.06.050.1565.001.01.01	522,62
GUNTHER SEIFERT E MARIA S. S. SEIFERT	GUNTHER SEIFERT E MARIA S. S. SEIFERT	01.06.015.0304.001.01.01	978,23
GUSTAVO NOVELLETTO FILHO	MARINES CARVALHO DA SILVA	01.09.036.0454.001.01.01	1.440,85
GUSTAVO NOVELLETTO FILHO	GUSTAVO NOVELLETTO FILHO	01.09.036.1223.001.01.01	974,39
GUSTAVO NOVELLETTO FILHO	GUSTAVO NOVELLETTO FILHO	01.09.036.1223.008.01.01	549,00
GUSTAVO VERDE STANGE JUNIOR	GUSTAVO VERDE STANGE JUNIOR	01.05.006.0530.001.01.01	330,39
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.001.01.01	201,99
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.002.01.01	225,08
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.003.01.01	269,75
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.004.01.01	513,73
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.005.01.01	637,30
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.006.01.01	546,65
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.007.01.01	685,77
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.008.01.01	473,03
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.009.01.01	490,84
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.010.01.01	457,50
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.011.01.01	511,16
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.012.01.01	472,96
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.013.01.01	490,84
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.014.01.01	457,50
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.015.01.01	511,16
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.016.01.01	472,96
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.017.01.01	490,84
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.018.01.01	457,50
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.019.01.01	511,16
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.020.01.01	472,96
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.021.01.01	490,84
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.022.01.01	457,50
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.023.01.01	511,16
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.024.01.01	472,96
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.025.01.01	490,84
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.026.01.01	457,50
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.027.01.01	511,16
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.028.01.01	472,96
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.029.01.01	490,84
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.030.01.01	457,50
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.031.01.01	511,16
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.032.01.01	472,96
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.033.01.01	490,84
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.034.01.01	457,50
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.035.01.01	511,19
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.036.01.01	52,66
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.037.01.01	43,57
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.038.01.01	43,57
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.039.01.01	43,19
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.040.01.01	43,19
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.041.01.01	44,64
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.042.01.01	44,64
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.043.01.01	44,48

H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.044.01.01	47,57
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.045.01.01	47,57
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.046.01.01	48,31
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.047.01.01	48,31
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.048.01.01	40,10
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.049.01.01	40,10
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.050.01.01	42,35
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.051.01.01	42,86
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.052.01.01	38,97
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.053.01.01	42,12
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.054.01.01	42,12
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.055.01.01	42,86
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.056.01.01	42,86
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.057.01.01	76,42
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.058.01.01	72,49
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.059.01.01	50,01
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.060.01.01	50,01
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.061.01.01	60,26
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.062.01.01	61,13
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.063.01.01	58,52
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.064.01.01	43,64
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.065.01.01	43,64
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.066.01.01	43,25
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.067.01.01	43,25
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.068.01.01	58,52
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.069.01.01	55,78
H. B. INCORPORADORA LTDA	H. B. INCORPORADORA LTDA	01.03.024.0079.070.01.01	55,78
HANS JUERGEN KELLERMANN	HANS JUERGEN KELLERMANN	01.03.003.0143.001.01.01	832,53
HANS MULLER (+)	HANS MULLER (+)	01.03.017.0325.001.01.03	2.626,90
HAROLD FITZ	HAROLD FITZ	01.02.016.0220.001.01.01	217,38
HAROLD FITZ	HAROLD FITZ	01.02.029.1698.001.01.01	174,42
HAROLDO THEODORO BRUNO SCHMIDT (+)	HAROLDO THEODORO BRUNO SCHMIDT (+)	01.07.016.0508.001.01.01	926,76
HARRY BORCHARDT	ISOLETE APARECIDA MARTINS/JOARES J.RIBEIRO	01.09.067.0201.005.01.01	84,63
HARRY MILKE	HARRY MILKE	01.08.031.0364.001.01.02	238,90
HARY HAUBRICHT	HARY HAUBRICHT	01.07.052.0020.001.01.01	373,87
HEDY ROEDER	HEDY ROEDER	01.09.045.0428.001.01.02	1.122,89
HEINZ HOLETZ	HEINZ HOLETZ	01.09.039.1744.001.01.01	157,74
HEINZ HOLETZ	HEINZ HOLETZ	01.09.039.1745.001.01.01	157,42
HEINZ HOLETZ	HEINZ HOLETZ	01.09.043.0461.001.01.01	417,86
HEINZ HOLETZ	HEINZ HOLETZ	01.09.043.0466.001.01.01	567,29
HEINZ RAUTENBERG	HEINZ RAUTENBERG	01.07.032.1517.001.01.02	360,28
HEINZ ROEPCKE	HEINZ ROEPCKE	01.07.045.0063.001.01.01	253,39
HEINZ ROEPCKE	HEINZ ROEPCKE	01.07.045.0078.001.01.02	400,63
HELCIUS BUZZI	HELCIUS BUZZI	01.02.004.1162.009.01.01	302,47
HELGA SCHAADE	HELGA SCHAADE	01.04.023.0448.006.01.01	338,83
HELGA SCHAADE	HELGA SCHAADE	01.04.023.0448.021.01.01	33,49
HELGA SCHAADE	HELGA SCHAADE	01.07.017.0323.001.01.01	472,42
HELGA SCHAADE	HELGA SCHAADE	01.07.017.0323.002.01.01	247,75
HELGA SCHAADE	HELGA SCHAADE	01.07.017.0323.003.01.01	138,84
HELGA TESKE	HELGA TESKE	01.04.012.0047.001.01.02	661,81
HELIO WOLTER	HELIO WOLTER	01.03.032.2508.001.01.01	1.360,21
HELLMUTH REINICKE (+)	ANGELICA CUNHA GIESELER DA SILVA	01.09.038.1709.022.01.01	57,10

HELLMUTH REINICKE (+)	HELLMUTH REINICKE (+)	01.09.038.1709.023.01.01	600,69
HELLMUTH REINICKE (+)	HELLMUTH REINICKE (+)	01.09.038.1709.024.01.01	52,95
HELTON JALVES GIRELLI	HELTON JALVES GIRELLI	01.03.027.0356.002.01.01	297,28
HELTON JALVES GIRELLI	HELTON JALVES GIRELLI	01.03.027.0356.014.01.01	40,96
HELWAM ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	HELWAM ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.10.007.3300.001.01.02	1.512,12
HELWAM ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	HELWAM ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.10.007.3485.001.01.02	919,42
HENRIQUE AUGUSTO BERGER (+)	HENRIQUE AUGUSTO BERGER (+)	01.09.008.1554.001.01.02	350,62
HENRIQUE DONIZETE LINDOLPHO	HENRIQUE DONIZETE LINDOLPHO	01.05.003.2064.001.01.02	782,71
HERCILIO LOEWEN	HERCILIO LOEWEN	01.09.035.3595.001.01.01	523,46
HERIBERT BORCHARDT	HERIBERT BORCHARDT	01.09.066.1932.001.01.01	465,62
HERIBERT BORCHARDT	HERIBERT BORCHARDT	01.09.066.1932.002.01.01	163,73
HERIBERT BORCHARDT	HERIBERT BORCHARDT	01.09.066.1932.003.01.01	163,05
HERIBERT BORCHARDT	HERIBERT BORCHARDT	01.09.067.2488.001.01.04	768,89
HILARIO FELTRIM	HILARIO FELTRIM	01.05.002.1127.001.01.01	231,30
HILARIO PERINI	HILARIO PERINI	01.07.049.0239.001.01.01	455,67
HILBERTO MAFRA	HILBERTO MAFRA	01.06.007.0635.001.01.01	579,69
HILTRUDES MORSCH	HILTRUDES MORSCH	01.06.005.0069.001.01.01	213,04
HONORATO PEGORETTI	HONORATO PEGORETTI	01.04.025.0243.001.01.01	326,08
HORACIO DA SILVA JUNIOR	HORACIO DA SILVA JUNIOR	01.02.009.0157.004.01.01	379,12
HORACIO DA SILVA JUNIOR	HORACIO DA SILVA JUNIOR	01.02.009.0157.013.01.01	28,44
HORACIO MASTELOTO	HORACIO MASTELOTO	01.09.001.1207.001.01.02	1.289,26
HORACIO MASTELOTO	HORACIO MASTELOTO	01.09.001.1207.002.01.02	578,72
HORACIO MASTELOTO	HORACIO MASTELOTO	01.09.001.1207.003.01.02	576,53
HORACIO ROBERTO ZABALA	HORACIO ROBERTO ZABALA	01.04.025.0018.001.01.02	693,34
HORST BERNDT	HORST BERNDT	01.09.035.5062.001.01.01	101,45
HORST ERALFO MANSKE	HORST ERALFO MANSKE	01.02.049.0636.001.01.01	1.257,70
IARA SILVA CRISTOFOLINI	IARA SILVA CRISTOFOLINI	01.03.032.2417.001.01.01	581,49
IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DEUS RENOVADA DO CAMINHO	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DEUS RENOVADA DO CAMINHO	01.09.039.1381.001.01.02	13,85
IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DEUS RENOVADA DO CAMINHO	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DEUS RENOVADA DO CAMINHO	01.09.039.1381.002.01.01	187,79
IHARA RADUNZ VESTEWIG	IHARA RADUNZ VESTEWIG	01.04.033.0300.001.01.01	315,42
ILDO BORCHARDT	ILDO BORCHARDT	01.05.012.0265.002.01.01	341,28
ILDO BORCHARDT	ILDO BORCHARDT	01.05.012.0265.003.01.01	341,28
ILDO BORCHARDT	ILDO BORCHARDT	01.05.012.0265.006.01.01	47,28
ILDO BORCHARDT	ILDO BORCHARDT	01.05.012.0265.007.01.01	47,28
INCACEL IND. COM. ACESS. ELETR. LTDA	ISAIAS DOS REIS (+)	01.07.032.2866.002.01.01	299,18
INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.01.022.0929.001.01.02	695,11
INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.01.022.0929.002.01.01	58,74
INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.01.022.0929.003.01.03	200,25
INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.01.022.0929.004.01.01	89,34
INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.025.0077.001.01.01	1.428,42
INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.025.0078.001.01.01	76,62
INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	INCORPORE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.025.0079.001.01.01	609,00
IND. MADEIRAS NADAR MORRO LTDA	IND. MADEIRAS NADAR MORRO LTDA	01.04.070.0280.001.01.05	1.311,16
IND. MADEIRAS NADAR MORRO LTDA	IND. MADEIRAS NADAR MORRO LTDA	01.04.070.0306.001.01.01	985,86
IND. MADEIRAS NADAR MORRO LTDA	IND. MADEIRAS NADAR MORRO LTDA	01.04.070.0318.001.01.01	987,02
INDUSTRIA DE POSTES INDAIAL LTDA	INDUSTRIA DE POSTES INDAIAL LTDA	01.08.014.0049.001.01.01	437,41

INDUSTRIA DE POSTES INDAIAL LTDA	INDUSTRIA DE POSTES INDAIAL LTDA	01.08.014.0067.001.01.01	126,95
INDUSTRIA DE POSTES INDAIAL LTDA	INDUSTRIA DE POSTES INDAIAL LTDA	01.08.016.0868.001.01.01	365,08
INGEBURG HARDT	INGEBURG HARDT	01.08.017.0489.001.01.02	724,64
INGEBURG HARDT	INGEBURG HARDT	01.09.001.0405.001.01.01	3.987,85
INGO BUBLITZ	INGO BUBLITZ	01.02.088.0380.017.01.01	352,77
INGO GREETHER	INGO GREETHER	01.07.054.0231.001.01.01	270,43
INGO GREETHER	INGO GREETHER	01.07.054.0231.002.01.01	245,24
INGO GUTZ (+)	INGO GUTZ (+)	01.03.007.0290.001.01.02	653,89
INGO KOCH	INGO KOCH	01.09.048.0388.001.01.02	676,14
INGO KOCH	INGO KOCH	01.09.048.0388.002.01.01	128,34
INGO KOCH	INGO KOCH	01.09.048.0388.003.01.01	106,02
INGO KOCH	INGO KOCH	01.09.048.0388.004.01.01	117,97
INGO KOCH	INGO KOCH	01.09.048.0388.005.01.02	239,77
INGO KOCH	INGO KOCH	01.09.048.0388.006.01.02	236,51
INGO KOCH	INGO KOCH	01.09.048.0388.007.01.01	123,41
INGO KRUGER	IND. MOVEIS ALEMA LTDA ME	01.09.038.0952.002.01.01	256,45
INGO NEITZEL	MARISTELA DOLORES PANINI	01.02.029.0034.018.01.01	443,69
INGO NEITZEL	MARISTELA DOLORES PANINI	01.02.029.0034.021.01.02	320,34
INGOBERTO LACH	INGOBERTO LACH	01.05.021.3449.001.01.01	288,14
INGOMAR SCHWEDER	NAZILDO ARNOLD	01.02.084.0655.001.01.01	135,58
INGOMAR SCHWEDER	NAZILDO ARNOLD	01.02.084.0655.002.01.01	102,19
INGWALD TRIBESS (+)	ADALBERTO GESSNER	01.08.007.3767.007.01.01	128,40
INTERPOLOS ADMINISTRADORA DE BENS PRO- PRIOS EIRELI	INTERPOLOS ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS EIRELI	01.10.007.1147.020.01.01	1.303,98
INTERPOLOS ADMINISTRADORA DE BENS PRO- PRIOS EIRELI	INTERPOLOS ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS EIRELI	01.10.007.1147.021.01.01	651,41
INWALD HARDT	INWALD HARDT	01.02.002.0340.001.01.01	298,31
IRACEMA CORREA	IRACEMA CORREA	01.05.028.1169.001.01.01	75,75
IRACEMA DEVEGILI	IRACEMA DEVEGILI	01.07.031.1058.001.01.01	170,85
IRACI MOSER	IRACI MOSER	01.09.038.1410.001.01.01	177,10
IRANY BREHMER KONISHI	IRANY BREHMER KONISHI	01.07.007.0921.001.01.01	434,93
IRINEU KRUGER	IRINEU KRUGER	01.04.025.0108.001.01.01	171,40
IRLENE MARIA BUSARELLO FUSINATO	IRLENE MARIA BUSARELLO FUSINATO	01.08.016.0776.001.01.01	105,99
IRMA BONOTTO	IRMA BONOTTO	01.09.001.0096.001.01.01	7.173,12
IRMA MARIA HARTMANN	HONORATO BERTOLDI	01.09.009.0565.001.01.01	1.045,73
IRMA SCHMIDT	IRMA SCHMIDT	01.09.013.0969.001.01.01	372,77
IRMA TESKE (+)	IRMA TESKE (+)	01.07.052.0034.001.01.02	214,52
ISABEL TANCON ODA	ISABEL TANCON ODA	01.07.045.0168.001.01.01	261,76
ISABELE HINARA BAUER PRIEBE	ISABELE HINARA BAUER PRIEBE	01.09.009.0133.001.01.01	230,33
ISAEI VENTURI	ISAEI VENTURI	01.09.039.3781.001.01.04	1.481,95
ISAIR CARLOS COLOMBELLI	ISAIR CARLOS COLOMBELLI	01.09.001.2208.001.01.01	212,23
ISAIR CARLOS COLOMBELLI	ISAIR CARLOS COLOMBELLI	01.09.001.2223.001.01.01	212,20
ISAIR CARLOS COLOMBELLI	ISAIR CARLOS COLOMBELLI	01.09.001.2268.001.01.01	212,17
ISAIR CARLOS COLOMBELLI	ISAIR CARLOS COLOMBELLI	01.09.001.2283.001.01.01	212,17
ISAIR CARLOS COLOMBELLI	ISAIR CARLOS COLOMBELLI	01.09.001.2313.001.01.01	144,92
ISAIR CARLOS COLOMBELLI	ISAIR CARLOS COLOMBELLI	01.09.001.3072.001.01.01	414,70
ISAIR CARLOS COLOMBELLI	ISAIR CARLOS COLOMBELLI	01.09.001.3159.001.01.01	424,43
ISOLDE MARIA CARLINI	ISOLDE MARIA CARLINI	01.07.038.0370.001.01.01	134,94
ITALO FIAMONCINI	ITALO FIAMONCINI	01.07.032.2233.001.01.01	295,29
ITAMAR NEI DA VEIGA	ITAMAR NEI DA VEIGA	01.04.049.1018.004.01.01	767,19
ITAMAR NEI DA VEIGA	ITAMAR NEI DA VEIGA	01.04.049.1018.005.01.01	137,71
ITAMAR NEI DA VEIGA	ITAMAR NEI DA VEIGA	01.04.049.1018.006.01.01	109,72
ITAMAR NEI DA VEIGA	ITAMAR NEI DA VEIGA	01.04.049.1018.007.01.01	133,26
ITAMAR NEI DA VEIGA	ITAMAR NEI DA VEIGA	01.04.049.1018.008.01.01	382,14

ITAMAR NEI DA VEIGA	ITAMAR NEI DA VEIGA	01.04.049.1018.009.01.01	28,57
ITAMAR NEI DA VEIGA	ITAMAR NEI DA VEIGA	01.04.049.1018.010.01.01	28,57
ITAMAR NEI DA VEIGA	ITAMAR NEI DA VEIGA	01.04.049.1018.011.01.01	28,57
IVAN LUIZ DALLABONA	IVAN LUIZ DALLABONA	01.04.005.0625.001.01.01	169,08
IVAN ZOBOLI	IVAN ZOBOLI	01.07.044.0382.001.01.01	215,64
IVANY VALDETE BREHMER	IVANY VALDETE BREHMER	01.05.003.1273.001.01.01	389,33
IVETE EVARISTO MEIER	IVETE EVARISTO MEIER	01.05.015.0040.001.01.01	155,39
IVETE PEREIRA DA SILVA	IVETE PEREIRA DA SILVA	01.09.008.1608.001.01.01	218,25
IVO FACHINI	IVO FACHINI	01.02.001.1196.001.01.02	522,46
IVO SALVADOR	IVO SALVADOR	01.03.025.0129.001.01.01	573,15
IVO SALVADOR	IVO SALVADOR	01.09.034.3805.001.01.02	679,43
IVO ZOBOLI	IVO ZOBOLI	01.07.055.0711.001.01.01	454,67
IVO ZOBOLI	IVO ZOBOLI	01.07.055.0711.002.01.01	279,70
IVO ZOBOLI	IVO ZOBOLI	01.07.055.0711.003.01.01	36,33
IVONE DA CUNHA HARDT	IVONE DA CUNHA HARDT	01.08.014.0819.001.01.01	253,68
IVONE MAAS	IVONE MAAS	01.07.016.0215.008.01.01	273,81
IVONE MAAS	IVONE MAAS	01.07.016.0215.027.01.01	44,64
IVONETE CONCEICAO PEGORETTI	IVONETE CONCEICAO PEGORETTI	01.03.019.0829.001.01.01	113,39
IZANETE TEREZINHA TRISOTTO	IZANETE TEREZINHA TRISOTTO	01.07.055.0321.001.01.02	266,66
J RAIMOND ADMINISTRADORA E INCORPORADORA EIRELI EPP	J RAIMOND ADMINISTRADORA E INCORPORADORA EIRELI EPP	01.09.001.1532.001.01.02	4.633,08
J RAIMOND ADMINISTRADORA E INCORPORADORA EIRELI EPP	J RAIMOND ADMINISTRADORA E INCORPORADORA EIRELI EPP	01.09.001.1532.002.01.02	3.254,64
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.001.01.01	646,52
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.003.01.01	481,75
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.004.01.01	309,81
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.005.01.01	136,13
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.007.01.01	481,75
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.008.01.01	309,81
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.009.01.01	136,13
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.037.01.01	80,06
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.038.01.01	80,06
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.039.01.01	80,06
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.040.01.01	80,06
J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	J.S.M. ADMIN. BENS SERV. LTDA	01.01.015.0437.041.01.01	80,06
J.S.P. COM. ARTIGOS PRESENTES LTDA	J.S.P. COM. ARTIGOS PRESENTES LTDA	01.04.060.0065.001.01.01	2.656,69
JACIRO VALENTIM VALCANAIA	JACIRO VALENTIM VALCANAIA	01.05.004.0090.002.01.01	160,77
JACSON GONÇALVES	JACSON GONÇALVES	01.06.007.0915.001.01.01	315,61
JADE EMPREENDIMENTOS LTDA	JADE EMPREENDIMENTOS LTDA	01.09.039.1652.001.01.01	1.874,56
JADYR FORTKAMP DE ARAUJO	JADYR FORTKAMP DE ARAUJO	01.04.007.0801.001.01.02	768,09
JAIME DALLABONA	JAIME DALLABONA	01.05.002.1914.001.01.01	210,59
JAIME DALLABONA	JAIME DALLABONA	01.09.017.1763.001.01.01	326,72
JAIME DALLABONA	JAIME DALLABONA	01.09.017.1763.002.01.01	248,04
JAIME FISTAROL (+)	JAIME FISTAROL (+)	01.03.038.0445.001.01.01	666,74
JAIME WARMLING	JAIME WARMLING	01.04.001.0328.001.01.01	621,07
JAIME WARMLING	JAIME WARMLING	01.04.001.0328.002.01.01	36,87
JAIMIR LUIS GIOVANELLA	JAIMIR LUIS GIOVANELLA	01.07.051.0294.001.01.01	263,60
JAIR ANTONIO DE SOUZA	JAIR ANTONIO DE SOUZA	01.07.048.0269.001.01.01	552,22
JAIR ANTONIO PIOVESANA	JAIR ANTONIO PIOVESANA	01.06.014.0266.002.01.01	420,08
JAIR CARLOS MENDES CARDOSO	JAIR CARLOS MENDES CARDOSO	01.09.039.1237.001.01.01	214,81
JAIR CUSTODIO DE SOUZA	JAIR CUSTODIO DE SOUZA	01.07.049.0389.001.01.02	333,80
JAIR DA SILVA	JAIR DA SILVA	01.07.054.0326.001.01.02	736,75
JAIR FRANCISCO PEGORETTI	JAIR FRANCISCO PEGORETTI	01.01.009.0386.001.01.01	699,98
JAIR TARNOVSKI	JAIR TARNOVSKI	01.05.003.0366.001.01.01	489,97

JAIR TARNOVSKI	JAIR TARNOVSKI	01.05.003.0366.002.01.01	50,82
JAIR ANTONIO ODORIZZI	JAIR ANTONIO ODORIZZI	01.03.005.0278.015.01.02	308,36
JAIR ANTONIO ODORIZZI	JAIR ANTONIO ODORIZZI	01.08.014.1073.001.01.01	533,80
JAIR LEOPOLDO BRANDT	JAIR LEOPOLDO BRANDT	01.07.007.2271.004.01.01	237,19
JAIR LEOPOLDO BRANDT	JAIR LEOPOLDO BRANDT	01.07.007.2271.014.01.01	35,20
JAIR LUIZ PANINI	JAIR LUIZ PANINI	01.09.003.0760.001.01.02	723,81
JAIR PANOCH	JAIR PANOCH	01.04.010.0637.001.01.01	452,90
JAIR SEBASTIAO MULLER	JAIR SEBASTIAO MULLER	01.01.002.0121.001.01.01	1.771,66
JAIR SEBASTIAO MULLER	JAIR SEBASTIAO MULLER	01.01.002.0133.001.01.01	1.489,29
JAIR SEBASTIAO MULLER	JAIR SEBASTIAO MULLER	01.01.002.0182.001.01.01	2.606,16
JAISON FABIANO GRANKOW	JAISON FABIANO GRANKOW	01.04.033.0577.014.01.01	233,10
JALMEI JOSE GADOTTI	JALMEI JOSE GADOTTI	01.08.003.0791.001.01.01	144,92
JALMEI JOSE GADOTTI	JALMEI JOSE GADOTTI	01.08.003.0795.001.01.01	144,92
JALMEI JOSE GADOTTI	JALMEI JOSE GADOTTI	01.08.003.0814.001.01.01	144,92
JAMES LUEDERS	JAMES LUEDERS	01.02.001.0780.001.01.01	471,58
JAMES LUEDERS	JAMES LUEDERS	01.02.001.0795.001.01.01	242,18
JAMES RAIMONDI	JAMES RAIMONDI	01.03.013.0220.001.01.01	673,50
JAMES RAIMONDI	JAMES RAIMONDI	01.03.013.0220.002.01.01	125,79
JAMIR PAULINHO SETTI	JAMIR PAULINHO SETTI	01.07.022.0235.001.01.01	367,46
JANDIRA IZABEL DORNELES ANDRES	JANDIRA IZABEL DORNELES ANDRES	01.09.039.1383.001.01.03	270,30
JANDIRA IZABEL DORNELES ANDRES	JANDIRA IZABEL DORNELES ANDRES	01.09.039.1383.002.01.01	168,24
JANDIRA IZABEL DORNELES ANDRES	JANDIRA IZABEL DORNELES ANDRES	01.09.039.1383.003.01.01	110,46
JAQUELINE LEINA LADEHOFF	JAQUELINE LEINA LADEHOFF	01.03.040.0723.001.01.01	412,45
JCS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	JCS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.07.022.0705.001.01.01	315,54
JEAN CARLO DE BORBA	JEAN CARLO DE BORBA	01.09.001.0274.001.01.01	1.107,24
JEAN CARLOS JAEPELT	JEAN CARLOS JAEPELT	01.02.036.0153.005.01.01	363,92
JEAN CARLOS JAEPELT	JEAN CARLOS JAEPELT	01.02.036.0153.020.01.01	33,69
JEAN CARLOS LEITE BRAGA	JEAN CARLOS LEITE BRAGA	01.09.003.1287.001.01.01	1.202,89
JEAN HELVIO SALVADOR	JEAN HELVIO SALVADOR	01.02.036.0153.006.01.01	363,92
JEAN HELVIO SALVADOR	JEAN HELVIO SALVADOR	01.02.036.0153.019.01.01	33,69
JEAN MICHAEL FREDEL	JEAN MICHAEL FREDEL	01.04.010.0260.001.01.01	461,85
JEFFERSON FELIPPI	JEFFERSON FELIPPI	01.02.017.0042.001.01.01	282,92
JEFFERSON JOSE CARLINI	JEFFERSON JOSE CARLINI	01.03.037.0160.001.01.01	266,08
JERUSA MAAS	JERUSA MAAS	01.09.035.5318.001.01.01	152,17
JESSE DUTRA DE MORAES	JESSE DUTRA DE MORAES	01.10.005.2089.001.01.01	700,62
JIANE KELLI PETRYKOSKI HERMES	JIANE KELLI PETRYKOSKI HERMES	01.09.016.1629.024.01.01	370,68
JIANE KELLI PETRYKOSKI HERMES	JIANE KELLI PETRYKOSKI HERMES	01.09.016.1629.051.01.01	62,22
JOANITO CARVALHO STEIZNER	JOANITO CARVALHO STEIZNER	01.05.021.2035.001.01.02	455,54
JOAO ALFREDO DE NOVAES	JOAO ALFREDO DE NOVAES	01.05.027.1040.001.01.01	655,05
JOAO BATISTA GOMES DA SILVA	JOAO BATISTA GOMES DA SILVA	01.04.029.0679.001.01.01	560,75
JOAO BATISTA GOMES DA SILVA	JOAO BATISTA GOMES DA SILVA	01.06.006.1499.001.01.01	383,46
JOAO BATISTA VIEIRA	JOAO BATISTA VIEIRA	01.02.029.0739.001.01.02	201,15
JOAO CARLOS CERUTI	JOAO CARLOS CERUTI	01.07.021.0677.001.01.01	1.136,77
JOAO CARLOS CERUTI	JOAO CARLOS CERUTI	01.07.065.0390.001.01.01	396,57
JOAO CARLOS DA SILVA	JOAO CARLOS DA SILVA	01.02.014.0978.001.01.01	318,96
JOAO CARLOS RODRIGUES	JOAO CARLOS RODRIGUES	01.04.007.1182.001.01.01	297,99
JOAO CARLOS STEFFEN	JOAO CARLOS STEFFEN	01.07.008.2677.001.01.01	449,55
JOAO CRISTOVAO CEZAR	JOAO CRISTOVAO CEZAR	01.09.008.1464.001.01.01	177,10
JOAO CRISTOVAO CEZAR	JOAO CRISTOVAO CEZAR	01.09.008.1473.001.01.01	277,74
JOAO CRISTOVAO CEZAR	JOAO CRISTOVAO CEZAR	01.09.008.1473.002.01.01	192,78
JOAO HENRIQUE KUEHL	JOAO HENRIQUE KUEHL	01.10.003.0509.001.01.01	253,13
JOAO MARCOS TANAN SALES	JOAO MARCOS TANAN SALES	01.03.022.0934.040.01.01	42,29

JOAO MICHALACK	JOAO MICHALACK	01.07.068.0502.001.01.01	157,55
JOAO NORBERTO MENDES RODRIGUES	JOAO NORBERTO MENDES RODRIGUES	01.07.032.0561.001.01.01	186,34
JOAO ORLANDO DIAS	JOAO ORLANDO DIAS	01.07.022.0396.001.01.01	441,14
JOAO PAULO SEEGMUELLER	JOAO PAULO SEEGMUELLER	01.08.012.0094.001.01.01	333,39
JOAO PAULO SEEGMUELLER	JOAO PAULO SEEGMUELLER	01.08.012.0094.002.01.02	127,44
JOAO ZALESKI	JOAO ZALESKI	01.03.037.1149.001.01.01	236,45
JOCINEIA GIRARDI LANZMASTER	JOCINEIA GIRARDI LANZMASTER	01.08.004.0480.001.01.01	217,38
JOEL MONTEIRO STEFFEN	JOEL MONTEIRO STEFFEN	01.09.001.4321.001.01.01	182,57
JOEL MONTEIRO STEFFEN	JOEL MONTEIRO STEFFEN	01.09.001.4481.001.01.01	182,60
JOHN ADRIANO SCHWARTZ	JOHN ADRIANO SCHWARTZ	01.08.032.0587.001.01.01	188,43
JOHNNY ALTIERI KOPSCH	JOHNNY ALTIERI KOPSCH	01.08.031.1016.001.01.01	278,51
JOHNNY MAX RASCHE	JOHNNY MAX RASCHE	01.05.003.1163.003.01.01	215,84
JOI AZAMBUJA TESSARI	JOI AZAMBUJA TESSARI	01.02.014.1037.001.01.01	278,25
JONAS DANIEL KOEPEL	JONAS DANIEL KOEPEL	01.04.019.0441.002.01.02	181,41
JONAS RICARDO TESKE	JONAS RICARDO TESKE	01.07.052.0461.001.01.02	280,18
JONATAN SCHROEDER	JONATAN SCHROEDER	01.05.002.2288.001.01.01	397,83
JONATHAN MACIEL HOFFMANN	JONATHAN MACIEL HOFFMANN	01.09.030.0317.001.01.01	294,42
JORDANA AGOSTINI	JORDANA AGOSTINI	01.05.002.2860.004.01.01	395,93
JORDANA AGOSTINI	JORDANA AGOSTINI	01.05.002.2860.011.01.01	33,91
JORGE JENNRICH	JORGE JENNRICH	01.09.020.0611.001.01.01	475,96
JORGE JENNRICH	JORGE JENNRICH	01.09.067.2708.001.01.05	793,24
JORGE LUIS PANINI	JORGE LUIS PANINI	01.09.017.0863.001.01.01	189,17
JORGE LUIZ REGUSE	JORGE LUIZ REGUSE	01.09.005.0924.001.01.01	583,49
JORGE VALMORBIDA	JORGE VALMORBIDA	01.06.006.0224.070.01.01	391,61
JORLEI RODRIGUES	JORLEI RODRIGUES	01.09.007.0342.003.01.01	255,13
JOSE ALVES DA SILVA	JOSE ALVES DA SILVA	01.09.021.0112.001.01.04	376,51
JOSE ANIVALDO QUIRINO MAIA	JOSE ANIVALDO QUIRINO MAIA	01.08.009.0415.001.01.01	170,11
JOSE ARTUR MESCH	JOSE ARTUR MESCH	01.09.036.0133.001.01.01	301,44
JOSE DALLABONA (+)	JOSE DALLABONA (+)	01.02.085.0148.001.01.03	314,19
JOSE DIONISIO ULIANO	JOSE DIONISIO ULIANO	01.07.028.0394.001.01.03	502,91
JOSE DOS SANTOS	JOSE DOS SANTOS	01.03.020.0243.001.01.01	312,90
JOSE DOS SANTOS	JOSE DOS SANTOS	01.03.020.0243.002.01.02	469,10
JOSE FERNANDO PEREIRA	JOSE FERNANDO PEREIRA	01.07.055.0511.001.01.01	185,37
JOSE FERNANDO PEREIRA	JOSE FERNANDO PEREIRA	01.07.055.0511.002.01.01	247,30
JOSE FERREIRA NETO	JOSE FERREIRA NETO	01.09.039.1317.001.01.01	101,54
JOSE FRANCISCO DE SOUZA	JOSE FRANCISCO DE SOUZA	01.07.052.0081.001.01.01	401,69
JOSE FUCK	JOSE FUCK	01.09.039.0967.001.01.01	152,17
JOSE GIROLA	JOSE GIROLA	01.04.032.0078.004.01.01	47,50
JOSE GONCALVES	JOSE GONCALVES	01.09.038.1411.001.01.01	107,21
JOSE JOAO DA SILVA	JOSE JOAO DA SILVA	01.09.047.1661.001.01.02	377,89
JOSE JOEL DE ANDRADE	JOSE JOEL DE ANDRADE	01.09.005.0623.001.01.01	253,90
JOSE LEAL	JOSE LEAL	01.07.055.0481.001.01.02	523,04
JOSE LUIZ RAISER	JOSE LUIZ RAISER	01.09.024.0503.001.01.01	117,23
JOSE MULLER	JOSE MULLER	01.04.021.0207.001.01.01	301,44
JOSE MULLER	JOSE MULLER	01.04.021.0223.001.01.02	370,68
JOSE MULLER	JOSE MULLER	01.05.002.2496.011.01.01	310,68
JOSE MULLER	JOSE MULLER	01.05.002.2496.022.01.01	32,27
JOSE NEI KOCH	JOSE NEI KOCH	01.04.048.0821.001.01.02	970,01
JOSE NELSON BAGATOLI	JOSE NELSON BAGATOLI	01.07.046.0037.001.01.02	484,43
JOSE NELSON BAGATOLI	JOSE NELSON BAGATOLI	01.07.046.0052.001.01.02	161,80
JOSE PEDRO VICENTE	JOSE PEDRO VICENTE	01.02.018.0241.001.01.01	202,89
JOSE PEDRON	JOSE PEDRON	01.06.007.1215.001.01.01	776,78
JOSE SIDNEY PEREIRA DA COSTA	JOSE SIDNEY PEREIRA DA COSTA	01.09.039.1275.001.01.01	134,13

JOSÉ STAINZACK	JOSÉ STAINZACK	01.09.035.2631.001.01.01	101,45
JOSE VIEIRA	JOSE VIEIRA	01.05.003.1563.001.01.02	565,49
JOSE VOLANI	JOSE VOLANI	01.07.023.0983.001.01.02	759,94
JOSEANE NOLLI HEIMANN	JOSEANE NOLLI HEIMANN	01.05.002.2327.001.01.01	991,95
JOSEFINA BETTONI	JOSEFINA BETTONI	01.09.008.1734.001.01.01	282,21
JOSELINO SPEZZIA	JOSELINO SPEZZIA	01.07.035.0412.001.01.01	217,38
JOVINA MARILEI BERRI	JOVINA MARILEI BERRI	01.02.003.0167.001.01.01	828,57
JOVINA MARILEI BERRI	JOVINA MARILEI BERRI	01.05.023.0854.001.01.01	577,92
JOVITO MENGARDA	JOVITO MENGARDA	01.02.010.0313.001.01.01	1.008,05
JOYCE DAIANA BELLI	JOYCE DAIANA BELLI	01.09.008.1117.002.01.01	212,78
JOYCE DAIANA BELLI	JOYCE DAIANA BELLI	01.09.008.1117.003.01.01	244,15
JUAREZ DE SOUZA	JUAREZ DE SOUZA	01.09.001.4561.001.01.01	595,82
JUAREZ ZANLUCA	JUAREZ ZANLUCA	01.09.039.1698.001.01.01	296,48
JUCELI BATISTA	JUCELI BATISTA	01.08.019.1066.001.01.01	613,28
JUCIMAR SERGIO RISTOW	JUCIMAR SERGIO RISTOW	01.02.080.0775.001.01.01	175,71
JULIA GADOTTI	JULIA GADOTTI	01.04.024.0713.001.01.01	434,77
JULIANA ALVES	JULIANA ALVES	01.09.039.1783.001.01.01	307,56
JULIANA DELLANDREA	JULIANA DELLANDREA	01.07.047.0272.001.01.01	156,52
JULIANA PURIN	JULIANA PURIN	01.02.045.0646.001.01.01	289,85
JULIANE SILVA	JULIANE SILVA	01.04.007.2513.001.01.01	266,79
JULIANE SILVA	JULIANE SILVA	01.04.007.2513.002.01.02	216,87
JULIANO AUGUSTO GOMES	JULIANO AUGUSTO GOMES	01.07.049.0299.001.01.01	115,94
JULIETA INES DEPINE CHIARELLI	JULIETA INES DEPINE CHIARELLI	01.09.034.3509.001.01.01	394,16
JULIETA INES DEPINE CHIARELLI	JULIETA INES DEPINE CHIARELLI	01.09.034.3549.001.01.01	413,09
JULINHO JOVANI TAMBOSI	JULINHO JOVANI TAMBOSI	01.09.001.0232.001.01.01	239,80
JULIO CESAR VALCANAIA	JULIO CESAR VALCANAIA	01.03.005.0278.058.01.01	80,45
JUNDIR LICIO ULLER	JUNDIR LICIO ULLER	01.09.001.0250.001.01.01	531,54
JUNDIR LUIS MOSER	JUNDIR LUIS MOSER	01.03.027.0356.015.01.01	40,96
JUREMA PARECIDA ANESI	JUREMA PARECIDA ANESI	01.09.035.4926.001.01.02	404,69
JUSSARA ANDREA DOEGE BENTHIEN	JUSSARA ANDREA DOEGE BENTHIEN	01.02.006.0123.013.01.01	561,66
JUSSARA ANDREA DOEGE BENTHIEN	JUSSARA ANDREA DOEGE BENTHIEN	01.02.006.0123.037.01.01	36,07
JUSSARA ANDREA DOEGE BENTHIEN	JUSSARA ANDREA DOEGE BENTHIEN	01.02.006.0123.038.01.01	36,07
JUVENAL BERTOLDI	JUVENAL BERTOLDI	01.01.003.0652.001.01.01	543,46
JUVENAL BERTOLDI	JUVENAL BERTOLDI	01.05.021.3573.006.01.01	476,34
JUVENAL BERTOLDI	JUVENAL BERTOLDI	01.05.021.3573.013.01.01	34,72
KARIN HILDA FRIDA KAHL	KARIN HILDA FRIDA KAHL	01.01.005.0254.003.01.01	55,20
KARIN NEITZKE COLOMBELLI	KARIN NEITZKE COLOMBELLI	01.09.001.2238.001.01.01	212,20
KARIN NEITZKE COLOMBELLI	KARIN NEITZKE COLOMBELLI	01.09.001.2253.001.01.01	212,17
KARIN NEITZKE COLOMBELLI	KARIN NEITZKE COLOMBELLI	01.09.001.2343.001.01.01	144,92
KARIN NEITZKE COLOMBELLI	KARIN NEITZKE COLOMBELLI	01.09.001.2400.001.01.01	522,78
KARIN NEITZKE COLOMBELLI	KARIN NEITZKE COLOMBELLI	01.09.001.2416.001.01.01	548,29
KARINE CONSTANTINO	KARINE CONSTANTINO	01.07.010.0209.003.01.01	262,41
KARINE CONSTANTINO	KARINE CONSTANTINO	01.07.010.0209.010.01.01	27,92
KATIA REGINA BUSARELLO	KATIA REGINA BUSARELLO	01.08.030.0362.001.01.01	713,73
KATIA SCHEIDEMANTEL	KATIA SCHEIDEMANTEL	01.06.005.0354.001.01.01	119,00
KELEN MANNES KNAESEL	KELEN MANNES KNAESEL	01.09.003.0818.001.01.01	174,52
KLEBER PELLIM	KLEBER PELLIM	01.06.007.0121.001.01.01	270,52
KLEBERSON CESAR LEITE	KLEBERSON CESAR LEITE	01.02.004.0993.001.01.01	164,12
KNOCH AGRO PECUARIA LTDA	KNOCH AGRO PECUARIA LTDA	01.10.005.1565.001.01.03	3.319,11
KNOCH AGRO PECUARIA LTDA	KNOCH AGRO PECUARIA LTDA	01.10.005.1565.002.01.10	6.668,62
KRIEGER METALG.IND.COM.LTDA	VANIA CRISTINA CAMPREGHER	01.04.007.0171.001.01.02	266,21
KRIEGER METALG.IND.COM.LTDA	RITA APARECIDA BONATTI CARVALHO	01.04.007.0183.001.01.01	274,13
KRIEGER METALG.IND.COM.LTDA	KRIEGER METALG.IND.COM.LTDA	01.04.007.0192.001.01.02	803,42

KRIEGER METALG.IND.COM.LTDA	KRIEGER METALG.IND.COM.LTDA	01.04.007.0222.001.01.01	222,41
KRIEGER METALG.IND.COM.LTDA	KRIEGER METALG.IND.COM.LTDA	01.04.007.0241.001.01.01	284,43
KRIEGER METALG.IND.COM.LTDA	IRACIDE LEITE	01.04.007.0251.001.01.01	388,65
KUNIBERT-INGO HARBS/ASTA MELLO/ALIDA R.	KUNIBERT-INGO HARBS/ASTA MELLO/ALIDA R.	01.04.014.0063.001.01.02	208,82
KURT EMIL BENECKE	KURT EMIL BENECKE	01.03.014.0298.001.01.01	828,34
KURT EMIL BENECKE	KURT EMIL BENECKE	01.03.030.0610.003.01.01	588,42
KURT EMIL BENECKE	KURT EMIL BENECKE	01.04.005.0828.001.01.01	326,08
L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	01.07.004.0449.001.01.01	1.288,17
L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	01.09.045.0858.001.01.01	1.512,73
L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	01.09.045.0858.002.01.01	243,92
L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	01.09.045.0858.003.01.01	311,29
L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	01.09.045.0858.004.01.01	239,32
L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	01.09.045.0858.005.01.01	177,03
L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	01.09.045.0858.006.01.02	223,37
L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	01.09.045.0858.007.01.01	72,62
L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	01.09.045.0858.008.01.01	60,06
L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	01.10.008.0270.001.01.03	1.623,71
L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	L.L.H. ADMINIST. BENS IMOVEIS LTDA	01.10.008.0270.002.01.01	780,26
LAIRTO BORTH	LAIRTO BORTH	01.04.017.0115.001.01.02	943,86
LARISSA CRISTINA HEIL	LARISSA CRISTINA HEIL	01.05.002.2496.019.01.01	32,24
LAURA GUMZ	LAURA GUMZ	01.06.006.1630.001.01.04	854,56
LAURA PRADE	LAURA PRADE	01.07.055.0291.001.01.01	387,17
LAUREANO BERTOLDI	LAUREANO BERTOLDI	01.02.015.0697.001.01.02	595,79
LAURO CORREA	LAURO CORREA	01.08.016.0294.001.01.03	694,57
LAURO CORREIA	LAURO CORREIA	01.07.055.0541.001.01.02	326,56
LEANDRO BERTOLINO	LEANDRO BERTOLINO	01.07.008.2590.001.01.03	476,83
LEANDRO CAVALHERI	LEANDRO CAVALHERI	01.06.023.0862.001.01.04	562,69
LEANDRO DIAS	LEANDRO DIAS	01.02.039.0843.001.01.01	437,02
LEDINALVA C. S. MEZARRI DANTAS	VALDIR ODORIZZI	01.07.055.0526.001.01.02	208,88
LEISA WERNER CRISTOFOLINI FELIPI	LEISA WERNER CRISTOFOLINI FELIPI	01.04.006.1160.001.01.01	329,97
LENITA APARECIDA PACHER	LENITA APARECIDA PACHER	01.02.046.0461.001.01.01	293,97
LEO TERCIO SPERB	LEO TERCIO SPERB	01.01.022.0456.037.01.01	38,74
LEOBERTO MACHADO	LEOBERTO MACHADO	01.09.020.0274.002.01.01	221,02
LEONARDO DAMIAO CORDEIRO	LEONARDO DAMIAO CORDEIRO	01.09.045.0112.002.01.01	130,40
LEONARDO INACIO NEGHERBON	LEONARDO INACIO NEGHERBON	01.01.003.0200.001.01.02	2.249,20
LEONARDO REICHEL	LEONARDO REICHEL	01.05.021.1661.002.01.01	298,12
LEONARDO TRAVAGLIA	LEONARDO TRAVAGLIA	01.07.047.0362.001.01.01	207,92
LEONEL LEONCIO RIBEIRO	LEONEL LEONCIO RIBEIRO	01.07.032.2035.002.01.01	247,40
LEONEL LEONCIO RIBEIRO	LEONEL LEONCIO RIBEIRO	01.07.032.2035.003.01.01	198,19
LEONI PIRES MACIEL	LEONI PIRES MACIEL	01.09.039.1749.001.01.01	283,15
LEONIR LUIZ BERTOLDI	LEONIR LUIZ BERTOLDI	01.09.018.0281.001.01.01	702,36
LEONIR TRAVAGLIA	LEONIR TRAVAGLIA	01.07.051.0234.001.01.03	585,74
LEONORA RITZKE	LEONORA RITZKE	01.02.039.0431.001.01.01	345,27
LEOPOLDO KURTH FILHO (+)	LEOPOLDO KURTH FILHO (+)	01.06.004.0105.002.01.01	1.036,61
LEOPOLDO KURTH FILHO (+)	IRIA PASQUALI ODORIZZI	01.06.004.0105.005.01.01	53,30
LIA MAUS	LIA MAUS	01.08.032.0050.001.01.02	742,33
LILI ELZA BERNARDI BRANDES	LILI ELZA BERNARDI BRANDES	01.03.042.0621.001.01.01	2.714,69
LILIAN WURZ DADA	LILIAN WURZ DADA	01.07.014.0201.005.01.02	305,08
LINDAURA TEREZINHA MELLO (+)	LINDAURA TEREZINHA MELLO (+)	01.02.009.0037.001.01.01	387,20
LINDOLFO LEMKE	LINDOLFO LEMKE	01.09.017.0910.016.01.02	383,69
LINDOMAR DIOGO CORREA	LINDOMAR DIOGO CORREA	01.09.064.0100.001.01.01	142,99
LINDOMAR HERSING	LINDOMAR HERSING	01.07.004.0120.001.01.01	672,31

LINDOMAR KREUTZFELD	LINDOMAR KREUTZFELD	01.05.021.1706.001.01.01	204,50
LINDOMAR KREUTZFELD	LINDOMAR KREUTZFELD	01.05.021.1706.002.01.01	128,88
LINDOMAR KREUTZFELD	LINDOMAR KREUTZFELD	01.05.021.1721.001.01.01	263,31
LINDOMAR KREUTZFELD	LINDOMAR KREUTZFELD	01.05.021.1721.002.01.01	186,92
LINDOMAR KREUTZFELD	LINDOMAR KREUTZFELD	01.05.028.1243.001.01.01	1.323,92
LINDORIO MARIO SANDRI(+)	OXIVALE ENGENHARIA E REPRESENTA- COES LTDA - EPP	01.06.011.0132.002.01.01	227,05
LINO BUSARELLO	LINO BUSARELLO	01.04.007.2730.001.01.02	463,59
LINO BUSARELLO	LINO BUSARELLO	01.04.007.2730.002.01.01	76,36
LINO IRIO TEIKOSKI	LINO IRIO TEIKOSKI	01.02.017.0458.002.01.01	89,88
LISANDRO EVARISTO DA SILVA CARNEIRO	LISANDRO EVARISTO DA SILVA CARNEI- RO	01.02.009.0341.001.01.01	677,24
LISLAYNE SILVA ARENDARCHUK STEFFEN	LISLAYNE SILVA ARENDARCHUK STEFFEN	01.05.006.0096.001.01.01	90,88
LIZANDRO FRAINER FURLANI	LIZANDRO FRAINER FURLANI	01.03.042.0821.035.01.01	35,01
LOJAS LORENZ SA	LOJAS LORENZ SA	01.01.022.0476.001.01.01	1.616,50
LORENI JACINTO	LORENI JACINTO	01.04.007.2690.001.01.02	1.017,07
LORENI JACINTO	LORENI JACINTO	01.04.007.2705.001.01.01	210,14
LORITA MANSKE CLAUBERG	LORITA MANSKE CLAUBERG	01.02.049.0139.001.01.01	286,62
LORITA MANSKE CLAUBERG	LORITA MANSKE CLAUBERG	01.02.049.0296.001.01.01	572,44
LORIVAL JANKE	LORIVAL JANKE	01.07.018.0248.001.01.02	442,53
LORIVAL JANKE	LORIVAL JANKE	01.07.054.0281.001.01.03	815,37
LORIVAL JANKE	LORIVAL JANKE	01.07.062.0062.001.01.01	253,61
LORIVAL JANKE	LORIVAL JANKE	01.07.062.0077.001.01.01	189,62
LORIVALD BEYER	LORIVALD BEYER	01.06.003.0543.001.01.01	833,56
LOTHAR CARLOS HARTMANN	LOTHAR CARLOS HARTMANN	01.01.022.0456.043.01.01	36,75
LOURIMAR BUZZI	LOURIMAR BUZZI	01.04.025.0198.001.01.03	404,95
LOURIVAL ANTONIO ZATELLI	LOURIVAL ANTONIO ZATELLI	01.04.007.0177.001.01.01	173,91
LOURIVAL LOPPNOW	LOURIVAL LOPPNOW	01.04.040.0014.001.01.01	286,08
LOURIVAL LOPPNOW	LOURIVAL LOPPNOW	01.04.040.0014.002.01.01	209,88
LOURIVAL LOPPNOW	LOURIVAL LOPPNOW	01.04.040.0014.003.01.01	364,63
LOURIVAL LOPPNOW	LOURIVAL LOPPNOW	01.04.040.0014.004.01.01	209,07
LOURIVAL LOPPNOW	LOURIVAL LOPPNOW	01.04.040.0014.005.01.01	164,99
LOURIVAL LOPPNOW	LOURIVAL LOPPNOW	01.04.040.0014.006.01.01	24,38
LOURIVAL LOPPNOW	LOURIVAL LOPPNOW	01.04.040.0014.007.01.01	24,38
LOURIVAL LOPPNOW	LOURIVAL LOPPNOW	01.04.040.0014.008.01.01	24,38
LOURIVAL LOPPNOW	LOURIVAL LOPPNOW	01.04.040.0014.009.01.01	24,38
LOURIVAL LOPPNOW	LOURIVAL LOPPNOW	01.04.040.0014.010.01.01	24,35
LUCIANE AGOSTINI	LUCIANE AGOSTINI	01.08.003.0722.029.01.01	32,24
LUCIANE AGOSTINI	LUCIANE AGOSTINI	01.08.003.0722.037.01.01	289,43
LUCIANO DE OLIVEIRA	LUCIANO DE OLIVEIRA	01.10.005.0341.001.01.07	1.920,35
LUCIANO DE OLIVEIRA	LUCIANO DE OLIVEIRA	01.10.005.0341.002.01.01	634,54
LUCIANO DE OLIVEIRA	LUCIANO DE OLIVEIRA	01.10.005.0341.003.01.01	110,37
LUCIANO DE OLIVEIRA	LUCIANO DE OLIVEIRA	01.10.007.4204.001.01.01	242,70
LUCIMARA JACINTO BARROS	LUCIMARA JACINTO BARROS	01.09.038.1422.001.01.02	375,28
LUCIMARA JACINTO BARROS	LUCIMARA JACINTO BARROS	01.09.038.1422.002.01.01	65,73
LUDIMAR BAULER	LUDIMAR BAULER	01.09.039.1139.001.01.01	235,77
LUDIMAR BAULER	LUDIMAR BAULER	01.09.039.1239.001.01.01	77,42
LUDIMAR BAULER	LUDIMAR BAULER	01.09.044.0699.001.01.01	287,04
LUIS ANDRE GRAZZIOTIN COSTA	LUIS ANDRE GRAZZIOTIN COSTA	01.09.003.0695.001.01.01	1.915,30
LUIZ AMERICO PEDRELLI	LUIZ AMERICO PEDRELLI	01.03.032.2691.024.01.01	34,85
LUIZ BUZZI NETO	LUIZ BUZZI NETO	01.08.014.1148.001.01.01	265,72
LUIZ CARLOS DOS ANJOS	LUIZ CARLOS DOS ANJOS	01.09.035.6454.001.01.03	170,75
LUIZ CUNHAGO	LUIZ CUNHAGO	01.07.008.0972.001.01.01	710,18
LUIZ FERNANDO GIOVANELLA	LUIZ FERNANDO GIOVANELLA	01.02.036.0413.001.01.01	530,06

LUIZ HENRIQUE KOEPEL	LUIZ HENRIQUE KOEPEL	01.08.003.0228.001.01.02	435,19
LUIZ VALLER	LUIZ VALLER	01.07.058.0201.002.01.01	128,27
LUIZA JANETE MALINOWSKY	LUIZA JANETE MALINOWSKY	01.09.017.0575.001.01.02	424,53
LURDES TEREZINHA DE OLIVEIRA	LURDES TEREZINHA DE OLIVEIRA	01.04.027.0306.001.01.01	327,27
LURDES TEREZINHA DE OLIVEIRA	LURDES TEREZINHA DE OLIVEIRA	01.04.027.0512.001.01.01	383,79
MADEIREIRA POLTRONIERI LTDA EPP	MADEIREIRA POLTRONIERI LTDA EPP	01.05.002.1709.001.01.01	219,57
MAFALDA DAICAMPI	MAFALDA DAICAMPI	01.07.010.0138.001.01.01	198,74
MAFALDA PETERS JETTKE	MAFALDA PETERS JETTKE	01.07.054.0371.001.01.01	280,38
MAICON CRISTIANO DE SOUZA	MAICON CRISTIANO DE SOUZA	01.09.039.1387.001.01.01	102,70
MALHAS DO VALE LTDA	MALHAS DO VALE LTDA	01.05.002.0560.001.01.01	919,77
MANFRED OELKE	MANFRED OELKE	01.06.010.1500.001.01.01	646,45
MANFRED STORM	MANFRED STORM	01.09.001.4693.001.01.01	187,82
MANFRED STORM	MANFRED STORM	01.09.003.0725.001.01.01	122,38
MANFRED STORM	MANFRED STORM	01.09.003.0731.001.01.01	122,38
MANOBRA RADICAL CONFEC. LTDA	MANOBRA RADICAL CONFEC. LTDA	01.02.014.0579.002.01.03	1.144,79
MANOEL VOLNEI FLORIANO	MANOEL VOLNEI FLORIANO	01.09.014.0339.001.01.01	75,75
MANSUETTO SCOTTINI	MANSUETTO SCOTTINI	01.07.047.0332.001.01.01	487,07
MANSUETTO SCOTTINI	MANSUETTO SCOTTINI	01.07.047.0332.002.01.01	294,29
MANUELA DALKE	MANUELA DALKE	01.01.022.0456.014.01.01	515,92
MANUELA DALKE	MANUELA DALKE	01.01.022.0456.039.01.01	36,75
MARAJOARA EMP. IMOBILIARIOS LTDA	MARAJOARA EMP. IMOBILIARIOS LTDA	01.09.039.1666.001.01.01	139,48
MARAJOARA EMP. IMOBILIARIOS LTDA	MARAJOARA EMP. IMOBILIARIOS LTDA	01.09.042.1778.001.01.01	50,72
MARAJOARA EMP. IMOBILIARIOS LTDA	MARAJOARA EMP. IMOBILIARIOS LTDA	01.09.044.0150.001.01.01	147,43
MARARUBIA BUTZKE QUINTANA	MARARUBIA BUTZKE QUINTANA	01.05.030.2010.001.01.03	1.839,03
MARARUBIA BUTZKE QUINTANA	MARARUBIA BUTZKE QUINTANA	01.05.030.2010.002.01.01	990,85
MARCELO CLEYTON DE CASTRO	MARCELO CLEYTON DE CASTRO	01.06.007.0755.001.01.01	303,73
MARCELO JOSE LAUER	MARCELO JOSE LAUER	01.09.039.1660.001.01.01	104,76
MARCELO LENZI	MARCELO LENZI	01.07.022.0887.001.01.02	776,40
MARCELO MACHADO	MARCELO MACHADO	01.04.005.0820.001.01.01	139,25
MARCELO MAFRA	MARCELO MAFRA	01.05.021.3573.021.01.01	34,72
MARCELO WORMSBECKER	MARCELO WORMSBECKER	01.02.060.2112.002.01.01	216,32
MARCIA ADRIANA SEIDEL	MARCIA ADRIANA SEIDEL	01.09.035.3844.001.01.01	267,49
MARCIA ADRIANA SEIDEL	MARCIA ADRIANA SEIDEL	01.09.035.3844.003.01.01	295,06
MARCIA CARLA PIAZZA	MARCIA CARLA PIAZZA	01.02.080.0715.001.01.01	307,30
MARCIAL RAMOS	MARCIAL RAMOS	01.07.034.1681.001.01.01	207,40
MARCIELLA FERNANDA HAMMERMEISTER	MARCIELLA FERNANDA HAMMERMEISTER	01.05.003.1973.001.01.01	244,92
MARCILIO PEREIRA DA SILVA	MARCILIO PEREIRA DA SILVA	01.07.018.0394.001.01.01	587,39
MARCILIO PEREIRA DA SILVA	MARCILIO PEREIRA DA SILVA	01.07.018.0394.002.01.01	494,86
MARCIO JUNIO DE AMORIN	MARCIO JUNIO DE AMORIN	01.05.021.3573.007.01.01	379,02
MARCIO JUNIO DE AMORIN	LUIZ CLAUDINEI SCHAADE	01.05.021.3573.014.01.01	34,72
MARCIO LOPPNOW	MARCIO LOPPNOW	01.09.039.1778.005.01.01	219,57
MARCIO PASQUALI	MARCIO PASQUALI	01.05.020.0534.001.01.01	455,67
MARCIO ROGERIO LEBER	MARCIO ROGERIO LEBER	01.07.022.0249.001.01.01	406,14
MARCIO STAINZAK	MARCIO STAINZAK	01.08.003.0778.001.01.01	144,92
MARCIO TOMASELLI	MARCIO TOMASELLI	01.07.050.0033.001.01.02	324,24
MARCIONISE CECILIA AGOSTINI	MARCIONISE CECILIA AGOSTINI	01.07.055.0436.001.01.02	390,90
MARCO ANTONIO CAMPESTRINI	MARCO ANTONIO CAMPESTRINI	01.01.004.0294.018.01.02	632,80
MARCO ANTONIO DA CRUZ	MARCO ANTONIO DA CRUZ	01.08.003.0722.006.01.01	246,72
MARCO ANTONIO DA CRUZ	MARCO ANTONIO DA CRUZ	01.08.003.0722.012.01.01	32,24
MARCOS AURELIO SANTOS DA SILVEIRA	MARCOS AURELIO SANTOS DA SILVEIRA	01.05.003.1958.001.01.01	244,92
MARCOS AURELIO SANTOS DA SILVEIRA	MARCOS AURELIO SANTOS DA SILVEIRA	01.06.013.1669.001.01.01	307,78
MARCOS MARCHETTI	MARCOS MARCHETTI	01.02.001.1647.001.01.01	228,24
MARCOS MARCHETTI	MARCOS MARCHETTI	01.03.009.0239.001.01.01	900,36

MARCOS MARCHETTI	MARCOS MARCHETTI	01.06.010.1439.001.01.01	869,54
MARCOS MARCHETTI	MARCOS MARCHETTI	01.07.035.0477.001.01.01	409,29
MARCOS MARCHETTI	MARCOS MARCHETTI	01.07.056.1042.001.01.01	115,94
MARCOS MARCHETTI	MARCOS MARCHETTI	01.08.030.1042.001.01.01	441,27
MARCOS MARCHETTI	MARCOS MARCHETTI	01.08.031.1631.001.01.02	863,96
MARCOS MARCHETTI JUNIOR	MARCOS MARCHETTI JUNIOR	01.02.029.1716.001.01.01	174,42
MARCOS MARCHETTI JUNIOR	MARCOS MARCHETTI JUNIOR	01.02.029.1733.001.01.01	257,16
MARCOS MARCHETTI JUNIOR	MARCOS MARCHETTI JUNIOR	01.02.039.0513.001.01.01	437,02
MARCOS MARCHETTI JUNIOR	MARCOS MARCHETTI JUNIOR	01.03.005.0278.025.01.01	122,96
MARCOS MARCHETTI JUNIOR	MARCOS MARCHETTI JUNIOR	01.03.022.0776.001.01.01	655,85
MARCOS MARCHETTI JUNIOR	MARCOS MARCHETTI JUNIOR	01.03.022.0793.001.01.01	654,02
MARCOS PERSUHN	MARCOS PERSUHN	01.05.006.0078.001.01.01	90,88
MARCOS PERSUHN	MARCOS PERSUHN	01.05.006.0114.001.01.01	90,88
MARGARET REGINA WONG	MARGARET REGINA WONG	01.09.001.3153.001.01.01	159,41
MARGARETH CARLA ZICKUHR	MARGARETH CARLA ZICKUHR	01.03.014.0308.001.01.01	529,51
MARGARIDA RIBEIRO DOS SANTOS	MARGARIDA RIBEIRO DOS SANTOS	01.04.007.1522.002.01.01	124,79
MARIA BARP	MARIA BARP	01.07.052.0222.001.01.01	616,95
MARIA CRISTINA DA ROSA	MARIA CRISTINA DA ROSA	01.09.015.0773.001.01.02	358,86
MARIA DA GLORIA BERRI DALFOVO	MARIA DA GLORIA BERRI DALFOVO	01.01.004.0504.001.01.01	3.379,91
MARIA DA GLORIA BERRI DALFOVO	MARIA DA GLORIA BERRI DALFOVO	01.01.004.0504.004.01.01	125,34
MARIA DAICAMP KIENEN	MARIA DAICAMP KIENEN	01.07.050.0378.001.01.02	360,21
MARIA IRACEMA BONIN	MARIA IRACEMA BONIN	01.09.015.0037.001.01.01	4,15
MARIA NELCI BENVENUTTI	MARIA NELCI BENVENUTTI	01.09.039.1373.001.01.01	127,05
MARIA PELELLA MELEGA	MARIA PELELLA MELEGA	01.09.039.1020.001.01.01	364,01
MARIA RAFAELA SERAFIM	MARIA RAFAELA SERAFIM	01.02.086.0177.001.01.02	305,27
MARIA ZOE BELLANI LYRA ESPINDOLA	MARIA ZOE BELLANI LYRA ESPINDOLA	01.08.031.2266.001.01.01	1.059,13
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3073.001.01.01	337,86
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3077.001.01.01	144,92
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3081.001.01.01	144,92
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3086.001.01.01	144,92
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3089.001.01.01	144,92
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3093.001.01.01	144,92
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3101.001.01.01	144,92
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3109.001.01.01	144,92
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3113.001.01.01	144,92
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3117.001.01.01	144,92
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3121.001.01.01	230,72
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3133.001.01.01	159,41
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3137.001.01.01	159,41
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3141.001.01.01	159,41
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3145.001.01.01	159,41
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3149.001.01.01	159,41
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3161.001.01.01	212,20
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3165.001.01.01	212,20
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3173.001.01.01	115,94
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3177.001.01.01	169,46
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3181.001.01.01	161,03
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3185.001.01.01	188,79
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3193.001.01.01	212,20
MARIANE MICHELE NEITZKE	MARIANE MICHELE NEITZKE	01.09.001.3197.001.01.01	230,20
MARICE ELIZETE GIRARDI SCHLEI	MARICE ELIZETE GIRARDI SCHLEI	01.03.040.0291.001.01.01	241,73
MARILENE JUNG MANNRICH	MARILENE JUNG MANNRICH	01.09.039.1849.002.01.02	708,38
MARILENE PAZIANOTI DALPIAZ (+)	MARILENE PAZIANOTI DALPIAZ (+)	01.02.020.1116.001.01.02	348,88

MARILY SCHUMANN BORCHARDT	MARILY SCHUMANN BORCHARDT	01.09.007.0759.001.01.01	200,19
MARINA SCHIOCHET	MARINA SCHIOCHET	01.07.045.0138.001.01.01	164,44
MARINEI MANIQUE BARRETTO	MARINEI MANIQUE BARRETTO	01.09.039.1347.001.01.01	276,67
MARINEI MANIQUE BARRETTO	MARINEI MANIQUE BARRETTO	01.09.039.1347.002.01.01	103,41
MARINEUSA MARLUCE GIACOMOZZI	MARINEUSA MARLUCE GIACOMOZZI	01.09.039.1656.001.01.01	149,62
MARIO ANTONIO BRITO DA COSTA	MARIO ANTONIO BRITO DA COSTA	01.02.067.0393.001.01.01	129,82
MARIO ANTONIO BRITO DA COSTA	MARIO ANTONIO BRITO DA COSTA	01.05.028.1155.001.01.01	320,09
MARIO CESAR CARLINI	MARIO CESAR CARLINI	01.04.013.0846.001.01.01	391,29
MARIO CORREA	MARIO CORREA	01.08.018.0268.001.01.03	1.087,18
MARIO CORREA	MARIO CORREA	01.08.018.0268.002.01.01	81,45
MARIO JOSE COSTA	MARIO JOSE COSTA	01.09.040.1427.001.01.01	206,66
MARIO LACH	MARIO LACH	01.07.008.2359.001.01.01	438,95
MARIO LINDNER	ESERCINO JOAQUIM SALVADOR DA SILVA	01.09.038.0706.001.01.02	348,75
MARIO LINDNER	MARIO LINDNER	01.09.038.0706.002.01.01	369,65
MARIO PASQUALI	MARIO PASQUALI	01.02.014.1081.001.01.03	489,16
MARIO PASQUALI	MARIO PASQUALI	01.09.008.1752.001.01.02	428,81
MARIO PIONTKOSKI	MARIO PIONTKOSKI	01.07.045.0108.001.01.01	169,08
MARIO RIBEIRO	MARIO RIBEIRO	01.07.014.0169.015.01.02	275,06
MARIO RONCHETTI	MARIO RONCHETTI	01.08.007.4860.001.01.01	260,86
MARIO TOMELIM	MARIO TOMELIM	01.07.003.0225.001.01.01	695,63
MARISTELA CARDOSO	MARISTELA CARDOSO	01.09.039.0992.001.01.02	285,85
MARISTELA WEISS	MARISTELA WEISS	01.05.003.1593.001.01.01	274,77
MARIZA DALLABONA MITTERSTEINER	MARIZA DALLABONA MITTERSTEINER	01.02.029.1446.001.01.01	261,67
MARLENE BORCHARDT	MARLENE BORCHARDT	01.03.032.3450.001.01.01	290,13
MARLENE EMKE	MARLENE EMKE	01.03.019.0235.001.01.01	319,99
MARLENE EMKE	MARLENE EMKE	01.07.010.0209.004.01.01	262,41
MARLENE EMKE	MARLENE EMKE	01.07.010.0209.011.01.01	27,92
MARLENE MERINI TESKE	MARLENE MERINI TESKE	01.09.005.0321.001.01.01	822,00
MARLENE MERINI TESKE	MARLENE MERINI TESKE	01.09.005.0329.001.01.01	1.233,35
MARLETE BUSARELLO	MARLETE BUSARELLO	01.06.003.0354.001.01.02	666,90
MARLI PANOCH STANCZAK	MARLI PANOCH STANCZAK	01.07.032.0390.001.01.01	120,00
MARLOS MARQUEDIS CAMPREGHER	MARLOS MARQUEDIS CAMPREGHER	01.02.042.0734.001.01.03	1.398,99
MARON ZUMACH	MARON ZUMACH	01.07.048.0359.001.01.02	434,22
MARTA ELIZABETH DELIGDISCH	MARTA ELIZABETH DELIGDISCH	01.05.001.0808.001.01.01	1.032,91
MARTINA MILCHERT	MARTINA MILCHERT	01.09.001.0064.001.01.03	526,78
MARTINHO JOAO DE SOUZA	MARTINHO JOAO DE SOUZA	01.07.051.0249.001.01.01	351,49
MASSA FALIDA DE IND. TEXTIL MAAS LTDA	MASSA FALIDA DE IND. TEXTIL MAAS LTDA	01.07.004.0419.001.01.01	290,68
MATHEUS PAVA PACHER	MATHEUS PAVA PACHER	01.04.018.0643.001.01.01	282,73
MATHIAS WUNIBALDO NAU	MATHIAS WUNIBALDO NAU	01.07.007.1796.001.01.01	339,44
MATHIAS WUNIBALDO NAU	MATHIAS WUNIBALDO NAU	01.09.022.0587.001.01.01	400,47
MATHIAS WUNIBALDO NAU	MATHIAS WUNIBALDO NAU	01.09.024.0109.001.01.01	1.298,89
MATHIAS WUNIBALDO NAU	MATHIAS WUNIBALDO NAU	01.09.024.0156.001.01.01	217,38
MATHIAS WUNIBALDO NAU	MATHIAS WUNIBALDO NAU	01.09.024.0226.001.01.01	214,00
MATHIAS WUNIBALDO NAU	MATHIAS WUNIBALDO NAU	01.09.024.0371.001.01.01	217,38
MATTARELLO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	MATTARELLO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.039.1931.001.01.01	235,00
MATTARELLO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	MATTARELLO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.039.1931.002.01.04	10.052,95
MATTARELLO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	MATTARELLO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.039.1931.003.01.01	382,27
MATTARELLO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	MATTARELLO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.039.1931.004.01.01	76,45
MATTARELLO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	MATTARELLO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.039.1931.005.01.02	7.005,17

MAURI JOSE MIGUEL	MAURI JOSE MIGUEL	01.07.052.0095.001.01.01	458,47
MAURICIO CLIMACO FERREIRA	MAURICIO CLIMACO FERREIRA	01.09.001.0256.001.01.01	523,52
MAURICIO GIROLA	MAURICIO GIROLA	01.07.034.1495.001.01.01	13,72
MAURILIA LEONIDES VASSELAI	MAURILIA LEONIDES VASSELAI	01.01.015.0437.002.01.02	532,32
MAURO DE BORBA	MAURO DE BORBA	01.07.018.0292.001.01.03	481,82
MAURO LUIZ POFFO	MAURO LUIZ POFFO	01.09.005.0428.001.01.01	289,78
MAVETUR TURISMO LTDA.	MAVETUR TURISMO LTDA.	01.08.014.0422.001.01.01	1.484,84
MAVETUR TURISMO LTDA.	MAVETUR TURISMO LTDA.	01.08.014.0422.002.01.01	728,41
MAVETUR TURISMO LTDA.	MAVETUR TURISMO LTDA.	01.08.014.0422.003.01.01	439,47
MAVETUR TURISMO LTDA.	MAVETUR TURISMO LTDA.	01.08.014.0422.004.01.01	457,05
MAVETUR TURISMO LTDA.	MAVETUR TURISMO LTDA.	01.08.014.0422.005.01.01	378,57
MAVETUR TURISMO LTDA.	MAVETUR TURISMO LTDA.	01.08.014.0422.006.01.01	364,05
MAY FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA	MAY FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA	01.07.022.0790.001.01.01	396,31
MAYARA DE ARAUJO SOUZA	MAYARA DE ARAUJO SOUZA	01.09.039.1230.001.01.01	238,64
MAYCON FRANCA DA SILVA	MAYCON FRANCA DA SILVA	01.06.013.1669.002.01.01	215,45
MC INDUSTRIA COMERCIO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA	MC INDUSTRIA COMERCIO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA	01.01.004.0294.020.01.01	552,12
MC INDUSTRIA COMERCIO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA	MC INDUSTRIA COMERCIO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA	01.01.004.0294.037.01.01	42,00
MEGLIO BERTOLDI	MEGLIO BERTOLDI	01.03.004.0286.001.01.01	382,08
MEGLIO BERTOLDI	MEGLIO BERTOLDI	01.04.021.0031.001.01.01	284,05
MEIKE SLOMP MICHELLI	MEIKE SLOMP MICHELLI	01.03.033.0766.001.01.03	672,12
MELCHIOR MOSER	MELCHIOR MOSER	01.03.005.0135.003.01.01	255,16
MELENIO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	MELENIO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.038.0573.001.01.01	650,32
MERI APARECIDA MONTANARI	MERI APARECIDA MONTANARI	01.03.005.0278.054.01.01	80,45
MERI APARECIDA MONTANARI	MERI APARECIDA MONTANARI	01.03.005.0278.056.01.01	80,45
METALVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	METALVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01.05.021.1567.001.01.03	869,99
MEYKE SCHUTZE DA BORBA	MEYKE SCHUTZE DA BORBA	01.10.007.2549.001.01.02	296,35
MICHELINE ODORIZZI	MICHELINE ODORIZZI	01.09.039.1389.001.01.01	104,15
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.005.01.01	233,16
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.008.01.01	233,16
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.012.01.01	233,10
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.016.01.01	233,10
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.022.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.024.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.025.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.026.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.027.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.028.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.029.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.030.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.031.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.032.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.033.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.034.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.035.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.036.01.01	29,11
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.037.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.038.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.039.01.01	31,88
MIKASA INCORPORADORA LTDA	MIKASA INCORPORADORA LTDA	01.04.033.0577.040.01.01	31,88
MILOR LUIZ BERRI	MILOR LUIZ BERRI	01.03.005.0278.028.01.01	122,96

MILTON MIDIO EHARDT	MILTON MIDIO EHARDT	01.07.034.1126.001.01.01	135,68
MIRIAN MARLY ZANELLA	MIRIAN MARLY ZANELLA	01.08.019.0108.002.01.02	265,43
MIRNA ISAURA M. BLOCK	MIRNA ISAURA M. BLOCK	01.03.024.0284.001.01.03	1.081,41
MIRTES PEGORETTI OCHNER	MIRTES PEGORETTI OCHNER	01.05.003.0351.001.01.04	513,77
MMD ADMINISTRACAO DE BENS E PARTICIPACOES LTDA	MMD ADMINISTRACAO DE BENS E PARTICIPACOES LTDA	01.03.029.0109.001.01.01	1.470,06
MOACIR BUZZI	MOACIR BUZZI	01.09.001.3157.001.01.01	159,41
MOACIR CIPRIANI	MOACIR CIPRIANI	01.01.004.0294.002.01.01	290,94
MOACIR CIPRIANI	MOACIR CIPRIANI	01.01.004.0294.004.01.01	388,78
MOACIR CIPRIANI	MOACIR CIPRIANI	01.01.004.0294.033.01.02	569,35
MOACIR CIPRIANI	MOACIR CIPRIANI	01.09.040.1402.001.01.01	1.026,95
MOACIR CIPRIANI	MOACIR CIPRIANI	01.09.040.1402.002.01.01	708,25
MOACIR CRISTOFOLINI	MOACIR CRISTOFOLINI	01.07.056.0139.003.01.01	122,86
MOACIR JOAO DAROLT	MOACIR JOAO DAROLT	01.02.019.0329.001.01.01	680,17
MOACIR JOAO DAROLT	MOACIR JOAO DAROLT	01.02.019.0329.002.01.01	28,53
MOACIR JOSE STEDILE	MOACIR JOSE STEDILE	01.07.018.0308.001.01.01	554,54
MOACIR JOSE STEDILE	MOACIR JOSE STEDILE	01.07.018.0308.002.01.01	235,58
MOACIR JOSE STEDILE	MOACIR JOSE STEDILE	01.07.018.0308.003.01.01	30,30
MOACYR MARCOS BLAESE	JAMIL JOSE	01.09.005.0608.001.01.01	253,90
MOCAM SUPERMERCADOS LTDA.	MOCAM SUPERMERCADOS LTDA.	01.07.044.0510.001.01.01	350,71
MONIQUE VIEIRA BONA	MONIQUE VIEIRA BONA	01.05.021.3573.002.01.01	476,34
MONIQUE VIEIRA BONA	LUIZ CLAUDINEI SCHAADE	01.05.021.3573.019.01.01	34,72
MORRO AZUL INCORPORADORA DE BENS LTDA EPP	MORRO AZUL INCORPORADORA DE BENS LTDA EPP	01.01.005.0151.001.01.01	1.329,42
MORRO AZUL INCORPORADORA DE BENS LTDA EPP	MORRO AZUL INCORPORADORA DE BENS LTDA EPP	01.05.024.0840.001.01.01	749,67
NAIDE KUPAS FALCÃO	NAIDE KUPAS FALCÃO	01.03.019.0361.001.01.01	374,54
NARA DAIANA PIANEZZER	NARA DAIANA PIANEZZER	01.09.039.1011.001.01.01	91,17
NARA FRONZA	NARA FRONZA	01.09.014.0219.001.01.01	435,06
NECIO BARTH	NECIO BARTH	01.09.062.0078.001.01.01	666,90
NELSO KIRSCHNER	NELSO KIRSCHNER	01.06.006.0387.001.01.01	496,96
NELSO KIRSCHNER	NELSO KIRSCHNER	01.06.006.0407.001.01.01	463,33
NELSO KIRSCHNER	NELSO KIRSCHNER	01.06.006.0427.001.01.01	661,20
NELSON CAMPESTRINI	NELSON CAMPESTRINI	01.04.039.0161.001.01.01	114,13
NELSON EILERT	NELSON EILERT	01.05.021.3445.001.01.01	214,03
NELSON FLORIANI	NELSON FLORIANI	01.02.005.0565.001.01.01	390,13
NELSON KANNENBERG	NELSON KANNENBERG	01.02.001.0971.001.01.02	1.448,26
NELSON KANNENBERG	NELSON KANNENBERG	01.02.001.0971.006.01.01	46,57
NELSON KANNENBERG	NELSON KANNENBERG	01.02.001.0971.007.01.01	46,57
NELSON KANNENBERG	NELSON KANNENBERG	01.02.001.0971.008.01.01	46,57
NELSON KANNENBERG	NELSON KANNENBERG	01.02.001.0971.009.01.01	46,57
NELSON KANNENBERG	NELSON KANNENBERG	01.02.001.0971.010.01.01	46,57
NELSON KANNENBERG	NELSON KANNENBERG	01.02.001.0971.011.01.01	46,57
NELSON KANNENBERG	NELSON KANNENBERG	01.02.001.0971.012.01.01	38,16
NELSON KANNENBERG	NELSON KANNENBERG	01.02.001.0971.013.01.01	46,57
NELSON PATERNOLLI	NELSON PATERNOLLI	01.04.023.0523.001.01.02	594,73
NELSON PFLEGER	NELSON PFLEGER	01.07.045.0093.001.01.01	598,53
NELSON TERRA LOUZADA	NELSON TERRA LOUZADA	01.04.024.0683.001.01.01	253,29
NELSON TERRA LOUZADA	NELSON TERRA LOUZADA	01.05.021.1498.001.01.01	308,78
NELSON TERRA LOUZADA	NELSON TERRA LOUZADA	01.08.007.0488.001.01.01	541,08
NELSON WILHELM	NELSON WILHELM	01.04.033.0577.007.01.01	233,16
NERI CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA	NERI CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA	01.06.013.0292.001.01.01	173,91
NERI DRABZINSKI	NERI DRABZINSKI	01.06.050.1411.001.01.02	192,88
NEUSA APARECIDA ULLER DOS SANTOS	NEUSA APARECIDA ULLER DOS SANTOS	01.09.012.0765.002.01.01	176,84

NILO AFONSO LAUTH	NILO AFONSO LAUTH	01.09.048.0930.002.01.01	960,03
NILO LUIS FACHINI	NILO LUIS FACHINI	01.09.025.1057.001.01.01	306,56
NILSA MARIA CORBANI	NILSA MARIA CORBANI	01.04.007.2589.005.01.01	340,63
NILSA MARIA CORBANI	NILSA MARIA CORBANI	01.04.007.2589.012.01.01	35,17
NILSON MASATOSHI SHIMOSATO	NILSON MASATOSHI SHIMOSATO	01.04.007.0231.001.01.01	1.046,34
NILSON VICENTE	JAIR VICENTE (+)	01.06.050.1098.002.01.01	141,19
NILTON PEDRO BARP	NILTON PEDRO BARP	01.07.051.0019.001.01.01	169,08
NILVA MARLIS KLEMM LAEMMEL	NILVA MARLIS KLEMM LAEMMEL	01.05.028.1137.001.01.01	83,02
NILVO DALMASO	NILVO DALMASO	01.07.048.0299.001.01.03	480,76
NILZA SCHMITZ CERUTI	NILZA SCHMITZ CERUTI	01.09.016.1736.001.01.01	461,69
ODAIR CRISTOFOLINI	ODAIR CRISTOFOLINI	01.02.035.0358.001.01.01	189,98
ODAIR CRISTOFOLINI	ODAIR CRISTOFOLINI	01.02.035.0396.001.01.01	981,19
ODAIR VOLTOLINI	ODAIR VOLTOLINI	01.02.065.0055.001.01.03	195,19
ODILON ALVASSIS BASTOS	ODILON ALVASSIS BASTOS	01.09.039.1177.001.01.02	128,88
ODILON JOSE ANDRIETTI	ODILON JOSE ANDRIETTI	01.07.002.0225.001.01.01	599,01
ODIRLEI PIOVESAN	ODIRLEI PIOVESAN	01.02.009.0473.001.01.01	345,43
OI S.A.	OI S.A.	01.03.005.0234.001.01.01	2.209,39
OI S.A.	OI S.A.	01.03.005.0234.002.01.01	401,63
OLGA MARA FUMAGAL	OLGA MARA FUMAGAL	01.09.036.0163.001.01.01	105,50
OLIDIO DE SOUZA (+)	OLIDIO DE SOUZA (+)	01.07.048.0284.001.01.01	296,64
OLINDA DE SOUZA	OLINDA DE SOUZA	01.02.044.0774.001.01.01	579,82
OMERO ARAUJO DE FREITAS	OMERO ARAUJO DE FREITAS	01.09.039.1667.001.01.01	139,48
ONDINA BONATTI DOS SANTOS	ONDINA BONATTI DOS SANTOS	01.06.013.0364.001.01.01	586,52
ONDINA CORREA LEITAO SPINA	ONDINA CORREA LEITAO SPINA	01.07.052.0348.001.01.01	337,06
ONESIO LANGA	ONESIO LANGA	01.09.039.1274.001.01.01	119,80
ONILDE LURDES FRANCO DE CAMARGO	ONILDE LURDES FRANCO DE CAMARGO	01.06.013.0382.001.01.01	467,07
ORDIVAL TRISOTTO (+)	ORDIVAL TRISOTTO (+)	01.07.020.0863.001.01.01	462,17
ORILDO BORTOLI	ORILDO BORTOLI	01.09.008.1119.001.01.01	517,60
ORLANDO LEITZKE	ORLANDO LEITZKE	01.09.015.1247.001.01.01	104,83
ORLANDO LEITZKE	ORLANDO LEITZKE	01.09.015.1262.001.01.01	104,83
ORLANDO PURIM	ORLANDO PURIM	01.01.021.0464.001.01.03	1.341,85
ORLANDO PURIM	ORLANDO PURIM	01.04.024.0518.001.01.01	828,44
ORLANDO PURIM	ORLANDO PURIM	01.04.024.0518.002.01.01	184,28
ORLANDO PURIM	ORLANDO PURIM	01.07.052.0125.001.01.01	568,06
ORLANDO PURIM	ORLANDO PURIM	01.07.052.0125.002.01.01	48,18
ORLANDO SCHUSTER	ORLANDO SCHUSTER	01.02.008.0107.001.01.01	265,34
OSIMAR MAURISSENZ	OSIMAR MAURISSENZ	01.09.039.1778.001.01.01	219,57
OSMAR ANDREAZZA	OSMAR ANDREAZZA	01.07.055.0756.001.01.01	156,55
OSMAR ANDREAZZA	OSMAR ANDREAZZA	01.07.055.0771.001.01.02	274,10
OSMAR DE MELO	OSMAR DE MELO	01.07.047.0257.001.01.01	469,48
OSMAR DE MELO	MARIA FATIMA FIAMONCINI	01.07.047.0257.002.01.01	386,17
OSMAR DE MELO	OSMAR DE MELO	01.07.047.0257.003.01.01	593,44
OSMAR DE MELO	OSMAR DE MELO	01.07.047.0257.004.01.01	443,17
OSMAR JOSE FLORIANI	OSMAR JOSE FLORIANI	01.09.042.1299.001.01.01	162,31
OSMAR JOSE FLORIANI	OSMAR JOSE FLORIANI	01.09.042.1301.001.01.01	162,31
OSNIR ODORIZZI	OSNIR ODORIZZI	01.03.019.0575.001.01.01	193,42
OSNY JAIRO MARTINS	OSNY JAIRO MARTINS	01.06.013.1119.002.01.01	115,49
OSNY MASTELOTTO	OSNY MASTELOTTO	01.02.001.1284.001.01.01	515,76
OSNY MASTELOTTO	OSNY MASTELOTTO	01.02.001.1284.002.01.01	330,07
OSNY MASTELOTTO	OSNY MASTELOTTO	01.02.001.1284.003.01.01	330,07
OSNY MASTELOTTO	OSNY MASTELOTTO	01.02.001.1284.005.01.01	330,07
OSNY MASTELOTTO	OSNY MASTELOTTO	01.02.001.1284.006.01.01	43,22
OSNY MASTELOTTO	OSNY MASTELOTTO	01.02.001.1284.007.01.01	43,22

OSNY MASTELOTTO	OSNY MASTELOTTO	01.02.001.1284.008.01.01	43,22
OSNY MASTELOTTO	OSNY MASTELOTTO	01.02.001.1284.010.01.01	43,22
OSNY MASTELOTTO	OSNY MASTELOTTO	01.02.001.1284.011.01.01	43,22
OTTO LEO HENNINGS (+)	CONSTRUTORA ENE ESSE LTDA	01.02.044.0323.001.01.01	2.233,71
OXIVALE ENGENHARIA E REPRESENTACOES LTDA - EPP	OXIVALE ENGENHARIA E REPRESENTACOES LTDA - EPP	01.02.039.0349.001.01.01	291,87
OXIVALE TRANSPORTES EIRELI. EPP	OXIVALE TRANSPORTES EIRELI. EPP	01.04.013.0828.001.01.01	354,51
OZEIAS ALVES CANOFFR	OZEIAS ALVES CANOFFR	01.09.039.1752.001.01.01	234,10
PARTICIPACOES BLAESE LTDA	PARTICIPACOES BLAESE LTDA	01.01.018.0135.003.01.03	142,51
PARTICIPACOES FARIAS LTDA	PARTICIPACOES FARIAS LTDA	01.09.048.0548.001.01.03	3.416,40
PATRICIA FERNANDES	PATRICIA FERNANDES	01.04.033.0577.017.01.01	233,10
PATRICIA MORSCH ZANELLA	PATRICIA MORSCH ZANELLA	01.05.001.0094.001.01.01	371,48
PATRICK MAGGIONI DE OLIVEIRA GOMES	PATRICK MAGGIONI DE OLIVEIRA GOMES	01.06.006.0224.061.01.01	419,41
PATRICK MAGGIONI DE OLIVEIRA GOMES	PATRICK MAGGIONI DE OLIVEIRA GOMES	01.06.006.0224.098.01.01	39,84
PATRICK MAGGIONI DE OLIVEIRA GOMES	PATRICK MAGGIONI DE OLIVEIRA GOMES	01.06.006.0224.099.01.01	39,84
PATRICK NASATO	PATRICK NASATO	01.04.007.1211.001.01.02	519,69
PATRIK KLEMENS FLUGEL	PATRIK KLEMENS FLUGEL	01.09.006.0266.001.01.01	338,54
PAULINHO MEDEIROS DOS ANJOS	PAULINHO MEDEIROS DOS ANJOS	01.09.039.1338.001.01.02	275,06
PAULINHO OLIVEIRA	PAULINHO OLIVEIRA	01.09.039.1778.007.01.01	201,99
PAULO ADRIANY SOARES CORREIA	PAULO ADRIANY SOARES CORREIA	01.09.008.1102.001.01.01	282,24
PAULO BRANDES	PAULO BRANDES	01.04.028.0527.001.01.02	150,24
PAULO BRANDES	PAULO BRANDES	01.04.028.0527.002.01.02	238,35
PAULO BRANDES	PAULO BRANDES	01.04.028.0527.003.01.02	140,35
PAULO BRANDES	PAULO BRANDES	01.04.028.0527.004.01.02	140,35
PAULO BRANDES	PAULO BRANDES	01.04.028.0527.006.01.02	243,57
PAULO CESAR DE JESUS	PAULO CESAR DE JESUS	01.07.050.0303.001.01.03	211,43
PAULO ERNANI LENHARD	PAULO ERNANI LENHARD	01.07.023.0998.001.01.01	130,43
PAULO KOSLOWSKI	PAULO KOSLOWSKI	01.07.050.0363.001.01.03	441,63
PAULO SEBERINO DA SILVA JUNIOR	PAULO SEBERINO DA SILVA JUNIOR	01.05.002.2496.014.01.01	30,95
PAULO WESLEY KERR AFFINI	PAULO WESLEY KERR AFFINI	01.04.010.0694.001.01.01	242,31
PAULO WESLEY KERR AFFINI	PAULO WESLEY KERR AFFINI	01.04.011.0158.001.01.01	161,54
PAULO WESLEY KERR AFFINI	PAULO WESLEY KERR AFFINI	01.04.011.0219.001.01.01	267,95
PAULO WESLEY KERR AFFINI	PAULO WESLEY KERR AFFINI	01.04.011.0267.001.01.01	209,36
PAULO ZADROZNY	EDIT SCHUSTER (+)	01.05.021.3389.001.01.02	262,70
PAULO ZADROZNY	PAULO ZADROZNY	01.05.021.3405.002.01.01	118,58
PAULO ZADROZNY	PAULO ZADROZNY	01.05.021.3413.001.01.01	137,58
PAULO ZADROZNY	ROSA DE LIMA MOSER	01.05.021.3433.001.01.02	248,11
PAULO ZADROZNY	PAULO ZADROZNY	01.05.021.3441.001.01.02	204,08
PAULO ZADROZNY	ADAIR JOSE HILCHECHEN	01.05.021.3453.001.01.02	284,63
PAULO ZADROZNY	PAULO ZADROZNY	01.05.021.3477.001.01.01	140,67
PAULO ZADROZNY	SERGIO SEVEGNANI	01.05.021.3509.001.01.03	176,58
PAULO ZADROZNY	ADEMILSON SIPRIANY	01.05.021.3581.001.01.02	378,73
PAULO ZADROZNY	PAULO ZADROZNY	01.05.021.3613.002.01.01	861,71
PEDRO A.M. AGUILAR	PEDRO A.M. AGUILAR	01.07.050.0288.001.01.01	261,70
PEDRO GONCALVES	PEDRO GONCALVES	01.07.051.0035.001.01.01	499,34
PEDRO MADALENA	PEDRO MADALENA	01.04.007.1195.001.01.01	217,45
PEDRO PUTKA	PEDRO PUTKA	01.04.023.0673.002.01.01	104,92
PEDRO PUTKA	PEDRO PUTKA	01.04.023.0673.003.01.01	97,55
PEDRO ROBERTO HERING BELL	PEDRO ROBERTO HERING BELL	01.06.021.0019.001.01.01	488,97
PEDRO ROBERTO HERING BELL	PEDRO ROBERTO HERING BELL	01.06.021.0019.002.01.01	203,31
PEDRO SEVERINO DA SILVA	PEDRO SEVERINO DA SILVA	01.04.038.0072.001.01.01	115,94
PEIXOTO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	PEIXOTO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.10.005.2086.001.01.01	725,93

PEIXOTO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	PEIXOTO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.10.005.2092.001.01.01	660,27
PERICLES LUIZ MEDEIROS PRADE	PERICLES LUIZ MEDEIROS PRADE	01.01.021.0340.001.01.01	8.904,55
PERSUHN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP	PERSUHN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP	01.05.028.1195.001.01.01	98,93
PERSUHN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP	PERSUHN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP	01.05.028.1196.001.01.01	120,83
PHILIPPE ERICH LOPPNOW	PHILIPPE ERICH LOPPNOW	01.02.019.1213.001.01.01	189,59
PORTAL IMOVEIS LTDA - EPP	PORTAL IMOVEIS LTDA - EPP	01.09.039.1778.002.01.01	202,02
PORTAL IMOVEIS LTDA - EPP	PORTAL IMOVEIS LTDA - EPP	01.09.039.1778.003.01.01	202,02
POSSAMAI COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	POSSAMAI COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	01.09.049.0486.001.01.01	4.244,55
POSTO TESTO REGA LTDA	POSTO TESTO REGA LTDA	01.09.025.1071.001.01.02	578,50
PRECILA JOCASTA MILKE	PRECILA JOCASTA MILKE	01.09.001.3105.001.01.01	144,92
PURIN PARTICIPACOES LTDA	PURIN PARTICIPACOES LTDA	01.02.019.0163.001.01.01	1.046,73
R.R. INCORPORADORA LTDA	R.R. INCORPORADORA LTDA	01.03.033.0636.001.01.01	1.840,90
R.R. INCORPORADORA LTDA	R.R. INCORPORADORA LTDA	01.07.008.0760.001.01.01	2.414,05
R.R. INCORPORADORA LTDA	R.R. INCORPORADORA LTDA	01.07.008.0873.001.01.01	283,24
RAFAEL ALVISE	RAFAEL ALVISE	01.09.006.0690.001.01.01	1.236,48
RAFAEL MANTAI	NIVEA NOEMIA MANTAI	01.09.066.1864.005.01.01	375,86
RAFAEL MANTAI	RAFAEL MANTAI	01.09.066.1864.007.01.01	170,91
RAFAEL MOISES PENSO	RAFAEL MOISES PENSO	01.04.034.0533.001.01.01	115,94
RAFAEL MOISES PENSO	RAFAEL MOISES PENSO	01.04.034.0801.001.01.01	669,57
RAFAEL RODRIGUES PIAI	RAFAEL RODRIGUES PIAI	01.03.032.2432.001.01.01	581,49
RAFAEL RODRIGUES PIAI	RAFAEL RODRIGUES PIAI	01.03.032.2447.001.01.01	581,49
RAFAELA CRISTIANE KISNER BUSNARDO	RAFAELA CRISTIANE KISNER BUSNARDO	01.03.005.0278.042.01.01	266,79
RAFAELA REIS DA SILVA	RAFAELA REIS DA SILVA	01.02.006.0123.009.01.01	524,84
RAFAELA REIS DA SILVA	RAFAELA REIS DA SILVA	01.02.006.0123.029.01.01	36,07
RAFAELA REIS DA SILVA	RAFAELA REIS DA SILVA	01.02.006.0123.030.01.01	36,07
RAINER MELHOR OELKE	RAINER MELHOR OELKE	01.05.028.1187.001.01.01	98,93
RALF KRUGER	RALF KRUGER	01.02.041.0392.001.01.01	407,46
RALF KRUGER	RALF KRUGER	01.02.041.0392.002.01.02	306,66
RALF KRUGER	RALF KRUGER	01.02.041.0407.001.01.01	224,63
RALF SEILER	RALF SEILER	01.09.020.0757.001.01.02	144,86
RALFI MAAS	RALFI MAAS	01.09.035.5333.001.01.01	152,17
RALPH DA ROCHA FELSMANN	RALPH DA ROCHA FELSMANN	01.09.016.1629.027.01.01	316,90
RALPH DA ROCHA FELSMANN	RALPH DA ROCHA FELSMANN	01.09.016.1629.054.01.01	31,11
RAQUEL DE SOUZA	RAQUEL DE SOUZA	01.05.021.3573.012.01.01	379,02
RAQUEL DE SOUZA	RAQUEL DE SOUZA	01.05.021.3573.015.01.01	34,72
RAQUEL JANAINA HABITZREUTER	RAQUEL JANAINA HABITZREUTER	01.09.037.0227.001.01.01	235,00
RAQUEL JANAINA HABITZREUTER	RAQUEL JANAINA HABITZREUTER	01.09.037.0227.002.01.01	244,76
RAQUEL JANAINA HABITZREUTER	RAQUEL JANAINA HABITZREUTER	01.09.039.1407.001.01.02	328,43
RAUL BORCHARDT	EDSON HENRIQUE BORCHARDT	01.09.067.2750.001.01.01	687,29
RAUL BORCHARDT	RAUL BORCHARDT	01.09.067.2998.001.01.03	1.036,16
RAUL BORCHARDT	RAUL BORCHARDT	01.09.067.2998.002.01.03	333,32
RAUL KRIESER	RAUL KRIESER	01.09.038.0549.001.01.01	3.383,36
RAUL OTTO GESSNER	RAUL OTTO GESSNER	01.05.021.0163.001.01.01	816,40
RAUL SCHMIDT	RAUL SCHMIDT	01.02.009.0666.001.01.01	404,49
RAUL SCHMIDT	RAUL SCHMIDT	01.02.011.0101.001.01.01	775,75
RAUL SCHMIDT	RAUL SCHMIDT	01.02.013.0600.001.01.03	1.175,22
RAULINO FUSINATO	RAULINO FUSINATO	01.07.051.0219.001.01.01	302,15
RAULINO ZOBOLI	RAULINO ZOBOLI	01.04.019.0168.001.01.01	144,92
REA GUSTMANN KIRSTEN	REA GUSTMANN KIRSTEN	01.07.061.0045.001.01.01	493,80
REA GUSTMANN KIRSTEN	REA GUSTMANN KIRSTEN	01.07.061.0061.001.01.01	379,09

RECOBRANCA SERVICOS LTDA ME	RECOBRANCA SERVICOS LTDA ME	01.03.005.0278.048.01.02	315,32
REDE FRONTEIRA DE COMUNICACAO LTDA	REDE FRONTEIRA DE COMUNICACAO LTDA	01.08.017.0583.001.01.01	1.381,47
REGINA MARIA DA SILVA	REGINA MARIA DA SILVA	01.09.039.1761.001.01.01	152,88
REINHOLD RAASCH	REINHOLD RAASCH	01.02.060.2095.001.01.01	489,35
REINVALDO JANKE	REINVALDO JANKE	01.09.015.0018.001.01.02	270,14
REIS ADMINISTRATODORA DE BENS LTDA	REIS ADMINISTRATODORA DE BENS LTDA	01.10.005.1293.001.01.01	2.127,62
RENALDO GIOTTI	RENALDO GIOTTI	01.09.050.0474.001.01.01	793,47
RENATO REINICKE	RENATO REINICKE	01.02.018.0456.001.01.01	443,11
RENATO REINICKE	RENATO REINICKE	01.02.018.0456.002.01.01	127,95
RENATO SCHUMANN	RENATO SCHUMANN	01.07.045.0033.001.01.01	324,92
RENATO VIEIRA	RENATO VIEIRA	01.03.032.2882.001.01.01	374,58
RENE ARTUR MAURIZENZ	RENE ARTUR MAURIZENZ	01.05.021.3493.001.01.01	173,91
RENE HELMUT WAKIN	RENE HELMUT WAKIN	01.06.003.0452.020.01.01	282,50
RENE HELMUT WAKIN	RENE HELMUT WAKIN	01.06.003.0452.039.01.01	53,98
RENE PEGORETTI	RENE PEGORETTI	01.06.003.0622.001.01.01	365,27
RENE PEGORETTI	RENE PEGORETTI	01.06.003.0622.002.01.01	76,91
RENY BORCHARDT	RENY BORCHARDT	01.09.067.3179.001.01.01	1.175,22
RENY BORCHARDT	SILVIO ANDREATTA	01.09.067.3179.006.01.01	119,48
REUTER EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	IVONEI HOFFMANN	01.09.008.1258.005.01.02	323,98
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	RH EMPREENDIMENTOS LTDA	01.02.014.0960.001.01.01	313,35
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	RH EMPREENDIMENTOS LTDA	01.02.014.0962.001.01.01	262,92
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	RH EMPREENDIMENTOS LTDA	01.02.014.0964.001.01.01	262,92
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.0966.001.01.01	262,92
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.0968.001.01.01	459,73
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	RH EMPREENDIMENTOS LTDA	01.02.014.0970.001.01.01	278,57
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.0972.001.01.01	260,86
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.0984.001.01.01	260,86
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	RH EMPREENDIMENTOS LTDA	01.02.014.0989.001.01.01	278,57
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.0990.001.01.01	278,57
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.0996.001.01.01	260,86
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.1002.001.01.01	260,86
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.1008.001.01.01	339,02
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.1014.001.01.01	269,56
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.1019.001.01.01	305,50
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.1022.001.01.01	317,22
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.1025.001.01.01	285,66
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.1028.001.01.01	260,86
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.1031.001.01.01	260,86
RH EMPREENDIMENTOS LTDA	DEPOSITO DE BANANAS CAJATI LTDA	01.02.014.1043.001.01.01	279,28
RICARDO ALEXANDRE FERREIRA	RICARDO ALEXANDRE FERREIRA	01.03.036.0134.001.01.01	379,18
RICARDO ALEXANDRE FERREIRA	RICARDO ALEXANDRE FERREIRA	01.07.010.0297.001.01.01	1.610,80
RICARDO DOS SANTOS	RICARDO DOS SANTOS	01.09.001.3097.001.01.01	923,67
RICARDO LUCIANO DA SILVA	RICARDO LUCIANO DA SILVA	01.02.060.2487.001.01.01	228,69
RICARDO ROBERTO ULLER	RICARDO ROBERTO ULLER	01.06.003.0483.005.01.01	300,12
RICARDO ROBERTO ULLER	RICARDO ROBERTO ULLER	01.06.003.0483.012.01.01	27,95
RICHARD GONCALVES DA LUZ	RICHARD GONCALVES DA LUZ	01.09.039.0994.001.01.01	208,56
RICHARD LUCIANO VAILATI	RICHARD LUCIANO VAILATI	01.05.021.3573.003.01.01	379,02
RICHARD LUCIANO VAILATI	RICHARD LUCIANO VAILATI	01.05.021.3573.020.01.01	34,72
RIFEG PARTICIPACOES LTDA	RIFEG PARTICIPACOES LTDA	01.09.001.4591.001.01.01	185,86
RIFEG PARTICIPACOES LTDA	RIFEG PARTICIPACOES LTDA	01.09.001.4606.001.01.01	175,07
RIOSUL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS PROPRIOS LTDA	RIOSUL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS PROPRIOS LTDA	01.03.031.0016.001.01.01	501,69

RIVAIR PORTELLA	RIVAIR PORTELLA	01.09.039.1664.001.01.01	106,50
RIVELINO DOS SANTOS	RIVELINO DOS SANTOS	01.06.022.1055.002.01.01	154,17
ROBERTO ALEXANDRE PETERS	ROBERTO ALEXANDRE PETERS	01.07.047.0407.001.01.01	261,50
ROBERTO CESAR ZIBELL	ROBERTO CESAR ZIBELL	01.09.038.1403.001.01.01	265,18
ROBERTO LAEMMEL	ROBERTO LAEMMEL	01.05.028.1143.001.01.01	106,76
ROBERTO LAEMMEL	ROBERTO LAEMMEL	01.05.028.1145.001.01.01	107,76
ROBERTO RADDATZ	ROBERTO RADDATZ	01.08.004.0066.001.01.03	338,51
ROBERTO SEIDEL	ROBERTO SEIDEL	01.09.067.3142.001.01.04	682,33
RODOLFO THIERSCH	RODOLFO THIERSCH	01.09.039.1227.002.01.01	146,73
RODON COMERCIAL S/A	RODON COMERCIAL S/A	01.05.002.2496.001.01.01	293,13
RODON COMERCIAL S/A	RODON COMERCIAL S/A	01.05.002.2496.004.01.01	293,13
RODON COMERCIAL S/A	RODON COMERCIAL S/A	01.05.002.2496.009.01.01	293,13
RODON COMERCIAL S/A	RODON COMERCIAL S/A	01.05.002.2496.015.01.01	30,95
RODON COMERCIAL S/A	RODON COMERCIAL S/A	01.08.003.0782.001.01.01	344,17
RODRIGO ALESSANDRO FERREIRA	RODRIGO ALESSANDRO FERREIRA	01.02.006.0123.001.01.01	495,47
RODRIGO ALESSANDRO FERREIRA	RODRIGO ALESSANDRO FERREIRA	01.02.006.0123.015.01.01	35,20
RODRIGO ANTONIO DA SILVA	RODRIGO ANTONIO DA SILVA	01.09.039.1325.001.01.01	124,28
RODRIGO GONCALVES CARVALHO	RODRIGO GONCALVES CARVALHO	01.09.003.0635.001.01.02	1.102,25
ROGER ANDREAS ISLEB	ROGER ANDREAS ISLEB	01.03.032.3881.001.01.01	1.259,02
ROGER KRAMBECK	ROGER KRAMBECK	01.04.037.0429.001.01.01	108,21
ROGERIO ANDRE ULLER	ROGERIO ANDRE ULLER	01.07.022.0134.001.01.01	90,17
ROGERIO FREITAS MARTINS DA COSTA	ROGERIO FREITAS MARTINS DA COSTA	01.03.032.3118.001.01.01	290,13
ROGERIO ZERMIANI	ROGERIO ZERMIANI	01.07.008.0319.001.01.01	358,31
ROLAND EDMUND AUGUST ROEPKE	ROLAND EDMUND AUGUST ROEPKE	01.01.001.0285.001.01.01	1.583,26
ROLAND EDMUND AUGUST ROEPKE	ROLAND EDMUND AUGUST ROEPKE	01.01.001.0285.002.01.03	651,22
ROLAND PAUL (+)	ROLAND PAUL (+)	01.07.021.0067.001.01.01	557,02
ROLAND PAUL (+)	ROLAND PAUL (+)	01.07.023.0209.001.01.01	119,93
ROLAND ROEDER	ROLAND ROEDER	01.07.008.0151.002.01.01	241,34
ROLAND ROEDER	ROLAND ROEDER	01.07.008.0151.003.01.01	242,18
ROLAND ROEDER	ROLAND ROEDER	01.07.008.0151.004.01.01	237,77
ROLAND ROEDER	ROLAND ROEDER	01.07.008.0151.005.01.01	52,56
ROLAND ROEDER	ROLAND ROEDER	01.07.008.0151.006.01.01	52,56
ROLANDO EWALD	DANIELE BONA	01.04.066.0275.001.01.01	520,72
ROLF KLUG	ROLF KLUG	01.01.021.0419.001.01.01	944,12
ROLF KLUG	ROLF KLUG	01.03.002.0397.001.01.01	530,67
ROMAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	ROMAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	01.02.028.0304.002.01.01	221,51
ROMAN RAITER	ROMAN RAITER	01.05.021.3573.005.01.01	476,34
ROMILDA KANNENBERG	ROMILDA KANNENBERG	01.06.050.1244.001.01.01	438,50
ROMILDA KANNENBERG	ROMILDA KANNENBERG	01.06.050.1284.001.01.01	690,96
RONALD SCHNEIDER	RONALD SCHNEIDER	01.02.009.0685.001.01.01	404,72
RONALD SCHNEIDER	RONALD SCHNEIDER	01.02.011.0082.001.01.01	842,23
RONALDO CESAR CRIMINACIO	RONALDO CESAR CRIMINACIO	01.09.039.1345.001.01.01	214,32
RONIE GILBERTO LOEWEN	RONIE GILBERTO LOEWEN	01.03.025.0235.001.01.01	643,75
RONIE GILBERTO LOEWEN	RONIE GILBERTO LOEWEN	01.03.025.0235.002.01.01	118,61
ROQUE MEDTLER	ROQUE MEDTLER	01.07.055.0261.001.01.02	354,83
ROSALETE ZOBOLI ANACLETO	ROSALETE ZOBOLI ANACLETO	01.07.064.0049.001.01.02	238,28
ROSANA RAASCH	ROSANA RAASCH	01.09.039.1773.001.01.03	228,37
ROSANI MLYNARCSZYK LENZI	ROSANI MLYNARCSZYK LENZI	01.07.055.0421.001.01.01	401,11
ROSELITA PIONTKOWSKI CATTONI	ROSELITA PIONTKOWSKI CATTONI	01.04.021.0079.001.01.02	749,70
ROSELITA PIONTKOWSKI CATTONI	ROSELITA PIONTKOWSKI CATTONI	01.04.021.0079.002.01.01	327,40
ROSEMEIRE FIRMINO DE ARAUJO	ROSEMEIRE FIRMINO DE ARAUJO	01.09.019.0198.001.01.01	215,45
RUBENS EDUARDO SCHLEI	RUBENS EDUARDO SCHLEI	01.07.014.0169.011.01.02	275,06

RUBENS FREDEL	RUBENS FREDEL	01.04.010.0561.001.01.02	436,64
RUBENS HEITOR MENGARDA	RUBENS HEITOR MENGARDA	01.07.034.1208.001.01.01	666,61
RUBENS SCHMIDT	RUBENS SCHMIDT	01.04.010.0580.001.01.01	650,48
RUDI AFFONSO BAUER	RUDI AFFONSO BAUER	01.09.001.1048.001.01.01	5.769,85
RUDIBERT BORCHARDT	RUDIBERT BORCHARDT	01.09.039.1244.003.01.01	440,31
RUDOLF STUHLERT (+)	CURT EMILIO STUHLERT	01.09.035.6016.003.01.02	96,45
RUFINO JUNG	RUFINO JUNG	01.05.028.1188.001.01.01	190,23
RUI CARLOS JANDTKE	CLOVIS DE LIMA	01.09.063.1302.001.01.02	698,82
RUTH BAULER	RUTH BAULER	01.09.039.1437.001.01.01	148,24
SALES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	TATIANA MARIA VIEIRA	01.05.001.0109.001.01.01	130,91
SALOMAR ANTENOR OSTI	SALOMAR ANTENOR OSTI	01.06.023.0078.001.01.02	776,69
SALOMAR ANTENOR OSTI	SALOMAR ANTENOR OSTI	01.06.023.0078.002.01.01	166,98
SALOMAR ANTENOR OSTI	SALOMAR ANTENOR OSTI	01.06.023.0078.003.01.01	140,06
SAMIR CLAUDINO BEBER	SAMIR CLAUDINO BEBER	01.02.001.0560.001.01.01	1.378,21
SAMIR CLAUDINO BEBER	SAMIR CLAUDINO BEBER	01.02.012.0339.001.01.01	529,87
SANDRA REGINA FELIPI TOPFSTEDT	SANDRA REGINA FELIPI TOPFSTEDT	01.09.021.0184.001.01.02	1.247,14
SANTO DE OLIVEIRA	SANTO DE OLIVEIRA	01.07.048.0329.001.01.02	169,08
SARAH MARCELA CHINCHILLA CARTAGENA	SARAH MARCELA CHINCHILLA CARTAGENA	01.02.036.0415.001.01.01	177,06
SATURNO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	SATURNO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.016.1629.009.01.01	370,68
SATURNO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	SATURNO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.09.016.1629.036.01.01	62,22
SCHIRLEY PASQUALI	SCHIRLEY PASQUALI	01.04.008.0069.001.01.01	260,86
SEBASTIAO JOSE NUNES	SEBASTIAO JOSE NUNES	01.07.046.0097.001.01.01	359,15
SEDINEI JOSE NARDELLI BEBER	SEDINEI JOSE NARDELLI BEBER	01.02.002.0324.001.01.01	1.690,50
SERGIO NILSON KLUG	SERGIO NILSON KLUG	01.06.011.0037.001.01.01	501,88
SERGIO NILSON KLUG	SERGIO NILSON KLUG	01.06.011.0037.002.01.01	320,70
SERGIO PEGORETTI	SERGIO PEGORETTI	01.08.004.0015.001.01.01	213,62
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.001.01.01	369,26
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.002.01.01	309,23
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.003.01.01	309,23
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.004.01.01	309,23
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.005.01.01	309,23
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.006.01.01	309,23
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.007.01.01	45,76
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.008.01.01	45,76
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.009.01.01	45,76
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.010.01.01	45,76
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.011.01.01	45,70
SERGIO ROBERTO ODORIZZI	SERGIO ROBERTO ODORIZZI	01.05.003.0413.012.01.01	45,70
SERLI DUTRA	SERLI DUTRA	01.07.032.2450.001.01.01	167,21
SESI - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA	SESI - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA	01.03.007.0240.001.01.01	260,86
SEVERINO FERRARI	SEVERINO FERRARI	01.04.019.0396.001.01.01	695,43
SHEILA KURTH	SHEILA KURTH	01.01.002.0321.001.01.01	698,91
SHEILA KURTH	SHEILA KURTH	01.01.002.0321.002.01.01	144,12
SHEILA KURTH	SHEILA KURTH	01.01.002.0321.003.01.01	409,62
SHEILA KURTH	SHEILA KURTH	01.01.002.0321.004.01.01	144,12
SIDINEI LARGURA	SIDINEI LARGURA	01.04.023.0318.001.01.01	734,50
SIDNEI ERDMANN	SIDNEI ERDMANN	01.02.036.0153.024.01.01	33,69
SIDNEI LEMES DOS SANTOS	SIDNEI LEMES DOS SANTOS	01.09.039.1199.001.01.01	101,45
SIDNEY ADRIANO BORCHARDT	SIDNEY ADRIANO BORCHARDT	01.07.007.1614.001.01.01	224,63
SIDNEY FABRICIO VALCANAIA	SIDNEY FABRICIO VALCANAIA	01.02.060.1702.001.01.01	347,36
SIDNEY FABRICIO VALCANAIA	SIDNEY FABRICIO VALCANAIA	01.02.060.1702.002.01.02	255,13

SIEGMAR SPRING	SIEGMAR SPRING	01.07.005.0162.001.01.03	1.008,05
SILVANA DANNA	SILVANA DANNA	01.09.001.0339.001.01.01	516,73
SILVANO LAZARINI	SILVANO LAZARINI	01.04.021.0319.001.01.01	301,44
SILVANO LAZARINI	SILVANO LAZARINI	01.04.021.0335.002.01.01	373,22
SILVANO LAZARINI	SILVANO LAZARINI	01.04.021.0335.003.01.01	366,98
SILVESTRE ANDREGTONE	SILVESTRE ANDREGTONE	01.02.042.1461.001.01.01	288,69
SILVIA MARTINS NASCIMENTO	SILVIA MARTINS NASCIMENTO	01.08.014.0647.001.01.01	185,21
SILVIO BENEDEZZI FILHO	SILVIO BENEDEZZI FILHO	01.05.010.0089.001.01.04	630,48
SILVIO BONET	SILVIO BONET	01.04.029.0241.001.01.01	181,93
SILVIO DA SILVA	SILVIO DA SILVA	01.07.055.0741.001.01.02	488,26
SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA	SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA	01.09.014.0204.001.01.01	547,10
SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA	SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA	01.09.033.0397.001.01.01	278,51
SILVIO MACHADO	SILVIO MACHADO	01.09.039.1836.001.01.02	603,36
SILVIO MACHADO	SILVIO MACHADO	01.09.039.1836.002.01.01	258,70
SILVIO SANDRO SDRIGOTTI	SILVIO SANDRO SDRIGOTTI	01.09.039.1738.001.01.01	419,70
SIMONE DA SILVA	SIMONE DA SILVA	01.02.010.0329.001.01.01	364,69
SIMONE DE SOUZA	SIMONE DE SOUZA	01.07.048.0344.001.01.01	455,48
SIMONE PABST	SIMONE PABST	01.03.022.0934.021.01.01	420,79
SIMONE PABST	SIMONE PABST	01.03.022.0934.043.01.01	42,29
SIMONE PABST	SIMONE PABST	01.03.022.0934.044.01.01	42,29
SIMONI ADELIA PERINI LISBOA	SIMONI ADELIA PERINI LISBOA	01.06.013.1669.003.01.01	215,45
SIMOVEIS LTDA	SIMOVEIS LTDA	01.09.035.1129.001.01.02	936,55
SIND. DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE BLUMENAU	SIND. DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE BLUMENAU	01.03.005.0278.040.01.02	270,49
SIRIO PAULINHO OBERZINER	SIRIO PAULINHO OBERZINER	01.09.015.1307.001.01.01	161,83
SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.07.009.1180.001.01.01	725,19
SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.07.012.0728.001.01.01	163,83
SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.07.012.0728.002.01.01	135,58
SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.07.012.0728.003.01.01	154,58
SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.07.012.0728.004.01.01	94,33
SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.07.012.0728.005.01.01	184,41
SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.07.012.0728.006.01.01	150,11
SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.07.012.0728.007.01.01	168,30
SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	SMS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.07.012.0728.008.01.01	173,17
SO FILE COMERCIAL DE FRUTAS LTDA	SO FILE COMERCIAL DE FRUTAS LTDA	01.03.041.0707.001.01.01	304,34
SOC. DESP. RECR. CULTURAL HARRY TESKE	SOC. DESP. RECR. CULTURAL HARRY TESKE	01.05.030.1785.001.01.01	1.988,34
SOLO INCORPORACOES LTDA	SOLO INCORPORACOES LTDA	01.06.009.0642.001.01.02	155,87
SOLO INCORPORACOES LTDA	SOLO INCORPORACOES LTDA	01.06.009.0672.001.01.01	81,16
SOLO INCORPORACOES LTDA	SOLO INCORPORACOES LTDA	01.06.013.1700.001.01.01	132,56
SONIA BORCHARDT STAHNKE	SONIA BORCHARDT STAHNKE	01.09.039.1293.001.01.01	113,20
SONIA BORCHARDT STAHNKE	SONIA BORCHARDT STAHNKE	01.09.039.1295.001.01.01	101,45
SONIA MARIA NICLODI METZGER	SONIA MARIA NICLODI METZGER	01.09.039.1670.001.01.01	199,51
SONIA MARIA NICLODI METZGER	SONIA MARIA NICLODI METZGER	01.09.039.1710.001.01.01	149,62
SONIA MARIA SIMEONI PAUL	SONIA MARIA SIMEONI PAUL	01.09.023.0301.001.01.02	848,38
SONIA PISKE MORELL	SONIA PISKE MORELL	01.08.003.0258.001.01.01	260,86
SONIA REGINA CAMPREGHER/VANIA CRISTINA C	SONIA REGINA CAMPREGHER/VANIA CRISTINA C	01.02.020.1044.001.01.02	275,80
SUPER JATO DE AREIA LULI LTDA ME	SUPER JATO DE AREIA LULI LTDA ME	01.08.030.0282.001.01.03	476,70

SUPERMERCADO FELIPPI LTDA	SUPERMERCADO FELIPPI LTDA	01.06.019.0932.001.01.01	1.577,95
T.A.C. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	T.A.C. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.09.039.0957.001.01.01	957,91
T.A.C. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	T.A.C. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	01.09.039.0958.001.01.01	318,83
T.O. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA EPP	T.O. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA EPP	01.03.004.0078.001.01.01	2.130,30
TAMBOSI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	TAMBOSI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.01.003.0204.016.01.01	790,15
TAMBOSI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	TAMBOSI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.01.003.0204.053.01.01	41,93
TAMBOSI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	TAMBOSI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.01.003.0204.123.01.01	41,93
TANIA MARIA VICENTE	TANIA MARIA VICENTE	01.02.015.0566.001.01.01	260,86
TBO INCORPORADORA LTDA	TBO INCORPORADORA LTDA	01.03.030.0765.001.01.01	4.068,52
TEOBALD BUSCH	TEOBALD BUSCH	01.06.014.0281.001.01.01	260,86
TEOBALD BUSCH	TEOBALD BUSCH	01.06.014.0314.001.01.02	548,23
TEOBALD BUSCH	TEOBALD BUSCH	01.06.014.0421.002.01.01	88,21
TEODOLINA INES SANTIN	TEODOLINA INES SANTIN	01.04.007.2589.004.01.01	340,63
TEODOLINA INES SANTIN	TEODOLINA INES SANTIN	01.04.007.2589.009.01.01	33,24
TEREZINHA DE OLIVEIRA RADLOFF	TEREZINHA DE OLIVEIRA RADLOFF	01.09.042.0326.001.01.01	1.449,93
TEREZINHA SPIESS	TEREZINHA SPIESS	01.06.005.0927.002.01.02	471,22
TEREZINHA SPIESS	TEREZINHA SPIESS	01.06.005.0927.003.01.01	275,67
TEREZINHA SPIESS	TEREZINHA SPIESS	01.06.005.0927.004.01.01	137,00
TEXTIM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	FRANCINE BASTOS STORRER	01.10.005.2091.001.01.02	596,47
THADEU HENRIQUE DE OLIVEIRA	THADEU HENRIQUE DE OLIVEIRA	01.09.003.0689.001.01.01	293,68
THIAGO BIZ	THIAGO BIZ	01.09.001.4396.001.01.01	180,61
THIAGO MARCELO PINTO	THIAGO MARCELO PINTO	01.04.036.0566.001.01.01	553,19
THIAGO RAFAEL BORCHARDT	THIAGO RAFAEL BORCHARDT	01.09.033.0502.001.01.01	429,58
THIAGO RODRIGO DA SILVA	THIAGO RODRIGO DA SILVA	01.09.039.1771.001.01.01	151,43
TIAGO THRUN	TIAGO THRUN	01.09.003.1332.001.01.01	375,19
TIMVEL COMERCIO DE VEICULOS LTDA ME	TIMVEL COMERCIO DE VEICULOS LTDA ME	01.09.047.1192.001.01.02	681,91
TOLENTINO ADRIANO	TOLENTINO ADRIANO	01.09.062.0271.001.01.01	220,06
TOMELIN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	TOMELIN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.03.025.0039.015.01.01	23,28
TORRESANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	TORRESANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	01.02.037.0131.070.01.01	44,76
TRADE TOWER COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	TRADE TOWER COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	01.09.031.0288.001.01.01	163,15
UEMOR REPRESENTACOES LTDA	UEMOR REPRESENTACOES LTDA	01.09.062.0097.001.01.01	282,08
UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	01.05.028.0828.001.01.05	5.968,78
UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	01.05.028.0849.001.01.01	2.491,28
UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	01.05.028.0946.001.01.01	1.109,56
UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	01.05.028.1161.001.01.01	414,80
UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	01.05.028.1162.001.01.01	75,75
UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	01.05.028.1183.001.01.01	164,28
UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	01.05.028.1184.001.01.01	299,54
UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	UNIMED DE BLUMENAU COOP DE TRABALHO MED	01.05.028.1185.001.01.01	123,67
URBANO AGROINDUSTRIAL LTDA	URBANO AGROINDUSTRIAL LTDA	01.03.005.0278.006.01.01	1.276,48
UZ3 INDUSTRIA TEXTIL LTDA	UZ3 INDUSTRIA TEXTIL LTDA	01.09.044.0663.001.01.01	305,24

V.R INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	V.R INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.04.047.0625.002.01.01	392,35
V.R INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	V.R INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.04.047.0625.003.01.01	404,46
V.R INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	V.R INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.04.047.0625.008.01.01	31,24
V.R INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	V.R INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.04.047.0625.011.01.01	31,24
VALDAIR NOVAKI ANDRIOTI	VALDAIR NOVAKI ANDRIOTI	01.04.005.0215.001.01.01	326,08
VALDAIR NOVAKI ANDRIOTI	VALDAIR NOVAKI ANDRIOTI	01.04.005.0230.001.01.01	326,08
VALDECI DURCKSEN DOS SANTOS	ESMAEL DOS SANTOS	01.05.009.0163.001.01.01	348,62
VALDEMIRO RODRIGUES	VALDEMIRO RODRIGUES	01.09.015.1322.001.01.01	293,10
VALDINHO PELLIN	VALDINHO PELLIN	01.04.013.0781.001.01.01	657,40
VALDIR ANTONIO ROZZA	VALDIR ANTONIO ROZZA	01.02.001.0495.001.01.01	968,95
VALDIR ANTONIO ROZZA	VALDIR ANTONIO ROZZA	01.02.050.0221.001.01.01	1.855,01
VALDIR ANTONIO ROZZA	VALDIR ANTONIO ROZZA	01.02.050.0299.001.01.01	3.710,02
VALDIR ANTONIO ROZZA	VALDIR ANTONIO ROZZA	01.08.016.0255.001.01.02	669,99
VALDIR DALFOVO	VALDIR DALFOVO	01.07.051.0309.001.01.03	349,84
VALDIR DE OLIVEIRA BORGES	VALDIR DE OLIVEIRA BORGES	01.07.067.0122.001.01.01	190,11
VALDIR FLORENCIO	VALDIR FLORENCIO	01.07.047.0287.001.01.01	243,53
VALDIR FRAINER	VALDIR FRAINER	01.07.055.0801.001.01.02	425,62
VALDIR ROEDER	VALDIR ROEDER	01.02.039.0023.001.01.01	218,16
VALDIR TRAVAGLIA	VALDIR TRAVAGLIA	01.07.049.0045.001.01.01	169,08
VALDIR ZANELLA	VALDIR ZANELLA	01.08.012.0019.001.01.02	426,56
VALDIR ZANELLA	VALDIR ZANELLA	01.08.012.0019.002.01.01	281,41
VALDIR ZATELLI	VALDIR ZATELLI	01.07.052.0319.001.01.01	429,78
VALDIR ZILS	VALDIR ZILS	01.06.023.0522.001.01.01	603,84
VALDIR ZILS	VALDIR ZILS	01.06.023.0522.002.01.01	465,23
VALDIR ZILS	VALDIR ZILS	01.06.023.0522.003.01.01	67,28
VALDOMIRO KRIEGER	VALDOMIRO KRIEGER	01.09.017.0679.001.01.01	291,62
VALENTIM MARCHI	VALENTIM MARCHI	01.09.042.0565.001.01.02	761,04
VALENTIM MARCHI	VALENTIM MARCHI	01.09.042.0565.002.01.01	79,80
VALENTIN CONZATTI	VALENTIN CONZATTI	01.03.042.0821.017.01.01	295,61
VALENTIN CONZATTI	VALENTIN CONZATTI	01.03.042.0821.025.01.01	37,84
VALENTIN CONZATTI	VALENTIN CONZATTI	01.03.042.0821.045.01.01	34,33
VALENTIN MICHALACK	VALENTIN MICHALACK	01.05.003.1243.002.01.01	80,80
VALENTINO ALEXANDRE NASATO	VALENTINO ALEXANDRE NASATO	01.10.005.2374.001.01.02	1.519,66
VALINGA SCHULER	VALINGA SCHULER	01.06.003.0352.001.01.01	543,46
VALMIR DANA	VALMIR DANA	01.05.010.0315.001.01.01	320,86
VALMIR DANA	VALMIR DANA	01.07.008.2722.001.01.01	144,92
VALMOR GESSER	VALMOR GESSER	01.07.051.0065.001.01.01	962,61
VALMOR GESSER	VALMOR GESSER	01.07.057.0314.001.01.01	467,36
VALMOR GESSER	VALMOR GESSER	01.07.057.0314.002.01.01	222,21
VALMOR GESSER	VALMOR GESSER	01.07.057.0314.003.01.01	222,21
VALMOR GESSER	VALMOR GESSER	01.07.057.0314.004.01.01	222,21
VALMOR GESSER	VALMOR GESSER	01.07.057.0314.005.01.01	140,28
VALMOR GESSER	VALMOR GESSER	01.07.057.0314.006.01.01	151,17
VALMOR GESSER	VALMOR GESSER	01.07.057.0314.007.01.01	151,17
VALMOR GESSER	VALMOR GESSER	01.07.057.0314.008.01.01	151,17
VALTER MARTENDAL	VALTER MARTENDAL	01.09.039.1202.001.01.01	293,52
VANDERLEI LENZI	VANDERLEI LENZI	01.02.015.0667.001.01.01	283,92
VANDERLEI LENZI	VANDERLEI LENZI	01.02.015.0667.002.01.01	206,43
VANDRE FRANCO CAINELLI	VANDRE FRANCO CAINELLI	01.09.003.0719.001.01.01	226,59
VANESSA CILENE MOSER BONA	VANESSA CILENE MOSER BONA	01.07.052.0334.001.01.03	341,18

VANESSA DALPIAZ	VANESSA DALPIAZ	01.04.046.0067.001.01.01	313,64
VANESSA DALPIAZ	VANESSA DALPIAZ	01.04.046.0082.001.01.01	899,71
VANIA CRISTOFOLETTI	VANIA CRISTOFOLETTI	01.02.039.0349.010.01.01	291,87
VANIO JOSE GREYTER	VANIO JOSE GREYTER	01.09.019.0315.001.01.02	320,70
VANIO JOSE GREYTER	VANIO JOSE GREYTER	01.09.019.0315.002.01.01	657,79
VANIO JOSE GREYTER	VANIO JOSE GREYTER	01.09.019.0315.003.01.02	286,01
VERA MARCIA WURMATH	VERA MARCIA WURMATH	01.06.003.0371.005.01.01	346,78
VGZ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	VGZ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.07.004.0747.001.01.01	341,37
VICTOR BORCHARDT	VICTOR BORCHARDT	01.02.085.0351.005.01.01	70,08
VICTOR DEVEGILLI	VICTOR DEVEGILLI	01.07.055.0264.001.01.03	365,33
VICTOR HUGO AZEVEDO	VICTOR HUGO AZEVEDO	01.02.006.0123.005.01.01	524,84
VICTOR HUGO AZEVEDO	VICTOR HUGO AZEVEDO	01.02.006.0123.021.01.01	36,07
VICTOR HUGO AZEVEDO	VICTOR HUGO AZEVEDO	01.02.006.0123.022.01.01	36,07
VILMA BEZERRA	VILMA BEZERRA	01.04.033.0577.002.01.01	233,16
VILMA MARIA VICENTIN	VILMA MARIA VICENTIN	01.09.039.1671.001.01.01	463,46
VILMAR JOSE GORGES	VILMAR JOSE GORGES	01.04.048.0791.001.01.01	670,44
VILMAR JOSE GORGES	VILMAR JOSE GORGES	01.07.017.0041.001.01.01	1.608,35
VILMAR MELERE	VILMAR MELERE	01.07.054.0296.001.01.03	749,12
VILMAR MELERE	VILMAR MELERE	01.07.054.0296.002.01.01	639,78
VILMAR MOHR	VILMAR MOHR	01.06.009.0123.001.01.01	185,50
VILMAR PACKER	VILMAR PACKER	01.07.055.0787.001.01.01	1.141,73
VILMAR SCHWAB	VILMAR SCHWAB	01.08.018.0357.001.01.01	1.501,46
VILMAR TANCON	VILMAR TANCON	01.07.052.0155.001.01.02	388,33
VILSON JOSE DURCKSEN	VILSON JOSE DURCKSEN	01.07.051.0264.001.01.01	289,14
VILSON RENATO KLUG	VILSON RENATO KLUG	01.09.062.0288.001.01.01	847,96
VILTEX IND. TEXTIL LTDA	VILTEX IND. TEXTIL LTDA	01.10.005.2243.001.01.01	478,24
VINDO KOSLOWSKI	VINDO KOSLOWSKI	01.07.051.0050.001.01.01	338,73
VITOR TADEU GONCALVES CARVALHO	VITOR TADEU GONCALVES CARVALHO	01.02.018.0907.001.01.01	111,30
VITOR VALCANAIA	VITOR VALCANAIA	01.08.005.0786.001.01.01	338,83
VITOR VALDECI CIPRIANI	VITOR VALDECI CIPRIANI	01.05.007.0014.001.01.01	142,41
VITORIA SANDRI	VITORIA SANDRI	01.02.004.1029.001.01.01	597,27
VIVALDINO DE LIMA	VIVALDINO DE LIMA	01.07.065.0584.002.01.01	95,10
VIVIAM POFFO	VIVIAM POFFO	01.09.001.4139.001.01.01	900,16
VIVIAN BAGATTOLI PERINI	VIVIAN BAGATTOLI PERINI	01.09.014.0776.001.01.01	136,10
VLADIMER TOMAREVSKI	VLADIMER TOMAREVSKI	01.04.005.1350.001.01.02	1.282,76
VLADIMER TOMAREVSKI	VLADIMER TOMAREVSKI	01.04.005.1365.001.01.01	261,18
VLADIMER TOMAREVSKI	VLADIMER TOMAREVSKI	01.04.046.0592.001.01.03	329,17
VOLMIR PEROZA	VOLMIR PEROZA	01.07.010.0209.001.01.01	262,41
VOLMIR PEROZA	VOLMIR PEROZA	01.07.010.0209.012.01.01	30,08
WALDEMAR EICKENBERG	FLAVIA CRISTINA DE NOVAES	01.08.031.1163.002.01.04	241,41
WALDEMAR HELMBRECHT	WALDEMAR HELMBRECHT	01.02.060.0597.001.01.02	724,10
WALDEMAR ROEPKE	WALDEMAR ROEPKE	01.07.054.0266.001.01.01	393,83
WALDEMIR LACH	WALDEMIR LACH	01.05.021.3593.001.01.01	492,54
WALDIR PASQUALI	WALDIR PASQUALI	01.07.034.1450.001.01.01	296,41
WALDIR PATERNOLLI	WALDIR PATERNOLLI	01.02.019.0464.001.01.01	699,52
WALDOMIRO DE LIMA	WALDOMIRO DE LIMA	01.07.020.1113.001.01.01	354,61
WALDOMIRO ROEPKE	WALDOMIRO ROEPKE	01.03.040.0648.001.01.01	449,00
WALMO HENSCHL	WALMO HENSCHL	01.09.040.1445.001.01.01	124,57
WALMOR PIESKE	WALMOR PIESKE	01.07.003.0015.001.01.01	609,03
WALNIR WURMATH	WALNIR WURMATH	01.10.006.1050.001.01.03	826,67
WALTER BARTEL	WALTER BARTEL	01.02.084.0099.001.01.03	222,05
WALTER GAEDE	WALTER GAEDE	01.07.021.0189.001.01.01	634,47
WALTER GROTEWOLD	WALTER GROTEWOLD	01.04.044.0392.001.01.03	388,65

WALTER GROTEWOLD	WALTER GROTEWOLD	01.04.044.0392.002.01.01	24,54
WANESSA GERNHARD	WANESSA GERNHARD	01.04.007.0272.001.01.01	598,53
WANESSA GERNHARD	WANESSA GERNHARD	01.06.006.0048.001.01.01	568,87
WANESSA GERNHARD	WANESSA GERNHARD	01.06.006.0048.002.01.01	329,10
WENDELIN KORTE/ELISE KORTE	WENDELIN KORTE/ELISE KORTE	01.09.001.0366.001.01.01	3.917,67
WERNER JOEPEN	WERNER JOEPEN	01.04.033.0974.001.01.02	228,33
WERNER KANNENBERG	WERNER KANNENBERG	01.07.047.0317.001.01.02	603,07
WIGAND ROEDER (+)	WIGAND ROEDER (+)	01.09.036.0499.004.01.01	479,21
WIGOLD SCHMIDT	WIGAND SCHMIDT	01.09.013.0461.001.01.01	378,38
WILBURGA MULLER (+)	WILBURGA MULLER (+)	01.03.003.0518.001.01.01	301,31
WILFRIED KANNENBERG	WILFRIED KANNENBERG	01.09.022.0638.001.01.01	348,46
WILFRIED KANNENBERG	ELI GONCALVES FERNANDES	01.09.065.0269.001.01.03	304,31
WILFRIED KANNENBERG	WILFRIED KANNENBERG	01.09.065.0270.001.01.01	87,69
WILLIAM MALKOWSKI	WILLIAM MALKOWSKI	01.09.001.0217.001.01.01	229,78
WILLIBERT BRANDT	WILLIBERT BRANDT	01.02.042.0795.001.01.01	1.224,79
WILMAR SALVADOR	WILMAR SALVADOR	01.05.028.1236.001.01.02	293,87
WILSON DE OLIVEIRA BORGES	WILSON DE OLIVEIRA BORGES	01.07.064.0079.001.01.01	328,91
WILSON DE OLIVEIRA BORGES	WILSON DE OLIVEIRA BORGES	01.07.064.0079.002.01.01	169,53
WILSON GIOVANELLA	WILSON GIOVANELLA	01.07.031.0924.003.01.01	230,56
WILSON GUIMARAES	WILSON GUIMARAES	01.02.046.0847.001.01.01	327,30
WILSON GUIMARAES	WILSON GUIMARAES	01.02.046.0847.003.01.01	291,87
WILSON GUIMARAES	WILSON GUIMARAES	01.02.046.0847.004.01.01	291,87
WILSON GUIMARAES	WILSON GUIMARAES	01.02.046.0847.005.01.01	288,33
WILSON GUIMARAES	WILSON GUIMARAES	01.02.046.0847.006.01.01	291,87
WILSON LOPPNOW	WILSON LOPPNOW	01.07.017.0524.001.01.03	266,59
WILSON LOPPNOW	WILSON LOPPNOW	01.07.017.0524.002.01.01	334,71
WILSON MARIO KOEPP	WILSON MARIO KOEPP	01.05.021.3469.001.01.01	134,33
WILSON MARIO KOEPP	WILSON MARIO KOEPP	01.05.021.3473.001.01.02	739,72
WILSON MARIO KOEPP	WILSON MARIO KOEPP	01.09.039.1672.001.01.01	567,87
WILSON SCHWARTZ	WILSON SCHWARTZ	01.06.003.0693.001.01.02	244,44
WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.01.003.0204.018.01.01	790,15
WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.01.003.0204.056.01.01	41,93
WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.01.003.0204.112.01.01	41,93
WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.10.004.1877.001.01.01	1.885,60
WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.10.004.1877.002.01.01	875,17
WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.10.004.1877.003.01.01	875,17
WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	WSD ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	01.10.004.1877.004.01.01	875,17
ZAIR DE LIZ CARVALHO	ZAIR DE LIZ CARVALHO	01.01.021.0360.002.01.02	576,86
ZEFERINO NODARI	ZEFERINO NODARI	01.05.024.0708.001.01.02	188,91
ZEFERINO NODARI	ZEFERINO NODARI	01.05.024.0708.002.01.01	51,88
ZELINDO MAURIZENZ	ZELINDO MAURIZENZ	01.02.029.1383.001.01.01	196,45
ZELINDO MAURIZENZ	ZELINDO MAURIZENZ	01.05.021.3168.001.01.01	129,24
ZELINDO MAURIZENZ	ZELINDO MAURIZENZ	01.05.021.3489.001.01.01	173,91
ZENITA HENKELS	ZENITA HENKELS	01.05.030.1956.001.01.01	91,30
ZENITH RIBEIRO DOS SANTOS RODRIGUES	ZENITH RIBEIRO DOS SANTOS RODRIGUES	01.05.031.0102.001.01.01	543,78
ZILINDRO SILVERIO	ZILINDRO SILVERIO	01.02.085.0149.001.01.01	103,83
ZONADIR PATRICIO	ZONADIR PATRICIO	01.07.055.0496.001.01.02	291,71
ZULMA PEDRON	ZULMA PEDRON	01.07.058.0330.001.01.01	451,03
ZULMA PEDRON	ZULMA PEDRON	01.07.058.0564.001.01.01	536,83

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda e Administração - Divisão de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 7 de abril de 2015, 145º Ano de Fundação e 81º Ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.029 - SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/029

AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: Bentley Systems Brasil Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 07/05/2016 e manutenção do equilíbrio econômico financeiro para o período de 08/05/2015 à 07/05/2016, passando o valor da licença anual (item 002 - Programa Select - Licença) a ser R\$ 8.432,80 (oito mil quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente - SAMAE

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 157 2014 PMT - COMBUSTÍVEIS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 157/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preços para aquisição de combustíveis (gasolina aditivada, óleo diesel S10 e óleo diesel comum) destinados ao abastecimento da frota municipal (veículos de passeio, motocicletas, utilitários, máquinas e caminhões) no período de janeiro a dezembro do exercício 2015, conforme quantitativo e condições constantes do anexo I do edital.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Posto Alexandre Ltda e Rudipel Rudnick Petróleo Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.189.581,44 (dois milhões, cento e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2015

Timbó, 17/12/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 49 2014 PMT - PUBLICAÇÕES OFICIAIS E LEGAIS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a contratação de serviços para publicações de atos oficiais/legais em jornal diário de grande circulação no estado de Santa Catarina.

EMPRESA FORNECEDORA: Editora Notícias do Dia LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 12.410,00 (doze mil quatrocentos e dez reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 08/07/2015

Timbó, 09/07/2014

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

CÂMARA MUNICIPAL

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

Processo Licitatório nº 03/2015

Assunto: Impugnação ao Edital de Pregão Presencial nº 01/2015

Senhor Presidente,

Trata-se de peça impugnatória impetrada pela empresa OLEGÁRIO MOTORS LTDA, doravante denominada impugnante, a qual apresentou em 01/04/2015, quarta-feira da Semana Santa, às 13h e 55min, impugnação ao Edital do Pregão Presencial nº 01/2015, que objetiva Adquirir um veículo 0km, ano e modelo 2015 para a Câmara Municipal de Timbó, observadas as especificações e condições constantes do Termo de Referência, Anexo.

1. DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Assim se manifesta a impugnante:

Consta do edital licitatório o seguinte objeto a ser licitado: ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA 1.1 Veículo novo, 0 km, ano/mo- delo 2015/2015 ou superior, conforme as seguintes especificações: Carroceria tipo PASSEIO, 04 (quatro) portas, Capacidade para 05 (cinco) passageiros, Entre eixos de no mínimo 2420 mm, Cintos de segurança dianteiros com ajuste de altura, cintos de segurança traseiros laterais com 03 (três) pontos para todos ocupantes ou central abdominal para o passageiro do centro, Cor predominante da carroceria branca, Para-choques pintados na cor da carroceria, Motor 1.6 ou superior, igual ou superior a 101 cv., Alimentação gasolina e álcool, Transmissão manual de 05 velocidades, ou superior, Freios com ABS e EBD, Controle de estabilidade, Air Bag duplo frontal, Rodas em aço, com no mínimo, 14 polegadas, Ar condicionado manual ou automático, Direção com assistência hidráulica e/ou elétrica, Vidros com acionamento elétrico em todas as portas, Limpador e lavador dos vidros dianteiro e traseiro, Travas elétricas das portas e porta-malas, Alarme antifurto, Retrovisores com acionamento elétrico, Faróis e lanterna de neblina, Banco do motorista com regulagem de altura, banco traseiro rebatível com 02 posições para o encosto, bancos dianteiros reclináveis, Revestimento dos bancos em tecido ou couro (cor escura), Sistema de som com Rádio/CD-Player com entrada USB, bluetooth (opcional), alto-falantes e antena, Painel de instrumentos contendo conta giros, velocímetro e marcador do nível de combustível, Computador de bordo, GPS, Desembaçador do vidro traseiro, Tapetes em tecido ou borracha (dianteiro/traseiros), Para-brisa degradê e vidros laterais e traseiro com aplicação de película, observados os limites de transmissão luminosa estabelecidos na Resolução CONTRAN nº 254/2007, Fabricação nacional ou área do MERCOSUL, Garantia mínima de 03 (três) anos, ou a determinada pelo fabricante para pessoa jurídica e/ou governo, sendo aplicada a maior.

No caso em tela nos cabe articular que o item supracitado atenta contra o princípio da razoabilidade, já que não há qualquer justificativa para que o veículo a ser adquirido por meio de licitação tenha necessariamente que ser com motor 1.6 ou superior. A exigência da motorização 1.6 não possui razão de existir nos dias atuais, uma vez que a administração pública exija que o veículo automotor possua um valor alto de cilindradas...Assim, salvo melhor juízo, a impugnante requer que o presente edital, especificamente no item 1.1 do ANEXO I, seja alterado para excluir o requisito mencionado

2. DAS RAZÕES DA ADMINISTRAÇÃO

No texto, o autor pontua que com o avanço da tecnologia e a nova

dinâmica na criação dos motores dos veículos é inadmissível que exijam a potência do motor em cilindradas, uma vez que deixou de ser sinônimo de maior potência, atualmente podemos ter um veículo automotor 1.0L com potência igual ou superior a um veículo de 1.4L.

A administração optou por adquirir um veículo com motor 1.6L por razões que vão além da potência, parâmetro evidenciado pelo impugnante.

Todavia, o impugnante tenta confundir conceitos distintos de um motor, como potência e cilindrada.

O fato de um motor com capacidade volumétrica menor do que 1.6L atingir a potência de 101cv ou mais, não desqualifica a licitação, senão vejamos.

O motor com mais cilindrada nem sempre é o mais potente. Assim como um motor de grande potência não significa que tenha o melhor em desempenho.

É possível encontrar, por exemplo, dois motores com cilindradas diferentes, um 1.8 e o outro 2.0, com praticamente a mesma potência. Este é mais um dado que não pode ser avaliado isoladamente, como tenta fazer crer o impugnante.

Existem diferenças entre potência, cilindrada e torque e é possível aproveitar a relação entre esses atributos para uma condução mais segura, tanto na cidade como em rodovias.

Potência é a medida do trabalho realizado numa unidade de tempo. Ela é a medida da capacidade do veículo de desenvolver velocidade. Quanto maior a potência, maior é a capacidade de atingir maiores velocidades. O motor oferece maior potência à medida em que a rotação aumenta. A potência máxima está disponível na rotação máxima.

Cilindrada significa tamanho de motor e é a medida do volume total dos cilindros em centímetros cúbicos. 1.000 cc equivale a 1 litro. Por exemplo, um motor de 500 cc com 2 cilindros significa que num cilindro, com seu pistão na posição mais baixa, cabe o conteúdo de um copo de 250 ml, quase o volume de uma latinha de cerveja, que contém 350 ml. 250 ml, ou 250 cc, multiplicados por 2 cilindros somam 500 cc.

Torque corresponde à força de giro exercida em determinado braço de alavanca. Ele é a medida da capacidade que o veículo tem de desenvolver força. O torque máximo, ou máxima capacidade do veículo tracionar uma carga, sempre ocorre numa rotação inferior à máxima. É por isso que quando um veículo de carga passa de um trecho plano da estrada para um trecho de aclive a sua velocidade tende a diminuir.

O torque é a força que o motor possui para a saída e a retomada de velocidade, medida em kgf-m. Esta capacidade de retomada de velocidade (rapidez em retomada de aceleração) é a mais importante para chamada direção defensiva, pois o motor terá um poder de saída mais rápido e proporcionando ultrapassagens mais seguras.

Mais importante do que a potência - que possibilita imprimir grandes velocidades - é a capacidade de retomada, para ultrapassar com segurança, ou ter uma saída mais rápida e segura que realmente importa, a velocidade máxima atingida é o de menos.

Daí as exigências de cilindrada mínima de 1.6L e potência mínima de 101cv relacionadas na especificação do objeto.

Razões pelas quais sugerimos o não acolhimento da impugnação manejada, motivado pelo fato de que a exigência de que o veículo a ser adquirido seja equipado com motor de 1.6L, não é com a função de indicar a potência, mas sim de outras características dele esperadas, tais como a força de arranque e retomada de velocidade, que não decorrem exclusivamente da potência do motor, mas que estão relacionadas com outras variáveis, tais como a cilindrada e o torque gerado pelo motor.

Além disso, não é demais mencionar que o veículo pretendido se destina ao uso urbano e rodoviário, no último caso para viagens de curtas e médias distâncias, sendo de se concluir que a exigência de que seja equipado com motor de 1.6L não tem o condão de ferir o princípio da razoabilidade invocado na impugnação, de acordo com as razões já declinadas.

3. DA CONCLUSÃO

Assim, sugiro a Vossa Excelência o não acolhimento da IMPUGNAÇÃO, pois, salvo melhor juízo, são inconsistentes os argumentos e as razões apresentados.

Timbó, 7 de Abril de 2015.

Ruben Parno

Advogado OAB/SC 17006

1. De acordo.

2. Julgo IMPROCEDENTE a Impugnação.

3. Comunique-se à impugnante a decisão tomada, bem como publique-se no site da CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ e no DOM/SC.

Timbó, 7 de Abril de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

PRESIDENTE

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912318889

2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912318889, QUE ENTRE SI FAZEM TIMBÓ CÂMARA DE VEREADORES E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Denominação/Nome por extenso: TIMBÓ CÂMARA DE VEREADORES		
CNPJ/MF: 83.497.594/0001-15	Inscrição Estadual: ISENTO	
SIGLA/Nome resumido: CÂMARA DE VEREADORES	Ramo de Atividade: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL	
Endereço: RUA INGLATERRA, SN ESQU.750 RUA PROJETADA A, BAIRRO DAS NAÇÕES		
Cidade: TIMBÓ	UF: SC	CEP: 89120-000
Telefone:: (47) 3382-2177	FAX: (47) 3382-2177	
Endereço Eletrônico: administrativo@camaratimbo.sc.gov.br		
Nome do Responsável: MARCELO LUIZ FERRARI		
Cargo: PRESIDENTE	RG: 02.960.492-3	CPF: 794.020.119-00

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto -Lei nº 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA	CNPJ/MF/DR: 34.028.316/0028-23	
Endereço: RUA ROMEU JOSE VIEIRA, Nº90 – BLOCO B – 7º ANDAR – NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO		
Cidade: SÃO JOSÉ	UF: SC	CEP: 88110-923
Telefone: (48) – 3954-4211	FAX: (48) – 3954-4225	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		

Diretor Geral:
PAULO OLIVEIRA DE ANDRADE

RG: 1.723.100-0 – SSP/SC CPF: 609.711.699-34

Coordenador Regional de Negócios:
PAULO ROBERTO ZUCCO

RG: 100.366.420-6 SSP/RS CPF: 248.658.930-91

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 20/03/2015 até 19/03/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 33.90.39.47

Projeto/Atividade: 2.000

Nº do Empenho: 129/2015

Data do Empenho: 19/03/2015

Valor: R\$. R\$ 3.000,00

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO:

Caberá a CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial e no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO:

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Timbó, (SC), 19 de março de 2015.

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

MARCELO LUIZ FERRARI
PRESIDENTE

PAULO OLIVEIRA DE ANDRADE
DIRETOR REGIONAL

PAULO ROBERTO ZUCCO
COORDENADOR REGIONAL DE NEGÓCIOS

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

CPF:

CPF:

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CR 02-2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS
CREDENCIAMENTO Nº 02/2015 FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, representado neste ato por seu Gestor, JOSÉ CARLOS TOPOROSKI, torna público que realizará CREDENCIAMENTO, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, para Credenciamento de empresas especializadas em serviços de coleta e análise de exames laboratoriais conforme descrição e valores estabelecidos na Tabela Atualizada do SUS. Os interessados devem solicitar o seu credenciamento na Prefeitura de Treze Tílias, Setor de Licitações, na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, centro, Treze Tílias, SC, em dias úteis, no horário das 8h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento. o edital na íntegra poderá ser retirado no sítio da Prefeitura no endereço www.trezetilias.sc.gov.br.

Treze Tílias (SC), 08 de Abril de 2014.

JOSÉ CARLOS TOPOROSKI

Secretário de Saúde - Gestor do Fundo

INEXIGIBILIDADE 28-2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 28/2015 - IL**

Processo Nr.: 28/2015
Data: 02/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS - ME
Endereço: R XV DE NOVENBRO,739 - SALA 01
Cidade: Campos Novos - SC
CNPJ: 19.212.845/0001-79

Código: 3390

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Apresentações artísticas com, JOÃO GUSTAVO E LEONARDO, FERNANDA LIZ, GRUPO TALAGAÇO E DJ RODRIGO, através de carta de exclusividade, conforme programação estabelecida, no Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, por ocasião da III Expotílias.

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	SV	Apresentação artística com João André de Almeida Nunes e Leonardo de Almeida Nunes artisticamente conhecidos como JOÃO GUSTAVO E LEONARDO, representada neste ato pela empresa HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS ME, nome fantasia: C3 AGÊNCIA E EVENTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 19.212.845/0001-79, com sede na Rua XV de Novembro, nº 739, Centro na cidade de Campos Novos - SC. Show de duração aproximada de 01h30min (uma hora e 30 (trinta) minutos, no dia 24 de abril de 2015, com início às 22h00min, no Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, por ocasião da III Expotílias. (8997)
2	1,00	SV	Apresentação artística com Fernanda dos Santos Lima de Oliveira, artisticamente conhecida como FERNANDA LIZ, representada neste ato pela empresa HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS ME, nome fantasia: C3 AGÊNCIA E EVENTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 19.212.845/0001-79, com sede na Rua XV de Novembro, nº 739, Centro na cidade de Campos Novos - SC. Show de duração aproximada de 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, no dia 25 de abril de 2015, com início às 21h00min, no Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, por ocasião da III Expotílias. (8994)
3	1,00	SV	Apresentação artística com GRUPO TALAGAÇO PROMOÇÕES ARTÍSTICAS, representada neste ato pela empresa HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS ME, nome fantasia: C3 AGÊNCIA E EVENTOS, inscrito no CNPJ sob o nº 19.212.845/0001-79, com sede na Rua XV de Novembro, nº 739, Centro na cidade de Campos Novos - SC. Show de duração aproximada de 03 (três) horas, no dia 26 de abril de 2015, com início às 19h00min, no Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, por ocasião da III Expotílias. (8995)
4	1,00	SV	Apresentação artística com Rodrigo Luiz Toledo Maciel, artisticamente conhecida como DJ RODRIGO, representada neste ato pela empresa HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS ME, nome fantasia: C3 AGÊNCIA E EVENTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 19.212.845/0001-79, com sede na Rua XV de Novembro, nº 739, Centro na cidade de Campos Novos - SC. Apresentação com aproximada de 30 (trinta) minutos e 01 (uma) hora respectivamente, no dia 25 de abril de 2015, à 1h30min e no dia 26 de abril a 1h00min, no Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, por ocasião da III Expotílias. (8996)

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

JUSTIFICATIVA

É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 28/2015 - IL**

Processo Nr.: 28/2015
Data: 02/04/2015

Folha: 2/2

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 2 de Abril de 2015

MAURO DRESCH
PREFEITO

02/04/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 2 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais)

Pagamento.....: Em até 15 dias após a apresentação.

Tunápolis

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 01/2015

Resolução Nº 01, de 08 de Abril de 2015 .

Dispõe sobre a convocação da II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente do Município de Tunápolis e dá outras providências:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente do município de Tunápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.081 de 30 de maio de 2012, resolve:

Artigo 1º - Convocar a II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Artigo 2º - A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente será realizada no município de Tunápolis, dia 12 de Maio de 2015, das 8 as 11:30h, nas dependências da Casa da Cultura CIEC - Tunas, sito à Rua João Castilho, 294, Centro.

Artigo 3º - O evento terá como tema geral: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Artigo 4º - O município durante a sua Conferência Municipal elegerá delegados para participação na Conferência Estadual. Ressalta-se ainda que cada delegado titular deverá ter um suplente.

Artigo 5º - Os delegados eleitos nas Plenárias Municipais poderão receber suporte financeiro do município para participarem da Conferência Estadual.

Artigo 6º - Para organização do evento poderão ser criados grupos de trabalho, denominados de comissões.

Artigo 7º - Fica delegado o CMDCA para a adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta resolução.

Artigo 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tunápolis, 08 de Abril de 2015.

Elza Queli Valduga

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Tunápolis

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 13/2015

DECRETO No 013/15, de 06 de Abril de 2015.

NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o § 4º do art. 51 da Lei no 8.666/93, de 21.06.93 e alterações complementares,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora ESTER ZANETTE BARP CPF nº 035.583.189-94, e os Senhores ROBERTO CARLOS PATEL CPF nº 652.650.099-49, NESTOR RECO CPF nº 477.669.809-91, para sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão Julgadora de Licitação - CJL, Permanente, para Abertura e Julgamento das Propostas, objeto de Licitação e Julgamento de Pedidos e Cadastros de Fornecedores expedidos pela Municipalidade Turvense e seus Fundos.

Parágrafo único. Fica nomeada como suplente a Sra. BERNARDETE BIZ SOUZA.

Art. 2º. Os serviços prestados pelos membros acima citados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto de nº 016/14, de 03 de Abril de 2014.

Turvo (SC), 06 de abril e 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel - Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 14/2015

DECRETO No 014/15, de 06 de Abril de 2015.

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Decreto no 011/2008, de 03 de março de 2008, resolve,

NOMEAR

Art. 1º. Sem ônus para o Município, o Sr. NESTOR RECO, como pregoeiro, e os Srs. ESTER ZANETTE BARP, ROBERTO CARLOS PATEL e BERNARDETE BIZ SOUZA, para constituírem a Equipe de Apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 2º. Os serviços prestados pelos membros acima indicados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto nº 017/14, de 03 de Abril de 2014.

Turvo (SC), 06 de abril de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel - Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 15/2015

DECRETO Nº 015/15, de 06 de Abril de 2015.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), assim classificados:
06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
27.812.0037.2.013 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR
3.3.90.00.00.00.00.0080 (073) - Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 200.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 06 de abril de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel - Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 121/2015

PORTARIA Nº 121/15, de 02 de Abril de 2015.
DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/14 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.
NOME CPF MATRICULA
Cintia Frassetto Martins 075.844.109-60 3318

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de abril de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel - Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 122/2015

PORTARIA Nº 122/15, de 06 de Abril de 2015.
NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei nº 2.140/12 de 27 de Novembro de 2012,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Cintia Frassetto Martins que pediu demissão.
NOME CPF LOCAL DE TRABALHO
Luana Ferreira Idalino 085.565.689-12 E. M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 06 de Abril de 2015 e encerrará em 09 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de abril de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel - Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 123/2015

PORTARIA Nº 123/15, de 06 de Abril de 2015.
DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARATER TEMPORARIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido os Servidores abaixo relacionados, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.
NOME CPF MATRICULA
Alcides Fernandes 053.207.919-17 3169
Venicio Américo 613.018.099-37 3373

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de abril de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 124/2015

PORTARIA Nº 124/15, de 06 de Abril de 2015.
CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 97, da Lei nº. 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Sem Remuneração de 01 (um) ano a servidora TAÍS OLÍVIA GONZAGA, matrícula nº 1505, CPF nº. 033.738.559-93, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, no período de 09 de Abril de 2015 a 07 de Abril de 2016, para tratar de interesses particulares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de abril de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 125/2015

PORTARIA Nº 125/15, de 06 de Abril de 2015.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor baixo especificado no período de 06.04.2015 a 05.05.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.
MATRICULA SERVIDOR (A) PERÍODO AQUISITIVO
2878 Michelle da Silva Scarsanella 05.03.2014 a 04.03.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de abril de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 126/2015

PORTARIA Nº 126/15, de 06 de Abril de 2015.
ADMITE ODONTÓLOGO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando, que não existem mais aprovados através do Processo Seletivo nº 001/2013 - ESFs,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Morgana Vicentin	067.988.569-26

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 06 de Abril de 2015 e encerrará em 05 de Maio de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de abril de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 24/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 24/2015/PMU

Objeto: aquisição de serviços de recuperação de escavadeira hidráulica, com fornecimento de peças novas e de boa qualidade. Recebimento dos envelopes: até as 15h do dia 23/04/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 15h do dia 23/04/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h as 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta
Pregoeira

CONTRATO N. 144/15, 145/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 144/2015
Processo de Licitação: 21/2015
Data de Assinatura: 07/04/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: HELEN SERIGRAFIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.801.318/0001-22
Objeto: fornecimento parcelada de serviços de comunicação visual.
Valor Global: R\$ 40.729,21

Extrato do Contrato: 145/2015
Processo de Licitação: 20/2015
Data de Assinatura: 07/04/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: JCRAMOS TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.438.430/0001-06
Objeto: prestação de serviços de transporte escolar.
Valor Global: R\$ 144.480,00

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 96/2015 E Nº 97/2015.

EXTRATOS DE CONTRATOS nº 96/2015 E nº 97/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de materiais didáticos e de expediente destinados ao Programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso - Proteção Social Básica.
VALOR: R\$ 31.259,16 (trinta e um mil duzentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 21/2015 e Contrato nº 96/2015.

Vargeão, SC, 08 de abril de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
OBJETO: Aquisição parcelada de materiais didáticos e de expediente destinados ao Programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso - Proteção Social Básica.
VALOR: R\$ 23.764,45 (vinte e três mil setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 21/2015 e Contrato nº 97/2015.

Vargeão, SC, 08 de abril de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2015 - CONTRATAÇÃO PESSOA JURÍDICA REPORTER

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº.17/2015 - tem como objeto: Contratação de pessoa jurídica profissional (repórter) especializada para a prestação de serviços que mantenha visitas regulares ao departamento de comunicação para coleta e redação dos materiais (informações) a serem publicadas. Priorizar espaço de veiculação, que acompanhe mediante publicação de flashes ao vivo, os atos de interesse público de maior relevância que forem promovidos pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos e demais fundos.

01. PREÂMBULO

01.1 - A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 17/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA: Até o dia 22/04/2015, às 10:00 horas

LOCAL: Gabinete da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeitura-vidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 08 de abril de 2015.

Laercio da Cruz
Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2015 - MATERIAL EXPEDIENTE

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 16/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO MATERIAL EXPEDIENTE PARA O SETOR ADMINISTRATIVO E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2015. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 hrs do dia 22 de abril de 2015.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 08:30 hrs do dia 22 de abril de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 08 de abril de 2015.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N. 0031/15

Extrato do Contrato n. 0031/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE CARINHATO

CPF: 072.859.979-19

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARCIA COLDEBELLA AFASTADA PARA ATUAR COMO ASSESSOR DE SECRETARIA ESCOLAR I

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0037/15

Extrato do Contrato n. 0037/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEIDI CRISTINA KNECHT

CPF: 060.740.519-84

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 01 de maio de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0042/15

Extrato do Contrato n. 0042/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA FERREIRA LOSS

CPF: 998.362.979-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Artes Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0061/15

Extrato do Contrato n. 0061/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CIDIANE ORSATO MANENTI

CPF: 020.520.789-83

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARCIA APARECIDA MARTINAZZO EM LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2015 a 04 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0063/15

Extrato do Contrato n. 0063/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELISA CAVALHEIRO MACHADO

CPF: 055.010.639-12

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCIANE CORREA DA ROCHA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2015 a 01 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0064/15

Extrato do Contrato n. 0064/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ARIELLY DE KASSIA DURLI FONSECA

CPF: 042.360.759-62

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VALDENICE MARIA SCHNEIDER AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETORA DE CEMEIS

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.874,82 (dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0069/15

Extrato do Contrato n. 0069/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: AMANDA GODINHO

CPF: 065.070.639-08

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSENIR CASAGRANDE BATISTA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 25 de abril de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0071/15

Extrato do Contrato n. 0071/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL

CPF: 008.623.349-18

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MIRIAM DE MIRANDA GIRARDI AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETORA DE CEMEIS

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0081/15

Extrato do Contrato n. 0081/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELE FATIMA WEBER

CPF: 036.588.299-23

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSANGELA COMERLATO AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETORA DE ESCOLA ADJUNTA

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0082/15

Extrato do Contrato n. 0082/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA DE FÁTIMA DE SOUZA

CPF: 649.395.539-49

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0089/15

Extrato do Contrato n. 0089/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA MARIA SETTI

CPF: 035.658.549-28

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0090/15

Extrato do Contrato n. 0090/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELLA BISCOLLI RIBEIRO

CPF: 025.724.409-38

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0096/15

Extrato do Contrato n. 0096/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAYARA MARIA ARIOTTI

CPF: 058.917.329-47

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA PAULA FERNANDA TURMINA AFASTADA PARA ATUAR COMO ASSESSOR SECRETARIA ESCOLAR I

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0103/15

Extrato do Contrato n. 0103/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA LUIZA DELUQUE DE OLIVEIRA

CPF: 629.340.909-49

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 15 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.046,66 (um mil e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0110/15

Extrato do Contrato n. 0110/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA OLARI

CPF: 846.798.089-34

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARY MERCEDES SILVA DA SILVA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0112/15

Extrato do Contrato n. 0112/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DEJANDIR OLIVO

CPF: 636.886.709-49

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EDNA MARIA TEIXEIRA AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETORA DE ESCOLA II

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0116/15

Extrato do Contrato n. 0116/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLARISSE TEREZINHA DONABEL POGGERE

CPF: 445.570.949-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0117/15

Extrato do Contrato n. 0117/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE RUTE ANDRIN ALVES

CPF: 008.553.959-74

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0125/15

Extrato do Contrato n. 0125/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VALDETE LUCIA FRANZOSI

CPF: 758.029.299-87

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARISTELA NERES DOS SANTOS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 a 30 de março de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0127/15

Extrato do Contrato n. 0127/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISTELA DALMOLIN PEROSA

CPF: 509.625.829-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NELCI MARIA CHARNOSKI BARETA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2015 a 02 de maio de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0129/15

Extrato do Contrato n. 0129/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDINA MARIA MORO

CPF: 960.160.949-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0130/15

Extrato do Contrato n. 0130/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CARLA MORO BALDISSERA

CPF: 075.610.699-01

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CAMILA REGINA ROSTIROLA AFASTADA PARA ATUAR COMO ASSESSOR DE MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO

VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0131/15

Extrato do Contrato n. 0131/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA MARIA GOULART BUDO LORENZZONI

CPF: 392.931.650-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Artes Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 15 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.046,66 (um mil e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0133/15

Extrato do Contrato n. 0133/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NEIVA PEROTTONI LOPES DUARTE

CPF: 782.240.989-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0142/15

Extrato do Contrato n. 0142/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA MENEGHEL SCRAMOCIM

CPF: 044.824.629-50

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIZETI ZANI FRARÃO AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETORA DE CE-MEI

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 a 30 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0151/15

Extrato do Contrato n. 0151/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CELIA TEREZINHA GUZI ANZANELLO

CPF: 933.541.269-49

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 19 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0155/15

Extrato do Contrato n. 0155/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA MARIA MARTINS

CPF: 057.398.409-37

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 19 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0158/15

Extrato do Contrato n. 0158/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TAIS CRESTANI

CPF: 944.577.949-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

Xaxim**PREFEITURA****AVISO DE DECRETO 141**

DECRETO Nº 141/2015

REVOGA ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº 0121/2012, DETERMINA O EMBARGO DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando que, da mesma forma que o habite-se, quando o mesmo fora emitido sem que tivesse ocorrido a conclusão da obra ainda no ano de 2012, pois ainda hoje, a mesma encontra-se inacabada, o alvará de construção sob o nº 0121/2012 fora emitido sem a regular avaliação dos critérios mínimos necessários, tratando-se assim, de obra clandestina;

Considerando que, o proprietário à época, já fora notificado quanto à revogação do habite-se, restando inerte, mesmo após 2 (dois) anos de tal ato;

Considerando que, conforme prevê a súmula 473 do STF, a Administração pode rever seus atos a qualquer tempo, e tal se dá em virtude de que, conforme anexo ao presente decreto, a obra teria sido autorizada a ter início em franca afronta à legislação de regência da época;

Considerando que, mesmo fosse o alvará de construção válido, este já teria expirado seu prazo, que é de 1 (um) ano, não tendo havido após tal data, qualquer solicitação quanto à prorrogação do mesmo;

Considerando o decreto nº 297/2013, no qual dispõe quanto à revogação da Carta habite-se;

Considerando que, existe ação em andamento quanto à expedição de habite-se, esta sob o nº 0900043-29.2014.8.24.0081, onde tal profissional, fora responsável pela emissão tanto do alvará de construção, quanto do habite-se, havendo fundado receio de que não foram analisadas de forma meticulosa e conforme regem os princípios da legalidade e da impessoalidade, os requisitos para a emissão do alvará;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o alvará de construção nº 0121/2012, emitido pela Administração Municipal de Xaxim e subscrito por Ricardo Ghizzi, inscrito sob o CAU-SC 108296-5, em relação à obra de propriedade do Sr. Gilson Luiz Vicenzi, esta situada à Rua Olírio Carletti equina com Clóvis Locatelli (Lote 05, Quadra nº 123, com inscrição no CRI sob o nº 9.486), e com área de 1.232,24m² (um mil, duzentos e trinta e dois metros, com vinte e quatro décimos quadrados).

Art. 2º. Ante as nulidades impossíveis de serem sanadas, fica vedada a renovação do alvará nº 0121/2012.

Art. 3º. Determina-se o embargo da obra, com base no art. 343, I, II, III, c/c 345, todos da Lei Complementar nº 148/2014, se assim entender o Fiscal presentes os requisitos.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 30 de março de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro
OAB/SC 20.041 - Procurador-geral

AVISO DE DISPENSA 023/2015**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2015

HOMOLOGAÇÃO: 08/04/2015

CONTRATADO: DYSTAK INDUSTRIA DE FORMULARIOS CONTINUOS LTDA

CNPJ: 01.958.950/0001-96

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL, DESTINADO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.860,00 (SETE MIL OITOCENTOS E SESSENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 08/07/2015

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

XAXIM, 08/04/2015

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 154/2015 DESIGNA PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO, PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO, NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE XAXIM - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 155/2015

Instituiu a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações da Prefeitura Municipal de Xaxim e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e na forma do Art. 51 da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto Instituída a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações da Prefeitura Municipal de Xaxim, que será composta pelos seguintes Membros:

I - Membros efetivos:

- a) Presidente - Juliani Marinho CPF 070.284.449-70
- b) Secretário - Catiane Geovane Curtarelli Soccol, CPF: 006.466.089-32;
- c) Membro - Marilise de Freitas Fin, CPF: 045.104.769-90;
- d) Membro - Otavio João Skrzypczak, CPF 767.673.109-72.

II - Membros Suplentes:

- a) Juvenal Martinazzo CPF 048.785.719-42

Parágrafo único Os suplentes poderão ser convocados a qualquer momento pelo Chefe do Poder Executivo sempre que um dos efetivos não estiver presente.

Art. 2º Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações

de Bens e Avaliações:

I - Julgar o Registro Cadastral dos Fornecedores;

II - Divulgar a relação dos fornecedores com cadastro aprovado, cancelados e todas as alterações decorrentes;

III - Processar e julgar os processos de licitações;

IV - Avaliar, sempre que convocada, bens móveis e imóveis do Município;

V - Avaliar, sempre que convocada, bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do Município;

VI - Processar e Julgar, todos os Processos e Avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n.º 8.666/93.

§ 1º das reuniões, a Comissão deverá lavrar Ata Circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

§ 2º Os membros da Comissão de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 3º Excepcionalmente nos Termos do Art. 51, § 1º da Lei n.º 8.666/93, para julgamento dos Convites, fica substituída a Comissão pelo Presidente, que processará e julgará nos termos da Lei, lavrando Ata Circunstanciada para cada caso.

Art. 4º Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão, em qualquer circunstância, considerando o seu caráter de interesse público, não serão remunerados, não gerando qualquer vantagem salarial ou de qualquer outra natureza a seus membros.

Parágrafo único - A investidura dos membros da Comissão não excederá a um ano, vedada e recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito aos 07 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

DECRETO Nº 155/2015 INSTITUIU A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE BENS E AVALIAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 155/2015

Instituiu a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações da Prefeitura Municipal de Xaxim e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e na forma do Art. 51 da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto Instituída a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações da Prefeitura Municipal de Xaxim, que será composta pelos seguintes Membros:

I - Membros efetivos:

- a) Presidente - Juliani Marinho CPF 070.284.449-70
b) Secretário - Catiane Geovane Curtarelli Soccol, CPF: 006.466.089-32;
c) Membro - Marinilse de Freitas Fin, CPF: 045.104.769-90;
d) Membro - Otavio João Skrzypczak, CPF 767.673.109-72.

II - Membros Suplentes:

- a) Juvenal Martinazzo CPF 048.785.719-42

Parágrafo único Os suplentes poderão ser convocados a qualquer momento pelo Chefe do Poder Executivo sempre que um dos efetivos não estiver presente.

Art. 2º Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações de Bens e Avaliações:

- I - Julgar o Registro Cadastral dos Fornecedores;
II - Divulgar a relação dos fornecedores com cadastro aprovado, cancelados e todas as alterações decorrentes;
III - Processar e julgar os processos de licitações;
IV - Avaliar, sempre que convocada, bens móveis e imóveis do Município;
V - Avaliar, sempre que convocada, bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do Município;
VI - Processar e Julgar, todos os Processos e Avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n.º 8.666/93.

§ 1º das reuniões, a Comissão deverá lavrar Ata Circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

§ 2º Os membros da Comissão de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 3º Excepcionalmente nos Termos do Art. 51, § 1º da Lei n.º 8.666/93, para julgamento dos Convites, fica substituída a Comissão pelo Presidente, que processará e julgará nos termos da Lei, lavrando Ata Circunstanciada para cada caso.

Art. 4º Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão, em qualquer circunstância, considerando o seu caráter de interesse público, não serão remunerados, não gerando qualquer vantagem salarial ou de qualquer outra natureza a seus membros.

Parágrafo único - A investidura dos membros da Comissão não excederá a um ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito aos 07 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4056/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015. AUTORIZA RETIFICAÇÃO DE ÁREA E DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 109 "B" DA QUADRA N. 354 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4056/2015 de 31 de março de 2015.

Autoriza retificação de área e desmembramento do lote urbano n. 109 "B" da quadra n. 354 e das outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada retificação de área e o desmembramento do lote urbano nº 109 "B", da quadra n. 354, localizado no lado ímpar da Rua Carlos Giacomoni Maroni, esquina com Rua Guerino Boschetti, Loteamento Vila Flor, com área superficial de 1.505,50 m² (um mil quinhentos e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados) com matrícula n. 15.990 no Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, de propriedade do MUNICIPIO DE XAXIM, ficando assim constituído:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (situação atual):

LOTE nº 109-"B", da quadra nº354, matrícula nº 15.990, com área superficial de 1.505,50m² (mil quinhentos e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Carlos Giacomoni Maroni, esquina com a Rua Guerino Boschetti, Loteamento Vila Flor, com as seguintes medidas e confrontações: NOROESTE: Com a Rua Carlos Giacomoni Maroni, em 107,63 metros.

SUDESTE: Com a Linha de Transmissão da CELESC, sem matrícula, em 94,18 metros.

NORDESTE: Com a parte "C", do lote nº109-"A", de propriedade de Gilberto José Gollo, matrícula 16.840, em 19,16 metros.

SUL: Com a Rua Guerino Boschetti, em 17,09 metros.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO:

PARTE "A" do lote nº109-"B", da quadra nº354, com área superficial de 805,08m² (oitocentos e cinco metros e oito decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Carlos Giacomoni Maroni, distante pelo lado esquerdo 58,80 metros da Rua Guerino Boschetti, Loteamento Vila Flor, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Carlos Giacomoni Maroni, em 48,83 metros.

SUDESTE: Com a Linha de Transmissão da CELESC, sem matrícula, em 44,92 metros.

NORDESTE: Com a parte "C", do lote nº109-"A", de propriedade de Gilberto José Gollo, matrícula 16.840, em 19,16 metros.

SUDOESTE: Com a parte "B" do lote nº109-"A", ora desmembrado, em 15,69 metros.

PARTE "B" do lote nº109-"B", da quadra nº354, com área superficial de 700,42m² (setecentos metros e quarenta e dois decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Carlos Giacomoni Maroni, esquina com a Rua Guerino Boschetti, Loteamento Vila Flor, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Carlos Giacomoni Maroni, em 58,80 metros.

SUDESTE: Com a Linha de Transmissão da CELESC, sem matrícula, em 49,26 metros.

NORDESTE: Com a parte "A", do lote nº109-"B", ora desmembrado, em 15,69 metros.

SUL: Com a Rua Guerino Boschetti, em 17,09 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

]

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Associações

AMMVI

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO 02-2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO: CONVITE Nº 02/2015

OBJETO: Prestação de serviços de Aquisição, Montagem e Instalação de Móveis na sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze (08/04/2015), às nove horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se sessão pública para abertura da Licitação nº 02/2015, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação. Declarando aberta a sessão pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou o recebimento de envelopes de 09 (nove) licitantes, a saber:

ESCOBRINQ LTDA EPP -CNPJ: 08.395.310/0001-64, sem representante na reunião

TCHILY CADEIRAS E MOVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME CNPJ: 12.084.415/0001-70 , sem representante na reunião;

DUCA MOVEIS LTDA - EPP, CNPJ: 85.354.306/0003-60 representada na sessão pelo Sr. Eduardo Carvalho Soares, CPF: 753.434.449-20;

ONEDA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - EPP, CNPJ: 80.480.874/0001-22, representada na sessão pelo Sr. Johny Alexandre Oneda.

DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO CNPJ: 07.698.920/0001-74, representada na sessão pelo Sr. Josnei Rodrigues, CPF: 870.612.799-15;

AKON LTDA -ME, CNPJ: 13.228.073/0001-87, representada na sessão pelo Marcio Rodrigues Xavier, CPF: 954.044.650-34;

3 A COMERCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA -ME , CNPJ: 13.128438/0001-00, Sr. Arthur Leocadio Maes Cordeiro, CPF: 054.288.109-80;

ALA COMÉRCIO, CNPJ: 15.825.521/0001-55 representada na sessão pelo Ednelson Booz : 006.825.419-90;

ERGO - MOBILE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ 97.466.593/0001-18, representada na sessão pelo Fabio Luiz Egert, CPF: 018.013.699-25

Diante da manifestação das seguintes empresas: DUCA MOVEIS LTDA - EPP, DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO, AKON LTDA -ME, 3 A COMERCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA -ME, ALA COMÉRCIO, ERGO - MOBILE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, a Comissão de Licitações decide suspender a deliberação a respeito dos documentos, decidindo pela realização de diligência, abrindo 2 (dois) dias de prazo para eventuais recursos dos licitantes.

Deste modo, fica adiado a abertura do envelope de nº 02 (propostas comerciais), os quais foram submetidas à rubrica em seus fechos pelos membros da Comissão de Licitação e do representante da licitante.

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação do licitante faltante a respeito da decisão acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 08 de abril de 2015.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Buchinski Secretário	Ricardo Sorroche Membro
--	---------------------------------	----------------------------

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO LICITAÇÃO 02-2015

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO: CONVITE Nº 02/2015

OBJETO: Prestação de serviços de Aquisição, Montagem e Instalação de Móveis e Cadeiras para o auditório e edifício sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze (08/04/2015), às treze horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião da Comissão de Licitações para análise e julgamento das habilitações da Licitação nº 02/2015, para atendimento ao objeto em epígrafe.

Diante da manifestação de 6 (seis) empresas acerca da exigência da apresentação do laudo de conformidade ergonômica ou cópia autenticada do certificado do fabricante (NR17 e ABNT NBR 13962), dentro do envelope da HABILITAÇÃO, a Comissão de Licitações postergou a análise dos documentos e deliberação a respeito dos mesmos.

Ademais, a manifestação consignada na sessão pública causou dúvidas e mau entendimento quanto à obrigatoriedade ou não de apresentação do referido documento dentro do envelope nº 1 juntamente com os documentos de habilitação que estão disciplinados taxativamente no item 2.1 do Instrumento Convocatório.

Assim, a Comissão de Licitação, em uma análise mais aprofundada, entendeu que não poderia cobrar dos licitantes o referido Laudo/Certificado juntamente com os documentos de habilitação, quando o Edital no item 2 não exige tal providência.

Por outro lado, diante do fato do item 5.2.2 consignar, mediante equívoco material e formal, que a ausência de tal documentação inabilita o licitante, mesmo que a exigência não conste do referido item em questão "2 - DA HABILITAÇÃO", tem-se que o melhor entendimento corrobora pela apreciação do documento junto com a proposta para os itens respectivos, ou seja, pela cobrança desta exigência para fins de classificação das propostas, junto aos autos do certame, acaso apresentado com os elementos da habilitação, e/ou dentro do envelope nº 2.

Ademais, à supremacia do interesse público, as disposições da Lei nº 8.666/93 e demais princípios legais, reforça a convicção da Comissão de retificar seu entendimento original com o fito de observar a necessária legalidade e competitividade do certame, declarando que também os Licitantes que não apresentaram o documento tratado no item 5.2.2 do Instrumento Convocatório junto ao envelope da habilitação, tendo cumprido as exigências do item 2.1 do mesmo, tornam-se habilitados para prosseguir no processo licitatório.

Disto isto, esta Comissão de Licitações entende que houve um equívoco na formulação do Edital nº 02-2015 e gerou, por consequência, na fase de habilitação, controvérsias acerca da exigência (NR17 e ABNT NBR 13962) dentro do envelope nº 1, ficando registrado a melhor interpretação possível para prática dos atos vinculados ao Instrumento Convocatório, conforme fundamentação. Portanto, após a análise da documentação apresentada pelos licitantes em conformidade com o item 2.1 da licitação, esta Comissão decidiu habilitar todas as empresas participantes, mencionadas na ata da sessão pública, eis que apresentaram documentação na

forma exigida no Instrumento Convocatório. Ato contínuo, esta Comissão determinou a publicação da decisão acima no "Diário Oficial dos Municípios", e pela intimação dos licitantes via e-mail, abrindo-se assim o prazo recursal de 2 (dois) dias úteis, relativamente a fase de habilitação do certame.

Por fim, na eventualidade de não serem interpostos recursos, relativos ao julgamento da habilitação, ficam convocadas as empresas licitantes para participarem da sessão pública de abertura dos Envelopes nº 02 (Proposta de Preço), a ser realizada às 9h00min, do dia 14 de abril de 2015, na sala da assessoria jurídica da sede da AMMVI.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de análise e julgamento da habilitação da licitação em epígrafe, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 08 de abril de 2015.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Buchinski Secretário	Ricardo Sorroche Membro
--	---------------------------------	----------------------------

Consórcios

ARIS

DECISÃO Nº 032/2015

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 52/2015

INTERESSADO: SAMAE DE PALHOÇA

OBJETO: Análise de processo administrativo - Vazamento Oculto
Decisão nº 32/2015

Vistos os autos, tem-se ao longo do processo administrativo em epígrafe a apresentação de reclamação junto SAMAE de Palhoça e de recurso impetrado por Tharcilla Silva junto a ARIS, onde ficou caracterizado a não comprovação de vazamento interno no imóvel. Desta forma entende-se que não se aplica o disposto no artigo 107 da Resolução/ARIS nº 001/2011:

Art. 107. Nos casos de alto consumo devido a vazamentos ocultos nas instalações internas do imóvel e mediante a eliminação comprovada da irregularidade pelo usuário, o prestador de serviços aplicará desconto sobre o consumo excedente.

Sabe-se que o consumo nos meses anteriores a reclamação da usuária foi menor que o consumo verificado nos meses reclamados, contudo, não restou comprovado que o fato ocorreu em virtude de vazamento no interior do imóvel, muito pelo contrário, a própria usuária afirma que não houve vazamento.

Também não há que se falar em passagem de ar pelo hidrômetro, conforme comprovado pelo prestador dos serviços.

Portanto, verifica-se que não se trata de aumento do volume medido em face de vazamento oculto, mas, sim, de aumento do volume medido em decorrência de consumo de responsabilidade da usuária.

Assim, mantenho a decisão recorrida.

Publique-se.

Florianópolis, 07 de abril de 2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIS/AMURES

ATA Nº 02/2015 COMISSÃO LICITAÇÃO CIS/AMURES

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMURES NO ANO DE 2015.

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e quinze, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão e Pregoeiro e equipe de apoio formado pelo senhor André Santos de Oliveira e pelas senhoras Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro e Denise Regina Alves. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento da seguinte empresa: CARDIOVIDA SERVICOS MEDICOS LTDA - EPP. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) do Processo de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e quinze e Edital de Credenciamento de dois mil e quinze, foi considerada habilitada, eis que apresentou toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação da empresa citada, procedeu-se a declaração de inexigibilidade de licitação, o termo de ratificação e o Extrato de Inexigibilidade de Licitação para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Guilherme Rangel Bianchini - Presidente da Comissão de Licitação (Pregoeiro); Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro; Denise

Regina Alves; André dos Santos Oliveira (equipe de apoio)

GUILHERME RANGEL BIANCHINI

Presid. Comissão de Licitação CIS/AMURES

ANDRÉ DOS SANTOS OLIVEIRA

(Equipe de apoio)

NEIVA GLAUCIA FERNANDES RIBEIRO

(Equipe de apoio)

DENISE REGINA ALVES

(Equipe de apoio)

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 – CIS/AMURES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 - CIS/AMURES

A Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: CARDIOVIDA SERVICOS MEDICOS LTDA - EPP, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor R\$ 31,90 (Trinta e hum reais e noventa centavos) por Consulta médica especializada, Holter R\$ 128,34 (Cento e vinte oito reais e trinta e quatro centavos), Mapa R\$ 128,34 (Cento e vinte oito reais e trinta e quatro centavos), Teste Ergométrico R\$ 125,84 (Cento e vinte cinco reais e oitenta e quatro centavos). Período de duração: 01 (hum) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Lages, 30 de Março de 2015.

Guilherme Rangel Bianchini,

Presidente Comissão Licitação (Pregoeiro).

HOMOLOGAÇÕES RENOVAÇÕES CONTRATOS MARÇO 2015 CIS/AMURES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS

Edital de Credenciamento Nº 01/2015

HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÕES DE CONTRATOS

Empresa

SÉRGIO DA SILVA ORTOPEDIA ME

CLÍNICA MÉDICA ANA CAROLINA LTDA

CLINI COLON – CLÍNICA CIRÚRGICA E COLOPROCTOLÓGICA LTDA

GRANZOTTO MARTINS & ROSADO LTDA

CLIN SERRA – CLINICA DE IMAGEM LTDA

SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA

DIAGMED – EXAMES E DIAGNÓSTICOS MÉDICOS POR IMAGEM LTDA

NEUROFISIOLOGIA GARGIONI LTDA ME

INSTITUTO DE OTORRINOLARINGOLOGIA E MEDICINA DO SONO LTDA

Lages, 30 de Março de 2015.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente CIS/AMURES